

BELKIS SOUZA BANDEIRA; CLADEMIR ARALDI
KELIN VALEIRÃO E SÔNIA SCHIO
ORGANIZADORES

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL MICHEL

Foucault

CINQUENTENÁRIO DE AS PALAVRAS E AS COISAS

VOLUME I

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL MICHEL

Foucault

CINQUENTENÁRIO DE AS PALAVRAS E AS COISAS



Pelotas, Brasil. 2016

BELKIS SOUZA BANDEIRA; CLADEMIR ARALDI
KELIN VALEIRÃO E SÔNIA SCHIO
ORGANIZADORES

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL MICHEL
Foucault
CINQUENTENÁRIO DE AS PALAVRAS E AS COISAS

VOLUME I

UFPEL, 2016

Comissão Científica

Prof. Dr. Clademir Araldi – PPGFIL/UFPeI
Prof. Dr. Jarbas Santos Vieira – PPGE/UFPeI
Prof. Dr. Luis Artur Costa - UFRGS

Comissão de Organização

Prof^{fa}. Dr^a. Belkis Souza Bandeira– CE /UFSM
Prof^{fa}. Dr^a. Kelin Valeirão – IFISP/UFPeI
Prof. Dr. Roger Albernaz de Araújo - IFSul Campus Pelotas
Prof^{fa}. Dr^a. Sônia Maria Schio – PPGFIL/UFPeI
Prof^{fa} Dr^a . Tatielle Rita Souza da Silva - IFSUL Campus CAVG

Equipe de Organização e Apoio

André Rita (Graduando em Filosofia – UFPeI)
Beatris Silva Seus (Graduanda em Filosofia – UFPeI)
Eduardo Saraçol Vieira (Graduando em Filosofia – UFPeI)
Eustaquio Alves dos Santos (Graduando em Filosofia - UFPeI)
Dirceu Arno Krüger Junior (Mestrando em Filosofia – UFPeI)
Flávia Trindade (Graduanda em Filosofia – UFPeI)
Júlia Bandeira Schmidt (Graduanda em Direito – FURG)
Juliana Scherdien Amaral (Mestranda em Filosofia – UFPeI)
Eliaa Peter Braz (Doutoranda em Educação - UFPeI)
Leonor Soler (Graduada em Filosofia – UFPeI)
Luis Mendonça (Graduando em História – UFPeI)
Mateus Weizemmann (Mestre em Filosofia – UFPeI)
Monique Navarro (Graduanda em Psicologia – UFPeI)
Raiza Alves Pereira (Graduanda em Filosofia – UFPeI)
Sandra Espinosa Almansa (Doutoranda em Educação - UFRGS)
Tales Flores da Fonseca (Mestrando em Sociologia – UFPeI)
Tulipa Martins Meireles (Doutoranda em Filosofia – UFPeI)

Publicação

F160m	<p>II SEMINÁRIO INTERNACIONAL MICHEL FOUCAULT: CINQUENTENÁRIO DE AS PALAVRAS E AS COISAS / [recurso eletrônico] Belkis Souza Bandeira, Clademir Araldi, Kelin Valeirão; organizadores. – Pelotas : NEPFIL online, 2016.</p> <p>787 p. - (Série Dissertatio-Filosofia).</p> <p>Modo de acesso: Internet <http://nepfil.ufpel.edu.br/index.php></p> <p>ISBN: 978-85-67332-40-6</p> <p>1. Seminário. 2. Foucault. 3. As palavras e as coisas. I. Filosofia. II. Título.</p>
-------	---

O conteúdo do(s) artigo(s) publicados nestes Anais é de única e exclusiva responsabilidade do(s) autor(es). O comitê científico do evento não se responsabiliza pelos conceitos, apreciações e considerações lançados nos textos dos artigos. Os textos são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
--------------	----

EIXO I - DISCURSO, PODER E CIÊNCIAS HUMANAS

O EMPRESARIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA: O GOVERNO DAS POPULAÇÕES NO NEOLIBERALISMO.

Anderson Duarte	15
-----------------	----

O QUE É DIZÍVEL E QUEM ESTÁ AUTORIZADO A FALAR NAS DISCIPLINAS DE LIBRAS: ANÁLISE DOS EFEITOS DISCURSIVOS DA INSERÇÃO OBRIGATÓRIA DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL

Angela Nediane dos Santos	31
---------------------------	----

DISCURSO, PODER E CIÊNCIAS HUMANAS A POLÍCIA EM FOUCAULT E PARA ALÉM DELE

Augusto Jobim do Amaral; Lucas e Silva Batista Pilau	51
--	----

REFLEXÕES ACERCA DO EXERCÍCIO DO PODER EM *UTOPIA*, DE THOMAS MORE

Bruno Eduardo Procopiuk Walter; Alice Vila Nova Procopiuk Walter	69
--	----

MICHEL FOUCAULT E OS ANTIGOS: ENSAIO SOBRE OS USOS DA CULTURA GREGA CLÁSSICA

Bruno Paniz Botelho	89
---------------------	----

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA OBRA DE FOUCAULT PARA UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA DO ESTADO BRASILEIRO

Carla Michele Rech	99
--------------------	----

MÁQUINAS DA IMAGINAÇÃO: ATRAVESSAMENTOS ENTRE O DISPOSITIVO DA SUSTENTABILIDADE E EXPOSIÇÕES DE ARTE CONTEMPORÂNEA

Caroline Leal Bonilha; Lorena Santos da Silva; Paula Henning	116
--	-----

PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE CORPOS ESCOLARES
E DANÇA: NOS (DES)CAMINHOS DA PRESENÇA-AUSENTE

Catia Fernandes de Carvalho Raquel Silveira Rita Dias 136

MUSEUS DE CIÊNCIA, MEMÓRIA E INFORMAÇÃO SOB UM
ENQUADRAMENTO FOUCAULTIANO

Daniel Maurício Viana de Souza 149

“NO SABEMOS LO QUE NOS PASA, Y ESO ES LO QUE PASA”:
QUAIS PRÁTICAS SÃO POSSÍVEIS PARA LIBERTAR A VIDA
APRISIONADA PELA MULHER E NA MULHER?

Camargo, Daniele Gindri Fernandes; Raquel Brondísia Panizzi 169

AS ARTICULAÇÕES DO DISPOSITIVO DA ESPORTIVIZAÇÃO
COM OUTROS DISPOSITIVOS DO SEU TEMPO

Franciele Roos da Silva Ilha 190

ENTRE O PRESCRITO E O DESAFIO DE ‘COMETER’
O ATO DA ESCRITA: É PRECISO CONSTITUIR-SE AUTOR

Francini Scheid Martins; Mariele Martins; Paulo Cesar C. Jacó 204

O DISCURSO PERICIAL UBUESCO SOBRE
MAURA LOPES CANÇADO

Gabriela Simões Pereira 228

INCLUSÃO ESCOLAR E PROFISSÃO DOCENTE:
DESLOCAMENTOS DISCURSIVOS NA SEARA EDUCACIONAL

Gisele Ruiz Silva; Paula Corrêa Henning 256

FOUCAULT E O PRELÚDIO DA SOCIEDADE DO CONTROLE:
A BIOPOLÍTICA EM FOCO

SILVA, Haniel Duarte; SILVA, Liane Duarte 280

O CUIDADO AMBIENTAL, OS DISCURSOS E A EXPRESSÃO DA
VERDADE NA CONTEMPORANEIDADE: UMA BOA OU UMA MÁ
PARRESIA?

Isabel Ribeiro Marques; Roger Albernaz de Araujo 289

O DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT E AS PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL NO MODELO PSICOSSOCIAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Jeferson Santos Jerônimo 305

A AUTOGESTÃO EM SAÚDE: UMA BREVE ANÁLISE ENTRE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO

Juliana Carvalho Cabral 328

LACLAU E FOUCAULT: EMANCIPAÇÃO E LIBERDADE EM PERSPECTIVA COMPARADA

Kamila Lima do Nascimento 341

APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS: MARX E FOUCAULT E A IDEOLOGIA COMO POLÍTICA DA VIDA

Kelin Valeirão; Júlia Bandeira Schmidt 356

MICHEL FOUCAULT E A MODERNIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS

Kelin Valeirão; Belkis Souza Bandeira 369

ALA PUCHA TCHÊ, NÃO SE ASSUSTEMO COM O FACEBOOK! MANEIRAS DE PRODUZIR/REPRODUZIR IDENTIDADES CULTURAIS

Lauren Escotto Moreira; Jéssica Hencke 389

PRISÃO E FOUCAULT: DIÁLOGOS PERTURBADORES

Lucas Braunstein da Cunha; Paula Corrêa Henning ;
Mari Cristina de Freitas Fagundes 403

MULHERES E TRABALHO: ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Luciana Luzzardi; Luiz Felipe Zago 420

A VIOLÊNCIA NA ESCOLA COM ANÁLISE NAS OBRAS DE MICHEL FOUCAULT

Mara Elaine de Lima Elias 441

O RAP PELOTENSE E SUAS ENUNCIACÕES:
DISCUTINDO OUTRAS VERDADES DO/SOBRE/PARA
O SISTEMA JURÍDICO CONTEMPORÂNEO

Mari Cristina de Freitas Fagundes 461

RELAÇÕES DE PODER E ALTERIDADE NO LIVRO À ESPERA DOS
BÁRBAROS

Renata Santos de Morales; Juliana Figueiró Ramiro 481

PENSAR UMA HISTÓRIA DO PRESENTE:
CONTRIBUIÇÕES PARA OLHAR O PAMPA GAÚCHO

Renata Lobato Schlee; Paula Henning 506

A GOVERNAMENTALIDADE E OS DIREITOS
DOS GOVERNADOS EM MICHEL FOUCAULT

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler; Leonardo Krolikowski Ferreira 525

DISCURSOS SOBRE A ATENÇÃO DOMICILIAR:
DAS COISAS QUE ENSINAM AS ENFERMEIRAS

Silvia Francine Sartor; Stefanie Griebeler Oliveira;
Francielli Silvério Lima; Ricardo Aires da Silveira;
Tais Alves Farias; Adriana Fiorese Boff;
José Henrique Dias de Sousa 537

O HUMOR COMO PROFANAÇÃO: RISO, DISCURSO E PODER

Stefania Peixer Lorenzini 548

VISITAS DOMICILIARES PELA ESTRATÉGIA
SAÚDE DA FAMÍLIA: ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA?

Stefanie Griebeler Oliveira; José Ricardo Guimarães dos
Santos-Junior; Silvia Francine Sartor; Kimberly Larroque Velleda;
Criciélén Garcia Fernandes; Fernanda Sant'anna Tristão 570

MÚSICA E CULTURA: MODOS DE FABRICAR A NATUREZA

Virgínia Tavares Vieira; Paula Corrêa Henning 592

A EDUCAÇÃO MUSICAL NO MUNDO LÍQUIDO
MODERNO: UM CONVITE AO PENSAMENTO

Virgínia Tavares Vieira; Regiana Wille Blank;
Paula Corrêa Henning 615

APRESENTAÇÃO

Se hoje fossemos elaborar uma lista das obras que marcaram o campo das ciências humanas no último século, provavelmente teríamos muitas controvérsias quanto a que trabalhos deveriam ser incluídas, mas poucas destas obras teriam direito ao destaque que o livro *As Palavras e as Coisas* alcançou desde sua publicação no ano de 1966. Esta obra é considerada uma das mais marcantes da trajetória de Michel Foucault e de projetá-lo como um dos intelectuais mais importantes do pensamento contemporâneo.

Em *As Palavras e as coisas*, Foucault, a partir da perspectiva arqueológica, defende a tese que a figura do homem é uma invenção da modernidade e prestes a desaparecer, assim como qualquer antropologia assentada na unidade e universalidade de uma suposta natureza humana. Esta figura – o homem – cuja ambiguidade é exposta na obra, pois é ao mesmo tempo analisado como objeto empírico por parte das ciências e elevado à condição de sujeito pelas filosofias, tornando impraticável postular sua unidade. O livro descreve a emergência histórica da finitude humana entre os saberes, inseparável de sua múltipla e iminente dispersão em

razão de sua frágil constituição, que é extensiva às ciências que buscam objetivá-lo: as chamadas ciências humanas.

Essa estratégia adotada por Foucault implicou tomar distância de uma concepção filosófica de homem, intemporal e universal, buscando problematizá-lo a partir do exterior do discurso filosófico, identificando seu surgimento na história daqueles domínios que o enfocam como ser vivente, trabalhador e falante. Em *As palavras e as coisas* Foucault empreende esse projeto: descrever, por um lado, descontinuidades históricas entre o final do Renascimento (século XVI) e a Idade Clássica (séculos XVII e XVIII), e entre esta e a Modernidade (séculos XIX e XX); e por outro, identificar simultaneidades arqueológicas entre saberes empíricos diferentes entre si, entre estes saberes e os discursos filosóficos, entre diferentes correntes de opinião em torno de um mesmo saber. Para o filósofo francês, a rede dos saberes de uma época está formada por várias configurações, tais como discursos literários, filosóficos, científicos ou, simplesmente, domínios empíricos considerados em sua positividade (Candiotto, 2009)¹.

Um dos conceitos fundamentais da obra *As palavras e as coisas* é o de *épistémè*, através do qual designa as condições históricas pelas quais filosofias e saberes empíricos, científicos ou não, são apreensíveis ao conhecimento. Foucault afirma que numa cultura específica, como é o caso da cultura ocidental europeia, e numa determinada época, há somente uma *épistémè*: no renascimento é a Semelhança entre coisas e

¹ CANDIOTTO, Cesar. Notas sobre a arqueologia de Foucault em *As palavras e as coisas*. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v.21, n.28, p.13-28, jan./jun.2009.

palavras que permite a ambas serem conhecidas; a idade clássica é marcada pela *épistémè* da Representação; e a modernidade, é definida pela *épistémè* da História.

Ao longo da obra, a maior parte da problematização gira em torno da idade clássica, não é sobre ela que se pretende discorrer ou os saberes que a caracterizam, e sim mostrar que nessa época a figura do homem, como objeto de saber, inexistia (Candiotto, 2009)².

Neste ano (2016) a referida obra completa cinquenta anos e pela sua relevância e atualidade para o campo das ciências humanas, o II Seminário Internacional Michel Foucault homenageou este cinquentenário, buscando o aprofundamento de diferentes nuances do pensamento foucaultiano pela interlocução de pesquisadores, nacionais e estrangeiros, alunos de graduação e pós-graduação que se debruçam na tarefa de extrair contribuições do legado teórico de Michel Foucault para pensar sobre as questões do presente.

O II Seminário Internacional Michel Foucault: cinquentenário de As palavras e as coisas organizou-se a partir de três eixos temáticos, cada qual buscando aproximações do pensamento de Foucault com o campo da filosofia, psicologia e educação, respectivamente.

O primeiro eixo, *Discurso, Poder e Ciências humanas*, compreende trabalhos voltados para o campo da filosofia, problematizando a importância que os conceitos discurso, poder e saber, assumem na reflexão teórica foucaultiana e suas

² Ibidem.

implicações para análise social no campo das ciências humanas.

O segundo eixo, denominado *Sujeito, loucura e sexualidade*, oportunizou o debate no campo da psicologia a partir de temáticas recorrentes na obra de Michel Foucault, tendo como pano de fundo uma crítica à sociedade disciplinar e à normalização operada pela psiquiatria e psicanálise.

O terceiro eixo, *Linguagem, representação e educação*, abordou o tema da linguagem e da representação, no que concerne a relação desta com o sujeito, como evidenciada em *As Palavras e as coisas*, para problematizar o estatuto das ciências humanas, em particular buscando sua produtividade no âmbito da educação.

Esta publicação faz parte do material teórico proveniente deste seminário, que consiste em um livro com as palestras que compunham a programação do evento e dois volumes contendo os anais dos trabalhos apresentados no Seminário.

Neste primeiro volume, relativo às comunicações apresentadas no Eixo I, estão publicados os trabalhos de diversos pesquisadores que trouxeram a público suas pesquisas, dúvidas e inquietações, aprofundando o quadro teórico-metodológico acerca das investigações filosóficas na contemporaneidade, à luz do pensamento foucaultiano.

Para encerrar: “(...) se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que

no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico – então se pode apostar que o homem desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia”. (Foucault, 2007, p.536)³

Parafraseando Foucault, nosso intuito é que, na insistência de eventos como este Seminário, possamos contribuir para reavivar o pensamento foucaultiano, para que este não se desvaneça, no campo das ciências humanas, como “um rosto de areia”.

Belkis Souza Bandeira⁴

³ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos)

⁴ Doutora em educação. Professora do Departamento de fundamentos da educação da Universidade Federal de Santa Maria/RS. Membro da comissão organizadora do II Seminário Internacional Michel Foucault: cinquentenário de As palavras e as coisas.

O EMPRESARIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA: O GOVERNO DAS POPULAÇÕES NO NEOLIBERALISMO.

ANDERSON DUARTE⁵

Resumo

Situar e discutir algumas transformações verificadas no âmbito da segurança pública, no contexto do capitalismo contemporâneo, tanto no âmbito das políticas públicas de segurança quanto nos processos de subjetivação da população no tocante a este tema. Verificar as conexões entre essas transformações e a série de novos valores e programações introduzidos pelo neoliberalismo de origem estadunidense, os quais foram analisados pelo filósofo francês Michel Foucault em seu curso *Nascimento da Biopolítica* (2008a) quando este pensador se ocupava em problematizar o que chamava de *governamentalidade neoliberal*. Para designar os efeitos dessa governamentalidade no campo da segurança pública, utilizo o conceito de *empresariamento da segurança pública*, com base nos escritos de Gadelha (2009).

Palavras-chave: Segurança Pública; Governamentalidade; Neoliberalismo; População.

Introdução

5

Mestre e doutorando em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). pensadorpolicia@gmail.com.
Eixo I: Discurso, poder e Ciências Humanas.

Neste artigo, pretendo indicar e discutir algumas transformações verificadas, a partir do início da década de 1980, no conjunto formado por saberes e práticas de governo da população denominado aqui de segurança pública. Tais processos ocorreram e ainda ocorrem nas políticas públicas de segurança, das quais a polícia é a principal executora. Em sequência, as indicações feitas servirão para apontar conexões entre tais transformações e a série de novos valores e programações introduzidos pelo neoliberalismo de origem estadunidense, o qual foi analisado pelo filósofo francês Michel Foucault em seu curso *Nascimento da Biopolítica* (2008a), quando este pensador se ocupava em problematizar o que chamava de *governamentalidade neoliberal*. Em minha análise, o conjunto dos efeitos dessa governamentalidade no campo da segurança pública, será denominada de *empresariamento da segurança pública*. Uso tal designação com base nos escritos do professor Sylvio Gadelha (2009), acerca dos processos contemporâneos de subjetivação operados por esta governamentalidade neoliberal que ocasionam um “empresariamento da sociedade”. Portanto, o que ocorre no campo da segurança pública é apenas parte de uma série mais ampla de mudanças que está em curso.

Definindo segurança pública

Para esta análise, faz-se necessário definir minimamente o que se entende por este conceito e, então, problematiza-lo. Como tentarei mostrar, a segurança pública reflete diferentes racionalidades de governo, podendo a própria atividade ser utilizada como importante instrumento de governo das populações.

A segurança, conforme sua compreensão jurídica atual, é uma atividade típica dos Estados modernos. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral das Nações

Unidas em 1948, ela aparece como direito fundamental, na forma do artigo 3º: “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à **segurança pessoal**”. No entanto, é importante ressaltar, desde já, que o significado de segurança na Declaração Universal não diz respeito apenas à segurança pública. A palavra está relacionada também com outras funções estatais, tais como as previdenciárias, assistenciais e de saúde pública. No caso brasileiro, a segurança é chamada de *seguridade social*⁶ - termo incorporado em nosso vocabulário apenas em 1988, com a nova Constituição - enquanto outros países de língua portuguesa como Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, utilizam a expressão *segurança social*. (BOSCHETTI, 2003, p. 61).

Feita a ressalva, trago então a definição jurídica de segurança pública, conforme disposta no artigo 144 da Carta Magna brasileira, que preconiza que ela se constitui em “um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, mostrando desde já que, além de haver uma obrigação estatal, a participação de toda a população é uma condição para que seja alcançado o seu objetivo, que é “a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988). A explicação dada pelo Estado brasileiro sobre o conceito jurídico de segurança pública pode ser vista no portal do Ministério da Justiça na *internet* da seguinte forma:

é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

⁶ Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/orgaos-de-seguranca-1/conceitos-basicos>>. Acesso em 15 de maio de 2015.

Deixando a visão meramente jurídica e avançando na problematização da segurança pública e sua relação com o governo, lanço mão de duas importantes teorizações sobre a questão da segurança, presentes no pensamento dos filósofos Michel Foucault e Giorgio Agamben .

Para Michel Foucault, a partir da necessidade de gestão das sociedades capitalistas contemporâneas, que levam em consideração os custos econômicos da convivência social e seus riscos, emerge um novo modo de governar. Foucault (2008c, p. 15), no conjunto de reflexões em que realiza sua incursão mais próxima da nossa história recente, vislumbra a existência de um novo modelo de governo, uma nova “economia geral de poder” na sociedade, não mais baseado na soberania ou em uma sociedade disciplinar, mas em uma *sociedade de segurança* ou de governo, que passa a se desenvolver a partir da segunda metade do século XVIII e chega até os dias atuais. Essa arte de governar culminará no que o autor denomina *governamentalidade*, definida através de um conceito tríplice:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e **por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança**. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de

justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2008c, p. 143-144, grifos meus).

Como foi visto no texto de Foucault, o instrumento técnico essencial dessa governamentalidade são os mecanismos de segurança. Logo, é necessário compreender a racionalidade que envolve tais mecanismos ou dispositivos de segurança, a fim de caracterizá-los para, depois, localizar a sua atuação e presença no cotidiano. Foucault (2008c, p. 09) detalha a forma através da qual opera o dispositivo de segurança:

Dispositivo de segurança que vai, para dizer as coisas de maneira absolutamente global, inserir o fenômeno em questão, a saber, o roubo, numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações de poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir.

Percebe-se que a racionalidade da segurança é de ordem diferente da soberania, com suas leis de proibição, e dos mecanismos de vigilância e correção próprios do poder disciplinar. Para a segurança, importa manter o fluxo, o trânsito, a circulação, desde que esta circulação esteja dentro da margem estatística aceitável do ponto de vista dos custos econômicos e de governo. As inferências sobre o futuro serão feitas através do cálculo das probabilidades, que passarão a ser componente fundamental para a segurança.

Os mecanismos de segurança têm algumas características gerais que permitem a sua identificação. Foucault (2008c, p. 15) identifica e analisa quatro delas. A primeira característica é a forma de

tratamento do espaço pela segurança; em seguida, a questão da análise do aleatório; em terceiro lugar, a segurança possui uma forma de normalização específica e, a quarta característica, a emergência da população como noção e realidade específica dessas sociedades de governo, sendo também o objeto dos mecanismos de segurança.

O pensamento do filósofo italiano Giorgio Agamben (2014) também é de suma importância para iniciar essa discussão e traz elementos essenciais para entender como a segurança e o governo são indissociáveis, formando um verdadeiro amálgama, e mais ainda, Agamben mostra “como a obsessão por segurança muda a democracia”, título de artigo em que fornece uma importante explicação sobre essa relação de imanência:

A segurança está entre aquelas palavras com sentidos tão abrangentes que nós nem prestamos mais muita atenção ao que ela significa. Erigido como prioridade política, esse apelo à manutenção da ordem muda constantemente seu pretexto (a subversão política, o terrorismo...), mas nunca seu propósito: **governar as populações**. (AGAMBEN, 2014, p. 01, grifo meu).

Agamben antecipa o que é a ideia central de sua argumentação no texto, mostrando como a obsessão por segurança tem transformado e colocado em risco a noção de democracia e, conseqüentemente, o seu exercício. Segundo o autor, a expressão, “por razões de segurança”, tem sido utilizada como chave para quebra de direitos individuais e coletivos, bem como para instauração de medidas de controle e vigilância típicas de estado de exceção ao longo da história contemporânea.

Passarei a discutir sobre algumas transformações verificadas no âmbito da segurança pública, no contexto do capitalismo

contemporâneo, que demonstram sua adequação a uma governamentalidade neoliberal.

Segurança pública e capitalismo contemporâneo: *o empresariamento da segurança pública*

Que adaptações permitiram que a segurança pública fosse adequada à sociedade capitalista contemporânea? Que tipos de valores foram introduzidos nos modos de conduzir os agentes e as políticas de segurança pública, especialmente com o advento da emergência de uma governamentalidade neoliberal de matriz estadunidense? Utilizarei alguns exemplos que podem ser esclarecedores para a compreensão das transformações ocorridas neste campo e para responder a essas questões.

Prolifera-se atualmente no Brasil, um modelo empresarial de *gestão* da segurança pública, simbolizada pelos diversos “programas” e “pactos” pela vida que operam sob rigorosos controles de dados estatísticos relacionados especialmente ao número de homicídios, com premiações pecuniárias a policiais que alcancem metas de redução de índices e façam parte das áreas policiais mais “produtivas”. Tais programas estão em consonância com uma *biopolítica*, que se dá através do controle da população enquanto espécie, levando em consideração os fenômenos de massa desta coletividade de indivíduos, tais como mortalidade, natalidade, morbidade etc. Neste tipo de governo da população, a taxa de homicídios da população será um dos dados em constante avaliação, especialmente por envolver prioritariamente homens em idade considerada “produtiva”, ou seja, em condições de trabalhar. Durante coletiva de imprensa por ocasião do lançamento do “Atlas da Violência” de 2016⁷, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas

⁷ O “Atlas da Violência” do ano de 2016 constatou a ocorrência de 59.627 mortes por homicídios no país. Um recorde que coloca o país no topo do ranking desse tipo de morte em todo o mundo. Disponível em:

Aplicadas do Governo Federal (IPEA), o técnico de Planejamento e Pesquisa, Daniel Cerqueira, ao comentar sobre o fato de que 46,4% dos homens que são mortos por homicídios estão na faixa etária de 15 a 29 anos, afirmou que “As mortes apresentam consequências na produtividade futura do país em geração de renda⁸”, chamando a atenção para a implicação econômica dos homicídios em um governo marcado pela biopolítica.

Um desses planos de segurança está em plena execução no estado de São Paulo. Lá, desde 2014, adotou-se um programa de “bônus por redução nos índices de criminalidade”, com a implantação do sistema de metas. Conforme notícia institucional, apenas no ano de 2014, foram “investidos” mais de 173 milhões de reais no pagamento de 222.720 bônus, que variaram entre 350 a 4.500 reais a mais no salário dos policiais que ajudaram a atingir as metas estabelecidas pelo governo. A própria Secretaria de Segurança Pública explica o programa:

Criado em 2014 a partir de sugestões da sociedade civil, o Programa de Metas e de Bonificação Policial é uma das ações do projeto São Paulo contra o Crime. O objetivo principal é premiar o esforço dos policiais na redução da criminalidade.

É baseado em um modelo de gestão desenvolvido em conjunto pela Secretaria da Segurança Pública, comando das polícias e Instituto Sou da Paz.

Um dos pilares do programa é a adoção da meritocracia na gestão das polícias, uma prática comum na iniciativa privada⁹.

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2016.

⁸TAXA de homicídios no Brasil atingiu recorde em 2014. **IPEA**, 23 mar 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27412>. Acesso em: 15 mai. 2016.

Percebe-se, pela análise do texto, a utilização do léxico empresarial, caracterizado pelo uso de termos como “investimento”, “meritocracia” e “gestão”, que é reflexo do modo de ver e operar tais políticas de segurança. O paradigma da “iniciativa privada” é tomado sem qualquer pudor. Em busca da chamada “eficiência policial”, o paradigma empresarial tem sido cada vez mais associado ao aumento do controle sobre a população. Embora não seja possível a total privatização da polícia, posto que a existência de uma polícia pública é inerente ao Estado moderno (BAYLEY, 2006, p. 229), os valores da concorrência, do empreendedorismo, da recompensa por alcance de metas e do tratamento da comunidade como “cliente” cada vez mais tem percolado o solo de várias instituições públicas, dentre as quais a polícia se destaca. Como observa Veiga Neto (2000, p. 190), a respeito dessas mudanças, “ou se privatizam as atividades estatais (lucrativas), ou se submetem as atividades (não-lucrativas) à lógica empresarial”. É possível tecer um fio condutor ao observar essas mudanças na administração dos serviços essenciais do Estado, tais como a educação, a saúde e a segurança pública.

Quanto à questão do controle dos índices de cometimento do crime, já é farta a literatura disponível que mostra o tipo de monitoramento estatístico e probabilístico por parte das polícias e órgãos de segurança que é realizado para orientar suas ações de policiamento. Um marco no modo de atuação policial sob essa nova racionalidade é apresentado no artigo lançado em 1982, nos Estados Unidos, pelos criminólogos James Q. Wilson e George L. Kelling, chamado *The Police and neighborhood safety: broken windows* (1982), onde, apresentando a chamada *Broken Windows Theory* (teoria das janelas quebradas). Explicando a teoria que, conforme o sociólogo francês Loïc Wacquant (2001, p. 26), “jamais foi

⁹ SECRETÁRIO anuncia pagamento de bônus a policiais dos dois primeiros trimestres do ano. **Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo**, 23 set. 2015. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=36223>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

comprovada empiricamente”, os autores fazem, já no início do artigo, a seguinte pergunta: “Como pode um bairro se tornar mais seguro quando a taxa de criminalidade não tem diminuído – na verdade, podendo até ter aumentado?”. Nota-se aí uma mudança de perspectiva. A livre circulação, inclusive do crime e do criminoso, é uma premissa. Não se trata de efetivamente baixar os índices de criminalidade, mas de controlá-los e mantê-los dentro de padrões economicamente aceitáveis, produzindo algo que seria semelhante a um equilíbrio de mercado. Daí a emergência dos conceitos de ordem e desordem, que passam a tomar corpo e importância nas estratégias de segurança subsequentes, gerando táticas de policiamento como a de *Tolerância Zero* e de *Policiamento Comunitário*, ambas com inspiração na Teoria das Janelas Quebradas¹⁰.

Outro exemplo é a adoção, por grande parte das instituições de segurança pública no Brasil, da *doutrina de policiamento comunitário*. Essa doutrina foi implantada no Brasil, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2007, p. 278), “quando as polícias militares estaduais buscavam a reestruturação de seus processos com base na Constituição Federal de 88”. Em uma das disciplinas contida nos manuais de policiamento comunitário, produzidos e distribuídos pelo Governo Federal, cujo nome sugestivo é *gestão pela qualidade na segurança pública*¹¹, encontra-se a seguinte afirmação: “há razões convincentes para a polícia acreditar que chegou a hora de alterar suas políticas e práticas, principalmente

¹⁰ Para aprofundamento do tema, ver. GADELHA, Sylvio; DUARTE, Anderson. O policiamento comunitário como dispositivo neoliberal de governo no campo da segurança. In: AVELINO, Nildo; VACCARO, Salvo. **Governamentalidade | segurança**. São Paulo: Ed. Intermeios: 2014.

¹¹ Pablo Gentili (2001), ao se referir aos processos ocorridos nos anos de 1980, na educação, afirma que “a retórica da qualidade se impôs rapidamente como senso comum nas burocracias, entre os intelectuais e – mais dramaticamente – em um número nada desprezível daqueles que sofreram e sofrem as consequências do êxito dessas políticas conservadoras: os professores, os pais e os alunos” (GENTILI, 2001, p. 116). O mesmo raciocínio pode ser utilizado para as políticas de segurança pública, que produziram a subjetivação dos policiais e, em consequência, da comunidade atingida por tais políticas.

para adequá-las às práticas já utilizadas na administração de empresas privadas.” (SENASP, 2007, p.183). Tal doutrina se encontra flagrantemente permeada por uma racionalidade própria de uma arte de governar neoliberal, como se percebe. Neste contexto, o policial comunitário se configura em imagem do novo sujeito policial da contemporaneidade, articulada pelas políticas de subjetivação neoliberais. Assim, nesta reprogramação, adjetivos como “proatividade”, “autonomia”, “liderança”, “flexibilidade”, “capacidade de relacionamento interpessoal”, entre outros, passam a constituir o perfil valorizado e desejado pela polícia comunitária. Tais características são alcançadas através de investimentos do policial em seu próprio capital humano.

Ao falar da grade de análise utilizada pelos neoliberais estadunidenses, Foucault (2008a, p. 339) explica que se trata de tipo de crítica e avaliação das políticas governamentais tomando como referência o mercado. Ou seja, o mercado será o lugar de produção da verdade sobre o governo e produzirá os parâmetros de avaliação das políticas públicas. Como consequência, tem-se uma reorientação das políticas públicas e uma reprogramação dos indivíduos policiais, transformados, também, em *indivíduos microempresas*. (GADELHA, 2009, p. 144).

É preciso ainda levar em consideração que a polícia, com suas medidas de segurança pública, desde a emergência de uma sociedade disciplinar, no século XVIII, também atua na modelação dos sujeitos de uma população. Ela tem um papel importante na disseminação das disciplinas no século XVIII, como afirma Foucault (2008b), pois

une o poder absoluto do monarca às mínimas instâncias de poder disseminadas na sociedade; pois, entre essas diversas instituições fechadas de disciplina (oficinas, exércitos, escolas), estende uma rede intermediária, agindo onde aquelas não podem intervir, disciplinando espaços não disciplinados. (FOUCAULT, 2008b, p. 177)

Assim, da mesma forma que os mecanismos da polícia atuaram naquele período nos interstícios existentes entre as instituições de sequestro, permitindo a generalização das disciplinas em todos os espaços sociais, também atualmente ela atua na educação dos indivíduos. É nesse sentido que o ex-secretário nacional de segurança pública, Ricardo Balestreri (2003, p. 24) vai afirmar o policial, especialmente o “policial comunitário”, como um “pedagogo da cidadania”. Essa dimensão de influência na subjetividade da população é definida por ele como “inabdicável”.

A partir deste contexto em que atua uma série de dispositivos pedagógicos, nos quais se inclui a polícia, educando e produzindo subjetividades nos indivíduos de uma população, é possível falar em um *empresariamento da segurança pública*. Este processo atuaria, então, de forma dupla, agindo tanto na transformação das políticas de segurança pública, que adotam paradigmas e modelos segundo uma “operacionalidade empresarial” em sua forma de *gestão* (GAULEJAC, 2007), quanto na produção de *subjetividades policialescas, securitárias* ou *atuariais* nos indivíduos da população brasileira. Seria, então, desta forma que se produziria sujeitos adequados a uma *sociedade de (in)segurança*. O “indivíduo-microempresa” de que fala Gadelha (2009, p.149) teria, portanto, a característica de cotidianamente policiar-se a si mesmo e aos seus semelhantes, além de realizar cálculos atuariais e securitários ao realizar seus investimentos em segurança e se relacionar socialmente. Nesta perspectiva poderiam também ser analisadas as delações estimuladas aos órgãos de segurança pública¹², as avaliações por

¹² Chama a atenção o programa “Disque Denúncia”, do estado do Rio de Janeiro. Criado em 1995, o programa, apesar de ser amplamente utilizado e divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do estado, não é um serviço público. Trata-se de uma parceria estabelecida entre o poder público e a Organização Não Governamental Movrio. Totalmente financiado por empresas privadas, o programa, além de estimular a denúncia por parte dos cidadãos comuns, oferecendo recompensas em dinheiro, também oferece premiações a policiais. Segundo o *site* do programa: “Essa premiação recebe o nome de Prêmio Gol e tem por objetivo divulgar o bom desempenho das polícias e reconhecer, publicamente, seus profissionais. São premiados aqueles que cumprem sua tarefa de maneira legítima, sem violar direitos e gerar vítimas”. Ver

pares e as relações de concorrência em diversos ambientes de trabalho; da mesma forma, as práticas de vigilantismos, justificações, linchamentos e extermínios daqueles indivíduos considerados indesejáveis, que ocorrem principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

Considerações Finais

O conceito de segurança, abrangente da forma que é, está em construção e precisa ser disputado. Ele pode ser entendido tanto como um direito humano fundamental, ao lado da vida e da liberdade, como também de argumento e instrumento de governo para retirada de direitos dos sujeitos. A segurança pública também tem a função de auxiliar no governo da população. Neste contexto, a expressão, “por razões de segurança” pode ser uma chave para a execução de medidas autoritárias e típicas de estado de exceção no exercício da biopolítica.

Na realidade de nossas *sociedades de (in)segurança*, policiadas sob uma governamentalidade neoliberal, em quem vivemos, os mecanismos de gestão e produção de subjetividades têm se proliferado, dando ensejo a este *empresariamento da segurança pública*, bastante adequado ao que Deleuze (1992) chamou de *sociedades de controle* e colocando em risco o que entendemos por democracia, como disse Agamben (2014).

Cabe, portanto, aos que lutam neste complexo campo de estudo e atuação, munirem-se de ferramentas e instrumentos para a crítica a esse modelo de sociedade. Nas palavras de Foucault (2005, p. 242), é necessário o “intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força”. É preciso resistir!

site do programa. Disponível em: <<http://disquedenuncia.org.br/>>.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Como a obsessão por segurança muda a democracia. 06. Jan 2014. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568>>. Acesso em 09 fev. 2014.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo: Gráfica Editora Berthier, 2003.

BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento**. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicologia & Sociedade**, v.15, n. 1, p. 57-96, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000100005>. Acesso em: 11 mai. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CERQUEIRA, Daniel et al. (orgs.). Atlas da Violência 2016. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf. Acesso em: 15 mai. 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34. 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.

_____. **Vigiar e punir**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008c.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: Introdução e Conexões a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

GADELHA, Sylvio; DUARTE, Anderson. O policiamento comunitário como dispositivo neoliberal de governo no campo da segurança. In: AVELINO, Nildo; VACCARO, Salvo. **Governamentalidade | segurança**. São Paulo: Ed. Intermeios, 2014.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

GENTILI, P. A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. da. (orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 10 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

SECRETÁRIO anuncia pagamento de bônus a policiais dos dois primeiros trimestres do ano. **Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo**, 23 set. 2015. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=36223>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SENASP. **Curso nacional de multiplicador de polícia comunitária**. 2. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007.

TAXA de homicídios no Brasil atingiu recorde em 2014. **IPEA**, 23 mar 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27412>. Acesso em: 15 mai. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. The Police and neighborhood safety: broken Windows. **The atlantic Monthly**, mar. 1982. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

O QUE É DIZÍVEL E QUEM ESTÁ AUTORIZADO A FALAR NAS DISCIPLINAS DE LIBRAS: ANÁLISE DOS EFEITOS DISCURSIVOS DA INSERÇÃO OBRIGATÓRIA DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL

ANGELA NEDIANE DOS SANTOS¹³

Resumo

Neste artigo pretendo evidenciar quem vem sendo autorizado a falar e os discursos que vem sendo colocados em circulação nas disciplinas de Libras a fim de problematizar os efeitos discursivos produzidos pela inserção obrigatória da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura. Trata-se de um recorte de uma tese de Doutorado em Educação que realizou uma análise acerca dos efeitos discursivos da inserção obrigatória da disciplina de Libras em cursos de licenciatura no Brasil. A análise, de inspiração foucautiana, se debruçou sobre os discursos inscritos em Projetos Pedagógicos de cursos de licenciatura, em programas analíticos de disciplinas de Libras e no Decreto Federal nº 5.626/2005. No que se refere ao funcionamento do discurso produzido, que circula no currículo da disciplina de Libras, fica estipulado que pode falar aquele que é formado em Pedagogia ou Letras e que é lotado em Faculdades de Educação ou Letras. Além disso, nesta disciplina, é possível falar a respeito da educação de surdos e/ou da Libras pelo viés linguístico e gramatical. Desse modo, os saberes autorizados e legitimadores das verdades produzidas nas/pelas disciplinas de Libras são os saberes da Educação e da Letras. Tensionar, desnaturalizar, problematizar e perceber a contingência da inserção da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura é o

¹³ Doutora em Educação - FaE/PPGE/UFPel - angelanediane@gmail.com

que dá condição de possibilidade para que mudanças, mesmo que pequenas ou em bocados, aconteçam.

Palavras-chave: disciplina de Libras; efeito discursivo; formação de professores.

Neste artigo apresento um recorte de uma Tese de Doutorado em Educação¹⁴ que realizou uma análise acerca dos efeitos discursivos da inserção obrigatória da disciplina de Libras em cursos de licenciatura no Brasil. Tal análise se debruçou sobre os discursos inscritos, especificamente, em seis projetos pedagógicos de cursos de licenciatura¹⁵, em quinze programas analíticos de disciplinas de Libras – Língua Brasileira de Sinais¹⁶, oriundos de universidades federais espalhadas pelas diferentes regiões brasileiras, e no Decreto Federal nº 5.626/2005, o qual institui, entre outras coisas, a obrigatoriedade da inserção da disciplina de Libras em todos os cursos de Licenciatura no Brasil. Os discursos inscritos nestas materialidades são tomados no sentido atribuído por Foucault (2002), fabricando os objetos de que falam.

O que se fala, sobre o que se fala e quem fala na disciplina de Libras produz efeitos discursivos na formação de professores. Foucault (2006, p. 8-9) afirma que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e

¹⁴ A tese referida é intitulada “Efeitos discursivos da inserção obrigatória da disciplina de Libras em cursos de licenciatura no Brasil”, de autoria de Angela Nediane dos Santos, a qual foi defendida em abril de 2016, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, sob orientação da Profª Drª Madalena Klein.

¹⁵ Tratam-se de seis projetos pedagógicos de diferentes cursos de licenciatura coletados para esta pesquisa, os quais serão nomeados da seguinte forma: PPCO1, PPN1, PPN2, PPNE3, PPNE4, PPS1.

¹⁶ Os quinze programas analíticos coletados advêm de diferentes universidades, distribuídas nas regiões brasileiras: duas na região Centro-oeste: CO1 e CO2; quatro na região Nordeste: NE1, NE2, NE3 e NE4; duas na região Norte: N1 e N2; cinco na região Sudeste: SE1, SE2, SE3, SE4 e SE5, e duas na região Sul: S1 e S2.

redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.

A partir disso, questiono quais discursos ganham legitimidade no currículo da disciplina de Libras? Que regime de verdade estabelece o que é pensável e dizível nas disciplinas de Libras? O currículo da disciplina de Libras vem produzindo quais verdades? Quais discursos legitimam estas verdades?

Nesse sentido, cabe analisar o que é dito e quem fala nas disciplinas de Libras inseridas nos cursos que formam professores no Brasil.

1. O docente das disciplinas de Libras: quem pode falar?

Conforme argumentação de Foucault, na ordem do discurso, qualquer um não pode falar sobre qualquer coisa. Portanto, cabe questionar quem pode falar nas disciplinas de Libras. Ou melhor, quem são os docentes desta disciplina, qual é a sua formação, onde estão lotados? O perfil docente da disciplina de Libras também produz efeitos discursivos na inserção da disciplina de Libras em todos os cursos de Licenciatura no Brasil.

Em pelo menos duas universidades – CO1 e CO2¹⁷ – a disciplina de Libras começou a ser ofertada por meio da contratação de professores substitutos e, posteriormente, ocorreram concursos para professores do quadro efetivo do magistério federal. Além disso,

¹⁷ A fim de não identificar as Universidades, cada uma será nomeada pela sigla da região correspondente, seguida de um número cardinal de acordo com a quantidade de universidades de cada região que forneceram informações para a pesquisa.

quatro professores – PNE3, PNE4, PN2 e PSE5¹⁸ – indicaram que estavam acontecendo concursos para efetivação de docentes para ministrar a disciplina de Libras, à época que responderam às questões.

Das quinze universidades, treze contam com professores do quadro efetivo para ministrar a disciplina de Libras. Em quatro universidades há também professores substitutos e/ou temporários, e/ou contratados, sendo que, em uma delas, SE5, este é o único professor de Libras. Cada universidade tem de um a cinco professores de Libras, sendo que um terço delas conta com dois professores – CO1, CO2, NE4, N2 e SE2 – e quatro universidades com apenas um professor de Libras – SE1, SE4, SE5 e S2.

Estes docentes estão lotados nas Faculdades e Institutos de Educação ou nas Faculdades e Cursos de Letras ou nos Cursos de Letras-Libras. Os professores da disciplina de Libras que estão lotados no Curso Letras-Libras iniciaram suas atividades nas Faculdades de Educação das universidades CO1 e NE4. Apenas em duas universidades os docentes responsáveis pela disciplina de Libras são lotados em outros locais: Faculdade Interdisciplinar em Humanidade – SE4, e Domínio Conexo¹⁹ – S1.

A formação inicial da maioria dos docentes que, hoje, atua como professor de Libras é em Pedagogia ou Letras, havendo dez professores formados em cada um desses cursos nas universidades pesquisadas. Dos dez professores formados na área da Letras, seis realizaram o Curso de Licenciatura em Letras-Libras, e destes, três

¹⁸ Para que os professores não sejam identificados, cada um será nomeado por uma sigla formada pela letra “P” que se refere a professor, seguida da sigla da região correspondente e por um número cardinal de acordo com a quantidade de universidades de cada região que forneceram informações para a pesquisa.

¹⁹ Segundo o professor que respondeu às questões, os professores da S1 “não são lotados por cursos ou departamentos, mas por domínios, então a Libras é do Domínio Conexo. Ou seja, transitamos por todos os cursos. O Domínio Conexo é composto por várias disciplinas”.

têm dupla formação, ou seja, já eram formados em outros cursos quando realizaram a formação específica. Há também professores formados nos Cursos de Licenciatura em História, Geografia, Filosofia, Artes Plásticas e Normal Superior, bem como nos Cursos de Bacharelado em Comunicação Social, Fonoaudiologia, Sistemas de Informação e Análise de Sistemas²⁰. Alguns professores informaram ter certificação do Pró-Libras - Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino de Libras.

No que diz respeito à formação no âmbito da pós-graduação, muitos professores realizaram mais de uma especialização, além de mestrado e doutorado. São bastante variadas as áreas das especializações que os professores de Libras possuem, sendo preponderantes a Especialização em Libras, Educação Especial, Educação ou Pedagogia Inclusiva e Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa. As demais especializações foram realizadas, cada uma, por apenas um professor: Psicopedagogia, Atendimento das Necessidades Educacionais Especiais, Formação para a docência no ensino superior, Ensino de língua espanhola como língua estrangeira e Gestão escolar.

Em nível de mestrado, há dezessete professores formados e três com formação em andamento, sendo preponderante a formação no campo da Educação. Há também cinco professores formados no campo da Linguística. Além de serem Mestres em Educação, Linguística e Letras, os professores de Libras são Mestres em Psicologia Social, Artes Cênicas e em Ensino de Ciências.

²⁰ Em relação à formação dos professores, as informações obtidas nem sempre se referiram a todos os professores de uma universidade, mas pelo menos de um ou dois professores. Com exceção de uma universidade em que dois professores responderam ao questionário, em todas as demais apenas um professor respondeu ao questionário, fornecendo informações sobre a formação acadêmica dos demais professores.

Nove professores estão fazendo ou já concluíram o Doutorado, sendo a maioria em Linguística ou em Educação, bem como em Letras e Psicologia Social. Um desses professores já concluiu o Pós-Doutorado na área da Educação.

Abaixo segue um quadro com as informações acerca da formação inicial e continuada dos professores de Libras das universidades pesquisadas:

Quadro 1 – Formação dos professores de Libras

Graduação		Pós-graduação <i>Lato sensu</i> - Especialização		Pós-graduação <i>Stricto sensu</i>	
Curso	Nº de Prof.	Curso	Nº de Prof.	Curso	Nº de Prof.
Pedagogia	10	Libras	6	Mestrado em Educação	12
Letras/Libras	6	Educação Especial	3	Mestrado em Linguística e Letras	6
Letras	4	Educação ou Pedagogia Inclusiva	3	Mestrado em Psicologia Social	1
Demais cursos de licenciatura	7	Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa	2	Mestrado em Artes Cênicas	1
Cursos de bacharelado	4	Psicopedagogia	1	Mestrado em Ensino de Ciências.	1
		Atendimento das Necessidades Educacionais Especiais	1	Doutorado em Educação	3
		Formação para a docência no ensino superior	1	Doutorado em Linguística ou Letras	5
		Ensino de língua espanhola como língua estrangeira	1	Doutorado em Psicologia Social	1
		Gestão escolar	1	Pós-Doutorado em Educação	1

Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

Percebe-se, a partir dos dados apresentados, que a maioria dos professores de Libras tem formação preponderantemente nas áreas da Educação e da Letras, o que é perceptível desde a formação inicial até o nível de doutorado. Assim como a sua lotação nas universidades, que acontece também nestas duas áreas, na maioria dos casos, em Faculdades ou Institutos de Educação ou em Faculdades e Institutos de Letras.

Nesse sentido, podem falar nas disciplinas de Libras aqueles docentes que tenham formação no campo da Educação ou da Linguística e que estejam lotados nas Faculdades de Educação ou de Letras. Esses dois campos acadêmicos são os lugares de onde se pode falar nas disciplinas de Libras. Conforme veremos, a seguir, esta mesma preponderância desses dois campos epistemológicos se evidencia na organização dos programas analíticos das disciplinas de Libras.

2. Discursos que circulam nas disciplinas de Libras:

O que se pode dizer?

Ao manejar os programas analíticos das disciplinas de Libras, a partir da análise específica da ementa, dos conteúdos programáticos e das referências bibliográficas, foi possível depreender que os discursos que ali circulam produzem e são produzidos por dois campos epistemológicos: Letras e Educação.

Em relação à bibliografia indicada nos programas analíticos, é possível visualizar a produção discursiva destes dois campos disciplinares. A maioria desses programas apresenta referências de ambos os campos²¹. Em duas universidades, as referências são

²¹ Cabe ressaltar que a universidade NE4 não indicou bibliografia por ter sido fornecida à pesquisa apenas uma resolução do Conselho Acadêmico (Resolução nº 14/2009) que determina a inserção da disciplina de Libras de forma obrigatória em todos os cursos de licenciatura e de forma optativa nos demais cursos, indicando apenas nomenclatura, carga horária e ementa.

apenas de um dos campos, ou dos estudos linguísticos e gramaticais da Libras (SE2) ou sobre educação de surdos(N2).

A divisão em dois polos de conhecimentos também se evidencia na análise específica das ementas e são ainda mais detalhados nos conteúdos programáticos das disciplinas de Libras. Em todas as ementas está presente alguma referência à educação de surdos e aos aspectos linguísticos e gramaticais da Libras. Além disso, em quatro ementas, também circulam elementos referentes à legislação e/ou aos estudos da linguagem do aluno surdo.

Para produzir as análises no polo de Letras, agrupei os discursos em pelo menos quatro subcampos: 1) aspectos linguísticos e gramaticais²² da Libras; 2) comunicação (sinalização e expressão em Libras); 3) léxico (vocabulário da Libras); e 4) estudos da linguagem do surdo.

Quanto aos discursos linguísticos e gramaticais da Libras, prevalecem aqueles que tratam dos níveis fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos da língua, por constarem em dez programas analíticos analisados. Também são frequentemente citados os aspectos gramaticais da Libras, tais como os pronomes, adjetivos, advérbios.

As referências bibliográficas que dão sustentação aos discursos deste subcampo são compostas por obras que descrevem a estrutura linguística e gramatical da Libras ou por livros de cursos de Libras – voltados para os professores de Libras, em sua maioria. A obra mais indicada nos programas analíticos da disciplina de Libras analisados é o livro *Língua de Sinais Brasileira - Estudos Linguísticos*, de Quadros e Karnopp (2004), no qual as autoras fazem uma descrição

²² A linguística e a gramática têm o mesmo objeto de estudo: a língua, entretanto, lançam olhares distintos sob ela. A linguística analisa os fatos da língua na sua situação de uso. A gramática descreve a forma da língua e traça normas para o seu uso.

da estrutura linguística da Libras, evidenciando seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos. Além deste, também se destaca as indicações do livro *Libras em Contexto: curso básico* (FELIPE; MONTEIRO, 2006) que:

[...] desde 1997, [...] tem sido referência para programas nacionais, executados pela Feneis (<http://www.feneis.org.br>), através de convênios com o MEC-SEESP, secretarias de educação estaduais e municipais, tem sido também utilizados em cursos livres, de extensão ou para a Disciplina Libras em universidades, faculdades, empresas, instituições públicas, privadas e religiosas, além de ser o material didático-pedagógico dos cursos na Feneis.²³

Outro livro bastante citado nos programas analíticos²⁴ é *Por uma gramática da língua de sinais*, de Lucinda Ferreira-Brito (1995), tendo sido um dos primeiros livros publicados no Brasil com um viés linguístico-gramatical. Cabe destacar que estas obras foram as primeiras publicações resultantes de pesquisas na área da linguística da língua de sinais, no Brasil, e que ainda se mantêm como referência. Elas foram, inclusive, utilizadas para dar respaldo à produção do Decreto Federal nº 5.626/2005.

Em relação aos discursos que dão ênfase à comunicação nos conteúdos programáticos, os mais referidos são os diálogos, a conversação, a interação, ou seja, as situações comunicativas em Libras que serão vivenciadas nas aulas. Em alguns programas analíticos, há referências específicas ao uso das expressões faciais e corporais e ao ensino de técnicas de tradução e interpretação.

²³ Disponível em: <<http://www.librasemcontexto.org/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

²⁴ A indicação de livros publicados e/ou distribuídos pelo MEC é recorrente nos programas analíticos das disciplinas de Libras. A publicação mais indicada - oito vezes em cinco universidades - é a obra de Tânia Amara Felipe e Myrna Salerno Monteiro (2006), *Libras em Contexto* - livro do professor e livro do aluno -, que foi distribuída pelo MEC, através da antiga Secretaria de Educação Especial – SEESP.

No que diz respeito ao léxico (vocabulário da Libras), os discursos que circulam nos conteúdos programáticos dos programas analíticos das disciplinas de Libras explicitam quais categorias semânticas serão aprendidas pelos futuros professores. Listagens de sinais estão presentes explicitamente em seis dos quinze programas analíticos analisados. Entre as categorias ou temas pelos quais os sinais são agrupados, os mais recorrentes são: escola, família, meses do ano, dias da semana, animais e cores. Em alguns programas analíticos consta somente a referência ao ensino de vocabulário, sem especificação. Este subcampo, no que se refere às referências bibliográficas, é composto por dicionários e glossários da Libras. Cabe ressaltar que, quando há dicionários indicados na bibliografia, é predominante a referência ao Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001; 2008)²⁵.

Ainda no campo epistemológico de Letras, foi possível agrupar discursos que se referem aos estudos da linguagem, os quais tratam da aquisição e desenvolvimento da linguagem do aluno surdo, mais especificamente da aquisição da Libras e da aprendizagem da Língua Portuguesa falada e/ou escrita. É destaque, neste subcampo, pela quantidade de vezes que é indicada nas referências bibliográficas das disciplinas de Libras, a obra *Educação de Surdos: A aquisição da Linguagem* (QUADROS, 1997) a qual descreve o processo de aquisição da linguagem por crianças surdas. Neste subcampo, também é bastante citada a obra *A criança surda: linguagem e*

²⁵ Cabe salientar que este dicionário foi distribuído pelo Ministério da Educação, gratuitamente, a partir de 2006, para escolas que atendem alunos dos primeiros anos do ensino fundamental, através do Programa Nacional do Livro Didático, financiado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 23 out. 2015.

cognição numa perspectiva sócio-interacionista, de Márcia Goldfeld, em sua segunda edição, de 2002²⁶.

No campo epistemológico da Educação, agrupei os discursos em pelo menos quatro subcampos: 1)inclusão; 2)bilinguismo e abordagens educacionais para alunos surdos; 3)cultura e identidades surdas; e 4)aspectos históricos, culturais, educacionais, sócio-antropológicos, clínicos, sócio-históricos e linguísticos dos surdos, da surdez e da língua de sinais.

Dentre estes subcampos, o que apresenta maior variação é o da inclusão. Quando tratam da inclusão, os programas analíticos das disciplinas de Libras fazem circular, principalmente, discursos acerca do Tradutor/Intérprete de Libras; do professor inclusivo e sua formação; do ensino e da escola inclusiva. Neste subcampo, também circulam discursos sobre a relação entre inclusão e a Educação Especial; a avaliação do aluno surdo incluído, e o papel do instrutor na escola regular.

O campo disciplinar da Educação é sustentado, bibliograficamente, tanto por obras que produzem e fazem circular discursos sobre a inclusão de alunos surdos na escola regular, quanto pelas obras que discutem o papel das línguas na educação de surdos – especialmente o bilinguismo e o letramento. Destaca-se, pela variedade de obras e quantidade de indicações, o campo dos estudos surdos, no qual, dentre as obras mais citadas, encontra-se o livro *A surdez: um olhar sobre as diferenças*, organizado por Carlos Skliar, em suas diferentes edições²⁷, indicado em nove programas analíticos. No entanto, os estudos surdos não tomam destaque nem nas ementas,

²⁶ A primeira edição desta obra é de 1997.

²⁷ Este livro teve sua primeira edição em 1998, e, atualmente, está em sua 7ª edição, publicada em 2015.

nem nos conteúdos programáticos indicados nos programas analíticos da disciplina de Libras analisados.

Na área da Educação, também há indicação de livros sobre o papel do Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa na educação de surdos, bem como sobre o processo de ensino e de aprendizagem do aluno surdo. Percebe-se que é bastante abrangente este campo disciplinar, por ser permeado por diferentes perspectivas.

Além destas duas áreas de conhecimento – Letras e Educação –, em sete programas analíticos há referências específicas ao estudo de leis, resoluções e decretos na disciplina de Libras, com enfoque na Lei Federal nº 10.436/2002 e no Decreto Federal nº 5.626/2005. Cabe ressaltar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) só foi indicada uma única vez (S1). Uma das universidades (CO1) indicou também a legislação estadual e municipal que reconhece a Libras.

Há também partes dos programas que não se adequaram a nenhuma das áreas, especificamente, e foram alocadas na categoria “outros”. Nesta categoria, estão discursos que, mesmo não excluindo a área de Letras e/ou da Educação, não se restringem a estes campos específicos do conhecimento, podendo remeter-se a questões de acessibilidade, cultura, questões clínicas, entre outras. Um exemplo disso, que pode ser visualizado, em relação às referências bibliográficas, é o livro *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda* (GESSER, 2009), que poderia estar no campo da Letras por abordar a língua de sinais em suas dimensões linguísticas e as características linguísticas da pessoa surda, mas que também poderia estar no campo da Educação por tratar da educação da pessoa surda e dos diferentes entendimentos que podemos ter da surdez. Esta obra é

referência bibliográfica de sete programas analíticos da disciplina de Libras, de um total de quinze.

A partir do entrecruzamento dos dados, percebemos uma desconexão entre cada um dos elementos que compõem o programa analítico. Por exemplo, a CO2 tem como ementa:

Noções históricas da inclusão de surdos na sociedade brasileira. Aspectos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (grifo meu).²⁸

Esta ementa está dividida em dois polos epistemológicos distintos: educação de surdos e aspectos linguísticos da Libras. No entanto, na bibliografia indicada, só há uma referência complementar no campo da linguística da língua de sinais. É no mínimo intrigante o fato de que um dos polos esteja embasado em apenas uma referência bibliográfica complementar. Isso se confirma ao olhar os conteúdos programáticos deste programa, pois fica perceptível a prevalência de conteúdos sobre a educação de surdos em detrimento dos demais. Assim, mesmo sendo indicados outros conteúdos, prevalecem os relacionados à educação dos alunos surdos, o que não é evidente na ementa.

É semelhante o que ocorre com a SE5, que indica em sua ementa vários elementos acerca dos estudos linguísticos e gramaticais da Libras:

Bases Linguísticas de LIBRAS - Analisa as bases da LIBRAS do ponto de vista linguístico: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Enfoca a questão da Língua Natural. Apresenta o sistema de transcrição e tradução de sinais. Propõe vivências práticas para a aprendizagem da LIBRAS. Aspectos

²⁸ Os excertos retirados da materialidade desta pesquisa serão apresentados em fonte Arial a fim de diferenciá-los do corpo do artigo.

históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do Bilinguismo. (grifo meu).

Nos conteúdos programáticos desse programa fica nítida a prevalência dos conteúdos linguísticos e gramaticais, bem como os relacionados à comunicação e ao léxico da Libras. No entanto, nas referências bibliográficas, só há indicação de um dicionário de Libras. Esta é uma obra que apenas registra o léxico da Libras, não havendo qualquer outra referência que dê bases teóricas para o estudo linguístico da língua de sinais.

Outra desconexão perceptível é a indicação preponderante de referências bibliográficas acerca dos estudos da linguagem do aluno surdo sem que haja qualquer referência a tais estudos na ementa e nos conteúdos programáticos. Isso é nítido em pelo menos três programas analíticos de Libras das universidades analisadas (NE2, SE2 e SE5), dentre as quais destaco a ementa da NE2:

Fundamentos histórico-culturais da Libras e suas relações com a educação dos surdos. Parâmetros e traços linguísticos da Libras. Cultura e identidades surdas. Alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Uso do espaço. Classificadores. Vocabulário da Libras em contextos diversos.

Essa descrição detalhada dos elementos que compõem os programas analíticos e dos discursos postos a circular nas disciplinas de Libras possibilita a visualização das bases epistemológicas que estão dando sustentação a esta rede discursiva. Quando se escolhe estes e não outros conteúdos, ementas e bibliografias para compor o programa da disciplina de Libras, são assumidos determinados posicionamentos epistemológicos, vinculando-se a determinadas perspectivas sobre quem é o surdo, o que é a Libras e a educação das pessoas surdas. Isso produz efeitos discursivos na formação de

professores. Nesse sentido, cabe questionar que professor está sendo formado a partir da escolha por estes, e não outros pressupostos epistemológicos?

3. Efeitos discursivos da disciplina de Libras: que implicações têm quem fala e o que se fala?

A partir da análise descritiva dos discursos que circulam nos programas analíticos das disciplinas de Libras é possível afirmar que são dois os polos epistemológicos que estão sustentando os discursos que circulam nestas disciplinas inseridas nos cursos que formam professores no Brasil: Letras e Educação. Existe uma grande incidência de discursos destes dois campos, tanto nas ementas quanto nos conteúdos, bem como nas referências bibliográficas indicadas nos programas analíticos analisados. Cada um destes campos se desdobra de diferentes formas, abrangendo enfoques e perspectivas diversas. São estes dois polos disciplinares que definem o pensável e o dizível nas disciplinas de Libras. Deste modo, o currículo dessas disciplinas vem produzindo verdades que são legitimadas pelos discursos linguísticos e/ou educacionais.

A lotação dos professores de Libras nas universidades contribui para a definição de quem pode falar, produzir e fazer reverberar e circular os discursos nos programas analíticos. Além da lotação, a formação destes professores também nos indica quem pode falar nesta disciplina. Se olharmos para a lotação e para a formação inicial e em nível de pós-graduação - *lato e stricto sensu* - dos professores de Libras, das universidades pesquisadas, fica evidente que elas também estão divididas nestes dois campos teórico-epistemológicos.

Segundo Foucault, o ritual “[...] define a qualificação que devem possuir os indivíduos [...]; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o

discurso” (2006, p.39). No que se refere ao funcionamento do discurso produzido, que circula no currículo da disciplina de Libras, fica estipulado que pode falar aquele que é formado em Pedagogia ou Letras e que é lotado na Faculdade de Educação ou Letras. Além disso, nesta disciplina, é possível falar a respeito da educação de surdos e/ou da Libras pelo viés linguístico e gramatical.

Ao afirmar esta polarização dos discursos nos currículos das disciplinas de Libras não estou afirmando que todos os programas analíticos coletados digam a mesma coisa, pois eles se apresentam de formas diferentes, dispondo os conteúdos de modos distintos. Porém, os campos teórico-epistemológicos nos quais tais conteúdos se sustentam são da Letras e da Educação.

O campo da Educação está imbricado com o campo da Letras e vice-versa, apesar de serem campos epistemológicos distintos. Quando se fala em Educação de Surdos, é praticamente impossível não falar das línguas que envolvem o processo educacional. E, quando o assunto é a língua de sinais, por exemplo, é muito difícil não associá-la à educação de surdos. Sendo assim, é tênue a fronteira entre os dois campos disciplinares, tendo em vista que um dá sustentação ao outro.

Desse modo, os saberes autorizados e legitimadores das verdades produzidas nas/pelas disciplinas de Libras são os saberes da Educação e da Letras. Uns legitimam a língua. Outros dão sustentação à inclusão. Logo, um captura o outro, em um jogo de imanência. A educação de surdos é capturada por uma discussão linguística. Contudo, ao mesmo tempo, o ensino da língua é capturado pelo imperativo da inclusão. Nesse sentido, nestas disciplinas, o ensino tem sido sobre a língua e sobre os surdos, num contexto educacional inclusivo, e não necessariamente consiste no ensino da língua.

Observou-se que, de um modo geral, nas ementas e nos conteúdos programáticos, prevalecem os discursos linguísticos e gramaticais da Libras. Já em relação aos discursos que circulam nas referências bibliográficas, a maioria trata da educação ou do desenvolvimento da linguagem do aluno surdo. Ou seja, tais discursos produzem muito mais quem é o futuro aluno surdo destes, hoje, licenciandos, do que aborda a Libras, propriamente dita. Isso reafirma a consonância dos discursos que circulam na disciplina de Libras com os discursos que produzem a inclusão como um imperativo, os quais estão produzindo um determinado professor – o professor inclusivo –, que deverá ser capaz de incluir os alunos surdos na escola regular, sendo a Libras uma dos instrumentos a ser utilizado para fazê-lo.

Há aí uma desconexão, se considerarmos o que prevalece em cada uma das partes que compõem os programas analíticos, a qual poderia ser justificada pelo fato de, no Brasil, a língua de sinais ter sido reconhecida há pouco tempo – há quatorze anos, em 2002 –, e os estudos linguísticos e gramaticais, bem como, e principalmente, os relativos à linguística aplicada da Libras, ainda serem poucos ou pouco aprofundados, em comparação com os estudos de outras línguas como o Inglês, o Português e o Espanhol, por exemplo. Em contrapartida, também é possível argumentar que, mesmo que o reconhecimento da Libras tenha ocorrido há pouco tempo, os estudos linguísticos desta língua vêm acontecendo há bem mais tempo, cerca de pelo menos trinta anos, no Brasil, e foram estes estudos que subsidiaram o próprio reconhecimento legal da Libras. Por outro lado, cabe questionar a prevalência de conteúdos e ementas com um viés bastante acentuado no campo da linguística sem que haja embasamento teórico indicado na bibliografia.

Cabe ressaltar que, na análise empreendida dos discursos que circulam no Decreto Federal nº 5.626/2005, também se verificou a prevalência dos discursos do campo da linguística, bem como daqueles que produzem a inclusão, especialmente a inclusão escolar. Nesse sentido, os discursos que circulam nas disciplinas de Libras articulam-se e substanciam os discursos produzidos pelo decreto. Nessa rede discursiva, o que se vê é uma articulação, especialmente entre os campos da linguística e da educação, para potencializar o imperativo da inclusão. Esta, para além de uma luta epistemológica, é uma luta política em torno do poder de significação. Silva (2010, p. 24) argumenta que:

Efeitos de sentido não são verdadeiros ou falsos; eles são, mais mundanamente, mais profanamente, “apenas” efeitos de verdade. As lutas por significação não se resolvem no terreno epistemológico, mas no terreno político, no terreno das relações de poder.

A rede discursiva produzida pelo conjunto de discursos que circulam nos programas analíticos das disciplinas de Libras é tecida pelos campos da Letras e da Educação. Esta é a ordem discursiva estabelecida: nas disciplinas de Libras é preciso falar sobre a língua em si, a partir de um enfoque linguístico e/ou gramatical, bem como sobre a educação e o desenvolvimento linguístico do aluno surdo. São dois os campos disciplinares, que agrupam o que pode ser dito nas disciplinas de Libras e que são postos em circulação nos programas analíticos.

Ao evidenciar quem vem sendo autorizado a falar e os discursos que vem sendo colocados em circulação nas disciplinas de Libras estou problematizando os efeitos discursivos produzidos pela inserção obrigatória da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura. Veiga-Neto (2012, p.280) argumenta que:

[...] nos daremos conta também de que as coisas são o que são graças às contingências históricas e não por causa de alguma necessidade, fatalidade ou obrigação de serem o que são. E até pode parecer um truísmo, mas não é: se as coisas são o que são, poderiam não ser o que são ou poderiam vir a não ser mais o que são

Nesse sentido, tensionar, desnaturalizar, problematizar, perceber a contingência da inserção da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura é o que dá condição de possibilidade para que mudanças, mesmo que pequenas ou em bocados, aconteçam.

Referências

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.**

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002** – Lei de Libras. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>.

Acesso em: 02 abr. 2012.

BRASIL/MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte.

Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. Volume I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FELIPE, Tanya Amara; MONTEIRO, Myrna Salerno. **Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 6ª. Edição.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma Gramática da Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13ª ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola: São Paulo, 2006.

GESSER, A. **Libras?** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002

LÜDKE, Menga. O papel da pesquisa na formação de professores. In: OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (org.). **Professor: formação, saberes e problemas**. Porto: Porto Editora, 2014. p. 50 – 65.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: A aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira - Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 1ª. ed., 4ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SKLIAR, Carlos B. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50 maio-ago. 2012, p. 267-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a02.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

DISCURSO, PODER E CIÊNCIAS HUMANAS A POLÍCIA EM FOUCAULT E PARA ALÉM DELE

AUGUSTO JOBIM DO AMARAL²⁹

LUCAS E SILVA BATISTA PILAU³⁰

RESUMO: O presente texto pretende trazer a abordagem foucaultiana sobre a *polícia* através da análise da genealogia dos poderes, delimitando seu papel na arte de governar e tendo a vida como objeto dos cálculos estatais (biopolítica), quer dizer, interrogar suas funções como instituição penal. Além disso, através de autores como Giorgio Agamben, Jacques Derrida e Walter Benjamin, busca-se trazer novos horizontes acerca da entrada da soberania na imagem da polícia, apontando seu papel no âmbito da moderna governamentalidade político-democrática, em que sua condição se torna indefinível no plano da realidade, através dos momentos de decisão sobre a vida e a morte. Assim, aduz-se claramente seus usos ilegítimos, como preservadores da violência no direito.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia; Foucault; Governamentalidade; Exceção; Soberania.

²⁹ Doutor em Altos Estudos Contemporâneos (Ciência Política, História das Ideias e Estudos Internacionais Comparativos) pela Universidade de Coimbra. Doutor, Mestre e Especialista em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Programa de Pós-Graduação (Doutorado e Mestrado) em Ciências Criminais da PUCRS. E-mail: guto_jobim@hotmail.com.

³⁰ Mestrando em Ciências Criminais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Advogado. E-mail: lucas.pilau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Paul-Michel Foucault foi um filósofo francês que produziu em larga escala. Além de livros publicados, seus cursos no *Collège de France* (instituição onde proferiu conferências semanais de 1970 até sua morte em 1984) já foram transcritos por ex-alunos e especialistas, havendo tradução em diversas línguas³¹. Devido à amplitude de suas análises, são diversas as áreas do conhecimento que aproveitam de suas obras: da psiquiatria à filosofia, do direito à educação.

Nesse sentido, apenas de maneira didática, a produção de Foucault pode ser dividida em três grandes fases: arqueologia do saber, genealogia do poder e ética. A segunda fase é onde o presente trabalho se localiza e, ademais, instante que Foucault, para a realização de seus cursos e de alguns livros a partir da década de setenta, buscou base especial também em Friederich Nietzsche, com o intuito de desvelar as relações de poder que correspondem às produções de saber.

Assim, importa por agora demonstrar algumas análises realizadas por Foucault sobre a *polícia*, adiantando-se que ela, em sua versão moderna, está inscrita numa nova governamentalidade, de modo que, no século XVIII, não visava a mera regulamentação dos indivíduos, mas a repressão das possíveis desordens da chamada *população*: um mecanismo que funciona a partir do desenvolvimento de um biopoder ou de uma biopolítica, onde a vida das pessoas passam a fazer parte dos cálculos estatais.

Além disso, busca-se trazer as apreciações realizadas pelo pensador italiano Giorgio Agamben, o qual, de forma bastante peculiar, deu prosseguimento aos rastros deixados por Michel Foucault e sua noção

³¹ Para uma noção geral, ver CASTRO, Edgardo. Introdução a Foucault. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

de *biopolítica*, aliando-a às teorias de Hannah Arendt, Walter Benjamin, entre outros autores³²; assim como Jacques Derrida, para buscar compreender, numa visão radical, a atuação da polícia, como extensão do poder soberano, dentro do modelo político democrático.

Diante disso, o trabalho é dividido em dois momentos: num primeiro momento, tenta-se trazer a abordagem de Michel Foucault sobre polícia constante em seu famoso livro *Segurança, Território e População*, no qual não só aponta o surgimento da instituição policial nos séculos XV e XVI, mas avança-se para demonstrar sua operacionalidade na arte de governar com mecanismos de segurança. Após, problematiza-se a questão da polícia contemporânea a partir dos rastros deixados por Giorgio Agamben, Jacques Derrida e Walter Benjamin.

2 O NASCIMENTO DA POLÍCIA EM MICHEL FOUCAULT: DO CONTROLE À REPRESSÃO – O GOLPE DE ESTADO PERMANENTE

Foi com o surgimento da população, a partir do século XVIII, que o poder soberano, o qual se pautava, preponderantemente, por mecanismos jurídico-legais e disciplinadores sobre seus súditos, vai, aos poucos, cedendo lugar à arte de governar. Com a abertura das cidades (antes muradas) e a necessidade de circulação (de mercadorias e pessoas), mecanismos de segurança começam a ter preponderância. Foucault demonstra que se antes as medidas tomadas pelo poder soberano visavam a multiplicidade de indivíduos – assim tomados e vistos como súditos – a partir do século XVIII é no nível da população que as ações econômico-políticas do governo passarão a se dar, vez que a população se torna o objetivo final. Os exemplos da escassez alimentar

³² Para uma melhor compreensão das análises contemporâneas realizadas por Giorgio Agamben em torno do estado de exceção, ver PONTEL, Evandro. Estado de exceção: estudo em Giorgio Agamben. Passo Fundo: IFPE, 2014.

e das epidemias trazidos por Foucault são bastante ilustrativos para demonstrar o giro de um poder engessado em medidas repressivas (leis, decretos, ordens, etc.) para um poder em que a dinâmica da sociedade (e principalmente da população) passar a ser a base de todas as ações governamentais, pautadas em mecanismos de segurança.

A escassez alimentar era vista como um flagelo para a população e como crise do governo ou também como má fortuna – numa visão filosófica da desgraça política que se dá na falta de alimentos³³. Para tanto, o soberano dispunha de todo um aparato jurídico e disciplinar para preveni-la: limitação de preços e do direito de estocagem (na medida em que quando faltava alimentos, as pessoas não o vendiam, de modo a impor sua venda imediata), limitação de exportação (para que fique com a população que a necessita) etc.. Trata-se de um sistema de antiescassez da época mercantilista, de modo que todas essas proibições e impedimentos fariam com que os cereais fossem colocados no mercado o mais depressa possível. Nota-se que o soberano buscava, a partir de um acontecimento eventual (escassez alimentar) impor disciplina e meios repressivos para que prevenir ou até mesmo extirpar esse acontecimento, o qual causava, de um lado, altos preços (devido à farta demanda) e, ao fim e ao cabo, o que mais trazia temor ao reino: na falta de alimentos, revoltas da população³⁴.

No entanto, a partir do século XVIII, uma nova teoria econômica, derivada da doutrina fisiocrática passa a colocar como princípio fundamental do governo econômico o princípio da liberdade de comércio e de circulação dos cereais³⁵. Para Foucault, é instalado um

³³ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 41.

³⁴ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 42-3.

³⁵ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 44.

novo dispositivo de segurança, o qual iria na mão contrária de somente olhar para o mercado interno, passando a ampliar a visão sobre as possibilidades de estabilização do mercado nas épocas de escassez alimentar: a economia política³⁶. Se antes apenas vislumbrava-se a relação escassez alimentar-carestia, agora se vislumbrará toda a cadeia de produção dos cereais (e as condições climáticas, qualidade do terreno, abundância, escassez, colocação no mercado, etc.) até o momento em que passa pelos seus protagonistas – internos e externos – para tentar entender como agem em determinada situação até ao fim chegar aos consumidores³⁷.

É isso tudo, isto é, esse elemento de comportamento plenamente concreto do *homo oeconomicus*, que deve ser levado igualmente em consideração. Em outras palavras, uma economia, ou uma análise econômico-política, que integre o momento da produção, que integre o mercado mundial e que integre enfim os comportamentos econômicos da população, produtores e consumidores³⁸.

Ainda, nessa oposição disciplina/segurança, é interessante analisar como se dá a *normalização* sobre a população em um e outro, voltando-se para análise realizada por Foucault acerca das epidemias. Segundo ele, a disciplina analisa e decompõe os elementos que são suficientes para serem percebidos, de um lado, e modificados, de outro. Ela otimiza as sequencias e coordenações; o modo como os gestos devem se encadear; como os soldados devem ser divididos por manobras; como distribuir as crianças escolarizadas por hierarquias e dentro de

³⁶ Na impossibilidade de adentrar de forma mais profunda no tema, torna-se necessário destacar que a economia política, na forma do liberalismo e do neoliberalismo, é para Foucault a forma de saber que dá suporte a essa nova razão governamental. Para mais detalhes, principalmente sobre suas noções e objetivos de autolimitação do governo, ver FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008, pp. 19-24.

³⁷ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 44.

³⁸ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 53.

classificações³⁹. Em suma, demarca o normal do anormal, a partir de um modelo ótimo que é construído em função de um certo resultado, consistindo a normalização da disciplina em tornar as pessoas, os gestos, os atos, conforme esse modelo, sendo normal aqueles que são capazes de se conformar com a norma e anormal os que não são. Para ele, trata-se, na verdade, de uma normação e não uma normalização⁴⁰.

Destaca-se que foi em *Vigiar e Punir* que Michel Foucault aprofundou – pois em obras anteriores já havia tocado no tema⁴¹ – o estudo do poder disciplinar, a partir de uma “história das práticas punitivas”, percorrendo desde o suplício até os meios modernos de aprisionamento e caminhos da disciplina, a qual, segundo ele, através da pena, agirá sobre o indivíduo para maximizar sua utilidade econômica⁴².

Diante disso, Foucault demonstra que, se antes se tentava impedir as doenças impondo restrições – como aprisionamento em instituições médicas ou quarentenas –, a partir do século XVIII, uma doença endêmico-epidêmico irá demonstrar que esses procedimentos já não são mais aplicáveis: a varíola, como é chamada, será inoculada no paciente, a fim de provocar-lhe seus efeitos no mundo real para que, junto de

³⁹ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 75.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 75.

⁴¹ “O que é esse poder? A hipótese que eu queria propor é que existe em nossa sociedade algo como um poder disciplinar. Com isso entendo nada mais que uma forma de certo modo terminal, capilar, do poder, uma última intermediação, certa modalidade pela qual o poder político, os poderes em geral vêm, no último nível, tocar os corpos, agir sobre eles, levam em conta os gestos, os comportamentos, os hábitos, as palavras, a maneira como todos esses poderes, concentrando-se para baixo até tocar os corpos individuais, trabalham, modificam, dirigem o que Servan chamava de ‘fibras moles do cérebro’. Em outras palavras, creio que o poder disciplinar é certa modalidade, bem específica em nossa sociedade, do que poderíamos chamar de contato sináptico corpo-poder” (FOUCAULT, Michel. O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 50).

⁴² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 118.

outras circunstâncias, eles pudessem ser anulados⁴³. Não é difícil notar que a morfologia do mecanismo de segurança aplicado à varíola é a mesma da escassez alimentar, vez que já não se tenta mais impedir sua ocorrência através de dispositivos jurídico-legais ou disciplinares, mas deixa-se que ocorram como dados a serem prevenidos e, no limite, controlados. Deixa-se de se ver a doença como algo reinante na sociedade – elemento de uma época, de uma cidade, de um grupo – e passa-se a vê-la como fruto de um caso, algo individualizado e distribuída na população circunscrita no tempo ou no espaço⁴⁴.

Esses exemplos servem para demonstrar a principal diferença entre os efeitos capilarizados da disciplina e as redes com que os mecanismos de segurança trabalham. Mas também para demonstrar a função da polícia nesses dois modelos, que vai se diferenciando na medida em que a arte de governar – com dispositivos de segurança – uma população vai ganhando preponderância. Se num primeiro momento, séculos XV e XVI, a palavra *polícia* conotava três sentidos – as comunidades que eram regidas por autoridades públicas, os atos emanados por autoridades públicas e os regimentos associados à maneira de governar – e a partir do século XVII o sentido muda. A polícia passa a ser o *esplendor* do Estado, tendo como função principal fazer crescer suas forças ao mesmo tempo que mantém a ordem interna.

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de “polícia” o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo

⁴³ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 78.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 79.

estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças.

A polícia, então, possuía funções amplas funções na arte de governar, preocupando-se com os jovens, com o comércio, com a caridade, com a saúde pública, com os bens, e constituindo-se como uma função inerente do Estado, junto da justiça, do exército e das finanças⁴⁵. Servia como instituição que agia sobre o corpo dos indivíduos para que as disposições do poder soberano e dos aparatos disciplinares emanados à sociedade funcionassem: desde o sistema antiescassez já trazido até a segregação (definitiva ou provisória) de pessoas consideradas doentes, tendo também como forma de aplicação da disciplina (e docilização de corpos) o meio prisional. O objetivo da polícia, em suma, era o controle e a responsabilidade pelas atividades dos homens, já que essas atividades poderiam constituir um diferencial no desenvolvimento das forças do Estado⁴⁶.

É interessante notar que a polícia não é o soberano agindo através da justiça, mas sim diretamente sobre seus súditos, através de decretos, regulamentos, proibições e instruções. Não se trata do prolongamento da justiça. Trata-se, isso, da governamentalidade do soberano como soberano: um golpe de estado permanente⁴⁷, agindo em nome e em função de princípios com racionalidade própria, sem se moldar ou modelar pelas regras estabelecidas pela justiça⁴⁸.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 431.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 433.

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 457.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 457.

No entanto, a partir das teses dos economistas do século XVII, um novo saber é introduzido (economia política) e passa-se a ver uma natureza modificável na população, não havendo mais necessidade de que tudo seja regulado – do sistema de escassez às doenças, como descrito, entre outros elementos trazidos por Foucault⁴⁹. A liberdade, que vai do comércio às cidades, passa a ser introduzida como elemento essencial para a arte de governar a partir de mecanismos de segurança. Por óbvio, uma liberdade artificial, organizada, regulada e fabricada a cada instante⁵⁰. Portanto, não se busca mais a regulação dos indivíduos, mas a gestão da população⁵¹.

Nessa virada, a função da polícia, que antes era de regulamentar tudo, como já exposto, passa a ser, nessa nova governamentalidade, a de eliminar as possibilidades de que se produzam certas desordens⁵². O antigo projeto de polícia, vinculado à regulamentação da vida, se desarticula e a repressão das desordens passa ser sua nova e moderna função⁵³. O que era objeto da polícia nos séculos XVII e XVIII – fazer as forças do Estado crescer respeitando a ordem geral – acaba tomado por outros mecanismos, quais sejam a economia política, a gestão da população, etc. Ao contrário dessas funções de incentivo-regulação, a instituição policial passa a ter uma função negativa, tentando fazer com que se diminua o máximo possível de desordens.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 465.

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008, p. 88.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 474.

⁵² FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 475.

⁵³ FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 475.

Assim, nota-se que para Foucault o surgimento da polícia está diretamente atrelado às formas de saber⁵⁴ que constituíam a sociedade, sendo bastante notável que quando a economia política, a partir do século XVII, passa a ser preponderante na arte de governar, suas funções, que antes eram amplas e estavam vinculadas às noções de controle e regulamentação das vidas que constituíam e elevavam as forças do Estado, passam a ser de repressão e de mitigação de desordens, alterando inteiramente sua noção e assumindo um sentido puramente negativo.

3 A ENTRADA DA SOBERANIA NA IMAGEM DA POLÍCIA: UM MAL DE POLÍCIA⁵⁵

Alguma lição emerge desencadeada pelo cenário atual de (auto)compreensão social, podendo ser percebida entorno do ponto de difração indicado pela *entrada definitiva da soberania na imagem da polícia*. Justamente, na medida em que o poder soberano é aquele que preserva o direito de agir e impor soberanamente (até) a morte aos cidadãos a cada momento, definindo-os como vida nua (“porque eu quis!” poderá sempre proclamar algum impávido agente da ordem...), ao contrário de algum senso comum que pode na polícia ver apenas a função administrativa de execução do direito (primado sob o ponto de vista interno que pode ser retratado na orgânica afirmação da hierarquia e do cumprimento de ordens), não é temerário arriscar que esteja aí o

⁵⁴ Ao mesmo tempo que a polícia está atrelada às formas de saber, ela mesma, a partir do século XIX, passará a ser central na formulação de novos saberes. A investigação policial, com a obrigatoriedade por parte de delegados, governadores de departamentos e funcionários da polícia de, quando realizado o envio de indivíduo para um lugar de detenção, formular um relatório sobre seu comportamento e suas motivações, irão produzir uma forte relação entre poder-saber. Ou seja, todos os agentes do poder passarão também a serem agentes de constituição de um saber (FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015, p. 213).

⁵⁵ Para uma visão mais ampla e relacionada à uma criminologia radical, ver AMARAL, Augusto Jobim do. “Mal de polícia” – À propósito de uma criminologia radical. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 22, vol. 111, nov-dez/2014, p. 263-291.

local de maior clareza e proximidade da *troca constitutiva entre violência e direito*, precisamente a *imagem soberana*. Vez mais: é no movediço terreno da contiguidade entre violência e direito que a polícia se apresenta. Se o soberano é, de fato, vez mais aquele que, proclamando o estado de exceção e suspendendo a validade da lei, assinala o ponto de indistinção entre violência e direito, propriamente é a *polícia que se move desde o próprio estado de exceção*⁵⁶.

Giorgio Agamben⁵⁷, com sua intensa genealogia sobre o conceito de *segurança*, na esteira foucaultiana, alerta que tal *campo* – além de convocar a todos “por razões de segurança” a abrir mão daquilo que em qualquer outra circunstância não teríamos motivos para aceitar, nos dizeres de Hannah Arendt⁵⁸ – é diretamente hoje representação de uma *tecnologia permanente de governo*. Este arrepiante e ficcional estado, no qual convergem as razões securitárias, faz identificar a normalidade com a crise e qualquer instante de decisão que não seja a da perpétua exceção desaparece. Importa destacar que foi na revolução francesa que o conceito de *segurança* (*sureté*) liga-se inexoravelmente ao da *polícia*, momento em que a definição de ambas se dá mutuamente, jamais de maneira isolada.

A cada tempo, exibem-se por armas (cinicamente não letais, mas apenas para certa clientela), um poder ao mesmo tempo amorfo e metódico, espectral e violento que se realiza na criminalização do inimigo, primeiro excluído de qualquer humanidade e depois aniquilado por alguma “operação de polícia”. Entretanto, qualquer governante impávido diante do deslizamento da soberania às áreas obscuras da

⁵⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, pp. 23-36.

⁵⁷ AGAMBEN, Giorgio. “Por uma Teoria do Poder Destituente”, (11.02.2014), 5dias.net web: Disponível em: [<http://5dias.wordpress.com/2014/02/11/por-uma-teoria-do-poder-destituente-de-giorgio-agamben>]. Acesso em: 05.2016.

⁵⁸ ARENDT, Hannah. *Eichmman em Jerusalém*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 314.

polícia, não raro ainda, investidor assíduo das baterias criminalizadoras do outro, não pode esquecer que a virtualidade de tal imagem também poderá concretizar-se sobre si. É a criminalização do adversário que se rende necessária no corolário soberano. Não há espaço aí para engano, pois quem quer que vista o triste manto da soberania, como assinala Agamben⁵⁹, no fundo sabe poder ser um dia ser tratado como criminoso – mostrando, afinal, a sua original promiscuidade com ele.

Se é da impossibilidade de narrar Auschwitz como catástrofe prototípica⁶⁰ que deve advir o dever simultâneo de se extrair a expressão mais aguda de uma matriz racional⁶¹, é porque, em termos genocidas, não podemos esquecer jamais que isto foi realizado por *forças de polícia*. A “solução final”, deste ponto de vista, nunca deixou de ser, a sua vez, além da uma decisão histórico-política estampada na Conferência de Wannsee em janeiro de 1942, como assevera Derrida, uma “decisão de polícia, de polícia civil e de polícia militar, sem que se possa jamais discernir entre as duas”⁶². Genocídios são e continuarão a ser concatenados institucional, burocrático e juridicamente vi sistema penal e, para além dele, por dispositivos legais de uma razão jurídico-estatal, sobretudo transbordando-a organizados como *força de polícia-força de lei*. Como extrema consequência de uma lógica do nazismo, esta radicalização do mal está ligada também a uma fatal corrupção da democracia parlamentar e representativa por parte de uma polícia

⁵⁹ AGAMBEN, Giorgio. “Polizia sovrana”. *Mezzi senza fine: Note sulla politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1996, p. 86.

⁶⁰ SOUZA, Ricardo Timm de. *Justiça em seus termos – Dignidade humana, dignidade do mundo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, pp. 07-08.

⁶¹ BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e holocausto*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 37.

⁶² DERRIDA, Jacques. “Force de Loi: “Fondement Mystique de l’Autorité”. *Cardozo Law Review*, vol. 11, n. 5-6. P. 919-1045. Translated by Mary Quaintance. New York. July-aug. 1990, p. 1041.

moderna de si inseparável, convertida em legisladora e cuja *espectralidade* acaba por governar a totalidade do espaço político⁶³.

Nada à toa que um dos mais radicais textos sobre a crise do modelo de democracia burguesa, liberal e parlamentarista deposite um de seus nós górdios sobre a figura da polícia. Será desde a firma de Walter Benjamin a condução num patamar inédito – sob sua “filosofia da história” principalmente através do clássico “Crítica da Violência – Crítica do Poder” (*Zur Kritik der Gewalt*) – do âmago do conceito de violência indissociável do direito⁶⁴. Sobre o interesse do monopólio da violência pelo direito que repousa a própria tautologia fundadora da lei: o direito protege a si através desta performance⁶⁵. Neste traço, (des)construir com Derrida e Benjamin passa por destacar uma *violência fundadora* (*die rechtsetzende Gewalt*), que institui e estabelece o direito, e uma *violência que conserva* (*die reschtserhaltende Gewalt*), mantém e confirma o direito, permitindo vislumbrar, além do fato de que a violência não é exterior a ordem do direito mas vem dele e o ameaça ao mesmo tempo, a *proposição* de um momento (não de oposição!) que ambas tocam-se numa espécie de “contaminação *diferencial*” – algo como que um instante de “iterabilidade” (*iterabilité*), de posição e conservação do direito que não se poderá romper. Em suma, a violência que funda implica a violência da conservação do direito. Aquilo que, já no seu âmago mais profundo, suspende-o.

⁶³ DERRIDA, Jacques. “Force de Loi: “Fondement Mystique de l’Autorité”. *Cardozo Law Review*, vol. 11, n. 5-6. P. 919-1045. Translated by Mary Quaintance. New York. July-aug. 1990, p. 1041.

⁶⁴ BENJAMIN, Walter. “Crítica da Violência – Crítica do Poder”. *Documentos de Cultura*, *Documentos de Barbárie* (escritos escolhidos). Seleção e apresentação de Willi Bolle. Tradução de Celeste de Sousa et. al. São Paulo: Cultrix/USP, 1986, pp. 160-175.

⁶⁵ BENJAMIN, Walter. “Crítica da Violência – Crítica do Poder”. *Documentos de Cultura*, *Documentos de Barbárie* (escritos escolhidos). Seleção e apresentação de Willi Bolle. Tradução de Celeste de Sousa et. al. São Paulo: Cultrix/USP, 1986, p. 162.

Tocamos inelutavelmente o cerne da questão sem subterfúgios. A anomalia da juridicidade inscreve-se ruidosamente, “pois o poder mantenedor do direito é um poder ameaçador”⁶⁶. Ameaça *ao* e *do* direito desde seu interior, não essencialmente uma força bruta pronta a atingir certo fim, entretanto, contraditoriamente, autoridade que consiste em ameaçar ou destruir uma ordem de direito dada, precisamente aquela mesma que concedeu ao direito esse direito à violência. Ameaça *do* direito: em si ameaçador e ameaçado, *destino* que vem dele e a ele ameaça⁶⁷. Se a origem do direito, pois, é uma posição violenta, este instante se manifesta de maneira mais pura ali exatamente onde é mais absoluto, sob o adágio da decisão sobre a vida e a morte – tal como se propõe na possibilidade da própria pena de morte (afinal, de(o) direito, pode-se não falar da pena de morte? Aboli-la e desautorizá-la é tocar no princípio mesmo do direito, não de outra forma, é também sumariamente confirmar o coração podre, arruinado e carcomido do direito)⁶⁸.

Todavia, não será este índice apenas o único a manifestar o princípio benjaminiano de que há “um elemento de podridão dentro do direito” (*etwas Morsches im Recht*)⁶⁹. Para que se leve minimamente a termo uma radical crítica à violência, fundadora e conservadora do direito, não se deve perder tal momento de *decisão excepcional*, alucinante e espectral ao mesmo tempo, que borra a distinção entre as

⁶⁶ BENJAMIN, Walter. “Crítica da Violência – Crítica do Poder”. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie (escritos escolhidos). Seleção e apresentação de Willi Bolle. Tradução de Celeste de Sousa et. al. São Paulo: Cultrix/USP, 1986, p. 165.

⁶⁷ DERRIDA, Jacques. “Force de Loi: “Fondement Mystique de l’Autorité”. Cardozo Law Review, vol. 11, n. 5-6. P. 919-1045. Translated by Mary Quaintance. New York. July-aug. 1990, p. 1002.

⁶⁸ DERRIDA, Jacques. Séminaire La peine de mort. Volume I (1999-2000). Édition établie par Geoffrey Bennington, Marc Crépon et Thomas Dutoit. Paris: Galilée, 2012, pp. 49-50. Sucintamente em DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. De que amanhã... Diálogo. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 166-198.

⁶⁹ BENJAMIN, Walter. “Crítica da Violência – Crítica do Poder”. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie (escritos escolhidos). Seleção e apresentação de Willi Bolle. Tradução de Celeste de Sousa et. al. São Paulo: Cultrix/USP, 1986, p. 166.

duas violências⁷⁰, contaminação necessariamente testemunhada precisamente pela moderna instituição da *polícia* – (sempre pronta a lembrarmo-nos, a rigor, de ser meio da possibilidade da pena de morte)⁷¹. O conceito de violência, ao perpassar o direito, a política ou a moral, *depõe* sobre todas as formas de autorização, e encontra espaço de “mistural (...) espectral”⁷², de fato, violência que funda e violência que conserva o direito – como se uma violência obsessivamente convocasse a outra – na figura policial. Investida, diga-se logo, muito para além dos seus agentes (uniformizados ou não) sob uma estrutura (civil ou não) de modelo militar, não somente nas representações instituídas, “a polícia não é só polícia”, mas constitui-se como “índice de uma violência fantasmática”, ou seja, possibilidade perene que coloniza coextensivamente a política, excede e a transborda: “a polícia está presente ou está representada ali onde haja a força de lei”⁷³.

Quando se debate o papel e a função central exercida pela força policial, o que não se pode perder de vista, a rigor, é que se exercício deve ser *indefinível* e assim permanecer – por mais que haja esforços bem intencionados para a assunção de protocolos (inter)nacionais de conduta policial. E não se está de qualquer forma defendendo que a atuação policial deva se dar a partir de limites fundamentados em lei. Apenas está-se a destacar a fragilidade desta concepção, ou mais propriamente o que este investimento ingênuo supõe ou mesmo pode

⁷⁰ DERRIDA, Jacques. “Force de Loi: “Fondement Mystique de l’Autorité”. Cardozo Law Review, vol. 11, n. 5-6. P. 919-1045. Translated by Mary Quaintance. New York. July-aug. 1990, pp. 1000 e 1002.

⁷¹ DERRIDA, Jacques. “Force de Loi: “Fondement Mystique de l’Autorité”. Cardozo Law Review, vol. 11, n. 5-6. P. 919-1045. Translated by Mary Quaintance. New York. July-aug. 1990, p. 1012.

⁷² BENJAMIN, Walter. “Crítica da Violência – Crítica do Poder”. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie (escritos escolhidos). Seleção e apresentação de Willi Bolle. Tradução de Celeste de Sousa et. al. São Paulo: Cultrix/USP, 1986, p. 166.

⁷³ DERRIDA, Jacques. “Force de Loi: “Fondement Mystique de l’Autorité”. Cardozo Law Review, vol. 11, n. 5-6. P. 919-1045. Translated by Mary Quaintance. New York. July-aug. 1990, pp. 1008-1010.

ignorar. Caso contrário, se fosse diferente, se seu poder de atuação fosse capaz de ser delineado claramente, tal como o delineamento menos plástico do poder judicial, tal condição o faria desaparecer.

Portanto, é sob esse elemento *indecidível* de razão securitária, quer dizer, um “buraco negro”, nas palavras de Agamben⁷⁴, que atualmente somos lançados. Tendo como objeto o “bom uso” das forças do Estado, a polícia como precário instrumento do esplendor de uma arte estatal (mais afeita aos regulamentos do que às leis) - desde suas raízes, no século XVIII, quando do surgimento de uma “ciência da polícia” (*Polizeiwissenschaft*) – o que sempre esteve em jogo foi uma “arte de governar”, um exercício que se identifica com a totalidade do governo. O que isto quer dizer? Precisamente que aquilo que o dispositivo policial apresenta hoje, ademais de ser a *governabilidade direta do soberano* exercido tal como o golpe de estado permanente, é escancarar a sua própria coincidência com a política: a colonização perpétua de uma “*polizei politique*”! Se a democracia ao menos deve preocupar-se com uma vida política, e o estado moderno, de alguma forma, abando a política a esta “terra de ninguém”⁷⁵, buraco negro incestuoso da relação promíscua do Estado consigo mesmo, podemos designar o estado em que vivemos como democrático, quiçá como político?

Um “mal de polícia”, se é que tal se pode dizer, não é apreensível senão desde este assombro, presença (i)legível ao mesmo tempo de um poder amorfo com aparição onipresente sem nenhuma essência. Por ser intrinsecamente uma ação alavancada por uma violência sem escrúpulos (na monarquia, vê-se esta autoridade aí como normal), a violência policial como espírito na democracia se degenera. Por que então não

⁷⁴ AGAMBEN, Giorgio. “Por uma Teoria do Poder Destituente”, (11.02.2014), 5dias.net web: Disponível em: [<http://5dias.wordpress.com/2014/02/11/por-uma-teoria-do-poder-destituente-de-giorgio-agamben/>]. Acesso em: 05.2016.

⁷⁵ AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2004, p. 12.

assumir que a “degenerescência do poder democrático não teria outro nome senão polícia”? Diretamente, indicando a travessia, porque em democracia não se deve(ria) conceber – porque ilegítimo – tal espírito da violência da polícia. Ao final, o que se constata também é que a democracia, pela violência policial, nega seu próprio princípio, imiscuindo-se num deplorável espetáculo hipócrita de compromisso democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Augusto Jobim do. “Mal de polícia” – À propósito de uma criminologia radical. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 22, vol. 111, nov-dez/2014, p. 263-291.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2004.

_____, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____, Giorgio. “Polizia sovrana”. *Mezzi senza fine*: Note sulla política. Torino: Bollati Boringhieri, 1996.

_____, Giorgio. “Por uma Teoria do Poder Destituente”, (11.02.2014), *5dias.net* web: Disponível em: [<http://5dias.wordpress.com/2014/02/11/por-uma-teoria-do-poder-destituente-de-giorgio-agamben>]. Acesso em: 05.2016.

ARENDT, Hannah. Eichmman em Jerusalém. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zigmunt. Modernidade e holocausto. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENJAMIN, Walter. “Crítica da Violência – Crítica do Poder”. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie (escritos escolhidos).

Seleção e apresentação de Willi Bolle. Tradução de Celeste de Sousa et. al. São Paulo: Cultrix/USP, 1986.

CASTRO, Edgardo. Introdução a Foucault. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DERRIDA, Jacques. “Force de Loi: “Fondement Mystique de l’Autorité”. Cardozo Law Review, vol. 11. n. 5-6. P. 919-1045. Translated by Mary Quaintance. New York. July-aug. 1990.

_____, Jacques. Séminaire La peine de mort. Volume I (1999-2000). Édition établie par Geoffrey Bennington, Marc Crépon et Thomas Dutoit. Paris: Galilée, 2012, pp. 49-50.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. De que amanhã... Diálogo. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____, Michel. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

_____, Michel. O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____, Michel. Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PONTEL, Evandro. Estado de exceção: estudo em Giorgio Agamben. Passo Fundo: IFIPE, 2014.

SOUZA, Ricardo Timm de. Justiça em seus termos – Dignidade humana, dignidade do mundo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

REFLEXÕES ACERCA DO EXERCÍCIO DO PODER EM *UTOPIA*, DE THOMAS MORE

BRUNO EDUARDO PROCOPIUK WALTER⁷⁶

ALICE VILA NOVA PROCOPIUK WALTER⁷⁷

Resumo: Em *Utopia*, publicada no início do século XVI, Thomas More descreve uma ilha imaginária que é considerada como a melhor das repúblicas, pois nela reinaria a paz, a ordem e a harmonia entre os cidadãos. A partir das reflexões nietzschianas cabe afirmar que as relações entre os homens são por natureza agonísticas. Sendo assim, pode-se compreender a paz enquanto o estado transitório de determinada correlação de forças. Ou seja, sob a aparente paz há, na verdade, a continuação da guerra por outros meios mais silenciosos. Portanto, apropriando-se da tese de Friedrich Nietzsche, retomada por Michel Foucault, buscou-se, neste trabalho, analisar o exercício do governo na Utopia por intermédio do esquema da guerra, ressaltando as técnicas de dominação e seus efeitos. Como conclusão, sugere-se investigar proximidades no funcionamento do poder em Utopia e nos governos descritos em *1984* e *Adminirável Mundo Novo*, pois em todos eles o exercício do poder favorece a repetição do “mesmo”, restringindo o espaço de liberdade até o ponto de oferecer aos sujeitos apenas um lugar de passividade, de conformidade.

Palavras-chave: Exercício do poder; Utopia; guerra e paz.

1. Introdução

A *Utopia*, de Thomas More, publicada entre 1516 e 1518 (Almino,

⁷⁶ psicólogo organizacional na UTFPR e doutorando em Psicologia Social e Institucional na UFRGS, e-mail: brunowalter@utfpr.edu.br

⁷⁷ doutoranda em Ciência Política na UFPR, e-mail: alice14@gmail.com

2004; Franco, 2004a), nasce imersa na explosão discursiva que se dá no século XVI a respeito das artes de governar (cf. Foucault, 2008, pp. 115-153).

Ao descrever a ilha imaginária da Utopia, a personagem Rafael Hitlodeu faz questão de classificá-la como “a mais feliz das repúblicas” e que, além disso, “desejaria [que a mesma] fosse imitada por toda a humanidade” (More, 2004, p. 131).

Ainda que Rafael afirme que assumiu a “tarefa de fazer um relato [...] e não uma apologia” (More, 2004, p. 87), pode-se perceber que sua longa narrativa vai além de mera exposição, pois “[n]ão apenas geralmente elogia a Utopia, mas considera que não há povo mais interessante do que aquele, nem república melhor, mais duradoura e mais feliz, na verdade a única que poderia se arrogar a qualificação de República” (Almino, 2004, p. XXX).

Se por um lado, é possível dizer que a *Utopia* não deve ser lida como um tratado prescritivo ou normativo, ou seja, um ideário (Almino, 2004), por outro lado, pode-se afirmar que, senão explicitamente, ao menos nas entrelinhas é possível visualizar certo louvor à forma de governo que se estabelece na Utopia. Costumes, instituições e leis ali presentes produzem uma república em que reina a paz, a ordem e a harmonia entre os concidadãos.

A partir das reflexões foucaultianas pode-se afirmar que as relações de forças são por natureza agonísticas e, assim, a paz deve ser entendida enquanto o estado transitório de determinada correlação de forças. Ou seja, sob a aparente paz há, na verdade, a continuação da guerra por outros meios mais silenciosos. Inspirando-se na tese de Friedrich Nietzsche acerca das relações de forças, retomada por Michel Foucault, propõe-se, neste trabalho, analisar o governo presente na Utopia por intermédio do esquema da guerra, ressaltando as técnicas de dominação

e seus efeitos. Esclarece-se, portanto, que não se busca fazer uma hermenêutica do texto de More (2004), mas, sim, uma leitura das relações de poder pautada na analítica do poder foucaultiana.

A análise aqui realizada não ignora que a *Utopia* é uma obra literária e que descreve um país imaginário. Ainda assim, estão presentes elementos que esboçam o funcionamento dessa sociedade e que permitem, assim, um exercício de reflexão acerca dos mesmos.

2. A analítica do poder

Tanto em *A vontade de saber* (1988) quanto no curso *Em defesa da sociedade* (1999), Foucault esclarece que não tem por proposta oferecer uma teoria global do poder. Afirmar que ao falar do poder deve-se ser nominalista: “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 1988, p. 103).

Assim, segundo Roberto Machado (1979), “o poder [na concepção foucaultiana] não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados” (p. XIV). Não há um Estado detentor do poder ou alguma instituição na qual ele possa ser localizado. O poder, para Foucault, funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos à qual ninguém escapa (Machado, 1979). Pode-se dizer que o poder enquanto uma coisa com estatuto ontológico próprio não existe, o que há são “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação” (Machado, 1979, p. X) sendo o poder, portanto, uma prática social. O que existe são práticas de poder, o exercício do poder, não o poder em si.

O filósofo francês rejeita ainda a ideia de que o poder funciona

apenas por meio da repressão, das censuras, negações ou restrições. Ele ressalta, sobretudo, o caráter produtivo do poder: “[o poder] não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 1979, p. 8). É o exercício do poder que produz indivíduos, é imerso nas relações de poder que os cidadãos de uma determinada sociedade são constituídos.

Ao inverter a proposição de Clausewitz, segundo a qual “a guerra é a continuação da política por outros meios”, Foucault (1999) afirma que “a política é a guerra, é a guerra continuada por outros meios” (p. 23). A relação de poder é compreendida enquanto uma relação de enfrentamento, uma relação agonística. Assim, Foucault (1999) questiona:

Sob a paz, a ordem, a riqueza, a autoridade, sob a ordem calma das subordinações, sob o Estado, sob os aparelhos do Estado, sob as leis, etc., devemos entender e redescobrir uma espécie de guerra primitiva e permanente? (p. 53).

Segundo ele, o poder político “teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa” (Foucault, 1999, p. 23). Sugere, ainda, que a “paz civil” tem

[n]as lutas políticas, [n]os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, [n]as modificações das relações de força – acentuações de um lado, reviravoltas, etc. –, tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra (Foucault, 1999, p. 23).

Dessa maneira, Foucault adota como esquema interpretativo, enquanto grade de leitura, aquilo que ele denomina de hipótese de Nietzsche, ou seja, o poder é, por natureza, emprego e manifestação de uma relação de forças, é a guerra, é a guerra prolongada por outros

meios. As relações de poder são analisadas por ele em termos de combate, de confronto e de guerra. A própria repressão pode ser vista, nessa perspectiva, como efeito e continuação da relação de dominação, uma consequência política da guerra (Foucault, 1999).

Portanto, em que consiste o exercício do poder? Este pode ser compreendido enquanto

[...] conjunto de ações sobre ações possíveis; ele [o poder] opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (Foucault, 1995, p. 243).

Trata-se, portanto, em termos metodológicos de seguir três grandes orientações. Em primeiro lugar, “não perguntar aos sujeitos como, por quê, em nome de que direito eles podem aceitar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos” (Foucault, 1999, p. 51). Ou seja, tornar visíveis os operadores da dominação, as técnicas que produzem os sujeitos.

Em segundo lugar, deve-se fazer sobressair a heterogeneidade das técnicas, ou seja,

Ressaltar as relações de dominação e deixá-las valer em sua multiplicidade, em sua diferença, em sua especificidade ou em sua reversibilidade: não procurar, por conseguinte, uma espécie de soberania fonte dos poderes; ao contrário, mostrar como os diferentes operadores de dominação se apóiam uns nos outros, remetem uns aos outros, em certo número de casos se

fortalecem e convergem, noutros casos se negam ou tendem a anular-se (Foucault, 1999, p. 51).

Por fim, em terceiro e último lugar, deve-se observar as relações de dominação não localizando a fonte do poder na soberania, assim como procurar os instrumentos técnicos que permitem garantir as relações de poder (Foucault, 1999).

Pensar, portanto, na Utopia enquanto um lugar no qual os cidadãos são obedientes, agindo sempre de acordo com a lei, é pensar, também, nos aparelhos de poder que os fabricam. Trata-se, enfim, de redescobrir sob a paz, sob a ordem, nas engrenagens das instituições, a guerra silenciosa e permanente de uns contra os outros.

3. O exercício do poder em *Utopia*

A descrição de Utopia privilegia a máquina do poder que produz os sujeitos, deixando em segundo plano a forma como esses sujeitos resistem aos mecanismos que pesam sobre eles. Ainda assim, é possível traçar algumas linhas de funcionamento dessa maquinaria.

3.1 O controle do tempo

Um primeiro aspecto a ser destacado na terra de Utopia é que o tempo de seus habitantes é preenchido por meio de atividades que lhes são designadas pelo governo: devem desenvolver trabalhos manuais, estudar ou realizar “atividades úteis”. Com raras exceções, quase todos – homens e mulheres – devem trabalhar seis horas ao dia, sendo três de manhã e três de tarde, com duas horas de almoço e descanso entre os períodos laborais. Há, inclusive, um horário e período previsto para o repouso: vão dormir às oito horas da noite durante oito horas. Após a ceia, durante uma hora de “atividade recreativa” é comum que alguns se dediquem à música ou às conversas. E quanto ao restante do tempo?

É deixado à escolha de cada um o que fazer nas demais horas do dia, quando não estão trabalhando, comendo ou dormindo. Podem, portanto, dedicar-se a qualquer ocupação que seja de seu agrado, desde que não desperdicem suas horas livres na ociosidade ou em divertimentos insensatos (More, 2004, p. 57, grifo nosso).

Geralmente, o tempo vago é ocupado com atividades intelectuais como, por exemplo, “assistir palestras públicas antes do amanhecer” (More, 2004, p. 57). E mesmo os que não se interessam por essas atividades não desfrutam do ócio e quando “desejam empregar as horas vagas trabalhando no seu ofício – como muitas pessoas fazem – não são desencorajados” (More, 2004, p. 57). Há um valor na sociedade de Utopia que faz com que esses que trabalham ainda mais das seis horas diárias sejam reconhecidos como especialmente benéficos à comunidade.

Os poucos dispensados de exercer trabalhos manuais, que de acordo Afonso Arinos de Melo Franco (2004b) não chegariam a 0,5% da população, são os sifograntes⁷⁸ e alguns que são escolhidos pelos sacerdotes⁷⁹ e aprovados pelos sifograntes para se dedicarem apenas aos estudos. Também, “não é raro ver um operário dedicar suas horas de lazer ao estudo com tanto afinco e, por esforço próprio, fazer tanto progresso, que afinal é dispensado de exercer trabalhos manuais, sendo promovido à categoria dos homens instruídos” (More, 2004, p. 60). É entre aqueles que se dedicam somente aos estudos que são escolhidos os sacerdotes, traníboros⁸⁰ e o próprio príncipe.

⁷⁸ O sifogrante é escolhido anualmente e tem por funções: atuar como oficial ou magistrado e eleger o príncipe por voto secreto.

⁷⁹ Em cada cidade há, no máximo, treze sacerdotes, um para cada igreja. Eles são homens de grande santidade “eleitos, assim como todos os outros oficiais, pelo voto secreto a fim de se evitar a parcialidade [...]”. As principais funções dos sacerdotes são: presidir as cerimônias do culto, ordenar a liturgia e servirem como censores da moralidade pública” (More, 2004, p. 120).

⁸⁰ Denomina-se de traníboro ou protofilarca aquele que encabeça dez sifograntes e suas famílias. A cada dois dias os traníboros reúnem-se “com o príncipe para deliberar sobre os

Mesmo os sifograntes, dispensados por lei do trabalho, preferem trabalhar e, assim, “servir de bons exemplos para os seus concidadãos” (More, 2004, p. 59), o que é condizente com a principal função que exercem, qual seja: “zelar para que ninguém fique na ociosidade” (More, 2004, p. 88). As atividades tais como “[o]s dados e outros jogos de azar, estúpidos e perniciosos, são absolutamente desconhecidos” (More, 2004, p. 58). Até existem jogos como, por exemplo, um que consiste em Uma batalha em que se defrontam os vícios e as virtudes; um jogo elaborado de forma que evidencia os conflitos entre os próprios vícios que, no entanto, se combinam para se opor às virtudes. Esse jogo mostra também que vícios se opõem a que virtudes, que forças usam os vícios para combater abertamente ou minar insidiosamente seus oponentes, como as virtudes podem quebrar a resistência dos vícios ou transformá-los em algo positivo e, finalmente, de que modo um ou outro lado sai vitorioso (More, 2004, p. 58).

Trata-se de um jogo educativo que tem por finalidade e efeito incutir valores e princípios de pensamento e ação. A livre escolha no uso do tempo é restringida pelo critério de utilidade. Assim,

Em Utopia não há a possibilidade de matar o tempo ou pretexto para furtar-se ao trabalho. Não há tavernas, cervejarias ou bordéis e nem ocasião para se corromper ou locais para encontros secretos. Sob as vistas de todos, cada qual se vê obrigado a trabalhar naquilo que faz habitualmente, ou a desfrutar de alguma forma respeitável de lazer (More, 2004, pp. 68-69, grifo nosso).

As linhas de forças, nessa ilha imaginária, tendem a produzir sujeitos cujo tempo é sempre ocupado seja com o trabalho, seja com o estudo ou outra atividade útil à sociedade. Por meio de uma forte pedagogia, talham-se valores e também cidadãos que acolhem os

negócios públicos e resolver, tão rapidamente quanto possível, as desavenças entre cidadãos, quando houver, o que, na verdade, é muito raro” (More, 2004, p. 54).

valores produzidos, dentre eles o de que o tempo deve ser empregado de maneira útil.

3.2 O controle do trânsito

Ainda que o Rafael se preocupe em ressaltar as dificuldades dos estrangeiros acessarem a ilha da Utopia, fica, nas entrelinhas, subentendido que a saída da mesma, inclusive pelos cidadãos, também não é fácil. Na ilha, segundo Rafael, há uma entrada por mar que se dá através de uma parte côncava, um golfo, que é perigosa “devido aos bancos de areia de um lado e aos recifes do outro” (More, 2004, p. 47). No meio do estreito há um rochedo e sobre este existe uma guarnição em um forte, o que permite o controle do trânsito nessas águas. Além disso, escondidos sob a água, estão rochedos perigosos que “os próprios habitantes da ilha não se aventuram a atravessá-lo, sem risco, se não puderem se orientar por referenciais visíveis na costa” (More, 2004, p. 48).

Todos os pontos de desembarque e, portanto de embarque, são “tão bem protegidos, por meios naturais ou por fortificações, que um punhado de defensores seria suficiente para repelir um grande exército” (More, 2004, p. 48). Se entrar na ilha é difícil, sair dela certamente também o é.

Sair da capital, por exemplo, é muito complicado, pois ela é rodeada por uma muralha alta e grossa. Além disso, três de seus lados estão circundados por um fosso sem água, largo e profundo, repleto de urtigas e de espinhos e, no quarto lado, o rio serve de fosso.

Mesmo simplesmente para se ter o prazer de uma viagem pelo país ou para se visitar um amigo que mora em outra cidade dentro da própria ilha, é necessário que os sifograntes e os traníboros não somente tenham ciência que tal deslocamento se dará, mas também que consintam permitindo-o. Assim, “[o]s viajantes partem em grupo,

munidos de uma carta do príncipe contendo a autorização para partir e fixando a data da volta” (More, 2004, p. 68).

Os viajantes nada levam consigo, pois, de acordo com Rafael, por onde passam têm lugar para comer e trabalhar. Independente de viajarem sem bagagem por lei ou por costume, tal fato lhes retira a autonomia. Tornam-se, por assim dizer, dependentes da acolhida e ajuda prestadas por aqueles que encontram em seu trajeto.

A circulação sem a permissão é desencorajada inclusive por meio da ameaça de punição, pois

Aquele que, por conta própria, transpõe os limites de seu distrito e é apanhado sem a devida permissão dada pelo príncipe, comete uma falta grave, sendo trazido de volta como desertor e severamente castigado. Se for suficientemente ousado para reincidir na falta, é condenado à escravidão (More, 2004, p. 68, grifo nosso).

Mesmo o passeio ao redor da cidade deve ser feito “com a condição de ter permissão do chefe da família e o assentimento de sua mulher” (More, 2004, p. 68). É importante lembrar que este passeio deve ter o tempo ocupado, pois “no campo, a qualquer lugar que vá, a refeição lhe será fornecida somente em troca de uma manhã ou uma tarde de trabalho” (More, 2004, p. 68).

Dessa forma, a livre circulação ou a eventual fuga é desestimulada. A própria sobrevivência ao se transitar por Utopia depende de que o cidadão tenha sua jornada supervisionada por outros.

3.3 A vigilância constante e multiplicada

O cerrado controle do tempo e do trânsito dos cidadãos já foi

exposto. É possível perceber que ele se faz presente ao lado e também sustentado por uma vigilância que se multiplica nos atores sociais. Na refeição, por exemplo, o sifogrante senta-se, com sua mulher, no centro da primeira mesa que está na parte mais elevada do refeitório, o que permite a eles acompanharem com maior facilidade o que acontece ao redor. É de lá, deste lugar de honra, que é possível “ver toda a assembléia, já que a mesa é colocada longitudinalmente no fundo da sala” (More, 2004, p. 66). Cada mesa disposta à frente deles é composta por agrupamentos de quatro que são de jovens intercalados com convivas mais velhos. A razão desta mistura de gerações é explicada por Rafael:

A razão para esse costume, segundo os utopienses, é fazer com que a dignidade do mais velho, assim como o respeito a ele devido, sirvam para inibir os mais jovens de palavras e comportamentos impróprios uma vez que, à mesa, nada se pode dizer ou fazer, que passe despercebido pelos vizinhos mais velhos (More, 2004, pp. 66-67).

Desde cedo, a refeição é utilizada de forma pedagógica e formativa ao dar contornos nas ações dos mais jovens. O exercício do poder, nesse caso, visa formar cidadãos que sejam adaptados os modelos pré-estabelecidos na Utopia.

Como já citado no tópico anterior, não há a possibilidade do ócio nem mesmo do desfrute do tempo em tavernas, cervejarias, bordeis e, especialmente, “ocasião para se corromper ou locais para encontros secretos” (More, 2004, p. 69). A vigilância permanente se faz “[s]ob as vistas de todos, [e assim,] cada qual se vê obrigado a trabalhar naquilo que faz habitualmente, ou a desfrutar de alguma forma respeitável de lazer” (More, 2004, p. 29).

A exclusão do espaço privado não aparece com a mesma intensi-

dade que irá se revelar em *1984*, de George Orwell (2005), quando o próprio pensamento torna-se objeto de cuidado da “polícia do pensamento”. Em *Utopia*, além dos comportamentos individuais, o foco está nos grupos, nos pequenos embriões de contra-poder. Há, por exemplo,

Uma regra que estabelece que nenhuma decisão pode ser tomada a respeito dos negócios públicos, a menos que tenha sido discutida por três dias pelo senado. É considerado crime capital deliberar sobre questões públicas fora do senado ou da assembleia popular. [...] Toda questão julgada importante é submetida à assembleia popular dos sifograntes que, depois de discutir com as famílias que representam, deliberam entre si e enviam sua recomendação ao senado. Às vezes, a questão é levada ao Conselho geral da ilha (More, 2004, p. 55, grifo nosso).

Em *Utopia* tanto os cidadãos quanto os governantes e sacerdotes não podem se esconder no anonimato, pois estão sempre sob um foco de luz que os mantém sobre vigilância. É esse tipo de iluminação que, segundo Foucault (2010), tem por efeito assegurar “a garra do poder” (p. 179) que se exerce sobre aqueles que são iluminados. Quanto mais permanente se torna essa vigilância, tanto mais sujeito se torna o indivíduo.

3.4 A educação nos valores utópicos

Em vários momentos nos tópicos anteriores tocou-se no tema da educação. Ao ler a *Utopia* pode-se perceber a importância que a educação possui enquanto formadora dos cidadãos. É através dela que se pretende, nas palavras de Rafael, “inculcar na mente das crianças, cuja alma é ainda tenra e dócil, princípios que serão úteis à preservação da comunidade” (More, 2004, p. 121). Os responsáveis por darem os contornos nas crianças e jovens, por meio de práticas pedagógicas, são os sacerdotes. Eles devem ensinar as “boas maneiras” e a moral.

Esse ensino da moral encontra ressonâncias nos ritos e cerimônias como nos almoços e jantares quando é feita “leitura sobre um tema moral” (More, 2004, p. 67). Assimilar os valores, princípios e conhecimentos é tão importante em Utopia que “[o] principal objetivo de sua constituição é garantir que, desde que o bem público o permita, os cidadãos sejam livres, tanto quanto possível, para deixarem de gastar seu tempo e suas energias com as necessidades corpo e dedicarem-se à liberdade e à cultura do espírito” (More, 2004, p. 61).

3.5 O controle do sexo

A experiência do sexo, uma das formas do desfrute do prazer, não passa despercebida na descrição de Rafael. As relações sexuais são alvo de grande regulamentação sendo subordinada ao casamento. Este só pode se realizar após os dezoito anos para as moças e após os vinte e dois para os rapazes. O sexo fora do casamento é alvo de punição, sendo-lhe previsto sanções que alcançam não só aqueles que o praticaram, mas também suas famílias:

Relações sexuais antes do casamento, quando devidamente comprovadas, são motivo de punições severas tanto ao homem quanto à mulher, que não podem mais se casar pelo resto da vida, a menos que sua pena seja suspensa pelo perdão do príncipe. Adicionalmente, o pai e a mãe, chefes da família em cuja casa o ato foi praticado, ficam publicamente desonrados por terem sido relapsos em seus deveres (More, 2004, p. 93).

Com estas ameaças, fortalece-se o casamento enquanto espaço privilegiado para as relações sexuais. A punição pela desobediência é elevada em tal grau, segundo Rafael, porque sem ela “poucas pessoas iriam manter um casamento, restringindo-se à monogamia e sujeitando-se a todos os aborrecimentos da vida de casado” (More, 2004, pp. 93-94).

A monogamia, assim, é por lei instituída e mantida sob as ameaças e punições. Há de se notar que “naquela parte do mundo [onde está Utopia], são o único povo que pratica a monogamia” (More, 2004, p. 95). A maioria dos casamentos são mantidos até a morte, salvo em poucos casos em que ocorre o “divórcio por adultério ou por dificuldades intoleráveis de comportamento” (More, 2004, p. 95).

O matrimônio, portanto, na Utopia comporta apenas o modelo em que o casal é composto por um homem e uma mulher, sendo duramente reprimidos o adultério e a poligamia. O divórcio só é permitido em casos muito raros e isso mediante a aprovação dos senadores e suas esposas. No caso do adultério, por exemplo, aquele que o comete, além de ser-lhe proibido contrair novas núpcias, é condenado à “escravidão mais estrita” (More, 2004, p. 95). Em alguns casos, o príncipe se comove com o arrependimento do culpado e restitui-lhe a liberdade. Uma segunda condenação por adultério, porém, é punida com a morte.

3.6 (In)tolerância religiosa

A pluralidade religiosa em Utopia é, de certa forma, aparente. Ainda que parte dos utopianos opte por algum astro ou homem ilustre de outrora para adorar, a maioria deles “rejeita as crenças desse tipo e acredita num poder único, desconhecido, eterno, infinito e inexplicável, que escapa à compreensão humana e se difunde por todo o universo, não de forma física, mas por sua influência” (More, 2004, p. 113). Este deus é denominado de pai e somente a ele dedicam veneração. Além disso, gradualmente, segundo Rafael, “todos estão deixando de lado essa mistura de superstições para se unirem em torno de uma religião que parece mais razoável do que as demais” (More, 2004, p. 113).

Tal estado das relações, em que a tolerância parece se sobressair, é fruto da conquista do invasor Utopos que, ao chegar à ilha,

Decretou que cada um era livre para professar a religião de sua própria escolha, podendo fazer proselitismo por sua fé, desde que fosse de forma racional, discreta e moderada, sem agredir outras crenças. Se a persuasão falhar, a ninguém seria permitido recorrer ao abuso e à violência sob pena de ser condenado ao exílio ou à escravidão (More, 2004, p. 115).

Para este conquistador, impor a fé religiosa por meio do medo e da violência era uma loucura. Em sua opinião, a religião verdadeira com o tempo iria prevalecer diante das outras. Dessa forma, cada um poderia escolher aquilo em que acreditar desde que não fossem questionados dois dogmas: a imortalidade da alma após a morte do corpo e que o universo se move pelas mãos da divina providência e não ao acaso.

Alguns princípios morais deveriam ser aceitos, independentemente da forma de religião adotada pelo cidadão. Estes princípios são de suma importância para a manutenção da ordem social, pois aderir ou não a eles pode aumentar ou diminuir a possibilidade de que comportamentos desviantes e anormais surjam. Por exemplo, a crença de que “depois desta vida, os vícios serão punidos e a virtude, recompensada” (More, 2004, p. 116) contribui para que os valores designados como vícios e virtudes, inculcados nas crianças pelos sacerdotes e pelos demais membros da sociedade, sejam obedecidos. É notável que o fato de alguém não crer nas recompensas e punições futuras, após a morte do corpo, coloca em xeque o funcionamento da sociedade:

Esses indivíduos nem deveriam ser considerados como cidadãos, uma vez que, certamente iriam trair e desrespeitar as leis e os costumes da sociedade se não fossem contidos pelo medo. Quem irá duvidar de que um homem, que nada teme além da lei e que não tem nenhuma esperança numa vida depois da morte, fará de tudo para infringir as leis de seu país por meio da astúcia

ou da violência para satisfazer sua avidez por vantagens pessoais (More, 2004, p. 116).

Aos que assim acreditam, é-lhes retirada qualquer possibilidade de honrarias, funções e responsabilidades públicas, além de ser estigmatizado pelos demais como “um ser sórdido e de natureza baixa” (More, 2004, p. 116). Ainda que Rafael afirme que por compartilharem esta visão de mundo não são punidos, pode-se perceber que há uma série de sanções que os acompanham por não se sujeitarem a esta moral de rebanho cujos valores ajudam a domesticá-los.

Além disso, o fato de pensarem diferentemente da religião “oficial” obriga-os ao silêncio sobre tais assuntos, pois não lhes é “permitido discutir suas opiniões com a gente comum, mas, [apenas] diante de padres e outras personalidades destacadas, não apenas tem permissão mas é até mesmo estimulado a discutir suas idéias, pois os utopienses acreditam que, dessa forma, ao final, sua loucura irá dar lugar à razão” (More, 2004, p. 117). Ora, o estímulo a discussão com aqueles responsáveis por inculcar valores morais é também uma forma de trazer à luz o que estava escondido no âmbito dos pensamentos, da reflexão. Trata-se de uma forma de abrir possibilidades para transformar o desviante, corrigindo-o ou, segundo Rafael, aproximá-lo da razão.

Quem é diferente, quem pensa e crê de forma alternativa nesses assuntos abordados, é convocado e submetido à censura dos sacerdotes por não levar uma vida honrada, sendo este motivo de grande vergonha. Em alguns casos, os sacerdotes podem excluir das cerimônias e cultos “indivíduos considerados excepcionalmente maus” (More, 2004, p. 121). Tal punição é uma das mais temidas, pois ser “excomungado constitui uma grande desgraça e significa ser torturado pelo medo da danação. Nem mesmo seu corpo está em segurança por muito tempo pois, a menos que consiga convencer os sacerdotes de seu arrependimento, ele será preso e punido pelo senado como ímpio”

(More, 2004, p. 121).

Como pode-se ver, em Utopia o mecanismo de controle composto pela tríade religião, educação e moralidade tem papel fundamental no controle social.

3.7 Os crimes e a punição

Em Utopia, aos menos três são os casos punidos com a pena de morte: a reincidência no adultério, reunir-se fora das assembleias e rebelar-se contra a escravidão. Em sua grande maioria os crimes não possuem penalidades fixas, pois para cada transgressão o Senado estipula penalidades específicas, dependendo da gravidade do delito cometido. A punição geralmente não é exercida diretamente pelos governantes.

Os maridos são responsáveis pela punição das esposas e os pais, pela punição dos filhos, a menos que a falta cometida seja tão grave que o interesse público requeira uma punição pública (More, 2004, p. 96).

Assim, não só a vigilância é multiplicada pelos atores sociais, mas também a responsabilidade por punir os desvios de conduta. Para as faltas mais graves estabelecem-se punições públicas como, por exemplo, a escravidão. Esta é considerada pelos utopianos, segundo Rafael, “tão eficaz para conter o criminoso quanto a pena capital imediata, sendo, no entanto, mais benéfica para o Estado” (More, 2004, p. 96). Isto porque aqueles que são punidos com a escravidão além de deixarem de praticar os delitos de outrora também “ficam permanentemente visíveis aos olhos do público para lembrar-lhes de que o crime não compensa” (p. 96). Dessa forma, os efeitos da escravidão são multiplicados entre aqueles que poderiam em algum momento vir a praticar atos indesejáveis.

A rebelião contra a escravidão é, como já foi dito, prontamente punida com a execução. Para que a motivação dos escravos não se esgote, “[d]epois de submetidos a trabalhos forçados por longo período de tempo, se vierem a mostrar, com seu comportamento, que sofrem mais com o arrependimento pelo crime cometido do que com a punição imposta, sua condição de escravo pode ser abrandada ou mesmo cancelada pelo príncipe ou pelo voto popular” (More, 2004, p. 96).

O uso da escravidão, sempre exposta aos olhos da comunidade, é o método utilizado para se evitar o crime. Além dela, também estimulam-se as práticas consideradas virtuosas por meio da construção de estátuas em praças públicas como forma de homenagear.

4. Conclusões

Pôde-se perceber em Utopia um projeto de governo que privilegia a imposição do “mesmo”. Não só é abolida a propriedade privada, mas a própria pluralidade não é bem vinda. A forma de se vestir, por exemplo, em qualquer região da ilha e ao longo de séculos, se dá por meio de “roupas com o mesmo feitio, distinguindo-se apenas o homem da mulher e os casados dos solteiros” (More, 2004, p. 56).

Tal busca pela ordem e harmonia reflete-se em todas as cinquenta e quatro cidades. Estas possuem traçados arquitetônicos idênticos, além de serem “idênticas em língua, costumes, organização e nas leis” (More, 2004, p. 49). O espaço para o “outro”, para o “diferente” é restrito, pois coloca em risco a própria estabilidade das relações de forças constituídas.

João Almino (2004) ressalta que falta à Utopia “a genuína visão do outro. O outro nada mais é do que uma extensão dela própria. Em geral, o interesse do outro não é expresso por ele, mas sim interpretado pela Utopia” (p. XXXIII). Ainda que ele afirme isso acerca da relação de

Utopia com os demais povos, é possível transpor sua análise para o que se dá internamente em Utopia. Há, nesta terra imaginária, segundo Almino (2004), uma outra face “reveladora da desigualdade e da concentração de poder nas relações entre os povos” (p. XXXIII).

Não seria incoerente aproximar e estabelecer relações entre a utopia de More (2004) e algumas distopias tais como *1984*, de Orwell, e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Leonard Huxley. Ambas denunciam o exercício do poder que tende à violência, ou seja, que restringe cada vez mais o espaço de liberdade a ponto de oferecer aos sujeitos apenas um lugar de passividade, de conformidade. Almino (2004) assim comenta:

Apesar das ressalvas que fez sobre as instituições da Utopia, talvez More não tivesse idéia de que estava também criando uma distopia, uma utopia negativa, ao imaginar aquela ilha. O inferno, como a Utopia, está cheio de boas intenções. Muito já se comentou sobre a organização totalitária de uma sociedade que se quer transparente para si mesma e onde não há divisão entre o público e o privado. Mas distopia existe também nesta ordem internacional unidimensional, unilateral, em que as regras são impostas por um só ordenador do mundo, auto-suficiente e todo poderoso intérprete do bem, que se crê detentor dos valores da civilização (p. XXXIII, grifo nosso).

Um dos aspectos que certamente contribui para ocultar o caráter distópico da Utopia é que na narrativa realizada por Rafael mantém-se a polaridade entre guerra e paz, como se ambas fossem mutuamente excludentes. Para visualizar o antagonismo das estratégias, a verdadeira guerra que fervilha ocultamente sob o signo da harmonia das relações, faz-se necessário superar tal dicotomia. Só assim, as relações

agonísticas sempre presentes nas sociedades podem reaparecer.

Referências

Almino, João. Prefácio - A Utopia é um império. In: More, T. Utopia. Trad. Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. pp. IX-XXXIII.

Foucault, Michel. Microfísica do poder. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. pp.VII-XXIII.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: Dreyfus, Hubert L.; Rabinow, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-249.

_____. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tad. Raquel Ramalhe. 38. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Franco, Afonso Arinos de Melo. Apresentação à edição de 1980. In: More, T. Utopia. Trad. Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004a. pp. XXXV-XXXVI.

_____. Comentários em notas de rodapé. In: More, T. Utopia. Trad. Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004b.

Machado, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: Foucault, Michel. Microfísica do poder. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. pp. VII-XXIII.

More, T. Utopia. Trad. Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Orwel, George. 1984. Trad. Wilson Velloso. 29. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2005.

MICHEL FOUCAULT E OS ANTIGOS: ENSAIO SOBRE OS USOS DA CULTURA GREGA CLÁSSICA

BRUNO PANIZ BOTELHO⁸¹

Resumo

O ensaio busca estabelecer relações entre os procedimentos filosóficos de Foucault e os tipos de apropriações realizadas pelo filósofo em suas incursões na tradição do pensamento grego antigo. Procura-se, também, uma maneira de propor um panorama dos "usos" do passado que coloca em evidência a condição das problemáticas discursivas do presente.

Palavras-chave: Foucault - usos do passado - procedimentos retóricos

Abstract

The test seeks to establish relations between the philosophical procedures of Foucault and the types of appropriations made by the philosopher in his incursions in ancient Greek thought tradition. It also finds a way to offer an overview of the "uses" of the past that highlights the condition of the discursive problematics of the present.

Key-words: Foucault - uses of the past - rhetoric procedures

1. Introdução

Este ensaio manifesta o interesse de discutir e abordar a problemática das tipologias metodológicas dos usos do passado grego clássico no movimento de apropriação pela historiografia e

⁸¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Contato: bruno_paniz@hotmail.com - Trabalho submetido ao Eixo I: Discurso, poder e Ciências Humanas do Seminário.

epistemologia modernas. Com base nas apropriações de Michel Foucault sobre algumas questões colocadas pela tradição grega, busca-se discutir a noção de "usos" do passado como um procedimento intrínseco ao fazer historiográfico e epistemológico que se coloca em maior evidência quando concerne às formas de uso de um passado mais distante como o grego clássico, no qual se reconhece o nascimento da tradição grega e, em muitos aspectos, da tradição Ocidental. Primeiramente, a cultura deste "povo" tão plural e diverso ao qual se convencionou chamar "gregos" se vê representada e legitimada por uma "voz poderosa" que nos chega do súbito e admirável poderio conquistado por Atenas no séc. V a. C., após vencerem a guerra contra os Persas. Esta ressalva já merece, de início, um esboço de crítica. Por que motivos, dentro de toda a história grega, distribuída em tantas cidades com seus processos e histórias próprias, foi concedido para a Atenas do séc. V desempenhar o papel de símbolo elevado e insuperável da cultura grega clássica? O uso que a modernidade fez e ainda faz desta cultura clássica nos indicaria, talvez, que as principais questões que experimentamos hoje já tenham sido trilhadas, a sua maneira, pelos pensadores antigos, sobretudo os gregos. Porém, a que se deve este retorno constante aos antigos? Que tipos de procedimentos de análise motivaram, no caso de Foucault, esse retorno à tradição do pensamento grego clássico? Em outras palavras, o que Foucault, do centro de uma experiência moderna, estava procurando lá?

O eixo central da reflexão sobre essas questões pode ser relativamente iluminado pela coletânea intitulada "O governo de Si e dos Outros". Trata-se da compilação transcrita dos cursos oferecidos por Foucault no *Collège de France* entre os anos de 1982 e 1983. Em grande medida, neste volume editado por Frédéric Gros e dirigido de François Ewald e Alessandro Fontana, é possível encontrar incursões e análises sólidas de Foucault sobre a antiguidade, incluindo seus comentários sobre as tragédias gregas, a política na *pólis* clássica e os

mecanismos da retórica antiga. Este ensaio busca estabelecer um diálogo com Foucault a partir do estudo dos processos de apropriação das noções e conceitos presentes na tradição do pensamento antigo e recuperadas pela reflexão moderna na voz de Foucault. Dentre as aulas presentes no livro, destacamos o foco especial sobre as do dia 19 de janeiro de 1983 e de 2 de fevereiro de 1983, pois são nessas que Foucault discute dois temas de interesse neste ensaio: os elementos discursivos da tragédia grega e a experiência política na *pólis*.

2. Nota sobre a genealogia

Segundo Edwald e Fontana, em "O governo de si e dos outros", Foucault "desenvolve, em particular, o programa de uma genealogia das relações saber/poder em função do qual, a partir do início dos anos 1970, refletirá sobre seu trabalho - em oposição ao de uma arqueologia das formações discursivas que até então dominara" (EDWALD; FONTANA, 2010: XIII). Neste sentido, é interessante perceber a maneira pela qual Foucault recupera certas noções e conceitos da antiguidade, pois é através da apropriação que faz do "método" de genealogia de Nietzsche que alguns elementos referentes a ordem do discurso como a *parresía* e a aspectos da retórica serão analisados. Nietzsche utiliza o termo alemão *Herkunft* para definir seu procedimento de busca pela "origem", mas não por uma origem acessada por um caminho linear, contínuo, abstrato, sem acidentes, pelo contrário:

Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há "algo inteiramente diferente": não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (FOUCAULT, 1979: 17-18).

É neste emaranhado de vestígios e fragmentos de discurso que o procedimento genealógico se instaura. Trata-se de um "caminho cinza", como diria Foucault, cheio de lacunas, desvios e falhas no qual o estudioso situa-se enquanto um interprete cuja visão é colateral e jamais unificada ou exata. A escolha da genealogia coloca em evidência o interesse de Foucault em lançar um olhar sobre o presente através de um diálogo com tradições passadas no qual as formações discursivas e as diferentes formas de saber/poder possuem modulações confusas e imprecisas, distribuídas sem localização nem sentido claro no processo histórico. Percebe-se, também, em Foucault uma preocupação em compreender a constituição da subjetividade do indivíduo em relação às articulações do saber/poder e, nesta direção, o "uso" da tradição do pensamento grego antigo se encaixa enquanto uma fase de um procedimento genealógico maior.

3. A *parresía* e a política antiga

Uma das primeiras questões que parece interessar Foucault em sua visita à antiguidade gira em torno da noção grega de *parresía*. Habitando o núcleo das práticas retóricas, a *parresía* designa três tipos de ação discursiva: o "dizer tudo", o "dizer a verdade" e a "fala franca". Márcio Alves da Fonseca, professor do Departamento de Filosofia da PUC-SP, destaca o principais traço da aproximação de Foucault com a herança grega clássica:

É no âmbito da problematização histórica do preceito filosófico-moral do “cuidado de si” nas culturas clássicas e helenística que terá lugar, nos dois últimos cursos do Collège, o estudo da *parresía* antiga (dizer-verdadeiro ou coragem da verdade). Em *O governo de si e dos outros* o foco principal será a *parresía* política, que compreenderá, de um lado, a palavra verdadeira proferida pelo cidadão perante a assembleia (*parrêsia* democrática) e, de outro, a palavra verdadeira proferida pelo filósofo perante o

governante a fim de incitá-lo a bem governar a si mesmo e a cidade (*parresía* autocrática) (FONSECA, 2014).

Etimologicamente, *parrhesiazesthai* deriva do grego "pan" (tudo) e "rhema" (aquilo que é dito). A palavra aparece primeiramente no texto trágico de Eurípides e designa o sujeito que "diz tudo". O "parresista" ocupar um lugar de destaque dentro da prática discursiva por ser aquele que ao "dizer tudo", supostamente, "diz a verdade". Foucault está interessado, propriamente, nas significações políticas da noção de *parresía* e, nesta direção, Foucault menciona quatro tragédias de Eurípides: *Íon*, *As fenícias*, *Hipólito* e *As bacantes*. Seu foco recai sobre *Íon*, pois lhe interessa discutir como Eurípides operou uma construção discursiva na linguagem da tragédia para conseguir apresentar para a *pólis* a imagem de um herói que, embora fosse estrangeiro e descendente dos Jônios, poderia ser apresentado não somente enquanto um dos reformadores da *pólis* de Atenas, mas como um Ateniense legítimo. Foucault opera a genealogia no intuito de compreender de que maneira ocorreu esta construção discursiva, pois a imagem de *Íon* como cidadão de Atenas é totalmente artificial em relação ao mito (no qual este é um estrangeiro nascido na cidade de Acaia). Essa construção pelo discurso trágico serve para que *Íon* ganhe a legitimidade política de falar com *parresía* e assim o mito que lhe confere o título de restaurador de Atenas pode ser restituído para a *pólis* no séc. V a. C. Como afirma Foucault, a construção de Eurípides sobre a figura mítica de *Íon* garante a este "exercer um direito político fundamental: o direito de falar, de falar à cidade, de dirigir à cidade uma linguagem de verdade e uma linguagem de razão, que será precisamente uma das armaduras essenciais da *politeía*, da estrutura política, da constituição de Atenas" (FOUCAULT, 2010: 77). Foucault concebe a tragédia *Íon* de Eurípides enquanto um exemplo especial de *parresía* política, pois nela tem-se a representação de um conjunto de práticas discursivas que envolvem a verdade do oráculo, a revelação dos deuses e o *logos* político.

O contexto de surgimento dos valores da democracia na Atenas do séc. V a. C. está marcado pelo discurso trágico que Foucault busca analisar não, necessariamente, para compreender melhor o contexto da época em sua amplitude. Quando se refere ao "contexto político da tragédia de Eurípides", Foucault se limita, sobretudo, a decifrar modulações discursivas presentes nos textos trágicos e não a explicar o sentido semântico das palavras trágicas. O que interessa a Foucault é tornar inteligível de que forma o discurso trágico se veicula e se insere no grande grupo dos discursos políticos e de que forma ele opera dentro de um contexto marcado por transformações no pensamento político e social. Pode-se, ainda, compreender as próprias tragédias de Eurípides, nas quais Foucault encontra uma valiosa aplicação da noção de *parresía*, enquanto pertencentes a um momento do séc. V a. C em Atenas no qual os sofistas começam a ganhar força na cena política e a noção de "verdade" passa a ser relativizada em função do discurso. Logo, a "verdade" deixa de ser um conceito filosófico abstrato e lógico, como em Platão e Aristóteles, e passa a ser fruto de uma "construção discursiva" na qual o fundamento da *parresía* (o dizer-tudo, dizer-a-verdade e a fala-franca) torna-se um efeito do discurso daquele que "fala bem", ou que usa o elementos certos para o convencimento.

A relação entre *parresía* e democracia analisada por Foucault é muito pertinente para o estudo da antiguidade, pois nesta análise o autor questiona os elementos constitutivos da democracia e aponta para o fato de que as definições de democracia que temos de textos clássicos da antiguidade (como em Platão e Aristóteles) são definições meramente morfológicas, pois como afirma Foucault:

É bem sabido que a definição, digamos, morfológica da democracia nos textos teóricos de Platão, de Aristóteles, etc., é relativamente fácil de obter, pelo menos em oposição e distinção à monarquia, à aristocracia ou à oligarquia. É o governo do *dêmos*, isto é, do conjunto dos

cidadãos. Em compensação, vocês sabem que, se essa definição, digamos morfológica, da democracia é relativamente simples, a caracterização daquilo em que consiste a democracia - suas características, os elementos indispensáveis para que ela funcione bem, suas qualidades -, tudo isso é muito mais instável nos textos gregos. (FOUCAULT, 2010: 140).

Este tipo de indagação proposta por Foucault impulsionará sua pesquisa sobre os elementos que constituem a política democrática antiga. O caráter singular da aproximação de Foucault em relação a política na antiguidade está marcado sobre os elementos da construção discursiva. O autor busca compreender este conjunto de "ditos" e mecanismos discursivos que constituíam a política na *pólis* através das criações discursivas surgidas naquele contexto. É interessante o "uso" que Foucault faz do texto trágico para a compreensão desses mecanismos discursivos. Foucault compreendia que a tragédia era uma fenômeno social que envolvia toda a *pólis* e que o espetáculo trágico oferecia para a cidade uma imagem de si própria, de seus mitos reformu-lados e das práticas que a constituíam, dentre elas, o conjunto de experi-ências que formavam o jogo político da cidade. Foucault faz uso de um termo antigo para designar esse jogo, a saber, a noção de *dynasteia*:

A *dynasteia* é o problema do jogo político, das suas regras, dos seus instrumentos, do indivíduo que o exerce. É o problema da política - eu ia dizer como experiência, isto é, da política entendida como certa prática, tendo de obedecer certas regras, indexadas de uma certa maneira à verdade, e que implica, de parte de quem joga esse jogo, certa forma de relação consigo mesmo e com os outros (FOUCAULT, 2010: 148).

Com esta noção, Foucault busca iluminar a problemática complexa das relações políticas em seu sentido de experiência. Logo, o autor busca

operar uma distinção entre *politeia* e *dynasteia*: a primeira designa o estabelecimento de um estatuto legal e designa "toda uma forma de reflexão política sobre o que é a lei, sobre o que é a organização de uma sociedade, sobre o que deve ser o Estado" (FOUCAULT, 2010: 148). Por sua vez, a *dynasteia* apreende o "jogo político como campo de experiência com suas regras e sua normatividade, como experiência na medida em que esse jogo político é indexado ao dizer-a-verdade e na medida em que implica da parte dos que o jogam certa relação com [si] mesmo e com os outros." Ao voltar-se a noção de *dynasteia*, Foucault coloca a constituição do indivíduo antigo como um vetor da experiência política o que já constitui em si uma tarefa complexa, pois a noção de indivíduo não parece claramente demarcada nos textos políticos clássicos. Como questiona Donald Schuler, "Como se forma o cidadão? Esta pergunta não difere de 'como se forma o homem?', já que, desde as origens, não se pode pensar o homem fora da comunidade. Sair da comunidade significa não ser." (SCHULER, 2007: 18). Longe de solucionar esse problema do jogo da política alojado no desenvolvimento do indivíduo cidadão e da cidade, Foucault nos apresenta um panorama sobre uma problemática permanente que se desenrola sobre outras práticas do discurso, dentre elas, a *parresia*. Através da análise da *dynasteia*, Foucault consegue situar o indivíduo em relação à sua função política cotidiana, em sua dimensão de "jogador da política" no dia-a-dia. E esta dimensão está diretamente associada ao processo de formação do cidadão. Neste sentido, a condição de cidadão é aquela marcada pela prática legítima da *parresia*, cujo núcleo é a *politeia* e a *dynasteia*. É pela consolidação desta tríade que o direito político do cidadão se vê assegurado e estimulado em um processo de trocas e práticas discursivas constantes que, ao mesmo tempo que constituem a subjetividade do indivíduo cidadão, são responsáveis pela estruturação da política na cidade.

4. Considerações finais

O ensaio buscou produzir algumas breves reflexões no sentido da aproximação e pertinência do pensamento de Foucault para o estudo das tragédias gregas e da Grécia antiga.

Os "usos" que Foucault faz da tradição do pensamento grego se inserem num projeto maior de genealogia das relações saber/poder na qual Foucault explora as condições de surgimento e construção dos eixos estruturantes das práticas discursivas que marcaram o desenvolvimento das sociedades do Ocidente. Na antiguidade, Foucault é capaz de compreender quais vetores eram utilizados para a manutenção e consolidação de práticas de discurso e como essas práticas interagiam com tal modelo de sociedade. Neste caso, destacam-se as práticas constitutivas da sociedade Ateniense - sobretudo a do séc. V. a C. - dentre as quais a tragédia prefigura enquanto um importante dispositivo de disseminação de discursos.

Dentre os diversos "usos" da antiguidade feitos por Foucault, podemos destacar dois principais que apontam, respectivamente, para os elementos discursivos da tragédia grega e a experiência política na *pólis*, e são muito valiosos não só para a compreensão do pensamento do filósofo como, principalmente, para auxiliar nas reflexões sobre o próprio estudo da antiguidade: 1) Primeiramente, a maneira pela qual Foucault dialoga e considera os textos trágicos permite uma forma alternativa de interpretação do discurso trágico em relação ao contexto. Foucault está preocupado com a função discursiva da tragédia e lança uma noção muito interessante, a qual denomina "modulação trágica", para designar os recursos que o texto trágico usa para colocar em cena os elementos que constituem o discurso político na *pólis*. Foucault parece compreender a tragédia enquanto uma construção discursiva singular, que respeita a certos ordens e parâmetros discursivos e integra um conjunto maior dos discursos políticos; 2) A consolidação da tríade

parresía, *politeía* e *dynasteía* lança luz sobre o estudo do discurso na política antiga e permite instrumentalizar a análise sobre os elementos que constituíam na democracia e a política na *pólis*. Neste sentido, essa proposta de Foucault pode ser, inclusive, testada em outras tragédias além das já trabalhadas pelo filósofo no intuito de compreender a construção discursiva dessas noções e de que forma elas aparecem em cada texto trágico em relação ao seu contexto de escrita e encenação.

Consultas e referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

FONSECA, Márcio Alves da. "Foucault, leitor assíduo da tragédia" IN: Revista Cult. Edição 191, ano 17, 2014. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/06/foucault-leitor-assiduo-da-tragedia/> Acessado em: 28/01/2016.

SCHULER, Donaldo. Origens do discurso democrático. Porto Alegre: L&PM, 2007.

BARROS-CAIRO, Cecília; MILANEZ, Nilton (orgs). Foucault e Nietzsche: o discurso da tragédia [livro eletrônico]. Vitória da Conquista: Editora Labedisco, 2014. Disponível em: <http://www2.uesb.br/labedisco/wp-content/uploads/2014/04/Foucault-e-Nietzsche-O-discurso-da-trag%C3%A9dia-2.pdf> Acessado em: 27/01/2016.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA OBRA DE FOUCAULT PARA UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA DO ESTADO BRASILEIRO

CARLA MICHELE RECH⁸²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo destacar as principais contribuições de Foucault para a investigação do Estado, bem como a abordagem desenvolvida por pesquisadores contemporâneos que deram continuidade às noções por ele desenvolvidas, a partir de estudos empíricos, como o caso de Ferguson (1994), Mitchell (2006) e Fassin (2013). Foucault amplia as perspectivas da investigação sociológica ao demonstrar que o Estado, longe de ser uma espécie de dado histórico-natural é o correlato de uma certa maneira de governar e que a prática governamental se constitui dentro e fora do governo, fazendo o inverso das análises sociológicas ao partir da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, de supor que os universais (Estado e sociedade, nesse caso) não existem. Essa mesma perspectiva pode ser observada nos estudos realizados pelos autores supracitados, cujos estudos, assim como os de Foucault, nos proporcionam um alargamento teórico e permitem pensar o Estado não como um aparelho, mas um conjunto de processos, e que sua materialidade reside muito menos em instituições do que na reformulação de processos e relações, de modo a criar novos espaços para a implantação de poder. Torna-se claro neste tipo de abordagem que o Estado não é uma entidade independente, um ator, essencializado, com coerência, agência própria e autonomia, como um objeto coerente claramente distinto da 'sociedade'. A partir da leitura de

⁸² Doutoranda em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Mestre e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas - Bolsista CNPQ - carlatsul@yahoo.com.br

Foucault e seus sucessores parece mais adequado tomar o Estado como um nó em uma rede horizontal de instituições e indivíduos através do qual o poder é exercido. Esta abordagem significa que não devemos ser enganados em tomar por garantido a ideia do Estado, dado que os processos materiais e ideológicos que o constituem se modificam e reconfiguram.

Palavras-chave: Foucault, Tecnologias de Governo, Estado, investigação sociológica

1. Introdução

Estudos realizados nas últimas décadas no Brasil tem demonstrado que o Estado brasileiro apresenta um padrão de permeabilidade (MARQUES, 1999; 2004) que tem possibilitado múltiplas dinâmicas de interação entre organizações de movimentos sociais⁸³ e órgãos estatais, especialmente no contexto de implementação de políticas públicas. No entanto, apesar das evidências empíricas, permanecem questões teóricas importantes, especialmente desafios em torno de como analisar esse processo do ponto de vista teórico. Já há um consenso na área de estudos de movimentos sociais que a abordagem relacional⁸⁴ apresenta-se como adequada para o estudo das relações das organizações de movimentos sociais com órgãos estatais, ao mesmo tempo complexa e dinâmica, e dada suas características, demandam uma abordagem desde distintas perspectivas (teóricas e metodológicas) buscando ao máximo,

⁸³ Quando falamos em organizações de movimentos sociais estamos utilizando a definição proposta por Jenkins (1994) que considera tanto as organizações de movimentos sociais clássicas, com liderança autóctone, pessoal voluntário, afiliação extensiva, recursos de beneficiários diretos e ações baseadas na participação massiva ou organizações de movimentos sociais profissionais, com liderança externa, pessoal remunerado por tempo integral, afiliação reduzida ou inexistente, recursos das comunidades conscientes e ações que “falam em nome” do grupo prejudicado sem requerer sua participação.

⁸⁴ Segundo Marques (1999, p. 47), um dos principais pesquisadores no Brasil a utilizar a abordagem relacional, “o uso do conceito de redes permite chegar a um grande detalhamento das relações individuais sem perder de vista a estrutura do campo inteiro e os padrões mais gerais, introduzindo dimensões novas e inusitadas na compreensão do Estado”.

aproximações multidisciplinares, especialmente com áreas do conhecimento que tem se dedicado ao tema.

Revisitando a literatura que toma o Estado como objeto de análise, notamos que para além dos estudos clássicos nas ciências sociais (MAUSS, 1970; WEBER, 1974; 1983; GEERTZ, 1991; BOURDIEU, 1994; ELIAS, 2006; GRAMSCI, 2006) temos a particular abordagem adotada por Foucault (1979; 2006; 2008), cuja perspectiva tem influenciado abordagens teóricas alternativas, as quais se inscrevem teoricamente no marco de uma antropologia da política ou também denominada Antropologia do Estado (HERZFELD, 1992; FERGUSON, 1994; SCOTT, 1998; TROUILLOT, 2001; MITCHELL, 2006; SHARMA; GUPTA, 2006; FASSIN, 2013; GRAEBER, 2015) e que nos parecem pertinentes para abordagem do Estado brasileiro. Afora as contribuições que destacaremos a seguir, Kuschnir (1997) argumenta que esta área do conhecimento pode contribuir nesse debate porque sua principal tarefa é estudar não o que a política *deve ser*, mas o que ela *é* para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico, assim como o Estado e suas práticas. Souza Lima (2012) reforça essa perspectiva a partir de suas pesquisas de campo, afirmando que essa abordagem permite ultrapassar a sensação de completude e totalização que a ideia de Estado carrega, sensação esta que é, em si mesma, matéria para a pesquisa.

O presente trabalho tem por objetivo destacar as principais contribuições de Foucault sobre o tema, bem como a abordagem desenvolvida por pesquisadores contemporâneos que deram continuidade às noções por ele desenvolvidas, a partir de estudos empíricos, como o caso de Ferguson (1994), Mitchell (2006) e Fassin (2013). O texto está dividido em duas partes, onde na primeira são destacadas as contribuições de Foucault para investigação do Estado e na segunda, os aportes dos teóricos contemporâneos que levam em

consideração os princípios teórico-metodológicos propostos por Foucault. Conclui-se o texto com breves considerações finais que apontam a pertinência das questões colocadas para investigação do Estado brasileiro.

2. Foucault e a noção de tecnologias de governo, biopoder e biopolítica

Uma das principais contribuições de Foucault para a investigação do Estado já se encontra demarcada em seu texto sobre “A Governamentalidade” (FOUCAULT, 1979). Ao se preocupar com a relação entre segurança, população e governo, o autor procura verificar como surgiu historicamente o problema específico da população, o que conduziu à questão do governo, demonstrando que o Estado, longe de ser uma espécie de dado histórico-natural é o correlato de uma certa maneira de governar, pautada pela razão de Estado, problema este que aparece apenas no século XVI, momento em que começam a se instaurar os grandes Estados territoriais, entre outras questões e que vai se alterando no tempo e no espaço. Foucault demonstra que desde o século XVIII vivemos na era da governamentalidade e que a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver.

Neste texto clássico, o autor destaca dois momentos na literatura do/sobre o governo: a literatura antes e depois de *O Príncipe* de Maquiavel, e no meio desta uma volumosa literatura anti-Maquiavel (apresentando com maior ênfase observações sobre o texto de La Perrière) e que nos cursos de ciências sociais pouco se comenta. O que Foucault procura evidenciar é que esta não tem somente uma função negativa de censura, de barragem, de recusa do inaceitável, é um gênero positivo que tem objeto, conceitos e estratégia, e sobre esse aspecto que faz suas considerações. Enquanto a doutrina do príncipe ou a teoria

jurídica do soberano procura incessantemente marcar uma descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder e o que se governa é o território, as teorias da arte de governar procuram estabelecer uma continuidade (ascendente e descendente) e o reconhecimento de que existem muitos governos, em relação aos quais, o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade e o que se governa são as coisas.

No entanto, o que Foucault demonstra é que essa visão da “arte de governar” foi bloqueada ao longo dos séculos, tendo primazia a teoria da soberania, impulsionada pelo mercantilismo como forma de governar e por suas leis, ordens, regulamentos, sendo desbloqueada apenas através do desenvolvimento da ciência do governo, tendo na estatística o principal fator técnico deste desbloqueio (a população aparece como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo), ao mesmo tempo em que a população elimina o modelo da família, transformando-se em objetivo final do governo, em que a economia se isola como setor específico da realidade e a economia política como ciência e como técnica de intervenção do governo neste campo da realidade.

O tema do poder é um tema caro à Foucault, e já em sua Aula de 11 de janeiro de 1978, dedicada ao *biopoder*, o autor traz a noção de que o poder é entendido como um conjunto de procedimentos cujos mecanismos são parte intrínseca de todas as relações e são circularmente o efeito e a causa delas e a análise dessas relações de poder pode, é claro, se abrir para, ou encetar algo como a análise global de uma sociedade e tem o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta.

Chama atenção também a demonstração que o autor faz sobre as formas em torno das quais se constitui a segurança: a primeira forma é o

mecanismo legal ou jurídico; o segundo, o mecanismo disciplinar e a terceira forma é o dispositivo de segurança, ou seja, quando as reações do poder ante o fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo e o estabelecimento dos limites do aceitável. O autor demonstra que esses mecanismos são antigos e cada vez mais gigantescos e o que vai mudando é o sistema de correlação entre esses mecanismos. Foucault faz uma digressão sobre a organização da cidade e o sistema disciplinar envolvido e surgimento de uma técnica política que se dirigiria ao meio (planejamento das cidades com diferentes funções: higiene, comércio circulação de mercadorias e possibilitar a vigilância). E nesse sentido volta-se a encontrar aqui o problema do soberano, mas desta vez o soberano não é mais aquele que exerce seu poder sobre um território a partir de uma localização geográfica da sua soberania política, o soberano é algo que se relaciona com uma natureza, ou antes, com a interferência perpétua de um meio geográfico, climático, físico com a espécie humana, na medida em que ela tem um corpo e uma alma, uma existência física [e] moral; e o soberano será aquele que deverá exercer seu poder nesse ponto de articulação em que a natureza no sentido dos elementos físicos vem interferir com a natureza no sentido da natureza da espécie humana, nesse ponto de articulação em que o meio se torna determinante da natureza.

No entanto, é na Aula de 10 de janeiro de 1979, onde Foucault retoma a reconstrução da história da arte de governar, procurando nessa aula captar a maneira como, dentro e fora do governo se constitui a prática governamental, fazendo o inverso das análises sociológicas ao partir da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, de supor que os universais (Estado e sociedade, nesse caso) não existem. Ocupa-se em dar ênfase nas limitações internas da razão governamental, dentre as quais para Foucault é a economia política que possibilitou assegurar a autolimitação, pelo princípio da verdade, da razão governamental. Conclui introduzindo a abordagem sobre um novo regime governa-

mental desenvolvido a partir do século XVIII chamado liberalismo, razão na qual é apreender o que é a biopolítica, temas tratados na Aula de 17 de janeiro de 1979.

Para Foucault, essa nova arte de governar se caracteriza essencialmente, pela instauração de mecanismos a um só tempo, internos, numerosos e complexos, mas que tem por função não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar, cuja a razão do governo é mínimo como princípio de organização da própria razão de Estado – a questão da frugalidade do governo é a questão do liberalismo. Segundo o autor, o mercado se torna um lugar de verdade; ele deve dizer a verdade em relação a prática governamental. Seu papel de veridificação e que vai doravante e de uma forma simplesmente secundária, comandar, ditar, prescrever os mecanismos jurisdicionais ou a ausência de mecanismos jurisdicionais sobre as quais deverá se articular.

Segundo Foucault, se quiséssemos analisar esse fenômeno seria absolutamente fundamental fazer a história da governamentalidade ocidental, isso é a sua inteligibilização, fazer a história dos regimes de veridificação - da análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma situação de direito, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso, o discurso em que se formula o direito e em que se formula o que pode ser verdadeiro ou falso; o que tem uma importância política atual é determinar que o regime de veridificação foi instaurado num determinado momento. Segundo o autor, o governo nessa nova razão governamental é algo que manipula interesses; a partir de então o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os jogos de interesse tomam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou

determinado processo, de certo interesse para as indivíduos, ou para o conjunto dos indivíduos, ou para os interesses de determinado indivíduo confrontados ao interesse de todos, etc. O governo vai se exercer agora sobre o que Foucault chama de república fenomenal dos interesses.

3. Abordagens contemporâneas

3.1 Ferguson e a máquina anti-política/Timothy Mitchell e o efeito-Estado

Um dos estudos pioneiros com a abordagem proposta por Foucault foram os estudos realizados por Ferguson, entre eles o estudo realizado pelo autor em Lesotho, um pequeno país da África Austral, levando em consideração o papel que os discursos transnacionais desempenham na construção de Estados, especialmente a forma com os organismos internacionais classificam os países, como por exemplo, o Banco Mundial tem produzido sobre Lesotho como um país menos desenvolvido, e que, em seguida, denota um certo conjunto de características, necessidades e intervenções.

O que Ferguson (1994) busca evidenciar é que mesmo havendo uma reorganização da realidade local a partir do “olhar” das agências de desenvolvimento, especialmente do Banco Mundial, o qual desconsidera a cultura local e as formas tradicionais de produção e consumo, naturalizando paradigmas neoliberais de crescimento e de autodeterminação individual visando um progresso definido externamente, há por outro a criação de uma máquina anti-política por parte da população nativa e dos burocratas estatais que, segundo o autor, leva a um fracasso inevitável das ações externas desenvolvidas. Inspirado em Foucault, Ferguson (1994) chama atenção que neste quadro o Estado é apenas um nó em uma rede horizontal de instituições e indivíduos através do qual o poder é exercido, e não verticalmente a mais alta instituição em que o poder é inerente.

Já Thimoty Mitchell (2006), outro autor que se dedica a formular uma abordagem teórica alterantiva para o Estado enquanto objeto de análise, destaca a exemplo de Foucault, que “Uma abordagem alternativa deve começar com a suposição de que devemos levar a sério o carácter esquivo da fronteira entre o Estado e a sociedade, não como um problema de precisão conceitual, mas como uma pista para a natureza do fenômeno” (MITCHELL, 2006, p. 170). Segundo sua abordagem, uma teoria contemporânea do Estado também deve examinar a distinção paralela construída entre Estado e economia, já que para o autor, o limite entre Estado e economia representa uma distinção ainda mais esquiva do que entre Estado e sociedade. Para Mitchell (2006, 170), “Devemos tomar tais distinções não como o limite entre duas entidades discretas, mas como uma linha desenhada internamente, dentro da rede de mecanismos institucionais através da qual é mantida uma ordem social e política”.

Além disso, o autor destaca outro aspecto importante, o fato de que a importância do Estado (para a população em geral) como uma construção ideológica e cultural comum devem ser motivos para não dispensar o fenômeno, mas para levar a sério já que,

Uma construção como o Estado ocorre não apenas como um uma crença subjetiva, mas como uma representação reproduzida em formas visíveis todos os dias, tais como a linguagem da prática jurídica, a arquitetura de edifícios públicos, o uso das forças armadas, ou a marcação e policiamento de fronteiras. As formas ideológicas do Estado são um fenômeno empírico, tão sólido e perceptível como uma estrutura jurídica (...) a distinção feita entre um reino conceitual e um empírico precisa ser colocado em cheque se quisermos compreender a natureza de um fenômeno como o Estado (MITCHELL, 2006, p. 173).

Para Mitchell (2006, p. 174), a popular definição weberiana do Estado não explica como os contornos reais desta organização amorfa estão a ser desenhados, além do que os teóricos do Estado são incapazes de corrigir o limite indescritível entre o sistema político ou o Estado e a sociedade. Para apresentar a complexidade do fenômeno e avançar no tema das “fronteiras” entre Estado, sociedade e mercado, o autor exemplifica com estudos que demonstraram como o conluio entre o governo dos EUA e as companhias petrolíferas foi um mecanismo institucional usado para atingir determinados objetivos da política externa nos países árabes e que tais mecanismos nunca estão confinados dentro dos limites do que é chamado o Estado. Neste sentido o autor conclui:

É para argumentar que a fronteira do Estado (ou sistema político) nunca marca um exterior real. A linha entre o Estado e a sociedade não é o perímetro de uma entidade intrínseca que pode ser pensado como um objeto autônomo ou ator. É uma linha desenhada internamente, no âmbito da rede de mecanismos institucionais através do qual uma determinada ordem social e política é mantida. O ponto que a fronteira do Estado nunca marca um exterior real sugere que este parece muitas vezes indescritível e instável. Mas isto não significa que a linha é ilusória. Muito pelo contrário, como mostra o caso, produzir e manter a distinção entre Estado e a sociedade em si é um mecanismo que gera recursos de poder (MITCHELL, 2006, p. 175).

Mitchell (2006, p. 175) destaca ainda que muitos exemplos semelhantes podem ser explorados sobre a relação entre Estado e instituições 'privadas' do setor financeiro, na pesquisa científica e educação, ou em práticas de cuidados de saúde e médica. Segundo ele, “Em cada caso pode-se mostrar que a divisão Estado-sociedade não é uma simples fronteira entre dois objetos autônomos ou domínios, mas uma complexa distinção interna para estes reinos da prática”. Mais ainda, “O poder de regular e de controle não é simplesmente uma

capacidade armazenada no interior do Estado, de onde se estende para fora na sociedade. O limite aparente do Estado não marca o limite dos processos de regulamentação”. (MITCHELL, 2006, p. 175-176).

Além das questões já evidenciadas, Timothy Mitchell (2006, p. 176 – 183) destaca algumas observações pertinentes sobre uma teoria mais adequada do Estado:

- A abordagem do Estado por ele defendida não implica uma imagem do Estado e organizações privadas como uma estrutura de poder única e totalizada. Pelo contrário, existirão sempre em conflito entre eles, como há entre as agências governamentais diferentes, entre organizações corporativas. Esta abordagem significa que não devemos ser enganados em tomar por garantido a ideia do Estado como um objeto coerente claramente distinto da 'sociedade';
- Concebido dessa forma, o Estado não deve mais ser tomado como um ator, essencializado, com coerência, agência própria e autonomia;
- Precisamos de uma abordagem para o Estado que se recuse a tomar o dualismo ‘Estado-sociedade’, ‘Estado-economia’, e ainda esclarecer por que a realidade social e política aparecem nesta forma binária;
- Deve-se analisar o Estado como um efeito estrutural. Isso é, devemos examiná-lo não como uma estrutura real, mas como o poderoso, aparentemente efeito metafísico de práticas que fazem tais estruturas parecerem existir. Para Mitchell (2006, p. 181) é habitual ver o Estado como um aparato de poder e a fábrica como um espaço da produção. Na verdade, ambos são sistemas de poder disciplinar e ambos são técnicas de produção. Ambos produzem o efeito de uma abstração que se distingue da realidade

material. Ademais, o efeito estrutural contemporâneo do Estado é inseparável da criação relativamente recente da ‘economia’.

Timothy Mitchell resume sua abordagem diferenciada sobre o Estado e sua relação com a sociedade e a economia em uma lista de cinco proposições:

1. Devemos abandonar a idéia do estado como uma entidade independente;
2. Devemos, no entanto, levar a sério a distinção entre Estado e sociedade ou Estado e economia. É uma característica definidora da ordem política moderna. O Estado não pode ser descartado como uma abstração ou construção ideológica e preterido em favor de realidades materiais. Na verdade, nós temos que fazer essa distinção entre conceitual e material, entre o abstrato e o real;
3. Pela mesma razão, a visão predominante do Estado como essencialmente um fenômeno de tomada de decisão ou política é inadequada;
4. Devemos endereçar o Estado como um efeito de processos mundanos de organização espacial, arranjo temporal, especificação funcional, supervisão e fiscalização e representação do que criar a aparência de um mundo fundamentalmente dividido em estado e sociedade ou estado e a economia.
5. Esses processos criam o efeito do Estado não apenas como uma entidade definida além de economia ou sociedade, mas como uma dimensão distinta de estrutura, codificação, conhecimento, informação, planejamento, e intencionalidade. O Estado aparece como uma abstração em relação à concretude do social, uma esfera de representação em relação a realidade

da economia e uma idealidade subjetiva em relação à objetificação do mundo material.

3.2 Fassin e uma etnografia do Estado inspirada em Foucault

Didier Fassin, sociólogo e antropólogo francês, pode ser considerado o pesquisador contemporâneo que mais tem retomado as questões colocadas por Foucault, especialmente de investigar como se dá a maneira de governar do Estado. O autor propõe e realiza uma etnografia do Estado que ele qualifica de transversal e articula o nível macro e micro sociológico para análise. Ao descrever um conjunto de situações em torno do tema da segurança, o autor demonstra como tais práticas oferecem muitos mergulhos ao coração do Estado, tensões entre questões públicas e sociais, morais e políticas ao mesmo tempo. O método proposto articula a observação das práticas dos agentes com análise de discurso e da ação pública.

Para Fassin, mergulhar no coração do Estado significa penetrar no funcionamento ordinário/cotidiano das instituições públicas, apreender os valores e os afetos, julgamentos e sentimentos, ou seja, a economia moral e as subjetividades morais (o trabalho moral) que atravessam as políticas de governo e as práticas dos agentes. O autor chama a atenção para o fato de que são os trabalhadores do Estado, sejam policiais, educadores, médicos, etc, e suas práticas cotidianas que constituem o Estado e que ao mesmo tempo aplicam e produzem a ação pública.

O autor demonstra como é que apesar da existência das leis e normas, são as decisões dos profissionais em tomar certas atitudes em relação a outras é que determinam a ação do Estado; são os diferentes profissionais que tem uma margem de interpretação e de manobra que definem as modalidades de sua intervenção, ou seja, eles são o Estado. O autor argumenta dessa maneira que não é somente o Estado que dita uma política aos agentes; mas que são também os agentes que fazem a

política do Estado. Dessa maneira o Estado deixa de ser um lugar imparcial voltado ao bem comum. Além disso, as instituições (as prisões, agências policiais, serviços sociais ou de saúde mental, etc) são elas mesmas o lugar de produção do Estado. Neste ponto é importante destacar que a ação dos indivíduos se dá no contexto das instituições ao qual estão inseridos, e não agem como “elétrons” livres; instituições estas que mudam com o tempo e conforme as tradições nacionais.

Segundo Fassin, essa abordagem é que permite verificar no estado francês, por exemplo, a retração do Estado social, a expansão do Estado penal e o desenvolvimento do Estado liberal. O autor demonstra também como uma questão social está indissociada de uma questão moral e que são as fronteiras da moral e da política que julgam as sociedades contemporâneas.

4. Considerações finais

O que podemos apreender de todos os autores acima destacados é o alargamento teórico que suas reflexões nos colocam e permitem pensar o Estado não como um aparelho, mas um conjunto de processos e que sua materialidade reside muito menos em instituições do que na reformulação de processos e relações, de modo a criar novos espaços para a implantação de poder.

É possível levar em consideração também os aportes dessa literatura para pensar as fronteiras que apesar de existentes são de difícil demarcação, sendo pertinente pensar que a linha entre reinos estatais e não-estatais é parcialmente desenhada por práticas cotidianas de trabalho dos burocratas; discussões diárias entre funcionários e ativistas; reuniões entre burocratas locais e ONGs, e as interações entre funcionários de ONGs e participantes de programas de desenvolvimento ajudam a (re)desenhar a linha entre reinos estatais e não-estatais, e constituem o que é o Estado.

Também é possível tomar como ponto de orientação teórica as observações de que o Estado não é uma entidade independente, um ator, essencializado, com coerência, agência própria e autonomia, como um objeto coerente claramente distinto da 'sociedade'. Parece mais adequado tomá-lo como um nó em uma rede horizontal de instituições e os indivíduos através do qual o poder é exercido. Esta abordagem significa que não devemos ser enganados em tomar por garantido a ideia do Estado, dado que os processos materiais e ideológicos que o constituem se modificam e reconfiguram. O Estado aparece assim como um campo aberto com múltiplas fronteiras e não fixidez-institucional o que quer dizer que ele precisa ser conceituado em mais de um nível.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. "Esprits d'État. Genèse et structure du champ bureaucratique" In: _____. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994

ELIAS, Norbert. "Processos de formação de Estados e construção de nações". In: _____. *Escritos & ensaios*; 1: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação Federico Neiburg e Leopoldo Waizbord. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006 (1972)

FASSIN, Didier (Org.). *Juger, Réprimer, Accompanyer. Essai sur la Morale de l'État*. Paris, Éditions du Seuil, 2013.

FERGUSON, James (with Larry Lohmann). "The Anti-Politics Machine. Development and Bureaucratic Power in Lesotho". In: *The Ecologist*, Vol. 24, N. 5, September/October 1994.

FOUCAULT, Michel. "A Governamentalidade". *Microfísica do Poder*. RJ, Edições Graal, 1979. (11ª impressão)

FOUCAULT, Michel. *Seguridad, Territorio, Población: curso en el Collège de France: 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GEERTZ, Clifford. “Introdução”; “Definição política: as fontes da ordem”; “Conclusão: Bali e a teoria política”. In: _____. *Negara. O Estado-teatro no século XIX*. Lisboa: Difel; 1991.

GRAEBER, David. *The Utopia of Rules: on technology, stupidity and the secret joys of bureaucracy*. Melville Publishing, 2015.

GRAMSCI, Antonio. “State and civil society”. In: Sharma, Aradhana; Gupta, Akhil, ed. *The Anthropology of the State: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006

HERZFELD, Michael. 1992 - *The social production of indifference. Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.

JENKINS, J. Craig. La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales. Zona Abierta, Madrid, nº 69, 1994. (5-49)

KUSCHNIR, Karina. “Antropologia e Política”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 22, n. 64, junho de 1997, p. 163-167.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, pp.45-67, outubro de 1999.

_____. Redes sociais, poder e intermediação de interesses nas políticas públicas brasileiras. XXVIII Encontro da ANPOCS - Seminário Temático “Processo decisório e implementação de políticas públicas no Brasil: novos tempos, novas perspectivas de análise”, Caxambu, 2004.

MAUSS, Marcel. "La nation"; "La nation y el internacionalismo" In: _____. *Obras*. Barcelona, Barral, 1970.

MITCHELL, Timothy. "Society, economy and the state effect". In: Steinmetz, George (ed.). *State/Culture. State-formation after the cultural turn*. New York: Cornell University Press, 1999

SOUZA LIMA, Antonio Carlos (Ed.). "Introdução. Dossiê Fazendo Estado". *Revista de Antropologia, USP, vol 55(2)*, julho-dezembro de 2012, p. 559-564.

SCOTT, James. *Seeing Like a State*. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London, Yale University Press, 1998.

SHARMA, Aradhana & GUPTA, Akhil . "Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization". In: *The Anthropology of the State: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006

TROUILLOT, Michel-Rolph. "The anthropology of the state in the age of globalization. Close encounters of the deceptive kind". *Current Anthropology* 42(1), 2001, p. 125-138.

WEBER, Max. "Burocracia"; "O significado da disciplina"; In: _____. *Ensaio de sociologia*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1974

WEBER, Max. "Los tipos de dominación"; "Comunidades étnicas"; "Las comunidades políticas", In: _____. *Economía y Sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1983.

MÁQUINAS DA IMAGINAÇÃO: ATRAVESSAMENTOS ENTRE O DISPOSITIVO DA SUSTENTABILIDADE E EXPOSIÇÕES DE ARTE CONTEMPORÂNEA

CAROLINE LEAL BONILHA⁸⁵

LORENA SANTOS DA SILVA⁸⁶

PAULA HENNING⁸⁷

Resumo: O presente trabalho apresenta uma série de problematizações a partir do projeto de comissionamento de obras artísticas intitulado Máquinas da Imaginação, que integrou o plano curatorial da 9ª Bienal do Mercosul realizada em Porto Alegre/RS no ano de 2013. O projeto mencionado integrou seis artistas no cotidiano de indústrias e centros tecnológicos brasileiros, dentre os quais chamamos atenção para o trabalho desenvolvido a partir da vivência da artista Cinthia Marcelle em minas de extração de ferro da Gerdau. Pensando as exposições temporárias de arte contemporânea como dispositivos, no sentido foucaultiano do termo, capazes de atuar na formação de sujeitos, questionamos a tríade apresentada pela Bienal do Mercosul envolvendo arte, sustentabilidade e indústria. Para compreender as condições de emergência de tais relações, foram destacados acontecimentos históricos que promoveram a aproximação entre os campos e a formação tanto das exposições como dispositivos como do dispositivo da sustentabilidade, evidenciando suas linhas de visibilidade e possibilidades de fratura nas regularidades que atuam na formação de sujeitos contemporâneos. O trabalho foi desenvolvido como parte das atividades realizadas no Grupo de Pesquisa Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia.

⁸⁵ Doutorando em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, bonilhacaroline@gmail.com

⁸⁶ Mestranda em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, lory.lorenasantos@gmail.com

⁸⁷ Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, paula.c.henning@gmail.com

Palavras-chave: discurso, dispositivo, exposições de arte, sustentabilidade.

Introdução

No ano de 2015 a Fundação Bienal do Mercosul apresentou seu 10º projeto expositivo, intitulado “Mensagens de uma nova América”, retomando a ideia inicial da mostra de perceber a arte latino-americana partindo de um lugar teórico afastado das imposições conceituais e interpretativas dos grandes centros. A proposta curatorial feita por Gaudêncio Fidelis foi concebida em relação direta com a primeira edição da Bienal realizada em 1997 e que trazia como temática central a ambição de reescrever a história da arte latino-americana partindo de uma perspectiva de rompimento com a lógica europeia e estadunidense de centralização no campo da arte. A recuperação da estratégia curatorial inicial, realizada 18 anos depois, fechou assim um ciclo na história da Fundação Bienal do Mercosul e de suas propostas expositivas.

Ao longo das 10 mostras realizadas entre 1997 e 2015 é possível perceber algumas recorrências temáticas, que apesar de nem sempre aparecerem como linhas mestras nas propostas curatoriais, articularam-se como regularidades enunciativas, por vezes emergindo a partir de arranjos discursivos visíveis e, em outras ocasiões, tendo permanecido no campo do não visto. Dentre as recorrências citamos conceitos ligados à identidade e território, a ênfase nos projetos educativos como meio de contato com a comunidade de fora do âmbito artístico e regularidades relacionadas à triangulação entre arte, sustentabilidade e indústria.

A presente pesquisa apresenta problematizações a partir da análise de um conjunto de trabalhos apresentados na 9ª Bienal do Mercosul sob o título “Máquinas de Imaginação” que reuniu propostas artísticas realizadas em parceria com empresas do Brasil e de outros países.

Chama atenção o fato da temática geral da 9ª Bienal do Mercosul, sob o slogan “Se o Clima For Favorável”, propor reflexões sobrediferentes tipos de clima relacionados a aspectos atmosféricos, emocionais e também políticos (CHONG CUY, p.32, 2013). No catálogo da exposição a curadora geral da mostra Sofia Hernández Chong Cuy (IDEM) faz a seguinte afirmação,

Portanto, é impossível não começar mencionando a constante ameaça do aquecimento global criado pelo homem presente em nossa era. Da mesma maneira, é impossível não associar essa ameaça à antiga, ainda que questionável, crença de que a força motriz que orienta o progresso social é a dominação da natureza. Assim, não resta dúvida de que o clima é tanto parte da natureza quanto um fenômeno cultural.

A problematização proposta está ancorada na hipótese de que grandes eventos culturais como a Bienal do Mercosul articulam diferentes tipos de dispositivos, termo entendido de acordo com Foucault, atuando na consolidação de projetos de subjetivação e de formação de sujeitos. Interessa-nos nesse cenário, pensar os atravessamentos entre dois dispositivos distintos: as exposições de arte e as ideias de sustentabilidade. No caso da 9ª Bienal do Mercosul a combinação entre os dois dispositivos encontra-se anunciada em seu slogan e tem lugar privilegiado de análise na mostra “Máquinas da Imaginação”, que além de estabelecer pontos de contato entre o cenário artístico e conceitos ligados a sustentabilidade ecológica, o faz a partir da apresentação de trabalhos realizados em parceria com indústrias e empresas representativas da lógica capitalista atual, caso da Gerdau e da Siemens.

O conceito de dispositivo na acepção foucaultiana e seus desdobramentos, exposição enquanto dispositivo e dispositivo da sustentabilidade, serão apresentados a seguir. Na sessão seguinte será

realizado um breve histórico de exposições temporárias de arte e das intersecções entre arte, indústria e sustentabilidade. A análise da mostra “Máquinas da Imaginação” permeada por reflexões advindas do campo da educação ambiental e dos estudos pós-estruturalistas antecede a conclusão do trabalho.

Dispositivos: exposições de arte e sustentabilidade

A definição de Foucault (2003, p. 244) de dispositivo confere ao conceito características de heterogeneidade englobando “[...]discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”, além disso, o conjunto apresentado se configura a partir de redes capazes de se modificar a todo o momento, renegando, portanto a estabilidade como modelo e transitando entre o dito e não dito. Os dispositivos são constituídos em função de uma urgência que precisa ser respondida, possuindo assim um papel estratégico na produção de verdades históricas.

No campo das artes visuais, os objetos artísticos, principalmente os associados a uma estética contemporânea, são legitimados por uma ampla articulação de discursos proferidos no âmbito teórico por historiadores da arte, críticos e curadores e por instituições como os museus e galerias. Um importante mecanismo de publicitação, articulação e atualização discursiva são as grandes exposições, onde se destacam as de formato bienal. No Brasil a Bienal de São Paulo e a Bienal do Mercosul se impõe como os maiores eventos do gênero. Ao analisar as exposições contemporâneas, autores como Ana Maria Albani de Carvalho (2012) e Igor Simões (2015) tem utilizado o conceito de dispositivo como chave de leitura para compreensão das práticas que se articulam em torno e a partir das mesmas. E como não poderia deixar de ser, Foucault aparece como interlocutor nessas análises. Para Ana Maria

Albani de Carvalho (2012) as exposições são pensadas como instrumentos de poder cultural, não podendo ser consideradas apenas veiculadoras de significados secundários, e sim articuladoras de novas lógicas discursivas a partir da combinação de aspectos técnicos e simbólicos. E é justamente nesse sentido que a autora utiliza o conceito de dispositivo ao afirmar que,

[...] a noção de dispositivo aplicada ao campo das exposições permite ir além da dicotomia técnico-simbólica que permeia parte significativa dos estudos sobre o tema, assim como relativiza a tendência a depositar excessiva ênfase na observação de um único componente do conjunto, seja ele o curador, o artista, a obra, a expografia ou a instituição, entre outros desdobramentos possíveis. Dito de outra forma, considerar a exposição a partir de uma concepção de dispositivo representa uma tentativa de compreendê-la enquanto fenômeno complexo, como “um conjunto multilinear”, cujas linhas estabelecem trajetórias em múltiplas direções, tanto se aproximam, quanto se afastam, configurando um circuito em rede (DELEUZE, 1989, p. 185). (CARVALHO, Ana Maria Albani, 2012, p.57).

Carvalho (2012, p. 57) destaca ainda que a compreensão da exposição de arte como dispositivo aponta para a perspectiva de pensar tais eventos a partir do cruzamento entre diferentes linhas de força, representadas pelos agentes envolvidos no processo de organização dos eventos, pelas instituições e também pelo público. Já Igor Simões (2015) ao aplicar o conceito à análise de exposições contemporâneas o faz pensando na possibilidade de escrita da história da arte a partir das montagens propostas nesses espaços, recorrendo então aos discursos de legitimação de trabalhos artísticos e de propostas interpretativas a partir das constantes atualizações discursivas que uma exposição temporária articula.

[...] uma exposição de caráter temporário pode ser pensada em sua complexidade como dispositivo para uma escrita da arte – uma escrita que coloca sob o prisma da história uma série de fazeres, posicionamentos e proposições que ganham visibilidade a partir de sua apresentação no interior de um discurso curatorial e expositivo que vai desde a seleção dos curadores, a relação entre artistas, organizadores e coordenadores da mostra, interesses de mercado e os lugares ocupados pelos trabalhos no espaço físico onde a mostra acontece, tanto em termos técnicos como simbólicos. (SIMÕES, 2015, p. 3878)

Ao pensar a 31ª Bienal de São Paulo que apresentou uma mostra com características evidentemente políticas e contestadoras, Simões (2015) faz referência também ao material produzido pela própria Fundação Bienal de São Paulo, caso do catálogo e do material educativo, e a outros escritos, como artigos científicos e notícias veiculadas pela mídia, que além de dar visibilidade à exposição, põe em movimento outras tramas narrativas e discursivas. Carvalho (2012) e Simões (2015) apontam para utilizações diferentes do conceito de dispositivo no campo da arte, no entanto, a linha da visibilidade é destacada na argumentação de ambos.

Fabiana Amorin Marcello (2009) ao discorrer sobre a noção foucaultiana de dispositivo chama atenção para suas principais características, dentre as quais a produção do mesmo a partir de uma urgência histórica e a sua composição por um conjunto de linhas e curvas desestabilizadoras que o mantém em constante movimento. A segunda característica aparece relacionada à leitura de Deleuze (1999) que pensa o dispositivo como um conjunto multilinear, mesma abordagem utilizada para estabelecer o surgimento e a atualização do dispositivo da sustentabilidade, argumentação apresentada pelos autores Shaula de Sampaio e Leandro Guimarães (2012, p.402) como caminho para compreender as formas pelas quais os sujeitos aprendem a se ver e

se narrar a partir desse dispositivo. Os autores afirmam que assim como outros dispositivos, o da sustentabilidade precisa criar sujeitos compatíveis com suas linhas e curvas, tornando-os “verdes” (IDEM), ou seja, fazendo com que esses sujeitos sejam sensíveis a apelos relacionados à ascensão da ideia de sustentabilidade divulgada por mercados que se tornam cada vez mais lucrativos.

Esse sujeito “verde” seria, então, aquele que é objetivado pelas linhas de enunciação e de visibilidade (sempre em modulação com as linhas de força) do dispositivo da sustentabilidade. Este sujeito é atravessado por uma profusão de imagens que conformam a necessidade de um mundo mais “verde”, mais sustentável – tanto aquelas imagens catastróficas (de florestas em chamas, de geleiras definhando) quanto aquelas “positivas” de experiências sustentáveis tidas como bem-sucedidas. Tal sujeito é, também, interpelado pelos mais diferentes discursos sobre sustentabilidade: os discursos legais, institucionais, governamentais, midiáticos, escolares, dos movimentos sociais. (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012, p. 402).

No decorrer do século XX o discurso sobre a sustentabilidade tornou-se cada vez mais potente, aparecendo não apenas em imagens divulgadas na grande mídia, mas invadindo também o campo da arte. O que ocorreu justamente no momento em que artistas passaram a questionar a separação construída pela autorreferencialidade dos movimentos modernistas entre arte e vida. Um dos caminhos trilhados para que a reconciliação entre esses dois âmbitos (arte e vida) fosse possível foi à reaproximação entre arte e natureza a partir de ações que questionavam o espaço institucional da arte por um lado, e por outro promoviam o discurso de responsabilidade para com o meio ambiente. Identificamos, portanto, nas ações artísticas que passam a ser realizadas a partir da década de 1960, ligadas num primeiro momento a *Land Art*, e sua consequente reintegração como registro aos espaços de museus e galerias com o cruzamento entre o dispositivo da sustentabilidade e as

narrativas engendradas pelas exposições como dispositivo. Na coexistência entre os dois dispositivos (exposições de arte e sustentabilidade) enunciações que dão visibilidade para questões associadas ao mundo industrial e empresarial tem se mostrado potentes na formação de subjetividades. Retomando a historicidade relacionada aos dispositivos daremos destaque para acontecimentos que resultaram em atravessamentos entre arte, indústria e meio ambiente no decorrer dos séculos XIX e XX, para depois analisar o caso da exposição “Máquinas da Imaginação” que integrou a 9ª Bienal do Mercosul em 2013.

Atravessamentos entre arte, indústria e sustentabilidade

Um dos pontos de partida para compreensão dos constantes e por vezes conflituosos atravessamentos entre arte, indústria e sustentabilidade, pode ser encontrado no projeto das grandes exposições universais do século XIX. A Revolução Industrial iniciada no final do século XVIII com a implementação de novas técnicas produtivas, além de modificar o cotidiano nas fábricas gerou transformações significativas na vida daqueles que habitavam as cada vez mais superpovoadas metrópoles europeias. Na segunda metade do século XIX o desenvolvimento do capitalismo baseado, sobretudo na aceleração da industrialização e na criação de um mercado consumidormais amplo, teve como resultado a criação dos primeiros fenômenos de massa (BARBUY, 1996). Nesse contexto tiveram início as Exposições Universais, constituindo-se como a mais “condensada representação material do projeto capitalista do mundo” (BARBUY, 1996, p.211). A primeira delas ocorreu em 1851 em Londres e teve como grande símbolo a construção do Palácio de Cristal, demonstração arquitetônica e estética do poderio da indústria do ferro e do vidro em suas mais variadas possibilidades de aplicação. Nessa primeira edição os trabalhos industriais das mais variadas nações tiveram seus produtos distribuídos em quatro grandes grupos: matéria-prima, produtos manufaturados, maquinaria e artes liberais ou mecânicas, sem

que houvesse espaço para apresentação de trabalhos artísticos (SANTOS, 2013). Na segunda edição do evento, que ocorreu em 1855 em Paris, um pavilhão foi destinado às belas artes, tendo na pintura suporte privilegiado. Depois disso, já em 1900, também em Paris, as então chamadas belas artes ganham lugar de destaque, aparecendo em relação de privilégio para com os produtos industriais.

Nas mais diversas edições das exposições universais, tenham sido elas realizadas durante o século XIX ou XX, objetos artísticos tiveram destaque não somente nos setores especificamente destinados a eles, mas também entre produtos caracterizados como industriais. É igualmente importante destacar que as exposições universais surgiram com o objetivo de ampliar as relações de comércio entre países industrialmente desenvolvidos e possíveis compradores, nesse cenário, objetos artísticos e/ou com características associadas a tendências da arte podem ter atuado como elemento intensificador de um discurso inserido no processo de produção de um sujeito histórico movido pelo desejo de consumo, tão vital para o desenvolvimento do capitalismo. Heloisa Barbuy (1996, p.212), afirma entender as exposições universais como projetos pedagógicos, “como modelos de mundo materialmente construídos e visualmente apreensíveis. Trata-se de um veículo para instruir (ou industrial) as massas sobre os novos padrões da sociedade industrial”. Nesse momento a urgência histórica para a constituição do dispositivo da sustentabilidade ainda não estava dada, ainda que seja possível visualizar alguns lampejos relacionados às condições de possibilidade que em seguida se tornariam determinantes para que processos de subjetivação passassem a ser intermediados pela relação entre arte, indústria e sustentabilidade.

No Brasil, arte e indústria aparecem relacionadas no decreto assinado por Dom João VI quando do anúncio da vinda da Missão Artística Francesa em 1816. Nele o imperador faz referência ao grupo de artísticas chefiado por Joachim Lebreton e declara a importância do fato

incluindo a necessidade de instrução “dos homens destinados não só aos Empregos Públicos da Administração do Estado, mas também ao progresso da Agricultura, Mineralogia, Indústria e Comércio⁸⁸”. A Academia Imperial de Belas Artes, fundada somente em 1926 acabou por assumir outras características, ligadas ao desenvolvimento da sensibilidade e de habilidades artísticas tradicionais tendo por base as práticas da pintura, da escultura e da arquitetura. E é justamente nesse ambiente que se faz notar o vislumbre de uma futura preocupação ambiental articulada pelo dispositivo da sustentabilidade. Em 1843, o pintor francês Félix-Émile Taunay, diretor da Academia Imperial de Belas Artes entre 1834 e 1851, demonstra sua inquietação com o processo de desmatamento em um trabalho intitulado “Vista de uma mata virgem que está se reduzindo a carvão” (Figura 01).

Figura 01. Félix-Émile Taunay, 1843. Vista de uma mata virgem que está se reduzindo a carvão.



Fonte: Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro

⁸⁸Decreto de Dom João VI, 1816. Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=827&sid=101>. Acesso em 24 de abril de 2016.

Claudia Valladão de Mattos (2009, p.291) contesta a interpretação corrente na história da arte de que a tela representaria simbolicamente o embate entre homem e natureza a partir de uma ideia de exaltação da atividade humana, conquista de territórios antes inexplorados e a construção da Nação. Para a autora a presença de Félix Taunay em instituições como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Geográfico Brasileiro, espaços nos quais se debatiam formas de modernizar a produção agrária, criticando-se os meios ainda utilizados no país e que “de acordo com muitos intelectuais destruíam de forma irreversível o patrimônio natural do país” (VALLADÃO, 2009, p. 291), insere o trabalho de Taunay em uma vertente crítica ao processo de desmatamento. Outro dado importante trazido por Valladão (2009) é o fato de que o desmatamento representado na pintura, provavelmente estivesse ocorrendo para dar espaço a uma plantação de café, monocultura que financiou o desenvolvimento da mesma elite paulista interessada na abertura do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo em 1882. A criação dessa instituição possibilitou que a ambição de Dom João VI de utilizar o ensino de arte com a finalidade de integrar os sujeitos que por ali passassem à indústria ainda nascente no Brasil, fosse concretizada (MAKOWIECKY, 2010).

Foi também em São Paulo, berço do movimento modernista brasileiro, que sujeitos relacionados ao processo de industrialização do país, assumiram as rédeas do desenvolvimento da cultura nacional financiando e organizando a abertura entre 1947 e 1949 do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), instituições fundadas pelos empresários Assis Chateaubriand e Francisco Matarazzo Sobrinho, o mesmo responsável pela realização da 1ª Bienal de São Paulo em 1951 e que esteve à frente da Bienal de São Paulo até sua 14ª edição em 1977. Gabriela Motta (2005, p. 26) destaca que,

[...] podemos concluir que também as bienais revelam uma mimetização com os significados e mitos associados ao lugar onde ocorrem. Nesse sentido, temos como sede da Bienal de São Paulo, cidade símbolo do desenvolvimento do país, um ícone do modernismo brasileiro: o antigo pavilhão das indústrias, construído por Oscar Niemeyer especialmente para feiras e exposições, e que tornou-se o espaço oficial da mostra paulista. E na Bienal do Mercosul, acordo econômico firmado em um plano de globalização econômica, nenhuma sede, nenhuma localização fixa além da cidade de Porto Alegre.

A Bienal do Mercosul inicia suas atividades em 1997, sendo que, da mesma forma que a Bienal de São Paulo e tendo auxílio de diversas pessoas que já haviam participado do evento, foi organizada, financiada e posta em funcionamento por um grupo de empresários que percebeu a cultura, em especial as artes visuais, como importante campo de disputa de poder vinculado a possibilidades discursivas e a articulação de visões de progresso e desenvolvimento econômico para o país.

Máquinas da Imaginação

A 9ª Bienal do Mercosul trouxe como slogan a expressão “Se o clima for favorável”, apresentando como promessa “propor e reformular os cambiantes sistemas de crenças e avaliações de experimentação e inovação” (CHONG CUY, 2013, p. 32). Como destacado anteriormente, a palavra clima utilizada no título da exposição trouxe consigo um condicionante: pensar a relação entre o progresso social e a dominação da natureza, assumindo a ideia de clima como parte de um fenômeno cultural. A mostra de 2013 foi organizada em três iniciativas principais, diferentes e interligadas: uma exposição de arte contemporânea com o título de “Portais, Previsões e Arquipélagos”, uma série de discussões e publicações chamadas de “Encontros na Ilha” e um programa pedagógico em arte nomeado de “Redes de Formação”.

A relação entre natureza e cultura é apontada pela curada geral da mostra Sofia Hernandez Chong Cuy (2013, p.34) como eixo centralizador das três iniciativas, sendo que os deslocamentos, os avanços tecnológicos e o desenvolvimento mundial, considerando “expansões verticais no espaço e explorações transversais ao longo do tempo” (IDEM) também aparecem são importantes elementos articuladores.

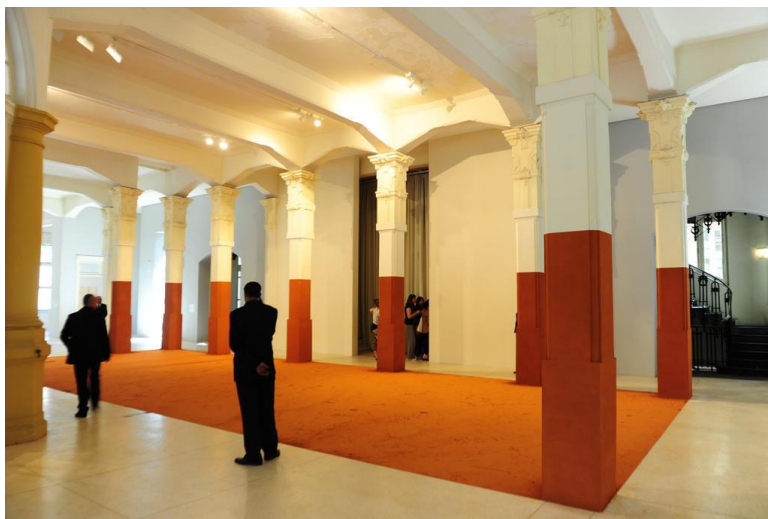
Máquinas da Imaginação aparece como um programa de comissionamento colaborativo, situado dentro da exposição “Portais, Previsões e Arquipélagos”, que estabeleceu parcerias entre artistas, indústrias e centros de pesquisa no Brasil. Especificamente para 9ª Bienal do Mercosul foram realizadas seis obras, executadas pelos artistas Andrey Cottin, Luiz Roque, Lucy Skaer, Bik Van der Pol, Cinthia Marcelle e Daniel Steegmann Mangrané com o apoio da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), da prefeitura de Porto Alegre e das empresas Celulose Irani, Gerdau e Petrobras. Além disso, também foram apresentados trabalhos realizados a partir de outras parcerias entre artistas, instituições e empresas realizados em países diferentes do Brasil a partir de 1960. Como ponto de ancoragem histórica para o desenvolvimento do projeto é citado o programa *Art and Technology do Los Angeles County Museum of Art (A&T e LACMA)*, nos Estados Unidos que teve como objetivo estabelecer parcerias entre artistas e empresas de manufatura de produtos e indústrias de tecnologia. O programa funcionou entre 1967 e 1971. Sobre as similaridades e diferenças entre as duas iniciativas são destacadas por Bernardo José de Souza (2013, p.109) ao considerar que,

[...] os quase cinquenta anos que separam ambas as experiências só fizeram recrudescer o processo de transformação das noções de avanço econômico, progresso científico e desenvolvimento tecnológico que haviam sido consolidadas ao longo da modernidade. Se na origem, tal natureza de colaboração ainda esteve associada, em alguma medida à ideia de *reshaping the*

future (remodelar o futuro), avançado o século XXI e extremado o debate acerca das relações forjadas entre homem e natureza desde a Revolução Industrial, foram justamente as questões políticas, ecológicas e filosóficas inerentes ao uso da tecnologia que deram a tônica do conjunto de projetos apresentados pelos artistas da 9ª Bienal do Mercosul.

Dentre os trabalhos apresentados destacamos a instalação e os registros fotográficos realizados por Cinthia Marcelle, entendendo-os como enunciados participantes dos diálogos entre a exposição como dispositivo e o dispositivo da sustentabilidade atravessados por questões impostas por sua relação com a indústria.

Figura 02. Cinthia Marcelle, 2013, Viajante engolido pelo espaço.



Fonte: Jornal Zero Hora, 25 de setembro de 2013.

Cinthia Marcelle esteve em áreas de mineração de ferro e em usinas siderúrgicas de propriedade da Gerdau. Sempre supervisionada, a artista foi acompanhada em suas visitas por engenheiros, geólogos e

operadores da indústria. Imersa em um ambiente de proporções gigantescas, no qual “a presença do homem confunde-se com a tecnologia não apenas devido ao porte desse poderoso complexo industrial” (SOUZA, 2013, p.232), mas, sobretudo por conta da automação dos equipamentos, Marcelle relacionou sua vivência com parte marcante da história do Brasil, a mineração do ouro em Minas Gerais, mesmo estado no qual a Gerdau realiza a extração de ferro e local de origem da artista. A instalação realizada para 9ª Bienal do Mercosul em 2013, ocupou o 1º andar do Memorial do Rio Grande do Sul em Porto Alegre e trouxe a cor avermelhada da matéria que dá origem ao ferro, também associada à terra de Minas Gerais, formando um grande tapete. Devido ao material utilizado na instalação, sensível a alterações atmosféricas, no decorrer da exposição foram notadas modificações na aparência e na textura do trabalho. Bernardo José de Souza (2013, p.232), afirma que,

Há algum tempo Cinthia Marcelle está interessada pelo riquíssimo solo de sua terra natal (objeto de outras obras suas), cuja coloração rubra indica a forte presença de minério de ferro, razão pela qual diversas mineradoras estão localizadas naquele estado, fazendo-se notar ao longo das muitas estradas que escoam seus produtos ao resto do país e alhures. Para 9ª Bienal do Mercosul/Porto Alegre, a artista circulou pelos interiores e exteriores da Gerdau, absorvendo na pele o calor das grandes estruturas que fundem o aço e acumulando sobre ela o pó que reveste todo o processo de fabricação do poderoso metal [...].

O catalogo da exposição, em substituição ao registro da instalação Viajante engolido pelo espaço (figura 02), apresenta três fotografias, duas de autoria da própria artista e uma feita por Leticia Weiduschadt (figura 03).

Figura 03. Catalogo 9ª Bienal do Mercosul, 2013, p. 234,235.



Fonte: Catalogo 9ª Bienal do Mercosul, 2013, p. 234,235.

Dado importante de ser mencionado é que além de ter comissionado a realização do trabalho apresentado na 9ª Bienal do Mercosul, a Gerdau que realiza extração de aço a mais de 100 anos no Brasil, também esteve presente desde o início na organização da Bienal do Mercosul, no site da Fundação Bienal do Mercosul⁸⁹, relacionado ao histórico da instituição é possível encontrar a seguinte afirmação:

Mas o início, de fato, do processo de constituição da Bienal do Mercosul realiza-se em março de 1995, na residência do empresário Jorge Gerdau Johannpeter. Lá se reuniram o Governador do Estado, o Secretário de Estado da Cultura e outras autoridades, com artistas, colecionadores, empresários e representantes dos setores culturais, que lançaram a proposta de fazer uma Bienal de Artes Visuais. A iniciativa foi vista como uma possibilidade efetiva de realizar um projeto de grandes dimensões. Liderados na época por Jorge Gerdau

⁸⁹ <http://www.fundacaobienal.art.br/site/pt/fundacao-bienal/historico>. Acesso em 05 de maio de 2016.

Johannpeter, os empresários viam na realização da Bienal do Mercosul uma possibilidade concreta de investimentos na área cultural e artística, através da responsabilidade social. O caráter público do projeto da mostra de arte e seu papel em uma sociedade democrática também teve grande aceitação por parte das lideranças artísticas e políticas do sul do país.

O empresário Jorge Gerdau Johannpeter ocupa atualmente a vice-presidência da fundação e assina um dos textos de abertura do catálogo da 9ª edição⁹⁰. Apesar de evidenciar teoricamente a relação entre “um dos mais perversos ciclos de exploração da metrópole portuguesa sobre a colônia brasileira” (SOUZA, 2013, p.232) ao referir-se a extração de ouro em Minas Gerais, nenhuma outra referência é feita a contradição de uma empresa de mineração figurar em uma mostra que trata de temas como sustentabilidade e alterações climáticas. De fato, sustentabilidade relacionada ao meio ambiente e a responsabilidade social aparecem em destaque no site da Gerdau⁹¹. O trabalho apresentado por Cinthia Marcelle na configuração discursiva vinculada aos enunciados presentes na montagem da 9ª Bienal do Mercosul e no catálogo da mostra perde sua força crítica e funciona como reforço ao dispositivo da sustentabilidade posto em ação a partir de interesses de mercado, como nos indicam Sampaio e Guimarães (2012). Os mesmos autores afirmam ainda que a coexistência entre dispositivos em certos períodos históricos “conformam e modulam as formas de pensar, perceber e sentir o mundo” (SAMPAIO; GUIMARÃES, p.401), sendo a subjetividade contemporânea atravessada por linhas de enunciação e visibilidade promovidas por esses mesmo dispositivos que nos constituem enquanto sujeitos.

⁹⁰ O texto escrito por Jorge Gerdau Johannpeter aparece na página 11 do catálogo, depois de textos de autoridades estatais na seguinte ordem: Dila Rousseff (presidenta da república); Marta Suplicy (ministra da cultura); Tarso Genro (governador do Rio Grande do Sul) e José Fortunatti (prefeito de Porto Alegre).

⁹¹ <https://www.gerdau.com/br/pt/meio-ambiente-e-responsabilidade-social#>. Acesso em 05 de maio de 2016.

No caso da problematização apresentada, à exposição como dispositivo atua na organização de sentidos específicos relacionados aos trabalhos artísticos selecionados e o dispositivo da sustentabilidade opera na formação de um discurso de consumo de práticas culturais associadas a determinados produtos e serviços. Assim, as visibilidade e enunciações relacionadas à tríade arte, sustentabilidade e indústria atuam na formação de sujeitos contemporâneos sem que estranhamentos ou fissuras ganhem destaque.

Conclusão

O texto apresentado teve como intenção problematizar as aproximações entre arte e sustentabilidade quando enunciados e discursos relacionados ao desenvolvimento industrial aparecem como elemento de união entre as duas práticas culturais. Para isso, depois de apresentar o conceito de dispositivo e sua potencialidade para pensar as exposições temporárias de arte contemporânea, principalmente as do tipo Bienal, e a ideia de sustentabilidade, destacamos acontecimentos históricos nos quais o encontro entre arte e indústria teve suas condições de emergência promulgadas.

Ao analisar a tela “Vista de uma mata virgem que está se reduzindo a carvão” do pintor francês Félix Taunay, Claudia de Mattos Valladão (2009) desconfiou da leitura até então aceita no campo da história da arte de que tal trabalho estava associado ao entusiasmo com o “progresso” promovido pela ação. Apesar do distanciamento histórico, ao compararmos a pintura de Taunay feita em 1843 com a fotografia de uma “mina qualquer” realizada por Leticia Weiduschadt em 2013 que integra os registros do processo de criação da instalação de Cinthia Marcelle, semelhanças são notadas: a pintura, assim como a fotografia apresenta ambientes repartidos pela exploração humana de recursos naturais, de um lado a mina de extração de ferro, de outro a produção de

carvão. Talvez seja necessário, como fez Claudia de Mattos Valladão (2009), desconfiar dos enunciados e das visibilidades que nos fazem pensar o trabalho de Cintia Marcelle como uma ode ao progresso associado à responsabilidade social e a sustentabilidade.

O objetivo do trabalho esteve assim relacionado à proposição do estranhamento como ferramenta de análise capaz de por em primeiro plano as articulações entre dispositivos e a constituição de sujeitos permeados por relações de poder/saber que emergem de práticas culturais. As Máquinas da Imaginação, postas em funcionamento pela 9ª Bienal do Mercosul ao serem calibradas de forma diferente podem ser utilizadas então para promoção de linhas de fratura capazes de enfrentar o desafio de produzir diferença.

Referências

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.04, jan/dez 1996, p.211-261.

CARVALHO, Ana Maria Albani de. A Exposição Como Dispositivo na Arte Contemporânea: Conexões entre o Técnico e o Simbólico. In: Museologia e Interdisciplinaridade. Vol II, nº 2, Jul/Dez, 2012, p 47-58.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Introdução, organização e tradução Roberto Machado. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

MAKOWIECKY, Sandra. A presença da Academia Imperial de Belas Artes e da Escola Nacional de Belas Artes no cenário das artes visuais de Santa Catarina. In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila. Oitocentos - Arte Brasileira do Império à República - Tomo 2.

Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte, 2010.

MATTOS, CláudiaValladão de. O enfrentamento entre homem e natureza na pintura de paisagem do século XIX. In: Anais do XXIX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 2009, p.286-295.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. Currículo sem Fronteiras, v. 9, p. 226-241, 2009.

MOTTA, Gabriela Kremer. Entre olhares e leituras: uma abordagem da Bienal do Mercosul 1997-2003. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. Perspectiva, Florianópolis, v.30, n.2, p.395-409.

SANTOS, Paulo César dos. Um olhar sobre as Exposições Universais. In: XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Anais. Natal, 2013, p.01-15.

Se o clima for favorável. Catálogo 9ª Bienal do Mercosul. Porto Alegre: Fundação Bienal do Mercosul, 2013.

SIMÕES, Igor Morais. A Exposição Como Dispositivo para História da Arte. In: 24º Encontro da ANPAP - Compartilhamentos na Arte: Redes e Conexões, Anais, 2015, p. 3868-3881.

PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE CORPOS ESCOLARES E DANÇA: NOS (DES)CAMINHOS DA PRESENÇA-AUSENTE

CATIA FERNANDES DE CARVALHO⁹²

RAQUEL SILVEIRA RITA DIAS⁹³

RESUMO: Esse trabalho se propõe a pensar a escola como produtora de corpos escolares e refletir sobre o papel da dança nesse panorama. A dança produz e educa corpos na escola, ela não é uma prática neutra. Assim, a partir desta escrita, assumimos o objetivo de problematizar a relação entre escola-corpo-dança, lançando perguntas que nos façam pensar a nossa atuação como professores(as) de dança. Entendendo a dança como uma prática que pode desestabilizar com os silenciamentos de corpos que acontece mediante poderes disciplinares. A partir de Algumas questões norteadoras: Será que o corpo ficou do lado de fora da escola? Será que a escola tem produzido o silenciamento dos corpos (na estrutura física, nos tempos, nas práticas de escolares)? Como a escola poderia ser construída pensando na educação de corpos expressivos e brincantes? Que processos possibilitariam uma proposta de dança comprometida com a formação de

⁹² Licenciada em Educação Física- UFPel; Especialista em Educação Física Escolar- FURG; Mestre em Educação em Ciências- UFRGS, na linha: corpo, gênero e sexualidade a partir dos estudos culturais; Técnica Coreógrafa do Centro de Artes da UFPel; Atuou como professora convidada da Especialização em Educação Física Escolar da Faculdade Anhanguera. Email: catiadaca@gmail.com

⁹³ Licenciada em Educação Física-UFPel; Especialista em Educação-FaE/UFPel; Mestre em Educação-UFPel, na linha: formação de professores; Professora do Curso de Educação Física da Faculdade Anhanguera; Professora da Especialização em Educação Física Escolar da Faculdade Anhanguera; Doutoranda do PPG Educação em Ciências- FURG. Email: raquel.moreira@anhanguera.com

corpos brincantes que soubessem estabelecer vínculos com os outros e com o mundo em que vivem? Desta forma, como professoras de dança nos importa problematizarmos não qual dança está na escola, mas como ela está presente e o modo como ela conduz processos que produzem. O estudo se faz em consonância com o referencial teórico baseado nos autores Michel Foucault, Guacira Lopes Louro e Isabel Marques.

Palavras Chave: Escola; Corpo; Dança; Relações de poder

Pensando sobre os corpos...

Como objeto histórico, o corpo passa por transformações, é palavra polissêmica significada pela gestão social. Os conhecimentos que cada sociedade constrói criam as bases culturais com intermináveis modos de lidar com o corpo, seja pela filosofia, pela antropologia, pela medicina, pela psicologia, pela religião, pelas artes, pela educação. Local que abriga vida (num sentido antropológico, superando a visão biologizante) nossas vontades, identidades, experiências, sendo composição que nos constitui enquanto seres culturais situados historicamente. Fazemos parte de redes sócio-corporais que não escapam aos modos de significação.

Nesse enredo, a cultura vai atribuindo sentidos a nós mesmos, gerenciando os nossos modos de ser, fazer, sentir, pensar e o processo como nos subjetivamos. A cultura é aqui entendida como um “campo de luta e contestação em que se produzem tanto os sentidos quanto os sujeitos que constituem os diferentes grupos sociais em sua singularidade” (SILVA, 2001).

Os corpos estarão sempre num devir em relação a essas forças, como efeitos da cultura produzida pelos grupos sociais a partir de diferentes interesses e condições existenciais. Eles têm forma, cor, textura, peso, cheiro, som, é materialidade que nos coloca em cena no mundo. Presenças marcantes e expressivas que produzem significados,

espaços, fronteiras, relações, fazem acontecer e acontecem culturalmente. Segundo Henning (2012, p. 7) o conceito de cultura pode ser compreendido:

Em outras palavras, a idéia é entender a cultura como um conceito alargado, onde somos produzidos e constituímos modos de vida. Dessa maneira, é ela- a cultura que nos ensina a ser e viver o mundo atual, constituindo-nos e sendo constituídos pelas verdades de nosso tempo.

Os corpos são processos sempre em mutação, jamais estarão prontos. São produções, invenções, fabricações incessantes que circulam por todos os lados. Eles variam em relação aos tempos, espaços, grupos pelos quais circula, é o alvo principal da educação e da constituição de uma sociedade.

Memória mutante das leis e dos códigos de cada cultura, registro das soluções e dos limites científicos e tecnológicos de cada época, o corpo não cessa de ser fabricado ao longo do tempo. Seria, portanto, empobrecedor analisá-lo como algo já pronto e constituído para, em seguida, privilegiar suas representações ou o imaginário da época onde ele está submerso (SANT'ANNA, 1995, p.12)

O corpo não pode ser visto como uma entidade absoluta e natural, mas é produção que se dá na trama histórica. Nessa perspectiva, quando iremos falar do corpo da criança que se torna aluno é para pensarmos no modo como ele é produzido. A partir dessa perspectiva, os corpos escolares estão imersos em redes de relações sociais e de poder, produzindo significados. Poderes não tão localizáveis (FOUCAULT, 2007), mas que estão dispersos, emergem nas práticas sociais, produzem e constituem sujeitos. Como afirma Machado:

[...] não existe em Foucault um teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o

poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (1979, p. X).

Assim, o corpo traz marcas do poder disciplinar, ele é docilizado no detalhe pela cultura de nosso tempo e seus diferentes processos educativos pelos quais são acionados discursos, representações, linguagens, hierarquias e diferenciações que constituem os sujeitos. Primeiro das relações de poder, um poder que atua diretamente sobre o corpo. Para Foucault “(...) nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder”. (1998, p.147). Segundo esse autor, “o poder encontra-se exposto no próprio corpo”, investimentos que não são tão localizáveis, funcionando por diferentes estratégias e práticas. Como afirma o autor:

[...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Trata-se uma atenção positiva para o governo dos corpos, muitas vezes de forma sutil e eficaz sem que nem percebamos como esse poder atua, uma batalha infindável com efeitos diretos sobre a constituição dos sujeitos. Referente ao poder disciplinar podemos destacar:

[...] O poder disciplinar [...] “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma

multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (FOUCAULT, 2009, p. 164).

São diversos “lugares pedagógicos” que educam o corpo e que dizem sobre nós, pedagogias que vão além da escola e da família, se dão por mecanismos sociais que engendram seus próprios discursos e saberes, atribuindo ao corpo suas marcas.

O corpo na escola... Um corpo escolar?

Como um convite para pensar sobre o corpo na escola, apresentamos uma história que afeta o nosso olhar de educadoras: Quando a Escola é de Vidro, da autora Ruth Rocha.

Eu ia para a escola todos os dias de manhã e, quando chegava, logo, logo eu tinha que me meter no vidro. É, no vidro. Se não passasse de ano, era um horror. Você tinha que usar o mesmo vidro do ano passado. Coubesse ou nãooubesse. Aliás nunca ninguém se preocupou em saber se a gente cabia nos vidros. E, pra falar a verdade, ninguém cabia direito. Dizem, nem sei se é verdade, que muitas meninas usavam vidros até em casa. E alguns meninos também. Uma vez um colega meu disse para a professora que existem lugares onde as escolas não usam vidro nenhum, e as crianças podem crescer à vontade. Então a professora respondeu que era mentira, que isso era conversa de comunistas. Mas, uma vez, veio para a minha escola um menino que parece que era favelado, carente, essas coisas que as pessoas dizem pra não dizer que é

pobre. Aí não tinha vidro pra botar esse menino. Então, o Firuli, ele se chamava Firuli, começou assistir às aulas sem estar dentro do vidro. E os professores não gostavam nada disso... Já no outro dia a coisa tinha engrossado. Já tinha oito meninos que não queriam saber de entrar nos vidros. Mas nós estávamos loucos para sair também, e para cada um que ele consegui enfiar dentro do vidro já tinham dois fora. Os professores das outras classes levaram cada aluno para ver o que estava acontecendo... Na pressa de sair, começaram a esbarrar uns nos outros e os vidros começaram a cair e a quebrar. Então eles descobriram que a maior parte dos vidros estava quebrada e que ia ficar muito caro comprar aquela vidraria toda de novo. E que, de agora em diante, ia ser assim: Nada de vidro... E foi assim que na minha terra começaram a aparecer as escolas experimentais. (ROCHA, 1986)

Que corpos serão produzidos a partir dos “vidros”? Que sujeitos iremos formar numa escola de vidro? Com essa metáfora fomos provocadas a pensar sobre presença-ausente do corpo na escola.

Nesse jogo de idéias, queremos gerar a seguinte discussão: não há como dizer que o corpo não está na escola, ele existe enquanto materialidade. Embora ele seja presença visível e operador de muitos símbolos e significados, pensamos na sua ausência produzida pelo sistema escolar a partir de práticas onde há produção do esquecimento, do adestramento, do disciplinamento e silenciamento do corpo.

Num processo de separação entre corpo e mente, o corpo na escola assume um papel secundário. Produzindo um espaço educacional a partir de binarismos reducionistas, que povoam nossos discursos e práticas culturais e sociais. De maneira que inúmeras disciplinas e teorias educacionais pouco pensam no corpo em seu aspecto histórico e cultural, passando a percebê-lo como um dado biológico e local de adestramento, punição e imobilidade. Será que o corpo ficou do lado de

fora da escola?

Chegamos na escola e a possibilidade de movimento e de comunicação com o corpo parecem apartadas do espaço escolar. A linguagem corporal é, muitas vezes, negada, como se a escrita e a oralidade fossem as únicas possibilidades de comunicação. Seguindo este pensar, o autor Vigarello (1978, p.10) nos diz que "O corpo é o primeiro lugar onde a mão do adulto marca a criança, ele é o primeiro espaço onde se impõem os limites sociais e psicológicos dados à sua conduta, ele é o emblema onde a cultura vem inscrever seus signos na forma de brasões".

Entendemos que o corpo conta sua história, a partir dos seus gestos, de suas falas, do modo de se movimentar, de estar no mundo, desta forma demarcando sua existência. Mas chegando na escola, o nosso tempo de pensar e lembrar que somos corpo fica reduzido ou extremamente disciplinado por práticas, que remetem a sua presença-ausente.

Há nesse panorama um grande paradoxo, num primeiro momento podemos pensar que o corpo está sendo esquecido nos processos de ensino-aprendizagem. Mas ao mesmo, tempo ele é o alvo de toda educação, pois é preciso educar o corpo da criança para que ela se torne um sujeito escolarizado. Desde que entramos na escola nossos corpos são produzidos por ritmos, práticas, significados, estratégias e interesses de uma determinada cultura escolar.

Assim, há inúmeras formas de se construir uma criança que se torna aluno. Formas muitas vezes minuciosas e repetitivas que nos educam e deixam micro-marcas no nosso modo de ser um corpo-sujeito, que dizem sobre a nossa existência e a nossa maneira de se conduzir. Para tanto, Louro (2000, p.60) , nos fala de uma *pedagogia ativa*:

a preocupação com o corpo sempre foi central no engendramento dos processos, das estratégias e das práticas pedagógicas. O disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o disciplinamento das mentes. Todos os processos de escolarização sempre estiveram- e ainda estão- preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, contruir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres.

Nesse sentido, as instituições escolares passaram/ passam por uma série de processos, muitas vezes bastante lentos e profundos que definiam/definem modos de educar corpos correspondendo a determinados momentos históricos. Assim, são produzidos conhecimentos escolarizados e escolarizáveis que não são nada neutros, são acionados no interior de cada escola, fazendo até mesmo a separação entre a cultura da criança que se contrói na casa e na rua e aquela cultura que é produzida pela escola. O modo de escrita e de leitura, de pegar o lápis, de sentar, de falar, da postura e do gesto, o modo de brincar, de se comportar enquanto menino, de se comportar enquanto menina, entre outros, são construídos no cotidiano escolar por diversas práticas pedagógicas historicamente criadas. Práticas que consolidam o processo de produção de uma corpo escolar.

A dança como possibilidade de micro-rupturas no silenciamento dos corpos escolares

Abrimos aqui a possibilidade da presença da dança na escola como prática impulsionadora de possíveis micro-rupturas com os processos tradicionais que produzem o corpo escolar. Se argumentamos ao longo do texto que a escola produz um corpo a partir dos interesses da cultura escolar disciplinando-o, seria no mínimo uma proposta de ruptura pensarmos a dança fora dos modelos tradicionais de educação que silenciam corpos. Considerando, para tanto, as práticas da dança no contexto escolar baseadas em uma proposta lúdica que estimule um

corpo presente.

Entendemos que a forma como vamos ensinar a dança na escola está relacionada aos conceitos e experiências que tivemos com essa prática ao longo de nossa trajetória como professoras, e para além disso está relacionada ao modo como fomos escolarizadas. Nós professoras, muitas vezes esquecemos que nossos corpos também passaram por processos disciplinares. Isabel Marques nos destaca um paradoxo em relação ao que acreditamos, aos nossos discursos e ao que efetivamente fazemos ao longo do dia na nossa atuação docente:

o desejo de grande parte do professorado, admitamos, é que suas crianças "sosseguem"; uma das maiores queixas que se ouve em relação aos alunos da educação infantil é que não param quietos. Se os professores anseiam por menos movimento/ agitação em sala de aula, porque ao proporem danças para os alunos, se frustram enormemente quando eles não se movem. (2012, p.25) [grifo da autora]

O corpo da criança que se torna aluno a partir de variadas práticas que colocam em funcionamento o processo de escolarização, é educado a partir da negação do movimento. Assim as relações de poder se caracterizam produzem e fabricam os corpos dos indivíduos:

[...] O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. [grifos do autor] (FOUCAULT, 2009, p. 185) [grifos do autor].

Ou seja, o corpo é produzido para a imobilidade e para responder ao modelo produtivo da sociedade moderna, despontencializando suas possibilidades expressivas. Assim, quando imerso na aula de dança há uma produção de estranhamento, um conflito entre o corpo adestrado e o corpo expressivo.

Assim, apontamos como perspectiva a dança lúdica e expressiva que estimula e reconhece o corpo sensível, explorando possibilidades de movimento enquanto a criança se percebe como corpo que possui uma história. Trata-se de processos pedagógicos encaminhados numa perspectiva mais brincante, como um jogo de múltiplas experimentações orientados pela professora que precisa a todo tempo ser leitora das linguagens corporais. Segundo Marques (2012):

É primordial pensarmos a dança na escola também como uma dança lúdica, que brinca, que permite, que incentiva relações - e não imposições. A ludicidade nas propostas de dança permite que vínculos sejam recriados, ou seja, que experiências sejam possibilitadas, descobertas, incentivadas, recombinações realizadas. Estaríamos, assim, propondo que na escola trabalheemos com e eduquemos *corpos cênicos lúdicos*. A dança que é brincada faz com que a brincadeira vire dança.(p.35)
[grifo da autora]

Ao contrário da abordagem acima, o que percebemos hoje na maioria das escolas é uma prática pedagógica da dança focada em repertórios prontos a serem apresentados a curto prazo, abrindo mão da dança enquanto processo criativo e expressivo. Nesse contexto, as experiências e conhecimentos prévios de cada um são desconsiderados e o que vemos são reproduções de sequências vazias de sentido para aquele que dança.

Isabel Marques nos mobiliza a pensarmos outras possibilidades de construção da dança na escola, numa perspectiva de prática impregnada

de sentidos e de relações, só assim a dança pode ser produzida enquanto conhecimento e linguagem artística. A autora propõe que nosso trabalho com a dança atentemos para as seguintes relações:

- Quem/ com quem se move?
- O que se move?
- Onde se move?
- Por que se move?

Partindo dessas questões, a autora demarca que dançar não é só movimento, é relação. São essas relações que produzem sentidos e que superam a lógica produtivista e estável da dança enquanto reprodução de passos. Portanto, nas palavras de Marques (2012, p.28): “dependendo de como for ensinada, a dança pode abrir espaços para que os corpos se relacionem consigo mesmo, entre si e com o mundo”. Aparece aí a desestabilização do ensino tradicional de dança para um outro território que possibilita o emaranhado de redes de relação e de vínculos, a partir desse potencial transformador é que as linguagens artísticas são criadas. É nesse território de relações e de trocas em que o corpo produz a dança e é produzido por ela.

De tal modo, para a construção da dança lúdica na escola, pressupomos alguns modos de fuga ao disciplinamento e sileciamento do corpo, dando abertura para o corpo expressivo que interage e se comunica, e ao mesmo a ruptura com os sistemas tradicionais da dança que colocam a técnica em primeiro lugar e pensam o corpo como produto a ser formatado, impedindo-os de serem corpos cênicos⁹⁴, expressivos, brincantes e criativos.

Numa abordagem ensaística, como professoras de dança nos

⁹⁴ Para Marques no/com o corpo cênico, a linguagem é construída, desconstruída, criada, recriada. O corpo cênico tem potencial criador, criativo e construtor da linguagem artística, ele compõe e transforma as relações estéticas.

importa aqui problematizarmos não qual dança está na escola, mas como ela está presente e o modo como ela conduz processos que produzem corpos. Ou seja a dança produz e educa corpos na escola, ela não é uma prática neutra. Se somos produzidos ao longo do processo escolar por uma série de práticas que nos capturam e docilizam, também podemos escapar a elas. Entendemos que a dança, dependendo do modo como for construída pode criar espaços de expressão desse corpo que foi silenciado ao longo do processo de escolarização.

E assim, podemos nós educadores que vamos educar corpos, olharmos para nossas histórias de vida e entender como nós fomos produzidos por essa instituição em que passamos uma boa parte de nossa existência. Será que escola tem produzido o silenciamento dos corpo (na estrutura física, nos tempos, nas práticas de escolares)? Como a escola poderia ser construída pensando na educação de corpos expressivos e brincantes?

REFERÊNCIAS

FARIA, Luciano Mendes. Cultura e Prática Escolares: escrita, aluno e corporeidade. Cadernos de Pesquisa n.103, p. 136-149, mar.1998.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979

FOUCAULT, Michel. Poder-Corpo. In: Microfísica do poder. RJ: Graal, 13ª ed., 1998, p.145-152.

_____. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. IN: LOURO, Guacira (org).Corpo, Gênero e Sexualidade. Petrópolis: Vozes, 2003.

LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. Jan-Fev-Mar-Abr n 19.2002.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. In: Educação e Realidade. Porto Alegre. V. 25 nº 2 jul/ dez. 2000.

MARQUES, Isabel A. Interações: crianças, dança e escola. São Paulo: Blucher, 2012. (Coleção Interações)

MILLER, Jussara. Qual é o corpo que dança? : dança e educação somática para adultos e crianças. São Paulo: Summus, 2012.

ROCHA, Ruth. Quando a escola é de vidro. In: Este admirável mundo novo. Rio de Janeiro: Salamandra, 1986.

SANT'ANNA, Denise. Apresentação. In: Políticas do corpo. SANT'ANNA, Denise (org.). São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

STRAZZACAPPA, Márcia; MORANDI, Carla. Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança. Campinas: Papirus, 2006.

VIGARELLO, Georges. Lês corps redressé. Paris: Jean Pierre Delarge, 1978. HENNING, Paula (org.). Cultura, ambiente e sociedade. Rio Grande: Universidade Federal de Rio Grande, 2012.

MUSEUS DE CIÊNCIA, MEMÓRIA E INFORMAÇÃO SOB UM ENQUADRAMENTO FOUCAULTIANO

DANIEL MAURÍCIO VIANA DE SOUZA⁹⁵

Resumo: Propõe-se discutir aqui as perspectivas do discurso peculiar aos museus sob a hipótese de sua vinculação às estratégias de controle disciplinar/institucional. A partir de uma breve reflexão acerca de alguns conceitos-chave na obra de Michel Foucault, considera-se a produção de tais discursos, representantes do saber museológico – sobretudo balizada na informação acerca dos produtos e pressupostos da ciência – como veículo para a construção de uma memória científica que representaria, por seu turno, uma forma específica de poder sobre os princípios e valores presentes na esfera simbólica abrangente da memória social/coletiva.

Palavras-chave: Museus de Ciência; Foucault; Discurso; Poder; Disciplina; Informação; Memória

Key words: Science Museums; Foucault; Discourse; Power; Discipline; Information; Memory

I.

⁹⁵ Universidade Federal de Pelotas - Graduado em Museologia, Mestre em Ciência da Informação, Doutor em Sociologia - danielmvsouza@gmail.com

Considerar os aspectos relativos às questões da memória coletiva e suas vias e possibilidades de construção e representação do sujeito na sociedade, tem sido um dos desafios teóricos mais recorrentes no âmbito da pesquisa acadêmica contemporânea. O museu, na qualidade de instância legítima de memória, por seu turno, também vem ocupando espaço cada vez mais destacado neste debate, sobretudo os museus que possuem como enfoque sobredeterminante a ciência. No caso destas instituições, os novos aparatos tecnológicos aliados às mais diversas possibilidades de implementação e apresentação de exposições, vêm se configurando assunto relevante não só na esfera cultural, mas também de interesse no âmbito da gestão estatal.

Há alguns pensadores que mesmo não tendo tratado diretamente da questão da memória em si, podem de alguma maneira ser úteis para tal reflexão, considerando seus esforços em estudar determinados aspectos caros à problemática. Michel Foucault é um destes intelectuais cuja obra, mesmo que não seja voltada para esta temática, pode trazer algumas valiosas contribuições. A preocupação mais veemente na obra de Foucault diz respeito à questão do sujeito. Ao analisar o discurso e as formações discursivas, o autor insere o problema no bojo da relação entre saber e poder. A partir deste prisma é que se desenvolveriam as condições de construção do sujeito no âmbito do social. Foucault em momento algum se dispõe a estudar o museu especificamente, entretanto ao lidar com a relação sujeito-sociedade, ele está tratando com um vetor de extrema relevância no que tange à própria existência da instituição museológica. De maneira geral, o museu se configura em espaço de memória sob a chancela institucional, que atua por meio do processamento e exposição de bens concretos e/ou simbólicos buscando relacionar o sujeito social e seu meio.

Nossa proposta será tratar de ver as possibilidades de contribuição que eventualmente trazem as reflexões de Foucault para a aplicação nos

estudos acerca das construções da memória científica a partir do prisma museológico. Consideraremos, para tanto, o museu e seus contornos informacionais, em sua vinculação estatal como uma possível ferramenta disciplinar para a elaboração e propagação de linhas gerais sustentadoras de uma memória da ciência. Memória esta construída através do discurso museológico acerca da ciência, respaldado nos objetos/documentos e sua postulada potencialidade para a leitura dos fatos históricos.

Procedermos, em primeiro lugar, na retomada de algumas categorias norteadoras da problemática colocada, que são clássicas da abordagem foucaultiana, a saber: disciplina, discurso e formações discursivas; além de suas inserções na relação entre saber e poder. O segundo passo será analisar de que maneira o museu pode ser inserido na abordagem foucaultiana sobre os regimes discursivos, propondo uma discussão acerca de suas potencialidades como mecanismos disciplinares para a construção e propagação de discursos – aqui, sobretudo, respaldados nos saberes da ciência. Posteriormente, analisaremos alguns elementos que compõem as formações discursivas museológicas, tais como: historicidade, documento e informação. A título de considerações gerais, não pretendemos estabelecer assertivas conclusivas referentes às práticas informacionais museológicas e suas implicações em questões de poder e suas relações com o saber, mas sim, acentuar a viabilidade analítica, a partir da metodologia sugerida pelos esforços teóricos de Foucault, sobre as condições de possibilidades de todo um procedimento museológico de construção da memória social da ciência.

II.

A partir do século XVIII se começa a perceber o corpo humano como objeto e alvo de poder, ou seja, se desenvolve o princípio da “docilidade” ou do “corpo dócil” que é submetido, transformado e utilizado sem que haja resistência. Os métodos de controle e de operação dos corpos e sujeição de suas forças serão propiciados por meio das disciplinas. Foucault (2004, p. 119) trabalha esta questão considerando as disciplinas como fórmulas gerais de dominação, não por uma ação coercitiva direta de apropriação dos corpos, mas sim, por relações que ao mesmo tempo os tornam tanto mais obedientes quanto úteis. Esta nova “anatomia política” se constrói em um processo que envolve múltiplos elementos da esfera institucional, tais como: escolas, hospitais, órgãos militares (e embora não tenha sido citado por Foucault, de acordo com os pressupostos, o museu também pode ser aqui elencado), que operando organizadamente em bloco e de acordo com demandas conjunturais, será capaz de imputar a cada indivíduo na esfera social um olhar controlador sem que se faça senti-lo. Dentre os diversos mecanismos e táticas de operação do poder disciplinar é importante destacar que eles se definem sob um objetivo fundamental de tornar menos custoso e mais eficiente a prática do poder em seus organismos de dominação e controle.

Na multiplicidade da configuração social as ferramentas disciplinares são empregadas para que se possa tirar o maior proveito possível desta heterogeneidade. Procura-se, para tanto, a constituição de “quadros vivos”, isto é, de uma divisão em blocos de interesse onde multidões dispersas e inúteis possam ser organizadas de maneira a otimizar seu potencial político, econômico e social. O controle das atividades é um dos pressupostos empregados neste “projeto disciplinar”. Uma série de estratégias são desenvolvidas para exercer um controle sobre, por exemplo, o tempo das atividades do sujeito social. Foucault chega a falar em uma “capitalização” do tempo dos indivíduos

que reflete os princípios de controle e utilização, em uma temporalidade que seria linear e evolutiva e que estaria intrinsecamente ligada a um modo específico de funcionamento do poder.

A disciplina, assim, compreendida como “um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e instrumentos, que se constituem numa espécie de sistema anônimo” (FAÉ, 2004, p. 411), teria como objetivo fundamental ingressar os sujeitos, através do sobrepujo dos seus “corpos dóceis”, em uma máquina de maximização de desenvolvimento ligada a algum tipo específico de interesse e poder. Embora tenha havido uma forte estatização dos mecanismos disciplinares representados por instituições oficiais, o poder disciplinar não pode ser identificado a uma instituição ou um aparelho concreto em particular. Este tipo de poder é, como destaca Portocarrero (1994), uma tecnologia que se encontra difusa em uma complexa relação de representações institucionais múltiplas. Como uma contrapartida do poder jurídico-militar nas sociedades modernas, o poder disciplinar, analisado sob uma ótica genealógica-foucaultiana representaria um exemplo determinante de um processo histórico de fabricação do sujeito, onde no entrecruzamento de discursos que postulam a “verdade” da experiência destes atores sociais, as disciplinas nada mais seriam do que práticas e mecanismos de regulação do comportamento e da subjetividade.

O sujeito, na percepção de Foucault, deve ser considerado sempre como resultado ou efeito das formações discursivas que se dão em meio a relações de poder. Toda sociedade como uma construção histórica se balizaria em práticas discursivas determinadas. Ora, ao estender os fatos de história ao domínio do não-linear e descontínuo, Foucault suspende também toda possibilidade de leitura das formas imediatas da continuidade discursiva, preparando terreno para uma análise de todas as formas de irrupções possíveis em cada momento do discurso. Uma

característica forte do discurso é que ele sempre estará repousado em um “já dito”, fatos de discursos anteriores que se entrelaçam em um relacionamento complexo onde se definem as regras de existência e prática dos enunciados presentes nas formações discursivas; enunciados estes que, por sua vez, seriam partes elementares do discurso. No entender de Foucault, é neste vasto domínio constituído pelo “conjunto de todos os enunciados efetivos (...) em sua dispersão de acontecimentos”, que se construirão os nós que darão a coerência no interior das tramas nas redes discursivas.

Nesta busca de entendimento sobre as formas de possibilidade de unidades no discurso, a descrição dos acontecimentos discursivos deve se referir à compreensão dos enunciados nas suas peculiaridades. Esta análise dos enunciados não pretende de maneira alguma, tal como é tradição na história do pensamento, sua interpretação. A questão para Foucault (2005, p. 31), em vez de ficar buscando um sentido oculto que se esconderia no não dito, é o que e de que maneira se rege o enunciado, ou seja, de compreendê-lo “na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, (...) de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”. Importante frisar que um enunciado jamais se esgota através do sentido e da língua, pois estão sempre relacionados a outros enunciados que os precedem e que os sucederão. Trazer à tona, por meio de uma análise discursiva, o espaço no qual se constitui os enunciados é, na verdade, descrever nele e fora dele jogos de relações internos e externos. Este olhar sobre as relações significa um levantamento da memória, por assim dizer, destes enunciados, possibilitando ler nas irrupções e descontinuidades arrolamentos que jamais seriam possíveis no domínio unicamente interno de um determinado enunciado.

Uma proposta de análise das formações discursivas nos moldes foucaultianos significa em descrever os enunciados no campo do discurso e as relações que daí podem ser constituídas. Tomando o enunciado na particularidade de seu acontecimento se pode abrir caminho para determinar as suas condições de existência. Tais condições, ainda que dispersas e repartidas podem ser, de alguma maneira, estruturadas em determinadas regras que compõem as formações discursivas. Falamos aqui de tentar especificar certas “regras de formação” das práticas discursivas sob grupos de objetos, conceitos, temas, onde fosse capaz de encontrar semelhantes sistemas de dispersão entre um certo número de enunciados. Trata-se de, como afirma Foucault (2005, p. 42), pesquisar se entre esses elementos dispersos não se poderia detectar uma regularidade, uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assimiláveis em um espaço comum.

Quanto ao objeto do discurso, ele difere em cada época, cada sociedade, cada nicho de relações em que se desencadeiam as próprias condições de formação dos discursos. E por este motivo, é necessário de início marcar as “superfícies primeiras” de emergência de tais objetos e saber que, para definir aquilo sobre o qual o discurso se debruça, é necessário adotar um prisma de análise sobre as dispersões, descontinuidades e os limites onde podem se manifestar tais discursos. Para Foucault, analisar o discurso é olhá-lo em sua materialidade, isto é, não interpretá-lo a partir daquilo que ele não diz. O que não impede de maneira nenhuma de nos defrontarmos com nosso passado histórico de forma crítica, sabendo que a partir de uma possível revisão de suas verdades estabelecidas podemos perceber a não evidência de nossa realidade presente tão aparentemente manifesta. Abordadas a partir da perspectiva das descontinuidades históricas, as práticas discursivas apontam efetivamente para um jogo onde a produção do saber está inserida diretamente em relações sociais de poder.

O discurso a partir do momento em que pode ser o veículo para uma verdade respaldada sobre um saber científico, acaba por se emaranhar em uma teia de relações de poder bastante complexa que se encontra difusa na estrutura social. A análise dos diversos mecanismos e procedimentos de regulação do discurso, espalhados sob a forma de micropoderes locais e específicos bastante eficazes no “gerenciamento” do pensamento e comportamento das populações, é um outro aspecto importante na empresa intelectual de Foucault. Deste ponto de vista, poderemos verificar a pertinência da disciplina, ou poder disciplinar, na qualidade de “princípio de controle da produção do discurso”.

III.

Os museus se configuram, de maneira geral, em espaços de memória sob a chancela institucional, que atua por meio do processamento e exposição de bens concretos e/ou simbólicos para relacionar o sujeito social e seu meio. Independente de sua tipologia, serão sempre (ou deveriam ser) comprometidos com a experiência histórica e suas vertentes ininterruptas de significação da memória coletiva. As origens dos museus de ciência se encontram imersas nas perspectivas contextuais da modernidade europeia, voltadas às práticas científicas e humanistas nas quais se delinearam especificidades de uma determinada racionalidade instrumental e novas formatações discursivas acerca da relação homem-natureza. A percepção mecanicista da natureza como máquina ou complexo de mecanismos que seguem leis ordenadas, é essencial para a compreensão daquilo que começava a se configurar como um saber capaz de legitimamente pesquisar e, decifrando os códigos objetivos que regem o mundo, se tornar um “poder onipotente”, um “saber puro”, capaz de explicitar “desinteressadamente” a “verdade” (JAPIASSU, 1977, p. 13). Tal ideia de que a ciência pudesse ser tão bem-sucedida no entendimento e conquista dos códigos objetivos da natureza, da mesma forma começa a

emprenhar o ideário social, de maneira que também se considera possível “decodificar” objetivamente as leis que regem o organismo sociocultural.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia desempenhou papel fundamental para a expansão quantitativa da produção industrial, o que demonstra o forte vínculo que existe entre as noções de saber e poder. Fato este que relacionaria o saber e a produção científica intrinsecamente à “produção de representações úteis ao domínio material do mundo e de um discurso simbólico legitimador” (FOUREZ, 1995, p. 163). Os espaços museológicos, neste contexto, desenvolvem-se como um dos *loci* para a construção de discursos acerca das potencialidades da ciência balizadas em sua pretensa neutralidade objetiva.

Na perspectiva de Foucault (2005, p. 204), o advento da ciência moderna está intrinsecamente relacionado às mudanças do papel do Estado na modernidade. Novas relações estratégicas que começam a se delinear frente a segmentos funcionais da sociedade forjariam a face desta nova ciência na qual o conhecimento e o saber, como “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência”, se tornaria algo público. Desta maneira, o autor qualifica o surgimento das ciências como elemento de uma determinada formação discursiva que teria justamente como anteparo o saber. Não por acaso, o conceito de museu agregado às instituições de interesse público também resulta destas novas reações estratégicas conjugadas às estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas que vêm a alimentar uma espécie de vínculo com o Estado até os dias atuais. A organização dos saberes sob o olhar disciplinar – o que caracteriza esta ciência sob a égide do Estado, ou como um saber estatal – implica, ao mesmo tempo, em um modo de relacionamento entre saber e poder, onde se condiciona uma nova regra de saber, que

não é exatamente a regra da verdade, mas a regra da ciência. Ou, dito de outra maneira, uma verdade condicionada a uma perspectiva de base política presente como um conflito entre luz e sombra, ciência e ignorância. A verdade, portanto, “é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (...); é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’)” (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Toda busca para a compreensão do estabelecimento de determinado saber ou determinada positividade – como é o caso da ciência moderna – deve passar pela análise das condições que possibilitaram estas formações discursivas se instituírem em detrimento de outra ordem de discurso. No que tange ao museu de ciência, é preciso reconhecer certos elementos componentes das práticas discursivas museológicas, no intuito de estabelecer o perfil histórico dos pressupostos científicos ali descritos: suas dispersões, relações, defasagens e níveis de regularidade não evolutiva.

IV.

Veyne (1998, p. 18-19) afirma que existe muito de romance na escrita histórica. Tal afirmativa deixa de denotar certa estranheza a partir do momento em que começamos a olhar a história como uma narrativa e, sendo assim, ela “não faz reviver os eventos do passado”, mas como num romance, ela “seleciona, simplifica e organiza” determinados eventos. Esta apropriação dos fatos de certa ordem e momento, implica em (re)significações com vistas a tornar acessíveis e inteligíveis tais eventos, a partir de uma linguagem narrativa. Dessa forma, a história lançaria mão de estratégias de produção de fatos que implicariam necessariamente na subjetividade dos que dela se debruçam.

O conceito de historicidade é a chave fundamental para a compreensão da história enquanto disciplina ou saber. Na percepção de

Gomes (2005), “é o que define um mero objeto de um objeto histórico”, agregando valor ao antigo não pelas suas características intrínsecas ou simbólicas, mas pelo seu distanciamento com o tempo presente. Tal perspectiva pode ser considerada um tanto reducionista e estreita se avaliarmos, assim como Jameson (1991, p. 235), a historicidade nem como uma representação do passado, nem uma representação do futuro, mas, sobretudo, uma “percepção do presente como história”. Este movimento de distanciamento do tempo presente que vai permitir certa condição de compreensão da época atual como momento histórico, uma construção histórica do presente a partir da apropriação de ações, objetos, saberes, personagens e outros elementos mais da atualidade.

Em primeira instância, o conceito de história em Foucault é constituído sob uma visão crítica à noção de temporalidade como um contínuo. A ideia de que os acontecimentos históricos seguem um curso linear é rechaçada em favor da aceitação dos fatos de interrupção nos processos de historicidade. O descontínuo deixa de ser um problema ou uma dificuldade que deve ser afastada da pesquisa histórica, e passa ocupar um papel fundamental, tanto como objeto quanto instrumento da pesquisa. O foco central da investigação histórica se desloca de grandes unidades de tempo, como “épocas” ou “séculos” – que dariam a ideia de grandes continuidades – para as zonas limites ou os recortes. As noções de ‘tradição’ e ‘rastro’ são determinantes para a construção de pressupostos que autorizariam, de certa forma, uma redução das diversas possibilidades de irrupções na trajetória histórica de um conceito, além de por outro lado, caracterizar uma origem na qual saberes simplesmente surgiriam em determinados pontos particulares. Na perspectiva foucaultiana, em que o tempo deve ser entendido como uma sucessão de descontinuidades, a história de conceitos e saberes não pode ser estudada sob o signo de uma evolução ou progresso racional – tradição no trato da ciência, por exemplo.

Como foi dito anteriormente, esta ideia de descontinuidade sempre causou um certo mal-estar para a pesquisa histórica e, portanto, deveria ser sempre desconsiderada ou, quando muito, encarada como obstáculo a ser superado. Por este motivo, devemos ter claro que para o desenvolvimento de um olhar epistemológico sobre a historicidade da ciência onde o principal pressuposto é justamente a descontinuidade, logo surgem problemas inquietantes de ordem metodológica. Foucault coloca, neste sentido, um dos principais questionamentos referentes à operacionalização desta proposta perspectiva histórica: de que maneira identificar conceitos que possibilitem uma apreensão desta descontinuidade? O autor reconhece esta dificuldade uma vez que em prol de um “benefício das estruturas fixas” (FOUCAULT, 2005, p. 6), a história, mesmo admitindo o conflito e as perturbações presentes nas construções descontínuas, tende a apagar as irrupções dos acontecimentos.

O museu, independente de sua tipologia, lida sempre com discursos sobre a história. Dito de outra maneira, como condição prévia para a construção dos discursos museológicos, se encontram presentes traços de historicidade, reconstruções narrativas de determinado momento ou evento. No caso do museu de ciência especificamente, ainda que montada sob a mais pretensa formulação racional e objetiva, uma proposição advinda do discurso científico não exclui uma narrativa museológica que sempre é de certa forma histórica. A questão é que, segundo Pessanha (1988), esta historicidade deveria ser “viva”, no sentido de deixar clara todas as defasagens, diferenças, descontinuidades e rupturas características do processo histórico que estarão relacionadas a estas discursividades da ciência apresentadas sob a linguagem museológica. O reconhecimento de Foucault das dificuldades de se apreender as descontinuidades inerentes ao processo histórico representa igualmente no âmbito museológico problemática complexa, tornando pertinente discussões e estudos na tentativa de lidar com a questão da

representação de contextos e perspectivas dos saberes da ciência. As (re)construções narrativas no museu são implementadas a partir, fundamentalmente, de objetos atribuídos de contornos testemunhal e documental.

V.

A princípio, sob uma perspectiva que para os dias atuais pode parecer mais restrita, o documento poderia ser definido como “toda a base de conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova. Exemplos: manuscritos, impressos, representações gráficas ou figurativas, espécies de museu, etc.” (OTLET, 1934). Pouco tempo mais tarde começam a surgir definições nas quais se percebe uma ampliação conceitual, sobretudo no que tange a questão da materialidade. A proposta de Briet (1951), representa bem esta mudança, ao afirmar que “um documento é tudo aquilo que funciona como comprovação de um fato: qualquer signo concreto ou simbólico, conservado ou gravado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”. É possível encontrar a partir desta noção elementos fundamentais que nortearam perspectivas museológicas sobre a forma com que se olha e se trabalha um documento, sua pertinência e implicação nas ações de constituição de memória. Neste sentido se reconhece o caráter testemunhal que recobre qualquer signo documental, na medida em que se implementa todo um esforço de – nos termos da mesma autora supracitada – “indexicalidade”, que inclui a catalogação, indexação, conservação, e outros, com vistas fundamentalmente a organização. Na qualidade de elemento comprovador de um determinado fato, o documento porta a autoridade também da evidência, pois através dele se poderia representar ou mesmo reconstituir tal evento.

No que tange à definição de documento, Foucault sugere uma análise crítica componente de sua proposta historiográfica de investigação das descontinuidades. É comum nas pesquisas científicas que envolvem qualquer caminhar sob a historicidade, considerar os documentos como representantes fidedignos das verdades que emanariam do passado. A questão não deve ser vista de maneira tão simples. Mais do que subitamente buscar nos documentos evidências através de um trabalho interpretativo, o pesquisador deve tentar traçar a rede conjuntural onde se teceu este documento, deve trabalhá-lo no seu interior: organizar, recortar distribuir, repartir em níveis, estabelecer séries, para que assim seja possível traçar as relações da qual fez parte este elemento documental. A história defendida por Foucault desenha um caminho no qual os documentos são transformados em monumentos da história, ou como propõem Le Goff (1996) “documento/monumento”, capazes de desfazerem a frequente e errônea confluência que se faz entre história e memória.

A noção de documento/monumento se encontra paralelamente significativa à perspectiva foucaultiana da história, inclusive por ser esta noção considerada como produto das relações de força e poder existentes nas sociedades em que surgiram. Segundo Foucault, a grande questão da análise histórica passa pela crítica ao documento, ou seja, contestar toda uma visão positivista do documento enquanto elemento objetivo para a representação de um dado passado. A construção da memória – facultada a história na qualidade de disciplina competente para tal tarefa – se dá através de escolhas, recortes operados através dos documentos. Pois será justamente reconhecendo que estes recortes e escolhas são subjetivos e podem responder a condições de interesses em jogos de poderes, é que se dará esta construção teórica do documento como monumento. Todo monumento é intencionalmente construído, para fazer lembrar ou não deixar esquecer, em um sentido de reverenciar alguém ou alguma instituição ou mesmo ideal – ou seja, uma

representação de poder que se busca perpetuar simbolicamente. O que transformaria o documento em um monumento seria então, sua utilização pelo poder.

A “intensionalidade” da atribuição do valor de prova ou testemunho, ligada aos processos organizacionais de ‘indexicalidade, em si só já seria suficiente para denotar a função documental do museu. Como afirma Rocha (1999, p. 59), “a seleção institucional do objeto confere o caráter de documento”. O processo de musealização é emblemático de todo este aparato técnico e teórico de consagração de um objeto como representante autorizado de um determinado fato ou fenômeno. Em outras palavras, a face testemunhal e documental de um objeto é sempre resultado de uma atribuição intencional. O documento, como afirma Meneses (1994, p. 21), é um suporte de informação, e no museu o objeto passa a ser encarado como documento em sua latência informacional, a espera de que se extraiam os insumos de informação nele contidos.

VI.

O museu, na qualidade de instância de representação da memória coletiva é terreno propício para o desenvolvimento de aspectos relacionados à informação considerada insumo cultural. No interior da teia social podemos alocar a questão da informação sobre diversos aspectos, sobretudo em seus contornos contemporâneos forjados pelas necessidades institucionais de gestão dos saberes. Nesta perspectiva a informação, na qualidade de recurso estratégico, assume papel central nos diversos campos de interesse do poder estatal.

O elo de ligação entre a informação e as questões referentes a políticas públicas de informação – que por seu turno estariam associadas as políticas de ciência e tecnologia – se daria, segundo González de Gómez (2002, p. 27), por sua inclusão na esfera de interesses do Estado,

não só como um problema de racionalidade administrativa, mas fundamentalmente como insumo estratégico. Considerando que em última instância o objeto e o objetivo de qualquer esforço e ação advindos do Estado seria o cidadão ou a população em geral, a informação construída e difundida a partir de instâncias vinculadas ao poder estatal teria caráter público, além de uma certa intenção de formação/formatação do público – o que vai de acordo com as suas pretensões políticas. Sob esta perspectiva de publicização da informação, se encontra presente a relevância da instituição museológica e suas práticas.

A partir do momento em que nos estudos acerca dos museus começam a surgir movimentos inclinados à ruptura com paradigmas arraigados às técnicas de processamento de acervo, em que se tomava o objeto por ele mesmo, e passam a ser considerados em seu potencial semântico, tais objetos assumem o caráter de insumos informacionais dos quais são portadores os museus. Na perspectiva de Maroevic (2000, p. 6) o objeto musealizado é “elemento de informação básico do conhecimento humano”, e será a devida relevância aos aspectos semânticos no seu processamento técnico que vai garantir que a informação no âmbito do museu possa assumir o papel de elemento estrutural capaz de possibilitar a construção e interpretação da realidade social. Na perspectiva de Mensch, Pow & Schouten (1990) o objeto é considerado um fenômeno, no sentido *lato*, que possui características próprias, e a informação nele contida deve ser observada a partir das suas potencialidades intencionalmente documentais.

Acerca de tais aspectos, a noção de “capital informacional” é bastante pertinente para a compreensão das condicionantes das práticas de geração e transferência de informação em sua inserção em relações de poder. O acúmulo de excedentes de conhecimento e informação, aliados ao capital físico e econômico, compõem, na visão de González

de Gómez (2002, p. 27), uma espécie de “metacapital” estatal, fundamental para assegurar o poder sobre as demais atividades sociais. A esfera cultural – e aí claramente está inserido o museu – estaria assim, também sob o jugo deste capital informacional, o que colocariam as práticas de exposição/transferência de informação museológicas, e sua consequente produção de memória, imersas no contexto político de lutas no campo do Estado.

VII.

Um fenômeno bastante pertinente que vem se forjando desde os primeiros movimentos da sociedade contemporânea é o de uma certa redescoberta do sujeito, não somente como produto do metabolismo social, mas também como integrante ativo em todas as suas dimensões, sejam elas físicas, culturais e simbólicas. Repensar o lugar do sujeito na sociedade contemporânea é na obra de Foucault um dos traços fundamentais em sua empresa intelectual. Para o filósofo, o sujeito é sempre resultado de determinadas formações discursivas que insurgem inseridas em relações de poder que vão se modificando, nunca de maneira linear ou evolutiva, a cada nova relação.

Foucault diante deste quadro, buscará se respaldar em uma proposta metodológica de pesquisa onde para se tratar a questão das práticas de subjetivação, desenvolve um olhar arqueológico em que se analisa a discursividade local – saberes que perpassam os diversos níveis e estruturas institucionais – agregados ao olhar genealógico que privilegia o estudo sobre as condições de emergência de determinados saberes que balizariam os discursos. Esta é – vale aqui todas as ressalvas – uma organização bastante imprecisa do pensamento foucaultiano, mas que, no entanto, cabe para o entendimento de suas perspectivas de apreensão das questões referentes ao sujeito.

A questão da informação nas sociedades contemporâneas se apresenta cada vez mais como problema estratégico nas diversas áreas de interesse e atividade direta ou indireta dos grupos hegemônicos, sejam da esfera estatal, com vistas a sistemas político-decisórios, ou nas demais esferas sociais, como na ordem cultural, por exemplo. Geradas e distribuídas por agentes produtores, organizadores e disseminadores, a informação é atualmente insumo para expressões de memórias. Sob a tutela de aparelhos estatais, as informações são matérias-primas para a construção de memórias institucionalizadas, implicando em domínios de saber e discursos legitimadores das práticas do Estado. Segundo o próprio Foucault, as formas institucionais de produção de memória podem ser consideradas dispositivos de poder que agem diretamente no domínio da subjetividade.

A inserção da ciência, como expressão máxima do conhecimento, na problemática da informação sob a rubrica institucional, acompanha uma série de aspectos da relação do saber com o poder. E o museu, especificamente o de ciência, ao produzir informações balizadas nos saberes científicos, trabalharia assim, domínios de interesses de poder. Por meio da exposição museológica, na qualidade de categoria de construção de discursos através da articulação de enunciados da ciência, o museu desenvolve suas relações entre sujeito/público e objeto. Vale lembrar que o objeto musealizado possui uma trajetória histórica, estando em permanente resignificação sempre de acordo com seu contexto relacional. Em uma exposição museológica a narrativa que se constrói a partir destes objetos deveria se respaldar nestas relações contextuais e não na fisicalidade pura e simples do objeto, nem tampouco, na historicidade contínua, sob pena de esvaziamento do significado da ação dos próprios sujeitos sociais. E para Foucault, é fundamental perceber a questão da temporalidade do sujeito histórico. A tentativa de compreensão das condições que possibilitam o surgimento

de determinado fato ou produção na história e, por conseguinte, seu sujeito, é a característica fundamental da arqueologia foucaultiana.

Consideramos de maneira geral, o museu sobre a égide estatal, um projeto político, e que a informação gerada e difundida a partir dele é permeada por determinantes destas vertentes político-institucionais. As possibilidades de contribuição das perspectivas foucaultianas para o estudo da problemática museológica, se ancorariam fundamentalmente nas suas proposições metodológicas de olhar as práticas discursivas em suas condições de possibilidade de surgimento e os efeitos sobre as formações e transformações dos saberes museológicos científicos – no nosso caso específico – e suas implicações na construção dos quadros da memória coletiva. O ponto de convergência entre a arqueologia e a genealogia foucaultiana, que se dá na crítica aos discursos institucionais, diretamente relacionados com questões de produção de saber e relação de poder, é que traria ao museu a possibilidade de refletir sobre suas práticas informacionais, percebendo a existência dos atores/sujeitos em suas relações e práticas sociais.

Referências

BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: EDIT, 1951.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. *Psicologia em Estudo*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v.9, n.3, p. 409-416, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a08.pdf> Acesso em: 04/05/2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

GOMES, Anderson Soares. Narrando fatos: história e historicidade em *O Homem do Castelo Alto* de Philip K. Dick. In: Círculo Fluminense de Estudos Filosóficos e Lingüísticos. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno07-08.html>

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.1, jan/abr. 2002.

JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1991.

JAPIASSU, Hilton. As máscaras da ciência. *Ciência da Informação*. v. 6, n. 1: pp. 13-15, p. 1977. p. 13.

LE GOFF, J. Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

MAROEVIC, Ivo. Museology as a field of knowledge. In: Study Series 8. ICOM International Committee for Museology-ICOFOM. Belgium, 2000. p. 5-7.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: Nova Série. v. 2, jan. / dez. 1994.

MENSCH, Peter V., POUW, Piet J. M., SCHOUTEN, Frans F. J. Metodologia da museologia e treinamento profissional. *Cadernos Museológicos*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, v.3, p. 57-56, out. 1990.

OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique*. Bruxelles, Belgium: Ed. Mundaneum, 1934.

PESSANHA, José Américo Mota. A retórica dos museus. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 jul. 1988. Idéias. p.8

PORTOCARRERO, Vera. Foucault: A história do saber e das práticas. In: _____ (org.) Filosofia, História e Sociologia das Ciências: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

ROCHA, Luísa Maria Gomes de Mattos. Museu, informação: o processo de construção do discurso museográfico e suas estratégias. 09 ago. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro. Orientadoras: Regina Maria Marteleto e Rosali Fernandez de Souza.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

**“NO SABEMOS LO QUE NOS PASA, Y ESO ES LO QUE
PASA”:
QUAIS PRÁTICAS SÃO POSSÍVEIS PARA LIBERTAR A VIDA
APRISIONADA PELA MULHER E NA MULHER?⁹⁶**

CAMARGO, DANIELE GINDRI⁹⁷

FERNANDES

RAQUEL BRONDÍSIA PANIZZI⁹⁸

Resumo: A problematização sobre os modos de existência da mulher contemporânea compõe esta produção que circunda/circula olhares sobre “mulher” em uma praça central do interior do Rio Grande do Sul. Tratando-se de uma pesquisa intervenção com cidadãos e transuentes no coração da cidade, este trabalho pulsa olhares inquietantes mediante cenas de estranhamentos múltiplos, face à complexidade que a temática exhibe. Apresenta-se um campo de diversidades, de cenas paradoxais do espaço público: Se antes a mulher era tratada como um “bibelô”, reclusa em seu sofrimento histórico da vida privada, hoje temos as mulheres desbravando o espaço público da pólis, debatendo ideias e (pre)ocupando o imaginário com novas representações. Apresentando como questão norteadora deste trabalho “Como é a existência da mulher hoje?”, esta produção foi gerada para “partejar ideias” na praça central da cidade. Buscamos intervir para

⁹⁶ Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Santiago, como requisito parcial para obtenção do título de Psicólogo, Área de Ciências Humanas.

⁹⁷ Aluna do curso de Psicologia da URI Campus de Santiago. E-mail: danigindri@gmail.com

⁹⁸ Professora de Psicologia Social da URI Campus de Santiago, orientadora do projeto. E-mail: raquelbrondi@hotmail.com

conhecer como vivem os cidadãos, produzir sentidos, significados, uma “escrita de si” (e de todas e todos) em um diário de bordo. A conversa parte do modo de existência da mulher para experimentar com essas vidas que vão de encontro à da pesquisadora. Parte-se da possibilidade de um pensamento sem imagem, de Gilles Deleuze, que pode nos trazer momentos de liberdade para pensar possibilidades de viver uma vida ética. Esses pensares enquanto produções de uma ascesis vêm desajustando determinados papéis sociais e movimentando a cidade no sentido de uma troca, uma diferença, uma desigualdade, na parresia de Michel Foucault. Desta forma, a produção desta escrita de si tem como objetivo partear ideias sobre os modos de existência nas diversas possibilidades de exercício da parresia e da ascesis, que busca responder a inquietação inerente ao problema de pesquisa: A partir de que práticas e através de que experiências o cuidado de si pode produzir significados outros para/sobre mulheres no interior do Rio Grande do Sul?

Palavras-chave: cuidado e escrita de si; mulher; pensamento sem imagem.

NA CHEGADA. UMA PARTE DE MIM, UMA PARTE DO MUNDO

Busca-se uma verdade para *ser* filha, irmã, amiga, (im)paciente, mãe, mulher, a partir de relações produzidas pelas representações de gênero e outros tantos discursos de verdade que coabitam nosso cotidiano. Também, outras possibilidades vão se apresentando, enfraquecendo as bases rígidas e cíclicas das instituições, entre as quais a própria ideologia sobre todas essas múltiplas composições lógicas.

Desta forma, na experimentação de um exercício ético e no questionamento de certos estilos, vai-se descobrindo e modificando a vida a partir dos encontros, no alcance de subsídios para pensar e falar francamente nas relações com o mundo. Hoje, na condição de pesquisadora me questiona-se: como serão os modos de existência de mulheres na contemporaneidade? Como isso nos toca?

O contexto sociopolítico econômico da Pátria Educadora em 2016, no que se refere aos direitos básicos dos cidadãos, está em crise e é neste fazer cultural e histórico complexo que os significados de gênero e dos processos de identificação se desenvolvem. Mesmo as mudanças sociais que estão ocorrendo em direção a levar a mulher a adentrar no espaço público com mais frequência e força, não conseguiram alterar, significativamente, o conceito de identidade feminina, construído ao longo da história da humanidade.

Assim, o encontro com os escritos de Michel Foucault, associado ao desejo de pensar sentidos para “mulher” além do *ser* aristotélico – como substância, estrutura ou aquele que é - oportuniza a proposta de problematizar as práticas discursivas apontando para a necessidade de se entender “mulher” a partir de modos de existir, na tentativa de escapar de discursos que categorize dentro de um grupo de interesse das ciências, tais como a Medicina ou a Psicologia, por um possível “desvio” à norma, na busca pelo respeito como seres humanos na(s) sua(s) diferença(s) e singularidade, ademais dos diversos papéis desempenhados.

Inúmeros trabalhos acadêmicos são produzidos atualmente buscando compreender os atravessamentos dos estudos de gênero nas políticas e programas atuais de educação e saúde (Meyer, 2004), questionando as políticas públicas que consideram que saúde seria somente para a mulher mãe (Frassão, 2010) e também a relação entre o ser mulher e o mundo do trabalho (SILVA & RIBEIRO, 2014). Diante desses debates considera-se importante que para a articulação das Políticas Públicas e a efetivação de direitos das mulheres seria necessário, primeiramente, conhecer a população alvo.

Para a realização da pesquisa vem sendo utilizado o método da pesquisa-intervenção que rompe, segundo Aguiar e Rocha (2007), com a concepção de neutralidade na ação do pesquisar e favorece a

construção de espaços de problematização coletiva. Esse delineamento de pesquisa envolve uma postura inventiva e implicativa que inclui o pesquisador na análise dos lugares ocupados ou que pretende ocupar num movimento de inversão à consideração de conhecer para intervir. Assim, a *parresía*⁹⁹ se faz presente na produção desta escrita que tem como objetivo partejar¹⁰⁰ ideias sobre o cuidado de si nas diversas possibilidades de existência enquanto mulher em um município do interior do estado do Rio grande do Sul.

Estranhez e desençaixe (DO QUE?), diferença (de quem?), escravização E APRISIONAMENTO (por quais forças?)

Sabe-se que os significados das palavras se modificam com o passar do tempo e estão intimamente ligados às formas como a vida é representada no mundo. O sentido da palavra ‘mulher’ na língua portuguesa, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), apresenta quatro categorizações que a define como tal. Uma referente ao sexo biológico, a outra relacionada ao papel social de uma mulher, a terceira qualifica quais seriam/são seus sentimentos e a quarta define como devem ser as práticas de sua sexualidade: “Mulher: Ser humano do sexo feminino, dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição). Ser humano do sexo feminino considerada como parceira sexual do homem. Cônjuge do sexo feminino” (FERREIRA, 1999, p. 1377).

⁹⁹Parresia: palavra grega que ilustra a coragem de se dizer a verdade, expor tudo, de se falar com franqueza. A parresia é uma virtude, e seu emprego pode dar-se tanto na esfera pública, quanto da privada. (FOUCAULT, 2011)

¹⁰⁰O método da maiêutica faz alusão ao parto e Sócrates diz no diálogo com Teeteto: “A minha arte obstétrica tem atribuições iguais às das parteiras, com a diferença de eu não partejar mulheres, porém homens, e de acompanhar as almas, não os corpos, e em seu trabalho de parto. Porém a grande superioridade da minha arte consiste na faculdade de conhecer de pronto se o que a alma dos jovens está iminência de conceber é alguma quimera e falsidade ou fruto legítimo e verdadeiro.[...] tendo grande fruto de verdade a censura que muitos me assacam, de só interrogar os outros, sem nunca apresentar opinião pessoal sobre nenhum assunto, por carecer justamente de sabedoria” (PLATÃO. Teeteto: 150c-151d. In: ROCHA, 2007, p.18)

A partir de meados de 1980, observa-se uma crescente nas produções acadêmicas brasileiras que buscam desvelar o “ser mulher” e suas nuances. Dentre eles, multiversos artigos acadêmicos abordam o ser mulher pela perspectiva de relações de gênero, das representações sociais, relacionado a alguma condição médica, seja física ou psíquica, da mulher e/ou dos filhos. Pensar o “Ser mulher” produz uma forma circunscrita e cristalizada pelo “ser”. Mulher enquanto modo de existência nos impele a interrogar o que é mulher e como se constituem os modos de existir enquanto mulher em nossa sociedade.

Percebe-se que a fragmentação do conhecimento produzida em nossos tempos, em grande parte pelo pensamento científico hegemônico, não permite que a mulher seja retratada em sua condição humana integral. Assim, pensar em modos de existência da mulher pede recortes históricos, políticos e sociais para encontrar pistas a partir dos caminhos percorridos até hoje para os questionamentos que delineiam a essa construção.

Para a realização da pesquisa utiliza-se o método que rompe, segundo Aguiar e Rocha (2007), com a concepção de neutralidade na ação do pesquisar, o qual favorece a construção de espaços de problematização coletiva. Envolvendo uma postura inventiva e implicativa inclui o pesquisador em uma análise dos lugares ocupados ou que pretende ocupar num movimento de inversão à consideração de conhecer para intervir. Em valorização à ação de intervir para conhecer, busca a ruptura do distanciamento entre pesquisador e objeto de pesquisa.

A metodologia nada mais é que uma aposta, uma viagem. No caminho, constrói, produz dados, faz análises, desenha formas e forças, escreve registros (CASSAL, 2013, p.121). Sendo assim, certamente haverá produções ao final do processo que começa com uma faísca mais ou menos assim: “No sabemos lo que nos pasa, y eso es lo que pasa.” (ORTEGA y GASSET, 1933).

Desta forma, pretende-se partear ideias que apontem não para a constituição de campos de verdades e certezas, mas que se mostre orientada pela existência de novos, tecidos por linhas de virtualidade, de nós problemáticos a serem atualizados, enfim, por regiões ainda por vir (FONSECA, 1999, p. 62). Assim, pode-se considerar essa pesquisa fundamentada na ideia de que:

a aproximação à realidade complexa implica uma abordagem não-dualista, que rejeita as usuais associações natureza/cultura, objetivo/subjetivo e questiona metodologias tradicionais. Ao insistir, também, na produção de um conhecimento local e transitório reconhece a necessidade de uma pluralidade metodológica. Ou seja, a complexidade é um desafio que considera o irreduzível, o não homogêneo e a imperfeição conhecendo a realidade através das incertezas, dos problemas e das contradições (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 89).

A pesquisa, que se inicia visando responder a exigência acadêmica, enquanto trabalho de conclusão de curso, segue em produção movimentando cenas da cidade e da pesquisadora. Acontecendo na praça central da cidade, apresenta de maneira informal, em linguagem coloquial, partindo de uma pergunta pintada em cores na cartolina que é afixada no chão, em frente a pesquisadora que se encontra sentada em uma colcha de retalhos, seja nos bancos da praça, ou nos espaços gramados. Os encontros têm como questões norteadoras “O que é mulher?” e “Quais práticas são possíveis para libertar a vida aprisionada pela mulher e na mulher?”, bem como as demais nuances presentes na complexidade implícita nos discursos que se seguem, partindo do ponto em que nossa civilização se encontra, o campo das representações, para então pensarmos outros possíveis significados.

Optou-se pelo espaço da praça da cidade por entender ser um espaço de ampla circulação no cotidiano, de acesso “livre”, e que oportuniza diálogos sobre modos de existência diversos no encontro com passantes. Mesmo atravessado por múltiplas instituições o espaço da praça não requer vinculação organizacional, constituindo uma experiência heterotrópica¹⁰¹, um espaço/tempo privilegiado de articulação das macro e micropolíticas.

Chamamos o dispositivo de registro dos acontecimentos como diário de bordo, por entender que as incursões na cidade em que se reside necessitem de um “afastamento” na busca de ver a partir de outros focos. As idas a campo são consideradas como tentativas de viagem a territórios que possam escapar da representação de quem nasceu e conviveu com a cultura que atravessa os cidadãos dessa cidade do interior riograndense. Os diários são, portanto, formas de registrar e organizar a produção dos acontecimentos - as inquietações, as dúvidas e os movimentos do desejo da pesquisadora (PAULON e ROMAGNOLI, 2010; BARROS e PASSOS, 2009).

Essas formas de registro, que contemplam também os afetos de quem os redige, corroboram com o objetivo da análise das implicações proposta por Lourau, que, de acordo Nascimento e Coimbra (2008), é do mundo, está nas relações que estabelecemos com as diversas instituições que atravessam e constituem nossos corpos, nossas existências. Esses autores apontam que “utilizar a análise das implicações é tornar visível e audível as forças que nos atravessam, nos afetam e nos constituem cotidianamente”, visto não ser a implicação uma questão de vontade, de decisão consciente, de ato voluntário. É ainda perguntar quais mundos pretende inventar, sem garantia nenhuma

¹⁰¹ Conforme nos fala Foucault (2001) em sua conferência “Outros espaços”, as heterotopiassinalizam espaços de instabilidade com capacidade de acenar mudanças. Podemos pensá-las enquanto uma área geográfica “caótica”, livre de regularidades e princípios universais e que circunscrita em espaço concreto (a praça), com inúmeras representações viabiliza importantes movimentos contestatórios e momentos de liberdade de pensamento.

de que se concretizarão (CASSAL, 2013, p.127). De acordo com Lourau (2004, p. 190):

A implicação é um nó de relações; não é “boa” (uso voluntarista), nem “má” (uso jurídico-policialesco). A sobreimplicação, por sua vez, é a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do “implicar-se”. O útil ou necessário para a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação – sempre presente em nossas adesões e rechaços, referências e não referências, participações e não-participações, sobremotivações e desmotivações, investimentos e desinvestimentos libidinais... –, mas a análise dessa implicação.

Os mundos que vêm sendo inventados nestas viagens são compostos de materialidades, transitoriedades e tecnologias que auxiliam a produção de si neste espaço entre o público e o privado. A colcha de retalhos com frases e desenhos de afeto e de contestação dá sustentação ao corpo da pesquisadora e à paisagem colorida que surge. Nas manhãs frias do outono da região o mate acompanha e é compartilhado com quem chega, assim como o corpo da pesquisadora que tem consigo o olhar atento e os ouvidos sensíveis ao que é compartilhado no decorrer da conversa.

Aproximar-se de uma realidade complexa implica observar o mundo a partir de outros modos de organização de nossas ideias, religando os conhecimentos fragmentados em especializações da era moderna. Uma análise da complexidade seria, portanto, a capacidade de articular “o local, o singular (microsocial) com as representações e formas instituídas em um contexto mais amplo (macrossocial), favorecendo as análises das implicações socio-histórico-políticas pelo coletivo” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 65).

Logo, o processo de pesquisa, pode ser tomado como uma prática reflexiva, convocando incessantes problematizações “sobre as condições

de sujeição de si e dos outros e sobre as possibilidades de liberdade nestas condições” (Prudente, Tittoni, 2014, p.18). A imagem acústica dessas experiências, com as suas regularidades e mudanças vem fazendo com que a experiência a qual estamos nos propondo seja uma constante reflexão ética.

Como aponta Foucault (2010b, p. 267) “o que é a ética se não a prática da liberdade, a prática reflexiva da liberdade?”. Nesta seara, vê-se acontecendo práticas que passam por “reflexão e pensamento sobre si e sobre o mundo, e sobre este “si” no mundo. Nesse sentido, apresentam potencial de transformar as relações e os próprios sujeitos.” (PRUDENTE; TITTONI, 2014, p.18). Desta forma, pode-se considerar que as experimentações que vem-se fazendo no campo da pesquisa desmontam completamente a muralha que separa objeto de estudo e sujeito pesquisador no exato instante em que é possível ver-se e ouvir-se a partir da imagem e fala de outrem como cidadãos de um mesmo território.

O interior do Estado é povoado de miscigenação de etnias e culturas, tendo a mulher uma importante função na formação e formatação da sociedade riograndense (Nunes et. al., 2008, p. 11). As autoras entendem por cultura: “toda herança social que é formada com o passar dos anos pela soma dos costumes, instituições e obras de uma comunidade ou um grupo de comunidades, num processo contínuo e ininterrupto de troca de conhecimentos”.

A posição singular que o Estado ocupa em relação aos outros estados, em função da cultura gaúcha, prestou-se a criação de uma série de mitos como o do centauro – o Gaúcho. Esse mito serviu “a história de heróis” e “pais da pátria” para legitimar o velho domínio das oligarquias pastoris. “E as mães da pátria, onde estavam?” (NUNES, et. al. 2008, p. 14). Desse questionamento fundamenta-se o desejo de conviver com as mulheres, no espaço de circulação pública desta polis

riograndense, produzindo-se debates com mulheres que não são mães e também com aquelas que percebem a maternidade como um “aprisionamento psicológico” (Diário de campo, 06/05/16).

No mundo inteiro, a saída da mulher da vida privada está trazendo transformações nas estruturas sociais tanto de homens quanto de mulheres. Assim o homem se vê obrigado a entrar para o domínio do privado, ajudando a companheira nos trabalhos domésticos e nos cuidados com os filhos (MURARO, 1992). Como essas transformações estão ocorrendo para as mulheres do interior gaúcho? Quais formas discursivas estão em jogo na atualidade?

Costa e Fonseca-Silva (2014) consideram que o terceiro princípio de exclusão é também aquele a que Foucault mais dedica atenção, denominando-o vontade de verdade. Esta vontade se colocaria no âmago de uma separação entre verdadeiro e falso, entre o que tem caráter de real e o que deve ficar à margem da razão consistindo em um sistema de exclusão “institucionalmente constrangedor” (FOUCAULT, 2014, p.14) que possui mecanismos de imposição daquilo que se considera o “verdadeiro” e fora dele estarão todos os “discursos dissonantes” (Costa e Fonseca-Silva, 2014 p. 51). Seria esta a lógica necessária para a manutenção dos processos de subjetivação sobre o que é mulher? “Qual é o tipo de investimento do corpo que é necessário e suficiente ao funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa?” (FOUCAULT, 1982, p. 147).

Segundo Foucault (1988) em sociedades democráticas é o corpo da sociedade, constituído por uma universalidade de vontades, que se torna o princípio a ser protegido, com a aplicação de receitas, eliminação dos doentes, e diferentes métodos de assepsia. Assim, corpos e subjetividades encontram-se, em condições de assujeitamento aos jogos de verdade. Essa sujeição vem se apresentando em muitos momentos na vivência da pesquisa. Também acontecem instantes em que pensamento

e vida aparecem implicados, com a criação de focos de resistência e a constituição de um espaço onde a experiência da liberdade seja possível. (SALES, 2008, p. 1)

Se dissermos que onde há poder há resistência e que a resistência só é possível em homens livres, possibilitando certo plano de criação, podemos pensar a condição ética como capacidade reflexiva de nossas ações geradoras de movimento. Os suspiros, as falas e os questionamentos parecem procurar pela técnica que possibilite viver da melhor maneira possível.

É utilizada a expressão “momentos de liberdade”, pois não se trata de um patamar da vida pleno e transcendental, pensar sobre a liberdade implica num retorno aos diversos tipos e modalidades simbólicas de prisão. Portanto, o “si” do sujeito encontrar-se-ia em diversas prisões simbólicas as quais o impedem de fazer de sua vida um alinhamento com sua vontade. Então, cuidar de si é alcançar cumes de liberdade para agir, e essas atitudes, escolhas e formas de pensamento subjetivam o sujeito de forma distinta do projeto dócil de subjetividade moderna. (GALVÃO, 2014, p.169)

Cada vez que chego à praça, é uma parte de mim que se desvela, que aparece no encontro como outro. É um espelho em movimento, com momentos de liberdade de existir de uma forma distinta, diferente do que era no instante que antecede. Cada vez que saio da praça, sinto que uma parte de mim fica, e levo comigo uma parte dessa experiência. Seja no olhar, ou na invisibilidade, seja na palavra, ou no sorriso, seja na chegada, ou na partida, em determinados instantes é possível viver momentos de liberdade de pensamento no debate de ideias com as pessoas que me chegam.

Os pensares desta pesquisa tem continuidade para além do bem e do mal, como postula Nietzsche (2011): Considera-se, assim, o

“Pensamento sem imagem” conceituado por Gilles Deleuze em *Diferença e Repetição* (DELEUZE, 1988; VASCONCELOS, 2005) e a ética nas práticas de si de Michel Foucault (FOUCAULT, 2014; GALVÃO, 2014) - intimamente ligadas à resistência enquanto criação de Friedrich Nietzsche (DUARTE, 1997) para subsidiar o estar e o fazer interventivo.

Para partear ideias sobre formas de existência para a mulher, o pensamento sem imagem, ou seja, outra coisa que não as representações dadas como verdades, pode ser utilizado como potencializador da capacidade de resistir às identidades fixas, podendo ser vista como uma ferramenta para a criação de práticas de cuidado de si. “Sendo a diferença submetida às exigências da representação, ela não é nem pode ser pensada em si mesma. Deve ser examinada de perto a seguinte questão: foi ela “sempre” submetida a essas exigências e por quais razões?” (DELEUZE, 1988, p. 247) “Mas o que é um tal pensamento (sobre mulher) e qual é seu processo no mundo?” (DELEUZE, 1988, p.160). Ainda, como sair da relação binária e metamorfosear os significados produzidos nos discursos da modernidade?

Surpreendentemente, os trajetos que se atravessam no fazer desta pesquisa com mulheres vêm contemplando também os homens. O “sexo oposto” vem se fazendo presente com mais frequência, modificando constantemente nossa proposta metodológica e, também, o público-alvo. Esses fluxos do acontecimento vêm fazendo com que os mapas da pesquisadora tornem-se cartografias do viver no espaço público, independente do sexo ou gênero socialmente atribuído aos seres humanos que surgem neste espaço de problematização coletiva.

Assim, as formas de resistência frente ao verdadeiro que se esboçam na atualidade (Rolnik, 1997) podem ser consideradas a partir do pensamento de Friederich Nietzsche como os modos pelas quais as pessoas criam práticas em sua existência. “Há uma diferença essencial

entre resistir a algo e criar atitudes. Quem resiste responde a alguma coisa, sua ação é reativa e tem seu sentido naquilo que a gerou. Criação supõe o completamente novo, o que tem sentido essencialmente positivo e inexplicável racionalmente” (DUARTE, 1997, p.60). Como reativar a capacidade criativa e reflexiva - exercício ético e sensível de reflexão – contra a polícia discursiva que se atualiza no cotidiano?

Frédéric Gros explana sobre o curso ministrado por Foucault, em 1983, intitulado O governo de si e dos outros, em que o autor havia posto como marco geral do seu trabalho o estudo histórico das relações entre subjetividade e verdade. “Tratava-se para ele, partindo do estudo da noção de “cuidado de si” [...] descrever as ‘técnicas’ historicamente situadas, pelas quais um sujeito constrói uma relação determinada consigo, dá forma a sua existência, estabelece de maneira regrada sua relação com o mundo e com os outros” (GROS, 2010, p. 343).

Em “A Hermenêutica do Sujeito”, Foucault dizia que a servidão de si, a servidão para consigo mesmo se define como aquilo contra o que devemos lutar. “Ser livre é fugir da servidão a si” (FOUCAULT, 2006, p. 332). Dando continuidade a seus estudos sobre *parresía*, Foucault pretende também determinar o seu próprio lugar na Filosofia, “problematizando o estatuto de sua própria palavra e a definição de seu papel” (GROS, 2010, p.345).

Desse modo, analisar as implicações como um processo de materialidade múltipla sendo não apenas reativo ao que se apresenta na exterioridade, mas como uma reciprocidade simultânea que se constitui previamente ao encontro com o outro (BAREMBLITT, 1996) tem sido um dos procedimentos que permitem intervir para conhecer. Foucault então propõe a criação de práticas de si como exercício da ética, em que se pode tomar a *parresía*, ou a fala franca, como um procedimento. Voltando-se para si, reflexivamente, os sujeitos destes encontros da ordem do acaso alcançam momentos de liberdade e dão a si mesmo

regras de existência distintas de padrões e normas ditadas pelas relações sociais.

Sua linha de pensamento, portanto, é “o engajamento ontológico do sujeito no ato de enunciação que vai fazer a diferença em relação aos atos de linguagem, caracterizando a *parresía* como expressão pública e arriscada de uma convicção própria” (GROS, 2010, p. 346). Foucault então nos provoca a pensar que “é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma "polícia" discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (FOUCAULT, 2014a, p. 34).

Pensar a existência pela ética no cuidado de si proposta por Foucault sugere que a desconstrução das verdades enquanto construções de lógicas específicas, utilizadas pelos sujeitos para compreender quem são (NARDI & SILVA, 2004), seja necessária na invenção do cotidiano. Sendo assim, “o cuidado de si não consiste em uma ética em que o sujeito se isola do mundo, mas sim retorna para si mesmo para depois agir” (GALVÃO, 2014, p. 157). Logo, considera-se os encontros e a potência dos intercessores¹⁰² como formas de “fluência” dos modos de subjetivação contemporâneos na busca por práticas de si que estejam conectados a própria verdade de cada sujeito. Entendendo, então, as práticas de si como procedimentos e técnicas por meio das quais o sujeito problematiza a moral em um exercício que se propõe a si mesmo como objeto a conhecer e que permite transformar seu próprio modo de ser no mundo (FOUCAULT, 2010, p. 215).

O diário é companhia, mas nunca recebe atenção demais, mantendo os olhos e a boca disponível ao olhar e ao sorriso que provocam o

¹⁰² Intercessores são quaisquer encontros que fazem com que o pensamento saia de sua imobilidade natural, de seu esturpor. Sem os intercessores não há criação. Sem eles não há pensamento. (VASCONCELOS, 2005)

encotro e antecedem a produção da fala. Dentre os encontros vividos até o momento, percebe-se que por mais que essas pessoas reconheçam suas necessidades, realizem a ascese, o diálogo ético consigo mesmas, em certos contextos ainda é difícil transpor seus desejos ao nível do acontecimento.

Entendidas como ascese, as tecnologias de si têm uma tarefa constante de auto-superação do sujeito, criando uma relação satisfatória consigo, construindo a autonomia, dotando-se da capacidade de resistência, como alternativa diante do poder moderno. Para Foucault, a ascese é um trabalho cuidadoso do indivíduo sobre si, orientado para resistir o poder subjetivante. (SILVA, 2007, p.6)

A ascese, na antiguidade, teve como objetivo “[...] chegar à formação de uma certa relação de si para consigo que fosse plena, acabada, completa, auto-suficiente e suscetível de produzir a transfiguração de si que consiste na felicidade que se tem consigo mesmo” (FOUCAULT, 2006, p. 386). Como ser plena, acabada, quando se produzem diversos encontros a todo o momento, quando se é paisagem, interlocutor, escritor, artista, visível e invisível nesta passarela chamada praça central da cidade?

As idas a campo, envoltas de inquietações, despertavam indagações: Haveria a possibilidade de falar com pelo menos uma mulher? No entanto, o que aconteceu foram encontros profundos, de fala e escuta de longas e diversas histórias de vida, de homens e mulheres. Ainda soa distante captar as sutilezas desta incursão no espaço público da cidade, transformar sentimentos, sensações e pensamentos em palavras que ilustrem essa transformação em curso quando se habita as bordas da praça durante três horas, dois dias na semana.

Esta arte da verdade é um importante recurso na produção de diferença que pode ser efeito deste exercício de escrita. Os argumentos de autoridade, os referenciais teóricos e as problematizações conceituais clássicas e consagradas, pouco dizem, comunicam ou transmitem sobre as singularidades do processo e sobre a experiência se não estiverem inseridos em um exercício de reflexão e de apropriação pelo sujeito-pesquisador-escritor. Cabe ressaltar que o processo singular da escrita, essa ruptura que se dá no encontro entre as coisas já ditas e a configuração que vai ganhando forma na experiência do sujeito-pesquisador-escritor insere-se nas condições de possibilidade que circunscrevem e contextualizam este processo (condições teóricas, linguísticas, práticas, políticas, culturais, históricas, entre outras) (PRUDENTE; TITTONI, 2014, p.19).

Assim, o processo de escrita vem se constituindo como prática de organização do pensamento e dos afetos para tanta desestabilização causada a cada momento na praça central da cidade. O momento de retornar ao diário, aos sentires e aos encontros com cada ser singular que dedica uma parte de sua vida para conversar abertamente sobre a sua condição de existir no mundo.

As bordas da praça são revezadas a cada dia seguindo certa linearidade dos mapas da pesquisadora. Porque ficar nas bordas? O que impede de acessar o interior da praça? Talvez seja a busca pelo contato, por perceber que na maioria das vezes somente as bordas da praça são ocupadas, sendo feitas de passarela, transição, deslocamento de um território para outro. Que territórios serão estes?

Os territórios existenciais que vem sendo produzido a partir da conversa entre pessoas destacam que em determinados momentos de nossa existência prestamos atenção a uma voz interior. Ou em algum momento das nossas vidas foi possível parar para olhar para a condição biológica e traçar um paralelo com o que a cultura espera

de nós. Esses movimentos do pensar surgem também no encontro com os questionamentos colados na calçada e suas histórias de vida parecem versar sobre pessoas que tiveram ou tem algum direito de escolha, respeitando a si mesmas no seu mais íntimo. Se esses momentos não puderem ser chamados de momentos de liberdade na prática do cuidado de si, não sei que outra denominação pode-se atribuir a tamanha ética e coragem de responder as suas inquietações mais profundas (Diário de Bordo, 30/04/16).

Não se pode dizer que a ética seja o cuidado de si, mas, na Antiguidade, “a ética como prática racional da liberdade girou em torno desse imperativo fundamental: cuida-te a ti mesmo.” (FOUCAULT, 2010, p.268). A produção que vem se dando no campo, inicia-se com o encontro com uma das passantes, aqui nominada Frida¹⁰³: “mulher é cuidar de si mesma, é exercer diversas ações dentro do gosto pessoal de cada uma para cuidar-se: cantar, capinar, nadar, dançar, pintar, cuidar da aparência, da casa, dos filhos...” (Diário de Campo, 15/04/16). Talvez, o ato de pensar e conhecer a si mesma seja a técnica que permitirá transmutar o pensamento em ações que farão com que uma pessoa atinja momentos de liberdade e realização.

Além dos encontros orgânicos, que vem sendo grande combustível para esta produção de significados, sempre em movimento, os encontros com o inanimado, o concreto onde se pisa, os bancos da praça, a grama que vem sendo experienciada ainda timidamente vêm se tornando parte imprescindível do meu pensar sobre as experimentações no espaço

¹⁰³ Os sujeitos que fazem parte desta intervenção urbana estão sendo nomeados com nomes de pessoas ilustres que fizeram parte das lutas pelos direitos das mulheres ou pela liberdade de pensamento. Magdalena Carmén Frieda Kahlo (1907-1954) foi uma artista mexicana com uma produção prolífica e de vanguarda, marcada pela produção de si mesma em suas pinturas bastante coloridas e seus escritos revolucionários que refletem as nuances da mulher na modernidade. A mulher a quem me refiro usava tranças acima da cabeça, tal como Frida, no momento do nosso encontro e falou em muitos momentos sobre sua produção artística – pintura, poesia e canto.

público e irão certamente constituir reflexões outras no decorrer desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Kátia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia Ciência e Profissão*, n.4, p.648-663. 2007

BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. Diário de Bordo de uma viagem intervenção. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. - Porto Alegre: Sulina, 2009.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, n. 3, p. 233-239, 2000.

CASSAL, Luan Carpes Barros. Homofobia e Cartografia: marcas do medo na Avenida Paulista. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 39, p. 119-132, jan.-abr. 2013.

COSTA, Aline de Caldas; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Considerações iniciais sobre o controle dos discursos: breve leitura de A ordem do discurso, de Michel Foucault. *Revista Espaço Acadêmico*, n.161, 2014.

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Tradução: Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DUARTE, Regina Horta. Nietzsche e o Ser Social Histórico Da Utilidade de Nietzsche para os Estudos Históricos. *Cadernos Nietzsche*, v.2, p. 55-65, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio século XXI. 3.ed. RIO DE JANEIRO: Nova Fronteira, 1999. 2128p

FONSECA, Tania Mara Galli. Subjetivação na perspectiva da diferença: heterogênesse e devir. *Educação & Realidade*. V.24, n.1, p. 61-71, 1999.

FRASSÃO, Maria Cristina G. de Oliveira. Saúde é só para mulher mãe: As políticas públicas em questão. *Anais eletrônicos Fazendo gênero*, 9: Diásporas Diversidades, Deslocamentos. 2010. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares>> Acesso em: 07 out. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1982.

_____. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Outros espaços. In: _____, *Ditos e escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. P.411-422, 2001.

_____. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2006.

_____. *O Governo de Si e dos Outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

_____. *Ética, Sexualidade e Política*. Org. e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Ines Autran Dourado Barbosa. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Série Ditos & Escritos, 2010b.

_____. *A Coragem da Verdade: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983-1984)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France (1970)*. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

_____. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. São Paulo: Paz e Terra. 2014b.

GALVÃO, Bruno Abílio. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. Intuitio, Porto Alegre, v.7, n.1, p.157-168, 2014.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. O Governo de Si e dos Outros: Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010.

LOURAU, R. René Lourau: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEYER, Dagmar Estermann. TEORIAS E POLÍTICAS DE GÊNERO: fragmentos históricos e desafios atuais. Rev Bras Enferm, v.57, n.1, p. 13-8, 2004.

MURARO, Rose Marie. A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Ventos. 1992.

NASCIMENTO, Maria Livia do; COIMBRA, Cecília. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, Adriana Ribeiro Rice; ABRAHÃO, Ana Lúcia; COIMBRA, Cecília Maria Bouças (Org.). Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói, RJ: EDUFF, 2008.

Nardi, henrique caetano; Silva, Rosane Neves. Ética e Subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; HÜNING, Simone Maria. Foucault e a Psicologia. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. Além do Bem e do Mal: Prelúdio de uma filosofia do futuro. São Paulo: Escala. 2011.

NUNES, Maria Helena; PRÁ, Jussara Reis; GRALBIN, Cleusa, M.G. ET AL. Mulheres do Rio Grande do Sul – Diversidade. Porto Alegre: Sfera SRP ed. De Artes Ltda. 2008.

ORTEGA Y GASSET, José. En torno a Galileo. Madrid: Colección Austral, 1933.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa-intervenção e cartografia: Melindres e meandros metodológicos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 10, n.1, p.85-102. 2010

PLATÃO. Teeteto/Crátilo In: Diálogos. Tradução direta do grego de Carlos Alberto Nunes. 3ª.ed. revisada. Pará: UFPA, 2001.

PRUDENTE, Jéssica; TITTONI, Jaqueline. A pesquisa intervenção como exercício ético e a metodologia como *Paraskeuê*. Fractal, Rev. Psicol., v. 26 – n. 1, p. 17-28, 2014.

ROCHA, Marisa Lopes. Do Tédio à Cronogênese: uma Abordagem Ético Estético-Política da Prática Escolar. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

ROCHA, Gabriel Rodrigues. O argumento da *Anamnésis* na filosofia de Platão. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Kátia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. Psicologia Ciência e Profissão, v. 23, n.4, p. 64-73. 2003.

SALES, Márcio. Foucault e os modos de subjetivação. UERJ: Rio de Janeiro. XI ANPOF, 2008.

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de Mulheres na Ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. Ciência & Educação (Bauri). São Paulo, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

VASCONCELOS, Jorge. A Filosofia e seus intercessores: Deleuze e a não-Filosofia. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1217-1227, 2005.

AS ARTICULAÇÕES DO DISPOSITIVO DA ESPORTIVIZAÇÃO COM OUTROS DISPOSITIVOS DO SEU TEMPO

FRANCIELE ROOS DA SILVA ILHA¹⁰⁴

Resumo: O foco deste trabalho é abordar uma das características do conceito foucaltiano de dispositivo, conforme se faz necessário ao se tratar profundamente a discussão que envolve o conceito elaborado por Michel Foucault. Desta forma, o objetivo deste artigo é analisar as articulações do dispositivo da esportivização da Educação Física com outros dispositivos do seu tempo. Os caminhos metodológicos que levaram a construção do dispositivo da esportivização se delinearam com a pesquisa de campo realizada na rede municipal de ensino de Pelotas/RS e teve dois momentos. Primeiro, fizeram-se entrevistas com seis professores de Educação Física iniciantes na carreira docente no contexto escolar, e posteriormente, o estudo de caso em uma escola da rede. Esses docentes atuam com alunos da pré-escola ao 9º ano do ensino fundamental. Na segunda etapa realizaram-se observações de aulas de Educação Física de um dos professores iniciantes entrevistados em uma escola selecionada para a realização do estudo de caso, com anotações feitas em um diário de campo. As articulações do dispositivo da esportivização com outros de seu tempo revelam como outras práticas discursivas e não discursivas emergiram no corpus de pesquisa, as quais se apresentam em cruzamento com linhas do dispositivo da esportivização. O dispositivo da tradição conservadora e o dispositivo

¹⁰⁴ Universidade Federal de Pelotas - Pós-doutora em Educação - francieleilha@gmail.com

pedagógico da mídia foram os que mostraram proximidades com o dispositivo da esportivização.

Palavras-chave: dispositivo; esportivização; mídia; tradição conservadora.

Considerações iniciais

O dispositivo da esportivização da Educação Física Escolar surgiu da intenção em investigar a regulação curricular da Educação Física e seus efeitos no trabalho de docentes iniciantes. Partiu-se do pressuposto que essa regulação se estabelece por meio de um processo negociado, resultado de um jogo de forças, nunca finalizado, sempre em processo, entre discursos e/ou dispositivos que disputam a hegemonia curricular do componente. O interesse investigativo foi analisar justamente esse processo, pela identificação e discussão do(s) dispositivo(s) que regula(m) as práticas curriculares da Educação Física e como as práticas de negociação são engendradas. A fundamentação teórico-metodológica baseou-se nos estudos de Michel Foucault e Gilles Deleuze.

Nessa direção, dispositivo foi o conceito-chave da pesquisa, bem como as dimensões que o compõem. Ao ser questionado sobre o sentido e a função metodológica do dispositivo, neste caso da sexualidade, Foucault (1992) explica que o dispositivo não é um tipo de discurso, um enunciado, uma instituição, nem representa somente uma estratégia ou uma técnica específica de poder, envolve elementos distintos e em movimento.

Os caminhos metodológicos que levaram a construção do dispositivo da esportivização se delinearam com a pesquisa de campo realizada na rede municipal de ensino de Pelotas/RS e teve dois momentos. Primeiro, fizeram-se entrevistas com seis professores de Educação Física iniciantes na carreira docente no contexto escolar, e posteriormente, o estudo de caso em uma escola da rede. Esses docentes

atuam com alunos da pré-escola ao 9º ano do ensino fundamental. Na segunda etapa realizaram-se observações de aulas de Educação Física de um dos professores iniciantes entrevistados em uma escola selecionada para a realização do estudo de caso, com anotações feitas em um diário de campo. O processo analítico das entrevistas teve o intuito de buscar a emergência de práticas e discursos que remetiam para a regulação curricular da Educação Física.

Com a identificação de um conjunto de discursividades e visibilidades recorrentes no *corpus* de pesquisa em relação a esta regulação, o esforço foi pensar nos modos pelos quais essas práticas e discursos se articulavam e formavam uma rede ou mais redes, aqui entendidas pelo conceito foucaultiano de dispositivo. Na medida em que se evidenciaram recorrências de práticas e discursos nas sete entrevistas, em sua maioria com o esporte, elegeu-se este como o eixo analítico central para a construção de um dispositivo.

Assim, nomeou-se esta rede entrelaçada de discursividades e evidências relacionadas ao esporte de dispositivo da esportivização da Educação Física, pela emersão do esporte como um modo de regulação curricular desse componente na escola. O uso do termo esportivização para nomear o dispositivo de regulação das práticas curriculares da Educação Física na escola, parte da identificação de que certas modalidades esportivas (geralmente futebol) nas aulas de Educação Física com algumas características (competitividade, exclusão dos menos habilidosos) são preteridas em relação a outras, as quais se assemelham com as do esporte de rendimento.

O interesse foi aprofundar a discussão em nível do dispositivo que se apresentou mais potente na regulação curricular da Educação Física, mas para este artigo o foco recai em abordar apenas uma das características do dispositivo da esportivização, conforme se faz necessário ao se tratar da discussão que envolve o conceito foucaultiano

de dispositivo: as suas articulações com outros dispositivos do seu tempo. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi analisar as articulações do dispositivo da esportivização da Educação Física com outros dispositivos do seu tempo.

O dispositivo da esportivização e suas articulações

O dispositivo da esportivização da Educação Física mostra-se articulado com pelo menos outros dois dispositivos aqui discutidos. O primeiro deles, chamado dispositivo da tradição conservadora emerge do *corpus* da pesquisa, sendo identificado por discursos que remetem à tradição conservadora, como reguladora das práticas curriculares da Educação Física. Isso ocorre porque as linhas, como elementos do dispositivo,

podem estar em um ou em outro dispositivo (ao mesmo tempo), tornando-os cambiantes entre si; elas são sempre tensionadas pelas enunciações, pelos objetos, pelos sujeitos e pelas forças em exercício (e suas relações manifestas) que o próprio dispositivo produz. Trata-se de linhas que se bifurcam, de curvas que tangenciam regimes de saberes móveis e entrecruzados, ligados a configurações de poder e designados a produzir modos de subjetivação específicos (MARCELLO, 2009, p.232).

O dispositivo da tradição conservadora nas escolas foi elaborado e investigado por Vieira; Hypolito e Duarte (2009), fornecendo bases para a presente discussão. Segundo os autores, os dispositivos são ações fundamentadas em discursos, interferindo nas relações sociais, na medida em que definem como estas devem ocorrer ou não, assim como prescrevem, ordenam e normalizam conteúdos e maneiras de ensinar, conforme se reconhece nas enunciações dos professores iniciantes:

“Eles dão algumas dicas, por exemplo: tentar tratar, falar com muita calma, muita tranquilidade os alunos acabam que não

prestam atenção, tem que falar mais alto, mais grosso um pouco, alguma coisa assim” (Professor Fabrício).

“O meu maior problema atualmente é a equipe diretiva e os outros professores. Os outros professores no sentido da acomodação, que eles te levam para essa acomodação e a equipe diretiva que não te apoia. [...] essa minha colega que eu tenho ela é um pouco resistente às minhas ideias, por exemplo, às vezes eu lanço uma coisa nova para ela, e ela já não se compromete, assim: ‘não, eu não faço assim, eu não vou fazer assim’, das poucas vezes que eu conversei com ela. Então eu já não troco mais com ela porque eu já vi que ela tem uma certa resistência com essas minhas novas ideias ou porque ela acha que eu tô aqui na universidade, sei lá, eu não sei o que se passa com ela, então a gente tem essa relação, mas a experiência do campeonato foi uma experiência boa, mas de troca de conteúdos não, nem tanto. Às vezes, por exemplo, quando bate uma aula minha com a dela ela quer juntar turmas e fazer um jogo de futebol, eu não concordo porque eu tenho o meu conteúdo para dar, então eu sou chata, eu prefiro dar a minha aula e se um dia por ventura precisar, aí tudo bem a gente junta, mas eu prefiro dar a minha aula. [...] Eu tenho uma monitora que faz isso. [...] Tem uma monitora que o tempo inteiro, é que assim, ela é muito próxima dos alunos essa monitora e ela já está há bastante tempo na escola. Então, os alunos vão até ela e falam alguma coisa de todos os professores. Então ela vem às vezes me dizer o que que os alunos me disseram e vem propor atividades que eu tenho que dar. Então, por exemplo, ‘ah, os alunos estão reclamando que tu está fazendo muitos jogos, não está dando futebol que eles querem jogar’[...] Lucíola, tenha um ouvido seletivo, aprenda a ter um ouvido seletivo. Escute só o que tu quer” (Professora Lucíola).

Nesta direção, percebe-se um jogo discursivo para que os professores se acomodem e se enquadrem na lógica da cultura escolar já estabelecida. Nota-se que, neste caso, a tradição chama pela esportivização da Educação Física e para um trato com os alunos menos suave, por isso sua articulação com o dispositivo da esportivização.

Nas relações de poder entre o professor iniciante e os demais membros da comunidade escolar (professores, equipe diretiva, alunos) a tradição se mostra com um saber a ser valorizado e perpetuado pelas/nas práticas escolares. Verifica-se a força da tradição no encaminhamento dos deslocamentos de saber-poder, o que o próprio Foucault (1995) reconheceu.

Vale destacar que a tradição é aqui compreendida como herança cultural, legado de crenças transmitidas. A ideia de transmissão ou de entrega de fatos, lendas, ritos, usos, costumes busca produzir certa coesão moral no corpo social. Seu caráter quase sempre doutrinal ou dogmático, proferido pelo mais antigo ou pela autoridade, procura garantir a continuidade das experiências já vividas, funcionando como uma espécie de eco, perpetuando hábitos e costumes adquiridos e tornados rotina. Numa palavra: naturalizados (VIEIRA; HYPOLITO; DUARTE, 2009, p.231).

Nesta direção, Vieira, Hypolito e Duarte indicam que as pesquisas sobre currículo articuladas à organização escolar e aos processos de trabalho dos professores constatarem a atuação destes dispositivos de regulação, com vistas a dificultar os processos de mudanças na educação, repercutindo no desempenho e nas identidades docentes. Efeito semelhante foi visualizado nesta pesquisa, ainda que, de modos diferentes nos casos supracitados. Um dos professores (Fabrício) aceita esse discurso, ao reconhecer a importância em mudar seu estilo de ser, de agir, de falar, pois o discurso da tradição conservadora insiste em

dizer e fazer dizer: “é preciso falar mais alto e mais grosso para obter controle da turma”. Porém, outra professora (Lucíola) não se conforma em aceitar certas coisas, vistas por outros professores, seus pares, como dadas e que: “não tem muito o quê fazer para mudar e que lutar, será perda de tempo e inútil”, em suas palavras:

“Bom, a entrada na carreira é bem difícil e o que eu estou vendo hoje é assim, se eu não tivesse no doutorado, buscando melhorar os meus conhecimentos a acomodação acredito que viria em seguida, porque eu diria, porque é muito mais fácil tu te acomodar, e não brigar e não se estressar e ver que aquilo ali não vai ter muito resultado, do que tu seguir, seguir, seguir brigando, então tu te acomoda, que é o que acontece com a maioria dos professores sabe, porque o que, quando eu digo, quando eu reclamo para eles sobre as coisas que estão acontecendo comigo. [...] Então tem essas questões, que eu não consigo ser passiva em relação a isso [...] se eu tivesse uma pessoa com mais experiência na escola, que eu pudesse trocar mais coisas[...] Eu tento manter essa, sempre tentar refletir sobre a minha aula para ver o que tá mal, o que que eu posso mudar. As vezes eu fico uma, duas, três semanas capinando ali pensando, mas sempre procurando melhorar. Eu não consigo chegar, se a aula que eu dei for frustrante, se não cumprir com aquele objetivo que eu esperava com os alunos eu me sinto mal, porque daí eu penso, o que que eu tô fazendo aqui, eu tô estudando, aí eu vou lá e dou uma aula ruim.” (Professora Lucíola).

Verifica-se que esta professora iniciante atribui a sua resistência e a postura de não se acomodar diante da lógica escolar, ao fato de estar estudando e buscando aperfeiçoar seus conhecimentos. Em outros termos, o que os dados estão evidenciando é que esta professora não se

deixa subjetivar facilmente pelo dispositivo da tradição conservadora, ela escapa pelas linhas de fuga do mesmo para outro.

Um dispositivo é então uma espécie de norma prática, de preceito que atua nas diferentes partes de um aparelho social, desempenhando uma função especial com vistas a um fim determinado. Essas ações funcionam de forma pouco coordenada no seio das relações institucionais, buscando a prevenção/interrupção de desvios e/ou rupturas do grupo social (VIEIRA; HYPOLITO; DUARTE, 2009, p.225).

Os efeitos dessa regulação, estabelecida por intermédio de práticas discursivas assentadas na tradição e nos discursos que dela derivam, agem sobre o processo de trabalho docente e sobre os processos de significação nele produzidos, estabelecendo uma representação do que vêm a ser a docência e sua identidade, tratando assim de ressignificar sua prática, positiva ou negativamente (VIEIRA; HYPOLITO; DUARTE, 2009, p.223). A pesquisa de Costa (2012) mostra como a aprovação das práticas pelos pares da escola é importante e necessário para os professores iniciantes se sentirem mais seguros no desenvolvimento do trabalho. Por outro lado, outras investigações (OLIVEIRA, 2012; FREITAS, 2011) indicam o descontentamento com a regulação da cultura da escola destinada às práticas dos professores em início de carreira.

Também foi possível visibilizar o dispositivo pedagógico da mídia como contemporâneo ao dispositivo da esportivização da Educação Física.

O esporte, além de ser objeto discursivo do sistema esportivo e da Educação Física, é também renovado pelos discursos midiáticos. Tal consideração é evidente diante dos atravessamentos enunciativos que a mídia faz em diferentes campos de saber na contemporaneidade. Uma

professora iniciante ainda justifica o interesse dos alunos nos esportes, em especial ao futebol, por que: *“Futebol tá na mídia” (Professora Patrícia).*

Nesse jogo de discursos, saberes e poderes, a mídia não poderia deixar de entrar, neste caso, pondo em circulação outro discurso: *Esporte é saúde*, que acaba por fortalecer o dispositivo em ação nas práticas curriculares da Educação Física na escola. Discurso esse, que tem sido aceito como verdadeiro, junto a outros como: *enquanto a criança está praticando esporte fica longe do mundo das drogas*.

Fischer (2001, p.212) ajuda a compreender a força deste campo de saber:

Ora, a mídia, ao mesmo tempo que é um lugar de onde várias instituições e sujeitos falam como veículo de divulgação e circulação dos discursos considerados verdadeiros em nossa sociedade, também se impõe como criadora de um discurso próprio. Porém, pode-se dizer que, nela, talvez mais do que em outros campos, a marca da heterogeneidade, além de ser bastante acentuada, é quase definidora da formação discursiva em que se insere. Poderíamos dizer que hoje praticamente todos os discursos sofrem uma mediação ou um reprocessamento através dos meios de comunicação.

Esses discursos imprimem ao esporte, funções educativas, promessas de saúde e afastamento das drogas, renovam e ampliam as justificativas da importância do esporte, reforçando a sua ênfase nas práticas curriculares da Educação Física escolar. É o dispositivo da esportivização articulado ao dispositivo pedagógico da mídia. Este último dispositivo mantém forte relação com o dispositivo da maternidade, estudado por Marcello (2005, p.149) uma vez que “[...] o ‘dispositivo’ da maternidade e o ‘dispositivo’ pedagógico da mídia entrelaçam-se para a veiculação de procedimentos que colocam o

sujeito-mulher como protagonista de suas falas”. No caso desta citação, a argumentação da autora está direcionada às linhas de subjetivação do dispositivo e sua mediação das relações que o sujeito-mãe estabelece consigo mesmo.

Ao tratar do esporte *da* mídia, Betti (2001) destaca que esse não pode ser considerado como esporte *na* mídia, porque essa não consegue versar sobre tal em sua inteireza. Nessa direção, o autor pontua algumas características da abordagem esportiva feita especificamente pela televisão, são elas: ênfase na “falação esportiva”, monocultura esportiva, sobrevalorização da forma em relação ao conteúdo e superficialidade.

Essas características promovem a espetacularização do esporte e contribuem para potencializar o dispositivo da esportivização. Uma delas, em especial, a monocultura esportiva da mídia brasileira, dá ênfase para uma modalidade esportiva (o futebol), provendo sua prática também nos diferentes espaços de esporte e lazer, e na Educação Física. As disputas pela sua predominância nesses espaços-tempos são intensas e constantes, conforme já tratado em relação ao componente curricular da escola básica.

Betti (2001, p.1-2) ainda explica o porquê do futebol se constituir como o centro da exposição esportiva realizada pela mídia:

A ênfase quantitativa da “falação” das mídias, assim como da transmissão ao vivo de eventos é, no Brasil, evidentemente relacionada ao futebol, tendência que se acentuou nos últimos anos, provavelmente porque as empresas descobriram naquela modalidade esportiva uma melhor relação custo-benefício para a publicidade.

As anotações feitas no diário de campo propiciaram capturar algumas discursividades sobre o futebol dispersas pela mídia, as quais

fizeram sentido para os alunos, fazendo com que eles se identificassem com esses discursos e os assumissem como seus.

A professora chega na sala de aula, diz que uma aluna iria fazer prova e para demais ela iria dar um trabalho. A maioria dos alunos fica copiando em silêncio e uns quatro meninos começam a falar de competições de futebol e de quadras, que têm os diferentes clubes e locais da cidade. Comentam que quadras, campos são bons, fazem comparações. “”Viu sora, teu ídolo vai vim para copa?! Meu ídolo vai vim também!” (Aluno). Os alunos começam a falar de jogadores que vêm para a copa do mundo de futebol e dos jogadores e suas características, o que eles têm feito nos jogos. Falam também dos times de futebol do Rio Grande do Sul. A professora também fala sobre o assunto, faz comentários. “Eu sou fã do Messi, mas a história do Cristiano Ronaldo é muito interessante. Na real Neymar, Messi e Cristiano Ronaldo é muito emocionante. A do Zé Roberto é a mais emocionante. Ele passou fome, o pai dele batia nele, a casa dele era cheia de goteira, ele fez 3.000 injeções” (Aluno) (*OBSERVAÇÃO 8 – 22/11/2013*).

As últimas passagens mostram discursos esportivos da mídia que envolvem especificamente a vida dos jogadores. São discursividades características e peculiares do campo midiático, pois tentam capturar indivíduos que assumam a posição de sujeito desses discursos ao apelarem por estratégias de comoção das pessoas, pelas histórias de vida tristes e sofridas dos jogadores. Jogadores que alcançaram *status* social e construíram uma carreira de sucesso com base em seu esforço individual, superando as dificuldades e os limites enfrentados, talvez semelhante com a de jovens que eles conheçam.

A mídia e seus discursos sobre esporte, futebol, atravessam diferentes campos de saber, e ao serem incorporados nas práticas curriculares da Educação Física atuam no sentido de reforçar práticas

discursivas e não discursivas em torno do que é e de como deve ser uma aula de Educação Física. Uma aula que prioriza o fazer por fazer, ou o fazer para aprender técnicas e táticas esportivas; conteúdos ligados a determinadas práticas corporais, geralmente restritas aos esportes coletivos, principalmente o futebol; incorporação de princípios do esporte de rendimento (foco na competição, exclusão dos menos habilidosos, preocupação com os resultados).

Também se observa no campo midiático, a veiculação de discursos das políticas educacionais imbricadas ao esporte na escola e suas práticas concretizadas por meio de programas governamentais. Este discurso ganha maior visibilidade por ser disperso na mídia, que também reforça a questão da esportivização na Educação Física.

Ainda que a formação da base da pirâmide esportiva não atravesse mais a ordem discursiva dos objetivos da Educação Física – ao menos no centro deste discurso, a ideia de que a aula de Educação Física na escola seja também um espaço de caça-talentos esportivos ainda é aceito e, portanto, reforçado pela mídia televisiva, pelo dispositivo pedagógico da mídia. Tendo em vista que tal objetivo é requerido em programas e políticas governamentais promovidas pelo Ministério da Educação e/ou Ministério do Esporte e propagandeadas na televisão.

O Programa Atleta na Escola é um desses, apresentando como objetivo “incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos” (MEC, 2014, s/p). A rede municipal de ensino de Pelotas-RS adere a este programa desde 2013, com 19 escolas participantes e, em 2014, com 22 escolas. Dentre essas, duas escolas tiveram seus professores iniciantes entrevistados nesta pesquisa.

Considerações finais

As articulações do dispositivo da esportivização com outros de seu tempo revelam como outras práticas discursivas e não discursivas emergiram no *corpus* de pesquisa, as quais se apresentam em cruzamento com linhas do dispositivo da esportivização. O dispositivo da tradição conservadora e o dispositivo pedagógico da mídia foram os que mostraram proximidades com o dispositivo da esportivização.

O primeiro, ao apresentar práticas que vislumbravam capturar os professores iniciantes para aceitarem a cultura escolar, as ações reproduzidas na escola, sem discussão e resistência. O discurso da tradição conservadora emite para o professor iniciante uma série de características que o classificam como inexperiente, inseguro, inventor de práticas inovadoras que muitas vezes não dão certo. A condução da conduta dos professores iniciantes por meio deste dispositivo visa que eles incorporem as regras, normas, posturas e atitudes desenvolvidas e acolhidas pela instituição.

O segundo, pelo modo com que se apropria do esporte e o refaz a partir das regras de sua formação e práticas discursivas. Mesmo atribuindo caracterizações próprias ao discurso esportivo, consegue atravessar as práticas curriculares da Educação Física na escola. Sendo o esporte, um conjunto de conteúdos selecionados historicamente para serem trabalhados nas aulas desta componente, não há como impedir a circulação de diferentes discursos sobre o esporte na escola.

Desta forma, no estudo de um determinado dispositivo histórico a possibilidade de identificar articulações com outros do seu tempo é evidente e compõe a própria investigação do dispositivo em destaque.

REFERÊNCIAS

BETTI, P. Esporte na mídia ou esporte da mídia? Motrivivência, Santa Catarina, v.1, n.17, p.1-3, 2001.

COSTA, A.L.A. Construindo saberes a partir do exercício da docência: o processo de aprendizagem do professor iniciante de educação física. 2012. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

FISCHER, R.M.B. Foucault e a análise do discurso em educação. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.197-223, 2001.

FREITAS, R.C. 2011 Estudo multicasos sobre a socialização profissional de professores de educação física em início de carreira. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MARCELLO, F.A. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.2, p.226-241, 2009.

MARCELLO, F.A. Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. Revista Brasileira de Educação, n.29, p.139-152, 2005.

MEC. Programa Atleta na escola. Disponível em <<http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>>. Acesso em 2 nov de 2014.

OLIVEIRA, L.P. O ingresso na carreira de professores de educação física: currículo e atuação docente. 2012. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012.

VIEIRA, J.S.; HYPOLITO, A.M.; DUARTE, B.G.V. Dispositivos de regulação conservadora, currículo e trabalho docente. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 221-237, jan./abr. 2009.

ENTRE O PRESCRITO E O DESAFIO DE ‘COMETER’ O ATO DA ESCRITA: É PRECISO CONSTITUIR-SE AUTOR ¹⁰⁵

FRANCINI SCHEID MARTINS¹⁰⁶

MARIELE MARTINS¹⁰⁷

PAULO CESAR C. JACÓ¹⁰⁸

RESUMO: O presente texto tem como objetivo refletir sobre o sentido da autoria a partir de Michel Foucault na obra: *O que é um autor?* Ao longo do exercício dessa escrita, outros interlocutores fizeram-se presentes, a medida em que seus discursos se mostraram profícuos para pensar a problemática da autoria na escrita já assinalada na obra de Foucault. Iniciamos o texto discutindo o tópico – “Escola e autoria: um desafio atual” - destacando os

¹⁰⁵ Trabalho apresentado como requisito para aprovação na disciplina *Aspectos teóricos e práticos da escrita e da pesquisa na pós-graduação*, ministrada pelo Professor Dr. Lucídio Bianchetti, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, no primeiro semestre de 2013.

¹⁰⁶ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com habilitação em Orientação Educacional. Mestre em Educação na linha de Pesquisa “Sociologia e História da Educação” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina - Bolsista ANPEd/IPEA. Doutoranda na linha “Educação Escolar” do Programa de Pós-Graduação em Educação da universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: francinischeid@gmail.com.

¹⁰⁷ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com habilitação em Educação Infantil. Mestre em Educação na linha de Pesquisa em “Sociologia e História da Educação” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: marielee_martins@hotmail.com.

¹⁰⁸ Graduado em Filosofia pela Fundação Educacional de Brusque (FEBE). Mestre em Educação na linha de Pesquisa em “Sociologia e História da Educação” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em Educação na linha “Filosofia da Educação” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) E-mail: pece.sofia@gmail.com.

argumento contidos no discurso de Foucault proferido no dia 22 de fevereiro de 1969 no *Collège de France à société Française de Philosophie* e as respostas endereçadas às críticas recebidas devido a obra *Les Mots et les Choses*. Apresentamos, também, nesse tópico, algumas provocações pertinentes ao espaço escolar, no que se refere ao exercício da escrita e à formação de alunos autores. Em seguida, uma rápida reflexão sobre: “Escrita e autonomia – um caminho para o *empoderamento*”. Virando a página, passamos para a discussão acerca do lugar de onde discursa cada sujeito e cômicos do pertencimento à distintos campos epistemológicos, entre Foucault e Bourdieu, inserimos na reflexão o pensamento *bourdieusiano* mediante o argumento que: o poder da palavra não se encontra na palavra, mas nas condições sociais a que ela se liga. Tal perspectiva possibilitou-nos pensar e refletir o campo da escrita constituído por espaços de embates de ordem econômica e também ideológica. Evidenciamos, a partir de Foucault, quatro características do autor: a transgressão, a indispensabilidade, a construção intelectual e a autenticidade.

Palavras-chaves: Autoria. Escrita. Autonomia. Escola.

1. EDUCAÇÃO E AUTONOMIA – DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DA AUTORIA

1.1 Escola e autoria: um desafio atual

O que é um autor? Tal questionamento foi levantado pelo filósofo francês Michel Foucault¹⁰⁹ (1926-1984), em aula magistral proferida no dia 22 de fevereiro de 1969 no *Collège de France à société Française de Philosophie*.

Depois de anunciar o tema de sua fala, o próprio procura empreender uma forma de auto remissão ou justificativa em relação ao

¹⁰⁹ (1926-1984) foi filósofo e professor da cátedra de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France de 1970 a 1984. Seu trabalho foi desenvolvido, sobretudo, em uma arqueologia do saber filosófico, da experiência literária e da análise do discurso. Publicou obras que ganharam notoriedade em diversos países, dentre elas podemos citar: *A ordem do discurso*, *As palavras e as coisas*, *Vigiar e punir*, entre outras.

que chamou de imprudências cometidas em *Les Mots et les Choses*¹¹⁰. Conforme suas palavras: “ao longo de toda essa obra utilizei, inocentemente, ou seja, de forma selvagem, nomes de autores. Falei de Buffon, de Cuvier, de Ricardo etc., e permiti que esses nomes funcionassem com uma ambiguidade muito embaraçante” (FOUCAULT, 1992, p.1)¹¹¹. Foucault tenta responder às críticas recebidas na obra enunciada acima, dentre elas, a de que suas referências a Marx e Boffon foram de maneiras impróprias e insuficientes. Portanto, ele se dá conta de seu ecletismo ao aproximar autores como Buffon e Lineu e, colocando Cuvier ao lado de Darwin (FOUCAULT, 1992 p. 32). O autor de “As palavras e as coisas” (1966) esclarece que a questão maior da qual gostaria de abordar, naquele momento, é a do autor, argumentando que ela “constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia, também, nas ciências”.

Na esteira do que está sendo apresentado, ao visitar brevemente nosso cotidiano, deparamo-nos com diversos elementos inibidores da escrita e do exercício da autoria, seja diante de uma folha em branco ou de uma tela de computador. O que fazer? O movimento inicial é a escolha da primeira palavra, depois a construção de uma frase e com um pouco mais de persistência e coragem chegamos ao parágrafo preambular e este é, de fato, o mais difícil de ser elaborado, como lembra Marques: “assim são os inícios do escrever: precários e incertos, como os inícios das andanças em terras inexploradas” (2011 p. 33).

¹¹⁰ Nesta obra Foucault coloca “(...)em xeque o “homem” em um momento no qual este, aparentemente, reinava absoluto. Entendido enquanto uma “imagem do pensamento” – como bem o disse Gilles Deleuze (1966) – capaz de articular todo o saber moderno, o homem é denunciado por Foucault como “uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples dobra de nosso saber” (PC, xxi) em um contexto no qual esta mesma imagem dominava todo o espaço de reflexão filosófica na

academia francesa (Lucas Roahny) – Acesso: 07 de abril de 2014 – Disponível em: <http://petsociaisufpr.files.wordpress.com/2009/05/resenha-do-livro-as-palavras-e-as-coisas-lucas-roahny8.pdf>.

¹¹¹ Essa é a obra de referência na construção deste texto, por isso todas as alusões a Michel Foucault a tem como ponto de partida.

É lamentável o fato de não guardamos os primeiros rabiscos que aos poucos foram ganhando novos contornos. Tal prática permitir-nos-ia evitar os discursos mágicos e fantásticos os quais criam a representação (ou noção) de que um texto, ou mesmo uma obra, são resultados de uma divina inspiração que se materializa num instante fora do tempo e da história. O ato de escrever é exercício constante, cotidiano, portanto não dispensa a transpiração. Com isso, não importa por onde se inicia - “escrever é preciso”!

Marques (2011) referindo-se ao nosso processo de alfabetização escolar destaca certos elementos inibidores da escrita, por exemplo: escrever certo¹¹² e bonito¹¹³. Tais imperativos nos impelem a perguntar sobre o papel que a escola desempenha no processo de alfabetização (da escrita) das crianças. Há espaço para uma aprendizagem prazerosa no ato da escrita? Por vezes (na maioria delas) as coisas são tão duras, impositivas, colocadas como escopo que se deve alcançar a ferro e fogo. Qual o espaço da liberdade e da criatividade no exercício da escrita das crianças? Quais os danos da censura, da reprovação na formação de escritores e leitores? Por vezes vemos a escola falando de um ideal de aluno, todavia, perdida frente ao desafio na constituição de sujeitos-autores inseridos numa “sociedade da Informação e do Conhecimento”¹¹⁴, na qual “a tecnologia digital transformou a linguagem num elo entre o homem e o mundo” (SILVA, 2008).

1.2 Escrita e autonomia – um caminho possível para o empoderamento

Na tentativa de refletir sobre os aspectos que envolvem o processo da escrita e, sobretudo a autoria, faz-se necessário retornarmos ao conceito de autor, elaborado na obra, *O que é um autor*¹¹⁵.

¹¹² Parece óbvio dizer que se deva escrever certo, no entanto, o que isso significa?

¹¹³ O que é escrever bonito para os professores?

¹¹⁴ Para aprofundar esta questão consultar a obra de Bindé (2007).

Para engendrarmos uma reflexão sobre a constituição do sujeito enquanto autor, iniciamos por problematizar as questões primeiras das quais acometem aquele que se encontra, nos dias de hoje, com o teclado sob as mãos: por quê? para quem? e como escrevo? À luz das teorias desenvolvidas por autores brasileiros e estrangeiros, tais como: Bianchetti (2002a, 2002b, 2006, 2008), Machado (2006, 2008), Marques (2011), Meksenas (2008) e Barthes (1982, 2010), traremos à tona essas questões no decorrer do texto.

Considerando que o sujeito autor se constitui durante sua trajetória, remetemo-nos à escolarização vivenciada hoje nas escolas brasileiras. A cena é desoladora! Tal afirmação justifica-se na constatação de que a formação escolar mais contribui para bloquear a capacidade de escrever do que para promovê-la (Bianchetti, 2002a). O que temos presenciado, ainda, na educação básica é a utilização de elementos que não possibilitam ao aluno autonomia para a escrita, faltam espaços desafiadores, de *empoderamento* destes sujeitos pelo reconhecimento da autoria de suas produções escritas mediante o incentivo à criatividade, liberdade e à imaginação. Muitas vezes, esse é o aluno que ao tentar adentrar as portas da universidade descobre que foi “enganado”.

Em pesquisa para subsidiar a elaboração da dissertação de uma das autoras do presente trabalho,¹¹⁶ na qual analisa a trajetória escolar de estudantes dos meios populares ingressos em cursos de maior demanda na UFSC; um dos jovens entrevistados, fala sobre o sentimento de frustração ao realizar o exame vestibular e perceber que foi enganado durante a educação básica. Tal discente relata que ao se dedicar aos

¹¹⁵ Este texto resultou do registro de entrevista concedida por Foucault à *Société Française de Philosophie*, em 22 de fevereiro de 1969 no *Collège de France*. A sessão foi presidida por Jean Wahl.

¹¹⁶ Dissertação defendida no Curso de Mestrado na linha de Sociologia e História da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina intitulada: “Quando os 'degradados' se tornam 'favoritos'! Um estudo de trajetórias de estudantes do Pré-vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina ingressos em cursos de maior demanda, 2013.

estudos dos conteúdos requeridos no exame vestibular, sobretudo aos que exigem competência de criação, como na redação, por exemplo, se deu conta de que não possuía tal qualificação e sentiu-se logrado, tanto pelos professores dos quais nas “velhas” redações sobre as férias atribuíam-lhe boas notas, quanto pela escola e o sistema de ensino que mascararam suas deficiências os iludindo com o badalado ritual das festas de formatura. Nesse sentido, os alunos obrigatoriamente procuram um meio de apreender saberes necessários à aprovação no exame vestibular, conhecimentos estes que a educação básica, por vezes, sobretudo nas escolas públicas, não lhes conferiu, levando-os compulsoriamente a buscar os cursos preparatórios ao vestibular, correntemente chamados de ‘cursinhos’.

Já é notório o fato de estudantes ingressarem na Educação Superior com formação precária e, onde, em diversos casos, as dificuldades da escrita vão manifestar-se com mais intensidade. O panorama vivenciado nesse nível de ensino é bastante complexo, haja vista que os professores supõem que os jovens deveriam apresentar maior maturidade com relação à escrita. Mas como pode um sujeito “tolhido” durante toda sua trajetória, “desabrochar” repentinamente?

Decorência direta ou indireta dessa problemática – facilitada pela disponibilização de uma poderosa infraestrutura propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) - deparamo-nos com um problema corrente nas universidades brasileiras: o plágio¹¹⁷. Buscando alternativas para minimizar os efeitos causados por este obstáculo, levantamos alguns questionamentos: qual seria o papel da universidade frente ao fato deflagrado? De que forma a universidade

¹¹⁷ Não pretendemos aqui defender a ideia de que se começou a praticar o plágio a partir do uso das ferramentas tecnológicas, talvez a hipótese mais provável é de que com tais ferramentas ficou mais fácil evidenciar a apropriação indébita. Para uma discussão mais aprofundada da questão da diade autoria/plágio, ver: SILVA, Obdália. “Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade?” Revista Brasileira de Educação, v. 13 n. 38, p. 357. maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf>

pode contribuir para que os estudantes se tornem sujeitos autores, capazes de produzirem seus próprios escritos e não serem apenas meros agentes reprodutores? A autoria, nos lembra Foucault, exige o ato da transgressão e quem transgredir é capaz de dizer algo significativo e novo, sair dos lugares comuns da escrita, tanto na forma quanto no conteúdo. Todavia, a transgressão exige alto nível de conhecimento daquilo que se quer transgredir. Ninguém pode transgredir o que não se conhece.

2.0 IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DA ESCRITA

Retornamos ao questionamento proeminente neste texto - *o que é um autor?* E assim, também, às questões pertinentes à pergunta: por quê, para quem e como escrevo? Iniciamos a discussão por abordar a problemática acerca do lugar de onde fala cada autor uma vez que cada discurso é proferido por um sujeito, um autor, um indivíduo e, este, fala de determinado lugar mais ou menos estruturado. Elucidar o espaço, o lugar, de onde o autor ou indivíduo fala possibilita compreender um pouco mais as tramas e disputas próprias de tal campo. O próprio Foucault ao propor a referida questão fundante, pronuncia um discurso, num local instituído e institucionalizante. Côncios dos distanciamentos (intelectuais) epistemológicos e do pertencimento a campos teóricos distintos, ou mesmo, da oposição entre as tendências de pensamento *foucaultianas* e *bourdieusianas* compreendemos ser possível fazer uso estratégico (pontual) e instrumental entre ambos os autores na análise da produção e expressão dos inúmeros discursos. Corroborar a proposição *que toda produção cultural é possível de ser entendida na relação com seu campo*¹¹⁸ de produção, onde saber e poder estão intrinsecamente

¹¹⁸ A tradição sociológica tem nas concepções marxista e Weberiana uma concepção da organização social. “Na recusa de inscrever-se nessas dicotomias tradicionais, P. Bourdieu visa superá-las, sintetizando-as” ao propor uma abordagem da sociedade como espaços e campos sociais o que nos permite não “apenas analisar a posição dos grupos e suas relações, mas também compreender a tendência à reprodução da ordem social” (BONNEWITZ, 2003, p. 51-52).

articulados. Isto implica em compreender os discursos, não neles mesmos, mas dentro do seu campo de produção¹¹⁹ no qual articulam interesses, disputas ideológicas e poderes de outras tantas naturezas.

Sobre o discurso, Bourdieu (1998), contemporâneo de Foucault, coloca que o poder da palavra não se encontra na palavra, mas nas condições sociais a que ela se liga - à instituição a qual o agente (do discurso) representa e que lhe dá legitimidade e autoridade. Caso o fato de proferir um discurso faça do sujeito um autor, o lugar de onde o emite é relevante? Este é de fato elemento indicador da existência de um autor? Ou pelo fato de proferi-lo, um sujeito constitui-se autor? Destaca-se que Foucault está falando de uma instituição autorizada (instituída e institucionalizante) no momento em que discursa: “creio – sem estar, de resto, muito seguro – que é de tradição trazer a esta Sociedade de Filosofia o resultado de trabalhos já acabados, para os propor à vossa apropriação” (1992, p. 30). Expor à avaliação e corroboração (ou não) dos membros daquela referida e respeitada instituição pode ser compreendido como ato na busca de legitimidade do que havia sido escrito. Nesse exato momento, durante a construção desse texto, sabemos que o submeteremos à apropriação e apreciação de nossos pares da academia na busca de certo reconhecimento e certificação de seu status de texto acadêmico. O lugar, com certeza, nos institui! Ao legitimar os seus membros, a instituição busca sua própria sobrevivência e manutenção do poder. Pensar a função autor, como propõe Foucault, possibilita-nos, também, pensar as estruturas sociais das quais dão consistência aos discursos.

Outra questão pertinente à busca da autoria refere-se à compreensão da linguagem. À filosofia coloca-se o desafio de pensar a

¹¹⁹ A afirmação colocada como ponto comum entre Foucault e Bourdieu pode ser conferida no texto: Bourdieu, crítico de Foucault (GALLEWAER, 2003). Ver também em Gallewaer (2003) outros encontros (concepção de racionalidade, historicista do conhecimento...) e desencontros (a concepção de campo apresentado por Bourdieu) entre ambos os autores.

mesma inserida em um contexto social. Para tanto e fins de análise é possível contemplar aqui, em âmbito metodológico, o quão seria profícuo uma perspectiva hermenêutica na busca da compreensão textual. A própria linguagem não compõe um mundo à parte, desvinculado dos significados e significantes sociais, portanto, pensamos que uma abordagem arqueológica seria outra grande contribuição. Imaginemos um padre fazendo um discurso fora do espaço religioso, morada do sagrado, sem seus paramentos, na ausência de nenhum elemento simbólico que o ligue ou o associe à estrutura (instituição) da qual pertence. O mesmo discurso teria outra força retórica de convencimento, agiria sobre os ouvintes com novos significados e sentidos caso fosse proferido dentro de um espaço religioso, do templo onde se encontram todos os aparatos simbólicos que o envolvem e o remetem ao sagrado. O poder das palavras não está no agente apenas por pronunciá-las, diz Bourdieu (1998). Quem fala, o faz em nome de alguém, representa simbolicamente um grupo possuidor de capital simbólico acumulado. O poder exige sua passagem pela eficácia simbólica. Palavra, sujeito e poder estão condicionados à instituição a que se referem. Para pronunciar um discurso autorizado existem condições específicas que devem ser seguidas a fim de que a *magia litúrgica* aconteça, como por exemplo, fazê-lo diante de receptores (legítimos) que tenham relação com aquele campo, com os códigos linguísticos daquele espaço. O ato de legitimar o outro pelo reconhecimento é sempre um gesto de auto reconhecimento e autolegitimação. Nesse contexto, é preciso levar em consideração que a escrita – como a fala – é carregada de intencionalidade, ou seja, quando se escreve, tem-se um motivo, mesmo que por vezes o próprio autor ou sujeito da escrita não explicita a finalidade de seu texto. No âmbito acadêmico, geralmente, faz-se para comunicar os resultados das pesquisas realizadas ou tão somente para receber a certificação de mestre ou doutor.

Ao escrever, o autor (ou sujeito do discurso) endereça seu texto, pretende que este chegue a alguém. Por vezes, estabelece a exigência de um tipo específico de leitor. Para todo texto escrito, há um leitor idealizado pelo sujeito *escrevente*. Marques, em sua obra *Escrever é preciso*, analisa a relação entre autor e leitor, destacando que “ao lado do escrevente está de prontidão o leitor, não se sabendo qual deles escreve: certamente ambos em parceria” (2011, p. 86). Ainda sobre esta relação o mesmo autor referido anteriormente destaca:

Por vezes o autor se esconde no texto, denunciando de imediato o grupo que se filia, ou pretendendo dar a entender que o enunciado não é dele, mas da ciência; por vezes o leitor se esconde por trás do texto que lê, como se nada tivesse a ver com o que ele anuncia (2011, p. 86).

Barthes também ocupou-se das tramas acerca da relação entre autor e leitor:

Na cena do texto não há ribalta: não existe por trás do texto ninguém ativo (o escritor) e diante dele ninguém passivo (o leitor); não há um sujeito e um objeto. O texto prescreve as atitudes gramaticais: é o olho indiferenciado de que fala um autor excessivo (Angelus Silesius): ‘O olho por onde eu vejo Deus é o mesmo olho por onde ele me vê’ (2010, p. 23).

Nesse sentido, problematizamos: Qual o papel do leitor nesse universo literário? Em que condições se lê um determinado texto? À luz das teorias apresentadas pelos referidos autores nos permitimos dizer que: cada um lê e interpreta determinado texto a partir de seu ponto de vista e, por isso, seu significado não se exaure apenas numa leitura, ou seja, num único ponto de vista. Vemos o mundo social a partir do chão no qual nossos pés se firmam. Temos sempre apenas um olhar, um ponto de vista. Quando falamos algo sobre alguma coisa, o fazemos sempre de algum lugar, este é o dado mais imediato que temos e, ao

mesmo tempo, os condicionamentos que configuram nosso olhar. Aliá, “eu sou eu mais minhas circunstâncias” como afirmou o filósofo Ortega y Gasset (1967). O olhar é, sob certa medida, circunstancial, contextualizado, delimitado historicamente.

O verbo ler em seu sentido semântico significa interpretar, ver por dentro, compreender. Ao longo do processo civilizatório a leitura e a escrita foram tomando contornos diversos. Na Idade Média, segundo Marques, a escrita foi sacralizada - ler era uma prática restrita. Em outros momentos, a língua, assim como a gramática, passam a ser símbolos de uma expressão nacional. Mais modernamente nos discursos estatais o ler e o escrever ocupam lugares centrais nos currículos do Ensino Fundamental e, tornam-se metas prioritárias das políticas educacionais. O processo de ampliação do acesso à leitura e à escrita aconteceu num contexto no qual, também, estiveram inseridos elementos técnicos que possibilitaram a expansão da indústria do livro e da cultura. A escrita, nem sempre, está a serviço de um projeto social de democratização da cultura, mas tem também da consolidação e de interesses econômicos.

3. A ESCRITA COMO ESPAÇO DE EMBATES ENTRE AUTOR-(CON)TEXTO-LEITOR.

O campo da escrita é um espaço de embates, de disputas, tanto quanto produto editorial ou ideológico. “Exercer um poder sobre o livro é exercer o poder que o livro detém na sociedade, sobretudo quando este é transformado em modelo de vida. Se o livro pode transformar a visão de mundo social, transforma por aí o próprio mundo social” (MARQUES, 2008, p. 86).

Cada autor tem sua forma, seu estilo para escrever, uns o fazem de modo reflexivo, analisam seu próprio texto à medida que o escrevem. Outros precisam externar suas ideias de uma só vez. Há aqueles que

precisam de muito tempo para a construção do seu texto imaginariamente para só então colocá-lo sobre o papel/tela.

Foucault (1969) aborda a relação do autor com o texto. Ambos, são colocados numa posição de distinção. O autor é anunciado, apontado pelo texto, como figura exterior e anterior. Mesmo que haja certa indiferença sobre a figura do autor, ele nunca é um sujeito inexistente. No mínimo, oculto! A pergunta: Que importa quem fala? Na ótica de Foucault, suscitou dois grandes temas de teor ético: o primeiro é o da libertação da escrita em relação ao tema da expressão - “a escrita é um jogo ordenado de signos que se deve menos ao seu conteúdo significativo do que à própria natureza do significante” (p. 35). Mesmo diante dessa regularidade da escrita, vista como um jogo, e como tal, suas regras podem ser transgredidas. Parece-nos que essa libertação aponta cada vez mais para o desaparecimento do sujeito de escrita e a tomada de espaço pelo autor. A questão que emerge diante disso é: o sujeito de escrita e autor são a mesma pessoa? Estaria Foucault, por meio do tema da autonomia da escrita, dizendo que ela foi ganhando certa independência em relação à função de anunciar coisas, dizer das coisas, apontar um mundo exterior e anterior à escrita, passando a constituir um mundo em si mesma, com regras próprias? O segundo tema refere-se ao parentesco da escrita com a morte. Foucault apresenta a escrita numa relação com dois contextos culturais de narrativas: o grego (clássico) e o árabe. No horizonte grego a escrita ligada à narração, tem a função de imortalizar os heróis de uma morte conciliada, deliberada pelo personagem; já no mundo árabe, a narrativa tem a função de afastar a morte¹²⁰. Diz Foucault, em relação ao que chama de “nosso momento histórico – o agora”, aqui nesse tempo, há uma *metamorfização* da escrita, ou seja, ela está ligada ao sacrifício – ao apagamento do autor. “A obra que tinha o dever de conferir a imortalidade passou a ter o direito de matar, de ser a assassina do seu

¹²⁰ Citando *Mil e uma Noites* – na narrativa de Xerazade

autor” (FOUCAULT, 1992, p. 36). Tal assassinato também significaria a perda da identidade ou das características da individualidade do sujeito *escrevente*? Sobre a imortalidade das coisas feitas pelos homens, lembramos de Hannah Arendt ao propor que:

Todas as coisas devem sua existência aos homens, tais como obras, feitos e palavras, são perecíveis, como que contaminadas com a mortalidade de seus autores. Contudo, se os mortais conseguissem dotar suas obras, feitos e palavras de alguma permanência, e impedir sua perecibilidade, então essas coisas ao menos em certa medida entrariam no mundo da eternidade e aí estariam em casa, e os próprios mortais encontrariam seu lugar no cosmo, onde todas as coisas são imortais, exceto os homens (ARENDE, 1992, p. 72).

Com relação à distinção existente entre o sujeito e o autor, problematizada por Foucault, indagamo-nos como pode o sujeito diferenciar-se do autor, ou até mesmo distanciar-se dele, haja vista que o sujeito se constitui por meio de sua trajetória¹²¹. Nesse sentido, propomos a seguinte reflexão: o sujeito escreve e, sobretudo constitui-se como autor, a partir dessa relação entre sua biografia e o contexto por ele vivenciado, seus interesses são provenientes da sua trajetória. De outro modo, Bourdieu, por exemplo, tomaria para análise o sistema de ensino francês, se não tivesse nascido em Denguin?

Como diz Marques (1997, p. 89): “Não existe, portanto, escrever sem a interlocução de sujeitos que interagem, que se provocam através dele em dialógica produção de significados”. Parafraseando Vinícius de Moraes¹²²: escrever é a arte do encontro. No ato da escrita nunca estamos sozinhos. Jamais sentamo-nos solitários à mesa. Sempre há

¹²¹ Entendemos por trajetória a “relação permanente e recíproca entre biografia e contexto, [sendo] a mudança decorrente precisamente da soma infinita destas inter-relações” (LEVI, 1996, p. 180)

¹²² Trecho da Música “Samba de Benção” de Vinicius de Moraes (1913-1980)

convidados que nos ajudam a expressar nossas ideias sobre determinada questão. A quem? Aos nossos leitores! Caso a escrita seja morte, o autor nunca morre sozinho.

A escrita, pela morte do autor, passa a ser um lugar de ausência. De quem? Ausência do indivíduo que escreve, ou do sujeito autor? Voltamos à pergunta que nos acompanha ao longo do texto: Há distinção entre o indivíduo que escreve e o sujeito autor? Ambos são a mesma pessoa? Como o autor, ou o indivíduo pode entrar no jogo da escrita para representar o papel do ausente? Essa tal necessidade, ou movimento de tornar o indivíduo ou autor ausente na escrita, pode trazer algum problema para o campo literário? E para o espaço da Ciência, quais seriam as consequências de uma ausência ou de um excesso de exposição do autor no texto? Em uma pesquisa, por exemplo, de cunho etnográfico, muito comum nas ciências humanas – qual a medida certa, ou, se assim podemos dizer, as implicações em relação ao lugar do autor na escrita? Tais questões remetem-nos a duas noções anunciadas por Foucault: a da obra e a da escrita como ausências. A primeira (de obra) traz consigo uma série de indagações, tais como: o que é uma obra? Quais elementos a compõe? Qual o papel da crítica: analisar a obra ou o autor? Na segunda noção, da escrita como ausência, nos são apresentadas a problemática da sobrevivência da obra mediante a ausência (morte) do autor; a ideia de que a obra é capaz de transcender o próprio tempo e tal ato de transcendência se faz mediante a ausência do autor. O autor, sujeito temporal, espacial, situado historicamente, artífice de uma obra, sucumbe à contingência da vida e de uma tendência que caracteriza o pensamento do século XX o qual anunciou, também, a morte de Deus. O autor eterniza-se pela transcendência de sua obra que exige sua morte. Foucault acena a necessidade de localizar o espaço e o vazio deixado pelo desaparecimento do autor.

Outro problema colocado no texto é o referente ao nome do autor.

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, seleccioná-los, opô-los a outros textos. Além disso, o nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si; Hermes Trimegisto não existia, Hipócrates também não – no sentido em que poderíamos dizer que Balzac existe – mas o facto de vários textos terem sido agrupados sob o mesmo nome indica que se estabeleceu entre eles uma relação seja de homogeneidade, de filiação, de mútua autentificação, de explicação recíproca ou de utilização concomitante (FOUCAULT, 1992, p, 44-45).

Estariamos corretos em dizer, a partir da citação acima que o substantivo autor necessariamente não se refere à existência de um sujeito, nem mesmo de um indivíduo, mas a uma categoria que engloba elementos que a identificam?

Em suma, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é autor, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto (FOUCAULT, 1992, p, 45).

Quando lemos um texto num *outdoor* ou uma mensagem na internet, ou descobrimos uma carta anônima (...), estamos diante de textos sem a função autora. Segundo Foucault, há muitos discursos desprovidos de autor. E como estes são colocados em relação aos discursos de autoria? Tal questionamento é uma forma de problematizar como nossa civilização caracteriza um discurso com função autor. Em

nível institucional, como a academia caracteriza a autoria dos discursos? O fato de um sujeito escrever uma dissertação ou tese o faz autor?

4. RECOLOCANDO A QUESTÃO: O QUE OU QUEM É UM AUTOR?

No intuito de responder à questão da função autor, Foucault apresenta-nos quatro características referentes ao autor de um livro ou de um texto: a primeira é a “*transgressão*” – transgredir é correr riscos e a punição é um desses.

Os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores (outros que não personagens míticas ou figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores (FOUCAULT, 1992, p. 47).

Vejamos o caso de Nietzsche: realizou um discurso transgressor – capaz de provocar e desconstruir imagens como as de Sócrates e Platão sacralizadas para o discurso da tradição filosófico (JIMENEZ, 1999). Ainda segundo Jimenez (1999, p. 252) os escritos de Nietzsche¹²³ na obra *O nascimento da tragédia*, despertam a ira dos professores da universidade alemã. A transgressão de Nietzsche estava também pelo fato de ser jovem e querer consagrar tão prematuramente um trabalho científico à Grécia contendo no subtítulo do texto a tentativa de aproximação entre helenismo e pessimismo. Toda transgressão parece-nos ser uma perturbação a um campo já instituído. Contudo, ao mesmo tempo que se procura transgredir certa “ordem” (modos operandi) é preciso dominar a lógica do campo para cometer tal ato. Parece paradoxal, mas para a transgressão autoral é necessário conhecer e reconhecer as linhas que estabelecem os limites. É um reconhecer e

¹²³ Que não tinha certificado de doutoramento (capital simbólico) e colocou-se na postura de criticar, transgredir imagens sagradas para a academia

conhecer para saber onde exatamente se está transgredindo. Portanto, podemos dizer que a transgressão é ato consciente, planejado, intencional na função autor. O que vemos na atualidade, devido à expansão do mercado editorial e a democratização da escrita circunscrita no âmbito da educação, é um inflacionamento de discursos em livros e revistas. Mas é preciso que nos perguntemos sobre a *novidade*, fruto da transgressão presentes, ou não, em tais discursos midiáticos. Transportemos tal questão para o espaço da produção científica na academia: dissertações e teses. O que tem de transgressor nesses discursos?

Parece-nos haver uma lacuna e, ao mesmo tempo uma saturação das produções acadêmicas. A lacuna está no que se refere à ausência de discursos transgressores, capazes de anunciar algo novo, tanto na forma como no conteúdo; a saturação vem pelas produções repetitivas, que muitas vezes correspondem apenas às exigências burocráticas - produto necessário (obrigatório) para obter-se o título (certificação) de mestre ou doutor.

A segunda característica da autoria é a “*indispensabilidade*” do autor/autoria. Há campos nos quais determinado discurso se constitui somente mediante a evidência do autor. Foucault aponta para a existência de tempos em que discursos (textos) literários eram aceitos sem a preocupação de se saber quem era o autor. Em momentos como na Idade Média, textos científicos eram aceitos somente mediante a autoria, ou seja, a existência do argumento de autoridade. Saber quem dizia dava *status* ao texto. Já nos séculos XVII e XVIII os textos passam a ser recebidos por si mesmos, tendo elementos que os caracterizassem como pertencentes ao campo estabelecido. Na atualidade no que se refere aos textos literários, a autoria é indispensável: “O anonimato literário não nos é suportável; apenas o aceitamos a título de enigma” (FOUCAULT, 1992, p. 49-50).

Caminhamos para a terceira característica da função autor: a “*construção intelectual*”, a abstração mental atribuída a um indivíduo, uma instância, força criadora, ou lugar originário da escrita que recebe a função autor, conforme discorre Foucault:

Mas, de fato, o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz do indivíduo um autor) é apenas a projecção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efectuamos (1969, p. 51).

Achamos muito pertinente a fala de Foucault ao dizer que na modernidade há uma aproximação dos critérios usados pela crítica literária com os usados pela exegese cristã na busca da autoria.

Chegamos à quarta característica da função autor: a autenticidade.

Segundo Foucault, é possível que um texto seja atribuído a um autor sem ter sido produzido por ele, bem como é possível que um mesmo indivíduo seja emissor de textos que não se encaixam no conjunto de sua obra. (GRAZZIOTIN, 2013, p.29)

No desafio de identificar a autoria e o indivíduo escondidos num texto, Foucault recorre a um método usado por São Jerônimo que estabelece quatro critérios de discernimento de autoria: a) a ideia da existência de um nível constante na produção de um autor; b) uma coerência teórica, uma forma de princípio de não contradição conceitual; c) coerência e constância de estilo; d) coerência histórica, o autor é referência dos fatos históricos. Vejamos:

[...] se entre vários livros atribuídos a um autor, houver um inferior aos restantes, deve-se então retirá-lo da lista de suas obras (o autor é assim definido com certo nível

constante de valor); do mesmo modo, se alguns textos estiverem em contradição de doutrina com as outras obras de um autor (o autor é assim definido como um certo campo de coerência conceptual ou teórica); deve-se igualmente excluir as obras que são escritas num estilo diferente, com palavras e maneiras que não se encontram habitualmente nas obras de um autor (trata-se aqui do autor como unidade estilística); finalmente devem ser considerados como interpolados os textos que se referem a acontecimentos ou que citam personagens posteriores à morte do autor (aqui o autor é encarado como momento histórico definido e ponto de encontro de um certo número de acontecimentos) (FOUCAULT, 1992, p. 52-53).

O desafio da autenticidade, como já foi anunciado acima está presente e urgente em todos os âmbitos que envolvem a escrita, principalmente na esfera da educação: da básica ao ensino superior. O embate da autenticidade nas produções escolares é muito constante, por exemplo, quando alunos do ensino médio entregam seus trabalhos copiados e atribuem a si a autoria. Doravante nos indagamos, também, sobre a autoria no ensino superior. Autenticidade seria o mesmo que originalidade? Caso sejam qualidades distintas é necessário que nos perguntemos sobre o quanto as dissertações e teses têm de original e autêntico. Estar diante de uma pesquisa estritamente bibliográfica, com toda operação no uso de citações *Ipsis litteris* e identificação de suas fontes, seria estar diante de algo original, autêntico? De uma obra?

O tema em destaque é instigante. Cada afirmação vem seguida de inúmeras perguntas e muitas delas constituem aporias. O desafio da autoria impõe-se, a todos nós, de forma particular aos que estão enveredando as trilhas no vasto campo da pesquisa acadêmica. No entanto, se escrever é preciso, ser autor, muito mais! Fazemos nossas as palavras de Kohan e Larrosa:

“A experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura. Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita libertar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferentes do que vimos sendo” (LARROSA e KOHAN, 2013).

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O ponto do qual partimos nesse texto apontou para o desafio delegado à Educação: a construção da autonomia na escrita dos atores desse espaço. A relação, educação e autonomia, vista como um dilema, se justifica à medida que o cotidiano escolar, ainda, insiste em colocar a escrita como algo pesado, sem implicações políticas ou sociais – por isso podemos falar em um esvaziamento da escrita – não que ela tenha que ser sempre vinculada a uma militância político-ideológica. Somos cômicos de sua expressão estético-literária como ato desinteressado de qualquer função político-ideológica. Seria transgressor associar à escrita a dimensão do prazer, do lúdico. Urge a efetivação do discurso que aborda o ato da escrita, e a própria escrita, como ferramentas fundamentais e legítimas para o exercício da cidadania e um processo formativo e libertador. Aqui aponta-se para uma relação entre ética e escrita. Poderíamos dizer que a escrita tem conotações valorativas (axiológicas). Aliás, pensamos que existe uma relação estreita entre educação, escrita e ética. Todo ato de educar deveria, em todas as suas ações, visar a autonomia dos sujeitos, mediante o uso responsável da escrita.

A autonomia pode ser vista, por uma ótica iluminista, como a busca da liberdade, da emancipação do sujeito. Em Kant o ideal iluminista aparece definido como a saída do homem de seu estado de menoridade, escravidão, de pré-conceitos para o estado de liberdade, de poder conduzir a si mesmo, da autonomia pelo uso da razão. Mesmo

com todas as críticas que se possa fazer a esse modelo humanista de educação – a busca da autonomia humana ainda se faz necessária e urgente. Sujeitos livres podem fazer da escrita um ato *epinfânico*, não da verdade, mas das experiências que nos fazem seres únicos num mundo tão plural. A educação poderia ser um lugar para ser oportunizada a autonomia. A escrita autoral é uma ferramenta eloquente nessa difícil tarefa.

A autoria pressupõe a capacidade de ser autônomo, somente assim é possível ousar em transgredir, ou seja, ir além das linhas que definem o certo e o errado no ato da escrita, tanto na academia, como fora de seus muros. A escola não pode se eximir ou delegar a outros a tarefa da formação do escritor-autor-autônomo. É preciso que se faça do ambiente escolar um campo de possibilidades para que a semente da criatividade possa florir no ato de escrever. Nosso desafio é remover as pedras, ao longo do caminho, que inibem, deixam traumas e tolhem o prazer em nome de moralismos, censura ou coisa qualquer. À educação impõe-se o desafio de gestar projetos que se pretendam devolver ao *outro* aquilo que lhe é de direito: o poder da decisão, da liberdade, da autonomia que garanta o direito de cada um expressar o encontro que se tem com o mundo em toda sua diversidade. Faz-se necessária uma escrita mais livre, que por vezes, possa ser mais independente dos enlances econômicos e ideológicos.

A sociedade atual, configurada pelas tecnologias que ampliaram as possibilidades de acesso à cultura e à informação, traz consigo o desafio da autoria. Como educar para a recusa do plágio? Na internet os textos estão ao alcance de todos - basta alguns toques no teclado do computador. Como superar o argumento da falta de tempo como causa da recusa da escrita e da autoria?

Quem fala? De onde se fala? As provocações vistas através de Bourdieu são atuais e nos possibilitam desmistificar o poder que se

atribui às palavras. A força do discurso está condicionada às regras do jogo social, “o poder da palavra não se encontra na palavra, mas nas condições sociais a que ela se liga” (Bourdieu, 1998). É imprescindível, no âmbito da academia, pensar a função autor. Estabelecer uma justa e livre postura crítica sobre as produções acadêmicas ao: rever os temas de maior demanda e indagar sobre os porquês de sua predominância no campo acadêmico, assim como pensar, também, a força da academia no ato de instituir e/ou, legitimar discursos ditos científicos, movidos por corporativismos literários associados ao mercado editorial.

Sujeito da escrita e autor é a mesma pessoa? Pensar quem escreve é fundamental, pois nos remete à indivíduos historicamente situados, o que necessariamente não se pode afirmar de um autor. O que nos parece é que a função autor ora configura-se numa despersonalização do indivíduo, ou de outra forma, perda dos traços que definem a existência de uma subjetividade. Poder-se-ia dizer que a autoria é o gesto criador e não o sujeito da criação? Parece-nos que a autoria nem sempre revela (aponta para) a existência de um indivíduo. Por exemplo, sem levar em consideração no momento qualquer juízo valorativo, a Wikipédia¹²⁴, é uma produção coletiva, é causa de atos de criação, não há um indivíduo que possa receber o título de autor. No campo religioso, há textos que compõe a bíblia cristã que não têm como autoria um indivíduo, é fruto de uma produção coletiva – nesses dois casos: há uma sobreposição do coletivo sobre o indivíduo. Em ambos os exemplos poderíamos falar de uma morte do indivíduo enquanto autor?

Nas idas e vindas do trânsito das palavras e ideias de Foucault, buscando entender o que é um autor, guardamos a lição de que: é preciso uma escrita livre, criativa, responsável, e acima de tudo, comprometida com nosso desejo de dizer do mundo.

¹²⁴ Enciclopédia virtual construída coletivamente

6. REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BARTHES, Roland. O grão da voz. Lisboa: Edições 70, 1982.

BARTHES, Roland. O prazer do texto. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo (Orgs.). A trama do Conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. dois. ed Florianópolis, SC: Ed. da UFSC; São Paulo (SP): Cortez, 2006.

BIANCHETTI, Lucídio (Org.). Trama e texto: leitura crítica, escrita criativa. 2.ed. São Paulo: Summus, 2002. 1 v.

BIANCHETTI, Lucídio (Org.). Trama e texto: leitura crítica, escrita criativa. 2.ed. São Paulo: Summus, 2002. 2 v.

BINDÉ, J. (Coord.). *Rumo às sociedades do conhecimento*. Relatório Mundial da UNESCO. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.

EVANGELISTA, Olinda. Publicar ou morrer. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 2. ed Florianópolis, SC: Ed. da UFSC; São Paulo (SP): Cortez, 2006.

FOUCAULT, Michael. O que é um autor? Lisboa: Veja/Passagens, 1992.p.29-88

GRAZIOTIN, Paula Clarice. Escrever na educação superior: caminhos para autoria na universidade. Lages/SC, 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense, Lages/SC.

JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: EDUSP e Trajetória Cultural, 1990.

JIMENEZ, Marc. O que é estética? São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 1999.

LARROSA, Jorge e KOHAN, Walter. In: BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem. Educação democrática para um futuro humano. Tradução Rosaura Eichengerg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MARQUES, Mario Osório. Escrever e preciso: o princípio da pesquisa. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ORTEGA Y GASSET, J. *Meditações do Quixote*. São Paulo: Ibero americana, 1967.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? Revista Brasileira de Educação, v. 13 n. 38, p. 357. maio/ago. 2008.

O DISCURSO PERICIAL UBUESCO SOBRE MAURA LOPES CANÇADO

GABRIELA SIMÕES PEREIRA¹²⁵

Resumo: Este trabalho busca traçar as funções e os efeitos exercidos pelo discurso pericial psiquiátrico-psicológico no processo penal moderno a partir de um estudo de *caso*: os exames sobre Maura Lopes Cançado os quais compõem o processo judicial no qual ela foi considerada inimputável pela prática de homicídio, vindo a cumprir medida de segurança de internação. Maura Lopes Cançado é uma escritora, nascida em Minas Gerais. Transitou em diversas instituições totais psiquiátricas e transformou suas experiências de enclausuramento em temas de sua escrita, denunciando a violência do sistema asilar em saúde mental.

Palavras-chave: Loucura; Crime; Maura Lopes Cançado; Discurso pericial

INTRODUÇÃO

Maura Lopes Cançado (1929-1993) é uma escritora brasileira. Escreveu contos e poemas para o Suplemento Dominical do Jornal do Brasil entre 1958 e 1961. À época, era considerada a grande revelação da Literatura brasileira. *Hospício é Deus – Diário I*, publicado em 1965, é seu livro de maior repercussão. Maura passou sua vida transitando entre diversas instituições psiquiátricas. Em abril de 1972, internada na Casa de Saúde Dr. Eiras, foi denunciada pelo assassinato de outra

¹²⁵ Bacharel em Direito e Mestranda em História da Literatura/FURG - gabrielasimoespereira@gmail.com

interna. Considerada inimputável, foi absolvida sumariamente e “condenada” ao cumprimento de medida de segurança de internação.

Este artigo originou-se de um pequeno recorte de meu trabalho de conclusão de curso intitulado "Hospício é não se sabe o quê, porque hospício é deus: crítica às práticas asilares em saúde mental e dos discursos de verdade periciais a partir do *testemunho* e do *arquivo* de Maura Lopes Cançado", defendido em 2015, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande, sob a orientação do prof. Dr. Salah H. Khaled Jr. Faço esta ressalva para, além de dar crédito à sua origem, esclarecer que este trabalho compõe outro de maior fôlego, no qual faço a apreciação da obra literária de Maura Lopes Cançado, *Hospício é deus - Diário I*, sob o viés da literatura de testemunho (AGAMBEN, 2008; SELIGMANN-SILVA, 2003). Devido ao número limitado de laudas, neste artigo não entrarei em discussões densas ou propriamente literárias ou biográficas; aqui, restrinjo-me à análise do *arquivo* sobre Maura.

Esta pesquisa objetiva a análise dos laudos psicológico-psiquiátrico sobre Maura, presentes no processo penal que apurou o possível homicídio imputado a ela, buscando fixar as funções e os efeitos de poder do discurso psiquiátrico-psicológico sobre o processo penal e, ao cabo, sobre a vida humana submetida ao rito processual.

1. Cenas de uma morte anunciada

No dia 11 de abril de 1972, Maura Lopes Cançado é internada na Casa de Saúde Dr. Eiras por seu filho, Cesário. Nesse dia, recolhe-se às vinte horas e trinta minutos. Por volta das vinte e três horas e quarenta minutos, Maura vai até o consultório médico e encontra a servente preparando um lanche. Informa-lhe que acabara de matar outra interna¹²⁶ A servente desloca-se até a enfermaria e se depara com uma paciente

¹²⁶ Ver Figura 1 – Relatório do delegado.

morta, com o rosto encoberto por um lençol. Conforme descrição do delegado encarregado do inquérito (segue o documento): “a vítima trata-se de Maria das Graças Queiróz, bras., parda, 19 anos, nat. do Estado da Paraíba (...) que ali achava-se internada desde 4/4/72 e em estado de gestação no quarto mês”¹²⁷

O representante do Ministério Público denuncia Maura pela prática de homicídio doloso depois de transcorrido mais de um ano da data do fato. A causa da morte, conforme a denúncia, foi asfixia por estrangulamento, com a utilização de uma tira de pano rasgada de um lençol. A denúncia foi recebida em 25 de dezembro de 1973 pelo juiz do 2º Tribunal do Júri, da 26ª Vara Criminal, da cidade do Rio de Janeiro, no antigo Estado da Guanabara.

Durante a instrução processual, a motivação do crime, obscuro e enigmático, é o que merece maior atenção. Maura apresenta, pelo menos, três versões do ocorrido, além das versões construídas pela memória das enfeiras e do médico. Em 9 de julho de 1974 ocorre a oitiva de testemunhas. O médico Manoel Veloso, na qualidade de testemunha da acusação, relata uma versão da história:

que na oportunidade conversou com a acusada que lhe confessou após diversas alternativas a autoria do crime; que segundo ela teria cometido o crime a fim de [*trecho ilegível*] a sua transferência para o Manicômio Judicial que na mesma ocasião a acusada dizia não se lembrar do que ocorrera; que em outras oportunidades lamentou o fato e que ele lhe teria estragado a vida¹²⁸.

Em 27 de junho de 1974, Maura é interrogada. Declarou “não saber

¹²⁷ Figura 1 – Relatório do delegado.

¹²⁸ Figura 2 – Oitiva de testemunhas.

o local de sua residência”, assim como “não saber nem assinar o nome”¹²⁹. Em seu interrogatório, Maura narra três versões sobre o ocorrido que se complementam em parte; embora também se contradigam. Na primeira, Maura assume a autoria:

que a interrogada estava cansada de ter que fazer apenas o que os outros queriam; que bastava discordar para ser internada em um Manicômio; que a interrogada se achava as voltas com milhares de problemas em que o seu filho que lhe dava uma certa assistência suspende inesperadamente e a internou na Casa de Saúde Dr. Eiras; que quando se viu naquela casa de saúde que odiava, viu que o único jeito [*sic*] de ser vista mehl [*sic*], digo, melhor era cometer um crime que entendia que assim o fizesse seria levada para uma cadeia onde viveria as custas [*sic*] do Estado; que passou então a procurar a vítima; que não queria matar uma daquelas mulheres que como ela se achava internada, pois nada tinha contra qualquer delas; que no dia do fato encontrou a vítima com o rosto coberto e a vítima então perdeu para ela a identidade e rasgou o lençol e estrangulou a vítima¹³⁰.

A segunda versão não seria propriamente contraditória em relação a primeira, mas desta difere quanto à motivação. Se na primeira versão Maura diz que matou a interna porque queria sair da Casa de Saúde, a qual detestava, e ir para a prisão; na segunda versão, Maura elege um objetivo, podemos dizer, político para o ato: “que objetivamente matou uma mulher mas simbolicamente o que pretendia era matar uma estrutura, um sistema”¹³¹. Na terceira versão contada, no mesmo interrogatório, Maura nega a autoria: “que no dia do crime a interrogada viu duas mulheres brigando e uma delas matou a outra e pois-e [*sic*] a chorar; que a interrogada disse que assumiria a autoria do crime, pois

¹²⁹ Figura 3 – Interrogatório de Maura.

¹³⁰ Figura 3 – Interrogatório de Maura.

¹³¹ Figura 3 – Interrogatório de Maura.

desejava dali sair para a cadeia”¹³².

Apesar das versões contraditórias apresentadas por Maura, desde o inquérito até a instrução processual, em nenhum momento se questiona a autoria do crime. Procura-se, sim, encontrar um motivo para o fato, torná-lo explicável, apesar de já ter sido atribuído à Maura desde o princípio. Outro fato incontestável é a qualificação de Maura como “doente mental”, ou “débil mental” – como se referiu o delegado: no relatório do delegado, assim está escrito: “Homicídio doloso – praticado por débil mental”¹³³. A sua condição de interna em um hospital psiquiátrico tornou incontestável a existência de alguma patologia, cabendo aos peritos apenas confirmar e classificar o que já era evidente.

Durante os dois anos transcorridos entre o fato e a sentença do juiz, Maura foi internada em diversos hospitais e encaminhada para tantas outras prisões. Após o homicídio, Maura continuou internada na casa de Saúde Dr. Eiras, apesar da oposição da diretoria da Casa que buscava meios de transferir Maura “para outro local que seja adequado à sua periculosidade e situação jurídica”¹³⁴.

Em novembro de 1973, o laudo de criminalística e o exame de sanidade mental foram finalizados e entregues ao juiz da causa. Diante da conclusão dos peritos acerca da “loucura” de Maura e, por consequência, de sua inimputabilidade, foi expedido mandado de prisão para que Maura fosse encaminhada para um manicômio judiciário. Porém, inexistia, no Estado da Guanabara, manicômio judiciário para mulheres. Desde então, Maura foi transferida de alas femininas de presídios para hospícios, e vice-versa.

Durante sua permanência na Penitenciária Lemos de Brito, Maura

¹³² Figura 3 – Interrogatório de Maura.

¹³³ Figura 1 – Relatório do delegado.

¹³⁴ Figura 4 – Ofício da Casa de Saúde Dr. Eiras para 10ª delegacia distrital/RJ.

recebeu visitas da jornalista Margarida Autran que publicou uma matéria sobre Maura no jornal *O globo*, em 1978. Esse texto tornou-se o posfácio da terceira e última edição de *Hospício é Deus – Diário I*, pelo *Círculo do Livro*, em 1991. A narrativa de Margarida Autran é aterradora:

A tensão foi forte demais: há duas semanas, em seguida a uma insuportável dor de cabeça, a escritora Maura Lopes Cançado acordou cega do olho esquerdo, como pouco antes já havia acontecido com o direito. Cega, presa num cubículo de um metro imundo e infestado de percevejos, abandonada pelos amigos, esquecida pelos que a apontaram como melhor escritora de 68 por seu livro “O sofredor do ver”, ela é um ser humano em desespero. Física e psiquicamente doente, desnutrida, olhos e dentes exigindo cuidados imediatos, sem nenhum tratamento psiquiátrico, da Maura que surgiu como revelação no “Suplemento dominical do Jornal do Brasil”, em 58, resta apenas a desconcertante lucidez e a surpreendente inteligência. Vítima do sistema psiquiátrico que ela própria foi das primeiras a denunciar em seu romance de estreia, “Hospício é deus”, lançado em 65, Maura Lopes Cançado está hoje irregularmente detida no Hospital Penal da Penitenciária Lemos de Brito (AUTRAN *in* CANÇADO, 1991, p. 185).

Na terceira visita de Autran, a descrição da situação de Maura é ainda mais aterradora:

Terceira visita. O cubículo está cheio de lixo, pontas de cigarro por toda a parte, tudo está em desordem e malcheiroso, moscas sobrevoam as canecas de café frio onde boiam formigas. Sobre a cama desalinhada, fronha e lençóis imundos, Maura me recebe descabelada, de camisola, toda angústia. Está cega.

– Você não sabe o que é ficar cega, o medo que a gente tem. Um troço infernal. Não tomo mais banho, com medo

de pegar o sabão e ser um bicho. Não consigo dormir com medo de que joguem um rato pela janela. Coloco em suas mãos um sanduíche que trouxe da rua. Ela o devora apressada, faminta.

– Não como mais a comida daqui. Outro dia me trouxeram uma comida podre, a carne cheia de bichos e fedorenta. Me chamam de “madame”, “minha tia”, “minha vó”. E disseram também “é presa, tem que comer escarrado, comida cuspida”. Não posso mais comer. Tenho medo. Senti gosto de amoníaco no café (AUTRAN *in* CANÇADO, 1991, p. 185).

A peregrinação de Maura entre manicômios e prisões demonstra a ambígua figura do louco-criminoso, localizada no limiar entre o direito e a medicina, lugar em que as figuras do médico e do juiz se encontram e, também, invertem-se.

2. O limiar entre a instituição judiciária e os saberes psiquiátrico e psicológico: os laudos sobre Maura Lopes Cançado

O resultado dos exames médicos ou psicológicos é a criação de um arquivo, um conjunto de anotações escritas sobre certa individualidade: *“O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário”* (FOUCAULT, 2010, p. 181, grifado no original). O exame captura e registra a vida, tornando-a um caso em análise. Sua escrita, em terceira pessoa, formal e estatutária, torna o exame próximo aos apontamentos administrativos:

O exame que coloca o indivíduo num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda sua quantidade de documentos que os capturam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um

“poder de escrita” é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa (FOUCAULT, 2010, p. 181).

As técnicas de documentação do exame permitem que cada indivíduo seja visto como um caso: “um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder” (FOUCAULT, 2010, p. 183). O indivíduo do *caso* é aquele que pode ser medido, comparado, treinado, normalizado, classificado. O exame se mostra também como processo de objetificação e sujeição, trazendo à tona o poder político de sua escrita.

Segundo Foucault, os exames psiquiátricos e psicológicos, no contexto do poder judiciário, são discursos que possuem três propriedades. Primeiro, eles podem determinar – e determinam – uma decisão judicial que disporá sobre ou a liberdade ou a detenção de uma vida. Isso significa, no limiar das nossas práticas penais, um poder sobre a vida e a morte de outrem (FOUCAULT, 2002, p. 08). Segundo, são discursos de verdade que operam na instituição judiciária. Discursos de verdade “porque discursos com estatuto científico, ou como discursos formulados, e formulados exclusivamente por pessoas qualificadas, no interior de uma instituição científica” (FOUCAULT, 2002, p. 08). E, terceiro, são discursos de verdade, com estatuto científico, que têm o poder de vida e de morte e, ao mesmo tempo, devido à sua expressão pueril e manifesta moralidade, fazem rir.

Os efeitos de poder dos exames psiquiátricos sobre a determinação dos termos da decisão judicial podem ser vistos, conforme Foucault, como uma *quase-restituição* ou uma *pseudo-restituição* da prova legal no processo penal moderno (2002, p. 13). Obviamente, não se trata do ressurgimento da aritmética das provas. Mas, sim, refere-se ao fato de os discursos dos peritos terem valores demonstrativos e estatuto científico

que lhes conferem certa supralegalidade.

O estatuto de supralegalidade concedido ao exame psiquiátrico demonstra o contrassenso do processo penal moderno, hipoteticamente, estruturado pelo princípio da convenção íntima do juiz. Esse princípio exige que todas as provas sejam apresentadas ao julgador. Ele deve sopesá-las segundo sua consciência orientada por regras hermenêuticas. Entretanto, o caráter supralegal do exame – ou seja, seu valor de verdade “superior” a qualquer outra prova devido ao estatuto científico de quem enuncia o discurso – impossibilita que outras provas sejam consideradas. Ao fim, podemos dizer que o exame pericial condiciona a decisão judicial, transformando o processo em um texto tautológico.

Nesse limiar em que se situa o exame, no local onde se encontram a instituição judiciária e o saber médico e psicológico, são formulados enunciados sobre os fatos que possuem efeitos judiciais significativos (p. ex.: o encarceramento, a inimputabilidade). Porém, esses enunciados têm a estranheza de ser alheios tanto às regras de formação do discurso científico médico ou psicológico quanto às regras do direito (FOUCAULT, 2002, p. 14-15). O exame funda um lugar que não é nem o do saber médico, nem o da justiça.

Aquilo que caracteriza o discurso do exame, no território da justiça, é o seu caráter grotesco ou *ubuesco*, conforme denominou Michel Foucault (2002, p. 15). É Ubu que torna o exame risível. O adjetivo *ubuesco* tem sua origem no título da peça teatral de A. Jarry, de 1896: Ubu rei. Diz respeito ao caráter absurdo, caricato, ou seja, grotesco. Foucault qualifica o discurso dos exames psiquiátricos e psicológicos, perante a instituição judiciária, como *ubuesco* devido ao fato de ele parodiar o discurso científico, desqualificando quem enuncia o discurso pelo odioso, pelo infame, pelo ridículo:

Em sua ponta extrema, onde ela se dá o direito de matar, a justiça instaurou um discurso que é o discurso Ubu, faz Ubu falar doutamente. Para dizer as coisas de maneira mais solene, digamos o seguinte: o Ocidente, que sem dúvidas desde a sociedade, desde a cidade grega, não parou de sonhar em dar poder ao discurso de verdade numa sociedade justa, finalmente conferiu um poder incontrolado, em seu aparelho de justiça, à paródia, e à paródia reconhecida como tal do discurso científico (FOUCAULT, 2002, p. 18).

O exame constitui-se de um discurso enunciado por um perito, por alguém que foi chamado a enunciá-lo exatamente porque possui o *status* de cientista. Ao mesmo tempo, é um discurso que envergonha a ciência pois distancia-se dela¹³⁵: o exame psiquiátrico constitui o suporte do conhecimento igual a zero. Sua linguagem é a da moralidade, equivalendo-se à linguagem dos pais aos filhos, por isso ele é pueril. Ele é risível porque é um discurso do perigo, da perversidade. Essas são *categorias elementares da moralidade* (FOUCAULT, 2002, p. 44) e nada dizem sobre a patologia ou sobre a responsabilidade penal do autor.

Segundo Foucault, o fato de o exame, no contexto judiciário, não guardar relação como o conhecimento científico da psiquiatria ou da psicologia não merece tanta relevância. O que deve ser exposto é a relação entre o discurso ubuesco do exame e a sua contribuição para a expansão do poder punitivo e a legitimação das técnicas de

¹³⁵ “No que concerne ao exame psiquiátrico em matéria penal, se o tomarmos em suas origens históricas, isto é – digamos para simplificar –, a partir dos primeiros anos de aplicação do Código Penal (os anos 1810-1830), ele era um ato médico, em suas formulações, em suas regras de constituição, sem seus princípios gerais de formação, absolutamente isomorfo ao saber médico da época. Em compensação, agora não conheço nenhum médico, conheço poucos psiquiatras, que ousariam assinar textos como os que acabo de ler. Ora, se eles se recusam a assiná-los como médicos ou mesmo como psiquiatras em sua prática corrente, e se são no final das contas esses mesmos médicos e psiquiatras que aceitam elaborá-los, escrevê-los, assiná-los na prática judiciária, vocês hão de compreender que temos aí um problema” (FOUCAULT, 2002, p. 29-30)”

normalização do indivíduo: “O essencial é que ele permite situar a ação punitiva do poder judiciário num *corpus* geral de técnicas bem pensadas de transformação dos indivíduos” (FOUCAULT, 2002, p. 23).

Em seu curso no Collège de France, entre 1974-1975, que deu origem à publicação de *Os anormais*, Foucault objetivava fazer uma arqueologia da tecnologia de poder que se utiliza, por exemplo, do discurso ubuesco do exame; isso é: o poder de normalização. Importava, então, estudar os efeitos de poder produzidos pelo discurso ubuesco do exame e, de que forma, esses efeitos auxiliam na expansão do poder de punir. Foucault destaca três funções do discurso Ubu psiquiátrico e psicológico, no contexto judiciário.

Sua primeira função é dobrar o delito como criminalidade. Significa dizer que o exame permite dobrar o delito, pois o torna não apenas o fato tipificado em lei, mas uma série de outros pequenos desvios, comportamentos e maneiras de ser do autor do crime que, por meio do discurso Ubu, são apresentados como causas do delito. Para tornar o crime compreensível, o perito precisa encontrar, nos dados biográficos de seu autor, desvios morais ou perversões que revelem sua natureza criminosa, sua predisposição para cometer o crime. O que a prática judiciária punirá, com o auxílio do exame, não é o fato, mas o delito dobrado por uma biografia infame (FOUCAULT, 2002, p. 19). Vejamos como ocorre no *caso* de Maura:

Sobressaem de forma saliente, no contexto da personalidade da paciente, e elemento encontrados à saciedade na sua curva biográfica, as desordens da afetividade, dos instintos, do temperamento e do caráter [sic]. Estas desordens da personalidade da periciada estão muito bem caracterizadas e traduzidas na conduta assumida ao longo da vida, onde se encontra as mais variadas formas de reação psicopática [sic] e onde destaca-se a irresponsabilidade; a mentira e a

insinceridade; a ausência de remorso ou de vergonha; o comportamento antisocial [sic] sem constrangimento aparente; o senso crítico falho e a deficiência de aprender pela experiência; o egocentrismo patológico e incapacidade de amar; a pobreza geral das reações afetivas; a perda da capacidade de discernimento; a indiferença em relações interpessoais gerais; o comportamento extravagante e desagradável; as ameaças e tentativas de suicídio raramente levadas a efeito; à impulsividade; a agressividade; a violência; a sexualidade precoce e as perversões sexuais¹³⁶.

O exame possibilita colar no delito noções como: “imaturidade”, “personalidade pouco estruturada”, “má apreciação do real”, “orgulho”, “desequilíbrio emocional” (FOUCAULT, 2002, p. 20); e, como citado no exame de Maura: “irresponsabilidade”, “insinceridade”, “comportamento antissocial”, “senso crítico falho”, “incapacidade de amar”, “egocentrismo patológico”. Essas descrições da personalidade permitem repetir tautologicamente a infração para inscrevê-la e constituí-la como traço individual. Também possibilitam deslocar o nível da realidade da infração, isso porque a punição não será tão somente direcionada à infração de uma lei, mas à infração de regras morais. A punição será direcionada à correção de uma vida infame, cuja biografia dá testemunho do desrespeito às regras de ordem moral, psicológica e, até mesmo, fisiológicas.

No exame, a infração de Maura passa a ter origem em pequenos desvios morais, sendo que sua *curva biográfica* demonstra sua propensão ao crime:

A curva biográfica da periciada eivada de atitudes as mais caprichosas, extravagantes, exdruxulas [sic], amorais, extrapola já de uma constituição psicopática tão somente [sic], mas alteram o mundo dos valores divorciados da

¹³⁶ Figura 5 e 6 – Partes I e II do Exame psíquico.

realidade, evidenciando a existência de núcleos psicóticos profundos, capazes de desvirtuar o valor ético ou moral, prenunciadoras de um processo Esquizofrênico larvado, eis que o caráter insólito do comportamento não mostra ressonância na proporcionalidade, nem lhe trazem nenhum proveito¹³⁷.

Logo, o exame possibilita que a punição recaia sobre a pessoa, e não sobre o fato, fazendo renascer o *direito penal do autor*. Para tanto, o perito apresenta ao juiz um personagem desajustado, que nunca conseguiu se integrar socialmente, extravagante, que age em desacordo com regras morais: Maura e sua “atitudes as mais caprichosas, extravagantes, exdruxulas [*sic*], amorais”. Esse personagem carrega consigo a potência do crime que, enfim, materializou-se. E, devido à sua periculosidade, pode se materializar novamente. É o que notamos no exame de Maura: “A atuação da paciente ao longo da sua curva de vida é tão defeituosa, que impediu uma adaptação psicossocial adequada, indo das extravagâncias de comportamento ao crime”¹³⁸. Nas palavras de Foucault:

no final das contas, quem vai ser condenado não é a pessoa: é esse personagem incapaz de se integrar, que gosta de desordem, que comete atos que vão até o crime. E, quando digo que esse personagem é que foi efetivamente condenado, não quero dizer que no lugar de um culpado ter-se-á, graças ao perito, condenado um suspeito (o que é verdade, claro) mas quero dizer mais. O que, em certo sentido, é mais grave é que, no final das contas, mesmo se o suspeito em questão é culpado, o que o juiz vai poder condenar nele, a partir do exame psiquiátrico, não é mais precisamente o crime ou o delito. O que o juiz vai julgar e o que vai punir, o ponto sobre o qual assentará o castigo, são precisamente essas condutas irregulares, que terão sido propostas como a causa, o

¹³⁷ Ver figura 7 – Parte III do exame psíquico.

¹³⁸ Ver figura 7 – Parte III do exame psíquico.

ponto de origem, o lugar de formação do crime, e que dele não foram mais do que o duplo psicológico e moral (FOUCAULT, 2002, p. 22)

A segunda função do exame psiquiátrico ou psicológico judiciário é dobrar o autor do crime com esse personagem que corresponde à figura do delinquente, em voga desde o século XVIII. Trata-se da hipótese etiológica-evolucionista do *homo criminalis*, desenvolvida por Lombroso, Ferri, Garófalo e Fioretti: um ser com aparência de humano, mas cuja natureza traz a potência criminosa.

Segundo Foucault, o exame não busca, efetivamente, determinar o estado de (in)sanidade mental do autor do crime e verificar sua responsabilidade penal. Em contraposição, o exame tem por função buscar os antecedentes biográficos que expliquem o delito e justifiquem o direito de punir, não a infração, mas a infâmia. O que o exame objetiva é “reconstruir a série do que poderíamos chamar de faltas sem infrações, ou também de defeitos sem ilegalidade. Em outras palavras, mostrar como o indivíduo já se parecia com seu crime antes de ter cometido” (FOUCAULT, 2002, p. 24).

O desenho da vida infame do personagem delinquente, repleta de irregularidades e incorreções, não evidencia uma patologia. O exame traz à tona uma série de desvios de personalidade parapatológicos e não ilegais. Ele aponta defeitos morais: “Porque, no fim das contas, essa série é a prova de um comportamento, de uma atitude, de um caráter, que são moralmente defeitos, sem ser nem patologicamente doenças, nem legalmente infrações” (FOUCAULT, 2002, p. 25).

A explicação para o crime imputado a Maura, ou a origem de seu desejo pelo crime, encontra-se desde sua infância, no abuso sexual padecido, na deficiência de socialização, o que foi agravado durante a adolescência, com a violência doméstica suportada, a imaturidade para a maternidade, sua inadaptação social, etc. Nessa série de incorreções biográficas parapatológicas e não ilegais, o sujeito do delito é inscrito na

forma do desejo. O desejo pelo crime. Também podemos ver esse discurso de moralização no exame de Maura:

Verifica-se do estudo direto da paciente, do minucioso levantamento biográfico, da pesquisa [sic] a todas as fontes de informação, das provas psicológicas aplicadas, trata-se de uma personalidade com características de onipotência, narcisista, exibicionista e egocêntrica. Incapaz de julgar sua própria conduta, e mesmo quando inadequada ou hostil ao meio social está satisfeita com ela, carecendo de propositos [sic], objetivos e de perspectivas; tendo um deficiente sentido de realidade; exigindo a satisfação imediata dos seus desejos; estabelecendo muito escassas relações emocionais ou laços afetivos estáveis; as suas necessidades instintivas não se adaptam as necessidade sociais, só se adaptando aos ambientes que pode dominar; com surpreendentes irregularidades em suas capacidades e inconseqüências na conduta, inclusive na infância, onde demonstrou já, àquela época, sinais de desadaptação emocional e traços nocivos da personalidade. Vê-se que sua personalidade é dominada por impulsos incoercíveis básicos e primitivos, a ponto de excluir a conduta racional; suas respostas aos estímulos, é caracterizada pela imaturidade emocional, pela resposta impulsiva espontânea. A atuação da paciente ao longo da sua curva de vida é tão defeituosa, que impediu uma adaptação psicossocial adequada, indo das extravagâncias de comportamento ao crime.¹³⁹

Para o discurso Ubu dos peritos, Maura desejava o crime, devido à sua maldade, à sua natureza delinquente. O estabelecimento dessa série parapatológica e não ilegal tem por objetivo fugir do questionamento sobre a responsabilidade do agente do delito, construindo ao redor do personagem delinquente uma zona de indiscernibilidade jurídica:

¹³⁹ Ver figura 6 – Parte II exame psíquico, grifos nossos.

Vai se construir, junto com suas irregularidades, suas ininteligências, seus insucessos, seus desejos incansáveis e infinitos, uma série de elementos a propósito dos quais a questão da responsabilidade não pode mais ser formulada ou nem sequer pode ser formulada, porque, no fim das contas, nos termos dessas descrições, o sujeito fica sendo responsável por tudo e responsável por nada (FOUCAULT, 2002, p. 25).

A terceira e última função do exame judiciário corresponde, principalmente, a dois desdobramentos. Primeiro, a criação de um médico-juiz: o perito se torna o juiz da causa. Ele tem o poder de construir o personagem sobre o qual recairá a culpa – apensar de não recair a culpabilidade – e a punição normalizadora: “Descrever seu caráter de delinquente, descrever o fundo das condutas criminosas ou paracriminosas que ele vem trazendo consigo desde a infância, é evidentemente contribuir para fazê-lo passar da condição de réu ao estatuto de condenado” (FOUCAULT, 2002, p. 27).

Segundo, em contraponto ao primeiro desdobramento: a criação de um juiz-médico. Construído o personagem infame, o juiz não punirá a infração. O direito penal lhe permite impor ao indivíduo medidas terapêuticas, de tratamento, de readaptação social. Assim, no lugar do discurso punitivo, o exame permite ao juiz enunciar um discurso medicinal em favor da cura (FOUCAULT, 2002, p. 29).

Conforme Michel Foucault, o exame psiquiátrico e psicológico judiciário substitui a exclusão existente até o século XIX entre o discurso médico e o discurso judiciário ao criar um *jogo da dupla qualificação médica e judiciária* (2002, p. 41). A noção de *perversidade*, que aparece na segunda metade do século XIX, propicia essa *dupla qualificação* e dá origem a outros termos também ubuescos, pueris e morais, que compõem o discurso dos peritos.

São as noções como a de perversidade que concedem expressão pueril ao discurso dos peritos. E a puerilidade do discurso tem uma função precisa: permite criar uma ponte que ligue as categorias jurídicas penais, as quais pretendem punir apenas as ações culposas ou dolosas, às categorias médicas, tais como “imaturidade”, “debilidade do Eu”, de “não desenvolvimento do superego”: “As noções de perversidade, colocadas em termos pueris, permitem pôr noções médicas para funcionar no campo do poder judiciário e, de modo oposto, as noções jurídicas no campo da medicina” (FOUCAULT, 2002, p. 41).

Ao lado da perversão, a noção de perigo constitui o núcleo teórico do exame médico-legal: “É para o indivíduo perigoso, isto é, nem exatamente doente nem propriamente criminosos, que esse conjunto institucional está voltado” (FOUCAULT, 2002, p. 41). No fim, o perito não se preocupa com a patologia, nem com a responsabilidade e a culpabilidade do autor do crime. Ele precisa diagnosticar a periculosidade do agente. O discurso psiquiátrico e psicológico judiciário é construído em torno do problema do perigo social, por isso é também um discurso do medo e da moralização: “é um discurso infantil, é um discurso cuja organização epistemológica, toda ela comandada pelo medo e pela moralização, não pode deixar se der ridícula, mesmo em relação à loucura” (FOUCAULT, 2002, p. 41),

No *caso* de Maura, podemos observar todas as três funções do exame: dobrar o delito com a criminalidade; dobrar o autor, criando um personagem, com a figura do delinquente; e inverter os papéis do médico e do juiz. No fim, não é Maura quem foi “absolvida impropriamente”, ou melhor, condenada à medida de segurança, nem se questionou sobre o crime e a responsabilidade penal, muito menos sobre a patologia de Maura. Uma personagem criada pelo discurso Ubu do perito foi condenada devido suas perversidades e sua “curva biográfica” defeituosa que levou – e levará de novo –, inevitavelmente, ao delito.

“Personalidade com características de onipotência, narcisista, exibicionista e egocêntrica”, “incapacidade de julgar sua própria conduta”, “conduta inadequada ou hostil ao meio social”, “deficiente sentido de realidade”, “escassas relações emocionais ou laços afetivos estáveis”, “irregularidades em suas capacidades”, “inconsequências na conduta”, “desadaptação emocional”¹⁴⁰. Toda essa lista de definições decalcada do discurso pericial, todos esses “impulsos que marcaram, não só a vida da periciada, como a ação delituosa¹⁴¹”, deixam claro que o exame busca, na biografia de Maura, assentar a origem no crime e da propensão à criminalidade, dobrando a infração com o duplo psicológico e moral.

No fim, não se pune o crime, mas o perigo social que denota esse personagem infame que é o delinquente, cuja vida é uma série de anomalias morais. Esse papel Maura representou a contento: “Por tudo que foi exposto, os peritos chegaram ao entendimento de que Maura Lopes Cançado, não possui desde há muito, capacidade de entendimento e determinação, em virtude de doença mental”. No *caso* de Maura, o juiz assume o papel terapêutico do médico, enquanto o médico instrui o processo. O médico, por meio da perícia, ao fim, compõe e determina a decisão judicial, a ser repetida, tautologicamente, pelo juiz: “A absolvição da ré, no entanto, é um imperativo legal, visto como se trata de personalidade psicopática epileptóide, incapaz, por sua debilidade mental, de entender o caráter criminoso do fato que praticou (Cf. laudo de f. 90 a 9)”. Não é necessário analisar as provas, pois os exames são conclusivos; logo, o juiz apenas referencia a página na qual podemos encontrá-los.

Por outro lado, ao assumir o papel do médico, ao juiz é dado o privilégio discursivo de aplicar a medida de segurança: “Imponho à ré a

¹⁴⁰ Ver figuras 5, 6 e 7 – Parte I, II e III do exame psíquico.

¹⁴¹ Ver figura 6 – Parte II do exame psíquico.

medida de segurança de internação em manicômio judiciário pelo prazo mínimo de seis anos”.

Em abril de 1980, a medida de segurança imputada a Maura atingiu seu prazo final. Assim, foi realizado o exame de cessação de periculosidade. Os peritos recomendaram a concessão de liberdade vigiada, com duração de um ano, e que Maura permanecesse sob responsabilidade de seu filho. Dessa forma, Maura desistitucionalizou-se e passou a residir em Laranjeiras/RJ, em um apartamento alugado por seu filho (SCARAMELLA, 2010, p. 55).

Transcorrido um ano em que Maura permaneceu em liberdade vigiada, seu advogado solicitou a extinção da medida de segurança. O juiz não acolheu o pedido. Maura faleceu em dezenove de dezembro de 1993, em decorrência de doença pulmonar crônica. Ela ainda permanecia, sob o ponto de vista jurídico, em liberdade vigiada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos neste trabalho foi analisar o laudo psicológico-psiquiátrico sobre Maura Lopes Cançado, presentes no processo penal no qual a escritora foi considerada inimputável pela prática de homicídio contra outra asilada.

Expomos que os exames psiquiátrico-psicológicos, no contexto do poder judiciário, são discursos que podem determinar uma decisão judicial devido a sua suprallegalidade. Em última análise, o discurso pericial que dispõe sobre ou a liberdade ou a detenção de uma vida. Também concluímos que tais exames são discursos de verdade, com estatuto científico, que operam na e para a instituição judiciária. E, por último, apenas do poder sobre a vida e a morte e seu estatuto científico, os exames fazem rir, em decorrência de seu caráter *ubuesco* e por ser um discurso da perversão e do perigo (*categorias elementares da*

moralidade).

A partir da análise do discurso dos peritos sobre Maura, é possível perceber as funções e os efeitos de poder do discurso *ubuesco* psiquiátrico-psicológico sobre o processo penal. O exame dobrou o delito com a criminalidade, tornando o suposto delito de Maura não apenas o fato tipificado em lei, mas uma série de outros pequenos desvios que, por meio do discurso Ubu, são apresentados como causas do delito. Além disso, o exame possibilitou dobrar Maura com a figura do louco-criminoso, criando um personagem que agiu por maldade, por perversão, por imoralidade. Por último, o discurso pericial inverteu os papéis do médico e do juiz, concedendo ao magistrado a benesse de não condenar Maura, mas sim de “curá-la”.

Encontramos nos laudos periciais sobre Maura a biografia de uma vida infame, uma “curva biográfica defeituosa”. A partir de suas incorreções biográficas parapatológicas e não ilegais, o louco-criminoso é inscrito na forma do desejo pelo crime, do *homo crimilalis* a ser vigiado em nome do controle social

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. (Homo Sacer III). Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AUTRAN, Margarida. Ninguém visita a interna do cubículo 2 (Posfácio) In CANÇADO, Maura Lopes. *Hospício é Deus: diário I*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- CANÇADO, Maura Lopes. *Hospício é Deus: diário I*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCARAMELLA, Maria Luisa. *Narrativas e sobreposições: notas sobre Maura Lopes Cançado*. Tese de doutorado. Campinas, SP, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000479398>; Acessado em 24 de novembro de 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Márcio Seligmann-Silva (org.). Campinas: São Paulo, 2003.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relatório do delegado

10ª. Delegacia Policial
Serviço de dia 11 p/ 12 de abril de 1972 -terça e quarta 1972
Comissário de Dia Paulo Rodrigues
Registro nº. 1722 - livro 93 -impr - fis. 169 e v.

FOLHA 4

HOMICÍDIO DOLORO e PRATICADO POR DORIL MENTAL.

Às 0,50 horas o Médico do plantão na Casa de Saúde "T. Sires, Dr. Fernando Correa Pires, bras. 29 anos, inscrito / no Conselho Regional de Medicina sobre o número 12686, comunicou que na Enfermaria Triagem Psiquiátrica, uma doente usando um pedaço de pano cobriu a sua cabeça de escuridão, o fato ocorreu às 0,40 minutos, sendo ela MAURA LOPES CANHADO, bras, branca, salt., com 40 anos, nat. de Minas Gerais, filha de José Lopes Canhado, digo, Canhado e de Afância Alves da Silva, func. pública, residente na rua Humberto de Campos 942 aptº. 303, que declarou ao comunicante, que assim procedeu porque quer ir para o Manicômio Judiciário, a vítima trata-se de MARIA LEM GRUÇA QUEIROZ, bras., brada, 19 anos, nat. do Estado da Paraíba, filha de Antônio da Conceição Queiroz e Ana Conceição Queiroz, salt. com 19 anos, residente na rua Cristiana Machado nº lote 33, s. 2 - Jardim Américo, que ali achou-se internada desde 4/4/72 e em estado de gestação no quarto mês. As enfermeiras Maria do Carmo Dias e Melvina Colzamas Alves, foram a portadoras da notícia ao comunicante, dizendo, que a enferma MAURA, sofre de um enfraquecimento indo a outra próxima e praticado o crime. -Solicitei o Instituto de Criminalística, compareceu o perito DR. Benedito e a reunião do cadáver para o I.M.L. com guia nº. 59. Foi entregue ao Cartório do objeto umdo, digo, utilizado para o crime - uma tija de tecido branco.

ASSINHA: Instaura-se inaudrito. Solicitei-se o laudo cadavérico como também o pericial. Rio, 12/4/72. Ass. Dr. Nello Costa de Assis Mascarenhas Delegado Adjunto.

Conf. c/ orig. JAC. 74.670

Figura 2 – Oitiva de testemunha da acusação: Manoel Veloso

[illegible]

Figura 3 – Depoimento de Maura

[illegible]

Figura 4 – Ofício da Casa de Saúde Dr. Eiras para 10ª delegacia distrital/RJ

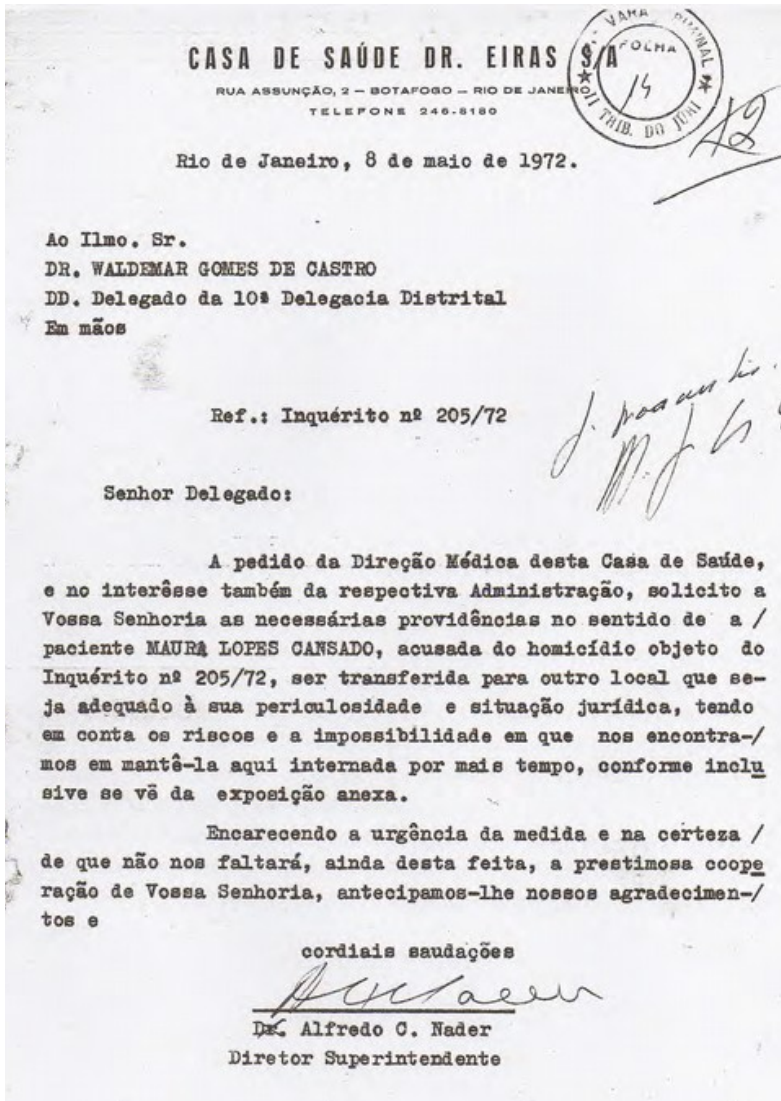




Figura 5 – Parte I exame psíquico



MINISTÉRIO DA SAÚDE
HOSPITAL JUDICIAL DE NITERÓI

FLA. - 16

- EXAME PSÍQUICO -



A paciente vem ao exame trajando vestes próprias e atuais, com os cabelos penteados, discretamente maquiada, evidenciando alinco e cuidados bem femininos pela sua aparência pessoal. Apresenta-se em estado de clareza da consciência e está orientada auto e aleloiquicamente. Mostra, nas várias entrevistas mantidas com os peritos, um elevado grau de ansiedade, eis que não se mantém sentada tranquilamente à cadeira, de onde levanta-se a todo instante, movimentando-se angustiadamente pela sala, cruzando e decruzando as pernas, e fumando incessantemente. A atenção é vigilante e voluntariamente dirigida.

Nos processos mentais encontram-se lacunas da memória que estão provavelmente, relacionadas com os episódios psicóticos, determinantes de suas muitas interrogações. A atitude externa fora a ansiedade manifesta, é respeitosa, de colaboração, mas salta a evidência, no relato de sua curva vital, a necessidade de teatralizar os acontecimentos, de chamar a atenção sobre si mesma, de tornar-se o centro das atenções e dos acontecimentos, tudo revestido de um colorido histeriforme. A linguagem verbal é expressada através uma atividade discursiva fácil, animosa, detalhista e prolixa. No conteúdo do pensamento, muito embora não se encontrem idéias delirantes sistematizadas, organizadas sob a forma de um delírio típico, sua temática está marcada pela fantasia, pela fabulação e pela tendência a autorreferência. Sobressai de forma saliente, no contexto da personalidade da paciente, o elemento encontrado à sociedade na sua curva biográfica, as ocorrências da afetividade, dos instintos, do temperamento e do caráter. Estas ocorrências da personalidade da paciente estão muito bem caracterizadas e traduzidas na conduta assumida ao longo de sua vida, onde se encontra as mais variadas formas da reação psicopática e onde destaca-se a irresponsabilidade; a mentira e a insinceridade; a ausência de remorso ou de

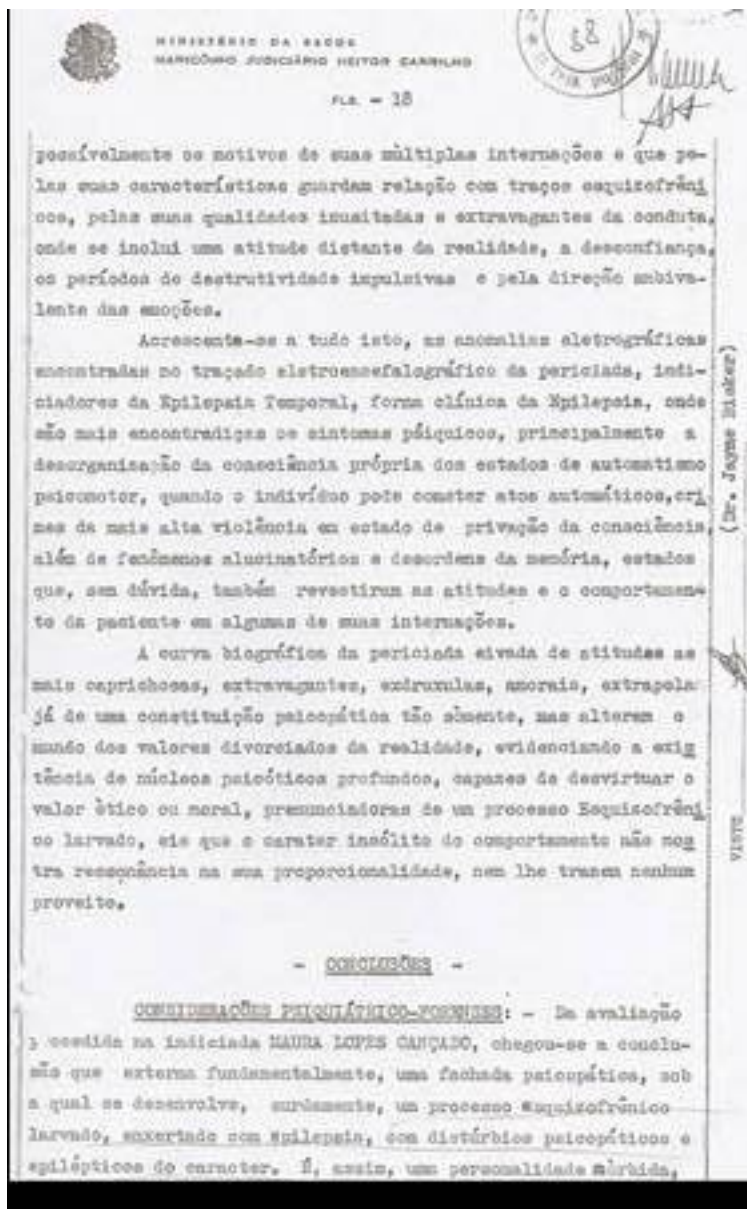
(Dr. Jayme BERNARDI)

15/10/60

Figura 6 – Parte II exame psíquico



Figura 7 – Parte III exame psíquico



INCLUSÃO ESCOLAR E PROFISSÃO DOCENTE: DESLOCAMENTOS DISCURSIVOS NA SEARA EDUCACIONAL

GISELE RUIZ SILVA¹⁴²

PAULA CORRÊA HENNING¹⁴³

Resumo: O presente artigo tem como pressuposto pensar a Educação como uma ciência que sofre descolamentos de acordo com o contexto histórico e cultural. Para isso, recorta-se o estudo no campo da Inclusão Escolar, assumindo como *corpus* empírico os documentos legais sobre inclusão sancionados pelo Governo Federal Brasileiro a partir de 1996 e reportagens sobre inclusão escolar publicadas na Revista Nova Escola no período entre 2008 e 2013. Para esta tarefa, assume-se algumas ferramentas da perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso em Michel Foucault. Composto de três etapas, o estudo evidencia a atualização de discursos da escola moderna, configurada a partir do século XVII, na escola inclusiva do final do século XX, com a proposta de problematizar o discurso da inclusão escolar na atualidade, dando a ver a máxima comeniana *Todos na Escola* e o processo de disciplinamento dos corpos. Em seguida, dedica-se a realizar uma análise dos textos dos documentos legais da atualidade que tratam da inclusão escolar, mapeando as enunciações que tornam potentes os modos de constituir os sujeitos da inclusão. E ainda,

¹⁴² Mestre e Doutoranda em Educação em Ciências - FURG - gisaruijsilva@gmail.com

¹⁴³ Mestre e Doutora em Educação - FURG - paula.c.henning@gmail.com

investiga como é representada a figura do professor na escola inclusiva da atualidade. O conjunto das análises provoca a pensar a escola inclusiva como um local de disciplinamento e normalização dos sujeitos e o professor como um profissional cujas características sejam principalmente a flexibilidade, a dinâmica, a tolerância, a criatividade, ou seja, tudo o que se espera de qualquer outro profissional no contexto da lógica de governo pautada no neoliberalismo. Além disso, as análises apontam para constituição de verdades sobre inclusão e docência, colocando em funcionamento o discurso sobre educação inclusiva na atualidade, os quais estão imersos em princípios de mercado da lógica neoliberal.

Palavras-chave: Escola Contemporânea; Inclusão Escolar; Docência; Governamentalidade Neoliberal, Estudos Foucaultianos.

Introdução

Pensar a educação pressupõe olhar múltiplos fatores que, muitas vezes, têm seu lugar nos assentos escolares. Não só professores, gestores, estudantes e prédios compõem o cenário educacional. Questões políticas, legais, culturais, enfim, um aparato de normas e ações mantém em constante movimento as práticas educativas. Assim, inquietadas com a prática pedagógica e com os elementos que nos interpelam a todo o momento, fazendo-nos profissionais da docência, nos lançamos a este estudo. Este tem como objetivo analisar o discurso da inclusão escolar na atualidade tendo como escopo as enunciações presentes na Revista Nova Escola a partir da implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva de 2008. Para isso, fomos à busca de elementos que nos auxiliassem na construção de algumas pistas que permitissem pensar a inclusão escolar e o professor na atualidade.

No que tange ao processo teórico-metodológico, assumimos os estudos do filósofo francês Michel Foucault como referencial e, dessa maneira, não tivemos um caminho pensado *a priori*. Assim, as etapas da pesquisa foram sendo desenhadas junto a cada movimento do pesquisar. A única certeza ao iniciar era de como chegamos aqui: foi pelas inúmeras interpelações vividas em nossos fazeres docentes e outras tantas questões que nos constituem como professoras que nos lançamos a este estudo. Ao trilhar os caminhos que construímos, percebemos, através das lentes dos estudos foucaultianos, novas possibilidades de olhar a Educação, a inclusão e o professorado.

O estudo se estende por três momentos que visam atender questões específicas: Quais alguns dos pressupostos da escola moderna do século XVII são atualizados na constituição da escola inclusiva vigente no final do século XX? Que verdades são produzidas pelos textos legais sobre inclusão escolar, a partir de 1996, que ditam as formas de atuação da escola inclusiva? Como é representada a figura do professor na escola inclusiva da atualidade?

Constituímos como *corpus* empírico da pesquisa os documentos legais que normatizam a inclusão escolar no Brasil datados a partir de 1996. O recorte na escolha da legislação dá-se pelo fato de buscar entender os deslocamentos dados nas políticas de inclusão a partir de 1996, quando o Governo sanciona, após 25 anos, um novo conjunto de normas para a educação no país. Além destes, fizeram parte do material empírico pesquisado reportagens sobre inclusão escolar publicadas na Revista Nova Escola que estiveram em circulação no período de 2008 a 2013. O recorte metodológico na escolha das revistas dá-se pela mudança no atendimento dispensado pela Educação Especial, que a partir de 2008 deixa de ser a responsável pela educação das crianças especiais, tornando-se suporte para as classes comuns, espaço em que todos devem estar incluídos. Por esse motivo, buscamos nas reportagens

mapear qual discursividade vem produzindo as representações dos docentes da atualidade.

Conforme anunciamos anteriormente, para responder à questão proposta, assumimos como fundamento teórico-metodológico os estudos de Michel Foucault, tomando como metodologia algumas ferramentas da Análise do Discurso. O filósofo francês, procurando entender como nos tornamos aquilo que somos, discute que somos o que somos em uma dada época devido a uma série de condições que nos permitem pensar e agir dentro de certos limites estabelecidos por um momento histórico. Ou seja, nossos modos de ser, estar e viver estão muito além da nossa vontade. Somos, estamos e vivemos a partir de uma lógica ancorada em um dado momento histórico. Essa lógica, ordenação é própria de uma determinada época, Foucault (2002) chamou de episteme.

O filósofo ao fazer uma arqueologia das ciências humanas em seu livro *As Palavras e as Coisas* problematiza a constituição de um campo de saberes em uma determinada época (MACHADO, 2007). Com isso, cunha o termo episteme, entendendo-a como o solo a partir do qual vão emergir os saberes. A episteme é uma ordem interna intrínseca aos códigos fundamentais de uma determinada cultura, às interpretações filosóficas e às teorias científicas que lhes são correspondentes. E, “[...] é com base nessa ordem, assumida como solo positivo, que se construirão as teorias gerais da ordenação das coisas e as interpretações que esta requer” (FOUCAULT, 2002, p. XVII). Enfim, a episteme é o campo de possibilidades e impossibilidades de nossas vontades de saber que constitui as regras de formação do pensar.

Assim, as enunciações que encontramos no material analisado só puderam ser mapeadas porque existe toda uma lógica discursiva vigente em nossa sociedade que nos permite, e de certa forma exige, pensar e falar da inclusão. Tudo o que está dito nas revistas só pode ser por nós

problematizado porque há um contexto histórico, político e econômico que nos impulsiona a pensar e a agir desta forma e não de outra. Fica aqui, então, um convite ao leitor para que se aventure a problematizar conosco os discursos da inclusão na atualidade.

Quão Moderna pode ser a inclusão escolar

Ao pensarmos quais princípios constituem a maquinaria escolar deste século, percebemos o quanto este aparato discursivo traz potentes marcas de elementos que fundamentaram a construção da escola moderna no século XVII. Chegamos a esta premissa a partir das análises nas reportagens da Revista Nova Escola. Nelas, puderam ser mapeados excertos que nos permitiram pensar algumas atualizações do que fora proposto por Comenius em sua *Didactica Magna* enquanto ideal de educação para a solidificação da sociedade Moderna e que ainda se encontram presentes na escola atual. Algumas práticas e estratégias de organização e disciplinamento puderam ser identificadas, instigando nosso pensamento à ideia de que a escola inclusiva é – nos rastros deixados pela escola moderna há mais de quatro séculos – um espaço disciplinar dos corpos e dos saberes.

A respeito das engrenagens que compõem a instituição escolar, entendemos que alguns aspectos referentes aos fundamentos desta instituição atravessam tanto a escola moderna do século XVII quanto a escola inclusiva do final do século XX. Evidentemente, entendemos que não se trata da mesma escola, já que as condições sociais, políticas, econômicas e culturais são de outra ordem, de outro momento histórico. Na correnteza de Foucault, pensamos que essas aproximações podem ser entendidas como atualizações (FOUCAULT, 2010) de alguns traçados elaborados no século XVII e que se tornaram importantes condições de possibilidade para emergência de algumas políticas educacionais que temos no século XXI.

Comenius entendia que uma compreensão errada da realidade é a causa de desunião e de falta de harmonia social e política. Dessa forma, segundo ele, a estratégia para uma sociedade melhor seria buscar soluções educativas adequadas, levando o aprendiz a uma “progressiva iluminação da ordem intrínseca da realidade” (NARODOWSKI, 2006, p. 20). Surge daí a pansofia comeniana de que é necessário que *todos saibam tudo*, ou “ensinar tudo a todos”, já que “todos” – homens e mulheres – são parte da lógica social. Segundo Comenius, “o homem tem necessidade de ser formado para que se torne homem” (2001, p. 101). Para ele, o homem não nasce apropriado dos saberes, mas com a capacidade de adquiri-los ao longo da vida. Nesse sentido, é imprescindível que todos passem pelo processo educacional, já que este é o único meio de dignificar o homem como homem, de tirá-lo da animalidade e aproximá-lo do Criador.

Cabe salientar que ao buscar em Comenius aspectos de sua pansofia, não pretendemos realizar uma transposição do discurso sobre educação produzido no século XVII para o que produzimos atualmente. Trata-se de entender que há uma atualização de alguns destes pressupostos, os quais entram com toda força na constituição da escola inclusiva. Se algumas máximas comenianas do século XVII se encontram ainda em voga na atualidade, talvez nos seja possível pensar que, apesar de uma nova roupagem e de diferentes maneiras, a escola inclusiva assume na contemporaneidade uma posição e função equivalente àquela assumida pela escola do início da Modernidade. Nesse sentido, vale pensar se da mesma forma que a escola moderna foi uma das instituições fundamentais para a efetivação de muitos dos propósitos da Modernidade, a escola inclusiva pode ser entendida como uma estratégia de garantir a manutenção da sociedade atual.

Como dissemos no início desta seção, nosso propósito é refletir sobre como alguns pressupostos comenianos podem ser entendidos

como uma das muitas condições de possibilidade para emergência do discurso da inclusão escolar contemporânea. Embora as peculiaridades históricas, culturais, sociais e econômicas específicas de cada momento, notam-se rastros das artes de educar da Modernidade ainda presentes em nossos dias, o que fica evidenciado nos excertos do material empírico. Evidenciando que “a escola que ensina a todos” (RNE-GE, ed. 003, 2009) [grifo nosso], “alguns não se alfabetizam, mas avançam em oralidade” (RNE-GE, ed. 008, 2010) [grifo nosso], ou ainda que “para lidar com as fugas repentinas [...] a professora ensinou-o a pedir para sair” (RNE-EE, 2009) [grifo nosso], percebemos que há uma mobilização para que a educação escolarizada atinja a todos os indivíduos, de forma a transformar suas posturas em algo diferente (e melhor) daquelas apresentadas inicialmente por eles.

Tal empenho por atingir a todos, incluir a todos, assim como um exercício constante por uma mudança na postura dos estudantes são marcas que há mais de quatro séculos caracterizam o papel da escola. Vemos aqui que cabe a essa instituição garantir os pressupostos de humanização dos homens, formando um tipo de sujeito específico pensado pela Modernidade e ainda fundamental para nossa época. Nesse contexto, a educação é uma importante ferramenta para que o disciplinamento dos corpos dos indivíduos ocorra, tornando-os sujeitos melhores, obedientes e civilizados.

Essa é uma forma de poder que age nas minúcias, atuando nos detalhes e que, aos poucos, vais se espalhando pelo todo, invadindo formas maiores, modificando mecanismos e impondo seus processos. É importante frisar que a disciplina é marca do nascimento da instituição escolar e que, embora a sociedade atual não apresente um caráter puramente disciplinar, práticas de disciplinamento ainda se fazem presentes na escola atual. Talvez de formas mais sutis, mas ainda assim um poder disciplinar, que classifica e hierarquiza os sujeitos e os

saberes. Isso pode ser notado em vários excertos das reportagens analisadas como os que destacamos a seguir:

Uma das funções do orientador escolar é observar os detalhes do cotidiano escolar (RNE-GE, ed. 002, 2009) [grifos nossos].

Devemos sondar o que cada um conhece para determinar o que pode contribuir com o coletivo (RNE-GE, ed.002, 2009) [grifos nossos].

Nota-se que, embora com uma roupagem contemporânea, a escola ainda é local de vigilância, onde cabe a um sujeito específico, com um saber específico, exercer um poder sobre uma coletividade, ao “observar os detalhes” ou “sondar o que cada um conhece”. Esse poder é disciplinar na medida em que esquadrinha cada um e, a partir de um saber que lhe é próprio, atua no exercício de um poder que determina o espaço de atuação do outro.

Por outro lado, é à própria escola, mais especialmente à pedagogia, que é atribuída a função de oferecer os métodos de tratamento da anormalidade. “A terapêutica da idiotia será a própria pedagogia, uma pedagogia mais radical, [...], mas afinal uma pedagogia” (FOUCAULT, 2006a, p. 265). Essa terapêutica a que se refere Foucault pode ser evidenciada nos dias atuais por um campo específico da Pedagogia denominada Educação Especial, que se ocupa do Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos indivíduos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Na escola inclusiva, tal campo vai atuar como suporte para professores e estudantes para a efetivação da inclusão. Algumas falas das reportagens analisadas evidenciam isso:

Os professores que ainda têm dúvidas sobre as práticas pedagógicas que devem usar ganharam uma aliada: a professora da sala de recursos. (RNEGE, ed. 008, 2010).

Essa integração [entre o trabalho do professor e do especialista] é fundamental para o processo de inclusão (RNE-GE, ed. 008, 2010) [acréscimo nosso].

Ele [o profissional da Educação Especial] informa a escola sobre os materiais a serem adquiridos e busca parcerias externas para realizar seu trabalho (RNE-EE, 2009) [acréscimo nosso].

Nesse movimento de definições de novos papéis e atribuições para os profissionais da educação inclusiva, não há como descartar a ideia de que as práticas de classificações e hierarquizações dos sujeitos e saberes são geralmente aceitas como parte do trabalho, como dadas, como naturais (VARELA, 2010). Esse reconhecimento intrínseco faz com que sua lógica de funcionamento seja aprofundada e assumida como saber pedagógico, torna possível o mito da neutralidade da ciência e ao mesmo tempo naturaliza e legitima as relações de força, as relações de dominação que exercem determinados grupos sociais sobre outros. São essas relações de força e de dominação, assim como um saber pedagógico específico, que irão ditar onde e quando um sujeito poderá aprender, que vão definir o campo de atuação de uma dada ciência pedagógica a ponto de dizer quem é responsável por cada ação na escola.

Nesse sentido, arriscamo-nos a afirmar que esta instituição escolar que vemos formar sujeitos para atuarem em nossa sociedade está intimamente ligada àquela que se constituiu no século XVII. Notamos que o funcionamento da escola de nossos dias ainda é disciplinar, uma vez que ainda temos um grupo de alunos destinado aos cuidados de um especialista, cuja função é ver no detalhe cada um desses sujeitos e, assim, produzir saberes sobre ele. E os saberes produzidos nesta relação vão produzir outras formas de disciplinamento cada vez mais sutis e mais eficazes. Tais ações se dão sempre no intuito de adestrar, disciplinar e, em última instância, governar os sujeitos. A estreita relação entre a escola moderna do século XVII e a escola moderna da

atualidade se deve, em grande parte, ao solo positivo que abriga estes dois momentos históricos: a Modernidade. É ela, com seus pressupostos, determinando modos de vida, que nos direciona e auxilia, decisivamente, para nossa forma de ver, ler e narrar o mundo ocidental. Evidentemente, as roupagens, a visibilidade, a consistência é outra do que aquela do início de sua constituição; mas ainda é de Modernidade que estamos falando...

A inclusão escolar nas tramas da legislação

Uma característica da episteme moderna é o desejo de ordem. Para isso, práticas de classificação das coisas do mundo se fizeram/fazem necessárias para a garantia de progresso e de civilidade (FOUCAULT, 2002). Dessa forma, em nossa sociedade, podemos perceber diversas expressões que se colocam a serviço de nomear as coisas e os seres, atuando no interior de um projeto de constituição da sociedade Moderna.

Normalizar, no sentido foucaultiano do termo, é, talvez, uma das maiores premissas do pensamento moderno. A norma, ao mesmo tempo em que individualiza os sujeitos, torna-os comparáveis entre si. Segundo Ewald, a norma é “um princípio de comparação, de comparabilidade, uma medida comum, que se institui na pura referência de um grupo a si próprio, a partir do momento em que só se relaciona consigo mesmo, sem exterioridade, sem verticalidade” (1993, p. 86).

Em outras palavras, a norma pode ser entendida como um grande guarda-chuva que abriga tudo e todos, classificando-os, hierarquizando-os, dividindo-os em grupos por semelhanças entre si. “Ela [a norma] coloca-se, ao mesmo tempo, sobre um corpo individual e sobre um corpo coletivo do qual esse corpo individual faz parte e ao qual contribui para dar sentido” (VEIGA-NETO, 2001, p. 115). Assim, o desejo da episteme moderna é nada estar do lado de fora da norma. E é a

partir das classificações que é possível apontar o normal e o anormal. Normal e anormal estão inscritos no interior da norma. Veiga-Neto, ao explicar a atuação da norma afirma:

[...] a norma, ao mesmo tempo em que permite tirar, da exterioridade selvagem, os perigosos, os desconhecidos, os bizarros – capturando-os e tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis – ela permite enquadrá-los a uma distância segura a ponto que eles não se incorporem ao mesmo. Isso significa dizer que, ao fazer de um desconhecido um anormal, a norma faz desse anormal mais um caso seu. Dessa forma, também o anormal está na norma, está sob a norma, ao seu abrigo. O anormal é mais um caso, sempre previsto pela norma (2001, p. 115).

No contexto da educação contemporânea, a norma, sem dúvida, é ser incluído. No movimento pela escola inclusiva, enfatizado especialmente pós-LDB (1996), a proposta – para não dizer obrigatoriedade – de incluir a todos no espaço da escola, vem sendo fortemente defendida, seja pelos documentos legais, seja pelos programas educativos do Governo Federal. A esse exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nomeia o público-alvo da educação especial. Em seu texto, lê-se: “para fins desse Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2008) [grifos nossos]. Ao nomear especificamente qual o público-alvo da Educação Especial, a lei determina quem são os sujeitos a receber atendimento específico (que são os anormais), enquanto os demais (os normais) passam a ser entendidos como parte da totalidade. Vemos aqui uma prática de normalização que classifica os sujeitos, colocando-os em uma determinada posição, na posição de sujeito que deve ser incluído. Na perspectiva da escola inclusiva, normais e anormais ocupam o mesmo

espaço, partilham dos mesmos direitos, cabendo à prática pedagógica dar conta da diversidade.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 – define novas normatizações para a educação no Brasil. Entre estas normatizações, destacamos a redação do capítulo V, artigo 58, que trata especificamente das atribuições para a Educação Especial. De acordo com o texto, ela é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996) [grifos nossos]. Tal enunciação nos remete a dois aspectos importantes: 1- o local do atendimento e 2- a quem se destina este atendimento.

Ao situar o local do atendimento – na rede regular de ensino – a lei aponta a instituição em que o mesmo deve ser feito. Além de destacar a escola regular como o lugar da educação, os documentos legais dão a ver a máxima advinda do projeto moderno *Todos na escola*, ideia amplamente divulgada por campanhas do Governo Federal, Organizações Não-Governamentais e outras instâncias vinculadas ao movimento pela inclusão. Ademais, ao nomear os indivíduos a serem atendidos pela educação especial, marca-se a existência de uma diferença entre os portadores de necessidades especiais e aqueles que poderíamos chamar de não-portadores, ou seja, marca-se aqui uma identidade e uma diferença que são produtos de relações de poder, de um jogo de inclusão/exclusão, com demarcação de fronteiras, de classificação, de normalização (SILVA, 2004).

O que queremos enfatizar com essa consideração sobre identidade e diferença é que a aparente ingênua nomeação dos sujeitos como portadores de necessidades especiais (e como não-portadores), traz consigo uma rede de relações de poder que marcam posições-de-sujeitos, em que a identidade, que neste caso são os não-*portadores*, é a identidade “natural, desejável” (SILVA, 2004, p. 83). Nesse sentido, a

partir dos estudos foucaultianos, podemos problematizar que os *portadores* são os anormais e os não-portadores, os normais.

Em se tratando de sociedade moderna, Foucault (2008) destaca a emergência de outra tecnologia de poder – além das técnicas disciplinares – baseada nos mecanismos de segurança, a qual é por ele explicada a partir das análises sobre a epidemia de varíola que acometeu a população ocidental no século XVIII. Em linhas gerais, o gerenciamento da epidemia de varíola naquela época se deu por uma intensa observação e controle da sociedade no sentido de saber quantas pessoas pegaram a doença, com qual idade, quais as lesões causadas, quais riscos corriam os indivíduos contaminados, enfim, toda uma série de questionamentos que visavam conhecer cada vez mais e melhor tudo o que pudesse envolver a doença, com o objetivo de preveni-la em toda a população. Nesse sentido, os mecanismos de segurança se estabelecem como forma de gerenciamento da população em que “as velhas estruturas da lei e da disciplina” (FOUCAULT, 2008, p. 14) não são desprezadas.

Esta forma de governo, que se ocupa da seguridade e da diminuição do risco social e atua sobre a população como um todo, preocupando-se com o gerenciamento da vida, é conceituado por Foucault (2008) como biopoder, um poder sobre a vida, que age não apenas no corpo dos indivíduos, como se dá com a disciplina, mas no corpo social, na população como um todo, de forma a garantir o prolongamento da vida e a manutenção da espécie humana. Para que isso seja possível, um conjunto de práticas entra em ação para gerenciar, organizar a massa social. Essas ações são denominadas por Foucault como estratégias biopolíticas. Ao discutirmos a inclusão escolar, podemos dizer que, se por um lado as estratégias biopolíticas de governo da população se dão no intuito de conhecer e governar os sujeitos, ou seja, de incluí-los; por outro lado, elas obedecem ao

interesse do Estado, na manutenção e na intensificação da vida da população.

De acordo com a razão de Estado neoliberal – vivenciada por nós no Brasil –, é preciso que, para a manutenção do próprio Estado, ao menos duas regras sejam seguidas: 1) não é permitido que alguém fique de fora das “malhas que dão sustentação aos jogos de mercado” (LOPES, 2009, p. 109-110); 2), embora em diferentes níveis de participação, “todos devem estar incluídos” (Idem, p. 110). Para que tais regras sejam atendidas, é preciso que o Estado crie cada vez mais estratégias que beneficiem o maior número de pessoas; e que estas, através do consumo, da produção, da participação, possam manter o Estado e o mercado em funcionamento.

Segundo essa lógica, passam a ser desenvolvidas as políticas e os programas assistenciais das mais diversas ordens, os quais visam minimizar a pobreza e o risco social. São ações governamentais de atendimento à população que podem ser entendidas como estratégias biopolíticas de gerenciamento do risco social, uma vez que intencionam garantir a segurança da população através de ações e programas governamentais que colocam em funcionamento. Se por um lado o Estado lança mão de estratégias que nos capturam, por outro lado, usufruir destas estratégias nos é vantajoso. Ao mesmo tempo em que somos disciplinados – não apenas pela instituição escolar, mas por uma gama de discursos que nos constituem – para que possamos entrar no jogo, diversas são as políticas e estratégias que nos seduzem a permanecer nele. Além disso, de certa forma, também desejamos permanecer no jogo, e permanecer aos pares (LOPES, 2009). Para que isso aconteça, “as ações do Estado [...] devem ser desencadeadas para que mesmo aqueles que não possuem formas de gerar o próprio sustento consigam recursos para girar, mínima e localmente, uma rede de consumo” (LOPES, 2009, p. 112).

Em suma, o que vimos acontecer, em especial na última década, foi uma enxurrada de produções no campo da inclusão que não só nomearam sujeitos, como delinearam os caminhos que deveriam ser percorridos por eles – e por nós. A ideia de Educação para Todos provocou um deslocamento: o enfoque que inicialmente se dava aos programas destinados a atender diretamente os indivíduos com necessidades educativas especiais passou a ser dado à comunidade como um todo. Mais do que atuar sobre o anormal, investiu-se em políticas de formação continuada de professores e em subsídios teóricos para a reformulação dos currículos escolares. Esse é o entendimento de educação inclusiva que traz como propósito definir um novo modelo de currículo que trate de “como reformar as escolas, as práticas educativas e a formação dos professores, com o fim de proporcionar uma educação de qualidade ajustada às características de todos os alunos” (SÁNCHEZ, 2005). Um entendimento de educação que busca articular ações, estender compromissos, colocar nas mãos do maior número de sujeitos a responsabilidade pelo progresso de todos.

Professor-inclusivo: representações da figura docente na atualidade

Neste texto, não estamos em busca de desvelar algo que esteja, porventura, subentendido ou mascarado nos textos analisados. O que nos interessa é manter as análises no nível do dito. O que nos importa é o que de fato foi dito, escrito, narrado. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault destaca que “certamente os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (2010, p. 55) [grifos do autor].

As enunciações são as coisas ditas ou as imagens apresentadas. A recorrência desses ditos que – mesmo que em diferentes momentos e diferentes contextos – remetam a um mesmo ponto, forma um conjunto de enunciações que Michel Foucault (2010) chamou de enunciado. Os enunciados são também coisas ditas, porém num nível mais complexo que as enunciações. Para que se constitua como um enunciado é preciso que seja reconhecido em três aspectos: Quem fala? De onde fala? Para quem fala? Ou seja, o status de quem fala, de que lugar fala e a quem se destina esta fala. Uma fala precisa, para ser um enunciado, ter significado, sentido, efeito em uma sociedade.

Neste trabalho, elencamos um conjunto de enunciações que compõem um importante enunciado que dá a ver o discurso de inclusão no século XXI; referimo-nos ao enunciado que construímos e denominamos de *professor-inclusivo*. Nesta sessão discutimos as características deste profissional a partir dos excertos das reportagens da Revista Nova Escola, buscando montar as representações de professor que elas suscitam. Mapeamos aqui diversas expressões que colocam o profissional da docência como partícipe da lógica governamental que conduz nossa sociedade neste século.

Os excertos sobre o perfil do professor extraídos das reportagens provocam-nos o pensamento de que, embora o foco da escola inclusiva seja o atendimento aos estudantes com necessidades educativas especiais, o que vai fazer a roda da maquinaria da inclusão girar é a ação do professor. Destacamos o excerto a seguir que corrobora esta ideia: “Quando se tem clareza de que cada estudante é único e que é preciso oferecer diferentes estratégias para atender às necessidades de cada um, ensinar alguém com deficiência passa a ser somente mais uma tarefa docente” (RNE, ed. 239, 2011). É o professor quem, de acordo com a enunciação acima, fará – ou não – acontecer os processos de inclusão.

Organizamos os excertos em grupos pela ideia por eles apresentadas e obtivemos algumas características do perfil esperado de um *professor-inclusivo*. No discurso da Revista Nova Escola este sujeito deve ser: compreensivo, tolerante, criativo, dinâmico, observador, ousado, investigativo, flexível, estudioso; ter espírito de equipe; romper com práticas tradicionais; ter uma nova postura e; perceber-se como responsável pelo sucesso – ou fracasso – da inclusão (ed. 223, 2009; ed. 231, 2010; ed. 246, 2011; ed. 249, 2012). Ao olharmos para o material empírico com as lentes teórico-metodológicas dos estudos foucaultianos, especialmente com a ferramenta da governamentalidade, podemos entender o quanto este novo professor está, querendo ou não, a serviço das exigências impostas pela lógica neoliberal.

Com a centralidade da educação inclusiva a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), se efetiva no Brasil uma nova característica das salas de aula. Os sujeitos que antes deste documento *poderiam* estar incluídos nas classes comuns, após esta data *devem* estar incluídos. Tal deslocamento impulsiona um repensar e refazer pedagógicos, os quais são atribuídos ao professorado. A esse respeito, Fernanda de Camargo Machado aponta que mais do que um lugar de destaque, o professor “ocupa um status de ‘kit salva-vidas’ para o sucesso do grande projeto da inclusão educacional” (2011, p. 57) [grifos da autora]. Nas reportagens analisadas, pode-se notar o quanto os ditos apontam a figura do professor como o sujeito capaz de garantir a efetivação da inclusão.

O professor tem em mãos a grande chance de dar autonomia a uma pessoa (RNE, ed. 221, 2009) [grifos nossos].

Antes de sugerir que um aluno tem hiperatividade, veja se é sua aula que não anda prendendo a atenção (RNE, ed. 231, 2010) [grifos nossos].

Mesmo nos casos em que não há a certeza de que o estudante tem altas habilidades, o estímulo do professor é bem-vindo (RNE, ed. 224, 2009) [grifos nossos].

Nestas enunciações, percebe-se a marca de um modelo de professor que deve atender às demandas de um cenário político cuja engrenagem discursiva atribui a todos e a cada um a tarefa de contribuir para a manutenção de um bem-estar geral. Essa mobilização por um fazer pedagógico capaz de atender à diversidade reverte-se em “saberes sobre a inclusão que são aclamados pelos próprios professores” e são “tidos como extremamente necessários, como motores para uma boa ação pedagógica e [...] para a concretização de uma sociedade mais próspera” (MACHADO, 2011, p. 64).

Em se tratando da inclusão escolar, para que a sociedade obtenha aquilo que aqui chamamos de *professor-inclusivo* – um professor capaz de dialogar com a lógica de governo neoliberal – é posta em funcionamento uma série de estratégias de gerenciamento do professorado no sentido de envolver e seduzir cada vez mais e melhor estes sujeitos pelas constantes interpelações, seja das mídias, das políticas públicas, dos discursos de alteridade, de benevolência, entre outros. O que nos cabe aqui é pensar e problematizar que as práticas de inclusão estão tomadas de relações de poder/saber que passam a ser inculcadas pelos sujeitos envolvidos, dada a visibilidade que eles desfrutam.

Nossa hipótese a esse respeito é que tal fato possa ser indicio de que o foco da discussão sobre inclusão não é mais convencer os professores de que ela seja possível, a partir do argumento de que os alunos sempre podem de alguma forma aprender algo no interior das escolas. Conforme percebemos nas enunciações da Revista, o foco da discursividade atual, o que está na “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2006), é mostrar que indiferente do público que se tenha na sala de aula,

este professor, o *professor-inclusivo*, o profissional da docência deste século deve ser um profissional flexível, dinâmico, tolerante e criativo, independente dos sujeitos que habitam o espaço escolar (RNE, ed. 259, 2013).

Como isso, evidenciamos que tudo o que se espera do professorado são características intrinsecamente relacionadas com qualquer outro profissional da sociedade neoliberal. Nesse contexto, notamos o quanto a Educação enquanto uma ciência pedagógica sofre deslocamentos frente às mudanças no contexto histórico, político e social. Assim como os professores têm que ser profissionais neoliberais, a Pedagogia como ciência da Educação também está sujeita a atuar na e para o sistema neoliberal, uma vez que, por suas ações, constituirá outros sujeitos dentro desta mesma lógica.

Considerações finais

Nosso intuito não foi, em momento algum desta escrita, denunciar supostas boas ou más intenções da instituição escolar. Nossas análises têm como proposição identificar os jogos de relações que se estabelecem em determinados espaços sociais e entender que “verdades” vão sendo aí disseminadas, as quais produzem discursos e sujeitos. Nosso interesse, assim como nos ensinou Foucault (2003, 2006, 2009), é olhar a produtividade do discurso e os potentes efeitos de sentido que são produzidos, fabricando sujeitos.

No decorrer da pesquisa, notamos que a escola – que na atualidade assume uma posição de instituição inclusiva cujo princípio é ensinar a todos – embora se vista de uma nova roupagem, especialmente pela bandeira do respeito às diferenças e dos direitos humanos (SÁNCHEZ, 2005), ainda é uma instituição de caráter disciplinar. A instituição escolar exige, cada vez mais, a ação de um especialista, cuja função é ver em detalhe cada um dos sujeitos, produzindo saberes sobre eles.

Tais saberes dão vazão a outros e a cada vez mais sutis e mais eficazes formas de disciplinamento, que adestram, disciplinam e governam os sujeitos.

Além disso, já entendendo os fundamentos da escola atual, fomos à busca de problematizar as verdades que são produzidas pelos textos legais sobre inclusão escolar, a partir de 1996, que ditam as formas de atuação da escola inclusiva. Assim, verificamos o quanto os contextos histórico e político atuam nas formas de gerenciamento da população; neste caso, através de algumas facetas que compõem a maquinaria escolar nos dias atuais. Apontamos, ainda, que ao mesmo tempo em que o Estado faz uso de estratégias que capturam e gerenciam a população, à própria população é vantajoso usufruir destas estratégias. Se por um lado somos disciplinados e conduzidos por um amplo aparato de discursos postos em ação de forma a entrarmos no jogo das relações de poder, também não nos é interessante sair dele. Dessa forma, mantemos em movimento a lógica social da atualidade.

Quando olhamos para a educação como potente ferramenta das práticas de governo, cabe-nos percebê-la também como parte da engrenagem que opera na mesma lógica que nos sustenta enquanto sociedade. Nesse sentido, o professorado da escola inclusiva do século XXI, precisa, para que tenha sucesso em sua prática, ser um profissional dotado de características que perpassem da boa formação à flexibilidade, tendo neste meio uma série de outros requisitos que o permitam dialogar com os sujeitos e com o sistema do seu tempo. A esse conjunto dos ditos mapeados nas reportagens, construímos o enunciado *professor-inclusivo*.

Retomando os caminhos percorridos durante esta pesquisa, vemos o quão em nós está presente o discurso de inclusão escolar e o quanto buscamos estratégias de incluir nossos alunos e de sermos incluídos no sistema que nos rege. Não queremos estar de fora. E nem deixar alguém

de fora. Notamos a “ginástica” que fazemos diariamente para dar conta de todas as tarefas para bem gerenciarmos a prática. Se para fazer parte do contexto for necessário dispensarmos horas extras de trabalho e estudo, assim o fazemos.

As pistas que aqui apontamos nos permitiram pensar certas possibilidades de respostas para as questões iniciais. Porém, estas foram as pistas das quais nos servimos neste momento. Certamente, uma nova leitura do corpus empírico nos traria outras possibilidades. Nosso desejo com esta pesquisa é que os elementos aqui discutidos possam ser entendidos como setas que apontam novos caminhos, outras contingências. Que os rastros deixados por esta escrita possam ser úteis para futuras provocações. Que sejam assumidos como uma oportunidade de colocar em suspenso nossas verdades mais verdadeiras, desestabilizando o pensamento.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, Brasília, 2008.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Secretaria de Educação. MEC, 1996.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

COMENIUS, Iohannis Amos. Didactica Magna (1621 - 1657). Versão para eBook: eBooksBrasil.com. Fonte digital, 2001. Acesso em 26 de jul.2013.

EWALD, François. Foucault, a norma e o Direito. Lisboa: Veja, 1993.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. Microfísica do poder . 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1977 - 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A ordem do discurso . 13ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2006.

_____. O Poder Psiquiátrico: curso no Collège de France (1973 - 1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. 27ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In.: LOPES, Maura Corcini, HATTGE, Morgana Domênica (orgs.). Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 107-130.

MACHADO, Fernanda de Camargo. Ser professor em tempos de diversidade: uma análise das políticas de formação docente. In.: THOMA, Adriana da Silva, HILLESHEIM, Betina (orgs.). Políticas de Inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 57-69

NARODOWSKI, Mariano. Comenius & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

REVISTA Nova Escola. ed. 259, janeiro/fevereiro 2013. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola. ed. 249, janeiro/fevereiro 2012. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola. ed. 246, outubro 2011. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola. ed. 239, janeiro/fevereiro 2011. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola. ed. 231, abril 2010. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola. ed. 224, agosto 2009. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola. ed. 223, junho/julho 2009. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola. ed. 221, abril 2009. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola – Edição Especial, julho 2009. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola - Gestão Escolar. ed. 008, junho/julho 2010. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/indice-gestao/008.shtml>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola - Gestão Escolar. ed. 003, agosto/setembro, 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/indice-gestao/003.shtml>> Acesso em: 18 jul.2013.

REVISTA Nova Escola - Gestão Escolar. Ed. 002, junho 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/indice-gestao/002.shtml>> Acesso em: 18 jul.2013.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In.: Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, n. 1, p. 07-18, out. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In.: _____ (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 73-102.

VARELA, Julia. O Estatuto do Saber Pedagógico. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos. 7ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 87 - 96.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In.: LARROSA, Jorge e SKLIAR (orgs.). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

FOUCAULT E O PRELÚDIO DA SOCIEDADE DO CONTROLE: A BIOPOLÍTICA EM FOCO

SILVA, HANIEL DUARTE¹⁴⁴

SILVA, LIANE DUARTE¹⁴⁵

Resumo: O presente artigo procura revisitar o pensamento de Michel Foucault acerca da sociedade com foco especialmente no exercício do biopoder. Assim, se procura a passagem do saber-poder panóptico ao saber-poder do controle, da anátomo-política à biopolítica.

Pensar junto com Michel Foucault hoje no Brasil é tarefa árdua. As tensões entre liberdades e o exercício do poder colocam em evidência o caminho que há pela frente. Sua atualidade local assusta. É necessário entender que o papel do intelectual, conforme o próprio autor, é de fornecer instrumentos de análise¹⁴⁶. Assim, não só os problemas atuais não são exclusivos, localmente ou temporalmente, como a análise é revestida de uma permeabilidade que permite seu recebimento, sua eleição como herança¹⁴⁷. Assim, não se trata tanto de receber acriticamente certas direções, mas de revisitar, trabalhar

¹⁴⁴ Graduando em direito na FURG. Endereço eletrônico: hanielduarte@gmail.com

¹⁴⁵ Graduanda em direito na FURG. Endereço eletrônico: lianeduardedasilva@gmail.com

¹⁴⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder, 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 242.

¹⁴⁷ Cf. DERRIDA, J; ROUDINESCO, E. De que amanhã: diálogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

minuciosamente como forma de preparar o terreno. Resta sempre a possibilidade do novo, não há, propriamente, esgotamento.

Este artigo procura, de forma bastante despretensiosa, revisitar alguns dos locais da biopolítica em Foucault. Se trata de reconhecer a forma e as relações iniciais propostas, verificando ou não sua tempestividade. Dois são os eixos propostos inicialmente: do modelo panóptico ao modelo biopolítico e do controle disciplinar à sociedade do controle. Estes serão problemas recorrentes em algumas obras do autor e suas tentativas de análise diversas. Assim, não se trata de revisar, exaustivamente, as aparições ou desdobramentos destas linhas, mas sim de, pontualmente, relacionar tais problemas conforme descritos nas obras e a realidade hoje, complementada de grande maneira pelas leituras de Giorgio Agamben.

Prelúdio, palavra que já é investida no título do presente trabalho, carrega um duplo significado: primeiro como reconhecimento da sua importância em denunciar ou anunciar esta característica do poder; segundo em um sentido parecido com o aviso de incêndio de Walter Benjamin¹⁴⁸, isto é, ao mesmo que se reconhece a importância do autor ao trazer visibilidade ao caráter biopolítico das formas de governo, deve-se reconhecer sua importância para a própria análise do problema. Desta maneira, prelúdio toma, no âmbito deste artigo, tanto o importante papel de delimitar epistemologicamente o que será trabalhado, quanto metodologicamente. Trata-se agora de se embrenhar, tanto quanto possível, na atualidade da biopolítica.

Saber-poder panóptico e saber-poder do controle

O poder panóptico se exerce na sociedade de forma bastante variada, múltipla e opera em diversas frentes. Foucault elenca três no

¹⁴⁸ Cf. LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

livro *A verdade e as formas jurídicas*¹⁴⁹. A primeira é em forma de vigilância individual e contínua. É, via de regra, a forma de operação das instituições totais descritas por Goffman¹⁵⁰ e acabou se tornando essencial em determinados momentos da modernidade europeia, muitos deles estudados pelo próprio Foucault, como no caso das prisões no livro *Vigiar e Punir*¹⁵¹. Deve ficar claro que os modelos extremos deste panoptismo inicial não resistiram ao passar dos anos. Talvez sua grande resistência ainda seja na organização espacial de certos locais, como na sala de aula e na igreja. Mas isto não é o mesmo que dizer que o panoptismo foi abandonado ou cessou completamente. Como forma de exercício de poder, sua relação com o saber possibilita mutações, modificações em sua forma de funcionamento. É assim que, como irá ser trabalhado, já se encontra nesta forma peculiar o começo da sociedade do controle.

A segunda vertente deste poder é o controle de punição e recompensa, que não se confunde com outras formas de controle que aparecerão em seguida, ficando restrito ao controle do corpo que já está sob vigilância. Sua operabilidade pressupõe um contato corpo-a-corpo bastante rudimentar típico da sociedade panóptica. O mesmo acontece com a terceira forma de exercício elencada pelo autor, a correção. Correção moral, correção da força produtiva. Este conjunto é chamado por Foucault no livro *Em defesa da sociedade de anátomo-política*¹⁵² e opera na sociedade disciplinar, se comunicando bastante, embora seja diferente, com a biopolítica do controle.

Ao final do curso dos anos 1975-1976 intitulado *Em defesa da sociedade*, Foucault esboça a ideia inicial de biopolítica. Sua primeira

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, Nau, 2013. p. 103.

¹⁵⁰ Cf. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

¹⁵¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹⁵² FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 289.

preocupação talvez seja o fato da técnica biopolítica não suprimir a técnica disciplinar. Existe uma diferença no nível de operação. Conforme o autor¹⁵³ a anátomo-política se caracteriza pelo fazer morrer e deixar viver do poder soberano enquanto que este novo exercício que surge, esta regulamentação múltipla, consegue fazer viver e deixar morrer. Esta mudança é crucial para qualquer tentativa de análise. Enquanto o soberano, que embora secularizado e finalmente subtraído do governo, mas que se mantém na forma de poder soberano, conta com uma variedade de técnicas desenvolvidas ao longo dos séculos para provocar a morte, o aspecto do biopoder só é somado, adicionado. Suas características são opostas ou complementares ao panoptismo.

No caso do exercício biopolítico do poder não há propriamente elemento de vigilância individual. Ela se dirige à multiplicidade dos homens, o que irá permitir que Foucault diga que seu objeto é uma nova personagem na ideia de população. Se antes há preocupação com o corpo individual, agora se trata de uma questão de espécie humana. Deve ficar claro, no entanto, a relação de complementaridade. É justamente a preocupação inicial com a vigilância, com o controle do corpo, que tornará possível o controle generalizado. Esta espécie de contato direto com o corpo é outro aparente antagonismo complementar. De fato, o corpo individual não é objeto da biopolítica no primeiro momento, enquanto existe este corpo individualizável ao menos.

Estes dois momentos, da anátomo-política e da biopolítica conforme descritos por Foucault são prelúdios. Foram participantes ativos dos dois últimos séculos enquanto organizados desta forma descrita até aqui. São condições indispensáveis para o andamento no plano do saber-poder e na forma de governo dos homens. No curso de 1977-1978 intitulado Segurança, território e população Foucault analisará melhor as relações do biopoder com aquilo que chama

¹⁵³ Id. ib. p. 294

Governamentalidade¹⁵⁴, enquanto que no curso de 1978-1979 chamado Nascimento da biopolítica¹⁵⁵ irá analisar a relação entre biopoder e uma forma específica de governo, o neoliberalismo e a problematização do liberalismo. Talvez já seja possível prever a direção que será tomada no presente trabalho: aproximar a perpetuação e a mutação destas formas já descritas no plano de uma sociedade que se apresenta ao mesmo tempo como de controle disciplinar e como sociedade do controle.

Controle disciplinar e sociedade do controle

A adaptação ao meio é uma necessidade. Desta forma, se as sociedades modernas mudaram, é natural que o exercício de poder mude também. A relação complementar poder-saber permite este tipo de mudança. É assim que ainda se vive em uma sociedade disciplinar. Mas esta sociedade se modificou bastante por uma grande diversidade de razões que poderiam ser englobadas sob a categoria de novas tecnologias. Como lembra Deleuze¹⁵⁶ a sociedade disciplinar estudada por Foucault possui papel transicional, sucedendo às sociedades de soberania, sucedida pelas sociedades do controle. A fábrica com seu modelo de recompensa, como referenciado quando da análise do exercício do poder disciplinar, dá lugar à empresa, culminando, não por acaso, na disseminação da ideia de meritocracia tão discutida hoje no Brasil.

Não cabe aqui explorar quais seriam estas novas tecnologias uma vez que este não é o foco do presente artigo. Mas é importante perceber algumas mutações, diferenças entre o exercício do poder disciplinar e sua face de controle disciplinar.

O melhor caso talvez seja a prisão. Por um longo período esta instituição foi central na Europa e no mundo Ocidental em geral, muito

¹⁵⁴ Cf. Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

¹⁵⁵ Cf. Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978 – 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹⁵⁶ DELEUZE, Gilles. Conversações, 1972 – 1990. São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 219.

embora seja de difícil legitimação. Como Foucault aponta¹⁵⁷ a ideia prisional e a própria ideia de prisão enquanto punição não estava presente nos penalistas da Ilustração. Seu surgimento é de fato. O significado disto é enorme para entender os séculos seguintes e o momento atual, uma vez que os intelectuais, ao invés de propor, como Foucault o fez, formas de análise de uma instituição que surge apesar de seus trabalhos, trabalharam arduamente para propor sua legitimidade. Em *Vigiar e Punir*¹⁵⁸ está a posição adequada para entender a prisão: ela é perigosa e inútil, mas ainda não encontramos algo em forma de substituição. O mesmo pode ser dito sobre a pena de prisão. Ao olhar, ouvir e sentir a prisão fica claro que seus objetivos declarados, que pouco mudaram quando do início de seu exercício, não atingem a realidade.

Portanto, a primeira mudança significativa que é possível apontar na passagem do controle disciplinar à sociedade do controle é o abandono efetivo, mas nem sempre no nível da tentativa de legitimação, das primeiras justificativas e dos objetivos da prisão enquanto instituição do Estado. Hoje a prisão representa um depósito de pessoas. Na sociedade do controle o cidadão, se é que ainda é possível utilizar tal palavra, ou está no banco de dados (instituições financeiras, estatais, etc.) ou no banco de corpos (prisões, manicômios).

A segunda mudança se trata na preocupação, tipicamente biopolítica, com a vida humana. Aqui duas frentes se abrem para análise, a primeira sendo a ideia de dispositivo, já presente em Foucault¹⁵⁹, mas retomada principalmente por Agamben¹⁶⁰. Assim, para Foucault o termo dispositivo demarca um conjunto heterogêneo, tendo o dito e o não dito como elementos, de redes que podem se estabelecer

¹⁵⁷ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2013. p. 85.

¹⁵⁸ Id. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 196

¹⁵⁹ Id. *Microfísica do poder*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 364.

¹⁶⁰ Cf. AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

entre diversos elementos, como leis, enunciados científicos, instituições, discurso. A heterogeneidade neste caso não se limita aos elementos, mas também abraça as finalidades de cada elemento. Por fim, o autor caracteriza o dispositivo como sendo funcional à estratégia dominante quando em frente de algum tipo de emergência. Embora seja efetivamente em Agamben onde o termo adquire um sentido claramente de corpo-a-corpo, já em Foucault existe esta possibilidade, uma vez que estas redes de elementos constituem relações de poder-saber. Talvez o dispositivo represente um dos modelos atuais de exercício de poder nos corpos.

Existe, no entanto, uma segunda mudança significativa na preocupação com a vida humana. Recapitulando, nas sociedades de soberania o paradoxo apontado por Foucault é da liberdade do soberano de fazer morrer e deixar viver. Quando das sociedades disciplinares, surge um novo exercício de poder, neste caso biopoder ou biopolítica, que se caracteriza por um abandono do fazer morrer e a concentração no fazer viver. Isto representa uma grande mudança nas formas de exercício do poder que percorre as instituições e a sociedade em geral. O paradoxo hoje é o “poder atômico, que não é meramente o poder de matar, segundo os direitos concedidos a todo soberano, milhões e centenas de milhões de homens”¹⁶¹, mas sim na entrada em cena de um poder que pode matar a própria vida. Assim, ao mesmo tempo que a preocupação com o fazer viver continua, principalmente com as novas descobertas da genética, a preocupação com o fazer morrer melhor também se encontra nos debates da eutanásia, existe a possibilidade de um fazer morrer final.

Ao aproximar este paradoxo com a ideia de população de Foucault, objeto central do exercício do biopoder, e à ideia de amostra, cifra¹⁶² de Deleuze, não é possível não se assustar. Conforme a presença do humano diminuiu em um polo as possibilidades de destruição do outro

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 303.

¹⁶² Conversações, 1972 – 1990. São Paulo: Ed. 34, 1992. p.222.

só aumentaram. E esta talvez seja o aspecto final na transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade do controle. O próprio aspecto de controle da disciplina é substituído por formas melhores de exercício de poder. Desaparecimento do indivíduo, da população, surgimento da massa, do “divíduo”.

A disseminação do pensamento de Foucault continua importante, infelizmente. Esta infelicidade advém do fato de que os sérios problemas analisados pelo autor não só não desapareceram como sofreram mutações. Assim, revisitar o autor, sempre que possível, é uma necessidade. Se trata, finalmente, de fazer continuar o seu pensamento, fazer ecoar suas problematizações.

Pensando junto com Foucault é possível perceber a continuidade, não linear, de suas problemáticas. Não se ultrapassou a sociedade disciplinar, ela continua aí. As redes, o dispositivo, o poder-saber permitem essa sobrevivência ilimitada. Se trata, portanto, neste início de século, de revisitar estes movimentos do pensamento.

Referencial

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

DELEUZE, Gilles. Conversações, 1972 – 1990. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DERRIDA, J; ROUDINESCO, E. De que amanhã: diálogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2013

_____. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Microfísica do poder. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978 – 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

O CUIDADO AMBIENTAL, OS DISCURSOS E A EXPRESSÃO DA VERDADE NA CONTEMPORANEIDADE: UMA BOA OU UMA MÁ PARRESIA?

MS. ISABEL RIBEIRO MARQUES¹⁶³

DR. ROGER ALBERNAZ DE ARAUJO¹⁶⁴

Resumo: O presente estudo é um desdobramento de uma dissertação de mestrado¹⁶⁵ cuja tessitura buscou fios que sustentam o conceito de “Cuidado Ambiental”. Como o cuidado ambiental tornou-se o que é? Como e por que se produz a expressão das verdades ambientais que se produz? Por sucessivas e recorrentes conversações com Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari e, também pela ressonância com outras vozes, têm-se a composição de uma escrita. Para a contextura do trabalho buscou-se operar com a análise do discurso a partir dos estudos de Michel Foucault. Almeja-se pensar de uma maneira diferente, não para colocar algo no lugar, mas pelo desejo de poder resistir ao que está posto. Resistir enquanto atitude criativa, buscando uma política de resistência, não de oposição. Não para assumir ou criticar a proposição do outro, mas para encontrar posições possíveis em meio ao que acontece no território do cuidado ambiental.

Palavras-chave: Cuidado ambiental; Discurso; Parresia

INTRODUÇÃO

¹⁶³ FURG - isabel.marques.82@gmail.com

¹⁶⁴ IFSul Pelotas - roger.albernaz@gmail.com

¹⁶⁵ MARQUES, I. GENEALOGIA DE UM CUIDADO AMBIENTAL: um convite à experimentação de um pensamento do cotidiano. Dissertação de Mestrado, IFSul, Pelotas, 2015.

Pode-se dizer que o homem, de uma maneira bem geral, habituou-se a deliberar em relação aos recursos naturais, baseados em uma ideia infundada de progresso. Um raciocínio de uma lógica que direciona a importância apenas para uma matriz de produção. Um enfoque antropocêntrico¹⁶⁶, que muitas vezes não permite pensar sobre o ambiente como um todo. Ou então, como Seabra (2013, p. 11) ilustra, “o homem em um plano e o ‘resto’ como planícies, montanhas, oceanos, ao serem vistos à distância, como objetos em miniatura”. Ou seja, instituem-se duas realidades, cada qual com um modo de funcionamento próprio. Relação, aonde o homem detém o poder de pensar sobre o ambiente que deseja, projetando assim os direitos e os deveres, que possam garantir a ideia de sua realização. Não é somente o ambiente que está preso a uma ideia de algo distante, mas a própria ideia de homem, sob jugo da qual giram os processos que produzem a significação do que é a natureza e do que é o homem.

Em termos cuidado ambiental destaca-se algumas passagens históricas para tentar compor a situação atual em que o ambiente se encontra, Porto - Gonçalves (2011, p. 11) descreve que a primeira vez que se viu o planeta Terra do espaço foi um duro golpe na visão antropocêntrica, ao olhar de longe, a Terra era azul, redonda e pequena, então aqueles que imaginavam-se senhores do mundo, ao menos na versão do Renascimento europeu, viam-se passageiros de um pequeno, finito e solto planeta, e assim, ideias começam a despir-se de conceitos filosóficos e científicos para tornar-se uma imagem, imagem esta que não possui fronteiras, apenas as da natureza, dos continentes, dos oceanos, e assim mesmo, diluídas, vagas e efêmeras.

¹⁶⁶ A concepção do homem como o centro do universo baseia-se na ideia de que o homem é o centro do universo, sendo que é no contorno desse centro que habitam todos os demais seres vivos, tornando o homem uma referência absoluta de valores, colocando os propósitos humanos por cima de quaisquer interesses de indivíduos de diferentes espécies. (MILARÉ, 2013, p. 104)

Indo um tanto mais além, a natureza era a “mãe terra”, ou então Gaia, de acordo com o antigo mito grego da “deusa terra”, o mito da criação, o mito da dança de Gaia:

A lenda da dança Gaia começa com uma imagem, de uma rede moinho de névoa na escuridão do nada chamado Caos pelos antigos gregos – uma imagem que nos lembra fotos modernas de galáxias rodopiando no espaço. De acordo com o mito, é a divindade dançante Gaia, envolta em alvos mantos, em volteios através da escuridão. Conforme ela vai se tornando visível e sua dança engrandece, cada vez mais vívida, seu corpo se transforma em montanhas e vales; então o suor brota dela para transformar-se em mares e, finalmente, seus braços voadores revolvem um céu emaranhado que ela chama Ouranos – a palavra grega que ainda designa o céu que a envolve como protetor e consorte. (SAHTOURIS, 1991. p. 21)

Considera-se esse texto como uma bela passagem da história do homem em relação ao planeta, um endeusamento das forças naturais, a veneração que enfraqueceram-se e perderam-se para grande parte das culturas. Para Vattimo e Von Zuben (et al REIGOTA, 2010 p. 7- 8) os questionamentos que remetem à análise para o que se entende por mundo natural e, consequentemente, ao que se entende por natureza e por vida, ainda estão carregados de tradições morais e religiosas, dogmáticas e totalitárias e retratam a questão histórica da segunda metade do século XX onde pairava uma hegemonia do elogio incondicional à ciência, elaborada em discursos filosóficos, literários e artísticos, que por consequência marcaram época no debate ético, cultural, científico e político.

A ideia da ciência, consequentemente, de dominação da natureza pode ter impulsionado esse antropocentrismo. Ost (1995) aborda que a natureza que rodeava e alimentava a vida dos homens, a natureza na qual as cidades se organizavam, passou a estar à mercê do homem,

invertendo-se a relação, parecendo que “equilíbrio natural” e “interesses humanos” tornaram-se opostos (OST, 1995. p. 311).

Buscando mais evidências históricas, Maturana e Varela (2011, p. 9) comentam sobre os bôeres, europeus que inicializaram a colonização da África do Sul no século dezessete e segundo consta, para aqueles homens brancos não era a cor da pele que tornava aqueles homens diferentes e sim, a maneira com que eles se relacionavam com a natureza, onde não havia âmbito humano separado do mundo natural.

Venerava-se os raios, o sol, a água, o vento. Hoje, talvez, essa ideia de mundo, habita, grita e venera a natureza, apenas dentro de capas empoeiradas de livros antigos. E, habita, talvez menos o corpo, que assume uma função muito mais contemplativa, muitas vezes de receio, de distanciamento, como se de alguma maneira, homem e natureza, pudessem compor elementos que, isoladamente, fizessem sentido. Questiona-se, quando, como e por que se perdeu o vínculo com o natural? Houve um distanciamento? Onde? Quando?

METODOLOGIA

Para tentar tecer fios que compõe essa teia, buscou-se, não uma metodologia, nada previamente definido para dar voz a essa escrita; ao contrário, investiu-se em um conjunto de procedimentos abstraídos em máquina-método (DE ARAUJO, 2015), como forma de conectar dois planos: Plano de Referência, a partir do conceito dos modos de subjetivação de Michael Foucault; e, Plano de Criação, costurando os conceitos de Plano de Imanência e Plano de Composição, de Deleuze e Guattari; e, por fim uma Linha de Recursividade, a partir do conceito de Eterno Retorno, de Nietzsche, que permita que o processo de composição possa sempre retornar sobre si, pelo desejo de poder diferenciar-se.

Um Plano de Referência, pinça os processos vivenciados; processos de subjetivação, que produzem as maneiras de ser, de pensar e de agir, ou seja, por efeito produz o que se é, um determinado espaço-tempo de relação. E, um um Plano de Criação, que acontece pelo agenciamento dos conceitos de Plano de Imanência (DELEUZE, G., GUATTARI, F, 2007 p. 53) e Plano de Composição (ibidem. p. 272); neste caso o imanente não encerra o caminho, e sim, abre a possibilidade de um percurso, um conjunto de coordenadas por onde os conceitos passam, na composição de um desejo de pesquisa, que compõe-se de modo singular, tensionando os rastros por onde os conceitos escorrem, escorregam e criam a possibilidade de uma imagem de pensamento de um Cuidado Ambiental. Simultaneamente, o Plano de Composição revolve, intensidades sensíveis, que possam permitir perceber e se deixar afetar a cada encontro do percurso de pesquisa. Continuamente, busca-se a diferença de múltiplos olhares, em um movimento de retorno a cada agenciamento entre os planos, por uma linha de recursividade, que permite o regresso do olhar sobre o que há, sobre o plano de organização, que produz a significação do que se tem como existente (DELEUZE, 2006, p. 125).

CUIDADO AMBIENTAL E OS DISCURSOS FUNDADOS EM IDEIAS DE VERDADE

Ao ser estabelecida uma relação antropocêntrica, como o homem distante, no centro, em muitos casos acaba culminando em graves distorções de comportamento, tanto em relação ao ambiente quanto ao que diz respeito à alteridade, assim o representacionismo estimula que se siga acreditando que o homem é separado do mundo e que assim seguirá sendo independentemente da experiência humana (MATURANA; VARELA, 2011, p. 9).

Assim, temos, cada vez mais discursos ambientais, porém muitos destes reducionistas, tratando o ambiente como restrito aos recursos naturais, ou então, atrelados ao medo, ao temor, a catástrofe. Guattari (2000, p. 24) alerta que o mundo acostumou-se a eliminar a pertinência das intervenções, aqui destaca-se, intervenção até mesmo no sentido de pensar sobre! E, esse perecimento das práxis sociais acaba por excluir as ideologias e os valores, há um conformismo, um contentamento também com as informações que são distribuídas em relação ao cuidado ambiental. Como se cada um que fizesse sua parte como muitas vezes os meios de comunicação coordenam: recicle! Reutilize! proteja o meio ambiente! Separe seu lixo! Recicle! Economize água! Não demore no banho! Preserve! Faça sua parte! Seja amigo da natureza! está bom, estar-se-á praticando um comportamento esperado e ponto.

A questão ambiental acaba fornecendo muitas pistas sobre os moldes previamente estabelecidos e os problemas ambientais são cada vez mais notáveis, bem como as práticas denominadas ambientalmente corretas. Empresas estampam em seus rótulos que são “amigas da natureza” e o marketing verde está em todos os lugares. Toda uma produção disponível ao consumo. Produção de valores e de sentidos, os quais conduzem a uma visão de mundo esperada, determinada por regras e garantida pelo poder imperativo que as resguardam. A imagem do que o ambiente deve ser e o que se deve fazer, ou não, para que isso seja alcançado.

E assim, os modelos de comportamento, os ideais de verdade, de conduta estão imperando e moldando comportamentos de grande parte das pessoas. Foucault (2010, p. 12), esclarece que a "verdade" está ligada a sistemas de poder, que produzem e apoiam essa verdade, e por conseguinte há efeitos de poder que são induzidos e reproduzidos. Com as questões ambientais as ideias de verdade também são constantemente propagadas

Vieira e Henning (2013, p. 3) reforçam esse entendimento, e dizem que atualmente se está diante de um bombardeio de ditos sobre a crise ambiental, os quais circulam diariamente nos veículos de comunicação de massa, conduzindo a maneira que a sociedade deve olhar esses problemas ambientais, porém, paira o questionamento, o que se entende por meio ambiente no senso comum, através das informações difundidas nesses veículos? O que se entende por natureza? Como se pensa atualmente o homem no meio ambiente e na natureza? Como se dá o atravessamento por esses discursos que anunciam um mundo natural em oposição ao mundo humano? Como as verdades atravessam e fazem olhar o mundo de uma determinada maneira e não de outra?

A própria noção de sustentabilidade, hoje é tratada sem muitas vezes se conjecturar, sobre o que se está falando; a expressão encontra o domínio público, utilizada sem análise sobre do que realmente é sustentável; não se questiona, não se pensa, muitas vezes ao interrogar até mesmo alunos, ressalta-se, em cursos da área ambiental: o que é sustentabilidade? O que se verifica? Ideias provenientes do principal formador de opinião: a mídia! Prontas, muitas vezes transcritas de slogans de empresas conhecidas popularmente, sem qualquer embasamento técnico e teórico. As opiniões proliferam. Lembrando que, tecnicamente, é uma pergunta muito difícil de responder, necessita de leitura, articulação teórica para dar suporte. Ribeiro em obra de Seabra (2013, p. 151) destaca que hoje a expressão sustentável ou então sustentabilidade, permeia diversos campos de atuação.

Lembra-se, que muitas práticas interessantes são verificadas por pesquisas, programas internacionais, certificações, mas ao mesmo tempo, muitas práticas tratam apenas de estímulos ao consumo, ao marketing e as tendências de um mercado que utiliza a bandeira verde como aliada à este modelo. Nisso, recorda-se Deleuze (1976, p. 4) ao explicar sobre o sentido das coisas “Uma coisa tem tantos sentidos

quantas forem as forças capazes de se apoderar dela.” Assim, as ideias vão sendo criadas, moldadas e definidas e ganhando um sentido superficial muitas vezes com rótulos prontos e à disposição para um imediato consumo.

EXPRESSÃO DA VERDADE AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: A BOA OU A MÁ PARRESIA

Analizando as práticas correntes que envolvem as questões ambientais, as opiniões prontas sendo pulverizadas sem muitas vezes o mínimo de pensamento sobre os aspectos envolvidos, atreve-se a fazer relação com a parresia¹⁶⁷. Parresia como liberdade de tomar a palavra e, na palavra, exercer a fala franca, onde serve-se do discurso, mas do discurso sensato, do discurso de verdade, não de uma mera franqueza¹⁶⁸ desconectada do que realmente se acredita para agradar a maioria.

Tratando-se de discurso, Foucault (2008, p. 28) enriquece a abordagem lembrando que todo discurso repousa secretamente em um já-dito e este já-dito não trata-se simplesmente de alguma frase já pronunciada, ou de algo que já foi escrito, mas um jamais-dito, um discurso sem corpo, um sopro como uma silenciosa voz, uma escrita como um vazio de seu próprio rastro, em outras palavras, supõe que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse prévio meio-silêncio que continua a correr insistentemente sob ele, mas que o discurso recobre e faz calar.

¹⁶⁷ No presente trabalho, a expressão foi baseada em Michel Foucault, mais precisamente na obra *Governo de Si e dos outros* “Um dos significados originais da palavra grega parresia é o “dizer tudo”, mas na verdade ela é traduzida, com muito mais frequência, por fala franca, liberdade de palavra” (FOUCAULT, 2010, p. 42)

¹⁶⁸ “Então, vou corrigir essa definição corrente da palavra parresia dizendo: não é simplesmente essa liberdade de palavra, é a franqueza, é a profissão de verdade. Dito isso, é evidente que essa noção, esse termo parresia é às vezes, muitas vezes mesmo, empregado num sentido de todo corrente e fora de qualquer contexto, de qualquer armadura técnica ou política” (ibidem. p. 171)

Destaca-se que ao tratar-se de verdade, foge-se também do sentido tosco da palavra, como algo definitivo. “A verdade é produzida graças a múltiplas coerções” e produz efeitos regulamentados de poder; cada um, cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política de verdade, quer dizer, os tipos de discurso que são acolhidos e que funcionam como verdadeiros (FOUCAULT, 2000, p. 16)

Crê-se conveniente chamar quem lê, que busca-se uma organização de pensamento sobre a verdade de agora, pois a verdade não é algo estanque, a verdade é volátil, transitória, ou então, a verdade é tão passageira como as nuvens que cobrem quem escreve no presente instante.

“Como lençóis de tempo que serão perpetuamente remexidos, modificados, redistribuídos, de tal modo que o que está próximo num lençol estará, ao contrário, muito distante do outro. É uma concepção do tempo muito surpreendente, cinematograficamente bem curiosa e que faz eco (...)”

(DELEUZE, 2010, p. 159)

Salienta-se que ao chamar ao texto à parresia, não se está falando também da isegoria¹⁶⁹, ou seja, o direito concedido a todos de tomar a palavra, de falar, sob todas as formas que essa palavra possa assumir. Talvez, para que fique mais claro, através da noção obtida, o que faz a principal diferença entre a isegoria e a parresia é a contenda entre alguém poder falar e dizer tudo o que pensa (isegoria), e a verdade, que evidentemente se arraiga nessa isegoria, se referindo a ideia de que se

¹⁶⁹ “no sentido etimológico do termo: a igualdade de palavra, isto é, a possibilidade para todo indivíduo de ter acesso à palavra, devendo a palavra ser entendida em vários sentidos: pode ser tanto a palavra judiciária quando, seja para atacar, seja para se defender, pode falar nos tribunais; é também o direito de dar sua opinião, seja para uma decisão, seja também para a escolha dos chefes por meio do voto; a isegoria é, enfim, o direito de tomar a palavra, de dar sua opinião durante uma discussão, um debate.” (FOUCAULT, 2010, p. 140)

diz o que efetivamente se pensa, aquilo em que realmente se acredita; parresia como profissão de verdade (FOUCAULT, 2010, p. 171).

O pensamento atual sobre cuidado ambiental está impregnado de todo um processo de isegoria, de opinião, em que todos se acham no direito de se posicionar no que se refere ao meio ambiente. Tornando-se um território de livre expressão e domínio público.

Sendo assim, o presente estudo, busca aproximar-se a ao máximo da parresia, no encontro à expressão da verdade, se servindo do discurso, mas de um sensato discurso de verdade como a verdade mais sincera que abarca, tomando noção diferente do que se entende por verdade atualmente (ibidem, p. 146). Busca-se assumir uma versão de uma verdade sincera, não apenas franqueza, e sim a verdade como essência, como verdade de si, associada, quem sabe, a um cuidado de si, uma verdade ética que realmente questiona a expressão da verdade ambiental, propondo uma ética de existência que retorna sobre o sujeito para que ele perceba como realmente ele se torna o que é, percebendo que trata-se algo em movimento, nada estável nem estanque, é um processo contínuo. Talvez quanto mais bem se conhece mais ainda haja para conhecer. Acredita-se que, em torno de um cuidado consigo, pensasse em toda uma atividade, em um cuidado com o comportamento, com a escrita, com a palavra, se ligando o trabalho de si para consigo e também a comunicação com outrem (FOUCAULT, 2005, p. 57).

Ao pensar a questão ambiental, tem-se ideias difundidas construídas pela retórica da verdade de um povo, não através da produção de um valor, algo que parece distante dos reais processos de subjetivação envolvidos. O conceito de Cuidado Ambiental está sujeito a quem? A si enquanto sujeito já fundamentado e à quem mais? Quais subjetividades estão presentes no conceito ambiental? Qual é a verdade ambiental? Aproxima-se da ideia de parresia, pois na contemporaneidade, tem-se uma expressão da verdade, porém é a expressão normatizada,

normalizada, construída da verdade, ela não é verdade de si, não enxerga o cuidado de si, é comum a todos. Fabricada. Não é ética. É uma moral. É para o governo dos outros, como um certo modo de exercer o poder pelo dizer, e pelo dizer-a-verdade. É a denominada má-parresia, trazendo ideias de verdade, ideologias prontas.

A má-parresia não está indexada à verdade, não é capaz de se formular de maneira sensata, transmitindo a real verdade, porém, é capaz de persuadir, podendo agir sobre quem as ouve, arrebatando; mas não arrebatava por dizer a verdade, não sabendo dizer a verdade, arrebatava por procedimentos que podem ser da lisonja, da retórica, da paixão, dentre outros (ibidem p. 154).

De acordo com o que preceitua Foucault (2010, p. 155) para que haja a verdadeira parresia deve-se ter coragem, aquela coragem do soldado, daquele que é capaz de defender sua terra, e sempre pronto para participar das lutas oratórias, necessita também de uma coragem cívica diante das práticas que tentam bajular ou atuar de acordo com as práticas normalmente aceitas pela sociedade. Deve ser íntegro e preocupado com o que se propôs a falar e sempre prudente, resumindo então em três virtudes: qualidade intelectual, qualidade moral e a qualidade da coragem.

A verdade do ambiente, enquanto um cuidado com este ambiente, isso em uma relação ética de cuidado com o ambiente, no sentido de buscar a percepção de como este ambiente torna-se o que é, a partir das relações ético-políticas que o constitui, resistindo por este ato de cuidado, por esta atitude ética à expressão da verdade do senso comum que estabelece as posições que o sujeito deve ocupar nas relações com o ambiente, provendo assim, o que se pode nomear como uma moral ambiental.

São tantos questionamentos! Que bom! Pois não busca-se encontrar a resposta e sim, tentar através de um lance de dados, de questionamentos, estimular o pensamento e as questões que possam estar envolvidas em um conceito tão entrelaçado.

Aproveitando os ensinamentos do autor (FOUCAULT, 2010 p. 155) ao tentar acoplar a parresia com a questão ambiental, não se tem a pretensão de ficar apenas querendo o tempo todo dar opiniões e impondo as maneiras que se deve ser, assim pode-se acabar perdendo-se tempo em discussões indefinidas e fundadas em clichês.¹⁷⁰, vindo ao encontro do denominado mau parresiasta, proveniente de qualquer lugar, dizendo, opinando, mas não representando a opinião que realmente pensa, apenas repassando a opinião da maioria, a mais recorrente.

Deleuze ilustra com maestria:

Às vezes se age como se as pessoas não pudessem se exprimir. Mas de fato, elas não param de se exprimir. (...) O rádio e a televisão fizeram o casal transbordar, dispersaram-no por toda parte, e estamos trespassados de palavras inúteis, de uma quantidade demente de falas e imagens, a besteira nunca é muda nem cega. De modo que o problema não é mais fazer com que as pessoas se expressem, mas arranjar-lhes vacúolos de solidão e de silêncio a partir dos quais elas teriam, enfim, algo a dizer. As forças repressivas não impedem as pessoas de se exprimir, ao contrário, elas as forçam a se exprimir. Suavidade por não ter nada a dizer, direito por não ter nada a dizer; pois é a condição para que se forme algo raro ou rarefeito, que merecesse um pouco a ser dito. Do que se morre atualmente não é interferências, mas de

¹⁷⁰ Para tentar ilustrar ainda mais o pensamento do autor, cita-se exemplo do livro que pode auxiliar o entendimento sobre a parresia: “é um *autourgós*: alguém que trabalha com as próprias mãos. Não é de modo algum, se vocês preferirem, um operário agrícola, nem um serviçal, mas um pequeno lavrador que pega no arado, que tem uma terra, um lotezinho que ele cultiva e pelo qual luta. É o que o mensageiro menciona no texto quando diz: pertence a essa categoria de gente que salva sua terra”. (FOUCAULT, 2010, p. 155).

proposições que não tem o menor interesse. (DELEUZE, 2010, p. 166, grifo dos autores)

O falso discurso não é dotado de coragem, busca segurança, ou melhor o "todo o mundo" o "qualquer um", dizendo tudo e qualquer coisa, contanto que seja bem recebido por qualquer um, isto é, por todo o mundo (ibidem p. 168). Assim como as ideias sobre meio ambiente, vagas, prontas e repassadas como um produto apto ao imediato consumo.

CONSIDERAÇÕES

O cuidado de si e do meio ambiente, passa cada vez mais pela arte de reinventar os modos de ser/estar no mundo, potencializando a simplicidade de dizer sim ao viver e não aos discursos falaciosos que representam um modelo de vida. Talvez aí, a dobra, o pequeno detalhe de diferenciação entre ser o senhor de seus atos ou o escravo de uma consciência”

(DE ARAUJO, BARREIRO, 2011, p. 350)

Diante da escrita, entende-se que a expressão de cuidado ambiental acaba, muitas vezes, posta como um plano já definido. O pensamento atual sobre cuidado ambiental está impregnado de todo um processo de isegoria, de opinião, em que todos se acham no direito de se posicionar no que se refere ao meio ambiente. Tornando-se um território de livre expressão e domínio público. São discursos do aparelho de estado, cuidadosamente trazidos e difundidos na prateleira em que todos acabam se alimentando e, reproduzindo as ideias estabelecidas, demonstrando de antemão a maneira que deve-se tratar e cuidar das questões ambientais através de domínios previamente articulados.

Busca-se algo muito longínquo de uma nova verdade, a mera pretensão é que se estimule o simples ato de pensar, através de um movimento de resistência. Não se quer oposição. Busca-se resistir ao que está posto, ao que está estabelecido e previamente organizado.

A verdade, a expressão, o conceito, não se tratam simplesmente de um jogo de palavras. De alguma maneira, há uma isegoria ambiental, como opinião em relação ao meio ambiente. Sobre o que é o meio ambiente. Sobre como se deve comportar em relação a essas ideias estabelecidas e superficiais do que se enxerga como meio ambiente.

Deleuze (2010, p. 221) ressalta que talvez a fala e a comunicação estejam apodrecidas, o que torna iminente a necessidade de desvios de falas, pois criação é algo diferente de comunicação e, talvez, o importante venha a ser criar vacúolos de não comunicação, algo como interruptores para escapar ao controle. Vacúolos de resistência para tentar pensar fora do que está posto e quem sabe, assim intervir distante dos clichês ambientais.

Guattari (2000, p. 35) diz ser essencial que se busque organizar novas práticas sociais, micropolíticas, novas solidariedades, uma nova suavidade juntamente com novas práticas estéticas das formações do inconsciente, assim, poder-se-ia almejar que as práticas sociais e políticas trabalhem satisfatoriamente, fazendo com que a singularidade, a exceção e a raridade funcionem junto a uma ordem estatal menos pesada.

A resistência que o trabalho almeja não busca encontrar respostas, tampouco soluções ou então esquemas, a busca da resistência reside em criar novas problemáticas. Não é um guia de pensamento, é uma provocação, um convite a suspensão do hábito de cair na tentação da certeza propagada. Até mesmo que se não fosse pensado dessa maneira

acabaria sendo diretamente mais um produto da matriz discursiva funcionando a serviço do próprio estado

Almeja-se pensar de uma maneira diferente, não para colocar algo no lugar, mas o desejo é resistir ao que está posto. Resistir enquanto atitude criativa, buscando uma política de resistência, não de oposição. Não para assumir ou criticar a proposição do outro, mas encontrar posições pelo que acontece no território do cuidado ambiental.

Despede-se com o desejo de que cada um tenha para si condições de possibilidades de produzir algo, ou pensar algo... uma condição de produzir algo de maneiras distantes de um manual de boas maneiras ambiental, e, que essa busca, que essas ideias e modos de produzir uma relação com o cuidado ambiental possam vir a ser indissociáveis do que cada um se torna, do que cada um pode vir a se tornar

REFERÊNCIAS

DE ARAUJO, Róger Albernaz. MÁQUINA-MÉTODO: ensaios de um devir-metodológico. In: BARREIRO, Cristhianny; CASTRO, Beatriz Helena. Narrativas de pesquisa em educação: teoria e prática. Porto Alegre: Observatório da UFRGS, 2015.

DE ARAUJO; Róger Albernaz; BARREIRO, Cristhianny Bento. Realidades e ficções da educação ambiental: nuances de um espaço discursivo da contemporaneidade. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, v.26, p.338-351, 2011.

DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Ed 34, 2010.

_____, Gilles. Diferença e Repetição. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2006.

_____, Gilles. Nietzsche e a Filosofia. Editora Rio – RJ. 1976

DELEUZE, Gilles, GUATTARI F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 1 São Paulo. Editora 34. 2007

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro. 2008

_____, Michel. Governo de si e dos outros. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2010

_____, Michel. Microfísica do Poder. Edições Graal, 2000.

_____, Michel. O cuidado de si. Edições Graal, 2005.

GUATTARI, Felix. As três ecologias. Campinas/SP. Editora Papirus, 2000.

MARQUES, I. GENEALOGIA DE UM CUIDADO AMBIENTAL: um convite à experimentação de um pensamento do cotidiano. Dissertação de Mestrado, IF Sul, Pelotas, 2015.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. A Árvore do conhecimento – As bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athenas, 2001

MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina jurisprudência, glossário, 10ª edição, São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2013.

OST, François. A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do Direito. Tradução de Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Editora Civilização Brasileira. 2ª edição. Rio de Janeiro. 2011.

REIGOTA, Marcos. A EA frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre a natureza. In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 36, n. 2, maio/agosto, 2010. P. 539-553.

SAHTOURIS, Elisabet. Gaia: do Caos ao Cosmos. São Paulo, SP. Editora Interação. 1991.

SEABRA, Giovanni (organizador). Educação Ambiental: conceitos e aplicações. João Pessoa: editora da UFBP. 2013.

VIEIRA, Virginia Tavares e HENNING, Paula Corrêa. A Crise Ambiental em evidência: análise do discurso foucaultiano – modos de fazer pesquisa em educação. Revista FAEEBA. 2013.

O DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT E AS PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL NO MODELO PSICOSSOCIAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

JEFERSON SANTOS JERÔNIMO¹⁷¹

Resumo: Este ensaio apresenta uma proposta metodológica para a análise do discurso de profissionais da saúde mental. Considerando os avanços no sistema de saúde brasileiro nos últimos quarenta anos, temos na Reforma Psiquiátrica e nos Centros de Atenção Psicossocial um marco no modelo de atenção à saúde mental. Entretanto, alguns autores questionam a efetividade da atenção psicossocial, outros afirmam que há questões relativas à formação profissional nas graduações da área da saúde a serem resolvidas. Partindo da premissa que o trabalho em saúde mental extrapola os saberes acadêmicos, atualmente há dois modelos de atenção à saúde mental no Brasil: um pautado nos saberes acadêmico-científicos de cada núcleo profissional e outro desviante, pautado nos sujeitos em atendimento, em seus territórios existenciais, em sua cultura. Como sujeitos desta proposta temos os trabalhadores de Centros de Atenção Psicossocial, os quais através de entrevista em profundidade irão narrar suas práticas cotidianas de trabalho. Essas narrativas serão analisadas sob a luz da teoria do discurso de Michel Foucault e seus conceitos de unidade, enunciados, formação discursiva, discurso e epistême. Pretende-se identificar quais saberes são acionados em sua prática cotidiana de trabalho, saberes acadêmico-científicos ou populares/ordinários e verificar se seus discursos aproximam-se mais dos saberes biomédicos ou das teorias do modelo psicossocial de atenção à saúde mental. Considerando os paradoxos e disputas na área da saúde mental, esta proposta metodológica poderá representar uma

¹⁷¹ Especialista em Saúde Mental Coletiva -Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - Mestre em Atividade física e Saúde -Universidade Federal de Pelotas – UFPEL - Bacharel em Educação Física - UFPEL - E-mail: jefersonsj@yahoo.com.br

contribuição à área e para o debate epistemológico. A partir das narrativas dos trabalhadores de Centros de Atenção Psicossocial sobre suas práticas e saberes acionados para essas práticas, poderão ser identificadas formações discursivas, entendendo o discurso como um processo complexo, com atravessamentos morais, políticos, econômicos e culturais, em busca da compreensão de quais unidades o discurso desses sujeitos está relacionado e qual a relação entre essas unidades, ou seja, qual é sua epistême.

Palavras-chave: Foucault; Discurso; Reforma Psiquiátrica; Saúde Mental; Centros de Atenção Psicossocial.

Introdução

O Brasil vem passando nas últimas décadas por grandes transformações em seu sistema de saúde, com a implementação de política públicas de acesso aos serviços de saúde, como a criação do Sistema Único de Saúde; o Programa de Saúde da Família; a lei da Reforma Psiquiátrica; a Política Nacional da Atenção Básica; a Política Nacional de Promoção da Saúde e a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (PAIM et al., 2011).

Cabe destacar, que a aprovação da lei da Reforma Psiquiátrica, Lei 10.216/2001, resultou do movimento social iniciado no Brasil na década de 1970 por trabalhadores da saúde mental, os quais inspirados no movimento italiano denunciaram as condições desumanas de “tratamento” para as pessoas em sofrimento psíquico (BRASIL, 2001; AMARANTE, 2010).

Nesse contexto de mudança emergiram novos processos de trabalho, pautados na relação intersubjetiva entre profissional e indivíduo em atendimento, novos tipos de serviços e novos conceitos em saúde como: trabalho interdisciplinar com equipes multiprofissionais, os Centros de Atenção Psicossocial/CAPS, serviço de atenção à saúde mental que traz o cuidado em liberdade. Além de

conceitos como: território, clínica ampliada, linha de cuidado, integralidade, educação permanente em saúde (CAMPOS, 2006; BRASIL, 2001; CECCIM, 2005; MALTA; MERHY, 2010).

A partir desse cenário se institui no Brasil o modelo psicossocial de atenção à saúde mental, pautado no sujeito, no cuidado em território, o qual se efetiva através de rede de atenção psicossocial que é composta por diferentes serviços alternativos, como os CAPS, consultório na rua, unidades de acolhimento, leitos de saúde mental em hospitais gerais e residenciais terapêuticos (BRASIL, 2001; 2011; 2015).

Contudo, mesmo com o aumento na cobertura dos serviços de saúde, a exemplo do crescente número de CAPS, que já passam de 2200 unidades em todo país, o que é de fato um avanço na saúde pública brasileira (PAIM et al., 2011; BRASIL, 2015), alguns autores apontam que a atenção psicossocial, ação de extrema importância nas vidas de indivíduos com sofrimento psíquico, ainda é permeada por princípios manicomialistas, o que dificulta a efetivação da cidadania desses sujeitos e pode promover a manutenção da condição de psiquiatrizado (PINTO; FERREIRA, 2010).

Tal argumento coloca em questão a efetivação da própria reforma psiquiátrica, entendida como um movimento social, de protagonismo e participação, que reverbera diretamente nos processos terapêuticos dos sujeitos em sofrimento psíquico. De acordo com Amarante (2010, p. 87) a reforma psiquiátrica, deve ser entendida com “um processo histórico de formulação crítica e prática”, buscando a superação do paradigma psiquiátrico clássico.

Entretanto, mesmo com contextos reformistas observados a partir da segunda metade do século XX, como coloca Amarante (2010), dos quais emergiram outros saberes relacionados à saúde mental. Segundo

Ceccim e Carvalho (2011), há uma dificuldade de assimilação de novos processos de trabalho na saúde pública, a qual decorre da dificuldade de incorporação de novos conceitos nas formações profissionais realizadas nas graduações na área da saúde, tais como acolhimento, clínica ampliada e integralidade.

Neste artigo, parte-se do entendimento que o trabalho em saúde/saúde mental transborda os saberes acadêmicos e vai além das dicotomias corpo e mente e do debate entre os saberes das ciências biológicas e das ciências humanas.

A partir de minhas vivências como graduando do curso de Educação Física da Universidade Federal Pelotas/UFPEL, durante os estágios curriculares e como bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde Mental, Crack, Álcool e outras drogas - PET Saúde mental tive oportunidade de conhecer três CAPS do município de Pelotas. Por ter participado como coletador de dados na pesquisa Avaliação dos Centros de Atenção Psicossocial do Sul do Brasil – CAPSUL II, durante o mestrado, também na UFPEL pude utilizar as informações dessa pesquisa em meu estudo de mestrado.

Assim, afastei-me do atendimento em saúde mental, mas tive acesso a um campo teórico referente a trabalhadores de CAPS, o que me suscitou uma série de questionamentos com relação a processos de trabalho, processos de formação e saberes acessados para o trabalho em saúde mental.

Dentro desse complexo de questões e na perspectiva de uma formação teórico-prática, ingressei em 2014, na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, o que me oportunizou conhecer mais dois CAPS na cidade de Porto Alegre. Durante esse percurso, além de

ter contato com diferentes profissionais, de diferentes formações: educação física, medicina, enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, serviço social, artes e pedagogia, venho constatando de forma assistemática que grande parte desses profissionais aprende a trabalhar através de sua própria prática, que está além ou aquém de sua formação acadêmico-científica.

Utilizam conhecimentos que forjam a própria área e induzem a produção de novos conhecimentos, o que pode produzir um efeito contrário ao de uma epistemologia hegemônica pautada em “verdades definitivas”, as quais eventualmente podem ser ensinadas e como conteúdos acadêmicos (FENSTERSEIFER, 2011, p. 100).

Nesse sentido, o fazer no cotidiano de trabalho (práticas), o falar e o agir desses profissionais, além de constituir seus discursos no sentido colocado por Foucault (2014), constitui suas formações subjetivas e profissionais. Assim, “a formação profissional, deixa de ser apenas uma questão de grade curricular e ganha espaço nos estudos da memória, da história cultural, da história das profissões” (SOUZA NETO et al., 2004, p. 125).

Dentro deste contexto, atualmente se observa dois modelos de atenção à saúde mental no Brasil: um pautado nos saberes acadêmico-científicos de cada núcleo profissional e outro desviante, pautado nos sujeitos em atendimento, em seus “territórios existenciais”, (GUATTARI, 1992, p. 14), em sua cultura. A partir disso, formulou-se a seguinte questão de estudo: Quais são os discursos e práticas cotidianas de trabalho de profissionais de Centros de Atenção Psicossocial?

Esses discursos e práticas aproximam-se mais dos saberes biomédicos ou das teorias do modelo psicossocial de atenção à saúde

mental? As práticas relativas ao campo da saúde mental decorrem de conhecimentos comuns/ordinários? Constituem um saber-fazer a partir da experiência vivida ou refletem o conhecimento acadêmico-científico dos diferentes núcleos profissionais?

Portanto o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta metodológica de análise dos discursos e práticas de profissionais trabalhadores de Centros de Atenção Psicossocial.

Metodologia

Trata-se de um ensaio teórico que apresenta uma proposta metodológica de pesquisa qualitativa. A metodologia qualitativa é o produto das diversas interpretações com relação à maneira como os seres humanos constroem sua história de vida, suas relações, suas crenças, suas percepções e suas ideias. Dessa forma, permite aplicar processos sociais pouco conhecidos a grupos particulares, consentindo a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos durante o processo investigativo (MINAYO, 2010).

Esta proposta metodológica deve ser empregada em Centros de Atenção Psicossocial, tendo como sujeitos os profissionais das equipes desses espaços, já que os CAPS são a principal bandeira dos processos de Reforma Psiquiátrica no Brasil, portanto, o local mais adequado e seus trabalhadores os sujeitos ideais, como veremos a seguir.

Embora as “reformas psiquiátricas”, como afirma Amarante (2007, p. 40), tenham se iniciado na década de 1950, nos CAPS são empregados processos de trabalho relativamente recentes, complexos e muitas vezes contraditórios que podem reproduzir lógicas manicomiais

e manter as pessoas em atendimento na condição de estigmatiza ou psiquiatrizado (PINTO; FERREIRA, 2010).

Nesse sentido, o trabalho realizado nos CAPS apresenta um papel social, o qual pressupõe o engajamento ou ao menos a disposição ao engajamento dos trabalhadores e das equipes, portanto há um papel político, teórico e prático referente aos profissionais da saúde mental no contexto da Reforma Psiquiátrica. Segundo Amarante (2010, p. 87) a reforma deve ser entendida com “um processo histórico de formulação crítica e prática, que tem como objetivos e estratégias o questionamento e elaboração de propostas de transformação do modelo clássico e do paradigma da psiquiatria”, ou seja, um verdadeiro processo civilizatório, já que envolve diferentes dimensões: jurídica, epistemológico-científica, procedimental/processos de trabalho e social/comportamental (AMARANTE, 2010; YASUI, 2010).

Em relação às práticas de trabalho e aos profissionais, Hirdes (2009) demonstra que os projetos de reforma não são homogêneos e os processos de trabalho são direcionados conforme a noção teórica dos profissionais. Portanto, para que os CAPS sejam um lugar de transição e de superação da lógica manicomial, o profissional deve ser um sujeito proativo, criativo e inventivo, “[...] implicado política e afetivamente com o projeto de transformação do modo como a sociedade tem se relacionado com a loucura [...]” (RAMMINGER; BRITO, 2011, p. 153).

Nessa perspectiva os CAPS devem configurar-se em um espaço social de interação; de construção coletiva de novos processos sociais; um local de exercício da cidadania, de protagonismo e subjetividade; articulado com a rede de atenção básica, que promova a (re) inserção social do indivíduo em sofrimento psíquico, evitando sua internação psiquiátrica e oferecendo-lhe a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. Devem ser um local de resgate de direitos e de sujeitos de direito, sujeitos diversos, com realidades diversas e com direitos iguais,

sujeitos que interagem, se emocionam, vivem; um local de desconstrução de formas de pensar e agir; de superação de modelos e conceitos arcaicos, como alienação; louco/loucura, medicalização excessiva, grupos psicoterapêuticos, isolamento e principalmente da antiga forma hierárquica de relação entre pessoas em atendimento (paciente/usuários) e profissionais (AMARANTE, 2010; YASUI, 2010).

Portanto, os CAPS não são apenas locais de cuidado à saúde mental sem internação. Segundo Yasui (2010, p. 96-99), vivenciamos um movimento social complexo, a insurgência de um novo paradigma, que coloca em questão saberes científicos, técnicos, políticos e defende a ruptura com a racionalidade biomédica da psiquiatria e “não aceita o sofrimento humano como o objeto simples da doença mental, mas por considerá-lo em sua complexidade”.

Entretanto, para que a visão estigmatizada do sujeito com sofrimento psíquico seja transfigurada é necessário que o trabalhador da saúde mental se coloque em uma posição de alteridade e interdependência em relação às pessoas atendidas e assim possibilitar espaços relacionais horizontalizados, lugares esquizos, estranhos (PELBART, 2008) de forma que a noção de sujeito excluído e estigmatizado, decorrente de um passado de exclusão seja modificada no presente.

Portanto, temos nos CAPS e em seus profissionais, o local e os sujeitos característicos para a efetivação da presente proposta metodológica, já que os paradoxos e dificuldades observados na grande área da saúde se tornam visíveis, no caso da saúde mental, dentro das relações entre os trabalhadores da saúde mental, tornando os CAPS um ambiente de disputa, disputa entre a gestão em saúde, entre e intra equipes, entre trabalhadores e pessoas em atendimento, entre os diferentes setores da saúde: cardiologia, saúde mental, ginecologia, pediatria, nefrologia, entre outros (RAMMINGER; BRITO, 2011), mas

principalmente disputa entre os processos de trabalho, os quais na atualidade são direcionados por praticamente dois modelos de atenção à saúde mental: um pautado nos saberes acadêmico-científicos de cada núcleo profissional da saúde, o que não deve deixar de acontecer mas também não deve ser a única forma de intervenção e outro modelo pautado nos sujeitos em atendimento, em suas vidas, suas potências, em seus “territórios existenciais”, suas subjetivações (GUATTARI, 1992, p. 14), em sua cultura.

Ante ao exposto, o pesquisador deve escolher em qual ou quais CAPS o estudo será realizado, cabe resaltar que se o pesquisador tiver envolvimento ou abertura nas equipes dos locais escolhidos irá facilitar a efetivação da pesquisa, portanto, recomenda-se escolher locais conhecidos, entretanto, nada impede que o estudo seja realizado em um local novo para o pesquisador. Para a seleção dos sujeitos devem ser utilizados os seguintes critérios: Ser maior de 18 anos; Ter formação na área da saúde; Ser trabalhador dos serviços; Ter concordado em participar do estudo; assinando o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), permitindo a publicação dos dados. A fim de garantir o anonimato dos sujeitos, os mesmos deverão ser identificados com a letra inicial do seu nome seguida de um ponto final. Por exemplo, se o profissional chamar-se Pedro, será identificado como “P.” e assim sucessivamente.

Para a coleta de dados inicialmente deve ser encaminhada uma carta de apresentação e a cópia do projeto desta proposta à Coordenação de Saúde Mental do município que se pretende realizar a pesquisa para solicitar apreciação e autorização para realização do estudo. Em seguida um projeto de pesquisa deve ser encaminhado à Plataforma Brasil, que direcionará a um Comitê de Ética em Pesquisa para apreciação. Após a aprovação do comitê, será feito o encaminhamento de uma solicitação de autorização do estudo aos serviços que serão campo da pesquisa

expondo as características e os objetivos da mesma. Mediante a autorização do estudo nos locais selecionados, os sujeitos serão contatados com o intuito de esclarecer o que será desenvolvido pelo estudo e convidados a participar. Posteriormente, será solicitada a assinatura do TCLE em duas vias, ficando uma com o sujeito e a outra com o pesquisador. Após o aceite e a assinatura do TCLE, a coleta dos dados será iniciada.

O procedimento para coleta de dados se dará por meio de entrevistas em profundidade com os profissionais dos serviços, de diferentes núcleos de formação: psicologia, enfermagem, medicina, educação física e outros, podendo a entrevista ser realizada mais de uma vez. O roteiro da entrevista identificará suas trajetórias na área da saúde mental, a entrada na área e suas práticas no cotidiano de trabalho. As entrevistas terão o objetivo de apreender conceitos relativos ao campo da saúde mental e da Reforma Psiquiátrica, como promoção da saúde, clínica, medicalização, sujeito, usuário, pessoa em atendimento, louco, loucura, acolhimento, linha de cuidado, integralidade e história da reforma Psiquiátrica. Será utilizado um diário de registros ou diário de campo para registrar todas as informações observadas a cada dia de coleta em campo e visando complementar mais o trabalho, as entrevistas serão gravadas. Além disso, poderão ser coletadas informações de documentos legais que garantiram a inserção destes profissionais na área da saúde mental: leis, portarias e outros.

Todos os princípios éticos devem ser garantidos de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012) e pelo Código de Ética do núcleo profissional do pesquisador que estiver realizando a pesquisa.

A análise de dados será feita a partir do método da análise do discurso proposto por Foucault (2007; 2014), o qual entende que os discursos dos sujeitos não se reduzem ao falar desses sujeitos, ou seja, a seus enunciados linguísticos, mas envolvem seu fazer, suas práticas, seu agir no meio social.

Na perspectiva colocada por Foucault (2007; 2014), o falar e o agir dos sujeitos, ou seja, os discursos são carregados de significados e representações que se desenvolvem através dos enunciados (discursos) verbais individuais (falas, frases e proposições), que por sua vez são conectados a enunciados ou discursos coletivos, os quais são produzidos ou reproduzidos a partir de determinados saberes ou unidades (medicina, economia política, filosofia, história, literatura, educação física, psicologia, enfermagem, conhecimentos comuns, a noção de moral e de cultura e outras) que se relacionam entre si e são admitidas como válidas e legítimas (FOUCAULT, 2007; 2014). Além disso, poderão ser analisados através do mesmo método documentos legais que garantiram a inserção destes profissionais na área da saúde mental: leis, portarias e outros, o que possibilitará um panorama do contexto sociojurídico.

Ao fim da pesquisa, os resultados deverão ser divulgados no meio acadêmico, através da produção de artigos científicos que serão construídos junto à pesquisa e posteriormente encaminhados a periódicos indexados da área da saúde/saúde mental. Os resultados também serão apresentados aos sujeitos do estudo, bem como para as equipes dos locais onde foram coletados os dados, com a finalidade de demonstrar a relevância do estudo.

Discussão: revisão de literatura e referencial teórico

Ao analisar a história da loucura e as práticas de tratamento, observa-se que desde a antiguidade as formas de tratar o sujeito em sofrimento psíquico são mutáveis e variaram ao longo da história em relação à percepção da sociedade sobre o sujeito considerado louco. Essas formas de tratamento relacionam-se com a racionalidade médica e com o conceito de loucura (AMARANTE, 2007).

Na antiguidade ocidental, a loucura era atrelada às divindades, os sujeitos enlouqueciam por vontade divina. Alguns eram considerados visionários com capacidade de revelar vontades divinas, a ideia de doença foi construída com os escritos e práticas de Hipócrates e paulatinamente a causa divina foi substituída pela explicação biológica que pressupunha o tratamento físico, no cérebro e fígado principalmente. Na idade média a loucura mais uma vez passa a ter causa mística, porém agora o demônio é essa causa. A “Doutrina Demonista” defendia que o louco era possuído pelo demônio e deveria ser tratado através do exorcismo (PESSOTTI, 1994, p. 82-105).

A partir do século XVIII a loucura volta a ter causa biológica, passa a ser considerada doença e o louco passa a ser tratado nas casas de caridade, onde permaneciam a maior parte do tempo acorrentados. Nesses locais, desde o século XVII, médicos faziam visitas esporádicas para tratar aqueles em situação de maior gravidade e risco de morte. Nesse sentido, as casas de caridade gradativamente transforma-se em hospitais, um local de domínio médico; de produção de conhecimento pautado na história natural das doenças, com intervenções centradas na doença e não na pessoa que a sofre. Em 1793, Philippe Pinel liberta os loucos das correntes e lança suas teorias sobre “alienação mental”, conceituada como distúrbio no âmbito das paixões, capaz de produzir desarmonia na mente e na possibilidade objetiva do indivíduo de

perceber a realidade, seu principal método de tratamento era o isolamento (AMMARANTE, 2007, p. 30; 2010).

Esses processos históricos associados ao conhecimento filosófico e científico do Iluminismo, influenciaram na constituição dos cursos na área da saúde e nos saberes acionados para as práticas na saúde mental na Europa e também no Brasil.

Segundo Ceccim e Carvalho (2011, p. 71-72), a gênese dos cursos da saúde no Brasil, inicialmente durante o século XIX com os cursos de medicina, farmácia, odontologia e enfermagem e posteriormente durante o século XX com os cursos de educação física, nutrição, psicologia, fisioterapia, biomedicina e terapia ocupacional, é atravessada por uma forma “conservadora e utilitária” que marca a noção de corpo dos séculos XVIII e XIX na Europa. Corpo objeto de estudo e de intervenção sob a luz do “paradigma biologicista, da anatomoclínica e da fisiopatologia”, o que por um lado foi um avanço, mas por outro limitou o entendimento do humano como “um ser de emoções e interações, de afetos”. Nessa perspectiva, se desenvolveram os processos de formação em saúde pautados pela razão médica e pela racionalidade científica moderna.

Cabe resaltar que a razão médica do século XVIII, como demonstra Foucault (2015, p. 143-170), era direcionada pela noção de “medicina social” das matrizes da medicina de estado ou polícia médica da Alemanha, da medicina urbana da França e da medicina social ou medicina dos pobres da Inglaterra, que além de influenciar no surgimento dos cursos da saúde, tinha o objetivo de estruturar a sociedade, urbanizando as cidades, medicalizando e controlando os indivíduos, deixando-os aptos para o trabalho dentro da moderna sociedade industrial que emergia.

De acordo com Ceccim e Carvalho (2011, p. 72), a formação na área da saúde ainda é dominada por disciplinas biológicas, pautadas nos saberes biomédicos, como anatomia e fisiologia, focadas “num corpo inerte, anistórico e descontextualizado da vida”. Já a intervenção se dá na perspectiva do cuidado, “na dimensão do corpo vivo”, carregado de subjetivações e sentidos, o que gera um paradoxo entre a formação e a intervenção.

Em relação ao trabalho em saúde, Merhy (1997, p. 16-18) nos lembra que os saberes biomédicos, por ele chamados de tecnologias “duras” (máquinas, equipamentos, farmacologias entre outras) apresenta uma importante faceta da intervenção em saúde. A questão está em não utilizarmos somente essas tecnologias, mas também acionarmos saberes sistematizados que envolvem outras áreas do conhecimento científico e populares ou ordinários, as tecnologias “leve-duras”. Por esse caminho, o autor ainda aponta a possibilidade de se utilizar de tecnologias “leves”, as quais se referem ao campo relacional entre trabalhador e pessoa em atendimento/usuário.

Nesse sentido, o debate sobre quais saberes se utilizar para a intervenção em saúde, não é uma discussão exclusiva da saúde mental, trata-se de um debate que

abarca vários subtemas e objetivos de produção de conhecimento: gestão da educação na saúde, formação docente, currículos e reformas curriculares, diretrizes curriculares nacionais, educação de profissionais e inserção no mercado de trabalho, integração ensino-serviço, integração ensino-atenção-gestão, participação popular, metodologias de ensino e avaliação, políticas e desenvolvimento de recursos humanos da saúde, coletivos organizados de produção da saúde, educação permanente do pessoal da saúde, residência médica e em área profissional da saúde, residência integrada em saúde,

nova abordagem da clínica e da formação, educação à distância e a educação nas áreas especializadas das políticas públicas de saúde (educação em saúde coletiva, saúde mental, saúde da mulher, saúde suplementar etc.). (CECCIM, CARVALHO; 2011, p. 74-75).

Segundo Fensterseifer (2011, p. 99-110), a “atividade epistemológica” no campo das ciências e consequentemente dos cursos da área da saúde, tem direcionado seu debate entre concepções dogmáticas e relativistas e a partir de uma postura mais relativista, é possível efetivar novas possibilidades de “compreender a lógica de produção dos saberes”, sem esquecer-se “do não-dito no dito”. Contudo, esse relativismo não implica em ausência de objetividade no fazer ciência, mas antes uma iniciativa de superação da “velha distinção entre ciências humanas e ciências naturais”. Por fim o autor afirma que a “atividade epistemológica” das ciências em geral, deve ser “capaz de permitir aos seres humanos conhecer a natureza do conhecimento que manipulam”.

Portanto, o trabalho em saúde mental é um debate ainda em construção que deve ter a participação de trabalhadores, pessoas em atendimento, familiares, cuidadores, da comunidade, do território, da cidade, levando em conta as relações de poder e disputas colocadas no trabalho em saúde mental e os processos de produção de conhecimento.

Para que esta proposta metodológica se efetive como pesquisa é necessário utilizar como fundamentação principalmente a perspectiva teórica de Michel Foucault e seus conceitos de epistême, de regularidades discursivas, de unidades, de formação discursiva e de discurso (FOUCAULT, 2007, 2014).

Para Foucault a história não é linear, mas sim atravessada por “rupturas” (FOUCAULT, 2014, p. 6). Cada período histórico pensa a realidade a partir de determinados pressupostos (valores morais, religiosos, científicos, comportamentais, culturais) e por pensá-la, também a determina como verdade (GOMES, 1991). Nesse sentido, a relação entre esses pressupostos pode ser visível através de quadros ou diagramas que determinam os saberes em cada momento histórico. Pode-se falar então em um diagrama grego, diagrama romano, diagrama feudal, cada qual em seu momento histórico determina os saberes e seus limites, além de indicar a forma como esses saberes podem ser acessados pelos indivíduos, demonstrando que há um “poder-saber” que relaciona os diagramas ao agir e falar dos indivíduos (DELEUZE, 2013, p. 82-92).

A estes processos Foucault denominou “epistême” (FOUCAULT, 2007), semelhante à ideia de paradigma (GOMES, 1991), mas com uma diferença essencial que pode demonstrar limites no pensamento científico.

Não se tratará [...] de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer; o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a epistêmê onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade [...] o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico (FOUCAULT, 2007, p.18-19).

Segundo Strathern (2013, p. 71), epistême pode ser compreendida como “a estrutura de pensamento que simboliza o pensamento de

determinada época. É a rede subterrânea de pressupostos e processos de pensamento, a tendência, que limita o pensamento científico, filosófico e cultural de uma época”.

A ideia de epistême de Foucault (2007, 2014) envolve conceitos que movimentam sua filosofia como: rupturas, regularidades discursivas, formações discursivas, discurso, unidades e dispersões, conceitos que podem ser apreendidos através da “prática do saber”, ou seja, através de ações praticadas por sujeitos, indivíduos, as quais são direcionadas por seus saberes, dentro de uma “microfísica”, entendendo o “micro” como a possibilidade de enxergar as relações entre as unidades enunciativas e os discursos individuais e não “como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis” (DELEUZE, 2013, p. 82).

A filosofia de Foucault nos coloca certa forma de olhar os processos culturais, científicos e históricos, a partir de enunciados coletivos e individuais conectados por pontos de cruzamento entre as estruturas culturais, científicas e históricas. Esses pontos de cruzamento regularizam ou imprimem certa ordem, certo controle aos discursos (frases e proposições) individuais, que por sua vez estão conectados a enunciados ou discursos coletivos, os quais são produzidos a partir de determinados saberes ou unidades admitidas como válidas (medicina, economia política, filosofia, história, literatura, educação física, psicologia, enfermagem e outras, a própria ciência), as quais emitem enunciados dispersos que são adotados pelos grupos sociais e assumidos como válidos e verdadeiros pelos indivíduos (OLIVEIRA, 2008; FOUCAULT, 2014).

Nessa “pragmática do múltiplo” (DELEUZE, 2013, p. 91), Foucault (2014, p. 47), afirma que os entrelaçamentos, os pontos de cruzamento (unidades) entre as estruturas apresentam semelhanças entre um número determinado de enunciados dispersos, ou seja, diferentes unidades

podem emitir enunciados dispersos semelhantes, o que o autor denomina de “formação discursiva”. Este olhar aprofundado possibilita desmontar, segundo Oliveira (2008, p. 172), certa obviedade das unidades e assim “percorrer seus princípios de organização, a fim de que se possa apontar a arbitrariedade da verdade que se quer afirmar”, ou seja, a construção das verdades.

Nesse sentido Foucault se preocupa com o saber ou saberes que produzem a ciência como um discurso possível. Em sua arqueologia, o autor tenta identificar pontos de cruzamentos de estruturas que sustentam o real e possibilitam sua leitura, nos diferentes momentos históricos (GOMES, 1991).

Segundo Foucault (2007, p. 15-16), toda cultura, em cada momento histórico, possui “códigos fundamentais” que dão uma interpretação da realidade, regulam esquemas linguísticos e comportamentais e fixam as ordens empíricas com que cada sujeito terá de se relacionar e se encontrar em seu período histórico. Dentro desse “sistema de elementos”, dentro dessa explicação “diagramática” (DELEUZE, 2013, p. 89), Foucault afirma que em “outra extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações de filósofos explicam por que há em geral uma ordem, [...] por que razão é esta ordem estabelecida e não outra.” (FOUCAULT, 2007, p. 15-16).

Nesse sentido, para Foucault, podemos analisar a realidade visível sob a luz das “formações históricas”, as quais nos oferecem o que ele denominou de “quadro-descrição”, onde é possível observar, as relações de forças que caracterizam o visível, mas também dentro desses quadros é possível perceber os enunciados/discursos dos sujeitos (DELEUZE, 2013, p. 87-89).

A partir dessas observações é possível perceber as regulações entre as forças e entre os enunciados, entendendo que “assim como os enunciados são curvas, antes de serem frases e proposições, os quadros são linhas de luz, antes de serem contornos e cores”. O que emerge desse “quadro-descrição” são as singularidades das relações de força, compreendidas através dos discursos dos sujeitos (DELEUZE, 2013, p. 87-89), sendo possível, dessa forma, perceber a qual ou quais unidades os discursos individuais estão relacionados ou apresentam semelhança, e a partir disso entender a rede subterrânea (STRATHERN, 2003), secreta, constituída entre as unidades que sustentam esses discursos.

Portanto, para que a presente proposta metodológica se efetive como pesquisa nos moldes apresentados, se faz necessário à utilização do modelo investigativo de Foucault (2014, p. 23-84) para que seja possível identificar práticas discursivas; determinar descontinuidades e limites epistemológicos das estruturas (unidades) investigadas e assim analisar a articulação entre essas unidades e seus enunciados dispersos, visualizando as “regularidades discursivas”, entendidas pelos sujeitos (trabalhadores da saúde mental) como resultantes de uma ordenação entre essas unidades, ou seja, resultantes de uma epistême.

Considerações finais

Esta proposta metodológica sugere a análise do discurso de profissionais de Centros de Atenção Psicossocial através de suas narrativas sobre suas práticas profissionais. Destacando seu caráter sociohistórico pretende-se identificar quais são os saberes acionados em seu cotidiano de trabalho. A partir disso, poderemos verificar se seus discursos e práticas aproximam-se mais dos saberes biomédicos ou das teorias do modelo psicossocial de atenção à saúde mental, ou seja, constituem um saber-fazer a partir da experiência vivida ou refletem o conhecimento acadêmico-científico dos diferentes núcleos profissionais.

Considerando que existem poucas produções científicas acerca dos discursos e práticas de profissionais de CAPS e que a saúde mental, dentro da grande área da saúde, ainda apresenta contradições e disputas. A presente proposta metodológica, quando efetivada poderá representar uma pequena contribuição à área da saúde mental e ao debate epistemológico em direção à superação da dualidade colocada pelos conhecimentos biológicos e das humanidades, visando a complementariedade entre os saberes das ciências biológicas e das ciências sociais e humanas e os saberes ordinários.

Portanto, a partir das narrativas dos profissionais, trabalhadores de CAPS sobre suas práticas e a partir da ótica de Michel Foucault (2007; 2014). Poderão ser identificadas possibilidades de formações discursivas, como se deu o surgimento de um discurso e não outro ou outros, entendendo o discurso como um processo complexo com atravessamentos morais, políticos, econômicos e culturais, em uma busca de compreender a qual ou quais unidades o discurso desses sujeitos está relacionado e qual a relação entre essas unidades, ou seja, qual é sua epistême. Contudo, novas propostas devem ser sugeridas visando complementar o modelo proposto por este esboço.

Referências

AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

_____. (Coord.) Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 5ª reimpressão - 2ª ed. ver. e amp.: Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

BRASIL. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>.
Acesso em: 15 de mar. de 2015.

_____. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre pesquisas com seres humanos. Disponível em:
<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

_____. Ministério da Saúde. SAS/DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Saúde Mental em Dados – 12, Ano 10, nº 12, agosto de 2015. Brasília, 2015. Informativo eletrônico de dados sobre a Política Nacional de Saúde Mental. 48p. Disponível em:
<www.saude.gov.br> e <www.saude.gov.br/bvs/saudemental>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CAMPOS, G. W. S. Efeito Paidéia e o campo da saúde: reflexões sobre a relação entre o sujeito e o mundo da vida. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 4 n. 1, p. 19-31, 2006.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface – Comunic., Saúde, Educ., Botucatu, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005.

CECCIM, R. B.; CARVALHO, Y. M. Ensino da saúde como projeto da integralidade. In: PINHEIRO, R.; CECCIM, R. B.; MATTOS, R. A. (Org.). Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/UERJ: ABRASCO, 2011. p. 69-92.

DELEUZE, G. Foucault. Tradução: Claudia Sant' Anna Martins; revisão da tradução: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense,

2013.

FENSTERSEIFER, P. E. Educação Física: atividade epistemológica e objetivismo. Filosofia e Educação – Revista Digital do Paideia. Uberlândia, v. 2, n. 2, Out./Mar., 2011.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução: Salma Tannus Muchail. 9ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007. 541 p. (Coleção Tópicos)

_____. A arqueologia do saber. Tradução: Luiz Felipe B. Neves. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 254 p. (Campo Teórico)

_____. O nascimento da medicina social. In: FOULCAULT, M. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 143-170.

GUATTARI, F. Caosmose: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 1ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS)

GOMES, J. C. L. Nota sobre o conceito de epistême em Michel Foucault. Síntese nova fase, v. 18, n. 53, p. 225-231, 1991.

HIRDES, A. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 297-305, 2009.

MALTA, D. C.; MERHY, E. E. The path of the line of care from the perspective of nontransmissible chronic diseases. Interface - Comunic., Saude, Educ., Botucatu, v.14, n.34, p.593-605, jul./set. 2010.

MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em ato, em saúde. In: Emerson Elias Merhy; Rosana Onocko (Org.). Agir em saúde: um desafio para o público, 1997. Disponível em: <<http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-03.pdf>>. Acesso em: 09 de junho de 2015. p. 1-78.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

OLIVEIRA, C. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. História, Ciências, Saúde, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.169-181, jan./mar. 2008.

PAIM, J. et al. The Brazilian health system: history, advances, and challenges. Lancet, London, v. 377, n. 9779, p. 1778-1797, may, 2011.

PELBART, P. P. Poder sobre a vida, potência da vida. Lugar comum, Rio de Janeiro, n. 17, p. 33-43, 2008.

PESSOTTI, I. A loucura e as épocas. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

PINTO, A. T. M. FERREIRA, A. A. L. Problematizando a reforma psiquiátrica brasileira: a genealogia da reabilitação psicossocial. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 15, n. 1, p. 27-34, jan./mar. 2010.

RAMMINGER, T.; BRITO, J. C. de. “Cada CAPS é um CAPS”: uma coanálise dos recursos, meios e normas presentes nas atividades dos trabalhadores de saúde mental. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 23, n. spe., p. 150-160, 2011.

STRATHERN, P. Foucault (1926-1984) em 90 minutos. Tradução: Cassio Boechat; consultoria: Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 84 p. (Filósofos em 90 minutos)

YASUI, S. Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. A AUTOGESTÃO EM SAÚDE: UMA BREVE ANÁLISE ENTRE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO

JULIANA CARVALHO CABRAL¹⁷²

¹⁷² Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura, da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, 2016

“... nem sempre se atenta para o fato de que se administrar é planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar; ser administrado significa ser planejado, organizado, comandado e controlado. Também não se atenta para o fato de que quem administra é uma minoria, enquanto que a maioria absoluta da população é administrada” (MOTTA, 2003, p. 369).

Resumo: A interferência do Estado, no contexto de mudança de comportamento dos indivíduos, deve ser discreta a partir da função central que se inscreve. Nesse sentido, a educação passa a ter papel central dentro das atuações e intervenções governamentais. Buscar-se-á traçar um ponto de convergência entre a Administração de políticas públicas em saúde e o modo como se inscreve o nível do sujeito, uma vez que o indivíduo neoliberal goza de uma liberdade satisfatoriamente administrada por si mesmo, onde a eventual construção de uma sociedade autogerenciável passa, então, inquestionavelmente, pela questão da educação.

Palavras-chave: Administração, Educação, saúde e AutoGestão.

INTRODUÇÃO

Gestão e saúde têm apontado inúmeros trabalhos nos mais diferentes portais de pesquisa científica. Muitos têm registrado a conexão entre a aparição de tecnologias de avaliação de programas sociais e a atual necessidade de redução nos gastos públicos. A orientação é por administrar as políticas dos governos na direção de um abatimento nos investimento na saúde pública. Tal redução impõe uma direção de busca de eficiência em que o menor custo e a maior produtividade passam a ser importantes balizadores, num movimento de intensificação da avaliação como instrumento de uma gestão dirigida pelo avanço da racionalidade neoliberal. (VIACAVA *et al.*, 2004).

Formulação de políticas, definição de estratégias, avaliação de resultados, gestão de pessoas, gestão financeira e de suprimentos, tem surgido com olhares de distintos especialistas para a obtenção de

objetivos de governo. No entanto, a interferência do Estado, no contexto de mudança de comportamento dos indivíduos, deve ser discreta a partir da função central que se inscreve. Nesse sentido, a educação passa a ter papel central dentro das atuações e intervenções governamentais. Buscar-se-á traçar um ponto de convergência entre a gestão de políticas públicas e o modo como se inscreve o nível do sujeito, uma vez que o indivíduo neoliberal goza de uma liberdade satisfatoriamente administrada por si mesmo.

A EDUCAÇÃO NOS CAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO

Traçando uma relação entre a Administração e a Educação, podemos dizer que a afinidade entre os campos está implícita nas relações sociais do nosso cotidiano. Planejar, coordenar, organizar, comandar, controlar, entre outras, são atributos descritivos da Administração. Todas essas características, desde os primórdios da teoria organizacional, continuam interpelando os indivíduos e fazendo sentido em nossa sociedade, mesmo avaliando os avanços que esse campo experimentou no século XX. No entanto, do ponto de vista político, administrar significa exercer um poder delegado. Não há como pensar o poder sem pensar naqueles que o possuem. ALBUQUERQUE menciona a teoria do poder de Foucault como:

Ele opõe uma concepção do poder um conjunto de forças materiais, que se concentra no centro da sociedade, e se irradia de forma intermitente em direção à periferia, mediante espasmos que se desencadeiam para submeter aos bons súditos e esmagar os insubmissos; que funciona negativamente, por confisco e por coleta; a uma concepção do poder como relação assimétrica entre indivíduos, entre grupos, que se irradia da periferia para o centro, de baixo para cima, que se exerce permanentemente, dando sustentação à autoridade, e que funciona positivamente, dinamizando, incrementando as

forças e recursos existentes (FOUCAULT apud. ALBUQUERQUE. 1995 pág. 108).

Desta forma, existe a possibilidade de pensarmos o poder sem o rei, assim como propôs Foucault; e, de acordo com essa posição, não há lugar nas relações de poder para a vontade política. “Sem o rei para expressar e exercer a vontade como sujeito, sem os súditos para cumpri-la como objeto, o poder não conhece a vontade de quem quer que seja” (ALBUQUERQUE, 1995). Desta forma, as várias modalidades do exercício do poder permeiam todas as nossas relações sociais.

Conforme MOTTA:

...há, entretanto, o caso do poder exercido por um conjunto de administradores profissionais que se estruturam hierarquicamente e que, em nome da racionalidade e do conhecimento, planejam, organizam, coordenam, comandam e controlam, por uma relação de mando e subordinação, uma determinada coletividade (MOTTA, 2003 pág. 370).

E a escola é um modelo dentro deste espectro. Olhando novamente num viés foucaultiano, tendo como base no livro *Vigiar e Punir*, onde descreve os vários processos de disciplinarização, demonstrando mentes e corpos moldados a partir de diversas instituições sociais. O filósofo elencou formas de exercer o poder, como a escola e suas ideias pedagógicas (sinais de disciplina, vigilância e adestramento, por exemplo) produzindo determinados tipos de sociedade.

Na atualidade, o modelo de sociedade que se produz e se propaga, tem como base o modelo da empresa. De acordo com DELEUZE (1992) “Não se está mais no modelo da fábrica, mas no modelo empresa ou nas ditas sociedades de controle”. Nesse cenário, a avaliação vem se tornando ferramenta forte de controle da produção, uma vez que a disciplinarização dos corpos, embora não tenha desaparecido, já não

ocupa lugar central na organização dos processos de trabalho (SOUZA & CUNHA, 2013). A racionalidade econômica neoliberal que encontramos hoje traz a avaliação como uma função estratégica na gestão de políticas públicas, elaborando diversas ferramentas que visam ampliar as possibilidades para que os diversos atores da sociedade participem do processo de gestão. A promoção da saúde, por exemplo, pode ser encarada como “um meio de dirigir os indivíduos a assumirem a responsabilidade por sua própria saúde e, assim, reduzir os gastos com o sistema de saúde” (CASTIEL, et al. 2011).

A eventual construção de uma sociedade autogerenciável passa, então, inquestionavelmente, pela questão da educação. É o Estado (governo) que estabelece as diretrizes e bases da educação pública nacional. E é nessa perspectiva, da qual se pode tornar compreensível a variedade de tentativas feitas por distintos tipos de autoridades para agir sobre as ações dos outros, que elencamos a baixo o trecho do livro *Inventando Nossos Selves: Psicologia, poder e subjetividade* de Nikolas Rose (2011) sobre o gerenciamento dos outros e o gerenciamento de si:

Cada uma dessas direções de investigação é inspirada, em larga medida, pelos escritos de Michel Foucault. Em particular, é claro, elas surgem das sugestões em Foucault em relação a genealogia da arte do governo – em que governo é concebido, em geral, como englobando todos os programas e estratégias mais ou menos racionalizados para “a condução da conduta” – e de sua concepção governamentalidade, que se refere a emergência de racionalidades políticas, ou mentalidades de governo, em que o governo passa a ser uma questão de administração calculada das questões de cada um e de todos de maneira a alcançar objetivos desejados (FOUCAULT, 1991; cf. a discussão sobre a noção de governo em GORDON, 1991).

A AUTOGESTÃO E A SAÚDE

A partir desse entendimento, e tendo por referência a saúde, é que se percebe a condução do Estado para se obter indivíduos que operam com o chamado “autocuidado”, com a autogestão de seu próprio bem-estar. Neste ponto, é que os elementos gerenciais dos serviços de saúde acabam por pressupor informações sobre as quais se elencam as ações produzidas e os custos operacionais envolvidos. Cabe mencionar que os dados gerados no serviço de saúde pública, são onerosos e demasiadamente complexos, de difícil controle, dos quais não cabe propor análise nesse artigo, pois a clientela que utiliza desses serviços está a níveis nacional, estadual e municipal. Desta forma, entendemos que administrativamente, como diz o ditado, é melhor prevenir do que remediar a sociedade. Nesse sentido, ROSE (2011) elenca em seu livro:

Essa perspectiva também direciona nossa atenção para a maneira frequente como as estratégias de condução da conduta operam através de tentativas de moldar o que Foucault chama de “tecnologias do self” – “mecanismos de autodireção”, para a maneira como os indivíduos experenciam, entendem, julgam e conduzem si mesmos (FOUCAULT, 1986a, 1986b, 1988).

Como complemento a esta citação, menciona ROSE:

As tecnologias do self assumem a forma de uma elaboração de técnicas para a condução da relação de cada um consigo mesmo, por exemplo, ao exigir que cada um se relacione consigo mesmo de maneira epistemológica (conheça a si mesmo), despótica (controle a si mesmo), ou de outras maneiras (cuide de si mesmo). Elas são incorporadas em práticas técnicas específicas (confissão, escrita de diários, grupos de discussão, o programa dos doze passos dos alcoólicos anônimos). E são sempre praticadas sob a autoridade, real ou imaginária, tanto de algum sistema de verdade quanto de algum indivíduo autoritário, seja ele teológico e pastoral, psicológico e terapêutico, o disciplinar e tutelar (ROSE, 2011 pag. 50).

Nesse sentido, cabe perguntar o que haveria em comum entre: o modo de funcionamento de políticas sociais e econômicas com os Sistemas Educacionais; os sistemas de gestão e avaliação da produção científica predominantes no mundo; os sistemas de acreditação hospitalar na saúde; e as definições de critérios de adoecimento e risco cada vez mais rigorosos – pressão arterial, glicemia, comportamentos de risco? Existiriam aspectos comuns sustentando e produzindo parte que seja dos modos de funcionamento dessas políticas? Existiriam, pelo menos parcialmente, pontos de convergência entre a gestão de políticas e o modo como as pessoas passam a conceber sua própria saúde ou sua própria formação num exercício de gestão de si? (SOUZA & CUNHA, 2013). Também esta na gestão das políticas públicas, o modo como nos conduzimos e nos concebemos.

Quanto à saúde, para a sociedade em geral, sua interpretação de significado se estabeleceu historicamente no modo de viver das pessoas. Essa influência, adicionada a questões culturais, sociais e políticas, direcionam modelos a ser adotados e reproduzidos nos indivíduos. Contudo, ainda não há um consenso comum para este conceito, mas estão claros os efeitos financeiros de uma boa gestão nos parâmetros de Educação e Saúde, efeitos positivos para os indivíduos que operam para a sua autogestão. CASTIEL et al. (2010) fazem uma boa ponderação sobre o consumismo e a saúde:

Além do consumismo amiúde associado à ideia de compra frívola, é necessário distinguir no horizonte pós-moderno, sobretudo nos férteis campos da saúde, o consumismo por acesso a estatísticas, novas descobertas e resultados de pesquisas sobre terapias e panacéias de toda sorte na qualidade de produtos culturais intensamente divulgados pelas mídias (CASTIEL et al., 2010 pág. 1474).

Possuímos o conhecimento da importância do uso de informações epidemiológicas no planejamento e na avaliação de serviços. O uso desses subsídios tem servido de base para a programação de ações em saúde e a gestão desses serviços vem sendo enfatizado na internet e nas propagandas de televisão das grandes emissoras, divulgados em nome do Ministério da Saúde, num processo de proliferação das informações de autocuidado, evidenciando um dos importantes mecanismos para a definição de políticas públicas. No entanto, é preciso estender essa análise para uma relação entre o governo e a subjetivação dos indivíduos, pois o uso dessas informações acaba se direcionando a elaboração de esperados diagnósticos, pouco evidenciados na avaliação da qualidade dos serviços de saúde.

Conforme as informações fornecidas no sítio “Portal da Saúde”¹⁷³, desenvolvido pelo Governo Federal, o Ministério da Saúde é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros. É função deste Ministério dispor de condições para a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro.

A Educação é um tema que concebe diversas frentes de atuação do Ministério da Saúde. Entre elas, estão à capacitação dos profissionais e gestores, o incentivo à pesquisa e a promoção da saúde dos alunos brasileiros. Estas iniciativas estão distribuídas nos programas chamados Gestão da Educação e Saúde na Escola.

O programa Gestão da Educação¹⁷⁴ propõe o desenvolvimento profissional e a educação permanente dos trabalhadores da saúde em

¹⁷³Conforme informação disponível em:
<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal>

atuação. Para isso, as políticas relativas à formação, ao desenvolvimento profissional e à Educação Permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), são de responsabilidade do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES/SGTES) e possuem a intenção de integrar ensino e serviço, assim como estabelecer mecanismos de educação permanente aos trabalhadores da saúde. Esse Departamento é vinculado à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde (SGTES/MS) e coordena a implantação da Política Nacional de Educação Permanente, além de planejar, acompanhar e avaliar as ações de gestão da educação que envolvem as três esferas do governo. O DEGES também promove ações de articulação e integração de órgãos educacionais, entidades de classe e movimentos sociais.

Já o Programa Saúde na Escola (PSE)¹⁷⁵ propõe prevenir e promover a saúde, por meio de avaliações do estado nutricional, da incidência precoce de hipertensão e diabetes, do controle de cárie, da acuidade visual e auditiva e também psicológica dos alunos brasileiros. Com esse intuito, os Ministérios da Saúde e da Educação lançaram, em setembro de 2008, o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa beneficiar estudantes de 1.242 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O PSE é decorrente de uma parceria entre os ministérios da Saúde e da Educação que tem o objetivo de reforçar a prevenção à saúde dos alunos brasileiros e construir uma cultura de paz nas escolas. Além dessas atuações, o Ministério da Saúde desenvolve outras ações e programas: Academia da Saúde, Saúde da Família, Mais Médicos, Farmácia Popular, entre outros.

¹⁷⁴Conforme informação disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9276&Itemid=473

¹⁷⁵Conforme informação disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/profissional-e-gestor/educacao/leia-mais-saude-na-escola-educacao/177-saude-na-escola>

FALCI et al. (2013) no trabalho sobre a inserção do profissional de educação física na atenção primária a saúde e os desafios em sua formação, menciona o programa Saúde da Família como uma estratégia prioritária para a expansão e consolidação da Atenção Primária à Saúde (APS), sendo operacionalizadas através da implantação de equipes multiprofissionais formadas por médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e auxiliares de enfermagem. Para ampliar esse programa e expandir a abrangência e o desígnio das ações das equipes, foi criado o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) pela Portaria 154, de 24 de janeiro de 2008. Neste artigo contém a citação de diversos autores sobre a inclusão do profissional de Educação Física, conforme segue:

Desde então, outros profissionais foram formalmente inseridos na APS, dentre eles o Profissional de Educação Física (PEF) (Brasil, 2008). A partir do reconhecimento da importância da atividade física para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônico-degenerativas, importantes causas de morbimortalidade no Brasil, houve, ainda que de forma incipiente, o aumento da demanda pelos PEF na APS, o que evidenciou a fragilidade de sua formação para a área (Bonfim, Costa, Monteiro, 2012; Pasquim, 2010). Na tentativa de tornar a formação dos profissionais de saúde consonante aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde e da Educação vem desenvolvendo e apoiando ações na graduação e na pós-graduação, destacando-se a homologação, em 2004, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Educação Física (EF). Essas diretrizes preveem formação de profissionais capazes de avaliar a realidade social e nela intervir por meio das manifestações e expressões do movimento humano (Brasil, 2004). Nesse contexto, algumas Instituições de Ensino Superior (IES) promovem mudanças curriculares para aproximar a formação das diretrizes. Essas mudanças, ainda insuficientes, tornam necessária a formação pós-graduada para minimizar essa

deficiência (Costa et al., 2012; Anjos, Duarte, 2009; Brugnerotto, Simões, 2009).

Na tentativa de tornar a formação dos profissionais de saúde consonante aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde e da Educação também vêm desenvolvendo e apoiando ações na graduação e na pós-graduação, destacando-se a homologação, em 2004, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Educação Física. Essas diretrizes preveem formação de profissionais capazes de avaliar a realidade social e nela intervir por meio das manifestações e expressões do movimento humano (Brasil, 2004). Nesse contexto, algumas Instituições de Ensino Superior promovem mudanças curriculares para aproximar a formação das diretrizes, já outras seguiram com seus planos pedagógicos.

A partir dos assuntos discutidos até o momento, é possível identificar a relação entre Administração e Educação, pois estão arroladas em muitos contextos, principalmente nos processos que tangem a educação em Saúde. As articulações que operam na interface da autogestão ocorrem então de forma discreta, de modo a intervir no campo do sujeito. Nesse sentido, identifica-se a necessidade atual de ampliar as discussões que recortam as abordagens de subjetividade que possuem implicações nas práticas de saúde.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Michel Foucault e a teoria do poder*. Tempo Social. Ver. Sociol. USP, 7 (1-2): 105-110, outubro de 1995.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 7, de 31 de março, de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os

cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília: CNE, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008c. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família- NASF. Extraído de <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/GM/GM-154.htm>> Acesso em 31/10/2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Extraído de <http://dab.saude.gov.br/dab/caderno_ab.php> Acesso em 31/10/2015.

_____. Ministério da saúde. Portaria nº 198/SAS/MS, de 28 de março de 2008. Inclui no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) o tipo de estabelecimento 71 - Centro de Apoio à Saúde da Família Diário Oficial da União, Brasília-DF, Seção 1, n. 61, 31 mar. 2008, p. 71. Extraído de: Diário Oficial da União Acesso em 31/10/2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: Pólos de Educação Permanente em Saúde. Brasília (DF): 2007.

BUSS, P. M. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo da Escola Nacional

de saúde. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15 (Sup. 2), p. 177-185, 1999.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; AMARAL Márcia Aparecida do. A clínica ampliada e compartilhada, a gestão democrática e redes de

atenção como referenciais teórico-operacionais para a reforma do hospital. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 4. Rio de Janeiro, July/Aug. 2007.

CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

CASTIEL et al. As novas tecnologias da informação e o consumismo em saúde. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 26 (8), p. 1473-1482, 2010.

CASTIEL et al. Atividade física na perspectiva da Nova Promoção da Saúde:

Contradições de um programa institucional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16 (Supl. 1), p. 865-872, agosto 2011.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

FALCI, D.M.; BELISÁRIO, S.A. A inserção do profissional de educação física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. *Comunicação Saúde Educação*. Botucatu, v. 17, n.47, p. 885-99, out./dez. 2013

FOUCAULT, M. *Vigiar E Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Administração e participação: reflexões para a educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.2, p. 369-373, jul./dez. 2003.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: ED. VOZES, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias de Currículo*. 3ª. Edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2010.

SOUZA, Tadeu de Paula; CUNHA, Gustavo Tenório. A gestão por meio da avaliação individualizante e competitiva como elemento comum nas políticas públicas e gerenciais contemporâneas: uma contribuição crítica a partir de Michel Foucault. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 655-663, out/dez 2013.

VIACAVA, F. et al. *Uma metodologia de avaliação do desempenho do sistema de saúde brasileiro*. Ciência e Saúde Coletiva, v.9, n.3, p.711-724, 2004.

LACLAU E FOUCAULT: EMANCIPAÇÃO E LIBERDADE EM PERSPECTIVA COMPARADA

KAMILA LIMA DO NASCIMENTO¹⁷⁶

Resumo: Este trabalho é uma análise comparada dos conceitos de emancipação e liberdade nas obras de Ernesto Laclau e Michel Foucault que tem como objetivo demonstrar ser possível entre eles uma relação de complementariedade mútua. Ambos os conceitos possuem importância fundamental para a ciência política e são disputados por inúmeros autores sem que haja um acordo final sobre sua conceituação. Os teóricos que mobilizamos em nosso texto também se debruçaram sobre estes conceitos e ofereceram diferentes perspectivas sobre eles, já estudadas por outros pesquisadores, inclusive de forma comparada. A novidade que introduzimos em nosso trabalho é a tentativa de relacionar as perspectivas de ambos em caráter complementar. Nesse sentido, quisemos demonstrar que os autores que trabalham em distintas dimensões teóricas podem, apesar das diferenças, serem aproximados e até mesmo integrados em um todo coerente.

Palavras-chave: Ernesto Laclau; Michel Foucault; Liberdade; Emancipação; Sujeito.

Introdução

Os conceitos de emancipação e liberdade possuem importância fundamental para a ciência política e são disputados e discutidos por

¹⁷⁶ Doutoranda em ciência política pela Universidade Federal de Pelotas; kamiladonascimento@gmail.com;

inúmeros autores sem que haja um acordo final sobre sua conceituação. Este trabalho visa contribuir para estas discussões através da análise comparada das abordagens teóricas de Ernesto Laclau e Michel Foucault, que também se debruçaram sobre estes conceitos e ofereceram diferentes perspectivas sobre eles. Nosso intuito é demonstrar que os autores que trabalham em distintas dimensões teóricas podem, apesar das diferenças, serem aproximados e até mesmo integrados em um todo coerente.

Entre estes dois autores há inúmeras divergências relacionadas aos conceitos mencionados. Para Laclau, a liberdade só existe no momento em que entre uma estrutura e outra, no momento do deslocamento político, o sujeito é impelido a agir. Para Foucault, ao contrário, ela é a própria condição para existência das relações de poder. Para Laclau a possibilidade de emancipação está relacionada a uma falha estrutural constitutiva. Para Foucault, a emancipação é um curso constante do sujeito que mesmo sendo sempre atravessado pelo poder, jamais é aprisionado por ele e pode sempre mudar a sua direção, embora não possa dele libertar-se finalmente.

Entre estes autores há também algumas similaridades. Tanto Laclau quanto Foucault, são considerados filiados a corrente teórico-filosófica pós-estruturalista¹⁷⁷. Também ambos rejeitam a ideia de uma emancipação total e de uma liberdade total exercida por sujeitos autocentrados e independentes das relações de poder que os cercam. Como alternativa, os dois constroem seus conceitos partindo da ideia da contingência das relações sociais.

Entre aproximações e divergências nosso interesse era saber se as distintas contribuições dos autores poderiam ser integradas, por isso analisamos sua relação de complementariedade. Na primeira sessão

¹⁷⁷ Os primeiros trabalhos de Laclau e Foucault são considerados estruturalistas, contudo, neste artigo utilizamos somente contribuições dos autores consideradas pós-estruturalistas.

apresentamos a contribuição de Ernesto Laclau e como ele apresenta os conceitos mencionados. Na segunda parte expusemos os mesmos conceitos como construído por Michel Foucault. Por fim, analisamos a relação entre a emancipação e a liberdade para os dois autores.

1. Emancipação e Liberdade em Ernesto Laclau

Para compreender a ideia de emancipação a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau, a primeira coisa que precisamos saber é que o ato libertação radical em sua teoria não é atribuído ao conceito de emancipação, mas à categoria do deslocamento. A escolha do autor, visa recusar o caráter essencialista do conceito de emancipação e demonstrar a passagem de uma situação de estruturação à liberdade a partir de pressupostos pós-estruturalistas.

O deslocamento é precisamente o momento de grandes transformações em que as estruturas que dão sentido de ordem ao social falham. É neste momento de fracasso que segundo a teoria de Laclau reside à possibilidade de liberdade. O deslocamento possui, segundo ele, três dimensões, ele é: a forma mesma de temporalidade, a forma mesma de possibilidade e a forma mesma da liberdade. Vejamos cada dessas dimensões.

A temporalidade, afirma Laclau, deve ser entendida como oposto exato do espaço. O espaço é a totalização resultante da repetição e sucessão de momentos, governada por uma lei estrutural que formam através da redução de sua variação um núcleo invariante, uma estrutura social. Dito de outro modo, o efeito de estruturação do social nada mais é que a repetição dos eventos sociais através da regulação, sucessão e eliminação da variação causando a impressão de que as coisas sempre foram como são e escondendo sua própria historicidade, sua temporalidade. (LACLAU, 2000) O deslocamento é o momento em que a espacialização é rompida e a “estrutura não consegue processar,

semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação. (...) Uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta um momento de crise, um momento em que a mesma é posta radicalmente em xeque”. (MENDONÇA, 2012, p.159) A espacialização de um evento consiste, portanto, na eliminação de sua temporalidade e, de modo contrário, a temporalidade é justamente a interrupção do efeito da espacialização mostrando a contingência das estruturas sociais.

Na segunda dimensão o deslocamento é uma forma mesma de possibilidade. Como ele intorrompe a estrutura social vigente, o espaço se abre para que uma nova ordem seja possível. Ao interroper o efeito de espacialização, o deslocamento gera no social uma espécie de crise de significação e as estruturas que costumavam dar o sentido de ordem já não conseguem mais organizar as relações sociais. É aquilo que Gramsci chama de crise orgânica. O único modo de resolver a crise é que outra forma de organização social ocupe o espaço do anterior, pois o deslocamento é a rigor apenas um momento e deve ser sempre seguido por uma rearticulação estrutural, ou seja, por uma nova ordem. Entretanto, a possibilidade deve ser entendida no sentido radical do termo, como uma autêntica possibilidade. “Isto implica que deve haver outras, já que a ideia de uma possibilidade única contradiz a noção mesma de possibilidade”. (LACLAU, 2000, p.59)

A terceira dimensão do deslocamento refere-se à liberdade. É nela que encontramos a discussão de Laclau sobre o processo que vai da estruturação à liberdade, a “emancipação”. Se no momento do deslocamento a estrutura social vigente é interropida abrindo a possibilidade para que uma nova ordem seja proposta, isso significa que nesse momento surge a liberdade, a liberdade de escolha entre uma estrutura e outra. “A liberdade assim "ganhada" sobre a estrutura é, por conseguinte, inicialmente, um acontecimento traumático”. (LACLAU, 2000, p.60)

É preciso salientar que a liberdade a que se refere o autor é diferente tanto da “liberdade espinosiana, reduzida à consciência da necessidade, quanto da liberdade sartreana, de escolher sem ter fundamento para fazê-lo”. (LACLAU, 2011, p.46) Não se trata daquela liberdade em que as estruturas falam através de mim e nem a que tudo é possível. A liberdade para Laclau “é a ausência de determinação. É livre quem é *causa sui*”. (LACLAU, 2000, p.59) Isto quer dizer que a liberdade de escolha é ela mesma limitada. A liberdade não significa que “tudo passa a ser possível, ou que todo quadro simbólico desaparece”. (LACLAU, 2000, p.59) Se tudo fosse possível teríamos caído num relativismo ou em um “universo psicótico”. Para “deslocar uma estrutura deve haver estrutura em primeiro lugar.” (LACLAU, 2000, p.59) Dessa forma, a nova estruturação que é indeterminada, dar-se numa situação determinada, ou seja, na qual há sempre uma estruturação relativa. Nesse sentido, Laclau rejeita a literatura sobre a emancipação que considera a libertação como um ato fundacional, em que uma estrutura total seria substituída por outra inteiramente nova e livre de toda e qualquer opressão. Para ele, toda e qualquer situação de libertação e toda liberdade é sempre limitada, parcial e contingente.

O momento do deslocamento é também o lugar do sujeito na teoria de Laclau. Não devemos confundir “Sujeito” com “posição de sujeito”. Este último refere-se, para Laclau, aos “sujeitos” dentro da estrutura, e, portanto, sujeitos a leis internas, estruturados. Já o primeiro se constitui quando a estrutura é deslocada, no momento da liberdade, pois é o sujeito que faz a escolha da nova ordem. “É este momento de “falha” da estrutura (...) que “compele” o sujeito para agir. (...) O sujeito é forçado a tomar decisões (...) quando identidades sociais estão em crise e as estruturas necessitam ser recriadas”. (Howarth, 2000, p. 109). Dito de um outro modo, apenas somos sujeitos no momento em que podemos decidir entre uma ordem e outra. Isto significa, conseqüentemente, que feita a escolha voltamos a nos estruturarmos e

logo nos transformarmos novamente em posições de sujeitos dentro de uma estrutura.

Encontramos aqui o paradoxo da liberdade em Laclau. “A falha da estrutura em constituir plenamente o sujeito força o sujeito a ser sujeito, a tomar uma decisão, a agir, a se identificar de novo. (...) o momento da liberdade e da possibilidade é simultaneamente o momento de minha maior restrição.” (LACLAU, 2011, p. 46) Dito de outro modo, “há liberdade porque a sociedade não logra constituir-se como ordem estrutural objetiva, entretanto, toda ação social tende a constituição desse objeto impossível e a eliminação, portanto, das condições da sua própria liberdade”. (LACLAU, 2000, p.60)

Desse modo, a liberdade em Laclau possui duas faces: uma libertadora e a outra limitadora. “A liberdade é tão libertadora quanto escravizante, revigorante e traumática, capacitadora e destrutiva”. (LACLAU, 2011, p. 46) Como veremos na sessão seguinte, Foucault também trabalha a partir de um paradoxo semelhante que ele atribui não à liberdade, mas ao poder que para ele é tanto repressivo quanto reprodutivo, e também irremediável.

Emancipação e Liberdade em Michel Foucault

A temática da relação entre emancipação e a liberdade apresenta-se nos textos de Foucault de modo inseparável dos conceitos de sujeito e poder. A tese fundamental que envolve os quatro conceitos desenvolve-se da seguinte forma: somos todos sujeitos atravessados por relações de poder, que impõe limites à nossa liberdade e à possibilidade de emancipação. Isso não significa, contudo, que não sejamos livres, pois ainda que as relações de poder nos imponham limites elas não nos dominam inteiramente, “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”. (Foucault, 2000, p. 241)

O poder em Foucault só se exerce sobre sujeitos livres, “enquanto “livres” - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”. (FOUCAULT, 1995, p.244) Desse modo, a liberdade é a própria condição para o exercício do poder, pois se os sujeitos não tivessem liberdade falaríamos em um estado de dominação maciça. Consequentemente, Foucault não opõe liberdade e poder como numa relação de exclusão em que para um existir o outro deve cessar seus efeitos. O que há para ele é um “jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (...), porém, ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente”. (FOUCAULT, 1995, p.244)

Isso não significa que esteja ausente de seus textos a preocupação com a opressão e com a libertação, logo com os atos considerados emancipatórios. “Não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta”. (FOUCAULT, 1995, p.244) Entretanto, a capacidade de modificar a direção da dominação do poder é algo muito diferente de libertar-se do poder, emancipar-se finalmente. A emancipação pensada como a abolição dos mecanismos de sujeição e a possibilidade do encontro consigo mesmo é uma impossibilidade para Foucault. As lutas por liberdade são importantes, mas sempre limitadas, e em última instância inalcançáveis.

A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas. O problema central do poder não é o da “servidão voluntária” (como poderíamos desejar ser escravos”): no centro da relação de poder, “provocando-a” incessantemente, encontra-se a

recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um "antagonismo" essencial, seria melhor falar de um "agonismo" - de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente. (FOUCAULT, 1995, p.244)

Com isto Foucault não está nos conduzindo a um *niilismo* e uma condição de aceitação passiva, pelo contrario, ele coloca a ação dos sujeitos no exercício da liberdade como sua própria condição de existência. “A liberdade é uma prática, sua condição são pessoas no exercício de sua liberdade. Liberdade não só como a opção ou escolha "de", mas como expressão, materialização”. (SAMPAIO, 2011, p.227)

É preciso esclarecer que a liberdade aqui não possui um sentido natural como se fosse um bem, e nem um sentido negativo de “não submissão à coação externa, a liberdade é pensada como positividade, isto é, como poder efetivo de mudar”. (SAMPAIO, 2011, p.226) Ainda assim, o poder de mudar existe apenas como potencialidade, que precisa ser ativado pela ação dos sujeitos. A liberdade não se garante em si mesma, mas na ação dos que a praticam, "a garantia da liberdade é a liberdade". (FOUCAULT, 1994e, p. 276 apud SAMPAIO, 2011).

E aqui está uma questão importante, se a liberdade é um curso, ela não é um fim, nem tampouco é meio para um fim. Dito de outro modo, a liberdade não é a finalidade da emancipação e nem um meio para emancipar-se. Não há um lugar final para onde ir. A liberdade assim, “assume um caráter de experiência, de vivência; é uma prática, a única fiadora possível para a sua própria realização”. (SAMPAIO, 2011, p.227)

Em suma temos uma ideia de sujeito parcialmente constituído que nasce e cresce em ambiente que o antecede, com relações de poder e

jogos de verdade pré-concebidos, mas que, entretanto, não está pré-determinado. Não existe sujeito inteiramente livre das estruturas da sociedade, nem tampouco sujeito inteiramente dominado. Aqui Foucault afaste-se ao mesmo tempo da concepção de liberdade como essência e, logo, da ideia de emancipação final, quanto da ideia da ausência total da liberdade dos sujeitos.

Emancipação e Liberdade: Laclau e Foucault

Do que dissemos até aqui é possível fazer diversas aproximações e distanciamentos entre Ernesto Laclau e Michel Foucault. As aproximações estão diretamente relacionadas com a filiação de ambos à corrente teórico-filosófica pós-estruturalista. O pós-estruturalismo caracteriza-se pela “constante interrogação das figuras metafísicas fundacionais, tais como a totalidade, a universalidade, a essência e o fundamento” (MARCHART, 2007, p.2) Os autores pertencentes a esta vertente possui em comum a rejeição a ideia de que as estruturas sociais como as conhecemos sejam verdades *ex nihilo*, ou seja, que elas existam desde sempre como se o social fosse mera repetição. Eles não negam que existam estruturas que dão o sentido de ordem ao campo do social, o que rejeitam é que essas estruturas tenham uma essência ou um fundamento. Desse modo, tanto Laclau quanto Foucault, partem da ideia de que todo fundamento social é limitado e contingente e que as estruturas como as que conhecemos são sedimentações parciais, precárias e historicamente construídas.

É precisamente por esta razão que ambos rejeitam a ideia de uma emancipação total e evitam a utilização desse termo, embora acolham e incentivem em suas obras as lutas por processos de liberação parciais. Ambos os autores rejeitam também pensar o conceito de liberdade por um viés essencialista, daí a rejeição tanto da liberdade como consciência

da necessidade, quanto da liberdade de escolher livremente, pois são diferentes faces de uma mesma moeda essencialista.

As divergências entre eles começam quando cada um sugere um diferente ponto de localização da liberdade e um diferente processo para a emancipação parcial. Para Foucault, a liberdade é ação e está presente o tempo todo (ainda que de forma latente) em todas as relações de poder. Para Laclau ela somente surge em um momento específico em que entre uma estrutura e outra, no momento do deslocamento político, o sujeito, antes sujeitado, é impelido a agir.

Para Foucault, a busca pela emancipação é um curso constante do sujeito que embora sempre atravessado pelo poder, jamais é aprisionado por ele e pode sempre mudar a sua direção, embora não possa dele libertar-se finalmente. Para Laclau a possibilidade de emancipação não está no sujeito, mas na falência das estruturas que são sempre limitadas, precárias e contingentes.

O desacordo provavelmente tem como ponto de ancoragem a divergência entre eles sobre o conceito de sujeito. Foucault é amplamente conhecido como um dos maiores críticos do Sujeito de Descartes, que pensa de forma completamente livre. Ele propõe então o conceito de posições de sujeito, para falar dos sujeitos que são atravessados pelo poder, mas que possuem certa liberdade para se posicionar de diferentes formas em diferentes âmbitos da vida social, para construírem a si mesmos.

Laclau utilizou em sua obra o conceito foucaultiano de posições de sujeito, contudo, não o acolheu em todos os seus efeitos. Ele o utiliza apenas para salientar a condição do sujeito sujeitado à estrutura, mas ignora sua capacidade de reagir. Em Laclau os sujeitos de Foucault adquirem a forma de prisioneiros com bom comportamento à espera de sua libertação e a emancipação, que não é individual, é postergada para

um ponto radical no futuro onde o deslocamento estrutural libertaria os sujeitos. Os sujeitos de Foucault, ao contrário, jamais são aprisionados pelo poder e sempre estão em posição de resistir. Os de Laclau (emprestados de Foucault) parecem aceitar o que o autor chama de situação de sujeição e somente rebela-se se um elemento externo, o antagonismo, se interpuser entre eles e seus direitos. Aqui é preciso salientar. Estamos tratando ao mesmo tempo de dois tipos de sujeitos. O “Sujeito” de Laclau que se constitui quando a estrutura é deslocada, no momento da liberdade é um sujeito radical, que é capaz de escolher entre uma estrutura e outra.

O sujeito de Foucault refere-se aos “sujeitos” dentro da estrutura, e, portanto, sujeitados a leis internas, estruturados parcialmente, mas ainda assim livres. Ao matar o Sujeito com “S” maiúsculo, aquele que estava condenado a ser livre, Foucault condenou os sujeitos a lutarem eternamente por sua liberdade. Desfez a ilusão do fundamento e deu aos sujeitos plurais a tarefa de construir o próprio chão em que deveriam mover-se. Nem estruturas e nem sujeitos estão completamente e eternamente construídos, porque são fabricados e atravessados a partir de relações de poder que são ao mesmo tempo repressivas, mas também produtivas. O poder produz a verdade e a verdade produz direito e o direito produz poder. Ao invés de uma estrutura unidimensional Foucault propõe um triângulo. É bem verdade que dessa perspectiva os sujeitos nunca serão plenamente livres, mas também nunca estarão completamente presos. O poder que é também reprodutivo possui em si uma dimensão emancipatória, sempre limitada, mas sempre possível. Aos sujeitos é possível mover-se dentro da estrutura embora não possam dela libertar-se eternamente, mas apenas mover a sua direção.

Diante dessas diferenças aparentemente irreconciliáveis como cada uma dessas teorias pode vir a serem complementadas? O único modo parece ser aceitar três coisas. Em primeiro lugar, aceitar que o que

Laclau chama de liberdade é para Foucault, um processo de radical liberação. Em segundo lugar, aceitar que a liberdade (de Foucault) está implícita nas estruturas pensadas por Laclau. Dessa forma, falaríamos em diferentes tipos ou níveis de liberdade e emancipação. Em terceiro lugar compreender que cada um dos autores direciona seus trabalhos para uma diferente dimensão teórica, Laclau para a ontológica e Foucault para a ôntica. Estes acordos podem ser buscados nos próprios textos dos autores.

Foucault rejeita o termo libertação se ele “se refere à ideia de que é preciso libertar o homem daquilo que lhe foi imposto para que ele possa encontrar o que ele realmente é em sua essência. (...) Entretanto, o autor não nega a importância de movimentos políticos de libertação”. (Gonçalves, 2012, p. 68) Logo, ele é a favor das lutas de libertação política para que os povos possam tornar-se livres, tendo clara a condição de que a liberdade total não é possível.

As lutas de liberação ocupam um lugar importante para a prática da liberdade. Principalmente se as relações de poder forem analisadas pelo prisma do estado de dominação caracterizado pela rigidez e "imobilidade" das relações de poder por instrumentos econômicos, políticos e militares: "É certo que, em tal estado, as práticas de liberdade não existem ou existem unilateralmente ou são, extremamente, restringidas e limitadas." Está se falando da liberação como necessária para uma prática de liberdade embora a condição de liberdade não resulte, automaticamente, de um ato de liberação. (SAMPAIO, 2011, p.226)

Foucault também reconhece claramente a existência de deslocamentos políticos, entendidos enquanto mudanças radicais nas relações de poder. Para ele, como bem aponta Gonçalves (2012, p. 68) “não existem relações de poder que se mantenham iguais perpetuamente. Até mesmo os grandes impérios sucumbiram, e mesmo

durante suas vigências, as relações de poder sempre sofreram modificações”. Há quanto a isso um ponto importante de ser destacado. Para Foucault as modificações do deslocamento “são frutos [da] liberdade atuando nas macro e micro relações existentes em um contexto específico. (...) a liberdade dos seres humanos de criticar, resistir e desobedecer tudo aquilo que lhes é imposto, tudo aquilo que lhes sufoca”. (Gonçalves, 2012, p. 68) Dessa forma, as lutas por libertação são lutas pela liberdade que têm como condição para emergir a própria liberdade.

Laclau, como dissemos, atribui o deslocamento a uma falha estrutural constitutiva, contudo, a ideia de uma “certa” liberdade anterior ao deslocamento está implícita em pelo menos dois momentos em sua teoria. Em primeiro lugar a hegemonia, principal noção de sua teoria, é construída através da articulação de discursos particulares, antes dispersos, através de lógicas equivalências incitadas por antagonismos políticos. Logo, a articulação supõe-se a liberdade dos seus elementos como sua condição de existência. Mas aqui se percebe que o autor evita atribuir aos sujeitos o papel de agente da libertação. Toda sua teoria da hegemonia trata da articulação de “discursos” ou de “demandas”, jamais de sujeitos, o que provavelmente pode ser atribuído ao fato de que Laclau tenta evitar dar um viés racional e mesmo humano às articulações políticas. Em segundo lugar, a liberdade parece implícita quando o autor reconhece que nenhuma das lógicas sociais¹⁷⁸ estabelecidas por ele logra constituir-se inteiramente, logo que há espaço para que as mudanças ocorram mesmo no seio de uma comunidade fechada ou até mesmo totalitária.

Há também um aspecto teórico completar que deve ser destacado com relação aos autores. A teoria do discurso de Laclau é construída a

¹⁷⁸ Lógica da diferença e logica da equivalência que correspondem a dois modos de construção do social

partir de distinções entre o ôntico e ontológico, a política e o político. A dimensão ôntica aparece relacionada com a política e com a dimensão estrutural, enquanto o ontológico aparece relacionado ao momento radical do político e do deslocamento das estruturas. A dimensão da política consiste na manutenção das regras do jogo que mantem a estrutura em pé que por sua vez sujeita os sujeitos, o político, por outro lado, aparece como ligado ao deslocamento, momento em que o Sujeito liberta-se e a emancipação social (parcial) se torna possível.

Se olharmos estas distinções a partir do que dissemos até este ponto conseguiremos perceber que Laclau e Foucault tratam das mesmas questões em dimensões diferentes. Enquanto o primeiro prioriza em sua análise as grandes mudanças, o deslocamento, as lutas por liberação, o segundo focaliza as relações no nível ôntico, as formas de resistência dos sujeitos, como ele é subjetivado, o poder em sua dimensão mais capilar. Isto não significa que tratem de coisas diferentes, pois tanto a política quanto o político lidam como o mesmo objeto, o poder.

Considerações

Este trabalho teve como objetivo demonstrar ser possível haver uma relação de complementariedade mútua entre os conceitos de emancipação e liberdade nas obras de Ernesto Laclau e Michel Foucault. Nós demonstramos que a despeito de algumas diferenças, os autores que se filiam a corrente teórico-filosófica pós-estruturalista¹⁷⁹ podem ser utilizados de forma conjunta, desde que alguns cuidados sejam tomados. O primeiro deles é que o pesquisador compreenda que a liberdade em Laclau equipara-se não com a liberdade em Foucault, mas com o conceito de liberação. Em segundo lugar, que eles tratam de seus conceitos em distintas dimensões de radicalidade. Por fim saber que cada autor fala de diferentes dimensões teóricas, um do político e o

¹⁷⁹ Alguns autores situam os primeiros trabalhos de Foucault como estruturalista.

outro da política, e, por isso mesmo, podem complementar-se um ao outro em análises que lidam concomitante com ambas.

Referências

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 15.ed. RJ: Graal, 2000.

_____. O sujeito e o Poder. In: Dreyfus; H. Rabinow, P. Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

GONÇALVES, Daniel. A liberdade cética de Michel Foucault. Revista Estudos Filosóficos. p.68 – 76, Set. 2012.

HOWARTH, David (2000). Discourse. Buckingham: Open University Press

LACLAU, Ernesto. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

_____. Emancipação e diferença. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MARCHART, Oliver. Post-Foundational Political Thought: Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 9, p. 205-228, set./dez., 2012.

SAMPAIO, Simone Sobral. A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 14, n. 2, p. 222-229, Dec. 2011.

APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS: MARX E FOUCAULT E A IDEOLOGIA COMO POLÍTICA DA VIDA

KELIN VALEIRÃO¹⁸⁰

JÚLIA BANDEIRA SCHMIDT¹⁸¹

Resumo: Este trabalho busca, amparado em categorias do pensamento de Karl Marx e Michel Foucault, pensar como o conceito de ideologia presente na obra *A Ideologia Alemã* de Marx e Engels atua como um dispositivo biopolítico. Primeiramente, trata-se de (re)visitar algumas expressões que o conceito de ideologia vem assumindo, sobretudo com o pensamento de Marx. Neste sentido, a ideologia é apresentada como uma subjetividade de múltiplas cabeças. Num segundo momento, detém-se ao sentido da biopolítica. Em suma, investiga-se a ideologia atuando como um dispositivo biopolítico – agencia a vida da população. Neste cenário, a população aparece como objeto de investimento econômico, de controle que normaliza os corpos e as condutas, incitando à realização pelo próprio vivente de um autocontrole da vida.

Palavras-chave: Ideologia; Biopolítica; Karl Marx; Michel Foucault

Introdução

¹⁸⁰ Doutora em educação, Professora adjunta do departamento de Filosofia- Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). kpaliosa@hotmail.com.

¹⁸¹ Graduada em Direito. Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Membro do Grupo de Estudos Michel Foucault. juliabschmidt@hotmail.com

No objetivo que se propõe este trabalho, entende-se que a aproximação das teorizações sobre ideologia e biopolítica pode ser um caminho que se abra no profícuo debate existente entre os legados de Karl Marx e Michel Foucault, ao permitir não apenas questionar e avançar no empreendimento teórico de cada um, mas também apreender complementaridades, sobretudo no que tange às aproximações conceituais. Isso é fundamental se considerarmos que o conceito de ideologia e o termo biopolítica *materializam a perspectiva teórico-metodológica dos autores, de realizarem um encontro* entre filosofia e ciências sociais, apontando, por conseguinte, para a importância de pensar sobre o seu próprio tempo¹⁸².

Uma subjetividade de múltiplas cabeças

No que tange à questão da ideologia no pensamento de Marx, é importante lembrar que Marx viveu na França, na Bélgica e, depois de 1850 exilou-se em Londres. Na França o filósofo residiu durante dois anos na primeira metade da década de quarenta do século XIX, conhecendo o termo ideologia num duplo sentido, a saber: no de Destutt de Tracy (doutrina geral das ideias) e no de Bonaparte (ideias ilusórias e abstratas). Contudo, o conceito de ideologia toma consistência na formulação da crítica ao Estado como lugar onde a razão prevalece. Em 1843, Marx critica mais incessantemente Hegel e acaba por se dar conta do que era, de fato, uma construção ideológica. Para Marx, o que faltou para Hegel foi a ideia da consciência do mundo invertido, a qual retomaremos.

¹⁸² Nesta empreitada de pensar o presente, Marx parece estar comprometido com uma ontologia crítica, isto é, uma atitude que deve passar pela experiência da realidade e da atualidade, para que possamos apreender os pontos em que a mudança, a resistência, é possível e desejável. Foucault parece estar comprometido com uma ontologia histórica, isto é, não é um projeto global, radical, é limitada, determinada e sempre passível de recomeço. O que se propõe é um *êthos*, uma vida filosófica em que a crítica do que somos é a análise histórica da sua transgressão possível.

No *Dicionário do pensamento marxista* percebe-se que duas vertentes influenciaram o conceito de ideologia na filosofia de Marx, a saber: “a crítica da religião desenvolvida pelo materialismo francês e por Feuerbach e a crítica da epistemologia tradicional e a revalorização da atividade do sujeito realizada pela filosofia alemã da consciência” (BOTTOMORE, 2001, p.183).

Ainda sobre o conceito, apontamos três fases deste na biografia de Marx: a 1ª fase (primeiros escritos até 1844) – a expressão “ideologia” ainda não aparece nos textos de Marx, embora possamos entendê-la como sinônimo de consciência invertida enquanto fruto de uma realidade invertida; a 2ª fase (rompimento com Feuerbach em 1845 e vai até 1857) – o conceito “ideologia” é introduzido pela primeira vez, denotando um sentido negativo – “compreende uma distorção e a representação errônea das contradições”; e restrito – “não abrange todos os tipos de erros e distorções” (BOTTOMORE, 2001, p.184), e, finalmente, a 3ª fase (começa com a redação dos *Grundrisse* em 1858 e caracteriza-se pela análise concreta das relações sociais capitalistas adiantadas que culminam em *O Capital*). A palavra “ideologia” quase desaparece desses textos e, quando surge, é vinculada à ideologia como fetichismo da mercadoria.

Após a morte de Marx, o conceito de ideologia (negativo e restrito) passa a ser visto por comentadores desse autor como um conceito positivo, adquirindo um novo significado.

Outro importante fator que contribuiu para essa evolução no sentido de um conceito positivo de ideologia é o fato de que as duas primeiras gerações de pensadores marxistas posteriores a Marx não tiveram acesso ao texto de *A Ideologia Alemã*, que permaneceu inédito até a década de 1920. Assim, Plekhanov, Labriola e, mais significativamente, Lenin, Gramsci e o Lukács dos primeiros escritos não estavam familiarizados com a

argumentação mais vigorosa de Marx e Engels em favor de um conceito negativo de ideologia. Na ausência dessa obra, os dois textos mais influentes para a discussão do conceito eram o “Prefácio” de 1859, de Marx, e o *Anti-Dühring*, de Engels, frequentemente citados pelas novas gerações de marxistas. (BOTTOMORE, 2001, p.185).

Este entendimento da positividade do conceito de ideologia em Marx, conforme exposto, advém dos dois textos: *Prefácio* de 1859, de Marx, e o *Anti-Dühring*, de Friedrich Engels (1820-1895). Embora muitos dos escritos de Engels sejam compartilhados com Marx e vice-versa, iremos nos deter rapidamente à positividade do conceito de ideologia em Marx, ficando somente o *Prefácio* de 1859. Neste escrito, conforme sabemos, Marx (1982) irá defender que as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção o conduzem até o fim. Mais adiante, no mesmo texto, o autor descreve o que decidiram elaborar em comum à oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã, tratando de acertar as contas com a consciência filosófica. Enfim, podemos perceber que, o autor apresenta dois sentidos para o conceito de ideologia: inicialmente como um conjunto de ideias e, num segundo momento, como representação ideológica.

Na obra *A ideologia Alemã* é onde Marx e Engels apresentam a caracterização do conceito de ideologia. Cabe salientar que a análise tem como objetivo privilegiado um pensamento historicamente determinado – pensadores alemães posteriores a Hegel. Marx faz a crítica a Hegel utilizando-se dos argumentos de Feuerbach e, da mesma forma, faz a crítica a Feuerbach fazendo uso dos argumentos da filosofia hegeliana. Ainda nesta esteira, podemos dizer que Marx faz uso do pensamento de Hegel como um diagnóstico

[...] a crítica de Marx e Engels procura mostrar a existência de um elo necessário entre formas invertidas de

consciências e a existência expressa, referindo-se a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Em consequência disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta uma clara conotação negativa e crítica (BOTTOMORE, 2001, p.183-184).

Talvez nesta obra, como em nenhuma outra de Marx, ou de Engels, a ideologia ocupe um papel tão primordial, uma vez que acaba servindo como pano de fundo para explicitar como os homens, organizados em classes sociais, formulam ideias e qual o papel destas na vida social. Em outras palavras, com um único conceito-chave Marx e Engels acabam definindo uma instância da superestrutura. Se “produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 1993, p.27), não podemos esquecer que produzir a vida material pressupõe produzir a representação desta vida¹⁸³, isto é, produzir a ideologia.

Mas afinal, o que podemos entender por ideologia especificamente na obra *A Ideologia Alemã*? Propomos aqui uma síntese explicativa. Inicialmente, partimos do pressuposto de que a ideologia surge, na referida obra, como um conceito negativo e restrito, isto é, a ideologia enquanto sinônimo de consciência invertida ou falsa consciência, já que a consciência está ligada às condições materiais de vida e ao intercâmbio econômico entre os homens, e ela não condiz com as relações materiais que os homens vivem de fato. Em suma, os homens fazem representações a respeito de suas vidas, mas estas são meras aparências

¹⁸³ Não são somente as condições materiais de vida que definem o conjunto de ideias presentes nos homens. O homem possui desejos, fantasias, recalques, dentre outros sentimentos e sensações. Portanto, a análise das condições materiais de vida não dá conta da interpretação do mundo dos sujeitos. A forma como cada sujeito sente o universo que o cerca é um campo aberto de possibilidades. Não sentimos da mesma forma, mesmo os sujeitos que passam pelas mesmas experiências, não sentem igualmente os reflexos do que viveram.

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (...) Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 1993, p.37).

Ao se estabelecer uma determinada forma de divisão do trabalho, é determinado também o lugar de cada sujeito dentro do processo produtivo. Neste sentido, as relações de propriedade vigentes, o poder político de certos grupos exercido sobre outros e as formas de exploração do trabalho que uma determinada classe social consegue implantar numa determinada época histórica estabelecem e determinam o que cada sujeito deve fazer, o modo como deve trabalhar e viver.

Resumidamente, para Marx no capitalismo há os proprietários dos meios de produção e aqueles a quem, ao serem desprovidos de meios de produção, resta vender a sua força de trabalho em troca do pagamento de um salário. Todavia, a crítica estabelecida por Marx é que, para os homens que vivem no sistema capitalista, esta forma de divisão de trabalho é algo normal, natural, como se sempre fosse assim e, ainda mais, como se tivesse que continuar sendo para todo o sempre. Os homens não veem a sociedade capitalista como uma sociedade historicamente construída pela luta entre uma classe, que tem a intenção de ser a classe dominante (a burguesia) e outra, que acaba sendo submetida à classe dominante, a classe proletária (proletariado). Com o passar do tempo, a sociedade capitalista se estabiliza, sendo concebida, na vida cotidiana, como a única sociedade possível.

Não sendo suficiente, para legitimar ainda mais a ideia da naturalidade, de que uns têm os meios de produção e outros sua força de

trabalho, há o poder da ideologia dominante que faz um certo ocultamento da realidade social, permitindo a legitimação e a dominação. Por isso, Marx e Engels afirmam que a ideologia dominante numa dada época histórica é a ideologia da classe dominante

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios da produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; as relações materiais dominantes concebidas como idéias, portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação (MARX; ENGELS, 1993, p.72).

De acordo com Aluizio Alves Filho (2000, p.96), “Marx e Engels definem como ‘ideológica’ toda tentativa de explicar qualquer relação social a partir das formas cristalizadas de consciência social, considerando que proceder dessa forma implica inverter a determinação real”. Já que, segundo os próprios filósofos, “em cada fase histórica, ‘o homem’ foi introduzido sorrateiramente por sob os indivíduos anteriores e apresentado como força motriz da história”, produzindo ilusões e ocultando a realidade. E acrescentam: “graças a esta inversão, que desde o início faz abstração das condições reais, foi possível transformar toda a história num processo de desenvolvimento da consciência” (MARX; ENGELS, 1993, p.107).

Podemos afirmar que, se a ideologia se sobrepõe às consciências individuais, cada ser social representa a organização social e o seu papel nesta não a partir de sua consciência pura, mas o faz mediado pelas

próprias relações que contrai; logo, aprisionado e moldado pelas formas de consciência social (coletiva).

O sentido da biopolítica

Conforme apontado na introdução deste trabalho, a produção bibliográfica de Foucault que formula o termo biopolítica centra-se entre 1974 e 1979, sem embargo, podemos, nestes cinco anos, apontar cinco diferentes formulações de biopolítica, correspondendo a mecanismos de poder distintos: o poder medical, o dispositivo de raça, o dispositivo de sexualidade, o dispositivo de segurança e a governamentalidade neoliberal. Cronologicamente, destaca-se a expansão do termo biopolítica, de uma aplicação quase local (a medicina social) para domínios cada vez mais amplos (a economia).

Na conferência intitulada *La naissance de la médecine sociale* constitui a primeira formulação da biopolítica, tendo como ponto de partida a problematização da medicina. Foucault defende que a medicina social surge com o nascimento do capitalismo e faz sua análise a partir de três esferas: a medicina de Estado, a medicina urbana e a medicina da força de trabalho. Em suma, o nascimento da medicina social origina-se no uso da medicina para o controle político – o foco não está na preocupação com o bem-estar da população. Ademais, na Alemanha e na França, a medicina é usada meramente como forma de centralização de poder, enquanto na Inglaterra está centrada também na garantia de cidadãos aptos para o trabalho.

Na aula de 17 de março de 1976, do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault apresenta outros dois aspectos da vida natural que podem ser problematizados a partir do biopoder e da biopolítica: a raça e o sexo. Temos aqui a constituição do segundo dispositivo, o de raça. No que tange ao dispositivo de raça, Foucault indica o racismo como um corte entre o que deve viver e o que deve morrer. A raça considerada inferior

morre para garantir a vida, a saúde e a pureza da raça considerada superior, dando segurança biológica. Em prol do racismo, a sociedade normalizadora aceita retirar a vida.

Em *Direito de morte e poder sobre a vida*, último capítulo da História da Sexualidade I, *A vontade de saber*, Foucault demonstra que, no momento em que nasceu a preocupação com uma sexualidade saudável, o sexo se torna alvo privilegiado da atuação de um poder não somente disciplinador e regulador dos comportamentos individuais, mas que pretende normalizar a própria conduta da espécie pela gestão da vida: taxas de natalidade e de mortalidade, condições sanitárias, fluxo das infecções e contaminações, duração e condições da vida, entre outras. Para Foucault, a sexualidade é o nome correlato de uma forma de exercício do poder, que faz do sexo e do prazer um dos pontos de inscrição sobre os corpos individuais. O autor não aborda a sexualidade como uma coisa natural preexistente, que se desvela de forma cada vez mais objetiva para as ciências. A sexualidade é algo que toma forma em meio a práticas discursivas complexas e institucionalizadas, às quais o autor dá o nome de dispositivo de sexualidade.

No curso *Segurança, Território e População*, Foucault constitui a quarta formulação da biopolítica, tendo como ponto de partida o dispositivo de segurança. Após abordar o funcionamento do poder a partir de várias hipóteses – a hipótese repressiva (freudo-marxista), a hipótese de Hobbes (soberania e lei), a hipótese de Nietzsche (guerra e luta) – Foucault começa a dar forma a sua própria posição e introduz a noção de governo e de governamentalidade. Em suma, com o neologismo governamentalidade, Foucault apresenta não somente a matriz da razão política moderna, mas também todo um histórico de como, pouco a pouco, o Ocidente foi-se governamentalizando.

Mais tarde, no curso intitulado *Nascimento da Biopolítica*¹⁸⁴, o tema escolhido foi a biopolítica. Foucault (2008b) descreve sobre a forma como se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, através dos fenômenos dos seres vivos constituídos em população. Contudo, cogita que a análise da biopolítica (política da vida), núcleo geral da obra, só poderia ser efetivada quando se entendesse esse regime geral, essa razão governamental da questão da verdade econômica a que vai chamar de liberalismo.

Neste curso, depois de analisar como o biopoder opera nas suas formas estatais evidentes – no nazismo e no socialismo –, Foucault postula que, no neoliberalismo econômico do pós-guerra, o homem aparece como agente econômico que responde aos estímulos do mercado de trocas, mais do que como personalidade jurídico-política autônoma, ou seja, o homem aparece como um *homo oeconomicus*. Ele é definido, pela primeira vez na aula de 14 de março de 1979, como empreendedor de si. E nas aulas seguintes, até o final do curso, Foucault segue aprimorando a discussão acerca do *homo oeconomicus* e o apresenta como elemento básico da nova razão governamental surgida no século XVIII. Temos, por fim, a quinta formulação da biopolítica, tendo como problematização a governamentalidade neoliberal.

Ideologia como política da vida: algumas aproximações

O investimento sobre o corpo apresenta um caráter não apenas de controle disciplinar, mas fundamentalmente de domínio biopolítico – ação sobre o corpo da população, seus desejos e emoções. Se retomarmos as reflexões do nascimento da biopolítica, percebemos que é justamente com o sistema capitalista que origina a necessidade de racionalizar os problemas colocados à prática governamental pelos

¹⁸⁴ Conforme apontado por Michel Senellart (2008), o curso *Nascimento da Biopolítica* é a continuação direta do curso precedente, *Segurança, Território e População*.

fenômenos próprios de um conjunto de indivíduos enquanto população.

Em uma perspectiva marxiana, podemos assinalar que a ideologia dominante conduz as condutas anulando as singularidades em benefício de uma redução do sujeito à necessidade do Capitalismo, à configuração de uma identidade que é calcada no biológico, totalizando e massificando os sujeitos como espécie. Para produzir um efeito de realidade, um encantamento eficaz sobre os indivíduos, a ideologia apresenta o Capitalismo como a única forma possível de vida. É dessa maneira que o indivíduo está submetido e, portanto, em mecanismo de dominação, é adaptado às engrenagens do sistema.

Por outro lado, igualmente identificamos que Foucault chega a associar a emergência do biopoder e das suas duas formas (disciplinar e biopolítica) a uma exigência de ajuste do capitalismo. Logo, para Foucault (1988), o biopoder aparece como elemento indispensável ao capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Em todo caso, a velha mecânica do poder soberano teria se tornado inoperante diante da explosão demográfica e da industrialização, impelindo a uma primeira acomodação sobre o corpo, e a uma segunda acomodação sobre os fenômenos globais da população.

Como sabemos, para Foucault, o corpo caracteriza-se como uma das variáveis (Talvez a mais importante!) de manipulação e controle da população. Tal compreensão deve-se ao fato da entrada da vida na história como o limiar da modernidade biológica. Entretanto, não podemos esquecer que, embora Marx tenha potencializado a preocupação com a ideologia dominante, falsa consciência ou consciência invertida, o corpo não foi posto de lado. Na verdade, a partir do pensamento de Marx podemos compreender o corpo como mais uma das variáveis de manipulação e controle, uma vez que o

corpo constitui a única mercadoria que o proletariado detém, ou seja, sua força de trabalho contida em seu corpo vivo.

O novo sujeito, que substitui o sujeito disciplinado da modernidade, será o produto de novas técnicas de controle e governo neoliberal. Trata-se agora de produzir um sujeito capaz de responder às demandas flexíveis do mercado, objetivo que orienta obsessivamente os investimentos familiares e as intervenções governamentais do Estado sobre o campo da saúde e do corpo das populações. Todas elas visando fomentar a atitude autoempreendedora capaz de produzir o capital humano exigido pelos tempos que não param de correr.

Concluindo esse esforço, podemos afirmar que pouco sobra em comum entre ideologia e biopolítica se levarmos em consideração que estamos lidando com diferentes paradigmas. Contudo, uma importante convergência entre esses conceitos merece ser abordada. Trata-se de ambos estarem comprometidos com uma arte de governar via um processo de subjetivação que tem resquícios na consciência e no corpo da população.

Mesmo com estratégias solitárias, as obras de Marx e Foucault tocam-se com cumplicidade, talvez por um único instante, para logo se (re)afastarem. Soa estranho assinalar estes autores como parceiros, talvez aonde eles mais se excluam respectivamente, o conceito de ideologia e a noção de biopolítica. Entretanto, como é sabido: a história é única! O que temos são diferentes lentes teóricas que nos possibilitam enxergar a mesma realidade sob diferentes óticas. Ao projetar-se uma zona de intersecção entre dois distintos paradigmas, os riscos são grandes, mas as possibilidades que se abrem são igualmente grandes e possíveis.

Referências

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Co-edít. HARRIS, L; KIERNAN, V. G; MILIBAND, R. Trad. Waltensir Dutra; Org. brasileira, rev. técnica e pesquisa bibliográfica suplementar Antônio Moreira Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.183-187.

ESPOSITO, Roberto. *Bios: Biopolítica e Filosofia*. Trad. M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010.

FILHO, Aluizio Alves. A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso de mídia. In: *Comum*. Rio de Janeiro, n. 15, ago/dez 2000, p.86-118.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da medicina social. In: *Microfísica do Poder*. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 79-111.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade, Vol I – *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SENEILLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 495-538.

MICHEL FOUCAULT E A MODERNIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS

KELIN VALEIRÃO¹⁸⁵

BELKIS SOUZA BANDEIRA¹⁸⁶

Haveria que levar a cabo a genealogia, não tanto da noção de Modernidade, mas da Modernidade como questão...O que se chama Pós-Modernidade? Não estou a par (Foucault)

RESUMO: Este artigo tem como principal motivação reapresentar Foucault como um pensador do presente, ao se mostrar profundamente inquietado com as questões relativas ao seu hoje e se entregar a penetrar a genealogia dos principais temas do homem ocidental, traçando minuciosamente as práticas sociais em sua descontinuidade histórica. Restringe-se a dar algumas indicações sobre a relação que Foucault estabelece com o projeto moderno e indagar acerca de sua ligação com Kant, a partir de alguns de seus últimos textos, nos quais Foucault propõe uma ontologia do presente, além de mapear o que Foucault entende pelo termo “Modernidade”, a partir de cinco sentidos: Os dois primeiros concernem à Modernidade vista como um período histórico, os dois outros sentidos do termo “Modernidade” têm a ver com o trabalho histórico-filosófico de Foucault e o quinto sentido que pode-se atribuir ao termo “Modernidade” não tem a ver nem com uma época nem com uma caracterização, mas com uma atitude.

¹⁸⁵ Doutora em Educação e professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: kpaliosa@hotmail.com

¹⁸⁶ Doutora em Educação e professora do Departamento de Fundamentos da educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: belkisbandeira@gmail.com.

Palavras chave: Michel Foucault; Modernidade; Kant; Ontologia do presente; Governamentalidade.

Este artigo tem como principal motivação reapresentar Michel Foucault como um pensador do presente, ao se mostrar profundamente inquietado com as questões relativas ao seu hoje e se entregar a penetrar a genealogia dos principais temas do homem ocidental, traçando minuciosamente as práticas sociais em sua descontinuidade histórica.

Assim, restringimo-nos apenas a dar algumas indicações sobre a relação que Foucault estabelece com o projeto moderno e indagarmos acerca de sua ligação com Immanuel Kant a partir de alguns de seus últimos textos, nos quais Foucault propõe uma ontologia do presente.

O pensador francês, sob o pseudônimo de Maurice Florence, escreve uma breve autobiografia e, em 1984, assina o verbete intitulado *Michel Foucault* para o *Dictionnaire des Philosophes*, editado pela PUF sob a direção de Denis Huisman. Neste verbete, Foucault descreve seu pensamento como inscrito na descendência da filosofia crítica kantiana e especifica sua prática na filosofia crítica.

Ao que parece, quando Foucault escreve o verbete, procura reafirmar o projeto moderno, reivindicando também para si a herança kantiana, conhecida como primeiro grande projeto da Modernidade. No entanto, a teorização que traz é distinta das teorias apresentadas por autores, que supostamente seguem a filosofia kantiana, buscando uma verdade universal.

Por “uma história crítica do pensamento”, Foucault reivindica algo distinto da universalidade de valores e normas proposta por Kant, personificada na esfera pública e nas instituições do Estado de direito. Ao contrário, rejeita essa ideia e faz uma crítica ao Estado Moderno, principalmente em seus cursos sobre a biopolítica e a razão de Estado¹⁸⁷.

¹⁸⁷ Aqui, remetomo-nos aos cursos ministrados no Collège de France, respectivamente, *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979).

Desta forma, talvez seja interessante pensar que leitura Foucault faz de Kant, para buscar entender qual o sentido desta filiação.

2.1 Modernidade em cinco sentidos...

Ao mapear o que Michel Foucault entende pelo termo “Modernidade”, de acordo com Castro (2009), encontramos cinco sentidos: Os dois primeiros concernem à Modernidade vista como um período histórico. Se levarmos em consideração *Historie de la folie*¹⁸⁸, *Les mots et les choses*¹⁸⁹ ou *Surveiller et punir*¹⁹⁰, a Modernidade como período histórico começa no final do século XVIII e estende-se até nós. Os dois outros sentidos do termo “Modernidade” estão relacionados com o trabalho histórico-filosófico de Foucault. Até a publicação dos dois últimos volumes de *Historie de la sexualité*¹⁹¹ (1984), os livros de Foucault tinham como campo de trabalho a época clássica e a Modernidade. Conforme exemplos:

- 1) *Historie de la folie* ainda que comece com a história da loucura no Renascimento, está principalmente dedicada aos séculos XVII e XVIII.
- 2) *Les mots et les choses* também começa com o Renascimento, mas se trata de uma descrição das epistemes clássica (Séc. XVII e XVIII) e moderna (Séc. XIX e XX).

¹⁸⁸ Trabalho publicado em português com o título **História da loucura na Idade Clássica**. (FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2010.)

¹⁸⁹ Publicado em português com o título **As palavras e as coisas** (FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002).

¹⁹⁰ Publicado em português com o título **Vigiar e Punir** (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987)

¹⁹¹ História da Sexualidade, publicado no Brasil em três volumes (FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* 1: A vontade de saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980; FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* 2: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984; FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* 3: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985).

3) *Surveiller et punir* ocupa-se da história da tecnologia do castigo, a partir do final do século XVIII.

A partir de *Surveiller et punir* e de *La volonté de savoir*¹⁹², encontramos outra caracterização da Modernidade, com base nas formas de exercício do poder. Aqui, Modernidade é equivalente à época da normalização, ou seja, à época de um poder que se exerce como disciplina sobre os indivíduos e como biopolítica sobre as populações. A Modernidade é, definitivamente, a época do biopoder, ainda que em uma abordagem muito estrita, como época do homem, e a Modernidade como normalização correspondam às formas de saber e às formas de exercício do poder nos séculos XIX e XX. No entanto, existe uma diferença importante na datação histórica desses dois sentidos do termo “Modernidade”, a saber: em *Les mots et les choses*, a passagem da época clássica à Modernidade é pensada como ruptura, como corte mais ou menos abrupto. O homem é uma invenção da Modernidade. Já em *Surveiller et punir*, no entanto, a formação da disciplina e da biopolítica remontam à época clássica. A passagem é mais da ordem da transformação do que da ruptura.

No que tange ao quinto sentido que podemos atribuir ao termo “Modernidade” não tem a ver nem com uma época nem com uma caracterização, mas com uma atitude. Esse sentido aparece nos dois artigos escritos por ocasião do bicentenário da célebre resposta de Kant à questão: Que é o Iluminismo? (KANT, 1990), Foucault vê a Modernidade muito mais da ordem da atitude, do que propriamente um período histórico, ou uma época. E, aqui, é importante destacar, que por “atitude”, Foucault refere-se a um modo de relação a respeito da atualidade, uma eleição voluntária que alguns fazem, uma maneira de pensar e de sentir, e também uma maneira de agir e de se conduzir que,

¹⁹² Publicado em português com o título **A vontade de saber** (FOUCAULT, Michel. *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988).

ao mesmo tempo, marca um pertencimento e se apresenta como uma tarefa. Um pouco, sem dúvida, o que os gregos chamavam de *éthos*.

2.2 Foucault e o Projeto Moderno

Introduzimos este capítulo trazendo uma reflexão: qual é o interesse de Foucault pela filosofia de Kant? Será porque Kant fundou a antropologia como analítica da finitude quando encontrou os limites do cogito cartesiano na finitude humana? Não sabemos, mas o importante, neste momento, é que com Kant a crítica à metafísica tradicional constitui o limiar de nossa modernidade, uma vez que, antes do kantismo, a filosofia colocava a questão do homem a partir do pensamento do infinito e da verdade como valor absoluto. Não havia o questionamento sobre os limites do próprio conhecimento porque o conhecimento era considerado um dado prévio ao ato de conhecer.

Na filosofia de Kant, o conhecimento é problematizado a partir das faculdades humanas (sensibilidade, entendimento e razão), colocando naturalmente a questão dos limites do conhecimento, assim como, o conhecimento racional da realidade em si se torna impossível. Assim, ao fundamentar a possibilidade do conhecimento na finitude humana, Kant rompe com a tradição metafísica e inaugura o pensamento moderno. No entanto, Foucault defende que Kant substitui o conhecimento absoluto da metafísica clássica pelo novo absoluto: o sujeito transcendental.

Para pensar acerca desta questão, voltemos à filosofia de Foucault. Desde o início de sua obra até seus últimos textos, o fundamento kantiano está presente. Da *introdução* à tradução da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, de Kant, até o último curso sobre a *parresía* na Grécia Antiga, a filosofia da Kantiana funciona como um fio condutor subterrâneo para compreender o itinerário de seu pensamento. Em sua tese de doutoramento, defendida em 1961, Foucault apresenta duas obras bastante distintas: a tese principal – *Folie*

*et déraison. Histoire de la folie à l'âge classique*¹⁹³ – e a tese complementar – *Kant: Antropologia*.

Enquanto a tese principal foi longamente vangloriada, considerada original e digna de uma medalha de bronze¹⁹⁴, a tese complementar foi considerada sob dois aspectos. O primeiro é analisado pelo professor Hyppolite: “uma introdução histórica que é o esboço de um livro sobre antropologia, mais inspirada por Nietzsche que por Kant” e, num segundo momento, o professor Gandillac sugere que Foucault apresente uma obra realmente crítica do texto de Kant. Afirma: “a tradução do texto de Kant, que, reduzida ao papel de pretexto, deveria ser revisada” (Eribon, 1990, p.122).

A tese complementar constitui-se de uma *introdução* à obra de Kant *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, escrita em 1798, a *tradução* e as *notas*. Em 1964, foi publicada a tradução até então inédita em francês, estranhamente sem a introdução. Essa *introdução* é fundamental para entendermos o papel da crítica kantiana na formulação da arqueologia. Foucault analisou as diversas versões da antropologia de Kant, associando-as à elaboração das três críticas kantianas e defendeu que as três grandes questões: “O que posso saber?”, “O que devo fazer?” e “O que me é lícito esperar?” estão relacionadas a uma quarta: “O que é o homem?”.

Foucault conclui que esta última é o seu complemento necessário. Porém, desta maneira, a filosofia crítica é enclausurada no círculo formado pela analítica da finitude, pois o fundamento último da crítica é ele próprio empírico, logo, não crítico. Neste sentido, constitui-se no interior do pensamento kantiano uma tensão não resolvida, entre crítica

¹⁹³ Loucura e desrazão. História da loucura na Idade Clássica. (Tradução das autoras).

¹⁹⁴ Todos os anos eram concedidas uma medalha de ouro ao conjunto de melhor obra; de prata aos trabalhos posteriores à tese e uma medalha de bronze às 24 melhores teses desenvolvidas em todas as áreas do saber.

e antropologia, tensão entre a necessidade de criticar todo conteúdo de conhecimento, remetendo-o à universalidade do sujeito transcendental e a necessidade oposta de fundamentar a crítica numa antropologia empírica, no que é o homem em sua essência.

Dando um salto temporal, mais de vinte anos depois da *introdução* à tradução da *Antropologia de um ponto de vista pragmático* de Kant, no texto *O que é o iluminismo?*¹⁹⁵, um comentário acerca dos opúsculos de Kant sobre a filosofia da história, Foucault esclarece que, com este texto sobre a *Aufklärung*¹⁹⁶, pela primeira vez a filosofia problematiza sua própria atualidade discursiva. Foucault retoma a questão da filosofia crítica kantiana, ressaltando a ligação estreita entre Kant e a modernidade, destacando a permanência desde Kant da obrigação da crítica:

A questão que me parece surgir pela primeira vez neste texto de Kant, é a questão do presente, a questão da atualidade: o que é que acontece hoje? O que acontece agora? [...] Em resumo, parece-me que se viu aparecer no texto de Kant a questão do presente como acontecimento filosófico ao qual pertence o filósofo que fala (Foucault, 1994, p.3).

Foucault acredita que o problema central da filosofia moderna é a *Aufklärung*. E coloca a questão: o que é a filosofia moderna? Defendendo que “a filosofia moderna é a que tenta responder à questão lançada, há dois séculos, com tanta imprudência: *Was ist Aufklärung?*”¹⁹⁷ (Foucault, 2005a, p.335). Mas afinal, o que Kant quer dizer com a expressão *Aufklärung*.

¹⁹⁵ No nome original *Qu'est-ce que les Lumières?*, publicado na Magazine Littéraire, n. 207, maio de 1984, p. 35-39. Este texto foi retirado do curso de 5 de janeiro de 1983, no Collège de France.

¹⁹⁶ O termo alemão *Aufklärung* pode ser aqui traduzido como Iluminismo ou Esclarecimento e diz respeito ao movimento filosófico moderno na sua vertente alemã.

¹⁹⁷ Referência ao ensaio de Kant intitulado *Resposta à pergunta: que é o iluminismo?* (KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o iluminismo? IN: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Edições 70, 1990)

Para Foucault, Kant define a *Aufklärung* pelo negativo, como uma saída ou uma solução. A *Aufklärung* constitui-se num processo que nos libertaria do estado de “menoridade”¹⁹⁸. Ela é “definida pela modificação da relação preexistente entre a vontade, a autoridade e o uso da razão” (Foucault, 2005a, p.337). Aqui é importante salientar que a saída apresentada por Kant é bastante ambígua, pois se caracteriza, por um lado, como “um fato, um processo em vias de se desenrolar”, mas também como “uma tarefa e uma obrigação” (Foucault, 2005a, p.338).

O filósofo francês defende que Kant está vinculado à modernidade porque foi o primeiro pensador a analisar filosoficamente um acontecimento histórico, a pôr o presente em questão, quando se perguntou, em seu famoso texto de 1784, acerca da “questão de seu pertencimento a uma comunidade humana em geral, mas o seu pertencimento a um certo ‘nós’, a um nós que se relacione com um conjunto cultural característico de sua própria atualidade” (Foucault, 1994, p.3). A interrogação filosófica inaugurada por Kant problematiza a relação entre a historicidade do sujeito, o presente em que vive, e a constituição de si mesmo como sujeito autônomo, como sujeito de seu próprio esclarecimento. Neste sentido:

É este nós que está a caminho de tornar-se para o filósofo o objeto de sua própria reflexão; e por isso mesmo se afirma a impossibilidade de fazer a economia da interrogação para o filósofo acerca de seu pertencimento singular a esse nós. Tudo isso, a filosofia como problematização de uma atualidade e como interrogação para o filósofo dessa atualidade da qual faz parte e em relação à qual tem que se situar, poderia caracterizar a filosofia como discurso da modernidade e sobre a modernidade. (Foucault, 1994, p.3-4)

¹⁹⁸ Segundo Foucault, por “menoridade” Kant entende “um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão” (Foucault, 2005a, p. 337).

Foucault coloca-se como herdeiro desta modernidade e, portanto, do projeto do esclarecimento. Contudo, reitera seu ponto de vista próprio, afirmando que: “existe na filosofia moderna e contemporânea outro tipo de questão, outro modo de interrogação crítica: é esta que se viu nascer justamente na questão da *Aufklärung* ou no texto sobre a revolução”. E acrescenta:

Não se trata de uma analítica da verdade, consistiria em algo que se poderia chamar de analítica do presente, uma ontologia de nós mesmos e, me parece que a escolha filosófica na qual nos encontramos confrontados atualmente é a seguinte: pode-se optar por uma filosofia crítica que se apresenta como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou bem se pode optar por um pensamento crítico que toma a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade, é esta forma de filosofia que de Hegel à Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche e Max Weber, fundou uma forma de reflexão na qual tenho tentado trabalhar (Foucault, 1994, p. 13).

Para Foucault, o corte epistemológico instituído com a crítica kantiana não pode ser efetivamente superado porque a modernidade não é pensada como uma época, cujo fim poderia ser decretado, mas como uma atitude que, como tal, não tem época. A filosofia crítica tem a obrigação ética de reatualizar permanentemente a crítica como atitude, instituindo novas rupturas.

A tarefa específica da filosofia crítica seria a reflexão sobre os limites, mas a noção foucaultiana de limite rompe com a perspectiva transcendental e normativa de Kant. Enquanto em Kant os limites são entendidos como a fronteira intransponível do conhecimento, que não poderia ser ultrapassada, sob risco de ir além das prerrogativas legítimas da razão humana, Foucault pensa o limite como a transgressão necessária, como destruição de falsas evidências e rompimento radical com hábitos instituídos de pensamento.

A noção de limite, portanto, é vista por Foucault de forma oposta à da filosofia transcendental de Kant. O filósofo francês põe de cabeça para baixo a crítica kantiana ao renunciar ao sujeito transcendental, substituindo as condições formais de possibilidade da experiência por condições históricas de possibilidade. Assim, poderíamos dizer que Foucault faz a crítica caminhar do universalismo para o relativismo, do formalismo para o historicismo, inventando “uma filosofia não de fundação mas de risco” (Rajchman, 1987, p.106).

O objetivo de Foucault é criticar as racionalizações políticas, não dar as costas ao projeto moderno nem ir contra ele. Pretende colocar em xeque o ideário iluminista, pois é somente tornando-se capaz de questionar seus próprios efeitos de poder e de reconhecer a mutualidade entre saber e poder, que a crítica poderá se tornar imanente e reflexiva. É por essa razão que a crítica é redefinida por Foucault como uma atitude e não como proposição de valores e normas universais.

Enquanto a crítica para Kant tem a função de conduzir o homem ao estado de *maioridade*, libertando-o das ilusões transcendentais que o aprisionam, a crítica empregada por Foucault, crítica genealógica, relança o empreendimento kantiano, introduzindo novos conceitos e métodos de investigação, a fim de operacionalizá-los para enfrentar os desafios de um presente em mutação. Neste sentido, o kantismo de Foucault constitui uma tentativa de síntese entre o formalismo das condições de possibilidade e um historicismo radical, de modo que a crítica se torne desmistificação e transgressão permanente, em vez de apenas legitimar o que já existe.

Entendemos que Foucault faz a crítica das políticas da verdade com Kant numa mão e Nietzsche na outra, procurando uma síntese entre as duas posições, se é que isso é possível. O kantismo de Foucault é um “kantismo para além de Kant”, se Foucault vê em Kant um filósofo que pensa sua época como tema filosófico, por outro lado, não podemos es-

quecer que, enquanto Kant busca responder quem somos nós enquanto sujeitos esclarecidos, Foucault tenta justamente rejeitar o que somos:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno (Foucault, 1995, p.239).

Assim, com sua ontologia de nós mesmos, Foucault problematiza, no sentido em que defende que não somos esclarecidos, somos o conjunto de práticas e experiências, as práticas mudam e as experiências vão modificando os sujeitos. Desta forma, o homem definido por Kant desaparece, pois temos agora alguém que é o conjunto de suas práticas mutáveis. Não há alguém para sair da menoridade, mas que vive a partir de práticas sociais.

2.3 Foucault e a Ontologia do Presente

Michel Foucault é um pensador que se interessa pelos fundamentos da racionalidade. Essa preocupação surge na filosofia do século XVIII. Nesse cenário, a questão: O que é a *Aufklärung* “à qual Mendelssohn e, em seguida, Kant deram uma resposta” (Motta, 2005, p. XX), vai revelar a filosofia sob dois aspectos, a saber: a filosofia como “figura determinante de uma época” e a filosofia como “princípio de deciframento de toda sucessão histórica” (Motta, 2005, p. XX). Estes dois aspectos constituem a interrogação acerca do momento presente¹⁹⁹, uma vez que a história aparece como um dos maiores problemas filosóficos, do qual a filosofia não mais se separa.

¹⁹⁹ Segundo Rajchman, “o ‘presente’ refere-se àquelas coisas que são constituídas em nossos procedimentos correntes de modo que não nos apercebemos que têm suas raízes no passado, e escrever uma ‘história’ desse presente é pôr a descoberto essa constituição e suas consequências” (Rajchman, 1987, p.53).

Enquanto na Alemanha a questão da *Aufklärung* produz uma reflexão histórica e política sobre a sociedade, principalmente em torno da religião, da ética e da economia do Estado, na França, a herança do Iluminismo surge pela história das ciências a partir das discussões postas pelos positivistas (inicialmente Saint-Simon e Auguste Comte) acerca do cientificismo.

Foucault traz a questão das Luzes como uma dupla possibilidade de nos interrogarmos acerca da razão: como “uma forma de tomarmos consciência das possibilidades atuais da liberdade” e como uma interrogação sobre “os limites e poderes que usamos” (Motta, 2005, p. XXII). O filósofo francês aponta três questões, a saber: a razão, a revolução e as luzes; que abordam o movimento iluminista como fundamental para o plano da filosofia contemporânea. Segundo o autor:

O primeiro é a importância assumida pela racionalidade científica e técnica no desenvolvimento das forças produtivas e no jogo das decisões políticas. O segundo é a própria história de uma “revolução” cuja esperança havia sido conduzida, após o fim do século XVIII, por todo um racionalismo, ao qual se tem o direito de perguntar que participação ele pode ter tido nos efeitos de despotismo onde essa esperança foi perdida. O terceiro, enfim, é o movimento pelo qual se começou a perguntar, no Ocidente e ao Ocidente, que títulos sua cultura, sua ciência, sua organização social e, finalmente, sua própria racionalidade podiam deter para reivindicar uma validade universal: ela não é apenas uma miragem ligada a uma dominação e uma hegemonia política? (Foucault, 2005b, p.357)

A pergunta *Was ist Aufklärung*²⁰⁰ é a problematização que orienta o diagnóstico da filosofia de Foucault numa ontologia do presente. Ao

²⁰⁰ Referência ao ensaio de Kant intitulado *Resposta à pergunta: que é o iluminismo?* (KANT, 1990).

que parece, enquanto Kant pensa o seu presente a partir do conceito de *Aufklärung*, Foucault alicerça sua genealogia crítica através do conceito de governamentalidade. Portanto, o conceito cunhado por Foucault surge como uma estratégia de poder voltada para governar, conduzir as condutas dos outros e a sua própria conduta.

A governamentalidade constitui-se numa ferramenta de pesquisa, numa lente que permite enxergar como operam os dispositivos de segurança, um campo estratégico de relações de poder (dispositivo poder-saber). Podemos entendê-la como a articulação entre a dimensão política e a dimensão ética, pois, até 1979, o conceito aparece como uma estratégia para governar os outros (processo de governamentalização do Estado) e, nos anos 80, aparece como uma estratégia para governar a si mesmo.

O termo governamentalidade deriva da tradução da palavra de língua francesa *gouvernementalité*. Na aula de 1º de fevereiro de 1978, quarta aula do curso *Segurança, Território e População* ministrado no Collège de France (1977-1978), Foucault propõe três definições para a palavra governamentalidade, a saber:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por objetivo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos

específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2008, p.143-144).

Ao longo da história do pensamento político e filosófico da humanidade, o poder sempre teve um destaque enquanto tema de reflexão e debate. Foucault propõe subverter a lógica de como o conceito de poder era até então pensado. Ao invés de perguntar: o que é o poder? o filósofo traz a tarefa crítica de nos questionar: como se exerce o poder? Assim, não faz mais sentido falar de “poder” no singular, mas como um campo de múltiplas “relações de poder”.

Não há uma sociedade sem relações de poder e Foucault propõe que estas relações de poder sejam entendidas como jogos estratégicos que buscam conduzir a conduta dos outros. Segundo Foucault:

O termo “conduta”, apesar de sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício de poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo” (Foucault, 1995, p.243-244).

Entendido isso, talvez a ligação entre poder e governamentalidade se consolide a partir do conceito de “governo”. Para Foucault, governar “é estruturar o eventual campo de ação dos outros”. As relações de

poder não são da ordem “da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (que não podem ser mais do que instrumentos); porém, do lado deste modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo” (Foucault, 1995, p.244).

Acerca desta questão, apontamos a diferenciação proposta pelo professor Veiga-Neto acerca dos conceitos governo e governoamento (Veiga-Neto, 2005). Foucault faz uso destas palavras que em algumas línguas estrangeiras apresentam um significado diferenciado. Contudo, na língua portuguesa, não há esta diferenciação, sendo ambas sinônimas de “governo”. Assim, podemos entender a palavra associada à instituição do Estado (Governo do Município, Governo do Estado, Governo da República, dentre outros tantos) e ação de governar (uma cidade, uma escola, uma família, uma criança, dentre outras tantas possibilidades).

Este segundo sentido, ação de governar, significa práticas múltiplas, pois “[...] o que está grafado como ‘práticas de governo’ não são ações assumidas ou executadas por um *staff* que ocupa uma posição central no Estado, mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social” e o professor Veiga Neto (2005, p.21) acrescenta: “soa bem mais claro falarmos aí em ‘práticas de governoamento’”. Já que “governo” está associado, de forma geral, a uma instituição centralizadora de poder (como, por exemplo, ao Estado). Desta forma, ao me referir à ação de governar, irei utilizar o termo governoamento para designar uma prática de governo que não está necessariamente vinculada à instituição estatal.

Ao retrocedermos na história na busca da análise do que Foucault está querendo dizer com a palavra “governo”, uma vez que o conceito foi-se constituindo de diferentes formas com o passar do tempo, percebemos que Foucault apresenta a origem da modalidade pastoral do poder, trazendo todo o histórico do pastorado enquanto derivação do

Oriente, especialmente da sociedade hebraica, e a forma como este é introduzido no Ocidente pelo cristianismo²⁰¹.

O filósofo francês traz quatro características do poder pastoral, defendendo que este orienta para a salvação. Contudo, o poder pastoral não é uma invenção cristã, mas uma apropriação do cristianismo que se foi transformando ao longo dos séculos III ao XVII no âmbito interno da instituição Igreja. Nas palavras do autor:

É uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo.

O poder pastoral não é apenas uma forma de poder que comanda; deve também estar preparado para se sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho. Portanto, é diferente do poder real que exige um sacrifício de seus súditos para salvar o trono.

É uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida.

Finalmente, essa forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la. (Foucault, 1995, p.237).

No entanto, nos séculos XV e XVI, há uma crise geral do pastorado. A problemática acerca da “maneira de se governar, de conduzir e se conduzir, acompanha, no fim do feudalidade, o nascimento de novas formas de relações econômicas e sociais e as novas estruturas políticas”. E conclui:

²⁰¹ Para Foucault, o cristianismo é um exemplo único na história. Trata-se do processo pelo qual uma comunidade religiosa se constituiu como Igreja, almejando governar a vida dos homens e conduzi-los à vida eterna e à salvação.

Uma importante transformação nas ‘artes de governar’ começa a acontecer desde o final do século XVI até a primeira metade do século XVIII. Essa transformação está ligada à emergência da “razão de Estado”. Passa-se de uma arte de governar cujos princípios foram tomados de empréstimos às virtudes tradicionais (sabedoria, justiça, liberdade, respeito às leis divinas e aos costumes humanos) ou às habilidades comuns (prudência, decisões refletidas, etc.) a uma arte de governar cuja racionalidade tem seus princípios e seu domínio de aplicação específico no Estado (Foucault, p. 1997, p.83-82).

Foucault aponta quatro características da evolução do pastorado – tecnologias de poder: 1. responsabilidade geral e individual sobre o rebanho; 2. garantir a obediência a sua vontade que é lei; 3. forma de conhecimento individualizado entre o pastor e o rebanho e, 4. a renúncia aos desejos do indivíduo. Este quarto aspecto da evolução do pastorado é considerado pelo autor talvez o mais importante, já que “todas essas técnicas cristãs de exame, de confissão, de direção de consciência e de obediência têm um objetivo: levar os indivíduos a trabalhar por sua própria ‘mortificação’ neste mundo”; e o autor acrescenta:

Podemos dizer que o pastorado cristão introduziu um jogo que nem os gregos nem os hebreus haviam imaginado. Um estranho jogo cujos elementos são a vida, a morte, a verdade, a obediência, os indivíduos, a identidade; um jogo que parece não ter nenhuma relação com aquele da cidade que sobrevive através do sacrifício de seus cidadãos. Ao conseguir combinar estes dois jogos – o jogo da cidade e do cidadão e o jogo do pastor e do rebanho – no que chamamos os Estados modernos, nossas sociedades se revelam verdadeiramente demoníacas (Foucault, 2006, p.369-370).

Para o poder pastoral, o governo era algo distinto do sentido utilizado no poder governamental, ou seja, enquanto o primeiro

apresentava uma racionalidade centrada no pastorado o segundo trazia uma racionalidade centrada na Razão de Estado. No entanto, é importante salientar que esta relação não é tão simples, pois o Estado moderno ocidental combina as técnicas de individualização aos processos de totalização, criando uma nova forma de poder pastoral. A citação que se segue, tanto longa quanto útil, traz algumas das características desta nova arte de governar:

1. Podemos observar uma mudança em seu objetivo. Já não se trata mais de uma questão de dirigir o povo para a salvação no outro mundo, mas, antes, assegurá-la neste mundo. E, neste contexto, a palavra salvação tem diversos significados: saúde, bem-estar (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança, proteção contra acidentes.
2. Concomitantemente, houve um esforço da administração do poder pastoral. Às vezes, esta forma de poder era exercida pelo aparelho do Estado ou, pelo menos, por uma instituição pública como a polícia. (Não nos esqueçamos de que a força policial não foi inventada, no século XVIII, apenas para manter a lei e a ordem, nem para assitir os governos em sua luta contra o inimigo, mas para assegurar a manutenção, a higiene, a saúde e os padrões urbanos, considerados necessários para o artesanato e o comércio.).
3. Finalmente, a multiplicação dos objetivos e agentes do poder pastoral enfocava o desenvolvimento do saber sobre o homem em torno de dois pólos: um, globalizador e quantitativo, concernente à população; o outro, analítico, concernente ao indivíduo (Foucault, 1995, p.238).

A partir disso, percebemos que, neste momento histórico, o poder pastoral, que por séculos esteve ligado à instituição religiosa, dissemina-

se pela rede social, encontrando apoio em diversas instituições. No entendimento de Foucault, ao invés de dois poderes (pastoral e político) ligados e muitas vezes atuando como rivais, há “uma ‘tática’ individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria; da educação e dos empregadores” (Foucault, 1995, p.238). Assim, se no século XVIII ocorre o fim da era pastoral “em sua tipologia, em sua organização, em seu modo de funcionamento” (Foucault, 2008, p.197), não podemos esquecer que o poder pastoral continua atuando e talvez não nos libertaremos mais dele.

Após esta breve (re) apresentação de Foucault como um pensador do presente e sua relação com o “kantismo para além de Kant”, entendemos ser bastante produtivo pensarmos no neologismo “governamentalidade” não somente relacionado a matriz da razão política moderna, mas também com um histórico de como, pouco a pouco, o Ocidente foi-se governamentalizando. Assim, a governamentalidade pode ser entendida como uma categoria metodológica que permite nos deslocar do estudo das instituições e nos interrogar acerca das tecnologias de poder: suas estratégias e táticas.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault, 1926-1984*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, M. *O que é o Iluminismo?* Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Brasília: UNB, 1994, p. 1-13.

<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/iluminismo.html>. Acesso em: 25/11/2008, à 10h 31 min.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do*

estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. O que são as Luzes? Ditos & Escritos, vol II – *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a, p. 335-351.

_____. A vida: a Experiência e a Ciência. Ditos & Escritos, vol II – *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b, p. 352-366.

_____. Omnes et Singulatim: uma Crítica da Razão Política. Ditos & Escritos, vol IV – *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 355-385.

_____. *Segurança, Território, População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o iluminismo? IN: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Edições 70, 1990.

MOTTA, Manoel Barros da. A questão do Iluminismo Ditos & Escritos, vol II – *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. XX-XXII.

RAJCHMAN, John. *Foucault: A liberdade da Filosofia*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... In: *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas* Rio de Janeiro: Dp&A editora, 2005, p. 13-34.

ALA PUCHA TCHÊ, NÃO SE ASSUSTEMO²⁰² COM O FACEBOOK! MANEIRAS DE PRODUZIR/REPRODUZIR IDENTIDADES CULTURAIS

LAUREN ESCOTTO MOREIRA²⁰³

JÉSSICA HENCKE²⁰⁴

Resumo: O trabalho que se desdobra, propõe um olhar perpassado pelos estudos culturais no que tange à cultura gaúcha e seus costumes, focando-se nas representações desta cultura nas redes sociais, em especial, o Facebook. Através da percepção histórica representada pelo Tradicionalismo como marca do regionalismo do Rio Grande do Sul, este artigo, visa demonstrar que o gaúcho mantém, independente de seu local de moradia e espaço de interação, resquícios de sua cultura. Como plano de investigação, utilizam-se as postagens nas páginas do Facebook, que demarcam posições, hábitos e atitudes definidoras do que é ser gaúcho, num processo de formação da identidade cultural. Ampara-se nos estudos Stuart Hall (1997), Henry Giroux (1995), Tomaz Tadeu da Silva (1999) e Michel Foucault (1997). Compreende-se que os traços regionalistas continuam a demarcar formas e posturas culturais, independente do espaço físico em que se manifesta.

²⁰² "ala putcha" é uma expressão de espanto de exclamação, assim como tchê é ponto, bah (barbaridade) é início de frase e ala putcha, seria vírgula. É a inspiração da produção musical de os Serranos: Ala putcha tchê.

²⁰³ Mestra em Educação, lalauzinhaster@hotmail.com, Instituto Federal Sul-rio-grandense.

²⁰⁴ Mestra em Educação, jessicahencke@gmail.com, Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Palavras-chave: facebook; gaúcho; tradicionalismo; discurso.

Introdução

As postagens nas páginas do Facebook²⁰⁵ têm apresentado, na atualidade, textos como uma marca de difusão cultural dos movimentos, princípios e ações tradicionalistas do Rio Grande do Sul e que está além das fronteiras e limítrofes do sul do País. Os ‘posts’²⁰⁶ nas páginas da rede social têm visualizações que permitem aos usuários ações como curtir, comentar e compartilhar no ‘feed de notícias’²⁰⁷ que está diariamente em atividade no ambiente virtual e, assim, se mantém a divulgação das tradições e seus costumes.

A singularidade do gaúcho em relação aos indivíduos de outras regiões do País vem do forte zelo que ele mantém com a história do estado, por este motivo, nota-se a importância dessa pesquisa que visa discutir a preservação da identidade gaúcha na mídia social.

A ótica teórica selecionada para este estudo propiciou investigar algumas frases postadas nas páginas do Facebook, como artefatos culturais, os quais reforçam a conservação das tradições históricas do Sul. Confere ressaltar que as páginas da mídia são vistas como espaços, mesmo que virtuais, onde ocorrem práticas de representação cultural e produção de identidades (HALL, 1997).

Honrar com orgulho a história dos antepassados faz parte da cultura do povo gaúcho, ao cultivar os costumes dos povos antigos e utilizar os símbolos da cultura gaúcha como hábitos familiares. A representação é

²⁰⁵ Facebook é uma rede social criada em 2004, seus usuários criam perfis e possibilita expor fotos, interesses e mensagens aos demais participantes, membros dessa rede.

²⁰⁶ Post: publicações realizadas on line em sites.

²⁰⁷ Feed de notícias é uma configuração de dados e tem por objetivo a comunicação e informação, com conteúdo atualizado.

a face material, visível, palpável do conhecimento. Representar e o conhecer não são mais vistos como algo que se reduz ao trasladar do “real”, mas o próprio movimento de trasladar que é real.

Silva (1999) aponta que a sociedade contemporânea está focada na imagem, no consumo; ela é dominada por signos e representações que, até então, os meios de comunicação de massa são mediadores das trocas simbólicas, sejam eles signos e símbolos com valores diferentes de sentidos e significados.

Giroux (1995) aponta que a partir dos Estudos Culturais, os textos são compreendidos a partir do seu contexto histórico-social e, associados às experiências e práticas dos indivíduos aos quais estão em interação, de certa forma, com os hábitos e costumes tradicionais gaúchos, assim como, os usuários do Facebook.

Com base nos estudos de Foucault (1997) pode-se dizer que o discurso (postagens nas *fan pages*), não é uma simples sequência de palavras que constituem uma melodia a ser ouvida e compreendida por outrem, apresenta um modo de pensamento oposto à intuição, refere-se a uma rede de enunciados que possibilita a expressão de sentidos ao colocar a língua em movimento.

Nos versos do músico nativista Mano Lima, através do uso de uma linguagem rústica, particularmente devida ao gaúcho que vive no interior do Sul, destaca-se: “Não sou xucro, nem domado, sou manso só de selim. Se me botarem no arado quebro a coice o balancim”²⁰⁸ é um exemplo sobre a concepção de signos na sociedade de consumo, referida por Silva (1999), cujos objetos se transformam em imagens desprovidas de peso, relevo, dimensões, espaço.

²⁰⁸ Letra de música de Mano Lima – Espantando Bagual.

Giroux (1995) aponta que a partir dos Estudos Culturais, os textos são compreendidos com base em seu contexto histórico-social e, associados às experiências e práticas dos indivíduos aos quais estão em interação, de certa forma, com os hábitos e costumes tradicionais gaúchos, assim como, os usuários do Facebook.

As pedagogias culturais, por sua vez, estão intimamente relacionadas aos artefatos; elas emergem em um mundo que seduz pela intensidade que traz no que diz respeito às imagens, vídeos, áudios, hipertextualizações (hipertexto), enfim, uma vasta e imensa veiculação de produções contidas de significados subjetivados pelos sujeitos contemporâneos constituídos das suas experiências e vivências. As pedagogias culturais direcionam o olhar do pesquisador “as formas pelas quais se produzem sentidos e sujeitos na cultura” (FISCHER 2002, p.151).

Portanto, discutem-se neste ensaio, os modos como os textos postados estariam “ensinando” os indivíduos contemporâneos a manter “viva” as atitudes e hábitos do que é ser gaúcho à medida que enfatizam as tradições culturais regionais do sul do país.

Procedimento de pesquisa

Para sistematizar a pesquisa, lançou-se mão de um processo de seleção de frases curtas postas em circulação em *fan pages* do Facebook, acessamos a página da mídia social Facebook (<https://www.facebook.com>) no dia 01 de janeiro de 2015, data em que digitamos no mecanismo de busca de páginas da mídia social os termos “frases, gaúcho”. O referido mecanismo de busca selecionou uma listagem de páginas a partir desses termos. Adotamos como critério o número total de curtidas registradas pelos/as usuários/as das páginas. Considerando que algumas páginas possuíam um número de curtidas inferior as demais estabelecemos o número de 10.000 curtidas como valor mínimo para inclusão da *fan page* no *corpus* analítico.

Outro critério adotado foi o de desconsiderar as postagens de fotos pessoais de internautas, vídeos, propagandas e datas comemorativas. Esse recorte garantiu que somente as páginas com acesso livre a qualquer usuário/a fizesse parte da pesquisa. Esse procedimento levou a localização das *fan Page* intituladas Gauchismo é isso²⁰⁹ com número total de 30.054 curtidas; Frases de Gaúchos²¹⁰ com número total de 11.223 curtidas e Gaúcho de Verdade²¹¹ com total de 30.479 curtidas e Frases de Gaúcho²¹² com 27.555 curtidas.

Após a definição de quais seriam as páginas que comporiam o *corpus* analítico, adotamos o critério de examinar postagens realizadas entre os dias 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015. A fim de evitar que exista alteração posterior no que havia em cada uma das páginas após a data de 31 de dezembro de 2015, salvamos todas as postagens em arquivo gerado de *software* Word, suporte de registro que independe de conexão com a Internet. Com esse trabalho obtivemos um total de 102 postagens. Dentre as quais localizamos aquelas que se valem de expressões indicativas de ações imediatas e que configurem as representações culturais gaúchas que tem se produzido.

Como aporte teórico, valemo-nos dos estudos de Hall (1997) que aponta uma relação entre cultura e linguagem, destacando um compartilhamento entre os modos de significação dos indivíduos dentro de uma cultura, sendo a linguagem um sistema de representação de valores, ideias, sentimentos, emoções, conceitos e saberes. Nesta proposta, a linguagem

²⁰⁹ Disponível em:< <https://www.facebook.com/GauchismoElso/?fref=photo>> Acesso em 31 dez. 2015.

²¹⁰ Disponível em:< <https://www.facebook.com/frasesdeGauchos/?fref=ts>> Acesso em 31 dez. 2015.

²¹¹ Disponível em:< <https://www.facebook.com/gauchismo/?fref=ts>> Acesso em 31 dez. 2015.

²¹² Disponível em:< <https://www.facebook.com/FrasesDeGaúcho/?fref=ts>> Acesso em 31 dez. 2015.

apresenta-se como uma construção discursiva entre modos de significação.

Em contrapartida, usamos os estudos de Foucault sobre a linguagem que apresenta-se como um conceito filosófico importante na medida em que, pode ser considerada um elemento estruturador da relação do indivíduo com a vivência social. Em sua perspectiva concebe a história como uma coleção de fatos que vão constituindo a "identidade" das sociedades e seus indivíduos, neste caso, as formas de ser “gaúcho”. “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (...)” (FOUCAULT, 1997, p.135-136).

A obra de Foucault apresenta a noção discursiva que o que foi definido como ‘formação discursiva’ mascara o plano geral das coisas ditas na especificidade dos enunciados, ou seja, a formação discursiva vista como um conjunto de enunciados que não se reduz a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, porém, mostram-se engajados a uma mesma regularidade e dispersão na forma de ideologia, ciência, teoria, etc.

Produzir/reproduzir identidades culturais

Abordamos inicialmente à discussão com as postagens que apresentam de forma direta às representações correspondentes ao apego a terra, as tradições e costumes e que configuram a continuidade da tradição. A postagem da figura 1 trata do nativismo que se faz presente, um gaúcho que tem amor pela terra na qual nasceu e permaneceu até o final de sua vida. Na figura 2, a conservação do costume do chimarrão ao manter vivo o hábito em sorver o mate quente. Há a intenção de um pensamento: propagar a cultura e o hábito da bebida.

Fig. 1 ²¹³

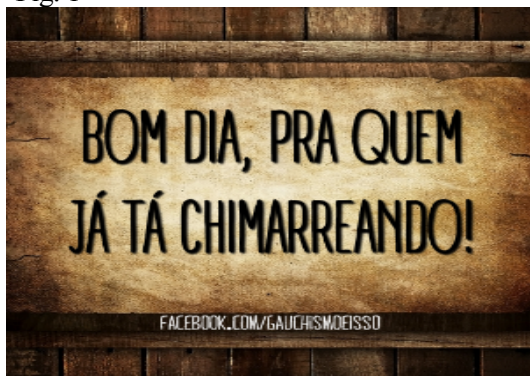


Fig. 2²¹⁴



Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1997, p. 43).

²¹³Disponívelem:<https://www.facebook.com/GauchismoElIsso/photos/a.431329466972257.1073741827.229637310474808/721844671254067/?type=3&theater>> Acesso em 31 dez.2015

²¹⁴Disponívelem<<https://www.facebook.com/GauchismoElIsso/photos/a.431329466972257.1073741827.229637310474808/593437250761477/?type=3&theater>> Acesso em 31 dez.2015.

A fabricação e ajuste dos discursos - compostos por uma unidade de enunciados – quanto da aplicação e produção destes configura identidades e ações produzidas e reproduzidas nas instituições e nas relações sociais, definindo assim, um saber, além de determinar funções e formas de comportamento em uma determinada época.

Ao mesmo tempo em que as mensagens reforçam as tradições regionais; a identidade do sulista se manifesta pela sua vestimenta, símbolos pátrios e o chimarrão. Isto tudo faz parte da história e tradições, um tipo de “marca registrada”, cuja finalidade é preservar uma representação identitária de quem nasce nela – o gaúcho.

Hall (1997) argumenta que é quase impossível ao cidadão comum construir uma imagem precisa de seu passado histórico, por este motivo, inclui panoramas e costumes de outras épocas em sua vida atual, reproduz padrões transmitidos em escala geracional, valorizam aspectos culturais, normas e estruturas sociais imersas em determinado tempo histórico e geográfico.

As instâncias culturais, formadoras de saberes, identidades e subjetividades e as redes sociais, como o Facebook, são elencadas como geradoras de socialização dos indivíduos contemporâneos. As conexões entre elas permitem que as mais variadas convicções veiculadas a respeito da cultura gaúcha, façam emergir significados e subjetivações, a partir das relações que se constroem entre os usuários das páginas pesquisadas com o tradicionalismo, como confere na figura 3. E, complementa Hall sobre

[...] o que denominamos "nossas identidades" poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos "viver", como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única

e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente (HALL 1997, p.26).

Fig. 3²¹⁵



Fig. 5²¹⁶



²¹⁵Disponívelem<<https://www.facebook.com/gauchismo/photos/a.281875178627828.1073741827.279029532245726/571338993014777/?type=3&theate>>Acesso em 31 dez. 2015.

²¹⁶Disponívelem<<https://www.facebook.com/gauchismo/photos/a.282402818575064.1073741828.279029532245726/425538277594850/?type=3&theater>>Acesso em 31dez.2015.

Fig. 6²¹⁷

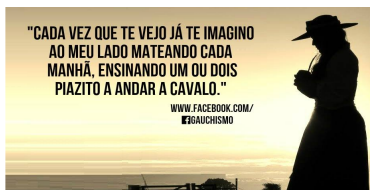


Fig. 7²¹⁸



²¹⁷ Disponível em <<https://www.facebook.com/gauchismo/photos/a.282402818575064.1073741828.279029532245726/422316007917077/?type=3&theater>> Acesso em 31 dez. 2015.

²¹⁸ Disponível em <<https://www.facebook.com/gauchismo/photos/pb.279029532245726.-2207520000.1462671659./572008432947833/?type=3&theater>> Acesso em 31 dez. 2015.

Fig.8²¹⁹

Sob o ponto de vista de os Estudos Culturais, uma das tendências condiz para as análises textuais envolvidas com o estudo da comunicação de massa e da literatura produzida por ela para as classes populares. É sob esse viés que se apresentam as mensagens postadas nas *fan pages*, agora, de forma indireta, com uma variedade de palavras e expressões gauchescas.

Pode se perceber que tanto na postagem da figura 5 e 6, como na figura 8 a linguagem é caracterizada por expressões típicas usadas pelo gaúcho. As frases possuem conotações variadas: sejam elas românticas, felizes, infelizes, apreciação crítica. As expressões envolvidas produzem sentidos humorados, comparativos, pitorescos. Na figura 7, a mensagem reforça as ações dos indivíduos em reconhecer o valor das tradições regionais através do registro das danças, das cantigas e músicas. Conforme os sites oficiais destinados à divulgação cultural do gaúcho na internet, as danças gaúchas são as que todos os CTG's reinterpretem até hoje, em festas tradicionalistas e festivais de tradição gaúcha.

²¹⁹Disponível em <<https://www.facebook.com/frasesdeGauchos/photos/pb.149083688597784.-2207520000.1462671541./260369837469168/?type=3&theater>> Acesso em 31 dez.2015.

Para finalizar

Segundo Luvizotto (2009), o regionalismo sul-rio-grandense e suas expressões estão alicerçados em tradições e em conhecimentos obtidos pela convivência de diferentes grupos que contribuíram para a formação histórica e cultural do sul do país e para a construção de uma identidade comum, somados aos elementos históricos e sociológicos. Seus legados e sua tradição são transportados para as gerações seguintes, sujeitos às mudanças próprias de cada época. E acrescenta que a identidade construída entre os gaúchos²²⁰ provém da herança cultural calcada na conservação das tradições e costumes que perpassam pelas gerações no Rio Grande do Sul.

Pode-se dizer que há um discurso social, que enaltece determinadas posturas tradicionalistas perpassadas entre as gerações. Foucault (1997) destaca que o discurso é uma prática relacional entre a “língua” e outras ações no âmbito social, assim, definem-se saberes e formas de comportamento para cada época em um determinado grupo sociocultural.

No decorrer do processo investigativo percebeu-se que há um contínuo movimento de valorização da cultura gaúcha, no que compete a reprodução de artefatos culturais que demonstram formas de agir e atuar como gaúcho, destacando influente valorização das tradições e dos costumes, independente do meio digital ou analógico de disseminação.

Referências

FISCHER, Rosa M.B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. In: Educação e pesquisa. São Paulo: Universidade de São Paulo. n.1, vol.28, jan.-jun. 2002. p.151-162.

²²⁰ Gaúcho habitante da zona rural e em toda extensão do Rio Grande do Sul, tem como atividade de trabalho a criação de gado.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GIROUX, Henry A. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz T. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petropolis: Vozes, 1995. p. 85-103.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.22, n.2, p.17-46, jul./dez., 1997.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart. Representation. Cultural Representations and Signifying Practices. London: Open University, 1997. p. 233-290.

KEHL, M.R. Juventude como sintoma da cultura. In: NOAVES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. p. 89-113.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e Educação. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). O sujeito da Educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p.35-86.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul / Caroline Kraus Luvizotto. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

TOMAZ, Tadeu da Silva. O Currículo como Fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Sites:

<http://bolichaodogaicho.blogspot.com.br/2013/03/historia-do-tradicionalismo-gaicho.html>

<https://www.facebook.com/GauchismoElso/?fref=ts>

<https://www.facebook.com/frasesdeGauchos/?fref=ts>

<https://www.facebook.com/FrasesDeGacho/?fref=ts>

<https://www.facebook.com/gauchismo/>

<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=gacho+significado>

<http://www.infoescola.com/rio-grande-do-sul/historia-do-rio-grande-do-sul/>

<http://www.paginadogacho.com.br/intro.htm>

<http://www.significados.com.br/facebook/>

<http://www.webartigos.com/artigos/cultura-gaucha-o-tradicionalismo-como-marca-regional/42028/#ixzz46oDA0UnF>

PRISÃO E FOUCAULT: DIÁLOGOS PERTURBADORES

LUCAS BRAUNSTEIN DA CUNHA²²¹

PAULA CORRÊA HENNING²²²

MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES²²³

Resumo: Na atualidade, somos atravessados por informações que buscam sinalizar a precariedade do sistema prisional, sua possível falência e a necessidade de punir “mais e melhor”. Diante desses ditos, nos colocamos à sua retaguarda para pensarmos a construção do sistema prisional. Assim, com os olhos do presente, fundamentamo-nos na perspectiva de Michel Foucault, em autores pós-estruturalistas, na legislação penal, processual penal e na lei de execução penal, para olhar o passado, a fim de problematizar a potencialidade do sistema prisional brasileiro, na atualidade. Destacamos, assim, a possível seletividade penal, como alguns sujeitos tendem a ser mais punidos do que outros e o quanto se formulam verdades para que os suplícios do corpo sigam sendo instrumentos para manter a segurança e ordem social, demonstrando como a prisão segue sendo um importante instrumento na sociedade de normalização para conhecer, disciplinar e controlar as multidões dispersas.!

Palavras-chave: Direito; Michel Foucault; Prisão.

²²¹ Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. bc_lucas@live.com

²²² Doutora em Educação pela UNISINOS/RS. Professora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia. paula.c.henning@gmail.com

²²³ Graduada em Direito. Especialista em Direito Penal e Processual Penal. Mestre em Sociologia. Professora na Faculdade Anhanguera Educacional de Pelotas. maricris.ff@hotmail.com

Introdução

A prisão é o resultado último de técnicas de controle, vigilância, identificação de indivíduos, enquadramento de seus gestos, de sua atividade e de sua eficácia. Sendo que, ao longo dos séculos XVI e XVII foram desenvolvidas e aperfeiçoadas por outras instituições de poder sobre os corpos como escolas, hospitais e exército. Essa é a conclusão a ser chegada após analisadas as mais diversas obras de Michel Foucault.

É com problematizações, provocadas especialmente a partir da leitura de textos de Foucault dedicados ao funcionamento das prisões que este artigo foi escrito. Com isso, seu objetivo maior é tensionar essa instituição de sequestro, cutucando o olhar moderno de enxergar as prisões como modo de punir cada vez “mais e melhor”, rumo ao progresso e a ordem social.

Na esteira de Foucault e de autores que comungam da perspectiva pós-estruturalista, é possível colocar-se à retaguarda dos discursos que sinalizam que a punição no Brasil é ineficaz e que destacam o desaparecimento dos suplicios do corpo. Assim, questionamos algumas verdades, sinalizando outros modos de olhar o sistema prisional brasileiro, não melhores ou piores, mas outras, destacando o quanto o sistema prisional ainda é um importante instrumento para manter a segurança e a ordem nesses tempos de liquidez, possibilitando nomear alguns sujeitos como mais criminosos do que outros e a consequente “sujeição criminal”.

Para isso, iniciamos discutindo sobre uma modificação potente no mundo ocidental: o esmaecimento da sociedade soberana, com seus suplicios, e o aparecimento de uma nova ordem de controle, a sociedade disciplinar. Na sequência, provocamos o enclausuramento em tempos contemporâneos, entendendo que este não é um projeto falido, como

muitos acreditam, mas um projeto que fabrica algo que ainda interessa o mundo moderno.

Do Suplício às Prisões

Quando, em 1975, Michel Foucault lançou o livro “Vigiar e Punir” (1999), como de praxe, abalou as estruturas daquilo que temos como certo, natural. Suas obras e estudos serviram de inspiração para diversas novas correntes de políticas criminais. Em um primeiro momento, severamente criticado pelos criminologistas da época, são raros, hoje, os livros desta área que não trazem a discussão proposta pelo tão clássico e polêmico livro.

Vigiar e Punir: história da violência nas prisões – escrito em 1975, que se refere às prisões, evidencia suas aproximações com outras instituições de sequestro, como a escola, o manicômio, o hospital, o quartel, etc. Nesse estudo, Foucault apresenta a passagem do poder soberano ao poder disciplinar, anunciando de forma detalhada as características, estratégias e mecanismos que esse novo poder coloca em funcionamento.

Na virada do século XVIII para o XIX, que Foucault descreve como o período de passagem da sociedade de soberania à sociedade de normalização, o suplício, o espetáculo e, conseqüentemente, o poder sobre o corpo perde força. Certamente, as penalidades se aplicam ao corpo também, porém, é de uma relação diferente que se trata: priva-se o indivíduo de sua liberdade, através de um sistema de coação, de interdição, de obrigação; todavia, a preocupação agora não é com o sofrimento do corpo, mas com uma economia dos direitos.

Por efeito dessa nova retenção, um exercício inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples

presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor são os objetos últimos de sua ação punitiva (FOUCAULT, 1999, p.14).

Com esse novo aparato tecnológico, em nome do *respeito para com a humanidade*, as penas dirigem-se não mais ao corpo para produzir bens e riquezas, mas ao corpo para governá-lo mais e melhor. Essa pena deve servir não mais como espetáculo, mas como um castigo que se dirija a interiorizar normas de condutas ao infrator. A preocupação, agora, versa sobre como esse sujeito pode vir a se tornar. E, para isso, cria-se um conjunto de medidas que corrijam o indivíduo, que exerçam sobre ele uma série de diagnósticos, de padrões a serem seguidos, de estratégias que normalizem suas ações, evidenciando como ser, se comportar e atuar no mundo em que vive.

Com uma suavização das penas, em grande parte resultante das *emoções de cada falso*²²⁴ e da necessidade de implementar um regime punitivo mais eficaz, a disciplina intenta trazer *castigos mais humanos*. Para essa mudança nas estratégias de poder, é preciso uma adaptação dos indivíduos à nova política de controle da população: a vigilância permanente do comportamento das pessoas. As tecnologias disciplinares são exercidas no sentido da conservação da ordem e da civilidade da população, garantindo que a infração do indivíduo não volte a ocorrer. Daí porque a disciplina busca muito mais garantir a ordem do que a justiça frente à desordem ocorrida. A disciplina preocupa-se com uma punição que garanta a ordem no futuro, criando estratégias para que essa desordem não ocorra novamente.

²²⁴ Emoções de cada falso, segundo Foucault (1999), referem-se àqueles momentos anteriores à execução do condenado em que o Rei, com sua espada, tinha o direito de deixar viver ou fazer morrer. Aqueles momentos angustiantes e ameaçadores que incutia nos espectadores do espetáculo o medo de, em algum dia, serem eles a estarem no cada falso.

O verdadeiro objetivo da reforma, e isso desde suas formulações mais gerais, não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais eqüitativos; mas estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira continua e até o mais fino grão do corpo social (FOUCAULT, 1999, p.68) [grifo do autor].

A fim de que essa tecnologia do poder efetive seu exercício, foi necessário criar novas estratégias de controle do tecido social. Princípios que sirvam para regular e fazer valer a arte de punir. Quando se começa a criar essas estratégias de controle na busca de garantir a ordem social, inicia-se uma nova economia do poder, fazendo aparecer aquilo que Foucault denomina uma Política de Normalização (FOUCAULT, 2001).

Para garantir o desejo de melhoria, a sociedade de normalização se responsabilizou em criar instituições que tornassem possível a transmissão do código de leis e normas. Nelas, os horários, as atividades regulares, a boa convivência em grupo, o respeito aos bons hábitos deveriam ser rigidamente seguidos para a criação de um sujeito que mais do que seguir o código de leis, entenda e assuma a importância de exercê-lo cotidianamente, é a formação, enfim, do sujeito educado, do sujeito obediente, ou mais claramente tratado, um corpo dócil e útil para a sociedade em que se vive.

Para a formação desse sujeito exigem-se novas técnicas para tornar seu corpo docilizado e útil. Um corpo que estará constantemente submetido a um controle, especialmente pela interferência nos modos de regulação do tempo e do espaço. Um controle permanente sobre o corpo do indivíduo que deveria submetê-lo a uma atividade constante, torna-o

quanto mais obediente, mais útil. Diferente do poder sobre o corpo exercido nas sociedades de soberania, diretamente ligado à propriedade e à riqueza, com as disciplinas o controle se define “como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 1999, p.119) [grifo do autor].

Com essa ferramenta consistente, apreendida com estudo de Foucault (1999, 2001 e 2005), sobre as tecnologias disciplinares, pretendemos explicitar como vamos instituindo novos modos de punição, onde, agora, as prisões não somente são necessárias, como indispensáveis para consolidação da nova sociedade que se gesta, a Sociedade Disciplinar.

Provocações à Prisão na atualidade

Como sinalizado acima, a punição pelos suplícios passou a ser algo vergonhoso. Logo, as práticas do suplício em praça pública, retiravam a legitimidade do poder soberano, diante da desproporcionalidade das penas atribuídas ao delito cometido. Vê-se, assim, que o poder disciplinar foi e é um importante instrumento para “transformar as multidões confusas” em corpos úteis e em “multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 1999, p. 143).

Ao pensar o presente e mirar o olhar ao sistema prisional vimos às inúmeras críticas que são elaboradas a este, em diferentes aspectos, seja no sentido de sua falibilidade, seja no sentido das suas condições precárias e desumanas. Pode-se dizer que no aspecto formal, aquele previsto legalmente, as penas se tornaram “humanas”, como previa a reforma do sistema penal, elaborada entre os séculos XVIII e XIX.

Efetuamos essa afirmativa, pois, na atualidade, não visualizamos mais, em regra e como legítimo pelo poder estatal, os suplícios em praça pública, o esquartejamento de corpos (FOUCAULT, 1999), ou ainda imaginar o crime como alguma fatalidade genética (FOUCAULT, 2001). Dessa forma, pode-se dizer que o direito penal caminhou no sentido de uma “humanização” das penas. Que a reforma penal do século XIX foi um grande avanço neste âmbito e, ainda, que a criminologia também foi um fator relevante para assegurar alguns direitos, atenuar penas: estabelecer um procedimento penal.

Por outro lado, essa mesma reforma penal que efetuou significativas benesses ao sistema jurídico penal, também instaurou um peculiar mecanismo de controle, que são as “virtualidades”, ou seja, não é somente o ato em si, a materialização do crime, que determina sua prática, mas a possibilidade do cometimento dele (FOUCAULT, 1996). Há quem sinalize a necessidade de certezas para que se fale em condenação – o próprio Código de Processo Penal (BRASIL, 2016a); mas antes de falar no procedimento penal, na instauração de um processo judicial, essas virtualidades ocasionam implicações na vivência de sujeitos rotulados como pretensos criminosos.

Nessa perspectiva, alguns sociólogos, pontuam a constante rotulação de sujeitos como mais criminosos do que outros (FACHINETTO, 2011). Ratificando essa afirmativa, encontramos algumas informações estatísticas – as quais entendemos como construções de um tempo, elaboradas através de recortes por aqueles que as elaboram e não como verdades absolutas, como sustentam alguns – que apontam que a população carcerária, na atualidade, é formada, majoritariamente, por jovens, negros e analfabetos (WAISELFISZ, 2014).

Percebe-se, assim, que aquele conceito formulado por Foucault – “virtualidades” – construído como um mecanismo para sustentar

segurança e ordem no século XIX, ainda segue reverberando efeitos, na atualidade. Comungando dessa teorização, Michel Misse, enfatiza o conceito de “sujeição criminal”:

[...] é “normal” (e não desviante) esperar-se que certos indivíduos e tipos sociais sejam mais propensos a cometer crimes que outros, e também é “normal” acreditar-se que a sociedade está dividida entre “pessoas de bem” e “pessoas do mal” e a regra seguida não é a da “presunção de inocência”, mas a da desconfiança e da “prevenção (preventiva) da culpabilidade”. [...] O modo de evitar a minha sujeição criminal é acreditar firmemente que comigo é diferente, que não faço parte do mesmo mundo do outro e que, portanto, o culpado só pode ser ou é sempre o outro. (MISSE, 2014, p. 210) [grifos do autor].

Essas sujeições se fazem potentes e são permitidas, justamente porque se busca constantemente segurança, previsibilidade e ordem. Nessa sociedade da alta visibilidade, do controle, isso se faz ainda mais pulsante. Pensar que certos sujeitos são abordados, revistados, apontados como suspeitos porque não são considerados “média” (EWALD, 2000), também é resultado dessa reforma penal, e reproduzida como verdade; são resultados da sociedade reguladora (FOUCAULT, 2005, p. 294).

Não são poucos os estudos que sustentam a ineficácia das prisões brasileiras, a superlotação dos presídios e os altos índices de reincidência, isto é, a nova prática de crimes por aqueles que já incidiram no sistema prisional (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015). Em sala de aula²²⁵, de um modo geral, percebemos que há um discurso consistente, de que as leis na atualidade, não são eficazes, que o presídio é a “escola do crime”, que as leis servem para “beneficiar vagabundo”.

²²⁵ Vale destacar que um autor deste texto é aluno do Curso de Direito e outros dois são professores deste mesmo curso.

As enunciações que sustentam tais discursos emergem, por exemplo, quando abordamos alguns institutos de despenalização, como as penas restritivas de direito, a suspensão condicional da pena ou livramento condicional (BRASIL, 2016b), ou ainda, quando adentramos na Lei de Execuções Penais, a qual prevê direitos e garantias aos encarcerados; surpresas ocorrem, ainda, quando sustentamos que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016c), aquela que possui como princípios básicos a dignidade humana, a igualdade e a liberdade, precisa ser interpretada junto ao Código Penal, Código de Processo Penal e leis penais especiais.

Percebemos, assim, que a crítica elaborada ao sistema prisional não se dá no sentido de buscar alternativas ao cárcere, mas percorrendo alternativas outras para tornar a punição ainda mais severa, isto é, sustenta-se a potencialidade do cárcere, porque este retira o “sujeito delinquente” dos olhos da sociedade, elimina a “anormalidade”. Vê-se, assim, que houve uma “substituição” na arte das punições, mas não sua eliminação.

[...] A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápidas. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo código. Porém, julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos. Dir-se-ia que não são eles que são julgados; se são invocados, são para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são na realidade, julgadas e punidas. (FOUCAULT, 1999, p. 22).

As prisões, na atualidade, seguem sendo uma instituição de sequestro que permitem o conhecimento do corpo, a sua disciplina, a sua sujeição. As facetas da sociedade se modificam, logo, os discursos que nela imperam também. Porém, há recorrências que seguem determinada lógica e são essas recorrências que necessitam ser enfatizadas e atualizadas no presente (FOUCAULT, 1995, p. 24). Pensar que determinadas práticas são legítimas porque estão em vigor há bastante tempo, é esquecer-se de problematizar suas construções. Aliás, é ignorar que são construções.

Conforme destacou Foucault (2005), o “deixar morrer” não é propriamente retirar a vida do sujeito, mas barrar-lhe o acesso às garantias sociais, por exemplo. Nesse sentido, é possível perceber a potencialidade do sistema prisional na atualidade, em que pese tenha sido o sistema de correção menos provável de vigência na época (FOUCAULT, 1999). Mais uma vez, as palavras de Foucault são atuais para pensar como nos tornamos aquilo que somos:

[...] seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita por alguns e se aplica a outros; que a princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que os tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem. (FOUCAULT, 1999, p. 261).

Retornando ao momento de nascimento da forma-prisão, esse precede a prepotência dos Códigos, é um fenômeno que extrapola o judiciário. No entanto, o judiciário, apropriou-se da forma-prisão e a aperfeiçoou. As técnicas de drenagem de tempo e força dos indivíduos

melhoraram e a forma de repartição e estigmatização destes, hoje, são merecedoras do mais vil aplauso. “Está vivo! Está vivo!” diria o Dr. Victor Frankenstein se presenciasse a criação da instituição-prisão.

Ao contrário dos métodos do Dr. Victor, que deram vida a um ser inanimado, personificando-o, a instituição-prisão “torna os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo” (FOUCAULT, 1999, p.260).

Com o intuito de destrinchar as técnicas prisionais, o que é feito, em suma, é isolar um pequeno grupo de pessoas que assumem um papel de “bode expiatório” ao estarem submetidas a um ambiente de controle e vigilância por um sistema carcerário. Sendo, como consequência de um exercício de demonização e fabricação de monstros exercido pela mídia e todo sistema carcerário, alvos de hostilidade e desconfiança por grande parte da população.

Cumprе observar, ainda, a grande cruzada da higienização social que é realizada por meio do sistema carcerário. No meio criminológico, diz-se que um crime é “obra tosca da criminalidade” quando a detecção do mesmo é de fácil feito, são exemplos assalto a mão armada, agressões, etc. Em contrapartida, não são “crimes toscos”, crimes financeiros como lavagem de dinheiro, corrupção, entre outros. A grande diferença entre estas modalidades diz respeito ao grau de instrução necessário para realizá-las.

Fala-se em higienização social devido a uma seletividade discricionária do sistema penal. Quando se percebe a distinção entre crimes toscos e não-toscос torna-se óbvio quais são e quais não são perseguidos por esse sistema. Clara, portanto, a seletividade do sistema penal que resulta em uma criminalização da pobreza através da perseguição da população oriunda das classes socioeconômicas mais baixas, priorizando o negro e diversas minorias.

Uma análise do papel social do encarceramento é capaz de aprofundar-se nesta política de etiquetamento exercida no universo penal. Primeiramente, há de se relacionar o papel social do ato de prender alguém com o sujeito passivo deste ato: o delinquente, visto que, para Foucault, são ideias intimamente relacionadas pois, segundo este, “a constituição do meio delinquente é absolutamente correlativa da existência da prisão” (2012, pg. 33).

A análise de Foucault resulta, na prática, em uma forma do sistema encarcerador justificar a si mesmo. Para haver a instituição-prisão, necessário, por óbvio, haver alguém que figure como alvo do sistema penal e, então, possa preenchê-la. Une-se o “útil ao agradável” para terceiros interessados, gerando um imensurável ganho político.

É esta grande operação descrita que, politicamente, justifica a ampliação de um sistema que, em tese, deveria limitar-se às barreiras físicas do ambiente prisional e seus enclausurados à sociedade como um todo. É o medo dos famigerados delinquentes que justifica o aceite da população aos controles sociais e as demais formas de vigilância exercidas pelo Estado. Os chamados “delinquentes” cumprem, portanto, o papel de tornarem esta aparelhagem possível.

A instituição-prisão distingue-se das demais instituições de poder por conta de uma característica peculiar, elevando-a a um patamar que não fora alcançado por nenhuma outra até o presente momento. Ultrapassa a escola, a oficina e o exército. A prisão possui o potencial de alcançar o objetivo de todas em um só lugar. Disse Foucault:

A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa

especialização, é “onidisciplinar” (1999, p.264) [grifo do autor].

Isto se dá devido ao potencial da prisão quanto ao poder que ela exerce sobre os aprisionados. É um poder imensurável. Ininterrupto. A disciplina é aplicada a exaustão. Na prisão, a liberdade e o tempo do indivíduo, ambos em sua totalidade, estão a dispor do governo para que este decida os afazeres do apenado em sua plenitude. A coação moral do detento para que este seja “educado” não possui limites.

Uma importante ferramenta para se alcançar o objetivo da “reeducação” do detento é o trabalho, previsto, inclusive, na Lei de Execuções Penais, em seu artigo 28 (BRASIL 2016d). Apesar das funções “re” (ressocialização, reeducação, reinserção...) serem tão antigas quanto a prisão em seus moldes legais, o trabalho como forma de alcançar esse objetivo é relativamente novo. É distinto do pretendido pelos reformadores do século XVIII, quando seria, a prisão, uma forma de servir de exemplo para o público, desencorajando a prática de crimes.

O papel do trabalho em nossa sociedade é de tal importância que permite ao sistema carcerário que o explore, fazendo dele uma justificativa para a manutenção das prisões, através de mais uma “luta” reformista. Em alusão a importância do trabalho supramencionada, oportuno trazer à baila a seguinte imagem encontrada em uma rede social e de autor desconhecido:



A parte superior da imagem diz respeito a frase em alemão “*Arbeit macht frei*”, que significa “o trabalho liberta”, e fora muito utilizada durante a Segunda Guerra Mundial pelos nazistas, estando presente em diversos campos de extermínio deste regime. Locais em que os prisioneiros eram forçados a trabalhar. A parte inferior da imagem apresenta a frase “Não pense em crise, trabalhe!” e fora exaltada pelo presidente interino do Brasil, Michel Temer, em 12/05/2015, durante seu discurso de posse.

A ideia de que o trabalho forçoso dos indivíduos envoltos pelo sistema carcerário, ou seja, consequentemente, como restou exposto, aqueles perseguidos pelo caráter seletivo do sistema penal, pintados como delinquentes, não é uma visão que fora, portanto, pouco explorada no último século.

O trabalho penal e as intenções deste assemelham-se muito com o processo de produção do *foie gras*, prato típico francês que pode ser traduzido em “fígado gordo”. O *foie gras* é constituído, em suma, por um fígado atrofiado de pato ou ganso. A comparação a ser feita reside na forma em que se alcança o atrofiamento do fígado do animal, que é feita através de alimentação forçosa, muitas vezes por tubos, à exaustão. O alimento, no caso do detento, é a noção de ordem, hierarquia e obediência.

O trabalho exercido por meio do cárcere tem a função de docilizar o apenado e transformá-lo em uma simples peça com um papel a cumprir na grande maquinaria prisional. Os detentos-operários tornam-se, simultaneamente, tanto engrenagens quanto produtos (FOUCAULT, 1999).

Ao se questionar quanto a utilidade do trabalho penal, Foucault (1999, p. 262), responde o autor que “não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção.”

Há de se pontuar, por fim, que o caráter ressocializador das prisões nada mais é do que uma falácia. Como afirma Foucault em *Vigiar e Punir* “as técnicas corretivas imediatamente fazem parte da armadura institucional da detenção penal” (1999, p.263). É uma forma, então, de se atribuir uma nova roupagem à real função da pena, na tentativa de mascará-la. Quando questionado se a prisão fracassava por produzir

delinquentes, Foucault (2012) responde que não, que ela seria bem-sucedida, por ser exatamente isto que lhe pedem.

Imprescindível, portanto, a problematização do circo formado em torno do encarceramento, que, da forma que temos hoje, tem seu início no Iluminismo. Questiona-se: penas mais humanas e justas? Quais interesses fabricam este discurso? Quem se beneficia com ele? É preciso colocarmos em suspenso e provocarmos nossas mais sólidas verdades para tensionarmos, em nós, possíveis respostas.

Referências:

BRASIL. Código de Processo Penal, promulgado em 03 de outubro de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acessado em: janeiro de 2016a.

BRASIL. Código Penal, decretado em 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acessado em: 04 de janeiro de 2016b;

BRASIL. Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em: janeiro de 2016c.

BRASIL. Lei de Execuções Penais, Lei 7.210, promulgada em 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acessado em: 04 de janeiro de 2016d.

EWALD, François. Foucault: a Norma e o Direito. Tradução de Antonio Fernando Cascais. Belo Horizonte: Vega, 2000.

FACHINETTO, Rochele Fellini. A produção dos discursos de gênero nos julgamentos pelo Tribunal do Júri em Porto Alegre/Rio Grande do Sul/Brasil. e-cadernos CES [online], 14, 2011. Disponível em: <http://eces.revues.org/884> Acessado em: outubro de 2013. p: 33-60.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história das violências nas prisões. 20ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. A verdade e as Formas Jurídicas. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: NAU ed., 1996.

_____. *Os Anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). 4ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Ditos e Escritos VIII. Segurança Penalidade e Prisão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento de Informações Penitenciárias INFOPEN – Junho de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acessado em: março de 2016.

MISSE, Michel. Sujeição criminal. In.: Lima, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Orgs.). Crime, Polícia e Justiça Social no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. p. 204-212.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf. Acessado em: 30 de julho de 2014.

MULHERES E TRABALHO: ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

LUCIANA LUZZARDI²²⁶

LUIZ FELIPE ZAGO²²⁷

Resumo: O presente artigo é parte de uma dissertação em andamento no campo da Educação. A pesquisa pretende investigar a condição das mulheres trabalhadoras de uma empresa de geração e transmissão de energia elétrica do estado do Rio Grande do Sul, enquanto minoria em cargos e funções ocupadas historicamente por homens (engenharias e áreas técnicas). Inicialmente a pesquisa se detém em uma análise dos dados quantitativos sobre o trabalho por gênero no setor elétrico brasileiro, para assim problematizar, a partir da perspectiva da biopolítica de Michel Foucault, as desigualdades entre homens e mulheres no referido setor. Nesse primeiro momento é pertinente investigar como é possível ocorrer a construção desses regimes de verdades produtores de subjetividades que potencializam desigualdades profundas entre gêneros. É preciso investir na investigação desses mecanismos biopolíticos em diferentes espaços para quem sabe desconstruir a matriz de acordo com a qual se constroem e são impostas as supostas verdades em relação a gênero e sexualidade.

Palavras chave: Biopolítica, Gênero, Ciência, Subjetividade, Trabalho.

²²⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. Esta pesquisa conta com auxílio da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio de bolsa-taxa. E-mail: luciana.luzza@gmail.com

²²⁷ Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: professorluizfelipezago@gmail.com

Introdução

Estas análises estão inseridas em um contexto político no qual desigualdades entre homens e mulheres são produzidas e silenciadas por discursos que tentam naturalizar as diferenças entre gêneros. Tais discursos operam regimes de verdades, dentro dos quais e a partir dos quais se catalisam processos de produção de subjetividades (FOUCAULT, 2010). Observamos que, no mais das vezes, os regimes discursivos que buscam cristalizar as diferenças entre os gêneros balizam mecanismos de controle da população, a partir de técnicas disciplinares e biopolíticas assujeitadoras, com o objetivo de regular modos de experienciar os corpos e viver os gêneros nas sociedades capitalistas ocidentais.

Nessa direção, propomos um conjunto de análises que toma o mercado de trabalho no setor elétrico brasileiro como um campo a partir do qual se podem assinalar algumas atuações da regulação biopolítica dos corpos no que tange a questão do gênero. O mundo do trabalho como um todo, e no setor elétrico em especial, são territórios constituídos por desigualdades de gênero – pois corpos marcados e subjetivados como femininos são encorajados a escolherem profissões ditas “mais adequadas a mulheres”, limitando-as a poucas profissões, quase sempre com salários menores.

Uma das autoras deste texto, sendo parte da minoria das mulheres em função técnica no setor elétrico no Brasil e desacomodada com tal situação, implicou-se na análise e na compreensão acerca do que está em jogo na trama que produz essa diferença tão expressiva na quantidade de homens e mulheres trabalhadores neste setor específico. Nessa direção, como estratégia metodológica, escolhemos a análise de implicação como operador teórico-metodológico na construção das análises aqui trazidas (PAULON, 2005). A análise de implicação

utiliza-se da pesquisa-intervenção para produzir outras relações com a pesquisa. Possibilitando, talvez, capturar aquilo que escapa, ou ao que não interessa a métodos de pesquisas tradicionais. Segundo Barros e Passos (2000) citado por Paulon (2005, p.24) “Na pesquisa-intervenção o que interessa são os movimentos, as metamorfoses, não definidas a partir de um ponto de origem e um alvo a ser atingido, mas como processos de diferenciação”.

O texto se estrutura a partir de problematizações acerca do tema, oriundas da análise de implicação; em dados quantitativos sobre trabalhadores no setor elétrico; e em uma revisão bibliográfica sobre alguns discursos científicos que embasam a diferença de gêneros e que acabam por forjar distintos lugares para corpos biopoliticamente marcados como de homem ou de mulher. Desde a perspectiva biopolítica (FOUCAULT, 2012; 2008a, 2008b), serão analisados os processos de distribuição desigual entre homens e mulheres de acesso a um campo determinado do mercado de trabalho e exercício de determinada profissão.

A pertinência da pesquisa se insere na possibilidade de compreensão das nuances biopolíticas da nossa sociedade, bem como da sua sutil operação na mais fina filigrana do nosso cotidiano. Talvez, a partir desse entendimento, possamos jogar com as múltiplas articulações das relações de poder, por caminhos que levem a problematizações e criações de novas maneiras de ser e pensar para além dos regimes de verdade biopolíticos, apontando para modos de resistência e contraconduta no seio mesmo do biopoder.

Nas nuances do trabalho e da biopolítica

Sabemos que muitas áreas de trabalho e conhecimento são dominadas historicamente por homens (BRUSCHINI, 2007), principalmente nas áreas técnicas de produção industrial, manutenção automoti-

va, tecnologias da informação. Entre as justificativas dadas para tal hegemonia masculina, recorre-se às características físicas secundárias dos corpos de homens (força física, capacidade de concentração, por exemplo). Dentre essas áreas, o presente trabalho irá focar no setor elétrico brasileiro, com suas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica – áreas essas tidas como atividades profissionais eminentemente masculinas (e masculinizantes) – e discutirá a presença de corpos marcados como femininos que eventualmente irrompem neste setor.

É importante salientar que historicamente o setor elétrico brasileiro foi constituído por empresas integradas, com geração e transmissão pertencentes à esfera federal e o segmento de distribuição de energia pertencente às esferas estaduais. A partir dos anos 1990, o governo federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico brasileiro. Em geral, essas medidas visavam aumentar a participação do investimento privado e eliminar restrições aos investimentos estrangeiros, aumentando, dessa forma, a concorrência no setor (CASTRO, 2006). Foi o início do processo de privatização que atingiram muitas empresas do setor. Em 1998 o Rio Grande do Sul vendeu para a iniciativa privada quase 70% da empresa estatal de distribuição de energia elétrica do estado. Ainda hoje, o “fantasma” da privatização ronda as empresas estatais de energia elétrica de todo o país, produzindo ansiedade em seus empregados a cada mudança política estadual e federal.

O setor elétrico é composto de trabalhadores da área de engenharia (elétrica, civil, mecânica, informática), técnicos (eletrotécnico, mecânico, edificações) e administrativos (escolaridade ensino médio completo). Como a principal função dessas empresas é a geração, transmissão e distribuição de energia para a população, os trabalhadores dessas empresas são predominantemente engenheiros e técnicos da área

eletricidade. Existem poucos estudos e levantamentos de dados sobre os trabalhadores deste setor, mesmo ele crescendo a cada ano com o aumento expressivo do consumo de energia elétrica propiciada a partir de políticas que elevaram o poder de consumo da população e pela grande ascensão das tecnologias.

O mais recente levantamento quantitativo que temos em relação ao setor elétrico brasileiro é do perfil ocupacional dos empregados de energia elétrica do Brasil, entre os anos de 1998/2004. Neste levantamento temos:

Quadro do total de empregados no setor elétrico e sua participação por sexo. Brasil, 1998-2004

SEXO	1998	2000	2002	2004
MASCULINO	84,60%	83,90%	83,80%	83,30%
FEMININO	15,40%	16,10%	16,20%	16,70%

Fonte: DIEESE (2006)

A partir deste quadro podemos verificar a grande diferença na quantidade de trabalhadores homens e mulheres no setor elétrico brasileiro. Percebe-se que as mulheres são minoria, tendo uma pequena (mas constante) elevação no número de trabalhadoras entre os anos de 1998 a 2004.

Podemos inicialmente questionar: como se produz essa diferença significativa entre o número de trabalhadores homens e mulheres neste setor? Seria suficiente supor que as mulheres não se interessam pelo setor e áreas envolvidas? Ou precisaríamos suspender os universais, como sugere Michel Foucault (2008a), e procurar inventariar o que está em jogo na produção dessa desigualdade?

Para tentar responder a essas problematizações, trazemos o conceito de biopolítica de Michel Foucault (1988, 2008a, 2008b) para nos ajudar a pensar como os saberes constituíram um controle e regulamentaram as relações de gênero na sociedade.

Corpo, gênero e biopolítica

Podemos entender que a biopolítica age com vistas a controlar o conjunto heterogêneo de corpos, que constituem a categoria de população, por meio de práticas, estratégias e racionalidades que visam intervir na vida humana enquanto espécie (FOUCAULT, 2015). As biopolíticas da população apoiam-se na anátomo-política dos corpos, estas últimas caracterizadas como práticas tipicamente disciplinares através das quais atua o poder disciplinar, conforme descrito por Foucault (2006). As biopolíticas da população são o meio por excelência de atuação do biopoder que, sobretudo, faz viver e deixa morrer: “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 2012, p. 152). A categoria “população” é propriamente um produto da estatística (a ciência do Estado), cuja função remonta a gênese da medicina social (FOUCAULT, 1984). O biopoder, portanto, encontra sua superfície de atuação nos corpos (individualizados e coletivizados, concomitantemente) ao articular a anátomo-política do corpo e as biopolíticas da população (MAIA, 2003).

O termo biopolítica designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da

natalidade etc., na medida que elas se tornam preocupações políticas (REVEL, 2005, p. 26).

A partir desse pensamento podemos problematizar as maneiras com que essas tecnologias do poder normalizam o conjunto heterogêneo de corpos que compõem a população através de saberes fundamentados em possíveis diferenças biológicas, nesse caso estudado, entre homens e mulheres.

Num primeiro momento, é importante de sublinhar que vivemos hoje um di-morfismo radical dos sexos, segundo Thomas Laqueur (2001). Por di-morfismo radical dos sexos, Laqueur sugere um conjunto de discursos emergentes no seio do cientificismo iluminista que passou a explicar e categorizar as diferenças entre homens e mulheres desde um paradigma de oposição e contrariedade. Isto é: aquilo que é nomeado como próprio da esfera masculina opor-se-ia e contrariar-se-ia *ipsis literis* (poderíamos dizer, *ipsis corporis*) a tudo aquilo que é nomeado como próprio da esfera feminina.

Laqueur (op. cit.) compara os modos como Galeno, pré-iluminista, por exemplo, explicava as diferenças corpóreas entre homens e mulheres a partir de um modelo único, no qual o corpo masculino teria tido maior calor vital para literalmente colocar para fora aquilo que no corpo feminino (sem calor vital suficiente) teria ficado na parte de dentro. Assim, Galeno dava os mesmos nomes aos ovários e aos testículos, com a diferença de aqueles eram internos e estes, externos; também nomeava identicamente o canal vaginal e o pênis, diferenciando-os pela sua posição interna ou externa nos corpos. Isto é: segundo Laqueur (op. cit.), para Galeno os corpos de homens e de mulheres eram biologicamente idênticos e contínuos, diferenciando-se graças à posição (interna ou externa) dos mesmos órgãos do corpo; ser homem ou ser mulher, à época de Galeno, jamais seriam condições oriundas da natureza dos corpos, mas das funções sociais atribuídas a cada um e a cada uma.

A partir do Iluminismo, apoiado no conjunto discursivo pós-Revolução Francesa que apregoava a igualdade entre os seres vivos no seio da instituição republicana, argumentos bio-lógicos começaram paulatinamente a serem empregados em favor da localização e cristalização das diferenças entre homens e mulheres nos seus corpos, em toda a extensão de seus corpos, dentro e fora deles. De maneira lenta, porém constante, Laqueur mostra que, para driblar a igualdade a que teriam direito também as mulheres no bojo da racionalidade iluminista (de igualdade, liberdade, fraternidade), homens e mulheres passaram a ser compreendidos-as como radical e inteiramente distintos em suas materialidades corpóreas. Tal radicalidade na diferença entre homens e mulheres teria uma função política de assujeitamento da condição feminina: se seus corpos eram natural e essencialmente diferentes dos corpos de homens, a igualdade entre eles-as não poderia ser tão óbvia e, portanto, não poderia ser garantida. Para Laqueur (2001) o di-morfismo sexual radical, operado por meio da biologia e da então incipiente medicina moderna, foi uma estratégia política que veio assegurar a subordinação feminina. Embora o autor não faça uma menção explícita à emergência da biopolítica das populações, faz-se relevante ressaltar que Foucault (2008a) demonstrou que as operações de massificação estatística do corpo da população emergem na mesma época. Isto é: podemos supor, na leitura justaposta de Laqueur (2001) e Foucault (2008a) que o di-morfismo radical dos sexos tem condições de emergência associadas à biopolítica das populações, num exercício de poder que visa a normalização dos corpos enquanto masculinos ou femininos, forjando posições de sujeito cristalizadas para os indivíduos assim marcados e nomeados.

Para tratar dos modos através dos quais a biopolítica opera na produção e regulação dos corpos de homens e de mulheres, temos uma pista em Santos (2014). A partir da peça publicitária de uma determinada marca de tênis, são analisadas as diferenciações que a peça

faz entre homens e mulheres, no sentido de oferecer um tipo de ténis supostamente mais adequado a cada gênero. Segundo o autor, a biologia, como ciência compreensiva dos seres vivos por excelência, analisou, classificou, e diferenciou seres humanos a partir de dois segmentos: seres humanos com pênis como sendo do sexo masculino e seres humanos com vagina e útero sendo do sexo feminino.

A partir dessa diferença entre os gêneros instaurada cientificamente, cujo domínio do dizer verdadeiro preside a biologia, podemos pensar sobre como se expande essa diferença no campo político e social, circunscrevendo posições supostamente adequadas para homens (corpos de macho) e para mulheres (corpos de fêmea).

A “verdade”, aqui – mesmo essa da biologia – se constitui como uma construção social, como algo que só passa a ter sentido a partir do modo como falamos dela, pois se a ideia do corpo como conceito material já nos chega “contaminada” (contendo dentro dela ideias pré-existentes sobre diferenciação sexual), devemos olhar o corpo como um sistema que tanto produz o social quanto é produzido por ele [...] (SANTOS, 2014, p. 185).

Portanto, a produção das diferenças entre os gêneros está no campo da própria biologia como um efeito produtivo: as diferenças entre os corpos de homem e de mulher, supostamente biológicas e corpóreas, são eminentemente sociais, culturais e políticas. A operação discursiva que localiza nas diferenças anatômicas entre corpos de macho e corpos de fêmea a fonte ou a base de diferenças subjetivas, sociais e políticas já é uma estratégia biopolítica de tomada da materialidade orgânica dos corpos que visa derivar distinções de determinadas porções dos corpos no sentido de justificar hierarquizações (quase sempre desiguais e não equânimes) entre os indivíduos – que serão, na mesma medida, subjetivados como “homens” ou “mulheres” de acordo com essas diferenças desiguais. Diz a peça publicitária analisada por Santos que,

enquanto a mulher precisa de um tênis mais flexível, o homem precisa de um tênis com maior estabilidade. Assim, por exemplo, a peça publicitária justifica haver tênis diferentes para homens e mulheres, por estes serem sempre diferentes, diferenciados em toda a extensão de seus corpos, inclusive no formato e função dos seus pés e na maneira de correr.

Essa busca das diferenciações entre homens e mulheres, utilizadas em diversos meios como a propaganda, é pautada por um esforço científico e tecnológico de instituir verdades sobre esses corpos, a fim de controlá-los, operando uma anátomo-política na direção da naturalização dessas diferenças para assim possibilitar um governo das populações.

É também fazendo uso desse dispositivo de diferenciação (biológica) pautada nas diferenças de gênero que a tecnobiociência tem “capturado” e “colonizado” dimensões até então inapreensíveis, (por exemplo amor e beleza) que, mais uma vez, reafirmam tais diferenças como dadas por natureza (op. cit., p.187).

No artigo “Diferenças entre homens e mulheres: está tudo no cérebro?”, elaborado a partir da análise da revista *Mente&Cérebro*, onde são encontradas publicações científicas que fazem distinções entre o cérebro de homens e mulheres, Amaral (2014) problematiza as diferenças cerebrais entre gênero lançadas pela neurociência. Aqui, além das diferenças biológicas estabelecidas a partir da diferenciação dos órgãos genitais/reprodutores, a biologia, através da neurociência, o autor mostra que o conjunto discursivo da biologia tenta instituir diferenças cerebrais por meio de um discurso que justifique a diferença entre gêneros e a impossibilidade de igualdade entre eles.

Um dos grandes problemas dessa diferenciação cerebral é que essa cientificidade acaba por não levar em conta fatores sociais de experiência e aprendizagem. O cérebro acaba por ser central e único na análise, como se o cérebro fosse suficiente para compreensão do sujeito.

Essas informações sobre os cérebros feminino e masculino contam com o poder da verdade da ciência. Desse modo, é como não pudessem ser questionadas, na medida em que um dado “cientificamente correto” é tido, muitas vezes, como algo que não pode ser colocado em xeque. No caso das diferenças de gênero feminino e o masculino são representados como se fossem inquestionáveis e imutáveis [...] (AMARAL, 2014, p. 204).

Assim, a revista *Mente&Cérebro*, ao veicular discursos cientificistas que visam instituir bases biológicas como justificativa para diferenças entre os gêneros, ignora a influência sócio-histórica e cultural na construção de diferenciações entre gêneros. Ao promover determinada perspectiva explicativa sobre as diferenças entre homens e mulheres, prioriza-se a explicação biológica operando dentro de um regime de verdade que cristaliza posições de sujeito de ambos os gêneros com base em diferenças anatômicas, cromossômicas e hormonais. Produz-se uma política da vida que estipula lugares de homem e mulher na sociedade mediante a observação, distinção, classificação e hierarquização de determinadas porções dos corpos (seja pênis ou vagina, diferentes tamanhos ou volumes cerebrais, ou pares cromossômicos). Eis o nexó biopolítico: “O biológico reflete-se diretamente no político, e o limiar de modernidade biológica de uma sociedade surge no momento que a própria espécie entra em jogo nas estratégias políticas” (FOUCAULT, 2012, p.134).

No artigo “Mitos e verdades do sexo oposto? Analisando os discursos das neurociências na mídia televisiva”, Joanalira Magalhães (2009) investigou o programa televisivo *Globo Repórter*, cujo tema versava sobre as mulheres na ciência. Foi entrevistada, na ocasião, uma das únicas integrantes da Academia Brasileira de Ciências da área da matemática sobre suas aspirações e motivações para estudar ciência. Logo em seguida, o programa apresentou uma pesquisa mostrando que mulheres teriam mais problemas com matemática do que homens.

Também um dos principais discursos em destaque nesta edição do programa foi o da mulher como sendo sensível, cuidadosa, carinhosa e frágil. “Ao veicular e produzir seus discursos, estas instâncias, mídia e Ciência, instituem o que homens e mulheres estão aptos para desempenhar e seus diferentes posicionamentos sociais” (MAGALHÃES, 2009, p. 230).

Rohden e Ribeiro (2009) mostram, na mesma direção de Amaral (2014) e de Magalhães (2009), como a mídia faz circular discursos biologicistas que procuram justificar as diferenças entre os gêneros – tornando essas explicações calcadas na suposta realidade dos corpos como uma verdade incontestável. Nas análises das autoras, que tomaram o Globo Repórter como objeto, por meio de várias edições o programa de televisão promove e destaca as diferenças hormonais e cerebrais entre homens e mulheres com o respaldo principalmente das ciências biomédicas aborda.

Nessa perspectiva biológica, com a ajuda da mídia televisiva, há um esforço para justificar o binarismo entre homens e mulheres. Argumenta-se que a abordagem biológica é a mais correta e coerente, pois as identidades sexuais não escapam aos corpos.

As diferenças foram localizadas nos corpos, reforçando a primazia das glândulas, hormônios, cromossomos, genes, natureza, privilegiando-se as ciências médicas como detentoras do saber e da verdade sobre o tema, e colocando as ciências humanas na periferia dessa discussão. O gênero passou a ser uma construção da natureza, não da cultura. (ROHDEN & RIBEIRO, 2009, p. 282).

Não é por acaso que as ciências biomédicas acabam por ter privilégios e credibilidade em relação às ciências sociais. É a partir das ciências biomédicas, que geralmente tomam por objeto o corpo individual biologizado e destacado do seu contexto social e cultural, que

a biopolítica penetra na materialidade dos corpos, ancorando causas e explicações para diferenças entre os gêneros em certas porções orgânicas dos nossos corpos. Compreender biologicamente os corpos para regulamentar os modos de ser e de viver de cada gênero é tarefa a serviço do governo das populações, que forja e aloca posições adequadas para sujeitos cujos corpos são nomeados e hierarquizados como masculinos e femininos. Nesse sentido, a atuação biopolítica se faz ver também na distribuição desigual de acesso e presença de corpos biopoliticamente marcados como femininos em profissões (também biopoliticamente) reservadas aos corpos masculinos – como é o caso, aqui, do setor elétrico no Brasil.

Produzindo subjetividades biopoliticamente generificadas

O quadro abaixo, extraído da academia Brasileira de Ciência, nos traz um breve panorama sobre a distribuição desigual de corpos biopoliticamente marcados de acordo com os gêneros nas grandes áreas do conhecimento, no Brasil.

Acadêmicos titulares				Acadêmicos associados		
Grande Área	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Agrárias	1	11	12		1	1
Biológicas	3	17	20	4	5	9
Biomédicas	10	86	96	11	19	30
C. da Terra	1	35	36	4	11	15
Engenharias		17	17		3	3
Física	2	60	62	2	11	13
Humanas	4	10	14	-	-	-
Matemática	1	42	43	1	5	6
Química	4	36	40	3	7	10
Saúde		13	13		1	1
Total	26	326	353	25	63	88

Fonte: ABC (2003).

Distribuição de cientistas titulares e associados na Academia Brasileira de Ciências, segundo o sexo, em 2003.

No quadro nota-se a expressiva diferença entre o número de homens e mulheres na Academia Brasileira de Ciências, em todas as áreas do conhecimento. A partir dele, podemos pensar sobre o conjunto de trabalhadores/as do setor elétrico no Brasil, composto em sua maioria por profissionais da Engenharia e outras áreas técnicas. Também a partir do quadro, podemos sugerir que a linguagem científica da biologia acaba por legitimar e cristalizar explicações que reservam profissões mais e menos adequadas a cada indivíduo marcado por um gênero. As profissões ligadas ao raciocínio lógico e matemático seriam supostamente masculinas, como as formações técnicas e as engenharias, principalmente as ligadas à área industrial/energia, seriam então terreno eminentemente masculino e masculinizante – no qual corpos marcados como femininos não teriam lugar, ou estariam deslocados.

A tese de doutorado de Raquel Pereira Belo (2010), intitulada “Gênero e profissão: análise das justificativas sobre as profissões socialmente adequadas para homens e mulheres”, apresenta análises a partir das perspectivas de homens e mulheres da cidade de João Pessoa, na sua atuação em diferentes áreas de saberes e de trabalho. Na pesquisa, ao entrevistar homens e mulheres sobre a existência de profissões adequadas a homens e mulheres, a autora mostra o quanto os diversos discursos de gênero vigentes, inclusive o científico, produzem essas subjetividades. Assim, parte dos entrevistados citou que atividades que exigem força física são mais adequadas aos homens; já as mulheres se adequam a profissões que exijam delicadeza, organização e sensibilidade (op. cit., p. 86). Ao pedir para os entrevistados citarem profissões de mulheres e homens, as cinco primeiras mais respondidas foram: profissões de mulheres (Empregada doméstica, enfermeira, manicure e pedagoga), e profissões de homens (Pedreiro, motorista, mecânico, policial e engenheiro) (op. cit. p. 78).

Percebe-se que essas opiniões demonstram as diferenças nas profissões de homens e mulheres e condizem com a explicação científica sobre as diferenças biológicas entre gêneros da revista *Mente&Cérebro*. Além disso, corroboram também com o programa televisivo *Globo Repórter* que se limitou na tentativa de justificar a partir de pesquisas que diferenciam homens e mulheres, o porquê da existência de poucas mulheres na ciência.

A citação abaixo, retirada da tese de Belo (2010), explica a partir de um determinado contexto como acontece essa diferenciação entre gênero no local de trabalho:

No contexto da engenharia Civil, as mulheres existem em menor número e acabam tendo dificuldades até para se colocar em seu ambiente de trabalho. Existe também uma divisão interna, que coloca as mulheres nos ambientes de escritório e os homens nos canteiros de obras. A justificativa desta divisão vem do julgamento de que, sendo as mulheres mais detalhistas, pacientes e organizadas, ao mesmo tempo que tem dificuldade de liderar um grande número de homens (peões, mestre de obras, estagiários), elas se adequam melhor ao ambiente fechado dos escritórios. Nesta divisão, é possível perceber que a diferença existente nos dois ambientes é o aspecto da liderança, sendo que no escritório as mulheres acabam sendo lideradas, ao contrário do que acontece com os engenheiros que estão no campo. (BELO, 2010, p.133)

Podemos pensar que há inúmeras relações de poder implicadas no contexto citado acima. Se fizermos uma análise histórica, cultural, apontaríamos as relações de poder que invisibilizaram a presença feminina na construção social e histórica dos diferentes campos do saber. Uma rápida passagem de olhos sobre aqueles que são tidos como os maiores nomes nos campos da ciência, filosofia, sociologia, e verifica-se que quase a totalidade da ciência tida como legítima e

canônica é composta por homens. Discursos científicos baseados em supostas verdades absolutas modelam as práticas sociais, pois toda prática social tem seu caráter discursivo, por isso “nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (FOUCAULT, 2008a, p. 61).

A partir desses apontamentos podemos pensar que no mercado de trabalho do setor elétrico brasileiro, temos uma importante desigualdade entre gêneros, desigualdade essa que em muito é baseada em afirmações científicas que reiteradamente diferenciam biologicamente homens e mulheres, enquadrando-os em áreas do saber e de atuação profissional forjadas e acomodadas para cada gênero – neste caso, colocando a engenharia e as áreas técnicas subjacentes no horizonte profissional adequado aos corpos biopoliticamente marcados como homens.

Dentro dessa problemática, podemos pensar também na diferença salarial entre homens e mulheres, já que o piso salarial brasileiro de um engenheiro é de 8,5 salários mínimos, estabelecido por lei federal (4.950-A/66). Valor considerado alto em comparação a outras profissões, principalmente comparando a profissões dominadas por mulheres (magistério, trabalhadoras domésticas, áreas administrativas, psicologia). Dados do IBGE do Censo de 2010 apontam que no Brasil as mulheres ganham salários até 30% menores que os homens, mesmo elas tendo profissões com grau de escolaridade de nível superior.

Portanto, sugerimos que há um controle da vida que produz maneiras de excluir corpos biopoliticamente marcados como femininos de diversas posições. Justifica-se tal processo de exclusão com base em discursos biológicos, que legitimam asserções como aquelas que afirmam serem as mulheres “naturalmente” incapazes de exercer determinadas profissões. Uma das implicações desse processo são mulheres economicamente vulneráveis, com horizontes profissionais fortemente reduzidos e enrijecidos, que dispõem apenas da

materialidade de seus corpos para encontrar a justificativa para tal vulnerabilidade.

Além disso, a política econômica capitalista se utiliza dos pressupostos essencializantes e faz triunfar o biologicismo através dos discursos ditos verdadeiros da ciência, com a ajuda das mídias, para controle biopolítico da população. Foucault já nos alertava que “só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica” (FOUCAULT, 2008b, p.30). É no interior do regime capitalista, a partir dos seus mecanismos biopolíticos, que a serialização e normalização dos corpos se tornam hegemônicas, com suas classificações que tentam incessante decidir o lugar de cada sujeito na sociedade.

Poderíamos nós, pesquisadores-as, criar fugas a esses mecanismos biopolíticos? Como criar novas subjetividades que possibilitem uma mudança cultural nos modos desse poder- saber articular suas relações? Talvez, a partir de políticas públicas que efetivamente combatam tais desigualdades. Ou através da educação voltada a diversidades de maneiras de pensar. Questionar as verdades ditas como absoluta e a infalibilidade da ciência já se mostra como um grande passo para abalar as teses que tentam regular comportamentos a partir de supostas diferenças biológicas. Ou como Peter Pélbart nos provoca a pensar: “Talvez o desafio atual seja intensificar esses estalos e rachaduras a partir da biopotência da multidão. Afinal o poder [...] é superstição, organização do medo” (PÉLBART, 2003. p.27). E essas intensificações podem criar novas maneiras de pensar e de nos produzir culturalmente em movimento com os fluxos das relações de poder para proporcionar igualdades dentro das diferenças. (Des)Governos biopolíticos se inserem na trama das relações justamente para proporcionar fugas das lógicas tradicionais de práticas de subjetivações.

Considerações finais

Foi a partir do “desconforto” com os dados quantitativos das diferenças entre números de trabalhadores-as homens e mulheres no setor elétrico brasileiro que este texto começou a ser pensado. A análise de implicação, associada ao argumento biopolítico, possibilitou problematizar as maneiras como são construídos, disputados e diferenciados os gêneros e na nossa sociedade no que tange à distribuição de corpos-trabalhadores em uma fatia específica do mercado de trabalho.

Vimos que desde o cientificismo iluminista, com o edifício discursivo do di-morfismo radical do sexo operando por meio da biologia, já existia uma política da população que se utilizava dos conceitos de masculino e de feminino como categorias de governo dos corpos.

Por meio de artigos que versam sobre biologia e as mídias, pudemos acompanhar o esforço das ciências, principalmente a partir da biologia dos corpos, em instaurar regimes de verdade que diferenciam os corpos em sua materialidade e que produzem diferenças culturais, sociais e binárias. A ajuda da mídia na propagação dessas mensagens é fundamental para comunicar (e construir) em massa essas supostas verdades.

Fugir das artimanhas biopolíticas é preciso. Essa fuga pode se dar por meio da compreensão de seu funcionamento para, assim, criar fissuras que produzam modos de vida, materialidades corpóreas e regimes de pensamento que se contraponham à essencialização e à cristalização de determinados lugares culturais, políticos e, para estas análises, profissionais que corpos biopoliticamente marcados poderão ocupar. Esse estudo problematizou um campo minado de desigualdades de gênero, a partir de uma escrita colaborativa, que ao mesmo tempo escreve, aprende, repensa e reescreve num contínuo pensamento-dança

(DELEUZE, 1992), um pensamento que se experimenta e nos permite potencializar a própria vida.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Disponível em <<http://www.abc.org.br>> Acesso em 02 mai. 2015.

AMARAL, J. H. Diferenças entre homens e mulheres: está tudo no cérebro? In: Formação de professores/as em um mundo em transformação. SANTOS, L. H. S; SUSIN, L; DARSIE, Camilo; ZAGO, L.F. (org.), Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 2014. Pp. 197-210.

BELO, R. P. Gênero e Profissão: Análise das justificativas sobre as profissões socialmente aquedadas para homens e mulheres. João Pessoa – PB, 2010, 152 f. Tese apresentada ao programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. UFPB.

BENEVIDES DE BARROS, R. & PASSOS, E. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16(1), 71-79. 2000.

BRASIL. Lei no 4.950-a, de 22 de abril de 1966. Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4950a.htm>

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

CASTRO, N.J.; FERNANDES, P. C. A Expansão da Fronteira Elétrica no Brasil. Revista Brasil Energia, Rio de Janeiro, nº 312, p. 56-57, novembro de 2006.

DELEUZE, Gilles. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIEESE. Perfil ocupacional dos empregados do setor de energia elétrica no Brasil: 1998/2004 Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudospesquisas/2006/estpesq28_eletricitarios.pdf>. Acesso em 05 mai. 2015.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2012.

_____. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes. 2010.

_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br> Acesso em 05 mai. 2015.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo – dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MAGALHÃES, J. C. Mitos e verdades do sexo oposto? Analisando os discursos das neurociências na mídia televisiva. Revista Gênero, Niterói. n.1, p. 219-238, 2. sem. 2009.

MAIA, Antonio Cavalcanti. Biopoder, biopolítica e o tempo presente. In: O Homem-Máquina – a ciência manipula o corpo. NOVAES, Adauto (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Pp. 77-108.

PAULON, S. M. A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. Revista Psicologia & Sociedade, 17 (3), 18-25, set-dez: 2005.

PELBART, Peter Pál. Vida Capital – ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

REVEL, Judith. Foucault - conceitos essenciais. São Carlos: Clara Luz. 2005.

ROHDEN, Fabíola; RIBEIRO, Claudia Regina. A ciência na mídia e as estratégias de reafirmação da bipolaridade entre os gêneros: o caso do Globo Repórter. Cadernos Pagu (32), janeiro-junho de 2009. pp 267-299.

SANTOS, L. H. S. Biologia, gênero e ténis de alta tecnologia na definição de diferenças entre homens e mulheres. In: Formação de professores/as em um mundo em transformação. SANTOS, L. H. S; SUSIN, L; DARSIE, Camilo; ZAGO, L.F.(org.), Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 2014. Pp. 182-196.

A VIOLÊNCIA NA ESCOLA COM ANÁLISE NAS OBRAS DE MICHEL FOUCAULT

MARA ELAINE DE LIMA ELIAS²²⁸

Resumo: O tema das manifestações da violência na escola e das ações para minimizá-la foi desenvolvido na minha pesquisa de mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, defendido em 2013. Esse estudo tematiza a violência na escola, voltando-se para suas manifestações – reveladas através do olhar dos sujeitos pesquisados – e para estratégias e propostas elaboradas para o seu enfrentamento. A pesquisa ambientou-se em uma escola estadual localizada em Pelotas/RS, tendo optado por uma instituição escolar por esse ser um local rico em relações sociais. Os sujeitos pesquisados são crianças com idades entre oito e doze anos que frequentam a escola analisada, crianças essas cuja infância não raro veicula em seu discurso histórico- epistemológico uma cultura de violência. Como instrumentos de pesquisa, utilizei a entrevista semiestruturada e o grupo focal, aplicados junto aos sujeitos envolvidos nessa comunidade escolar, buscando identificar a visão sobre a violência e a infância imbuída no olhar de cada segmento, conhecer os tipos de ações com que a escola trabalha para promover a prevenção à violência e identificar as redes de proteção que dão apoio aos casos encaminhados. A orientação metodológica desse trabalho, direcionada pela pesquisa qualitativa, valeu-se do paradigma da Teoria Compreensiva. A avaliação e a análise dos dados coletados foram realizadas a partir da teoria do discurso baseada nas obras de Michel Foucault. Percebi, ao final da pesquisa, que a violência está inserida no meio escolar, aparecendo de diversas formas e tendo vários atores e autores envolvidos, além de que a violência é passível de ser produzida fora da escola ou desenvolvida no ambiente escolar.

Palavras-chave: Infância. Educação. Violência Escolar. Redes de Proteção.

²²⁸ Orientadora Educacional do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Membro da diretoria do Noepel (Núcleo de Orientadores Educacionais de Pelotas); e-mail: maraelainelima@yahoo.com.br.

Introdução

O presente trabalho encontra a sua justificativa, sobretudo, no cenário de conflitos identificados no interior do ambiente escolar e em seu entorno. Esse cenário pode ser acessado a partir das falas dos sujeitos nele envolvidos, as quais são interpretadas com base na análise discursiva de matriz foucaultiana. Numa perspectiva mais ampla, além das situações locais que justificam o atendimento na escola voltado especificamente a esses conflitos, outras situações que advêm das transformações políticas, culturais, econômicas e sociais vêm modificando as relações sociais em nosso contexto escolar e em nosso país e no mundo.

Essa pesquisa teve como recorte o Ensino Fundamental, mais especificamente as séries iniciais dos 4º e 5º anos de uma instituição escolar. Justifico a escolha por essa clientela uma vez que atuo como Orientadora Educacional no atendimento a diversas situações de conflito e violência na escola pesquisada, bem como porque estou familiarizada com o processo histórico da infância em nossa sociedade, processo esse que nos permite visualizar as situações de agressão e maus tratos vividos por crianças e adolescentes ao longo do tempo e no âmbito de diversas instituições. Em meio ao trabalho que venho desenvolvendo dentro dessa instituição escolar, busquei, por intermédio da pesquisa social, responder à seguinte inquietação: quais são os tipos de violências existentes no cotidiano de uma escola estadual de Pelotas/RS? Ao almejar responder essa questão, a utilização de uma metodologia e técnicas adequadas possibilitou a busca de respostas que viessem a contemplar também as questões norteadoras. São elas: quais são as manifestações de violência no cotidiano da escola; como a comunidade escolar relata as manifestações de violência; como a escola se organiza no enfrentamento a essa

questão; e quais são as estratégias presentes na escola para solucionar ou minimizar os problemas relacionados à violência escolar.

Para ingressar no tema, fez-se necessário traçar um breve histórico sobre a infância contada no decorrer dos séculos, os caminhos percorridos pela infância na busca pela cidadania, a construção dos direitos humanos e a infância na contemporaneidade. Também foi importante visitar o contexto do advento da educação como um direito fundamental, bem como a lei que garante esse direito, a história da educação e da escola vivenciada em épocas anteriores, o conceito de violência, sua historicidade e as diferentes formas de como a violência é percebida na escola, e as redes de proteção. Com tal análise histórica, verifiquei, por meio de registros, a falta de proteção à criança em relação ao abandono, à violência física e sexual, à morte e ao espancamento.

Considerando os séculos 17 e 18 em países como França e Brasil, o tratamento aplicado às crianças, de um modo geral, dependia do grupo social, da classe e do contexto no qual a criança estava inserida. Como a infância não era reconhecida enquanto um estágio de vida com características específicas, os membros da família não tinham cuidados quanto às posturas praticadas na frente da criança. Nos termos de Foucault:

As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século 19. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas; crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos “pavoneavam”. (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais com segundas intenções pudessem prejudicar a infância (ARIÈS, 2012). No início do século 17, o “sentimento de infância”²²⁹ surge no meio familiar. A criança pequena passa a ser tratada como bichinho de estimação, ocupando o centro das atenções, sendo mimada, bajulada, paparicada. Esse tipo de tratamento é visto como o primeiro sentimento de infância, pois se refere à primeira fase da infância. Nesse período, ao traspor esse tratamento, a criança era encaminhada a outra família, que ficava responsável por sua educação,

sendo – a família – paga para assumir essa atividade.

O segundo sentimento em relação à infância surgiu com os eclesiásticos, homens da lei, moralistas preocupados com a disciplina e os costumes (ALBERTON, 2003). Começa, nessa época, a preocupação em desenvolver uma disciplina rígida por meio da educação das crianças, a fim de torná-las homens honrados e racionais. Essa segunda etapa do sentimento de infância correspondia ao estágio em que as crianças eram enviadas para colégios ou internatos – locais onde a aprendizagem passou a ser exercida. Assim, a criança passava a viver distante da sua família e separada dos adultos da sua comunidade, adquirindo certa visibilidade própria.

No fim da Idade Média, começou a ser difundida uma nova ideia de infância e educação, em que os mestres usavam correções e punições. O sistema disciplinar possuía três características: a vigilância, a delação e os castigos corporais. Tratava-se de um método disciplinar humilhante, que fazia uso de chicote e espionagem. Esse sistema disciplinar foi observado por Foucault (2011), que teorizou o fenômeno social como sociedade disciplinar, a partir da qual estudou o

²²⁹ “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem.” (ARIÈS, 2012, p. 99).

poder-saber e a tecnologia de controle dos corpos. Foucault observou as instituições em que os indivíduos estavam inseridos, dando o nome de “instituições de sequestro”, na qual o corpo era mantido numa maquinaria de controle, que manipulava e esquadrihava, tornando-o dócil, maleável, e assim devolvia-o à sociedade.

Uma dessas instituições observadas por Foucault (2011) era a escola. Esse modelo de controle justificava a punição como forma de ensinar, de adestrar por meio das “micropenalidades” (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira) e da sexualidade (imodéstia, indecência). Como punição, eram

usados “castigo físico, privações ligeiras e pequenas humilhações”, além de esses sistemas serem copiados pelo judiciário – “os sistemas disciplinares, privilegiavam as punições de ordem do exercício do aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido” (FOUCAULT, 2011, p. 172-173). O controle disciplinar era feito minuciosamente, através do corpo, com “gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos” (FOUCAULT, 1979, p. XII).

O autor afirma que “[a] disciplina é, antes de tudo, o domínio e a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório.” (FOUCAULT, 1979, p. 106). Seus mecanismos disciplinares levam as pessoas a aceitar o poder de serem punidas e também de punir. Assim, a punição, que antes era entendida como forma de agredir ou humilhar alguém, passa a ser vista como forma de moldar corpos, educando-os.

Esse sistema disciplinar, promotor de técnicas de controle e adestramento, foi mantido e aceito positivamente em diversas

instituições disciplinares. Foucault (1979) oferece estudos que permitem analisar a escola como um espaço que produz saber e poder. Michel Foucault (1979) foi considerado um crítico da instituição escolar, percebendo, no âmbito da educação, atitudes de vigilância e de adestramento do corpo e da mente. Ele questionou e criticou o porquê de o mecanismo do poder não ser analisado. No ano de 1968, a partir das lutas cotidianas, começou a fazer o trabalho de análise do poder. É possível encontrar tal postura teórica já na introdução do seu livro *Microfísica do Poder*, onde afirma:

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (FOUCAULT, 1979, p. X).

Foucault (1979) mostra que a ideia básica nas relações de poder não se dá nem ao nível do direito, nem ao nível da violência, assim como não são contratuais nem repressivas. Em suas análises, Foucault salienta que:

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, ele “reprime”, ele “recalca”, ele “censura”, ele “abstrai”, ele “mascara”, ele “esconde”. De fato, o poder produz; ele produz real, produz domínios de objetos e rituais de verdade. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. (FOUCAULT, 1979, p. XVI).

Investigando o conceito de homem como sujeito capaz de compreender o mundo e transformá-lo, Foucault concluiu que a concepção de homem como objeto incluído dentro das instituições

possibilita com que essas instituições modifiquem o corpo através de mecanismos de controle.

Na instituição escolar, o controle acontece como poder disciplinar. Ele é um instrumento usado como forma de dominação, de poder, com a finalidade de domesticar os comportamentos divergentes da instituição.

As características básicas da disciplina são: a organização do espaço, o controle do tempo e a vigilância. A disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo em que exerce um poder, produz um saber (FOUCAULT, 1979).

Foucault chamou esses mecanismos da disciplina de tecnologia política como elemento unificador da hierarquia. A violência não é um termo comum entre as teorias de Michel Foucault. Ela figura no artigo “O sujeito e o poder” (FOUCAULT, 1995), em que a questão da violência está vinculada à análise do poder, pensado como relação. Eis os termos pelos quais Foucault fala sobre poder e violência:

Será que isto quer dizer que é necessário buscar o caráter próprio às relações de poder do lado de uma violência que seria sua forma primitiva, o segredo permanente e o último recurso – aquilo que aparece em última instância como sua verdade, quando coagido a tirar a máscara e a se mostrar tal qual é? De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas: ela força, dobra, quebra, destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto a si, outro polo senão o da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são

indispensáveis para ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abram, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p. 243).

As práticas pedagógicas da sociedade disciplinar possibilitam que os corpos sejam vigiados constantemente e que comportamentos sejam diariamente estabelecidos. A sua eficácia está no fato de essa sociedade disciplinar não conter apenas aspectos negativos, que ela reprime e penaliza, mas também aspectos positivos.

Após esse percurso e com o objetivo de problematizar as manifestações de violência ocorridas no cotidiano escolar e as ações propostas pela escola para o seu enfrentamento, senti a necessidade de aprofundar e buscar o conhecimento no campo investigativo, dando, assim, prosseguimento à presente pesquisa.

Metodologia

Esse estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de campo, construindo uma abordagem qualitativa baseada em Minayo (2007). Para a coleta de dados referentes a essa pesquisa social, foi preciso buscar técnicas apropriadas, optando pela entrevista e pelo grupo focal. As entrevistas podem ser organizadas de diferentes formas; a que foi utilizada nesse trabalho refere-se à entrevista semiestruturada. Esse tipo de entrevista obedece a um roteiro, a ser utilizado pelo pesquisador, e, por conter questões abertas e fechadas, oportuniza que o entrevistado amplie o tema em questão. Quanto ao grupo focal, ele é formado por um pequeno grupo de seis a doze participantes. Essa técnica exige um animador e um relator, que devem opinar sobre o assunto em pauta.

Para poder dar início à pesquisa, foi necessário encaminhar o projeto a um Comitê de Ética que o analisasse. Nesse caso, foi enviado ao Comitê de Ética da Universidade Católica de Pelotas, através da Plataforma Brasil, incluindo a solicitação da avaliação do projeto e a autorização da diretora do Instituto Estadual de Educação Assis Brasil para a realização da pesquisa. O projeto obteve a aprovação em 23/11/2012, e, posteriormente, foi iniciada a efetivação da pesquisa com os grupos. O campo para a realização da pesquisa social foi a instituição escolar Instituto Estadual de Educação Assis Brasil. Esse campo foi escolhido por ser uma escola de grande porte, onde existe uma grande diversidade de sujeitos, que advêm de vários bairros da cidade de Pelotas/RS e de municípios vizinhos, e por ser a escola onde atuo como Orientadora Educacional.

A participação da comunidade escolar nessa pesquisa se deu a partir da aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com a garantia de preservação de anonimato, devidamente assinado pelas professoras, pelos pais ou responsável autorizando seu (a) filho (a) a participar, ou por pai/mãe ou responsável confirmando sua própria participação na entrevista. Para que as informações utilizadas nessa pesquisa fossem empregadas de forma legítima na sua construção, foi previamente entregue aos adultos responsáveis pelos alunos menores de idade uma autorização para a liberação da participação desses alunos.

Um roteiro com questões abertas e fechadas foi elaborado a fim de ser aplicado nos seguintes grupos: professores de 4º e 5º anos, profissionais da educação, orientadora educacional e pais/responsáveis dos alunos dos 4º e 5º anos. Em relação aos estudantes que compuseram o grupo focal, a participação deles foi determinada por meio de sorteio, o qual apenas seguiu o critério de incluir alunos dos 4º e 5º anos dessa escola e com idades entre oito e doze anos. Com o

sorteio, formou-se um grupo composto por um aluno de cada turma, totalizando sete alunos, pois essa escola tem quatro turmas do 4º ano e três turmas do 5º ano.

O objetivo de fazer esse recorte com os 4º e 5º anos foi o de estudar essa faixa etária em correlação com as situações de violência atendidas pela orientação educacional no decorrer do ano letivo.

No tocante à entrevista semiestruturada, foi elaborado um primeiro roteiro direcionado aos professores que trabalham com as turmas de 4º e 5º anos. O número de professores atuando na escola estudada soma um total de sete educadores, porém somente seis deles foram participantes na entrevista. Nesse instrumento da entrevista semiestruturada, foram pesquisados os conceitos de infância e de violência, assim como a opinião dos profissionais quanto à manifestação de violência dentro do ambiente escolar e de que maneira ela está presente; e, em caso de percebida a presença da violência, perguntei-lhes sobre suas percepções acerca das formas de prevenção, contenção, encaminhamentos e reincidências.

Um segundo roteiro foi destinado aos profissionais da educação, cujo critério para a seleção foi o de possuírem vínculo empregatício com a instituição analisada. Participaram desse grupo a Diretora, a Vice-Diretora, a Coordenadora Pedagógica e a Monitora, essa última escolhida devido a seu acompanhamento diário aos alunos tanto durante o recreio quanto em outras situações em que é solicitada. O número de sujeitos da pesquisa formadores desse grupo de profissionais da educação totalizou quatro participantes.

O terceiro roteiro foi aplicado a um sujeito que trabalha no Serviço de Orientação Educacional da escola pesquisada, cujo critério estabelecido era o de ser orientador (a) educacional que trabalhe diretamente com os alunos, estando articulado (a) com toda aquela

comunidade escolar. Esse roteiro teve como objetivos: conhecer o cotidiano da escola; identificar as manifestações de violência; elencar os trabalhos preventivos em relação à violência escolar, bem como compreender sua abordagem e a frequência com que são aplicados nos casos mais graves; entender como são realizados esses encaminhamentos; fazer um levantamento sobre a existência de instituições de apoio à comunidade escolar; e apontar que instituições formam essa rede de proteção, a relação que a escola possui com essas redes e se há reincidências dos casos encaminhados.

Na pesquisa direcionada aos estudantes, optei por utilizar a técnica do grupo focal. Cabe ressaltar que o grupo focal foi organizado utilizando, como recurso, parte do filme *Lucas, um intruso no formigueiro*²³⁰. O propósito dessa atividade consistia em originar uma discussão livre a partir das falas dos alunos, orientados pela pesquisadora, identificando o que eles compreendem acerca da infância, da violência, se a violência

está presente em seu cotidiano e de que maneira e das possíveis atitudes que podem ser tomadas para preveni-la.

O último grupo de sujeitos da pesquisa abrangerá as famílias das crianças participantes. Com esse grupo, o instrumento de pesquisa aplicado foi a entrevista semiestruturada. A partir de um sorteio realizado junto à professora de cada turma analisada, foram escolhidos sete pais aleatoriamente. As questões trabalhadas com esse grupo surgiram a partir dos objetivos estabelecidos quanto a identificar as manifestações da violência na escola, conhecer, através do olhar dos grupos envolvidos, as situações de violência no âmbito escolar, e

²³⁰ Lucas, um intruso no formigueiro. Lançamento: 2006. Dirigido por John A. Davis. Gênero: animação. Nacionalidade: EUA. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-40139/>. Acesso em: 25 out. 2012. Parte do filme disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TCNmZ-dblM0>. Acesso em: 25 out. 2012.

analisar as estratégias que a escola está abordando para enfrentar o problema.

No total, contabilizando todos os grupos, vinte e seis sujeitos foram convidados a colaborar com a pesquisa, sendo que um sujeito previsto não participou, ficando o número de participantes da pesquisa em vinte e cinco sujeitos. O instrumento para a avaliação e a análise dos dados coletados teve como base a análise do discurso explicitada nas obras de Michel Foucault. Para Foucault (2012), o discurso,

Nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante dos seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 2012 p. 46).

Foucault (2012) conceitua discurso como prática social, que está ligado às relações de poder. Afirmar que o sujeito é produto das práticas discursivas, o que significa que o sujeito fala segundo determinadas regras e expõe as relações que se dão dentro do discurso. Para Foucault (2012), o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, uma história de significados das relações de saber e poder, contida nas palavras ou no silêncio de cada discurso.

Em relação ao discurso no âmbito educacional, o autor diz:

Enfim em escala muito mais ampla, é preciso reconhecer grandes fendas no que poderíamos denominar a apropriação social dos discursos. A educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo o indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede as linhas que estão marcadas pela distância, pelas

oposições e lutas sociais. Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo. (FOUCAULT, 2012, p. 41).

A educação carrega nos seus discursos o reflexo da sociedade de uma – de sua – época, trazendo consigo as lutas para que a política da educação efetivamente garanta uma educação de qualidade e uma valorização profissional coerente. Nesse sentido, Foucault indaga:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com os seus poderes e os seus saberes? (FOUCAULT, 2012, p. 42).

De certa forma, portanto, a educação normaliza saberes e controla poderes, disciplinando os corpos, procurando enquadrá-los nas instituições, dentro das quais em muitas situações é valorizado o individual, enquanto que o coletivo se perde nas relações fragmentadas.

Análise

Cada sujeito participante opinou sobre o objeto da pesquisa. Após, fez-se uma análise das práticas discursivas de cada grupo, sendo que o “objetivo da análise é estabelecer relações entre os saberes” (FOUCAULT, 1979, p. VII). A partir do levantamento dos dados e da análise por grupo, pude contemplar algumas concepções atreladas a esses saberes, a exemplo de como são construídos os discursos em relação à violência na escola, à infância, à educação e às redes de proteção. Percebe-se, nas falas dos sujeitos da pesquisa, que a violência na escola existe e que perpassa todos os grupos e percorre todos os espaços escolares, de forma tanto explícita quanto implícita.

A violência na escola manifesta-se de várias maneiras: violência física, verbal, social, psicológica, estrutural, violência doméstica e violência simbólica. A escola, nas suas práticas, articulada com novos saberes, busca trabalhar uma cultura de paz por meio de estratégias, de ações, de projetos. Ora as redes usadas são articuladas internamente, juntamente com seus professores, alunos, funcionários e pais de alunos, ora a escola articula-se com redes externas a ela para poder dar conta das situações expostas no ambiente escolar. Esses meios de que a escola se utiliza são chamados de redes de proteção.

Com as falas dos grupos pesquisados, percebe-se que existem práticas para combater a violência na escola, mas as ações são fragmentadas, isoladas. Assim, nota-se que esse tema não é ainda, prioridade na escola, e sobre ele não há uma unidade. Em relação às redes externas, quando articuladas, procuram auxiliar a escola, mas faltam profissionais capacitados para atender a demanda.

Diante desses contextos, a escolha pela análise discursiva baseada em Foucault revela a semelhança da escola que encontro na pesquisa e a escola que é relatada pelo filósofo nas suas concepções. Foucault (2011) traz o estudo do corpo como força de produção revestida por relações de poder e de dominação, não só pelos instrumentos da violência ou da ideologia, mas de forma calculada, organizada, tecnicamente pensada, e que pode ser sutil, podendo haver um saber do corpo e um controle, constituindo o que se poderia chamar de tecnologia política do corpo. Esses corpos são enviados a instituições, chamadas por Foucault de “instituições de sequestro”, onde, com o advento das disciplinas e de métodos, haveria o controle minucioso desse corpo, transformando-o em obediente e útil ao mesmo tempo.

Na contemporaneidade, esses regulamentos orientados para a prática disciplinar ainda são vistos dentro da escola sob os nomes de Regimento Interno e de Projeto Político-Pedagógico, que têm por

função normatizar a conduta dentro da instituição escolar e estabelecer planos e metas para cada seguimento. Nesse bojo, a disciplina veio para dar um ordenamento dentro do espaço escolar, e, para isso, distribuiu os indivíduos em cada lugar, criando a ordenação por fileiras e segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento; organizou uma nova economia do tempo e da aprendizagem, visto que “a disciplina organiza um espaço analítico” (FOUCAULT, 2011, p. 138).

Essa escola vista por Foucault retrata uma escola do século 18. Em contrapartida, nesse século 21, ela ainda é organizada como forma de seriação, individualização, onde o aluno obedece e silencia, muitas vezes por medo. Na sala de aula, persiste o mapeamento da sala, dentro do qual os alunos têm lugar fixo, o que estimula a competitividade e a exclusão, gerando relações conflituosas que levam os alunos a não mais quererem essa organização social.

Devido à variação social e à nova tecnologia que chegou à escola, houve pequenas transformações nesse ambiente, mas as formas de conduta herdadas de um processo histórico, hereditário, são ainda rituais de domesticação dos corpos, sem haver uma reflexão quanto às práticas disciplinares.

A arquitetura do campo de pesquisa faz lembrar o ambiente em que Jeremias Bentham criou seu panóptico²³¹, o olhar de vigia constante. Nesse contexto, o panóptico faz-se reconhecer na escola, através de corredores longos, escadarias, vidros nas portas das salas de aula, onde é possível saber o que se passa no seu interior, sem ser visto (FOUCAULT, 2011). É o olhar de vigia – uma maneira de domesticar as práticas pedagógicas.

A sanção normalizadora foi outro instrumento utilizado como

²³¹ O panóptico é o projeto arquitetônico idealizado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham. Consiste em uma construção de vários compartimentos em forma circular, com uma torre de vigilância no centro.

forma disciplinar, funcionando como repressora nos casos de atrasos, ausências, interrupções de tarefas, desatenção, negligência, falta de zelo, grosseria, desobediência, insolência, atitudes inadequadas, entre outras.

Quanto ao exame, a sanção dá a visibilidade por meio da qual os indivíduos são diferenciados e aprovados, permitindo qualificar, classificar e punir o sujeito. Nessa técnica está comprometido todo um campo de saber, todo um tipo de poder (FOUCAULT, 2011). A avaliação ainda não é vista como um processo – em que aluno e professor atuam juntamente, procurando rever as atividades aprendidas e descobrir formas para resgatar a aprendizagem não assimilada –, apesar de as formas avaliativas serem descritas no Projeto Político-Pedagógico. Nesses casos, deparamo-nos com uma teoria que é diferente da prática, com um discurso que difere das ações. E, segundo Foucault, é justamente no discurso que vem a se articular poder e saber (FOUCAULT, 1988).

Ao analisar as perspectivas dos sujeitos participantes da pesquisa, percebi que a escola estudada traz como forma de operação os métodos sutis de acomodação das transgressões, procurando, através do diálogo, dos encaminhamentos, das redes dentro ou fora da escola, resolver as situações de violência no ambiente escolar. No entanto, alguns profissionais ainda se utilizam de recursos disciplinares antigos que, para tentar adequar o sujeito ao grupo, levam os alunos ao constrangimento e à humilhação, ou aplicam a avaliação como forma punitiva, de controle disciplinar.

Entendo, contudo, que escola é movimento. É um local onde relações se estabelecem; e, onde há relações, o poder permeia. Nesse sentido, o poder deve ser entendido como algo que circula que funciona e se exerce em rede, e que não está numa instituição e nem em ninguém. Já o saber, diferentemente, se encontra numa relação de

formas e conteúdos. Para estabelecer o poder é preciso força, ao passo que para estabelecer o saber bastaria apreender ou ensinar. Nas palavras de Foucault: “não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.” (FOUCAULT, 2011, p.30).

Conclusão

Escrever sobre violência é um trabalho complexo. É tentar despir-se de preconceitos e ir a busca de dados que venham a dar apoio ao objeto de estudo. No âmbito da presente pesquisa, essa busca possibilitou com que eu obtivesse uma visão renovada sobre o tema ao cumprir com o objetivo de investigar e analisar, a partir de cada sujeito e dos grupos de sujeitos, os discursos que envolviam o tema selecionado.

Com a realização de entrevistas e de procedimentos com um grupo focal – formado por crianças com idades de 8 a 12 anos – e com a análise dos instrumentos baseada nas ideias de Foucault (2012) – que trabalha a questão do discurso como verdade histórica, sendo possível entender os discursos verbalizados e os não pronunciados, os discursos em que é possível usar de interdição e aqueles que falam da exclusão, da rarefação –, percebi que a violência está presente nesse meio escolar. Embora existam ações voltadas para o seu enfrentamento – como a lei estadual no combate ao *bullying*²³² –, elas ainda não são suficientes. É preciso fazer muito mais, tendo em vista que a violência na escola é um problema social que causa grandes prejuízos ao envolvidos.

²³² Lei nº 13.474, de 28 de junho de 2010, que prevê políticas públicas contra o bullying nas escolas estaduais e privadas de ensino básico e de educação infantil do Estado do Rio Grande do Sul.

A violência tem diversas causas. Pode ser produzida fora da escola ou ser desenvolvida no ambiente escolar. A forma de violência mais frequente que aparece no grupo pesquisado foi a violência doméstica – caracterizada por maus tratos, abusos e negligências –, seguida da violência física, da violência moral – praticada entre os estudantes, muitas vezes causadas pela prática do bullying –, da violência estrutural – constatada por meio da falta de recursos humanos e materiais –, da violência simbólica – observada pela prevalência de certos preconceitos – e da violência institucional – casos em que a metodologia não acompanha a configuração da contemporaneidade, em que há despreparo do profissional, dentre outras causas.

Constatando essas violências na escola pesquisada, percebe-se o comprometimento de muitos educadores envolvidos num trabalho de combate a essas violências. Um trabalho em rede, arquitetado para resgatar as infâncias violadas, negligenciadas, restaurando valores e direitos humanos, dialogando, conversando, contextualizando. Porém, outros educadores mostram-se ainda enraizados em suas antigas concepções teóricas, tendo medo de mudar, de ousar, de trazer novas maneiras de trabalhar essas diversas infâncias que estão chegando à escola.

Ainda temos, portanto, uma escola semelhante à da análise de Foucault. Mudanças estão acontecendo, mas lentamente. Precisamos de mais sujeitos envolvidos nessa rede, sujeitos que se invistam na luta pela educação e contra a violência na escola.

Para além do cenário interno das escolas, o poder público, o estado e o município são esferas que devem fazer prevalecer leis em prol de uma infância melhor, na qual as famílias tenham a tranquilidade de cuidar e manter seus filhos, com políticas de saúde, educação, proteção, propriedade, lazer, e todos os direitos que os

cidadãos adquiriram ao longo dos anos e que não estão sendo cumpridos. Embalados nesse sonho, a violência na escola se transformará numa cultura para a paz.

À sua conclusão, esse estudo auxiliou a ampliar a importância de relacionar a violência na escola com a questão das políticas voltadas ao atendimento dessa realidade.

Referências

ALBERTON, Mariza Silveira. Projeto Radar. Município de Pelotas/RS. Curso de Capacitação. *Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes*. Pelotas, 2003.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

FOUCAULT, Michel. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. 39. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

O RAP PELOTENSE E SUAS ENUNCIÇÕES: DISCUTINDO OUTRAS VERDADES DO/SOBRE/PARA O SISTEMA JURÍDICO CONTEMPORÂNEO

MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES²³³

Resumo: Este trabalho tem como premissa engendrar alguns questionamentos frente ao sistema jurídico contemporâneo, especialmente ao sistema de justiça criminal, a partir de entrevistas realizadas com compositores de Rap, na cidade de Pelotas/Rio Grande do Sul/Brasil. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2014, com seis compositores locais, sendo possível perceber a subdivisão do Rap em “gerações”, levando em consideração as abordagens que destacam em suas composições. Além disso, auferiu-se nas entrevistas a incessante crítica ao sistema jurídico e as prévias rotulações existentes pelos agentes estatais àqueles considerados “anormais”. Para alicerçar-se teoricamente, baseou-se em algumas produções de Michel Foucault, na sociologia e na antropologia jurídica e em estudos que dedicam atenção ao Rap nacional.

Palavras-Chaves: Rap pelotense; sistema jurídico; pesquisa de campo; verdades.

Introdução

²³³Graduada em Direito. Especialista em Direito Penal e Processual Penal. Mestre em Sociologia. Professora na Faculdade Anhanguera de Pelotas.

Esse artigo tem como premissa destacar uma pesquisa de campo realizada na cidade de Pelotas/Rio Grande do Sul/Brasil (Pelotas/RS) com compositores de Rap, buscando visibilizar o compreendido por estes sujeitos no que tange ao sistema jurídico na contemporaneidade, especialmente o sistema de justiça criminal.

Para isso, realizei entrevistas semiestruturadas com seis compositores locais, os quais discorreram sobre suas trajetórias no Rap e a possibilidade deste ser uma ferramenta de denúncia das disparidades sociais, ainda enfrentadas pela população negra, especialmente, jovens e residentes nos bairros locais. O objetivo central deste trabalho foi causar certas fissuras ao sólido pensamento jurídico a partir e através do relatado pelos compositores nas entrevistas, enfatizando as articulações de poder e saber, tanto dos ditos dos compositores locais, quanto nas premissas jurídicas e o quanto ambos nos subjetivam e constroem verdades.

Para alicerçar essa escrita, busquei fundamentar-me na perspectiva foucaultiana e em alguns autores da sociologia da violência. Questionando a “solidez” jurídica e buscando engendrar deslocamentos nas verdades construídas no e pelo campo jurídico, efetuei os pontilhados dessa escrita.

Visando contextualizar o leitor ao universo do Rap, dividi o presente artigo nos seguintes tópicos: uma contextualização histórica do Hip-Hop, buscando descrever o seu emergência no país e fora dele; destaquei as entrevistas realizadas na cidade de Pelotas/RS e, por fim, uma reflexão sobre o material empírico e as produções teóricas que permitem caminhar por uma trilha que não se baseia em verdades e conhecimentos únicos, mas que tangencia em constante inquietação. É para envolver-se nela e em diferentes questionamentos que se convida o leitor a mergulhar nas produções do Rap, especialmente do Rap pelotense.

Uma Contextualização Histórica: A Construção do Hip-Hop e seus elementos

Nosso objetivo é alma, não é ganhar plateia/Nossa missão, nossa intenção nos verso aqui/Falar o que precisa escutar, jamais o que querem ouvir/Motivo pelo qual muitos se venderam, muitos se perderam/ E por tão pouco a essência do Rap perderam/[...] Minha rima é poder ser útil pra poder apontar, mostrar um alternativa/Fazer rap só pra agradar, não vou jamais/Mudar o discurso por fama, bem capaz/Compromisso com os versos manter, estamos dispostos [...] (LBR, Lado Oposto, 2012)²³⁴

Para melhor contextualizar o Hip-Hop, especialmente o Rap, no país, foi que se engendrou este subitem. Destacar suas condições de emergência, locais de seu surgimento e suas raízes, são elementos importantes para esta escrita, pois permite esclarecer pontos e destacar seu discurso político, evidenciando as críticas ao sistema jurídico, especialmente ao sistema de justiça criminal. Nesse sentido, o Rap traz em suas rimas a possibilidade de ser visto como um artefato cultural que contextualiza a realidade de certos sujeitos.

O Hip-Hop foi e é, em sua amplitude, composto pela juventude negra, que busca enfatizar nos quatro elementos – o break, o grafite, a dança e o Rap – sua ancestralidade (ANDRADE, 1999, p. 09). Diferentes ferramentas são articuladas nos quatro componentes para que através do “dito” e do “não dito” (FOUCAULT, 1995), práticas discursivas apontem algumas discriminações existentes quando do surgimento desse movimento e que ainda são presentes na atualidade. Mesmo com

²³⁴ Os subitens ao longo deste serão abertos por estrofes de composições produzidas na cidade de Pelotas/RS, enfatizando que além das entrevistas, as músicas também seguem as críticas destacadas pelos compositores ao longo de suas falas.

o passar de décadas, o Hip-Hop permanece esboçando através de suas artes “[...] suas múltiplas dimensões, pela qual a ação humana pode se expressar com toda a sua força (DUARTE, 1999, p. 21)”.

Cabem serem destacados, de forma pontual, os elementos acima referidos, mesmo que de forma sucinta, tendo em vista a particularidade de cada um deles dentro do Hip-Hop e a forma como se constituíram para retratar a realidade vivenciada por parcela da sociedade, especialmente jovens negros e moradores de periferia.

Responsável pela mixagem dos ritmos que perpassam as rimas do Rap, o DJ é um dos elementos que compõe a cultura Hip-Hop. É o elaborador da música: o ritmo que precede e faz parte das rimas (OLIVEIRA, 2007, p. 32). Por sua vez, a dança, mais conhecida pelos componentes do movimento como Break, também se apresenta como uma ferramenta potente para destacar outras formas de ser e estar no mundo (GEREMIAS, 2006).

O Grafite, a arte do desenho, também é uma forma de se expressar no Hip-Hop através da pintura. Este é recorrente em muros que formam o cenário urbano na contemporaneidade e na época de seu surgimento adveio justamente com intuito de marcar território (SANTOS, 2002, p. 45; DUARTE, 1999, p. 20). O Rap, por sua vez, dá-se pela união dos MC’s e dos DJ’s. O mestre de cerimônia (MC) é o cantor (SANTOS, 2002, p. 40) e o DJ, como dito, efetua as remixagens formadoras dos ritmos.

O Rap significa “[...] uma abreviatura da expressão *rhythm and poetry* que significa ritmo e poesia, o canto falado como que atiradas de forma direta e enfática sobre uma base musical justapostas de forma a criar um conjunto melódico” (Idem, p. 69) [grifos do autor]. Este não foi o primeiro componente da cultura Hip-Hop, conforme dito, mas tomou proporções inesperadas com o passar dos anos, sendo, na contemporaneidade, o mais veiculado dos elementos do Hip-Hop, justamente por

articular e expressar nas letras a vivência dos sujeitos que efetuam as rimas, bem como dos receptores das canções.

Convém destacar que até a formação do que hoje se conhece por Rap, o Brasil presenciou a antecedência de outros estilos musicais. O soul, o jazz, o funk e o samba (GUIMARÃES, 1999, p. 39; RIGHI, 2012, p. 40), foram ritmos que efetuaram significativas contribuições ao Rap.

A chegada do Rap no Brasil deu-se posteriormente ao funk (SANTOS, 2002, p. 55), ritmo esse que teve significativa influência para o surgimento do Rap brasileiro. O precursor do Funk e do Hip-Hop no Brasil foi Nelson Triunfo (OLIVEIRA, 2007, p. 37), pois possuía um grupo de Funk e os passos desenvolvidos nas coreografias eram característicos dos movimentos da dança Break oriunda do Hip-Hop novaiorquino. Nos anos 70, no Brasil, precisamente no Rio de Janeiro, o Funk trazia em suas letras um estilo contestador e também exprimia nas canções e na própria “batida” o orgulho negro e a denúncia da desigualdade social e racial.

Em contrapartida, na cidade de São Paulo, a chegada do Funk não teve a mesma repercussão como na cidade do Rio de Janeiro. A cultura Hip-Hop emergiu em São Paulo, em meados dos anos 80 (SANTOS, 2002, p. 60) nas galerias da Avenida 24 de Maio, onde também eram vendidos artefatos da música Black. Aglomeração esta não bem quista pela polícia e, em consequência disso, obviamente, os agentes policiais perseguiram os componentes do Hip-Hop que ali se apresentavam, tendo estes migrado para a estação São Bento (GEREMIAS, 2006, p. 41).

Com seu surgimento na rua, Hip-Hop e o Rap ficaram conhecidos originariamente como uma “cultura de rua” (SILVA, 1999, p. 28), mas diferente do que se costuma conceber do Rap, as primeiras composições não eram dotadas de cunho contestatório ou social, pelo contrário,

traziam em suas letras brincadeiras, gírias possibilitando enviar recados através das letras aos membros da cultura que ali se formava.

Inicialmente o Rap ficou conhecido, no Brasil, como “tagarela” (GEREMIAS, 2006, p. 44), pois remetia à lembrança ao Funk, mas as rimas eram feitas de forma mais rápida, isto é, os rapper’s formulavam as frases em uma velocidade bem maior do que as engendradas pelo já conhecido Funk carioca.

O primeiro registro em CD do Rap brasileiro ficou intitulado como “Hip-Hop – Cultura de Rua”. Com ele iniciou-se o que viria a caracterizar o Rap: a contestação. Algumas músicas que marcaram esse CD dirigindo-se a esta linha, foram “Corpo Fechado” e “Os Homens da Lei”. Entretanto, DJ Hum e Thaíde compositores e cantores das referidas músicas e considerados precursores do Rap no Brasil (ROCHA, *et. al.*, 2001, p. 33). Os rapper’s acima pontuados esclarecem que as bases de suas canções visavam demonstrar que o Rap é uma forma de educação, articulando mecanismos para ensinar a juventude a se posicionar contra as drogas, contra a violência e ao preconceito (GEREMIAS, 2006, p. 49).

A nova crítica que se efetua ao Rap, por atores que se debruçam nos estudos voltados para tal temática, diz respeito a divulgação atual desse ritmo musical (GILROY, 2007, 211). A abordagem de diversos assuntos como educação, amor, mulheres etc, passa a ser questionada, entendendo-se que essa diversidade estaria ocorrendo visando a entrada no mercado cultural, perdendo a síntese desse estilo musical que seria o estado de contestação (SANTOS, 2002, p. 227) e divergência com a mídia.

A articulação com a mídia que por muitos anos foi recusada pelos rapper’s e que ainda é vista com certa desconfiança, vem sendo recebida com um olhar diferenciado. Na “sociedade da alta visibilidade” (HERSCHMANN, 2005, s/p), as estratégias utilizadas para fomentar e

engendrar o discurso nascido na periferia, pode se tornar um dos mecanismos formadores de “nós” na rede de comunicação ou então de possível resistência (FOUCAULT, 1996) e, a partir disso, reproduzir os discursos ou os contradiscursos ensurdecedores das discriminações que borbulham nas letras de Rap.

Logo, não se trata de descaracterizar as reivindicações propostas pelos rapper's, mas enfrentá-las como “táticas” e “estratégicas” (FOUCAULT, 1997) para propagar alguns discursos; ressaltar “saberes sujeitados”, em termos foucaultianos²³⁵, na contemporaneidade, frente ao conhecimento tido como “legítimo”, como é o caso do produzido dentro do campo jurídico.

As vozes que por anos foram silenciadas e que ainda hoje não se apresentam como aceitas amplamente, colocam-se como artefato de real importância quando se discute as desigualdades, as violências e a necessidade de criação de novos mecanismos para compreender essas práticas que fervilham no social, demonstrando, assim, a existência de um saber marginal que produz subjetividades, conhecimento, saber, verdades (SANTOS, 2002, p. 76) e uma forma de resistência ao referido sistema. Que aponta a discriminação racial de forma pontual, causando ruidosa sonoridade àqueles que insistem em acreditar e defender a igualdade (GEREMIAS, 2006, p. 78) entre os “cidadãos” brasileiros.

Foi buscando mergulhar na realidade empírica de certos compositores que se efetuou o recorte para estudar alguns rapper's na cidade de Pelotas/Rio Grande do Sul/Brasil. Diante das diferentes visões que hoje se engendram frente ao Rap, como visto, isto é, por ser um mecanismo de contestação há longa data e por estar ganhando certa visibilidade, estaria deixando de exercer contestação. A realização de entrevistas com compositores locais permitiu ouvir e dar voz aos compositores do extremo

²³⁵ Para maiores esclarecimento sobre o termos “saberes sujeitados”, vide a obra *Em Defesa da Sociedade*.

sul do Rio Grande do Sul e suas visões sobre a efetividade do sistema de justiça criminal na contemporaneidade e as formas como buscam contextualizar suas visões e locais de fala, nas letras de suas composições. Assim, convida-se o (a) leitor (a) para efetuar um mergulho empírico no cenário cultural do Rap, na cidade de Pelotas/RS.

Uma pesquisa de campo: Ouvidos atentos aos compositores de Rap Pelotense

[...] Violência total, decadência geral, irmão matando irmão, cinquentão, no oitão, no final, periferia é mal, filho sentado a beira do canal, sentado olha os outros, escuta o estouro, conversa com seu mano, sabe que não tem retorno [...] Alivie sua mente, seja inteligente, um mano consciente aqui está sempre presente [...] Ninguém se importa aqui, gritos não ouvi, várias vilas são assim, te apresento o ruim, tempo escuro, sombrio, Vila Castilho, Bairro Dunas, Bom Jesus. A luz se apaga para muitos [...] escolas pra que? Cotidiano cruel, vários vão pro céu [...] Pânico: na periferia, o nosso dia a dia nos reserva correria/São poucas melhorias, repara!/ Então se liga! Há várias formas de mudar [...] / Não alimente sua mente com falsas ilusões/Procure um caminho melhor, procure opções (JB, Cotidiano Violento, 2012).

O interesse em estudar o Rap na cidade de Pelotas/Rio Grande do Sul/ Brasil (Pelotas/RS), derivou das pesquisas que sobre algumas produções desse gênero que estavam sendo realizadas no contexto nacional. Letras produzidas por grandes nomes do Rap brasileiro como MV Bill, GOG, Facção Central, entre outros, induzia a curiosidade em saber o “como” da construção dessas rimas dotadas de um “dialeto” próprio e enlaçadas por uma constante “irritação” ao sistema jurídico.

O Rap produzido, hoje, na cidade de Pelotas/RS, vem tomando destaque na cena nacional. Teve suas primeiras produções no final dos

anos 80 início dos 90, trabalhando com composições já voltadas para a contestação. Para melhor entender este cenário e a história do Rap nesta cidade, realizou-se entrevista com seis compositores locais, das diferentes épocas de produção dessa música. Nessa contextualização foi possível detectar diferentes “gerações”, como pontuaram os compositores, do Rap em Pelotas. Foram entrevistados dois compositores de cada uma das “gerações”, entre os anos de 2014 e 2015. A nomenclatura “geração” foi uma categoria criada pelos próprios entrevistados, da qual me vali para demonstrar a composição de seus ditos e como deles.

Para aproximar-me desses sujeitos, elaborei um roteiro de pesquisa, efetuando entrevistas semiestruturada, possibilitando, assim, que os compositores discorressem sobre seu interesse pelo Rap, o que este significava no seu cotidiano e o porquê dessa produção. A maior parte das entrevistas foram realizadas “na rua”, isto é, em pontos que caracterizam a cidade de Pelotas, como praças, calçadões e chafariz. Outras foram possibilitadas na casa dos compositores.

A partir da fala desses sujeitos, tornou-se viável identificar ao longo das entrevistas diferentes concepções sobre a forma de veicular e produzir o Rap. Além disso, notei as diferentes formas de contestar o sistema jurídico, especialmente o sistema de justiça criminal, na contemporaneidade.

Na primeira entrevista realizada, um dos compositores, LBR²³⁶, destacou a existência de diferentes segmentos do Rap na cidade de Pelotas/RS. Segundo ele, as produções se modificaram ao longo dos anos, existindo, contemporaneamente, três “gerações”. Essa subdivisão ocorre tendo em vista o engajamento dos compositores no cenário Hip-Hop e a produção de suas canções. Para LBR, o Rap é um mecanismo

²³⁶ Prezando pela privacidade dos compositores, optou-se por destacar apenas as iniciais dos nomes dos entrevistados, resguardando sua imagem.

de protesto, de contestação ao sistema vigente, é “Resgate”. O entrevistado fora o primeiro rapper a lançar um CD na cidade de Pelotas/RS, em 1990, se localizando como pertencente a primeira “geração” do Rap local.

Da mesma forma que este compositor, JB também fora um dos precursores do Rap pelotense, envolto pelas construções mais “pesadas” em suas composições. Ambos os compositores são vistos como referências para e no Rap pelotense, seja por incentivarem a produção dos rappers mais “jovens”, seja por ainda continuarem produzindo o Rap “resgate”, negando o envolvimento com a mídia “tradicional”.

Ao se referir ao “Rap resgate”, cabe destacar ser uma nomenclatura que surgiu em meio as entrevistas, especialmente com os compositores da primeira “geração”. Segundo os entrevistados, a primeira “geração” tinha como foco o discurso politizado, tendo a contestação como foco principal das composições; a segunda “geração” seria a fase de transição para a terceira, a qual aborda diferentes temas, como amor, educação, drogas, etc. Segundo JB, temas como racismo e violência eram assuntos obrigatórios nas músicas da primeira “geração”, tendo em vista a forte segregação existente na época.

Destaca-se que Pelotas/RS foi um dos fortes pontos de produção de charque no Brasil e para seu sustento nesse ramo, o envolvimento de um elevado número de escravos e o grande número de morte destes, ficou marcado no período histórico pelotense. As marcas dessa época ainda são latentes na construção histórica da cidade e não deixa de fazer parte das composições do Rap, ainda da contemporaneidade.

Através das outras quatro entrevistas, foi possível verificar que os compositores possuem diferentes percepções sobre a produção do Rap e colocam que mesmo tendo havido modificações nas formas de produzir as letras, isso não fez com que o Rap perdesse sua “essência”, como

pontuou ZL, isto é, trazer o que é vivenciado em seus locais de fala; contestar a norma vigente, mas não só isso, pois não precisa apenas “ficar jorrando sangue nos ouvidos das pessoas”, como disse PS. Estes dois últimos compositores, fazem parte da terceira “geração” do Rap pelotense.

G.IDV e LV, componentes da segunda “geração”, destacam que permeiam entre a produção do “Rap resgate” e o “Rap contemporâneo”, pois a necessidade de se inserir no mercado cultural fez com que outros relatos fizessem parte do Rap. G. IDV destaca:

[...] as pessoas não querem ouvir a realidade, entendeu? Como o Rap fala da realidade, o próprio sistema não quer o povo informado, não quer que as pessoas saibam das coisas. Ele quer o povo alienado, focado em televisão, em Big Brother, novela [...].

Foi possível verificar nas diferentes “gerações” a constante irrisignação com o sistema vigente. Algumas falas demonstram nitidamente a necessidade de contestação e a possibilidade de relatar isso através do Rap, valendo-se dele, portanto, como um mecanismo de informação, conforme disse LV: “o Rap foi um grande assessor do meu pai e da minha mãe, véio! Se não fosse o Rap, talvez eu não tivesse a metade da educação que eles tentaram me dar, sabe? O Rap educa. O Rap salva”.

As peculiaridades que surgiram em cada uma das falas demonstrou a potencialidade dessa ferramenta para pensar no e o sobre o direito. Destacar a importância de ouvir vozes, muitas vezes, consideradas como “subalternas” (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012), por não fazerem parte da produção jurídica. Ao pensar o Rap como um importante artefato cultural para pensar o direito, possibilita questionar algumas utopias modernas como “igualdade”, “devido processo legal” e “neutralidade”, pensadas e defendidas na órbita jurídica :

Tá foda na rua pra caralho, tu vê os moleques de 15, 14 anos dando tiro, andam armado, tá ligado? E tipo... Eu nunca fui, nunca fui... Morei no gueto, andei com os caras que... a maioria preso e nunca tive esse hábito, tá ligado? De cometer crime ou qualquer outra coisa. Já usei droga, já fiz um monte de porcaria, tá ligado? [...] eu acho que falta na gurizada vê que esse não é o caminho correto, tá ligado? Porra loca o cara é quando é novo, normal! Todo mundo pode errar, tá ligado? Mas pô, a gente tem que se ligar que a gente tem outro tipo de arma na mão. A gente vem falando, a arma que a gente tem que usar não é essa, tá ligado? A arma que a gente tem que usar é o conhecimento, é a gente estudar. Eu não me formei, tá ligado? Não tenho nem o segundo grau completo, mas eu botei a cabeça pra pensar, tá ligado? Tipo, eu acho que a gente tem que fazer a diferença, nem que seja com um amigo, tá ligado? (PS).

Como é possível perceber na fala do compositor, o Rap foi um importante mecanismo de auxílio para fugir da violência na cidade de Pelotas/RS. Além disso, ao longo das entrevistas, foi possível perceber a crítica ao sistema educacional e que o Rap também se apresentaria como uma ferramenta de educação. Segundo G.IDV, em suas músicas visa trazer diferentes informações para que seus ouvintes, a maioria jovens, escutem as letras e procurem compreender o que nelas está destacado, seja procurando em livros ou nos meios de comunicação alternativos, como a internet, assim como fez para entender a historiografia do Rap e o seu surgimento nos guetos novaiorquinos.

Outro ponto enfatizado ao longo das entrevistas, foi a seletividade do sistema de justiça criminal, frente a estes sujeitos. Foi possível notar, recorrentemente, o agir arbitrário dos agentes estatais, especialmente policiais, em abordagens entendidas como de “rotina”. Justificativas dessa linha são fundamentadas como “atitudes suspeitas”, sendo chancelada pelo Código Penal em vigência.

Há de se destacar, diante do que fora percebido através das entrevistas, o que se entende por “atitude suspeita”: jovens negros, envoltos em estilo próprio, isto é, vestindo calças largas, camisetas, bonés com o símbolo de folhas de maconha, com dreadlocks, buscando diferentes formas de ser e estar nesta sociedade; formas, talvez, de “resistir” a certos padrões já considerados normais, são características, recorrentemente, apontadas como marginais. Aqui vale lembrar o conceito destacado por Foucault (1996): na reforma penal realizada entre os séculos XVIII e XIX, a fim de buscar segurança e ordem ao corpo populacional, as “virtualidades” passaram a ser uma importante ferramenta nesse sentido.

Essa seletividade, inclusive, tem aparecido nos recentes estudos desenvolvidos sobre a violência no Brasil. Os altos índices das taxas de homicídios envolvem homens jovens e negros (WASELFISZ, 2014). Isto é, os homicídios no Brasil possuem cor, sexo e idade pré-definidos. Nesse sentido, cabe pontuar o sinalizado por G.IDV: por ser branco, usar óculos e não vestir mais calças largas ou usar bonés, nunca foi abordado por policiais sozinho. “Eu já fui abordado, por exemplo, por estar com negros, assim, saída de festa, mas nunca sozinho. Tipo, eu não sou estereótipo”.

A fala do compositor vai ao encontro do pontuado por Michel Misse (2014) quando se refere a “sujeição criminal”. Certos sujeitos são rotulados pelo sistema jurídico para que se possa ter certa previsibilidade de condutas; para que estabeleça uma pretensa ordem, ignorando o discurso que não seja engendrado no e pelo campo jurídico, embora retrate parte do que é vivenciado socialmente, por uma cultura específica. Frise-se: além de rotular sujeitos, ignora uma constituição cultural por entendê-la como subalterna, o que demonstra as amarras do direito construído na modernidade, especialmente o direito brasileiro, colonizado e ainda colonizador (COLAÇO, DAMÁZIO, 2012).

A crítica latente que os rapper's efetuam, não ocorre só em suas músicas, mas nas entrevistas, como destacado ao longo deste item. Enfatizando o entendimento de PS, novamente, cabe destacar:

[...] Tu tá na esquina bebendo, tu tá na esquina com os teus amigos, por mais que tu não esteja fazendo nada, eles vão te parar, tá ligado? Porque tu não é um cara normal, tu é um cara diferente dos outros, tipo, sempre eles vão dá preferência em dá uma batida policial na gente do que num cara que passar de óculos, com uma camisa social, sapato, tá ligado? Isso com certeza. Vão olhar pra ti, vão te parar. Quantas vezes eu tava na rua com um monte de gente, eles pararam eu e deixaram todo mundo ir passando, tá ligado? Talvez pelo meu estereótipo, tá ligado? Não sei se é por isso, mas acho que é, só pode. Quantas vezes! Tomar porrada na rua, falar “porra, mas o quê que eu fiz? O que quê eu to fazendo? Porque tu tá fazendo isso? Tais abusando do teu poder!” “cala a boca, cara! Não olha pra trás”. Não deixa olhar o distintivo, não deixa olhar o nome do cara, não deixa olhar a cara dele, tá ligado? Ele te caga a pau e foda-se! Te enche a bico e vai indo, tá ligado?

Nota-se que os diferentes compositores trazem em suas falas a contestação ao sistema vigente, de forma mais enfática ou através de outros meios, como a utilização de figuras de linguagens que visam “burlar” o sistema jurídico, mas mesmo assim efetuam a crítica. Crítica, aliás, visível no dito por PS. Foi possível notar no decorrer das entrevistas a recorrente contestação as normas em vigência e de forma direta: não ser “normal” fundamenta o “uso moderado da força”. Mas o que mesmo é normal? Aliás, o que é anormal? Usar calça “fundilhuda”? Bonés com símbolo de folhas de maconha? Ser jovem e negro? Morar nos bairros? Cantar Rap e criticar o sistema jurídico contemporâneo? É, talvez isso não seja, de fato, normal em uma sociedade que busca recorrentemente por ordem e que em discursos midiáticos

sensacionalistas se fundamenta para criar novos dispositivos penalizadores e rotular condutas!

A imersão em diferentes culturas, buscando não apenas dar voz a certos, como se isso fosse efetivamente necessário, mas sim, sobressaindo ao assistencialismo, ouvi-los, apresenta-se como um dos mecanismos para criar fissuras ao sólido pensamento jurídico contemporâneo. Não visando verdades melhores ou piores, mas verdades outras. Admitindo a recorrente invisibilidade de certas vozes e a chancela de certas práticas que vão de encontro ao preceituado pela legislação vigente. E é enfatizando a articulação das entrevistas, da antropologia e do direito que se articulou o subitem seguinte. E é para nele mergulhar que se convida o leitor. Avante!

Refletindo sobre o “Outro” e o “Um”: para além de binarismos

Hoje tá tão difícil ter sol/Se as coisas andam mal irmão é natural/Até dizer que o tempo parou/Mas saiba tudo volta ao normal, tudo volta ao normal/Escurece a visão a luz deu lugar a escuridão/Bem vindo ao novo mundo/cod-nome é prisão/Onde amigos sumirão, estrelas não brilharão/Onde única certeza é que porta se fecharam/Joelhos se dobraram, mãos se amararam/Bocas se calaram e olhos que choraram/Coisas que se pensaram, anos que se passaram/Lembranças que se foram e nunca mais voltaram/Idéias se imaginaram personagem se criaram/Mundo falso que eu criei e um dia me abandonaram/Homens que me julgaram no fim me condenaram/Hoje eu sou quem mais temia o monstro que criaram/Não me regeneraram só me humilharam/Coisas boas que existiam dentre mim mataram/Meu mundo foi pelo ralo, meus pulmões não suportaram/curioso em conhecer meu novo ser, se preparem [...] (GUIDO CNR, Prisão, 2012)

Diante de algumas informações advindas das entrevistas e da estrofe da música com a qual inicio este capítulo, pertinente citar Foucault para melhor contextualizar o que aqui quero desenvolver. Em que pese seu local de fala se dirija à sociedade francesa, efetuadas as adaptações ao cenário brasileiro, torna-se pertinente:

[...] Uma coisa é certa: o sistema penitenciário atual, e, de um modo geral, o sistema repressivo ou mesmo o sistema penal, não é mais suportado pelas pessoas. Assim, na França, no que concerne à prisão, no que concerne à justiça, há um descontentamento de fato, descontentamento que é evidentemente das classes mais pobres e mais exploradas. Ora, meu problema não é saber qual seria o sistema penal ideal, o sistema repressivo ideal. Procuro simplesmente ver, fazer aparecer e transformar em discurso legível por todos o que pode haver de insuportável para as classes mais favorecidas, no sistema da justiça atual. [...] é evidente que é segundo a classe à qual se pertence, segundo as possibilidades de fortuna, segundo as posições sociais que se obtém a justiça. A justiça não lhe é atribuída do mesmo modo (FOUCAULT, 2012, p. 33-34).

É numa perspectiva aproximada, ressaltando a magnitude dos escritos de Foucault, que busco construir este artigo. Destacar o surgimento do Hip-Hop, mais precisamente do Rap, no Brasil, foi uma importante ferramenta, para configurar as formas como fora construído neste cenário. Trazer as entrevistas na cidade de Pelotas/Rio Grande do Sul/Brasil, foi um meio de adentrar na cultura local e compreender o que o Rap produz atualmente nesta localidade.

Deparar-se com falas pontuais quanto a prévia rotulação de certos sujeitos, efetuar a imersão em seus locais de fala, permite olhar para a produção teórica ainda de forma mais sensível, questionando-a e, conseqüentemente, me questionando enquanto sujeito pesquisadora,

frente aos modos de ver e compreender a cultura nestes tempos de veiculação midiática, como forma de construção de verdade e de saber (BARREIRA, ADORNO, 2010). Como se fosse cabível, efetivamente, nesta complexidade, acreditar na existência de “um” saber, “um” poder, “um” conhecimento, “uma” verdade (FOUCAULT, 1996).

É visível que o campo jurídico, precisamente o sistema de justiça criminal, é um eficiente produtor de verdade. Suas construções há longa data e os mecanismos que construíra no decorrer dos anos, possibilitou a produção no imaginário social de discursos “verdadeiros”. É através do destaque das entrevistas aqui pontuadas e do referencial teórico que permeia essa escrita, especialmente os estudos foucaultianos, que deslocar certezas no e pelo campo jurídico se torna possível. Mais que isso: necessário!

Os recentes Mapas da Violência (WASELFISZ, 2014), no Brasil, destacam que os índices de homicídio recaem enfaticamente sobre a população jovem. Aliás: jovem, negra e do sexo masculino. Coadunando essas informações com o destacado pelos compositores no que tange aos estereótipos, as prévias rotulações, aos “cala a boca, cara! Não olha pra trás”, etc, pensar o acima referido por Foucault, se torna pertinente, na sociedade brasileira.

O fato das discriminações raciais serem empregadas de forma velada e pouco contestada – pois se a lei assegura a igualdade, quem tem legitimidade para contrariar? Para dizer que as verdades empregadas nos discursos jurídicos são falaciosas? –, o Hip-Hop, especialmente o Rap, apresenta-se como forte mecanismo para revidar essas práticas, proporcionando através das rimas, danças, desenhos, formas de contestar e ressaltar a permanência das discriminações e, principalmente, a violência pulsante na periferia (GUIMARÃES, 1999, p. 41), o que não pode fugir ao crivo do direito.

O destacado nas canções não se trata apenas de uma forma de entrar no mercado cultural, também é, sem dúvida, pois não constroem canções de protesto, somente, mas nas suas falas e no contato direto com cada um dos seis entrevistados, foi possível verificar o envolvimento com este gênero musical e não com outro, justamente pela possibilidade que o Rap tem de não ser apenas mais uma música comercial, mas uma forma de passar informação àqueles que os escutam. Informação que esta diretamente ligada com o vivenciado por grande parte de seus ouvintes. Além disso, resgatar a ancestralidade da cultura negra.

A veiculação de que os bairros são os locais de violência e do perigo social, contradiz, de certa forma, o que foi esboçado nas entrevistas, as quais se alinharam relatando as desigualdades sociais, esboçando novas formas de ser e estar nesses locais. Local de violência? Sim, mas também perpetrada pelo Estado, efetivada pelas mãos de seus agentes e ratificada pela mídia (SILVA, 1999, p. 31). Local de violência? Sim! Violência silenciada, pois certos discursos só emergem se proferidos por alguns. Não que outros discursos não existam, existem, mas são ocultados, principalmente pela mídia, exceto se isso lhes der “íbope”, se lhes der formas de capturar esses discursos e reverter na forma produtiva.

Logo, compreender o Rap como um discurso político que visa denunciar as discriminações (SANTOS, 2002, p. 184), mais que isso, que visa colocar os discursos jurídicos sob análise e a partir disso contextualizar o meio periférico, apresenta-se como mecanismo possível para verificar as formas de construir outras subjetividades na atualidade, contextualizando as suas realidades e as realidades dos receptores de suas canções, ultrapassando as cercanias periféricas, alcançando os ouvidos daqueles que negam esse discurso.

Ultrapassar os binarismos nos quais a ciência jurídica se construiu e ainda reproduz, como “outro” e “um”, são pontos passíveis de discussão através do que aqui fora pontuado. Frise-se que não se tem como premissa engendrar outras verdades, mais ou menos potentes, mas formas que permitem repensar o que está sendo discutindo em alguns segmentos sociais. Aqui cabe, mais uma vez, trazer fragmentos das entrevistas para o debate, agora o pontuado por ZL:

[...] E se tu é realmente um protestante, um revolucionário, tu tem que te atualizar perante a situação que te cerca à tua volta, tá ligado? E se o discurso pesado, de frente, não tá funcionando, muda! Muda irmão! O que interessa é que essa informação precisa chegar, de uma maneira ou de outra, por uma pessoa ou por outra. Ah, o cara tem que ser preto, tem que usar uma touca, tem que usar bigode e tem que falar só do crime encima do palco? Não, cara! Não precisa, tá ligado? Não tem porque, não tem como; a parada é mais plural, precisa ser mais plural pra mais pessoas entenderem o que a gente tá querendo dizer, porque hoje em dia tu falar pra periferia o que a periferia já sabe, é redundante [...].

É nessa constante mudança que as práticas sociais estão envolvidas e se desenvolvem. Não é de forma diferente que se acredita deva se pensar o direito. Se assim for, a citação que inicia este subitem, a destacada por Foucault, é atual e pertinente. Ouvir destes compositores que o Rap é a sua vida e que nele buscam formas de sair da criminalidade, efetuando, também, um contradiscurso ao sistema jurídico, apresenta-se como uma ferramenta de extrema valia para pensarmos as sólidas paredes do sistema de justiça criminal. Destacar o que “saberes sujeitados”, como pontua Foucault (2005, p. 13) concebem frente ao referido sistema, possibilita ultrapassar os ditos produzidos dentro das cercanias acadêmicas, aproximando o vivido e percebido nas práticas sociais, com o campo jurídico.

Encaminhando-se para um ponto final... provisório

Ao longo do texto, procurei destacar a importância de lançar o olhar para o produzido em certas culturas e a potência que saberes considerados “subalternos” possuem para retratar outras verdades pulsantes socialmente e que fazem parte dessa sociedade de normalização. Efetuar alguns questionamentos ao sólido pensamento jurídico contemporâneo a partir da produção do Rap, foi uma dessas possibilidades.

Quando me aproximei dos locais de fala dos compositores e verifiquei que para além do que é retratado nas canções, o vivenciado por esses sujeitos partilha do que é transcrito nas canções, demonstra necessidade colocarmo-nos à retaguarda de discursos tidos como desde sempre aí, como igualdade e devido processo legal, por exemplo. Os compositores situados na cidade de Pelotas/Rio Grande do Sul/Brasil, destacaram ao longo de suas falas que mesmo havendo certas mudanças na forma de produzir o Rap na contemporaneidade, isso não faz com que o herdado dos guetos novaiorquinos tenha se “perdido”, isto é, o discurso de protesto frente as disparidades sociais.

Aproximar o olhar e os ouvidos ao que vem sendo dito por saberes considerados “subalternos”, apresenta-se como uma importante ferramenta para causar fissuras no sólido pensamento jurídico colonizado e colonizador, que insiste na produção de verdades únicas e na rotulação de sujeitos, previamente. Enlaçar o produzido culturalmente com as produções jurídicas, apresenta-se como uma ferramenta para aproximar e desconstruir “pirâmides” engendradas ao longo dos anos pela “ciência” jurídica e que ainda encontra solidez, na contemporaneidade. Isso, não para criar verdades melhores ou piores, mas para questioná-las e apontar diferentes meios de criar e produzir subjetividades.

Referências

ANDRADE, Eliane Nunes de. Hip-Hop: Movimento Negro Juvenil. *In.*: ANDRADE, Eliane Nunes (Org). RAP e educação, RAP é educação. São Paulo, 1999. p. 83-92.

BARREIRA, César; ADORNO, Sérgio. A violência na Sociedade Brasileira. *In.*: Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia. MARTINS, Carlos Benedito (coord.). São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 303-374.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. Novas perspectivas para a Antropologia Jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

_____. Humanização do Ensino do Direito e Extensão Universitária. *In.*: Revista Sequência, Florianópolis, ano XXVI, n. 53, dez.2006. p. 233-242

DUARTE, Geni Rosa. A arte na (da) Periferia: Sobre... Vivências. *In.*: ANDRADE, Eliane Nunes (Org). RAP e educação, RAP é educação. São Paulo, 1999. p. 12-22

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal: 1997.

_____. A verdade e as Formas Jurídicas. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: NAU ed., 1996.

_____. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. Um problema que me interessa há muito tempo é o sistema de justiça criminal. *In.*: MOTTA, Manoel de Barros (org.). Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 31-37.

GEREMIAS, Luis. A Fúria Negra Ressuscita: as raízes subjetivas do hip-hop brasileiro. 2006. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/geremias-luiz-furia-negra-ressuscita.pdf. Acessado em: janeiro de 2014.

GILROY, Paul. Entre Campos: Nações, Culturas e o Fascínio da Raça. Traduzido por Celia Maria Marinho de Azevedo, André Côrtes de Oliveira, Carlos Marinho da Silva, Patricia de Santana Pinho, Renilson Rosa Ribeiro e Silvana Santiago. São Paulo: ANNABLUME, 2007. p. 211-247.

GUIDO CNR. Prisão. Canção disponibilizada no ano de 2012. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/guido-cnr/prisao.html#ixzz31ad48AO6>. Acessado em: 15 de janeiro de 2014;

GUIMARÃES, Maria Eduarda Araujo. Rap: Transpondo as fronteiras da periferia. In.: ANDRADE, Eliane Nunes (Org). RAP e educação, RAP é educação. São Paulo, 1999. p. 39-54.

HERSCHMANN, Micael. Espetacularização e alta visibilidade: A politização da cultura hip-hop no Brasil contemporâneo. 2005. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/micael_espetacularizacao. Acessado em: março de 2014. s/p.

JB. Cotidiano Violento. Canção disponibilizada no ano de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eGs0sjn95-w>. Acessado em: 20 de janeiro de 2014;

LBR. Lado oposto. Canção disponibilizada no ano de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S20rv_qe0dk. Acessada em: 13 de janeiro de 2014.

OLIVEIRA, Ana Paula Conceição. Movimento Hip Hop: Educação em Quatro Elementos. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, à Universidade Federal da Bahia. 2007. p. 79. Disponível em: http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/monografias/movimento_hip_hop_educacao_em_quatro_elementos.pdf. Acessado em: janeiro de 2014.

RIGHI, Volnei José. Rap: ritmo e poesia: construção identitária do negro no imaginário do RAP brasileiro. Tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília – UNB – Instituto de Letras IL/TEL Programa de Pós-Graduação, Departamento de Teoria Literária e Literaturas – Brasília (DF) Brasil, 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10853/1/2011_VolneiJoseRighi.pdf. Acessado em: janeiro de 2014.

ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. Hip Hop: A periferia grita. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, Rosana Aparecida Martins. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2002. “O estilo que ninguém segura” Mano é Mano e Boy é Boy! Boy é Mano? Mano é Mano? Reflexão crítica sobre os processos de sociabilidade entre o público juvenil na cidade de São Paulo na identificação com a musicalidade do Rap Nacional. Disponível file:///C:/Users/Mari/Downloads/mestrado_dissertacao%20(1).pdf. Acesso em janeiro de 2014.

SILVA, José Carlos Gomes da. Arte e Educação: A experiência do Movimento Hip Hop Paulistano. In.: ANDRADE, Eliane Nunes (Org). RAP e educação, RAP é educação. São Paulo, 1999. p. 23-38.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf. Acessado em: 30 de julho de 2014.

RELAÇÕES DE PODER E ALTERIDADE NO LIVRO À ESPERA DOS BÁRBAROS

RENATA SANTOS DE MORALES²³⁷

JULIANA FIGUEIRÓ RAMIRO²³⁸

Resumo: Neste artigo, buscou-se observar a materialização da alteridade na leitura de *À Espera dos Bárbaros*, de J. M. Coetzee (1980), utilizando a Estrutura Simbólica do Poder proposta pelo semioticista alemão Harry Pross (1980) como metodologia. Aqui, o conceito de alteridade é visto sob a ótica de Foucault (1991) e a leitura é considerada como forma de contato cultural, conceito defendido por Caroline Schwab em sua obra *The Mirror and the Killer Queen* (1996). Para os autores deste artigo, a Estrutura Simbólica do Poder é a forma de organização sónica pela qual os sujeitos envolvidos no processo de leitura trocam significados entre si e o meio, isto é, exercitam o contato cultural e vivenciam a alteridade.

Palavras-chave: Semiótica, alteridade, leitura, *design* gráfico.

Abstract: In this article, we sought to observe the realization of otherness in the reading of *Waiting for the Barbarians*, by J. M. Coetzee (1980), using the Symbolic Structure of Power, proposed by the German semiotician Harry Pross (1980) as a methodology. Here, the concept of otherness is seen in the perspective of Foucault (1991) and reading is considered a form of cultural contact, which is a concept advocated by Caroline Schwab, in her work *The Mirror and the Killer Queen* (1996). For the authors of this article, the Symbolic Structure of Power is the form of semiotic organization in which the subjects involved in the reading process exchange meanings with themselves and the environment, that is, exercise the cultural contact and experience the otherness.

Keywords: Semiotics, otherness, reading, graphic design.

²³⁷ Doutoranda em Letras - Centro Universitário Ritter dos Reis - re.morales@icloud.com

²³⁸ Mestranda em Design - Centro Universitário Ritter dos Reis - admin@julianaramiro.com.br

1 INTRODUÇÃO

O tema da alteridade transita por diversas áreas de estudo e comporta uma multiplicidade de conceitos. Um mesmo comportamento pode ser visto sob diferentes perspectivas, sejam elas psicológicas, culturais, etc. Neste artigo, a alteridade é compreendida tanto como a objetivação que os sujeitos sofrem a partir de práticas e discursos de uma época histórica, as *epistemes*, quanto como uma forma de pensamento que inclui e que pesquisa a história, considerando a história do outro, nos termos de Foucault (1991).

Neste artigo, buscou-se o cruzamento de três teorias centrais que foram posicionadas como fundamentação e, ao mesmo tempo, metodologia para a observação da materialização da alteridade. Dentro dessa proposta, o conceito de leitura de Caroline Schwab, como forma de contato cultural, presente em sua obra *The Mirror and the Killer Queen* (1996) encontra-se com a Estrutura Simbólica do Poder, do semioticista alemão Harry Pross (1980) e com o tema da alteridade tal como é evidenciado nos estudos de Foucault, principalmente na sua fase arqueológica. Para os autores deste artigo, a Estrutura Simbólica do Poder, que será apresentada numa próxima seção, no ato da leitura, é a forma de organização *sígnica* pela qual os sujeitos envolvidos no processo de leitura trocam significados entre si e o meio, isto é, estabelecem vias de contato cultural e alteridade.

Ainda se faz fundamental destacar, para fins de um melhor entendimento dos objetivos deste artigo, que, embora existam pensadores que considerem a leitura apenas como o ato de absorver signos escritos, aqui adota-se a linha de Derrida (1978, 2011), para quem tudo é texto – o conhecimento, a história, as relações, a cultura, o idioma. E todo o texto que circunda o homem, e ao mesmo tempo o

constitui, é construído pela mente humana e se manifesta através da linguagem em suas diversas formas. A linguagem é, então, um significante transcendental que traz tudo a uma condição de relação e em um movimento constante de diferenças, cedendo e compartilhando significados. Nesse sentido, considerando o objeto *À Espera dos Bárbaros*, livro do escritor sul-africano J.M. Coetzee, as análises a serem apresentadas levarão em conta forma e conteúdo, entendendo que a construção visual da capa do livro pode ter tanto a dizer quanto o conteúdo de suas páginas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, serão apresentados os estudos de Caroline Schwab (1996) sobre a leitura como de forma de contato cultural, a alteridade, presente na obra de Foucault, e os pares acima-abaixo, dentro-fora e claro-escuro, eixos que compõem o conceito de Estrutura Simbólica do Poder, proposto por Pross (1980).

2.1 Alteridade em Foucault

A questão da alteridade parece estar integrada a toda a teoria de Foucault, que em seus estudos investigou o pensamento e como ele se relaciona com o que poderia chamar-se, de forma geral, de "outros". Em uma construção teórica que perpassa suas principais obras, Foucault aborda o homem que se faz sujeito e sua relação com a alteridade.

A partir dos estudos do autor, a alteridade poderia ser considerada uma relação inerente a um determinado conjunto de sujeitos que foram objetificados ao longo da história, relação que o teórico denomina de episteme, ou seja, uma ordenação de saberes com objetivo de chegar ao conhecimento, ao saber de cada época. Desta forma, há sempre uma determinada ordem implícita à cultura, que é entendida como forma de conhecimento.

Tal proposta está presente no prefácio de *As Palavras e as Coisas*:

Este livro nasceu de um texto de Borges. Do riso que, com sua leitura, perturba todas as familiaridades do pensamento – do nosso: daquele que tem nossa idade e nossa geografia –, abalando todas as superfícies ordenadas e todos os planos que tornam sensatas para nós a profusão dos seres, fazendo vacilar e inquietando, por muito tempo, nossa prática milenar do Mesmo e do Outro. Esse texto cita “uma certa enciclopédia chinesa” onde está escrito que “os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente qualificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas”. No deslumbramento dessa taxionomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar *isso*. (FOUCAULT, 1991, p. 47)

Em *As Palavras e as Coisas* (1991), Foucault apresenta uma crítica ao pensamento restritivo sobre o outro, um pensamento que critica a “mesmidade” apresentada pela filosofia ocidental, no sentido de que essa não seria capaz de entender a alteridade do pensamento em si. Para o autor, a alteridade representa um sentido mais amplo, “o limite de pensamento e de linguagem para uma cultura, aquilo que a circunda por fora e lhe escapa, simultaneamente, estranho e exterior” (MUCHAIL, 2004, p. 39).

Outro fragmento da teoria de Foucault que interessa neste artigo são as relações de poder que expressam aspectos da alteridade. Em *A História da Sexualidade*, Foucault afirma que “o poder é o nome que

se atribui a uma situação estratégica complexa em uma dada sociedade" (FOUCAULT, 2012, p. 93, tradução nossa). As relações estratégicas de poder acontecem pela via do discurso que é, para o autor, a forma pela qual o conhecimento se constrói, juntamente com as práticas sociais. Poder – via discurso – e conhecimento se constituem mutuamente e são mais do que apenas formas de pensamento, pois se relacionam com o corpo, o consciente e o inconsciente dos sujeitos.

Uma das formas de o poder relacionar-se com o corpo é a tortura, que para Foucault é uma forma de escrita pela dor, na qual um sujeito elimina a humanidade do outro subjugado, estabelecendo um sistema de poder e opressão. Ainda para o autor, o corpo se apresenta como um canal de comunicação inserido neste sistema de poder. Assim, via tortura, não só se tem a afirmação de tal sistema, como, a partir das marcas, inscrições e cicatrizes deixadas no corpo do outro, obtém-se a comunicação e publicização do poder.

2.2 Alteridade como forma de contato cultural

Sob o ponto de vista das teorias clássicas da recepção, na medida em que o leitor constrói o significado do texto, preenchendo as lacunas deixadas pelo autor, existem tantas formas de ler uma obra quanto o número de leitores dispostos a fazê-lo. Iser, em sua obra *O Ato da Leitura: uma teoria do efeito estético* (1996), elabora a ideia de que o texto apresenta ao leitor diversas possibilidades para que esse construa as suas representações. O leitor é colocado em posição de escolha, como um jogador que decide jogar uma partida do jogo do texto.

O termo alteridade remete ao diferente, à relação com o outro, à diversidade. O conceito é amplo e desafia uma definição simples, pois parece conter outras formulações dentro de si. Desde Descartes,

a relação entre o eu e o outro descreve uma oposição dentro da consciência do indivíduo e a experiência e o conhecimento de si estão diretamente vinculadas ao reconhecimento do outro.

Uma diferente visão sobre a alteridade é oferecida por Jacques Lacan (1997) na teoria do estágio do espelho. Segundo o autor, a criança se vê inicialmente como se estivesse refletida em um espelho e a imagem original seria seu "ego ideal", o qual se torna uma concepção inacessível de *self*, trazendo uma sensação de falta no sujeito que tenta se reconectar com esse ego ideal. Em termos lacanianos, por esse estágio passa a formação do sujeito, já que a consequência dessa falta é a cisão entre o *self* e o outro. Há uma tensão, uma complexa relação, uma fronteira entre o indivíduo e o outro, dividindo as esferas do eu de todo resto, de tudo que então se configura em "não-eu".

Além das visões tradicionais da filosofia e da lacaniana, existe uma dimensão sociocultural da alteridade. Neste sentido, Gabriele Schwab, em sua obra *The Mirror and The Killer-Queen* (1996), sugere um olhar para a função cultural das práticas estéticas, em que irá trabalhar com a questão da alteridade, considerando uma abordagem antropológica. Para ela, a alteridade surge como a consequência do ato de leitura, que se coloca como forma de contato cultural. Neste artigo, adotamos a perspectiva da autora como orientação teórica.

A partir de um estudo conduzido pela antropóloga Laura Bohannon, em que a universalidade dos temas presentes nas obras de Shakespeare foi posta à prova, Schwab (1996) trata dos múltiplos efeitos da leitura sob a ótica da alteridade cultural. Segundo ela, nunca se está exposto meramente aos fatos de um encontro cultural, mas às suas múltiplas refrações em narrativas que refletem relações formadas por expectativas específicas, preconceitos, desejos, necessidades e medos projetados no outro.

O ato da leitura, concebido como prática da alteridade e de contato cultural, deve ser visto como um exercício de negociação com o outro. Além disso, é importante considerar a opinião de Schwab (*ibidem*) no que diz respeito à questão da interpretação e do mecanismo exercido pelo leitor. Segundo a autora, é preciso ter em mente que existem normas internalizadas às quais se recorre ao interpretar uma narrativa e que estão diretamente ligadas ao contexto cultural. Assim, no ato da leitura exerce-se uma conexão entre a realidade cultural do sujeito e a do texto. Esse processo, destaca a autora, passa quase despercebido, pois o leitor pouco percebe – se é que chega a perceber – que é necessário que ele percorra tal caminho de negociação.

No ato de ler, o sujeito busca observar o outro dentro da cultura dele, e o que é constatado nesse exercício, o sujeito transpõe para a sua cultura e para si mesmo. Assim, uma das formas de entender ou avaliar o papel de uma obra literária na qualidade de exercício de alteridade dá-se através da observação da distância cultural entre o leitor e o texto. O dar-se conta dessa distância cultural seria um primeiro passo para entender a importância da intervenção cultural.

Além disso, não se pode ficar unicamente no campo da análise semântica ou temática de uma obra. Para compreender a importância do contato cultural, é necessário que a função estética e a forma do modo de apresentação e recepção da obra sejam levadas em conta (*ibidem*).

2.3 Estrutura Simbólica do Poder

Numa de suas principais obras, Harry Pross afirma que os pares acima-abaixo, dentro-fora e claro-escuro são pontos de partida para a produção de sentido humana. Para ele, o homem, via esses três eixos, compreende os fenômenos do mundo e vai atribuindo-lhes significado.

O semioticista chamou os três eixos de Estrutura Simbólica do Poder, mesmo nome do livro em que apresenta a teoria, datado de 1980.

A observação dos fenômenos organizados nos três eixos, Pross atribuiu principalmente à condição bípede do homem, que o coloca verticalmente em relação ao mundo que o cerca e às experiências pré-predicativas – expressão que o autor usou para categorizar as primeiras experiências do ser humano, quando, por exemplo, um bebê sai da barriga da mãe, abre os olhos e começa, num processo de imersão, a captar do ambiente, padrões de comportamento e classificação.

Outro conceito central na obra semioticista de Pross que reforça e evidencia a Estrutura Simbólica do Poder é a Teoria Relacional dos Signos. Para o autor, o que se chama de realidade e o que se considera como tal está repleto de coisas que estão em lugar de outras coisas diferentes do que elas são.

Segundo Pross (1980), o signo deve ser percebido sempre como uma relação onde estarão presentes o próprio signo, um meio e um sujeito interpretante. Os signos fazem parte do viver humano e é através deles que as relações sociais se constituem.

Inseridos numa espécie de catálogo e em constante relação com o ambiente em que estão imersos, os signos são interpretados pelos sujeitos através da Estrutura Simbólica do Poder, que se constitui nos eixos: acima-abaixo, dentro-fora, claro-escuro.

2.3.1 Eixo Acima-Abaixo

O *status* vertical do homem na sua relação com o horizonte trouxe-lhe o alto como símbolo, representado na sua grandeza pelo céu. Numa relação direta de submissão, abaixo do céu está localizada a terra. Partindo de si como referência, o homem vai,

simbolicamente, organizando os fenômenos de forma a posicioná-los e convencioná-los numa relação superior ou inferior a ele mesmo e seus dogmas.

Pode-se observar esta base signica em diversos conceitos enraizados na sociedade. Expressões como alto-clero e baixo-clero se originam dessa percepção. As religiões advindas da moral judaico-cristã, por exemplo, têm esse entendimento como doutrina. Para elas, existe um deus superior, representado pelos céus e um rival, que está abaixo da terra. Na linha do horizonte, encontram-se os homens, posicionados entre um polo e outro, podendo sucumbir à fatia de baixo se não forem obedientes às doutrinas do alto. Entre os dois polos, segundo Pross (1980), também existe uma forte relação de superioridade. A utilização dessa estrutura simbólica como elemento de produção de sentido dá ao emissor uma fórmula de direcionar sua produção de forma intencional, a fim de forçar determinada interpretação no sujeito receptor.

2.3.2 Eixo Dentro-Fora

O eixo dentro-fora está intimamente relacionado à busca por pertencimento do homem. E pode ser explicado baseado numa experiência pré-predicativa, que se repete ao longo da vida do indivíduo, pois ele sempre estará dentro-fora de casa, dentro-fora do ambiente familiar, dentro-fora de um grupo de pessoas, dentro-fora de uma normativa social. De acordo com Pross (1980), o sujeito não só se percebe nesse eixo, como percebe o outro baseado na sua posição em relação ao ambiente. Se ele, por exemplo, foi gerado numa família constituída por uma figura masculina representando o pai e uma figura feminina representando a mãe, constituições familiares diferentes dessa, na sua percepção primeira, estarão posicionadas no polo oposto, ou seja, do lado de fora daquilo que ele

reconhece como família. Regimes políticos e religiosos também se utilizam desse eixo para delimitar suas fronteiras e estabelecer a própria ordem.

O autor ainda sugere que, muitas vezes, quando os símbolos que dão o contraste ao eixo não existem, eles são forjados para que possam servir àqueles que desejam reafirmar suas forças através desses símbolos de poder. A cultura, nesse contexto, tem papel de fomentar e catalisar a existência desses polos, pois os sujeitos e as instituições se comunicam através deles. Por outro lado, esse ambiente sócio-histórico e cultural sofre a influência dos indivíduos e se autotransmuta.

2.3.3 Eixo Claro-Escuro

Segundo Pross (1980), “onde faltem os signos, nós imaginamos o nada. E onde parece haver o nada nos apressamos em colocar um signo de ordem”. Habitualmente, o escuro é associado ao nada, à ausência, à falta de luz. Outra vez, pode-se relacionar o eixo com o momento do parto. Quando um bebê nasce, a mãe o está dando à luz, desse modo afirmando sua existência. É a partir do ato simbólico de dar à luz que se inaugura a existência social daquele indivíduo. As religiões também se utilizam desses polos opostos quando contrastam o céu luminoso com a escuridão das trevas ou os raios de sol em contraste com o breu das profundezas das águas. Ainda, a contraposição de cores aparece na produção de ícones e imagens que têm por objetivo marcar a oposição de ideias em embates de grupos políticos e sociais.

3 ANÁLISE DO OBJETO

A trama de Coetzee circula em torno de um magistrado que vive e atua em uma cidade fronteira, distante e isolada de um império

inominado. O magistrado é responsável por manter o posto do império no povoado, mas perde o seu poder quando um exército, comandado pelo Coronel Joll, é enviado para proteger a cidade da invasão dos bárbaros. O protagonista desenvolve afeição por uma garota bárbara que teve o pai morto em um processo de interrogatório e tortura. Ao ajudar a garota a retornar para o convívio do seu povo, ele é visto pelo império como traidor, sendo acusado, preso e tratado como um bárbaro.

A obra está centrada na moral, na violência e nos limites da crueldade humana. A partir desses temas que permeiam a narrativa, o autor, ao mesmo tempo em que desafia o estado da humanidade e as práticas imperialistas, também instiga o leitor a refletir sobre a barbárie das civilizações. Quando situa a narrativa em torno da ameaça dos bárbaros e da sua subjugação frente às forças do Império, o autor traz à tona a questão da alteridade. Assim, fica evidenciada a teoria de Foucault, que considera o poder não como uma estrutura ou um sistema, mas como a nominação de uma estratégia que se impõe sobre uma sociedade, pelo discurso.

Características dos dois grupos aparecem ilustradas na obra. Os civilizados, aqueles que detêm o poder, são desenvolvidos, científica e materialmente, são organizados socialmente e possuem leis que os regulam. Existe um código de valores, uma consciência moral a ser seguida. O civilizado age para seguir o que foi estipulado socialmente como sendo ético e, portanto, aceitável.

Já os bárbaros são caracterizados como um povo primitivo, rudimentar, de feições feias e pessoas incapazes de entender a língua dos civilizados. Na obra, em nenhum momento a cultura e os costumes do povo bárbaro ganham destaque. Com esses fatos, pode-se fazer um paralelo com o sentido mais estrito de alteridade, abordado por Foucault em *A História da Loucura* (1997), na qual o

autor estudou o sujeito e sua relação com os outros, num processo de objetivação que resulta na divisão entre louco e são, doente e sadio.

No livro, para os civilizados, tratar o outro como ser menos evoluído, primitivo, atrasado, questionar suas atitudes, julgá-lo e torturá-lo recebe certa validação, como se tais atitudes fossem normais. O fato, a partir de uma observação via Estrutura Simbólica do Poder, evidencia-se ou justifica-se no eixo acima-abaixo, em que o civilizado está no polo de cima e impõe a sua existência na relação de subjugamento do outro, que é o povo bárbaro e que está no polo de baixo. A partir da figura do magistrado – o personagem que reflete sobre os atos cruéis do “homem civilizado” –, Coetzee abre os olhos do leitor, propiciando uma visão antropológica, como sugeriu Schwab (1996), que revela o modo como o homem de fato se porta e como ele está no mundo.

Ainda sob os mesmos aspectos, é possível retomar e relacionar o que Foucault nos traz sobre a tortura e o poder. A subjugação, fato marcado no livro de Coetzee, pode ser vista como uma forma de eliminar a humanidade do outro, diminuí-lo, mostrar quem tem poder e quem é oprimido. Na narrativa, também o magistrado percorre o caminho da desapropriação de sua própria humanidade, abandonando a vontade de ser: “O fluxo de acontecimentos do mundo exterior, a dimensão moral de minha dificuldade, se é disso que se trata, de uma dificuldade, até mesmo a perspectiva de me defender no tribunal, perderam todo interesse sob a pressão do apetite, das funções físicas e do tédio de viver uma hora após a outra” (COETZEE, 1980, p. 180). A experiência de aprisionamento causa a alienação sobre o que ocorre no mundo exterior, mas, seguindo o raciocínio de Foucault, seria a intensidade da dor da tortura que leva o sujeito a perder a habilidade de usar a linguagem e calar-se.

Na obra em questão, a representação do outro se personifica na garota bárbara. Através da voz do magistrado – a personagem da

garota tem pouquíssimas falas –, percebe-se o reforço das características atribuídas aos bárbaros. Coetzee não se detém simplesmente em descrever hábitos e características dos bárbaros; ao compor a personagem, ele traz o “ser o outro”, mais uma marca da alteridade, para o corpo da garota, que tem deformações e olhos que quase não conseguem ver, isto é, marcas irreversíveis, assim como a imutabilidade da sua condição. Nesses aspectos, percebe-se o eixo dentro-fora, proposto por Pross (1980), quando Coetzee realça as características da garota bárbara que a posicionam do lado de fora do que é ser um indivíduo civilizado, destacando o fato de que ela será bárbara para o resto de sua vida. Além disso, ao considerar que o homem civilizado foi o responsável pela deformação da garota, por meio da tortura, percebe-se uma analogia à ideia de que a definição do outro se dá a partir da definição de si. Nesse trecho, observa-se, mais uma vez, a existência de uma hierarquia de classes, tão forte a ponto de o indivíduo de uma das classes exercer domínio sobre o corpo e a mente do outro, marcando-o para sempre via atos de tortura. O sujeito pertencente ao eixo de cima consolida-se como tal a partir da reafirmação – física e visual – do outro no polo oposto. Ainda sobre o mesmo acontecimento, a partir da ótica do eixo dentro-fora, percebe-se uma necessidade de o indivíduo posicionado do lado de dentro de diferenciar-se daqueles que estão do lado de fora. Há um exagero disso quando na história, o Coronel Joll desenha a palavra “inimigo” nas costas sujas de terra dos prisioneiros bárbaros e os açoita até que a escrita seja apagada pelo sangue. A inscrição no outro ainda pode ser observada pelo que Foucault nos traz sobre o corpo se apresentar como um canal de comunicação, inserido no sistema de poder. A atitude do Coronel Joll não só reafirma a relação de poder instaurada como a publiciza e comunica aos demais. As marcas no corpo do outro servem de *outdoor* de promoção e afirmação da hierarquia de poder existente.

Imagem 1 - Capa do livro (Edição de 1980)



Fonte: Versão física da obra

Na capa do livro (imagem 1), há uma inversão da utilização do eixo dentro-fora na sua composição gráfica. A imagem que a ilustra, um pequeno recorte da obra "O Juízo Final", de Michelangelo, que pode ser observada a seguir, está com uma moldura fechada, o que sugere que o indivíduo revelado na imagem esteja do lado de dentro, mas no sentido de aprisionado, cercado, dando um limite para a sua existência. Na capa, de modo geral, pode-se perceber uma composição marcada por linhas e poucas cores. De acordo com

Ribeiro (2003), a disposição de uma linha num contexto gráfico já evoca sentimentos e o peso atribuído a ela também contribui para a significação. As linhas, segundo o autor, são formadas por uma sucessão de pontos e podem ser classificadas em três espécies – retas, curvas e quebradas. Para ele, linhas retas e com traço carregado como as que podem ser observadas na composição da capa do livro em questão, principalmente as que servem de moldura para a ilustração, transmitem a ideia de resolução e violência. Com isso, observa-se que a composição da capa também nos conta algo sobre a centralidade da temática da obra. E esse sentido se reafirma na escolha das cores e tipografia que compõe o *layout*. A cor preta, de acordo com Heller (2012), tendencia a atrair associações negativas, pois é a cor do pessimismo, da maldade e do luto. No contexto do livro, ainda ganha destaque o roxo, que é a cor difundida entre o vermelho e o azul. Ao misturar os dois, o roxo surge com significado de mistério e delicadeza. Mistério que envolve a ilustração que remete ao povo bárbaro e grifa a indicação de que a obra é um romance, bem como a frase de apoio que tenta resumir o livro e seu escritor – “Um grande autor sul-africano e sua alegoria da opressão”. Sobre a tipografia, para Ribeiro (2003), os caracteres têm ação psicológica, que varia de acordo com a sua forma fundamental e podem evocar sentimentos nos seus receptores. A fonte escolhida para graficamente significar o título da obra em análise não é serifada, o que aponta para algo que não é nobre, que não possui requinte. Além disso, é uma fonte grossa e disforme, que não passa uma sensação de alinhamento, também por não seguir o mesmo espaçamento entre os caracteres, contribuindo e reafirmando a ideia da obra – que está centrada na violência e que, como o próprio nome sugere, fala sobre os bárbaros e a barbárie.

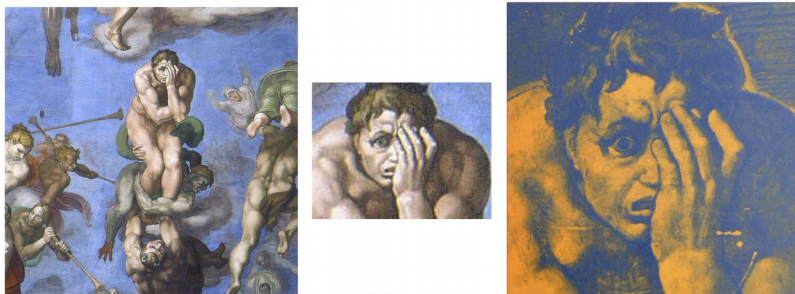
Imagem 02 - "O Juízo Final", de Michelangelo



Fonte: Google

Sobre a imagem que ilustra o objeto, outra observação possível é a comparação das cores e tonalidades da obra original e do recorte feito. No afresco de Michelangelo, prevalecem tons claros – terrosos e azulados; já na capa do livro, a saturação foi ampliada e, como um todo, a imagem ganhou tonalidade mais escura e sombria, que, retomando o que sugere Pross (1980), a aproxima do eixo escuro, habitualmente associado ao nada, à ausência, à falta de luz. Para o leitor, antes mesmo de iniciar a leitura, essa composição já revela o significado.

Ilustração 01 - Comparação de cores entre a obra de Michelangelo e a capa do livro de Coetzee



Fonte: Autores

O personagem do magistrado, central na narrativa, recolhe a garota da sua condição de pedinte, deixada para trás pelo seu povo após ter sido prisioneira do Coronel Joll. O seu relacionamento com ela é um tanto disfuncional. Ele sente uma atração pelo corpo deformado da garota, lava os seus pés, passa óleo em seu corpo. Pode-se interpretar o seu interesse como uma necessidade de entender quem é o outro, um dos aspectos centrais da alteridade. A vontade do magistrado de compreender e de se aproximar do outro é demonstrada na forma como ele age com relação à garota, na narrativa dos seus sonhos e no hábito de colecionar plaquinhas de madeira com inscrições em uma língua indecifrável, encontradas por ele em ruínas próximas ao vilarejo.

É possível fazer a aplicação da proposta de Schwab (1996) na leitura de *À Espera dos Bárbaros*, pois essa não permite que o seu apreciador fique simplesmente no campo do efeito estético e da experiência em si. Para além disso, a partir da apropriação da narrativa de Coetzee diversas implicações culturais surgem, constituindo-se assim, a partir das palavras de Schwab (1996), em

verdadeiras refrações de alteridade. Ademais, com o exercício experimental da leitura da obra, é possível perceber a validade do entendimento da autora que é de reconhecer o ato de ler como forma de contato cultural e prática da alteridade.

Na medida em que o homem existe em relação ao outro, é natural que desejemos conhecê-lo, entendê-lo e decifrá-lo. Na narrativa, considerando o eixo dentro-fora, a atitude do magistrado representa uma ameaça ao polo de dentro, pois ele apaixona-se pelo que está fora e começa a questionar as regras exercidas no lado de dentro. Segundo Pross (1980), a imagem escura do inimigo une um Estado e seus súditos. Assim, ter um símbolo exterior do inimigo é fundamental para aquela sociedade que deseja harmonia em seus assuntos internos. Quando o magistrado deixa de renegar o externo e passa a questionar o interno ele desestabiliza esse sistema, fazendo com que "os signos da imperfeição interna chamem a atenção" (*ibidem*, p. 63).

A obra *À Espera dos Bárbaros* proporciona ao leitor vivenciar o contato cultural duplamente: dentro e fora da narrativa. De um lado, temos a personagem principal do livro fazendo o exercício de percepção do outro e percorrendo uma trajetória que o conduz de uma condição de "ser" civilizado a uma condição de "ser" bárbaro. De outro, a experiência do próprio leitor em sua negociação pessoal com o outro a partir da obra, revelando verdadeiramente a experiência da leitura como contato cultural. Aqui, cabe destacar o afirmado por Schwab (1996) que uma das formas de entender ou avaliar o papel de uma obra literária como exercício de alteridade se dá através da observação da distância cultural entre o leitor e o texto. Para a autora, o dar-se conta dessa distância cultural seria um primeiro passo para entender a importância da intervenção cultural. A obra de Coetzee se presta a isso.

Conforme dito anteriormente, o homem vê o outro a partir da definição de si, mas a recíproca também é verdadeira: compreender o outro é compreender a si e saber que não se é o outro reafirma a situação de “estar no mundo”. Um indivíduo necessita do outro para justificar a sua existência. Konstantino Kaváfis ilustra tal ideia em seu poema, que leva o mesmo nome da narrativa de Coetzee.

Por que subitamente esta inquietude?
(Que seriedade nas fisionomias!)
Por que tão rápido as ruas se esvaziam
e todos voltam para casa preocupados?

Porque é já noite, os bárbaros não vêm
e gente recém-chegada das fronteiras
diz que não há mais bárbaros.

Sem bárbaros o que será de nós?
Ah! eles eram uma solução.
(KAVÁFIS, 2013)

Na obra de Coetzee, percebe-se uma crítica à aceitação passiva do homem com relação ao estado de desumanidade da civilização. O autor apresenta o magistrado como um personagem dotado de valores morais que não se permite fechar os olhos frente às práticas de tortura do império, e por isso ele é punido. Desta forma, a personagem, ao não aceitar a forma de agir do império, vai de civilizado a bárbaro, percorrendo o caminho irreversível que o transforma no outro.

Além disso, na teoria de Foucault o conhecimento é gerado pelo "Império", detentor do discurso que se impõe sobre a sociedade, e é, portanto, um produto do poder. No contexto de *A Espera dos Bárbaros* destaca-se, ainda, uma resistência ao poder, aparente na vontade do magistrado de desligar-se do império para auxiliar os bárbaros, que está

explícita no seguinte trecho: "Queria viver fora da história. Queria viver fora da história que o Império impõe a seus súditos, mesmo a seus súditos perdidos. Nunca desejei aos bárbaros que tivessem a história do Império pesando sobre eles. Como posso acreditar que isso seja motivo de vergonha?" (COETZEE, 1980, p. 314).

4 CONCLUSÃO

A narrativa *À Espera dos Bárbaros*, ao tocar em temas fundamentalmente presentes na sociedade atual, proporciona a base perfeita para que o modelo conceitual de Schwab (1996) seja estudado, a partir da perspectiva metodológica proposta por Pross (1980). Isso se dá porque a narrativa demonstra um processo de aproximação e distanciamento que resulta em uma percepção de quem é o outro e de como o sujeito transita na diferença que se apresenta entre ele e o *self*, assim, construindo o caminho da alteridade.

Além de ter uma personagem principal que vivencia a jornada de alteridade, a obra apresenta ao leitor a possibilidade de percorrer também esse caminho, aproximando-o da realidade apresentada na narrativa. O que ocorre, ao final, é a consolidação do que Schwab (1996) chama de ver a leitura como instrumento de contato cultural.

Schwab (1996) acredita que estamos dotados de padrões e formas internalizadas de perceber o outro que se formam culturalmente e que influenciam a nossa forma de ler. O que se fez neste artigo, considerando tal fato, foi unir a ideia da autora com os estudos de Pross (1980) e aspectos da alteridade presentes na obra de Foucault, buscando-se observar como se dá a percepção do outro via eixos de produção de sentido, isto é, a Estrutura Simbólica do Poder. A teoria de Pross foi utilizada para materializar o que propôs Schwab.

REFERÊNCIAS

COETZEE, John Maxwell. **À Espera dos Bárbaros**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FOUCAULT, Michael. **A História da Loucura na Idade Clássica**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **As Palavras e as Coisas**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

_____. **The History of Sexuality: an introduction**. Nova York: Knopf Doubleday, 2012.

HELLER, Eva. **A Psicologia das Cores: Como as cores afetam a emoção e a razão**. 2.ed. Barcelona, 2012.

KAVÁFIS, Konstantinos. **À Espera dos Bárbaros**. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/espera-dos-barbaros-poema/>. Último acesso: 24/08/2013.

LACAN, Jacques. The Mirror Stage as Formative of the Function of the I as Revealed in Psychoanalytic Experience. *In: Écrits*. A Selection, translated by Alan Sheridan. Nova York: W.W. Norton and Company, 1997.

MUCHAIL, Sara. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PROSS, Harry. **Estructura simbólica del poder**. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

RIBEIRO, Milton. **Planejamento Visual Gráfico**. 8.ed. Brasília: LGE, 2003.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SCHWAB, Gabriele. **The Mirror and the Killer-Queen:** otherness in literary language. Indianápolis: Indiana University Press, 1996.

WOLFGANG, Iser. **O Ato da Leitura:** Uma teoria do Efeito Estético. Vol. 1. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996.

WOLFGANG, Iser. **O Ato da Leitura:** Uma teoria do Efeito Estético. Vol. 2. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1999.

PENSAR UMA HISTÓRIA DO PRESENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA OLHAR O PAMPA GAÚCHO²³⁹

RENATA LOBATO SCHLEE²⁴⁰

PAULA HENNING²⁴¹

Resumo: A intenção deste trabalho é trazer o conceito de História em Michel Foucault e a partir disto discutir a fabricação de um sujeito que se constrói no Pampa. Percebe-se a história não somente com a ideia de passado. Entende-se o passado com os olhos do presente. Pensando assim, considera-se a busca pela história dos objetos do passado uma tentativa de compreender as condições de possibilidade que os produziram e levaram-nos a constituir o presente. Sem essa intenção, a história não tem razão de existir. Com esse olhar, traz-se algumas provocações a história que fabrica um gaúcho do Pampa do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina, delimitando esse pampa por suas demarcações geográficas. Não nos preocupamos com a origem mas em como esse sujeito se inventa e se produz nas tramas da história.

Palavras Chave: História do Presente; Sujeito; Pampa

Introdução

²³⁹ Pesquisa financiada pela CAPES e pelo CNPq.

²⁴⁰ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental – FURG / Integrante e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos em Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia GEECFAP – FURG / Bolsista CAPES. renataschlee@gmail.com

²⁴¹ Doutora em Educação pela UNISINOS/RS. Professora da Universidade Federal do Rio Grande - FURG / Líder do Grupo de Pesquisa Estudos em Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia GEECFAP – FURG. paula.c.henning@gmail.com

Pensar na História como algo para além do contínuo, do totalizante e do linear é nossa tentativa. Trazemos como uma das ferramentas analíticas utilizadas o conceito de uma História Arqueológica e uma História do Presente, em Michel Foucault, já antes também problematizado por Friedrich Nietzsche. Tentamos assim, o afastamento de uma história linear e totalizante. Buscamos ferramentas que ajudassem a entender a fabricação de um discurso de natureza no Pampa na contemporaneidade. Assim, procuramos entender como se constitui o sujeito pampeano e a relação entre cultura e natureza construída nessa territorialidade. Neste trabalho nos concentramos em suscitar reflexões sobre os ensinamentos para a produção de uma História do Presente no olhar para a constituição do Pampa e a fabricação do sujeito gaúcho. Destacamos que demarcamos o Pampa a partir de suas fronteiras geográfica, delimitando parte do Rio Grande do Sul, parte da Argentina e o Uruguai.

Para isso, nesse artigo inicialmente discutimos o conceito de história em Foucault, como ferramenta potente para entendermos a constituição do que somos. Logo após, pretendemos evidenciar alguns acontecimentos discursivos do Pampa gaúcho. Nos provocamos no entendimento de algumas condições de possibilidade para a fabricação de um discurso de sujeito gaúcho. Com isso, pretendemos provocar o pensamento e criar outros modos, na esteira de Foucault, de pensar a história.

A história como ferramenta para entendermos a constituição daquilo que somos

Como nos constituímos naquilo que somos? Pergunta foucaultiana, com assento nietzschiano. Para provocarmos-nos a respondê-la a história é uma importante ferramenta que nos ajuda a entender aquilo que somos e como chegamos a ser o que somos. É desse desejo – mais audacioso – que nasce esse texto.

No filósofo francês verificamos a história como eixo de suas pesquisas. É ela – a história – que auxilia a problematizar como as coisas chegam a ser o que são. No primeiro momento de seus estudos, a história é tomada enquanto escavação vertical do passado para entender os modos como os saberes se formam, se produzem e fabricam verdades no mundo ocidental moderno. Essa fase arqueológica se destaca por ser um tempo em que o filósofo se dedicou a uma extensa pesquisa sobre o homem e os saberes da modernidade. Interessa-se pela explicação das condições de possibilidade para ao nascimento e a transformação desses saberes que produzem os discursos sobre o homem. Tal história arqueológica foi de grande validade para que pudéssemos compreender a nossa constituição histórica como *sujeitos de conhecimento*. Interessando-se pelo conjunto de práticas discursivas, a Arqueologia escava, no nível do discurso, as regras de aparecimento, organização e transformação dos saberes.

O eixo epistemológico de Foucault, visível em seus trabalhos da década de 60, sofre uma modificação para o eixo genealógico, interessando-se por questões de ordem política. Na esfera de relações saber/poder, Foucault apresenta transformações metodológicas no trato de seus objetos de análise, porém, não abandona o projeto arqueológico, mas incorpora a genealogia nesse mesmo projeto. Passa a desenvolver pesquisas que privilegiam não somente o campo discursivo, mas também o campo extradiscursivo, aquele que se apresenta de diferentes modos nas práticas sociais, como modo de organização do espaço, do tempo, das práticas, das relações, não pressupondo necessariamente registros falados ou escritos. Assim, o discurso não diz respeito apenas ao universo das documentações e dos registros, que são apenas rastros, mas constitui-se de todas as manifestações expressivas que produzem a vida social. Os estudos versam sobre as relações entre os saberes e os poderes que vêm compondo as práticas discursivas e não discursivas.

Então, Foucault tem em suas obras uma forte contribuição de Nietzsche, preocupando-se com as relações de força que são responsáveis pelas interpretações, pelos sentidos que atribuímos às normas, às regras, à moral, rompendo com o entendimento de que tais questões têm um significado originário (FOUCAULT, 1990). Foucault aproxima-se de Nietzsche – que sempre esteve presente, de uma forma ou de outra em suas obras – e, faz dele um pensador que opera em seus textos, um pensador que forma, deforma, transforma seus dizeres. “Talvez Foucault encare Nietzsche menos como objeto de análise do que como instrumento; talvez se relacione com ele menos como o comentador com seu *interpretandum* do que como o pensador com sua caixa de ferramentas” (MARTON, 2001, p.210) [grifo nosso].

Aprendendo com Nietzsche, Foucault transvalora todos os valores e rompe com a história linear no caminho de uma história genealógica. E é precisamente aqui que o filósofo tem um lugar privilegiado no pensamento de Foucault.

Escapando da origem primeira da história, Foucault nos convida a entendê-la como documentária, mas não de uma forma linear, cronológica. Sendo embaralhada, riscada, reescrita essa história, “exige paciência”. A história está aí não para cultivar e cultuar ídolos e deuses. Ao contrário, ela é uma das ferramentas para “rir da solenidade das origens” (FOUCAULT, 1990, p. 18). Desmontando uma história das origens, da Verdade, eles nos ensinaram – Nietzsche e Foucault – a olhar os acidentes, os percalços, os desvios, as recorrências e as dispersões dos acontecimentos. Uma história que diz muito de nós, dos nossos olhares sobre os objetos que criamos, das coisas que pensamos, das práticas que efetuamos. Assim, dão as costas à essência das coisas, pouco se interessam com os fatos, a *Verdade verdadeira* da história. E isso por quê? Porque não acreditam na existência dela. Em suma, não acreditam na origem. Eis como Foucault analisa Nietzsche, seu inspirador:

Por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem (Ursprung)? Porque, primeiramente, a pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, accidental, sucessivo. Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tornar por accidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira (FOUCAULT, 1990, p. 17) [grifos do autor].

Rompendo com a história da origem, Foucault aproxima-se de Nietzsche para compor uma história das margens, dos desvios, dos acasos. Essa é a história do presente, a história da proveniência e da emergência. Uma história que pensa nas singularidades, nas dispersões, nos acidentes, “na singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona” (FOUCAULT, 1990, p.15).

Com a aproximação nietzscheana, Foucault quer entender a emergência das formas de saber e suas relações com o poder. A história continua pertencendo ao projeto de Foucault, uma história que busca as condições de possibilidade para emergência dos saberes, mas também busca os cruzamentos com a questão do poder. Uma história que demarca “os acidentes, os ínfimos desvios – ou, ao contrário, as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós” (FOUCAULT, 1990, p.21).

A história do presente não é tarefa fácil, já que é necessária a ruptura com uma história da origem, de um traçado já previamente delimitado, de uma previsão já tida antes de iniciar o percurso sobre a

constituição dos saberes. De todo modo, o contar dessa história torna-se algo desafiador para o arqueólogo, na medida em que a análise sobre os saberes não é quadriculada, sem uma previsão de aonde e como chegar. A análise sobre os saberes é enfim, um espaço em branco.

O que até então velava pela segurança do historiador e acompanhava até o crepúsculo (o destino da racionalidade e da teleologia das ciências, o longo trabalho contínuo do pensamento através do tempo, o despertar e o progresso da consciência, sua perpétua retomada por si mesma, o movimento inacabado mas ininterrupto das totalizações, o retorno a uma origem sempre aberta e, finalmente, a temática histórico-transcendental), tudo isso não corre o risco de desaparecer, liberando à análise um espaço aberto, indiferente, sem interioridade nem promessa (FOUCAULT, 2002, p. 45)

Assim, as contradições não são nessa história tomadas como problemáticas, devendo-se buscar o espaço do consenso, numa figura global e uniforme. As contradições aqui são bem-vindas, busca-se descrever – e não apagar – os “espaços de dissensão” (FOUCAULT, 2002, p.175). Espaços múltiplos, simultaneidade, ponto constituinte dos saberes são alguns elementos necessários para pensar a história a partir dos instrumentos foucaultianos. Com isso, a busca dessa história é por um efeito multiplicador. Não se pretende esgotar a história dos saberes sobre o homem a partir de uma análise arqueológica ou as relações de poder na constituição de saberes a partir de uma análise genealógica. Existe um emaranhado de discursos em que é possível pensar numa diversidade de cruzamentos.

Diante disso, o entendimento de Foucault sobre acontecimentos diz muito ao se buscar uma História do Presente. Eles são as cesuras que rompem com as séries discursivas. Longe de compreender a história como casualidade, como linear, ela deve ser compreendida como

atravessamentos que nos constituem – e nós as constituímos também – no mundo atual. Assim, interessa, por exemplo, olhar a história do Pampa e entender como se constitui o sujeito pampeano nos perguntando, que história vem constituindo esse espaço-tempo? Que discursos temos aí fabricados?

A história, como praticada hoje, não desvia dos acontecimentos; ao contrário, alarga sem cessar o campo dos mesmos; neles descobre, sem cessar, novas camadas, mais superficiais ou mais profundas; isola sempre novos conjuntos onde eles são, às vezes, numerosos, raros e decisivos: das variações cotidianas de preço chega-se às inflações seculares (FOUCAULT, 2004, p. 55).

Contar os movimentos da história sem buscar o retorno à origem como sustento primeiro do estudo é tarefa difícil para nós que fomos acostumados a olhar para a história como linear e milimetricamente contada. A concepção de história como trama demarca, ainda, o entendimento de recorte de fatos que suscitam a atenção do historiador. Um fato não é por si interessante, o que o torna interessante é o olhar e a atenção dada por quem escreve essa história. A história é então, seletiva e classificatória, já que a rota traçada por ela, os fatos contados ou não são produzidos por quem narra essa história. O caminho seguido não é a verdade, mas a produção de um discurso que classifica, seleciona e normaliza a história, dando voz a alguns fatos e silenciando outros. O sentido da história não é dado pelos fatos, mas pelos discursos que se constituem ao narrar a trama produzida pelo historiador. A história é, enfim, uma luta pela verdade, uma narrativa que conta acontecimentos, fatos, tramas marcadas e selecionadas pela ótica do historiador. Assim, nos ensinou Foucault: “A história não tem sentido, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas” (2002, p. 05) [grifo do autor].

Tais lutas, estratégias e táticas que anuncia Foucault colocam-nos a pensar acerca da história como uma narrativa contada a partir dos óculos que se põem ao olhar os acontecimentos. O que existe são as interpretações, sempre provisórias, parciais e, fundamentalmente, constitutivas de um dado momento histórico, dentro de um regime de verdade que faz com que algumas coisas sejam verdadeiras e outras falsas. Assim, pensamos no Pampa e seu expoente cultural mais característico, o gaúcho. Que correlação de forças são estabelecidas para tomarmos esse sujeito e não outro como distintivo nessa territorialidade?

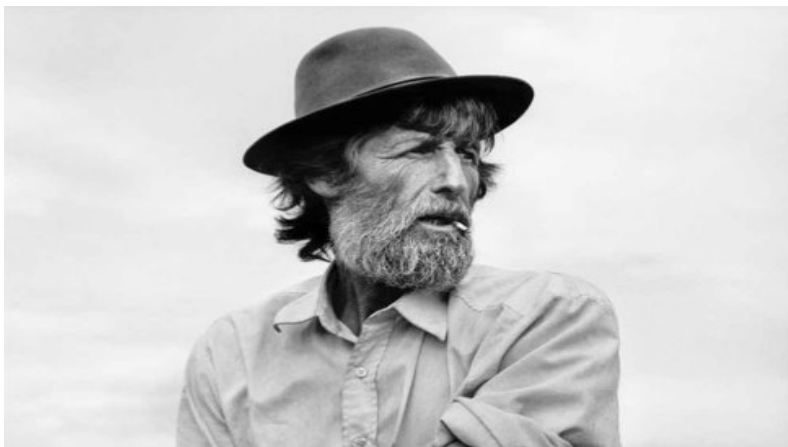
A pretensão dessa história do presente versa a partir da interrogação diante dos discursos e práticas ditos. A preocupação não é com o que está por trás desse discurso. O estudo da história não é, enfim, a base do iceberg (VEYNE, 1998). Não se pensa, aliás, não se acredita ou sequer se suspeita, de que os discursos ditos não são bem esses ou que não foi exatamente isso que se queria dizer. Não há nada oculto. Há práticas e discursos que vão constituindo os objetos dos quais falam. Assim, bem retrata Paul Veyne:

A história-genealogia a Foucault preenche, pois, completamente o programa da história tradicional; não deixa de lado a sociedade, a economia, etc, mas estrutura essa matéria de outra maneira: não os séculos, os povos nem as civilizações, mas as práticas; as tramas que ela narra são a história das práticas em que homens enxergaram verdades e das suas lutas em torno dessas verdades. Esse novo modelo de história, essa arqueologia, como chama seu inventor [...] não se especializa na prática, no discurso, na parte imersa do iceberg, ou antes, a parte oculta do discurso e da prática é inseparável da parte emersa (VEYNE, 1998, p. 280).

A história do presente possibilita a mudança de foco da história: de uma visão essencialmente explicativa, busca as condições de possibilidade que constituem determinados discursos em determinado

momento. Olha-se para a história, enfim, para compreensão do pensamento, para pensar sobre o dito, o escrito, o feito, o inventado, o produzido. Olha-se para ela para pensar sobre as condições de possibilidade que tornam possível a existência de determinados acontecimentos. Que condições de possibilidade de espaço e tempo foram sendo tecidas para se pensar dessa forma e não de outra no campo dos saberes em dado momento? Como a história do pampa fabrica um certo modo de ser gaúcho? Como esses acontecimentos nos fabricam enquanto sujeitos na atualidade? Provocações como essas movem a pesquisa em andamento, provocando modos de ver e ler o Pampa com outras lentes. Menos tradicionais? Talvez.... Certamente, mais aliadas aquilo que Foucault nos provoca a fazer: pensar o pensamento, criando fissuras em nossas mais sólidas verdades pampeanas.... Esse é o nosso desejo.

Uma história do Pampa vista de baixo



Luis Fabini©

Mientras compartía un mate con un gaucho viejo,
le pregunté: "¿Qué es el gaucho?"
Después de un largo silencio, respondió:
"El gaucho es el terrón que pisa".

Fonte: Página do Fotógrafo LUIS FABINI no Facebook

Nos lançamos na história do Pampa e sua figura mais enaltecida, o gaúcho. Pensar esse sujeito e sua constituição, sua fabricação, seu caráter contingente. Pensar nos processos de objetivação e subjetivação que concorrem na construção desse sujeito. Há, no Pampa, esse sujeito que se reconhece como gaúcho e que se construiu e se constrói nas tramas da história.

Na imagem acima temos uma fotografia e uma legenda. Nos apresenta um homem como sendo um *gaucho*. Uma fotografia que faz uma representação desse sujeito. É uma fotografia atual e foi Fabini, o fotógrafo quem fez a pergunta colocada na legenda. O sujeito é representado pelo fotógrafo como um gaúcho. Este sujeito, sentindo-se na condição de gaúcho, quando perguntado, diz o que é ser gaúcho. A resposta é curta. E nos direciona a pensar na terra, no espaço que esse sujeito habita e fabrica historicamente. Espaço identificado como terra, campo, pampa e que assume para esse sujeito um papel definidor de seu próprio entendimento de si. A foto nos parece emblemática. O gaúcho representado é uma figura masculina, usando camisa, chapéu, olhando ao longe... alguém que fala de si associando-se a terra que pisa. Como se constrói essa relação? Como se constrói essa formação cultural no Pampa? São indagações que nos fazem buscar, através da história, as forças que estiveram ou estão em jogo na formação dessa terra, o Pampa e dessa figura cultural, o gaúcho.

Vemos como importante, esclarecer que o que chamamos de sujeito é o resultado de um processo de produção cultural e social. Assim, pensamos que o sujeito se inventa, considerando os ensinamentos de Foucault (1995) onde nos apresenta o sujeito como aquele que é preso à sua própria identidade pelos saberes, por uma consciência ou autoconhecimento. O autor reflete sobre as formas de poder que objetivam o sujeito, as dimensões em que se apresentam as relações de

poder. Investigando sobre as relações entre a racionalização e o poder ele nos diz que o indivíduo traça uma batalha constante:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso a sua própria identidade por uma consciência por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 1995, p.235).

É nessa batalha de como se exerce o poder, na produtividade disto e no cruzamento ou atravessamento com a materialidade dos fatos que aí se colocam que buscamos refletir e entender esse sujeito gaúcho e sua história no Pampa.

Quando nos voltamos aos documentos históricos do Pampa, notamos a figura central que o gaúcho recebe em muitos trabalhos. É Assunção que nos chama atenção inicialmente, dizendo,

El nacimiento del gaucho está condicionado por una cultura augural, consecuencia de un habitat, conjunción de grupos étnicos nativos, características de la colonización europea (hispana y portuguesa), razones geopolíticas, y otros varios etcéteras, que irán surgiendo claramente a lo largo de este trabajo, pero, por sobre todo, consecuencia de la introducción de los ganados mayores, que se volvieron cimarrones o alzados, en unos territorios semi vacíos y cuasi marginales o fronterizos, e introducidos antes del hombre, es decir antes de la efectiva colonización de esas tierras. Y es esta cultura augural la que transforma al colono, hispano o portugués, a sus hijos criollos, a muchos de los indígenas, y a otros tantos

hombres de los más diversos orígenes, que se integran al habitat, habitat que resulta centro geográfico de esa misma cultura, em elementos aparentemente negativos para las rígidas estructuras coloniales, pero social e economicamente imprescindibles para las mismas y, especialmente, los hace protagonistas, verdadeiros ejes motores, de esa misma cultura y de esa sociedade, que debiendo amarlos y preferirlos, los negó hasta el enronquecimiento, cometendo el pecado de Pedro. (1978, p. 16)

Assunção se concentra no nascimento dessa figura cultural a vai apresentando as condições em que isto acontece ao longo dos séculos, a partir do XVI. Se olharmos a história do Pampa, através da obra citada, veremos o enaltecimento da figura do gaúcho. Mas ressaltamos que para o olhar histórico que aqui pretendemos, fazemos nossas as palavras de Foucault esclarecendo sobre a perspectiva do entendimento da história pela genealogia, quando há

[...] um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda a finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram [...] (1990, p. 15).

Assim, não existe a preocupação com a origem, não buscamos um gaúcho em sua essência, mas um sujeito que estará sempre asujeitado, sempre travando lutas de ordem da subjetividade. Muito embora o gaúcho, hoje, seja essa figura destacada culturalmente no Pampa, essa mesma figura foi marginalizada e negada muitas vezes. Hoje, temos o gaúcho nas grandes mídias, temos o gaúcho em várias práticas culturais sendo valorizado e colocado como o representante do Pampa. O gaúcho,

de início, foi fortemente relacionado a introdução do gado vacum²⁴² nesta região. Uma pessoa que possui características étnicas miscigenadas em função da colonização e dos povos que primeiramente viviam no Pampa. Mas notamos, que durante o processo de colonização ibérica no Pampa, esse sujeito foi bastante marginalizado, muito embora cumprisse um papel definidor na economia pastoril da época. Era a figura errante que adentrava campo afora buscado o gado, optando pelo campo e se aproximando das populações indígenas. Sem lugar fixo, foi forjando-se nas imensidões do Pampa aprendendo a lidar e enfrentar esse espaço.

Com Estrada, ressaltamos as dificuldades, amarguras e diversidades desses tempos. Caracterizando o ambiente, o autor mostra a figura do gaúcho como aquele que se posiciona enquanto paisagem campeira, aquele que opta pelo campo, conhecendo suas leis e procurando ficar distante das leis da cidade que desprezava.

Era un Quijote de regreso, vencido, el andrajo de un sueño ridículo. Se llenó de orgullo; prefirió levantarse contra la justicia que le negaba la propiedad y no la posesión de lo que bien podría ser suyo con arreglo a las leyes de la Naturaleza, que conocían a fondo el curandero, el baquiano y el caudillo. Como el caballero, alistó la turba en la llanura y fue el castellano en su rancho; alzó la tropa del ganado y se enfrentó contra el terrateniente, contra el hombre desconocido de la ciudad. Ya se disoció el espíritu del campo, el federal, el bárbaro, del espíritu de la ciudad, el unitario, el monárquico, reuniendo en torno de sus imanes las limaduras de intereses dispersos. Prefirió vivir en la vastedad de ese dominio sin capitular, sin someterse al arbitrio del otro advenedizo; amasó su conciencia con el paisaje, renegó de toda tradición y de ahí resultó el gaucho, el señor hambriento, el hombre de la tropa ignorante, proseguidor inarmónico de un sueño

²⁴² Vacum – designação para vacas, bois, carneiros. Animais de origem bovina.

frustrado. En la soledad llegó a considerarse un despojado, una víctima de la injusticia del código y del tribunal distante. Estaba haciendo causa común con el indio, al que siguió mirando con encono y desprecio de bastardo. (1996, p.26)

Um bastardo, como apresenta Estrada, fazia causa comum com aqueles renegados de um ambiente turbulento. Processo de colonização, disputas entre Coroados, disputas com os indígenas, primórdios de uma economia gadeira e extrativista, a fisionomia de um ambiente a descobrir e fixar-se. Incertezas, medos, disputas, conquistas, relações e câmbios. Trocas afetivas. Disputas políticas. Na política das relações, a consolidação dos saberes e constituição de poderes. Uma natureza a desbravar-se e a transformar-se em pradaria pelo colonizador. Esse gaúcho que vai se forjando e optando pelo campo, *campo afora* se lança para preia (captura) do gado xucro (primeiramente), era um errante atrás de gado a aprisionar. Todas as adversidades ambientais eram enfrentadas muitas vezes sozinho e tendo o cavalo como parceira. Vivía no campo sem fixar-se. A partir do século XVIII com o surgimento das primeiras vacarias e depois com as estâncias o gaúcho continuará diretamente na lida do gado, como continuará a margem das decisões coloniais. Torna-se importante figura no funcionamento da economia da região, mas sempre desprestigiado socialmente. É no campo que se configura como caçador ou tropeiro, aquele que enfrentava a natureza e vivia nela de forma rude. Errante como o índio e miscigenando com esses.

Será com o processo de cercamento dos campos depois de 1870 que o sujeito gaúcho se provocará em achar um novo lugar no contexto do Pampa. Nas relações de poder colocadas pelas novas forças produtivas que surgem como os estancieiros, charqueadores e comerciantes locais, o gaúcho errante e tropeiro vai perdendo seu espaço aberto e livre. É incorporado como peão nessa nova estrutura fundiária, ou seguirá

marginal, ocupando terras em disputa, ou ainda, procurando e ocupando o meio urbano.

Os traços culturais desse sujeito campeiro, dominador dos campos, domador dos cavalos, esperto no trato com o gado e pronto a enfrentar as adversidades da vida rural ainda são fortes e marcantes nos dias atuais. A relação com a terra (o campo) marca esse sujeito como no dito que o fotógrafo Fabini nos proporciona na página de seu livro citado no início deste texto. Golin (2004) discute o quanto a passagem de uma figura marginalizada à figura romântica e desejada tem raízes em modelos românticos europeus que inspiraram personagens na literatura do pampa assim como, no mito criado pelos centros de tradição gaúcha.

Contudo, desde os primórdios que marcam o surgimento cultural do gaúcho até hoje, vemos muito associada a figura desse ser com uma caracterização de natureza ligada ao campo e os animais que estão mais próximos dele. Mesmo quando partimos do olhar crítico de Golin (2004) e observamos esse sujeito no atravessamento atual entre o urbano e rural, temos uma figura que vai se construindo sempre na idealização de um campo desejado e perdido, na figura de um gaúcho herói de batalhas e desbravador da natureza.

É desta forma que tentamos compreender o presente, indo para história. O sujeito gaúcho se constitui e constrói seu ambiente, atravessado pelas condições de possibilidade de seu próprio tempo. Como um ser que se fabrica e é fabricado ao mesmo tempo. É preciso visitar essa expressão cultural em seu passado histórico com o olhar atento do presente. Como o gaúcho tornou-se o que é? Sobre os olhos da história, entender a constituição desse sujeito e o discurso de natureza construído por ele, evidenciando os modos em que esse sujeito do Pampa constitui o que entende e percebe por natureza, entrelaçando passado e presente.



Fonte: Página do Artes do A'Uwe no site <http://amoesauwe.blogspot.com.br/2011/12/obras-de-jean-baptiste-debret.html#.VzoGafkrJD8> (Acesso em 05/5/2016)

A imagem acima de Debret (2016), pintor francês datada da primeira metade do século XIX, nos traz o gaúcho em seu cavalo, sua montaria, na lida com o gado, no seu aprisionamento e coureamento. Mais de um século depois temos a fotografia de Zé Paiva (2008, p. 140 e 141) que também identifica o gaúcho como o ser no campo, no seu cavalo na lida com o gado.



Um expoente cultural que se atualiza. E podemos perguntar, como essa forma de ser e estar gaúcho que vai se atualizando no tempo, percebe e constrói um discurso de natureza? Buscamos o caráter construído, contingente, não transcendental do sujeito que vive no Pampa e fabrica esse discurso de natureza, entendendo que ao mesmo tempo, esse sujeito se constrói nesse processo. Esse discurso de natureza que sujeita o sujeito, mas que ao mesmo tempo é construído por ele pode ser colocado em suspenso. Pois os discursos são invenções e como invenções se estabelecem em regimes de verdade. Regimes de verdade enquanto fabricação cultural. A verdade pode ser vista como um produto de relações de força, jogos de verdade em que algumas são dadas como corretas. E voltando ao que foi colocado no início deste texto, tentamos entender algumas verdades produzidas historicamente sobre o Pampa e seu sujeito cultural, o gaúcho. Como esse sujeito pampeano se produz, se percebe na atualidade, se constitui na história do Pampa? Que verdades vai tomando como legítimas nessa construção histórica?

É com Foucault (2002) que buscamos o entendimento de verdade, pois esse autor transporta para o sentido de invenção aquilo que se tinha

por origem. Ou seja, passamos a encarar a verdade como possibilidade de invenção que pode ser evidenciada pelo olhar da história do presente.

Não buscamos na história do Pampa do RS, Uruguai e Argentina a verdade absoluta, mas *as* verdades sobre sua própria condição de sujeito, de história pampeana, de natureza inventadas, fabricadas, narradas. Verdades assumidas como legítimas pelo sujeito pampeano nesse espaço específico: o Pampa.

Concluindo, temos o sujeito pampeano, o gaúcho, como é um sujeito discursivamente construído, sendo um resultado, um produto cultural. Nos lançamos em sua história numa perspectiva que entrelaçasse saberes e poderes e evidenciasse sua própria fabricação enquanto sujeito, e que pudesse colocar em suspeito a sua história no Pampa e em como esse sujeito inventa um discurso de natureza. Trazendo a história, tentamos estabelecer possíveis articulações para pensar a relação entre cultura e natureza. Muito a estamos por problematizar, no entanto, estes são os primeiros contornos de uma história que pretende provocar as verdades pampeanas estabelecidas. Provocar as certezas e a *essência* gaúcha é um dos objetivos desse estudo. Foucault, como tentamos evidenciar, ainda tem muito a nos ensinar...

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, F. El Gaucho. Montevideo. Direccion General de Extension y Ediciones. 1978.

DEBRET, J. Disponível em:

<http://amoesauwe.blogspot.com.br/2011/12/obras-de-jean-baptiste-debret.html#.VzoGafkrJD8> (Acesso em 05/5/2016)

ESTRADA, E.M. Radiografia de la Pampa. Ed. Allca. 1996.

FABINI, L. Disponível em:

<https://www.facebook.com/luisfabiniphotographer/?fref=ts> (acesso em 28/4/2016)

FOUCAULT, Michel. Nietzsche: a Genealogia e a história. In.:

_____. Microfísica do poder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. O Sujeito e o Poder. Apêndice da 2ª edição. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In.: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

_____. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2002.

_____. A Ordem do Discurso. São Paulo. Loyola, 2004

GOLIN, T. Identidades, questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo. Méritos, 2004.

MARTON, S. Extravagâncias: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche. São Paulo. UNIJUÍ, 2001.

PAIVA, Zé. Expedição Natureza Gaúcha. São Paulo, Metalivros, 2008.

VEYNE, P. Como se Escreve a História e Foucault revoluciona a História. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1998.

A GOVERNAMENTALIDADE E OS DIREITOS DOS GOVERNADOS EM MICHEL FOUCAULT

RODRIGO DIAZ DE VIVAR Y SOLER²⁴³

LEONARDO KROLIKOWSKI FERREIRA²⁴⁴

Resumo: Apresentamos nesse ensaio as considerações iniciais acerca da correlação entre uma história política da governamentalidade e os direitos dos governados em Michel Foucault. Ao revisitar seu curso intitulado *Segurança, Território, População* podemos encontrar os apontamentos genealógicos por meio do qual Foucault elabora uma leitura sobre a formação na nossa sociedade ocidental do que ele mesmo chama de poder pastoral, uma forma específica de gestão da vida mediada pela noção de governo dos seres viventes que a partir do século XIV se converte na formação da governamentalidade, uma forma de se proceder o governo pela vida a partir da administração das condutas. Observa-se que na realidade o interesse de Foucault parece ser bem claro. Não se trata somente de posicionar o pensamento crítico a favor de uma leitura histórica sobre as práticas revolucionárias e seus interesses políticos ou econômicos. Paralelo a esse modelo, sua análise genealógica contextualiza no interior das formas de governamentalidade os elementos possíveis para uma contextualização das insurreições provenientes dos direitos dos governados compreendidos como desdobramentos de práticas de liberdade que obtivam elaborar outras formas de vida ou pensar outras formas de governo.

Palavras-chave: Michel Foucault; Governamentalidade; Direitos dos Governados.

²⁴³ Bacharel em Psicologia pela UNESC; Mestre em Psicologia pela UFSC; Doutorando em Filosofia pela UNISINOS; Professor do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina. E-mail: diazsoler@gmail.com

²⁴⁴ Bacharel em Psicologia pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. Email: lfrolikowski@gmail.com

De acordo com o filósofo argentino Thomas Abraham (2003) a publicação, por parte de Foucault (2015/2014) dos livros *Vigiar e Punir* e *A Vontade de Saber* significou a emergência de um acontecimento filosófico, uma vez que no limiar de intensidade que acometeu a sociedade ocidental a partir da segunda metade do século XX através da intensidade de experiências como as do Maio de 68, a Guerra do Vietnã, as lutas pela independência nas colônias na Ásia e na África e o contexto ditatorial da América Latina são testemunhas de uma nova *raison d'être* para a atividade intelectual, uma vez que o grande mérito de Foucault foi o modo singular de promover um olhar sobre a problemática do poder, nem pelos moldes de uma tradição liberalista nem pela perspectiva descritiva das superestruturas marxianas. No caso do instigante pensamento foucaultiano, tratava-se de investir na formação de uma fissura nos campos do saber ao propor uma analítica do poder muito mais pulverizada e capilar. Nesse sentido, não estava em jogo para ele a legitimidade ou não do Estado democrático de direito, nem tampouco o papel das estruturas ideológicas pelas quais os indivíduos eram forçosamente interpelados a se posicionarem como sujeitos. O problema consistia em pensar as estratégias pelas quais os múltiplos dispositivos desdobravam-se perante os regimes disciplinares interessados em administrar os corpos aparelhando-os através da sujeição.

Estávamos, portanto não mais sufocados somente pelas veias repressivas do poder, mas também nos encontrávamos afetados diretamente pela porosidade dos jogos de disciplinarização, bem como pela proliferação dos procedimentos de normalização e pela intensificação das estratégias de vigilância.

Deste modo, é interessante observarmos, de acordo com Foucault (2014) que em primeiro lugar, diferentemente das habituais análises sociológicas ou políticas existentes até então, o poder se exerce na

modernidade a partir da multiplicidade tendo seu modo de operatividade inscrito na produção sistemática de um corpo normativo e domesticado, bem como a tese de que toda prática de poder é intencional uma vez que seus efeitos ocorrem no campo da objetivação do sujeito. Finalmente, toda prática de poder implica na elaboração de estratégias de resistência.

Para Foucault (2014), portanto, uma das características mais importantes da analítica do poder disciplinar consiste na formulação da tese de que o poder produz efeitos ou formas de individuação. Nesse sentido, seria correto afirmar que a liberdade – compreendida como um tema caro a todas as ideologias revolucionárias – seria no caso das políticas de identidade um projeto utópico, uma vez que a multiplicidade dos dispositivos seria capaz de sempre capturá-la convertendo-a em outra forma de controle e impondo-lhe uma norma referendada pela perspectiva da individualidade.

Essa constatação empreendida por Foucault (2014) desdobra seu efeito sobre as estratégias de resistência perante os acossamentos do poder. Contudo, tais estratégias precisam ser compreendidas com algumas ressalvas. Em primeiro lugar, deve-se problematizar a posição de certos grupos que, ao reivindicarem a estruturação de novas políticas de identidade não fazem mais do que produzir novas formas de controle. Da mesma maneira, deve-se perceber que a própria noção de resistência se coloca como um empecilho aos processos de subjetivação justamente porque deve-se perguntar: *qual devir emergirá no embate entre as forças?* Em *A Vida dos Homens Infames* Foucault procura deixar claro sua preocupação ao afirmar que:

Alguém me dirá: isto é bem próprio de você, sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer.

Podemos ler nas entrelinhas dessa fala um desabafo realizado por Foucault. Desabafo inscrito nas suas próprias tentativas frustradas de aproximação com alguns movimentos sociais ainda na década de 70 como, por exemplo, a experiência do G.I.P. Sempre o poder sendo posto e afirmado como o fim último de todas as coisas, um dispositivo que logo converte as lutas sociais em novas formas de captura das estratégias de saber-poder.

Embora deva-se admitir a genialidade dos estudos foucaultiano sobre a analítica do poder, deve-se ressaltar que esses mesmos estudos colocavam limites tanto teóricos quanto práticos para uma leitura em torno não somente dos processos de objetivação da captura do sujeito pelos discursos e pelos jogos de objetivação, mas principalmente por um possível desenho sobre os processos de subjetivação como possibilidade imediata de ultrapassagem da fina película de composição dos dispositivos, deslocando o efeito da prática do poder de um ponto de vista político, para situá-lo no contexto das formas de governo.

É em meio a esse diagnóstico que Foucault (2011) irá elaborar o conceito de governamentalidade que, apresenta-se como um deslocamento metodológico da leitura disciplinar do poder, para uma análise genealógica das formas de governo presentes na nossa sociedade ocidental. Segundo Foucault (2011, p. 155) por governamentalidade deve-se compreender que:

Supondo-se, portanto, que “governar” não seja a mesma coisa que “reinar”, não seja a mesma coisa que “comandar” ou “fazer a lei”, supondo-se que governar não seja a mesma coisa que ser soberano, ser soberano, ser senhor, ser juiz, ser general, ser proprietário, ser mestre-escola, ser professor; supondo-se, portanto que haja uma especificidade do que é governar, seria preciso saber agora qual é o tipo de poder que essa noção abarca. Ou seja, analisar as relações de poder que são visadas no

século XVI nessas artes de governar que lhes falei, que são igualmente visadas na teoria e na prática mercantilistas do século XVII; enfim que são visadas – e que chegam então a certo limiar, como disse da última vez, se bem me lembro, de ciência, creio que a palavra é totalmente inadequada e catastrófica, digamos a um certo nível de competência política -, que são visadas *grosso modo*, na doutrina fisiocrática do “governo econômico”.

Conforme as palavras de Foucault (2011) indicam por governamentalidade, ele não entende a perspectiva econômica ou jurídica das matrizes de governo, mas sim a formação das múltiplas artes de governar articuladas com as formas ou regimes de verdade os quais emergem formas de subjetivação. É nesse contexto que Foucault irá compreender a construção de uma história política sobre a governamentalidade a partir da elaboração de um estudo sobre a nebulosa relação entre o Estado e a população, não a nível de uma sociologia jurídica, isto é, nas formas razoáveis presentes e reconhecidas pelas instituições criadas com a finalidade de controlar a população como a Polícia e a Escola, por exemplo. Muito menos trata-se de confundi-la com uma espécie de olhar dialético sobre as estruturas do planejamento econômico desenvolvido pelo governo em relação a sua população. Uma história da governamentalidade seria o estudo sistemático sobre as condições de possibilidade da articulação entre a formação do Estado como governo dos seres vivos e a emergência do aparato institucional proveniente da biopolítica.

Mas, as perguntas que poderiam ser feitas são: qual a relação dessa governamentalidade com a analítica do poder? Os estudos sobre a governamentalidade representam uma ruptura ou um deslocamento dessa analítica?

A resposta plausível para esses questionamentos recai sobre a possibilidade de pensarmos uma articulação entre as estratégias de

poder e a governamentalidade. Nesse sentido, os estudos foucaultianos sobre a governamentalidade seriam uma espécie de análise exterior ao Estado no sentido de se perguntarem não pela legitimidade de seus aparatos legais, mas sim porque se debruçam sobre as tecnologias de governo, ou melhor, os modos pelos quais na nossa sociedade, o exercício de governo se assemelha a uma arte; a arte de condução dos vivos por meio da verdade.

O empreendimento consiste na elaboração de um método capaz de articular as relações de poder que tomam o corpo como instrumento de objetivação e disciplinarização, com as estratégias de governamentalidade a partir de uma leitura genealógica das práticas de governo.

Para realizar tal tarefa, especificamente no curso *Segurança, Território, População* Foucault elabora uma genealogia do governo na sociedade ocidental, recorrendo num primeiro momento as nomenclaturas que essa palavra possuía, não nos vocabulários sociológicos ou jurídicos, mas sim nas práticas do cotidiano. É por meio delas que Foucault irá encontrar uma primeira definição responsável por apresentar o conceito de governo a partir de um duplo sentido material. Trata-se nesse caso de uma forma específica de se dirigir, propondo um caminho que supra as necessidades de subsistência, mas que ao mesmo tempo toma algo do sujeito em troca, ou seja, governar também pode significar nessa definição, negligenciar a existência básica. Duplo sentido que a palavra governo assume na sociedade europeia dos séculos XIII, XIV e XV. De um lado ela implicava na efetivação de um modo de vida prático, de outro lado, tratava-se de instituir a condução através de práticas de governo a sua subsistência de algo. Mas, governar também pode ser, nessa mesma época a qual Foucault se refere, como um problema moral, governa-se de acordo com esse sentido etimológico de conduzir-se *alguém*, tendo por exemplo, o *governo das almas* presente na alta Idade Média. Governar pode ainda estar relacionado

com uma relação de mando e de obediência, neste caso, dirige-se alguém com a finalidade de controlá-lo. Em outro sentido, governar indica até mesmo a relação da arte da conversação. O que é mais interessante de todo esse conjunto de definições é que, na opinião de Foucault, eles não estão inscritos no âmbito da ciência política, mas sim nas questões de ordem prática. Isso pode significar a possibilidade de que, antes de nos determos no problema político do governo, necessitamos explorar suas nuances nos desdobramentos das práticas cotidianas de modo que o governo, antes de tudo, se constitui, como um problema do agir, e não uma questão de soberania.

Na perspectiva de uma história política da governamentalidade em Foucault seu objeto de análise, no caso, o governo não é analisado do ponto de vista da sociologia jurídica ou da macroeconomia, por exemplo, pois o que Foucault irá argumentar é que antes de um território ou sistema político e econômico, governa-se as condutas dos indivíduos ou das coletividades. A ideia de um governo dos vivos se efetiva como uma mentalidade radicalmente estranha as culturas gregas e romanas, pois como nos lembra Foucault, mesmo que na cultura grega possamos enxergar a metáfora do timoneiro como condutor do barco, o que está em jogo nesse processo é a própria cidade, isto significa que não havia preocupação em se conduzir os indivíduos, mas sim o conjunto da polis.

Diferentemente dessa mentalidade grega, o conceito de governo dos homens parece estar mais próximo de uma cultura oriental pré-cristã, uma espécie de híbrido cultural que abarcaria os povos egípcios e os hebreus num primeiro momento e os cristãos num segundo momento, sendo justamente do encontro entre essas racionalidades que emerge uma tecnologia que se desdobra sobre o mundo ocidental: o poder pastoral como gestão das almas.

Mas, o que seria especificamente esse poder pastoral? Quais suas implicações sobre a modernidade e sobre o processo de governamentalidade? Segundo aponta Foucault o poder pastoral possui três deslocamentos específicos que compõem sua operacionalidade. No primeiro deles percebe-se que sua especificidade se refere ao fato de que o pastor é responsável pela condução do rebanho, o faz não posição geopolítica de um território, pois no seu governo o rebanho deve estar sempre em deslocamento não se limitando a um único ponto. O que está em jogo nessa primeira tipologia do poder pastoral, portanto, é a multiplicidade do movimento e não a estratificação. O segundo deslocamento se refere à finalidade do poder pastoral em salvar almas, neste caso, o pastor deve ser responsável por prover os meios de subsistência do seu povo, já que o poder do pastor não se impõe pela força da vontade, mas pela preservação e o cuidado. Finalmente a característica mais importante: o poder pastoral é um poder individualizante. Essa frase indica que a conduta de um rebanho nunca é coletiva, mas individual. Ao pastor é concedido a tarefa de registrar uma a uma as condutas de suas ovelhas. *Omnes et singulatim* é o paradoxo vivenciado pelo poder pastoral. O desafio de se procurar decidir pelo sacrifício de si mesmo ou de um indivíduo para a preservação da coletividade.

O que é mais interessante dessa análise empreendida por Foucault em relação à governamentalidade consiste na ampliação sobre o problema das relações entre filosofia e política. É inegável a influência dos aparatos jurídicos ou ideológicos pelas quais são arquitetadas as grandes estruturas responsáveis pelo esquadramento dos corpos dos sujeitos. Contudo, ao aprofundarmos o olhar em torno da crítica foucaultiana em relação a Razão de Estado é que podemos conjecturar nosso olhar para as relações entre o pastorado e as formas de governamentalidade responsáveis por elaborar múltiplos dispositivos capazes de vigiar atentamente cada indivíduo reforçando nele a total ausência da autonomia na medida que a governamentalidade, por

excelência, instiga no sujeito a necessidade dele aceitar que toda sua vida, todas as suas condutas necessitam sempre ser governadas. Essa característica nos leva a sugerir que se na modernidade à figura do Direito incide sobre a civilização criando o estatuto do sujeito de direitos, o poder pastoral – muito mais pulverizado – incita nesse mesmo sujeito o procedimento de governamentalização da vida, pois de acordo com Foucault (2015 b, p. 359)

O famoso “problema do Estado-providência” não põe em evidência as necessidades ou as novas técnicas de governo do mundo atual. Deve ser reconhecido por aquilo que é: um dos muitos numerosos reaparecimentos do delicado ajustamento entre o poder político exercido sobre os sujeitos civis e o poder pastoral que se exerce sobre os indivíduos vivos.

De acordo com Senellart (1995), a dobra desse processo se encontra amparada na possibilidade de rastreamos os efeitos contrários a essas estratégias de governamentalização. Essas estratégias as quais Foucault nomeia como *direitos dos governados* consiste na elaboração de estratégias que não somente procuram resistir aos acossamentos do poder, mas também elaborar novas práticas de liberdade através do seguinte questionamento: como governar a si mesmo sem recorrer aos dispositivos de governamentalidade? Emergem desse questionamento duas constatações intrínsecas a perspectiva da governamentalidade em Foucault: uma primeira que procura sinalizar a submissão não mais como sinônimo da obediência e a segunda – e talvez mais importante – a relação necessária da autonomia como fundamento do autogoverno. Vejamos atentamente como Foucault trabalha essas questões. Conforme apontou-se anteriormente a importância da analítica foucaultiana sobre o poder pastoral se apresenta como um olhar sobre os paradoxos dessa prática sendo que o mais latente deles se efetiva pelo fato de que a condução do *Outro* que na Grécia antiga não era um problema político,

torna-se com o cristianismo uma necessidade de se enxergar no *Outro* alguém incapaz inibindo dessa forma a autonomia. Isso significa que para Foucault o diagnóstico da política moderna e suas práticas de governamentalidade são referendadas pelo seguinte enunciado: *ao cuidarmos do outro, retiramos dele sua condição de autonomia*.

Ora, como aponta Agamben (2004) se a autonomia referenda a relação do sujeito consigo mesmo, ela é responsável, portanto pelo afastamento do estado de exceção. Ocorre que não é no absolutismo que ocorre a exceção, mas sim nos estados democráticos através da suspensão dos direitos e das garantias fundamentais e é justamente nesse contexto que a analítica foucaultiana procura situar nos seus relevos a necessidade de se investigar os deslocamentos do poder pastoral para a governamentalidade como uma forma de gestão sobre a vida na medida em que tal deslocamento encontra-se delineado pelas crises às quais a tecnologia pastoral passou a partir do século XVI. Essas crises receberam o nome de *revolta das condutas* uma vez que, se caracterizaram como tentativas de se instituir modos de resistência contra a gestão administrativa do governo das almas.

Deste modo, percebe-se de acordo com Foucault (2011) que a revolta das condutas incide não apenas pela perspectiva do poder político, isto é, a representatividade ou o exercício da soberania, mas principalmente pela noção de governo. Esta é, portanto, uma questão que é, antes de tudo, atravessada pelo gesto ético de se procurar por outras formas de governar ou de ser governado. Ainda segundo Foucault (2011, p. 257) trata-se de

(...) saber se a singularidade histórica do pastorado não correspondeu a especificidade de recusas, de revoltas, de resistências de conduta. E, assim como houve formas de resistência ao poder na medida em que ele exerce uma soberania política, assim como houve outras formas de resistência, igualmente desejadas, ou de recusa que se

dirigem ao poder na medida em que ele explora economicamente, não terá havido outras formas de resistência ao poder como conduta?

Os questionamentos apresentados por Foucault, ilustram, sem sombra de dúvida, a necessidade de compreendermos que não somos explorados apenas de um ponto de vista econômico ou jurídico, mas também pela gestão da maneira pela qual nossas vidas são governadas e nesse contexto as *contra condutas* ocupariam a posição de um interstício entre o poder pastoral e a governamentalidade que nos permitem visua-lizar os direitos dos governados como uma outra forma de enxergarmos as resistências e as práticas de liberdades não somente como opções políticas, mas acima de tudo, como nomenclaturas das dissidências.

Nesse contexto, os direitos dos governados ocupariam um papel central não pela tentativa de desconstruir a eficácia do poder pastoral, mas sim de tentar elaborar formas de insubmissão contra a maneira de determinados grupos serem conduzidos justamente porque o problema não é acabar com os desdobramentos do poder pastoral e das formas de governamentalidade, mas procurar reivindicar novas formas de gestão da vida e da liberdade que escapem ao panorama da biopolítica.

Evidentemente que o pensamento foucaultiano considera a leitura de uma gênese revolucionária e política inscrita no panorama das grandes batalhas ideológicas provenientes da Modernidade da qual é testemunha o conflito entre as classes diagnosticadas pelas perspectivas tradicionais da sociologia e da filosofia política. Entretanto, tão importante quanto essas lutas seriam os confrontos delineados pelo que Foucault (2011) chama de revoltas de condutas, ou melhor, pelas políticas de contra condutas. Nelas, a questão não seria tanto a de se objetivar uma batalha contra a exploração econômica, mas sim estabelecer um processo de luta para ser governado de outra forma, ou

mesmo procurar – como no caso dos anarquistas – empreender a autogestão da vida. Abre-se nesse contexto, o cenário para pensarmos os direitos dos governados como pertencentes a este segundo bloco. Nesse sentido, ao proceder uma genealogia dos modos de contra condutas Foucault (2011) acaba por ilustrar o diagnóstico que tão importante quanto as reivindicações políticas, econômicas e jurídicas se encontram os direitos dos governados como uma alegoria de uma busca por outras formas de gestão da vida e, nesse caso, o problema mais interessante seria o de se compreender os movimentos de contestação como uma batalha pela autonomia no direito de se conduzir.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, T. (2003). *El Ultimo Foucault*. Buenos Aires: Sudamerica.

AGAMBEN, G. (2004). *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo editorial.

FOUCAULT, M. (2011). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2014). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2015). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

_____. (2015b). Omnes et Singulatim: para uma crítica da razão política. In FOUCAULT, M. *Estratégias Poder-saber*. (pp. 348-378). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

SENEILLART, M. (1995). A Crítica da Razão Governamental em Michel Foucault. *Tempo Social*. Rev. Sociologia da USP, São Paulo. 7(1-2): 1-14.

DISCURSOS SOBRE A ATENÇÃO DOMICILIAR: DAS COISAS QUE ENSINAM AS ENFERMEIRAS

SILVIA FRANCINE SARTOR²⁴⁵

STEFANIE GRIEBELER OLIVEIRA²⁴⁶

FRANCIELLI SILVÉRIO LIMA²⁴⁷

RICARDO AIRES DA SILVEIRA¹

TAIS ALVES FARIAS¹

ADRIANA FIORESE BOFF¹

JOSÉ HENRIQUE DIAS DE SOUSA¹;

Resumo: A internação domiciliar tem sido discutida como uma maneira de atender as demandas atuais que emergem em torno das mudanças do processo saúde-doença. Os serviços de internação domiciliar são direcionados para pacientes com agravos agudos ou crônicos que não necessitam estar internados no hospital, mas que precisam de um acompanhamento em função dos cuidados permanentes, que podem ser assumidos por um cuidador familiar, sob a supervisão de uma equipe profissional. Esta reflexão problematiza a situação da assistência domiciliar nos países apresentados pelo artigo selecionado, bem como no Brasil, e o modo como tais discursos ensinam as enfermeiras a realizarem sua assistência nesse espaço. Foi escolhida uma publicação do ano de 2010, na base de dados Web of Science, divulgado no periódico International Journal of Nursing Studies, intitulado District nurses's role in palliative care provision: a realist review. Neste artigo foram identificados cinco países

²⁴⁵ Acadêmicos de Enfermagem UFPel. E-mails: sii.sartor@hotmail.com , ricardo.a.silveira@outlook.com , tais_alves15@hotmail.com , adrianafiorese@hotmail.com , zeedds@gmail.com

²⁴⁶ Doutora em Enfermagem UFPel. Email: stefaniegriebeleroliveira@gmail.com

²⁴⁷ Enfermeira UFPel. E-mail: fraan.lima@gmail.com

que trabalham com a assistência domiciliar: Reino Unido, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América (EUA) e Suécia. Além disso, a publicação descreve o papel dos enfermeiros, o que nos permite dizer que tais discursos ensinam os enfermeiros a atuarem na atenção domiciliar. Percebe-se que uma formação discursiva acerca da atenção domiciliar se compõe por meio de instituições autorizadas a fazê-la, a dizê-la e a dar sentido a ela, como a OMS, o Ministério da Saúde e os profissionais de saúde que a estudam. Essa formação discursiva inclui e exclui pessoas, subjetiva e classifica.

Palavras-Chaves: Enfermagem; Serviços de Assistência Domiciliar; Discurso.

INTRODUÇÃO

A assistência domiciliar, e mais especificamente uma de suas modalidades, a internação domiciliar, tem sido discutida como uma maneira de atender as demandas atuais que emergem em torno das mudanças do processo saúde-doença. No Brasil, serviços de assistência domiciliar, com a modalidade de internação domiciliar, se organizam desde 1997, e muitos desses nascem dentro do espaço hospitalar. Esses serviços são direcionados para pacientes com agravos agudos ou crônicos que não necessitam estar internados no hospital, mas que precisam de um acompanhamento em função dos cuidados permanentes, mas que podem ser assumidos por um cuidador familiar, sob a supervisão de uma equipe (OLIVEIRA, 2014).

Além disso, o serviço também é ofertado para pacientes fora de possibilidades terapêuticas de cura, ou em cuidados paliativos. Neste caso, há algumas dificuldades apontadas por alguns estudos, como no da dissertação de mestrado em enfermagem “Representações Sociais da Internação Domiciliar na Terminalidade: o olhar do cuidador familiar”. Uma das contribuições desse estudo foi justamente pelo seu referencial, o da teoria das representações sociais, que mostrou, de alguma forma, como

os cuidadores familiares estão construindo ideias, imagens, conceitos, definições acerca da internação domiciliar, a qual não era “familiar” ou conhecida por eles. Os cuidadores acreditam que a internação domiciliar representa ao paciente mais liberdade, mais conforto, mais qualidade de vida e mais convívio social. Todavia, percebeu-se que, para o cuidador, a internação domiciliar representa mais responsabilidade, mais privação, mais sobrecarga, decorrentes, muitas vezes, de uma situação de falta de apoio social (OLIVEIRA, 2010).

Salienta-se que a representação da internação hospitalar é construída exatamente ao contrário disso, pois apesar de entender o benefício que esse espaço proporciona trazendo cura ou recuperação, o cuidador familiar aponta que, para o paciente, o hospital apresenta-se de forma desfavorável, pois o despersonifica, o isola de seu contexto e o submete às rotinas hospitalares. Entretanto, para o cuidador, possibilita mais liberdade, pois o mesmo faz as visitas ao doente no hospital, continua fazendo suas atividades rotineiras e não se sente tão responsável pelos cuidados, como quando o assume no domicílio (OLIVEIRA, 2010).

Nesta pesquisa, percebeu-se que os discursos dos cuidadores familiares entrevistados, reproduziam os discursos argumentativos e as orientações da equipe acerca da internação domiciliar, de que ela é boa para o paciente, oportunizando liberdade para as ações do cuidado, entre outros (OLIVEIRA, 2010). A partir disso, acredita-se que os enfermeiros são governados pelos discursos que circulam pelos autorizados a proferi-los como Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, e outros *experts*, e por conseguinte, estes profissionais governam por meio de táticas os cuidadores e paciente a aceitar e conduzir a internação domiciliar, para que ela seja exitosa. Desse modo, esta reflexão busca discutir a situação da assistência domiciliar nos países apresentados pelo artigo, bem como no Brasil,

descrevendo também a organização das políticas públicas que regem essa modalidade de cuidado.

METODOLOGIA

Esta problematização parte do período de doutoramento em enfermagem (2011-2014) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bem como das discussões dos encontros realizados pelo Grupo de Estudos de Práticas Contemporâneas do Cuidado de Si e dos outros (GEPECCUIDADO) da Universidade Federal de Pelotas desde 2012.

Para problematizar o tema em questão, foi escolhida uma publicação do ano de 2010, na base de dados *Web of Science*, divulgado no periódico *International Journal of Nursing Studies*, intitulado *District nurses's role in palliative care provision: a realist review* (Papel do enfermeiro em distrito na prestação de cuidados paliativos: uma revisão realista). A escolha do mesmo, foi pelo periódico ser específico de enfermagem, alcançar o estrato qualis A1, pelo seu Índice H de valor 38, verificado na SCImago Journal & Country Rank, e também pelo seu fator de impacto de valor 2,103, informado pela ISI Web of Knowledge - Journal Citation Reports. Além disso, pelo fato do artigo ser uma revisão ampla em publicações no idioma inglês, ele também situa alguns países que já trabalham com a modalidade de assistência domiciliar, descrevendo dessa forma, as funções dos enfermeiros. O ano de coleta de dados, da revisão dessa publicação foi em 2009, e o ano de partida para busca dos artigos foi 1990, ano que foi determinada a legislação que descrevia o papel do enfermeiro de distrito no Reino Unido. Ressalta-se ainda que as autoras do estudo são da Universidade de Manchester, no Reino Unido.

Destaca-se que por esta publicação descrever os papéis dos enfermeiros em diversos países, acredita-se que esses discursos, que circulam nos artefa-

tos culturais²⁴⁸, vão dando forma ao enfermeiro de assistência domiciliar, conferindo-lhes uma identidade, jeitos certos de agir, e forma de dizer a “verdade”, pois os “governa”, para eles então governar os pacientes e familiares.

Percebe-se que uma formação discursiva acerca da atenção domiciliar se compõe por meio de instituições autorizadas a fazê-la, a dizê-la e a dar sentido a ela, como a OMS, o Ministério da Saúde e os profissionais de saúde que a estudam. Essa formação discursiva inclui e exclui pessoas, subjetiva e classifica. Foucault afirma que o discurso é um campo de combate por meio de procedimentos externos e internos. Os externos incluem a exclusão, que é aplicada pela interdição, a separação e a rejeição. Já os procedimentos internos fazem parte do próprio discurso, para não recair no acaso, ou seja, utiliza-se de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição – disciplina. Há ainda por um terceiro mecanismo, a rarefação dos sujeitos que falam, pois para entrar na ordem do discurso é preciso satisfazer determinadas exigências. Nesse sentido, o discurso exclui, interdita, seleciona quem vai falar, quem vai ouvir e quem não pode ouvir. Não há como dissociar o discurso da prática de um ritual que determina pra os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos (FOUCAULT, 2009).

SITUAÇÃO DA INTERNAÇÃO DOMICILIAR NO MUNDO E NO BRASIL

Conforme a revisão da publicação selecionada para disparar a discussão e reflexão desse artigo, foram identificados cinco países que trabalham com a assistência domiciliar: Reino Unido, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América (EUA) e Suécia. As denominações desses enfermeiros variam conforme o local, bem como as atribuições, e a

²⁴⁸ Livros, revistas, imagens, por exemplo, são artefatos produtivos, são práticas de representação, inventam sentidos que circulam e operam nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas (COSTA, SILVEIRA e SOMMER, 2003).

exigência ou não de qualificações para atuação nessa área (WALSHE e LUKER, 2010). De uma forma simplificada e traduzida, o quadro 1 ilustra as denominações dos enfermeiros e seus referidos papéis da assistência domiciliar.

Quadro 1. Papeis do enfermeiro de assistência domiciliar nos diferentes países: síntese extraída da publicação de Walshe e Luker (2010).

País	Denominação	Qualificação	Função
Reino Unido	Enfermeira de distrito	Enfermeira registrada com qualificação (especialização) focada na comunidade.	Cuidados de enfermagem principalmente em ambientes domiciliares. Tipicamente avaliar, planejar e prestar cuidados de enfermagem para pessoas com condições aguda, crônica e limitações na vida, em todas as faixas etárias.
Austrália	Enfermeira de distrito	Enfermeira registrada, não sendo necessária uma qualificação formal exigida.	Generalistas. Trabalhar principalmente no ambiente domiciliar com prestação de cuidados à feridas, cuidados à diabéticos, gestão de medicina, cuidados paliativos e monitoramento.
Canadá	Enfermeira de Saúde da Comunidade	Enfermeiros registrados com graduação, sem qualificação adicional formal necessária.	Planejamento, cuidado de avaliação em condições agudas, crônicas e clientes doentes terminais em ambientes comunitários. Alguns programas de atenção domiciliar têm prestação de especialistas, ou seja, em cuidados paliativos
EUA	Enfermeira de home care	Enfermeira registrada	Cuidados devem ser ordenados por um médico. Prestação de cuidados de enfermagem especializados, intermitente sob um plano de atendimento domiciliar de saúde, prestados por uma agência de saúde em casa.
Suécia	Enfermeira de distrito	Enfermeiro licenciado com qualificações adicionais no território de	Cuidados de enfermagem em casa ou em clínica ou outros ambientes comunitários em todas as faixas etárias. Cuidados de enfermagem podem incluir a gestão de medicamentos, monitoramento, tratamento

		saúde comunidade.	de feridas, fornecimento de equipamentos, aconselhamento, etc.
--	--	----------------------	---

Quanto às definições e descrições da prática de enfermagem “distrital”, pode-se destacar uma série de elementos comuns: o estilo de cuidados, os destinatários dos cuidados; a localização dos cuidados em casa ou na comunidade, e um papel na avaliação, a coordenação dos cuidados e encaminhamento para outros. Tais definições não descrevem exatamente o que os serviços de enfermagem de uma enfermeira de distrito oferece, como um decreto do seu papel, e quais os resultados de tais cuidados podem ocorrer. Isso pode tornar o trabalho da enfermeira invisível e despercebido (WALSHE e LUKER, 2010). No Brasil não há uma delimitação das ações do enfermeiro nas políticas e programas, exceto por alguns programas de internação domiciliar já instalados (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRÃO PRETO, s.d). Algumas pesquisas mostram isso também (De SOSA SILVA et al, 2009). Delimitar, cercar, detalhar os papéis, as funções, conferem ao que Foucault (2013) chamou de disciplina.

No âmbito mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS), faz seu pronunciamento no início do século XXI acerca da assistência domiciliar, justificando-se frente à necessidade de cuidados em longo prazo nas doenças crônicas, as quais aumentam em relação à transição demográfica e epidemiológica dos últimos anos (WHO, 2000). Essa transição consiste em um problema de saúde pública, uma vez que o aumento da expectativa de vida e a diminuição considerável das doenças infecciosas favoreceu, de certa forma, o surgimento de doenças até então pouco existentes (BRASIL, 2005). A OMS ainda estima que até o ano de 2020 as doenças crônicas representarão cerca de 80% das doenças nos países em desenvolvimento e 388 milhões de pessoas, em todo o mundo morrerão de uma doença crônica nos próximos 10 anos (WHO, 2005).

No Brasil, há portarias e uma política de internação domiciliar que propõe algumas diretrizes para orientar os serviços. Dentre elas, a Política Nacional de Internação Domiciliar, elaborada pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, no ano de 2006; e as portarias: nº 2.529 de 19 de outubro de 2006, a qual instituiu a Internação Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2006), a de nº 2.527, de 27 de outubro de 2011, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2011a), e a portaria nº 963, de 27 de maio de 2013 que traz algumas atualizações sobre a atenção domiciliar (BRASIL, 2013).

A atenção domiciliar geralmente está voltada para pacientes em cuidados paliativos, considerando que muitos pacientes que necessitam destes cuidados estão fora de possibilidades de cura. Além disso, cuidadores e pacientes avaliam a atenção domiciliar como positiva, quando se considera a proximidade do paciente com a família, por estar em seu contexto, em sua casa. Mais além, os cuidados domiciliares implicam na oportunidade de realizar cuidados em um ambiente favorável, permitindo preservar as atividades familiares, sociais e o conforto para o cuidado, além de proporcionar sentimento de não abandono em situação de terminalidade (OLIVEIRA et al, 2015).

Os estudos da Revisão de Walshe e Luker (2010), mostram que os enfermeiros do distrito têm compromissos pessoais com os pacientes de cuidados paliativos e um desejo genuíno de fazer o bem, que influencia a sua abordagem aos cuidados. Um aspecto que pode estar relacionado a "valorização", que fortemente emerge de uma ampla gama de estudos entre os países não é valorizar o paciente a quem são prestados os cuidados, mas sim a prestação de cuidados paliativos em si. Esta valorização é porque a prestação de cuidados paliativos legitima o uso de habilidades de enfermagem do núcleo, habilidades que podem ser raramente utilizadas com outros pacientes cujos cuidados básicos, como

lavar e vestir-se foi passado para os voluntários cuidadores (WALSHE e LUKER, 2010).

A familiaridade com os enfermeiros do distrito também é importante para os pacientes e os cuidadores familiares, pois transmite segurança e conforto (WALSHE e LUKER, 2010). No estudo de Oliveira (2010), alguns cuidadores mencionaram ter aceito a modalidade de internação domiciliar por conhecerem algum profissional da equipe, pois isso representava segurança e confiança.

Outro estudo que analisou documentos brasileiros sobre a atenção domiciliar, constatou que na década de 20, para que o serviço da enfermeira fosse realizado, era preciso que o doente e sua família a recebessem no domicílio para que com sua “conveniente vigilância higiênica” fosse extraído um saber daqueles corpos. A visitadora, da mesma forma, possuía seu saber. Seu lugar no domicílio lhe dava direito de dizer e fazer coisas. Assim como elas dependiam da supervisão dos inspetores, estes dependiam das atividades que elas realizavam nos domicílios dos pacientes, para manter a “ordem” do serviço. Nessas relações, temos um bom exemplo do poder microfísico, capilar, circulando em vários lugares, em torno do médico, da enfermeira, do paciente e de seus familiares (OLIVEIRA, 2014).

Nesse sentido de valorizar o ambiente domiciliar, o Programa Melhor em Casa, lançado pelo Ministério da Saúde do Brasil, enfatiza essa “valorização” desse espaço com seu enunciado no manual instrutivo: “Melhor em casa: a segurança do hospital, no conforto do seu lar” (BRASIL, 2011b;2013). No entanto, fazer com que as pessoas tenham preferência pelo atendimento na Unidade de Saúde ou em seu domicílio ao invés de procurar o atendimento hospitalar não é uma tarefa simples. A ideia de que o espaço hospitalar é lugar para cura e cuidado faz parte da representação das pessoas, a qual ainda destaca o hospital como local de ciência e tecnologia avançadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação selecionada *International Journal of Nursing Studies* contribui para a enfermagem brasileira e mundial por situar os serviços de assistência domiciliar em diversos países. Além disso, descreve o papel dos enfermeiros, e identifica diversas denominações para esses profissionais que atuam neste campo. A publicação também apresenta algumas lacunas como a questão se o fato de conhecer alguém no serviço, de fato traz conforto e segurança para os pacientes e familiares, uma vez que alguns dos estudos analisados nessa revisão foram realizados com pacientes e cuidadores.

Nesse sentido, pode-se perceber como alguns discursos produzem e ensinam o ser enfermeiro de assistência domiciliar. Esses jeitos “ditos” e “escritos”, governam os enfermeiros, que por conseguinte, governam os pacientes e familiares.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis: DCNT no contexto do Sistema Único de Saúde Brasileiro. Brasília, 2005. 82p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.529, de 19 de outubro de 2006. Institui a Internação Domiciliar no âmbito do SUS. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 out. 2006. Seção I, p.145-148.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.527, de 27 de outubro de 2011. Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2011a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual Instrutivo do Melhor em Casa: a segurança do hospital no conforto de sua casa. Brasília, DF, 2011b. 17p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 963, de 27 de maio de 2013. Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 mai. 2013.

COSTA, M.V.; SILVEIRA, R.H.; SOMMER, L.H. Estudos Culturais, educação e pedagogia. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n.1, p.36-61, 2003.

De SOSA SILVA, J.R.; HECK, R.M.; SCHWARTZ, E.; SCHWONKE, C.R.G.B. O enfermeiro no programa de internação domiciliar: a visão do usuário e da família. Enfermería Global. V.15, p.1-11, 2009.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.


FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal; 2009.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, S.G. Representações Sociais da Internação Domiciliar na Terminalidade: o olhar do cuidador familiar. 2010. (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UFSM, Santa Maria, 2010.

OLIVEIRA, S.G. Melhor em casa? Um estudo sobre a atenção domiciliar. (Tese) Porto Alegre, 2014. 157p.

OLIVEIRA, S.G.; KRUSE, M.H.L.; SARTOR, S.F.; ECHEVARRÍA-GUANILO, M.E. Enunciados sobre a atenção domiciliar no cenário mundial: revisão narrativa. Enfermería Global, v. 39, p. 375-389, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRÃO PRETO. Serviço de Assistência Domiciliar. s.d. 

WALSHE, C.; LUCKER, K.A. District nurses' role in palliative care provision: A realist review. *International Journal of Nursing Studies*, v.47, p.1167-1183, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Home-based long-term care: report of a WHO Study Group. Geneva; 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Preventing Chronic Diseases a vital investments. Gêneva-Suíça: WHO; 2005.

O HUMOR COMO PROFANAÇÃO: RISO, DISCURSO E PODER

STEFANIA PEIXER LORENZINI²⁴⁹

Resumo: Este trabalho procura discutir, orientado por conceitos fundamentais da obra de Michel Foucault, como um tipo específico de humor, crítico e *desconstrutor* de certezas, pode se manifestar enquanto linguagem profanadora. Trata-se, assim, de uma breve reflexão a respeito das relações de poder que envolvem a produção de discursos *verdadeiros* sobre o mundo e como o humor, especificamente enquanto linguagem corrosiva, zombeteira e escarnecedora *pode*, a partir da crítica, elaborar-se como resistência. Este caminho será traçado em conjunto dos argumentos de Giorgio Agamben sobre a relação entre sagrado e profano, e a ideia de dispositivo, culminando no conceito central de sua obra: a *profanação*. Ao final, pinceladas nietzschianas dão a cor filosófica ao objeto. É um exercício puramente teórico que tem como resultado científico, o mais inapropriado: indícios, vestígios, pistas do que seja o fenômeno do humor crítico. Este texto é parte fundamental da dissertação desta autora.

Palavras-chave: Humor. Profanação. Discurso. Poder. Linguagem.

[Jorge] - “O ânimo é sereno somente quando contempla a verdade e se deleita com o bem realizado, e da verdade e do bem não se ri. Eis porque Cristo não ria. O riso é incentivo à dúvida”.

[Guilherme] - “Mas às vezes é justo duvidar”.

- O Nome da Rosa, Umberto Eco

²⁴⁹ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutoranda em Educação pela mesma universidade. Endereço eletrônico: fafalorenzini@gmail.com

Introdução

O riso pode ser sinal de alegria, bom humor, escárnio, crítica, desespero, loucura, ódio, amor. É catarse. Emoção que nos devora por dentro quando vedada [ou devora os que estão fora, justamente por ser proibida]; explode quando impossível [ou não queremos] segurar; ou flui ao vento, quando permitida [sem esquecer o voo dos gaviões quando atacam]. É assim comunicação:

si un conjunto de personas ríe de una frase que denota un absurdo o de un gesto distraído, pasa por ellas una corriente de intensa comunicación. Cada existencia aislada sale de sí misma a favor de la imagen que traiciona el error del aislamiento fijo. Sale de sí misma en una especie de fácil estallido, se abre al mismo tiempo al contagio de una ola que repercute, pues los que ríen se transforman en conjunto como las olas del mar, no existe entre ellos tabique divisorio mientras dure la risa, no están ya más separados que dos olas, pero su unidad es igualmente indefinida, tan precaria como la de la agitación de las aguas (BATAILLE, 1973, p. 105).

O riso é capaz de produzir relações de comunicação, quase como que através de uma corrente de energia que liga os indivíduos entre si. Quando nos comunicamos por meio do riso, participamos do sentimento de que ele é sintoma ou consequência:

[...] vendo, ouvindo o riso, eu participo de dentro da emoção daquele que ri. É essa emoção sentida de dentro que, comunicando-se a mim, ri em mim. O que conhecemos na participação (na comunicação) é o que nós sentimos intimamente: conhecemos imediatamente o riso do outro rindo, ou sua excitação, partilhando-a. É nisso justamente que o riso ou a excitação (mesmo o bocejo) não são coisas: não podemos normalmente

participar da pedra, da tábua, mas participamos da nudez da mulher que abraçamos (BATAILLE, 1987, p. 100).

É um ato, antes de ser coisa ou ideia.

O riso, atrelado aos significados a ele atribuídos, terá consequências no contexto em que vivemos: violentas ou festivas, de ruptura ou acolhimento, de criação, destruição, ou ambos em um mesmo movimento. Como Mauss (2003, p. 323) uma vez disse

[...] risos, lágrimas, lamentações funerárias, ejaculações rituais, são tanto reações fisiológicas quanto gestos e signos obrigatórios, sentimentos obrigatórios ou necessários, sugestionados ou empregados pelas coletividades com um objetivo preciso, em vista de uma espécie de descarga física e moral de suas expectativas, físicas e morais elas também.

O riso é social porque percorre as entranhas do coletivo – o riso pode ser solitário? –, é cultural porque seu sentido varia de acordo com a estrutura simbólica de que faz parte – ou é universal? – e é político porque pode participar como instrumento nas relações de poder: para atacar, ou como resistência – todo o riso é uma ação política? A complexidade desse fenômeno se dá na confluência desses três aspectos.

Aristóteles (2010) uma vez disse que o único animal que ri é o ser humano. Bom, se os outros riem, pelo menos não o fazem pelos mesmos motivos que os nossos. Apenas nós tentamos dar sentido ao riso: ele sempre significa algo. Mesmo quando rimos sozinhos, ou de nós mesmos, num riso silencioso mentalmente articulado, estamos dando um sentido que tem sua origem no social – a despeito de não conseguirmos racionalizar essa experiência durante o delírio ou num ataque de loucura, por exemplo. Ora, ele é uma emoção universal – todo

humano é capaz de rir, a menos que haja alguma disfunção fisiológica que o impeça de fazê-lo. Mas, a despeito de sua universalidade, cada povo, cada cultura, em sua complexidade, elabora regras e sentidos próprios sobre o riso: nem todo mundo ri da mesma piada, dos mesmos motivos ou do mesmo modo. O uso bélico que se pode fazer desse riso também varia, assim como o próprio fato de ser ou não utilizado para esses fins. Isso não o isenta, contudo, de acarretar consequências: o riso que não se consegue segurar pode não ter intenção, mas certamente é capaz de causar embaraços em um contexto de relações de poder, por exemplo. Este último aspecto, sem estar decolado dos demais, será o foco desta reflexão. Mais especificamente, será abordado uma forma específica de humor, qual seja, aquela que se posiciona politicamente, que deseja desfazer certezas e verdades, a partir de uma postura crítica diante do mundo. A relevância deste debate se fundamenta na importância justamente da *forma*. Como Foucault (2013b, p. 391) observa,

é de praxe acreditar-se que uma cultura está mais ligada aos seus valores do que às suas formas, que estas, facilmente, podem ser modificadas, abandonadas, retomadas; que somente o sentido se enraíza profundamente. Isto é desconhecer o quanto as formas, quando se desfazem ou quando nascem, puderam provocar espanto ou suscitar ódio; é desconhecer que se dá mais importância às maneiras de ver, de dizer, de fazer e de pensar, do que ao que se vê, ao que se pensa, diz ou faz. O combate das formas no Ocidente foi tão escarniçado, senão mais que do que o das ideias ou dos valores. Mas as coisas, no século XX, adquiriram um aspecto singular: é o próprio ‘formal’, é o trabalho refletido sobre o sistema das formas que se tornou um risco. E um notável objeto de hostilidades morais, de debates estéticos e de afrontamentos políticos.

É fundamental, portanto, dar atenção às formas, diz Foucault, pois elas agem, provocam, são efetivas nas relações entre os sujeitos.

Discurso, Dispositivo e Profanação

O discurso enquanto prática é criador de sujeitos. Essa afirmação, claramente foucaultiana, *simplifica* – ou talvez torne mais difícil – algo imensamente complexo, uma teia de relações sociais, que, permeada pela linguagem, transforma-se a partir de sua(s) própria(s) história(s). Como Foucault (2013b, p. 407) considera,

[...] vivemos em um mundo em que houve coisas ditas. Essas coisas ditas, em sua própria realidade de coisas ditas, não são, como às vezes se tende muito a pensar, uma espécie de vento que passa sem deixar traços, mas, na realidade, por menores que tenham sido esses traços, elas subsistem, e nós vivemos em um mundo que é todo tecido, entrelaçado pelo discurso, ou seja, enunciados que foram efetivamente pronunciados, coisas que foram ditas, afirmações, interrogações, discussões etc., que se sucederam. Desse ponto de vista, não se pode dissociar o mundo histórico em que vivemos de todos os elementos discursivos que habitaram esse mundo e ainda o habitam.

A produção desses discursos não é fortuita, ocasional ou livre. Ela é, ao contrário, “[...] ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2013a, p. 8-9). Esse controle pode se dar através de formas específicas de exclusão: a *interdição* (que se materializa na *palavra proibida*), a *separação* e a *rejeição* (própria à *segregação da loucura*) e, por fim, a oposição entre *verdadeiro e falso* (*vontade de verdade*). Estes métodos de controle do discurso “[...] se exercem de certo modo do exterior; funcionam como sistemas de exclusão; concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, 2013a, p. 20).

Outra forma – interna à própria produção de discurso – faz o controle a partir da *classificação*, da *ordenação* e da *distribuição* dos *acontecimentos* (FOUCAULT, 2013a). Foucault articula tal problemática a partir de três eixos: o comentário, o autor e a disciplina. Existem nas sociedades grandes narrativas, “[...] fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza” (FOUCAULT, 2013a, p. 21). Considerando tais narrativas, Foucault (2013a) supõe a existência de um *desnivelamento* entre discursos, havendo aqueles que perdem apenas até o seu ato de fala, e os que produzem novas falas a partir de sua retomada constante. Estes “[...] indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2013a, p. 21). Em nossa sociedade, estes discursos se materializam na forma dos *textos religiosos*, *jurídicos* e em certo aspecto, os *textos literários* e os *textos científicos* (FOUCAULT, 2013a). A fala que os retoma é o comentário. Uma relação que complexa, não cessa jamais, muda historicamente. O próprio discurso primeiro, diz Foucault, por vezes se confunde com o comentário, ou é por ele substituído. Ainda assim, são discursos diferentes, desnivelados, o que

por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reutilizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro* (FOUCAULT, 2013a, p. 24).

Essa relação entre discurso primeiro e o comentário que o retoma, essa relação que organiza o aleatório, o acaso, sinaliza algo sobre a ideia de novo. Para Foucault (2013a, p. 25), “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”, no que ele cria no ato de sua fala.

Junto ao comentário, temos o autor como princípio interno de controle do discurso: “[...], não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2013a, p. 25). O autor nem sempre está na origem dos discursos que circulam e, quando o encontramos, ele se mostra de diversas formas. No discurso científico, na Idade Média, ele denota a verdade. No discurso literário, ele “[...] é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (FOUCAULT, 2013a, p. 26).

Em oposição ao comentário e ao autor, dirá Foucault (2013a), estão as disciplinas. Para o pensador, “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2013a, p. 34). Ela se diferencia do autor por se tratar de um corpus de regras, métodos e proposições dispostas no anonimato, e do comentário, pois seu ponto de partida é a possibilidade de criação de novos enunciados (FOUCAULT, 2013a). É importante lembrar, contudo, que, mesmo vendo “[...] na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação de discursos”, Foucault (2013a, p. 34) ressalta: “[...] não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva”.

Uma terceira forma de controle é apresentada por Foucault: não mais do poder ou da aparição do discurso, mas dos sujeitos em relação a ele. Ora, “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2013a, p. 35). O *ritual* é visto aqui como uma das formas mais aparentes deste tipo de restrição. Para Foucault (2013a, p. 37), “[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...] define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras [...]”. Ele delimita o sujeito, de que lugar ele pode falar e o que ele pode falar, a partir do papel que lhe é preestabelecido.

Foucault também disserta a respeito das *sociedades de discurso*, modelo arcaico, lugares onde se produzem e distribuem discursos de maneira restrita; fala das *doutrinas*, que podem ser religiosas, políticas ou filosóficas, e que, ao contrário das sociedades de discurso, dispersam-se ao maior número de indivíduos, sendo o controle feito pela pertença questionada através tanto do sujeito que profere o discurso, como o enunciado proferido; e por fim, a *apropriação social do discurso*, tendo como exemplo o sistema educacional.

Podemos ter em conta, assim, que os procedimentos de controle dos discursos são múltiplos: eles procuram dominar seus poderes, evitar o acaso de seu surgimento e por fim determinar quem pode falar e em que condições. Foucault (2013a, p. 47-48) procura mostrar, a partir do delineamento dessas práticas, o que ele chama de *logofobia*:

tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras, e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação de discurso. De modo a que sua riqueza fosse aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem fosse organizada segundo

figuras que esquivassem o mais incontrolável; tudo se passa como se tivessem querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da linguagem. Há, sem dúvida, em nossa sociedade [...] uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso.

O riso, em certas circunstâncias, é desordem, violência e perigo. Enquanto crítica, balança as estruturas de controle do saber, do ritual das palavras, desautoriza o sujeito que pode falar, e o conteúdo do enunciado que este profere. Numa sociedade em que os discursos sofrem tamanha coerção, são produzidos por meio do controle, e devem ser compreendidos “[...] como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso [...]” (FOUCAULT, 2013a, p. 50), o humor, também enquanto discurso, pode, de certa forma, fugir a esse controle? Ele também é uma violência feita às coisas, porque cria, perverte e afeta, como é comum a todo discurso. Em que ponto, então ele é também enfrentamento para outros discursos, outros lugares de fala/poder?

O humor, que se pretende enquanto desconstrução de certezas e verdades, pode ser visto sob o prisma do *comentário*, que retoma um discurso já estabelecido. Retoma-o de outra maneira, como na caricatura, por vezes dizendo o seu contrário, como na ironia, tornando-o sem sentido, com o humor *nonsense*, ou mostrando a própria existência de um sentido construído, escarnecendo-o. Essa retomada, como crítica, não foge às relações de poder. O riso participa dessa dinâmica, através de vários papéis: ele pode destruir *uma verdade*,

impondo-se como *outra verdade*. Ou ele apenas a desconstrói, terminando sua função no ato, o que permite a formação múltipla de sentidos outros, diversos àquele discurso que fora alvo de seu ataque. Ainda assim, é discurso. Outras formas de humor, que não se propõem enquanto crítica, e por vezes apenas reproduzem esses discursos originários, reafirmando verdades, costumes, regras, também são comuns, mas este tipo específico, assim como o *nonsense* não nos interessa aqui.

Como o humor – crítico, mais uma vez – pode participar de relações de poder? Através de que lógica? Podemos retomar a ideia de controle por meio de outro conceito chave: *dispositivo*. Tomando emprestado de Hyppolite o termo “positividade”, utilizado por este para compreender o elemento histórico em Hegel, Foucault

[...] toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres vivos e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder (AGAMBEN, 2014, p. 29).

Agamben (2014), fazendo uma genealogia do termo, relaciona a ideia de positividade ao que mais tarde se tornará o conceito de dispositivo. Para o filósofo italiano, podemos pensar que “[...] a história dos homens talvez não seja nada mais que um incessante corpo-a-corpo com os dispositivos que eles mesmos produziram – antes de qualquer outro, a linguagem” (AGAMBEN, 2007, p. 63).

Dispositivo, para Foucault, será “[...] um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente [...] discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede

que se estabelece entre esses elementos” (AGAMBEN, 2014, p. 25) envolvidos por relações de poder. Ele implica em determinadas práticas e estruturas “[...] que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato” (AGAMBEN, 2014, p. 32). Generalizando esse termo, Agamben irá resignificá-lo como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2014, p. 39). Qualquer coisa que, ao produzir discursos, cria sujeitos, tratando-se de uma *atividade de governo*, que depende da subjetivação enquanto processo de coerção. Agamben, nesse sentido, instaura uma divisão entre dois grupos: os *seres vivos* e os *dispositivos* que os capturam. O filósofo complexifica um conceito já complexo em si. Ele diz:

não somente, portanto, as prisões, os manicômios, os Panópticos, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam – teve a consciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2014, p. 39-40).

A linguagem é o dispositivo-chave para compreendermos o humor enquanto discurso. Ela participa, dá corpo, por ela se controla a produção e dispersão de discursos, porque em tudo há linguagem, nada lhe escapa realmente, pois “[...] nós somos, antes da mais íntima de nossas palavras, já dominados e perpassados pela linguagem” (FOUCAULT, 2002, p. 413). Para Foucault (2002, p. 409), “a partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua

espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem. Tornou-se um objeto do conhecimento [...]”. Perceber a linguagem como construção de um processo histórico cria alguns dilemas para a ciência ocidental. Sendo “[...] ela uma mediação necessária para todo conhecimento científico que pretende manifestar-se como discurso” (FOUCAULT, 2002, p. 410), a linguagem, durante o século XIX, se tornou uma pauta preocupante: primeiro, o esforço

em querer neutralizar e como que polir a linguagem científica, a tal ponto que desarmada de toda singularidade própria, purificada de seus acidentes e de suas impropriedades – como se não pertencessem à sua essência –, pudesse tornar-se o reflexo exato, o duplo meticuloso [...] de um conhecimento que, esse, não é verbal (FOUCAULT, 2002, p. 410).

A exaustiva procura pela objetividade. Em segundo, “[...] buscar uma lógica independente das gramáticas, dos vocabulários, das formas sintéticas, das palavras: uma lógica que pudesse trazer à luz e utilizar as implicações universais do pensamento [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 411). A linguagem precisava ser o espelho neutro do conhecimento e, ao mesmo tempo, se desprender de sua historicidade. A questão, segundo Foucault (2002, p. 411), não era a de criar uma nova linguagem, mas pensar fora da própria linguagem: “[...] era preciso inventar uma língua que fosse antes simbolismo que linguagem e que, por esse motivo, fosse transparente ao pensamento, no movimento mesmo que lhe permite conhecer”. A *limpeza* da linguagem é uma maneira de controle do conhecimento produzido, que, mesmo sendo discurso, não quer ser visto como tal. Contudo, em detrimento dessa busca incessante de neutralização da linguagem, ao se percebê-la como objeto, ela se presta à crítica;

tornada realidade histórica espessa e consistente, a linguagem constitui o lugar das tradições, dos hábitos

mudos do pensamento, do espírito obscuro dos povos; acumula uma memória fatal que não se conhece nem mesmo como memória. Exprimindo seus pensamentos em palavras de que não são senhores, alojando-se em formas verbais cujas dimensões históricas lhes escapam, os homens, crendo que seus propósitos lhe obedecem, não sabem que são eles que se submetem às suas exigências (FOUCAULT, 2002, p. 412).

A crítica torna “[...] ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se enuncia” (FOUCAULT, 2002, p. 412).

O humor, sendo basicamente linguagem, é capaz de assumir esse lugar da crítica, mas também pode servir ao dispositivo que, a partir de processos sutis cria sujeitos. Dirá Agamben (2014, p. 40): “chamamos de sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos”. Esse *corpo a corpo* implica em um jogo complexo de relações de poder, no qual

[...] um mesmo indivíduo, uma mesma substância, pode ser o lugar dos múltiplos processos de subjetivação [...]. Ao ilimitado crescimento dos dispositivos no nosso tempo corresponde uma igualmente disseminada proliferação de processos de subjetivação (AGAMBEN, 2014, p. 40).

Esses múltiplos processos, dirá Agamben (2014, p. 41), são resultado de uma vida dominada por dispositivos: “[...] não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo”. Como escapar? É possível perverter a separação bastante disseminada entre os indivíduos e a produção e o controle dos discursos que os criam enquanto sujeitos? Então, “[...] qual a estratégia que devemos seguir no nosso cotidiano corpo a corpo com os dispositivos? Não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo

correto” (AGAMBEN, 2014, p.41), pois quem define a maneira correta de funcionamento de um dispositivo senão os discursos que lhe são próprios? Enquanto estratégia de fuga, o filósofo propõe a ideia de *profanação*, que significa, em resumo, “[...] liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-los a um possível uso comum” (AGAMBEN, 2014, p. 44).

Profanação tornou-se um conceito extremamente relevante para compreender a ideia de resistência, no que se refere ao poder em relação. Segundo Agamben (2007, p. 65)

os juristas romanos sabiam perfeitamente o que significa ‘profanar’. Sagradas ou religiosas eram as coisas que de algum modo pertenciam aos deuses. Como tais, elas eram subtraídas ao livre uso e ao comércio dos homens, não podiam ser vendidas nem dadas como fiança, nem cedidas em usufruto ou gravadas de servidão. Sacrilégio era todo ato que violasse ou transgredisse esta sua especial indisponibilidade [...]. E se consagrar (*sacrare*) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restituí-las ao livre uso dos homens.

Toda separação possui, para o filósofo, um fundamento religioso, considerando que religião é “[...] aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada” (AGAMBEN, 2007, p. 65). Profanar implica no retorno às mãos do homem daquilo que fora de alguma maneira sacralizado, distanciado, tornado exterior ao uso comum. Entretanto, “[...] o uso aqui não aparece como algo natural; aliás, só se tem acesso ao mesmo através de uma profanação [...]” (AGAMBEN, 2007, p. 65). O conhecimento científico, por exemplo, cujo cultivo é sacro, destinado para poucos, e que depende de formas de controle específicas a sua produção e dispersão, como já tratamos anteriormente – o ritual ou a ideia de autor,

por exemplo, mas não só – poderia retornar à esfera comum dos homens através de um ato profanador. O riso, e o humor que o produz, poderia se constituir como esse ato? Talvez seja necessário compreender melhor o tema, antes de chegar a essa resposta. A origem da ideia de *religião*, por exemplo. Segundo Agamben (2007, p. 66),

o termo *religio*, segundo uma etimologia ao mesmo tempo insípida e inexata, não deriva de *religare* (o que liga e une o humano e o divino), mas de *relegere*, que indica a atitude de escrúpulo e de atenção que deve caracterizar as relações com os deuses, a inquieta hesitação (o ‘reler’) perante as formas – e as fórmulas – que se devem observar a fim de respeitar a separação entre o sagrado e o profano. *Religio* não é o que une os homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos. Por isso, à religião não se opõem a incredulidade e a indiferença com relação ao divino, mas a ‘negligência’, uma atitude livre e ‘distraída’ – ou seja, desvinculada da *religio* das normas – diante das coisas e do seu uso, diante das formas de separação e do seu significado. Profanar significa abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência, que ignora a separação, ou melhor, faz dela um uso particular.

A negligência diante das regras que sacralizam determinados discursos sobre nossos comportamentos, sobre as verdades em que acreditamos e que reproduzimos, sobre o que é certo e errado ser e fazer, a negligência que nos mostra a construção dessas regras, e que nos permite, talvez construí-las de outra maneira, reconfigura as relações de poder de que fazemos parte. Se somos, enquanto indivíduos, vários sujeitos, pois nossa constituição está implicada em uma gama de discursos, instituições, mecanismos de poder – à rede que se estabelece entre eles damos o nome de dispositivo –, e que circulam em diferentes esferas de nossas vidas, ter acesso a reflexão crítica sobre esse assujeitamento certamente não nos coloca em um lugar fora das relações

de poder de que participamos, mas implica em um ato de resistência diante delas. Cria novas relações de poder, ao invés de simplesmente inverter os papéis. Profanar, ou seja, quebrar a relação de assujeitamento que temos com os dispositivos, implica fazer algo com esse corpo a corpo político de que participamos. Ter acesso a outro discurso, ácido, sarcástico, que negligencia a polidez ritualística, que desrespeita normas morais e mesmo éticas, que é *palavra proibida* e que não é indiferente ao *sagrado*, pois o ataca constantemente, se preocupa com ele, tem intenções contra ele, seria isso digno do papel de profanação? Como o humor pode não ser um dispositivo, mas ato profanador?

Outro problema precisa ser verificado: como não confundir profanação e outro processo semelhante, a secularização? Agamben (2007, p. 68) explica que

a secularização é uma forma de remoção que mantém intactas as forças, que se restringe a deslocar de um lugar a outro. Assim, a secularização política de conceitos teológicos (a transcendência de Deus como paradigma do poder soberano) limita-se a transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, e nesses deixando, porém, intacto o seu poder (AGAMBEN, 2007, p. 68).

Se percebêssemos o humor a partir desse prisma, desejaríamos que a linguagem humorística tomasse o lugar da linguagem científica, como um instrumento legítimo de poder. Seria esse o caso? Diferente da secularização,

a profanação implica, por sua vez, uma neutralização daquilo que profana. Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso. Ambas as operações são políticas, mas a primeira tem a ver com o exercício do poder, o que é assegurado remetendo-o a um modelo sagrado; a segunda desativa os dispositivos de poder e devolve ao uso

comum os espaços que ele havia confiscado (AGAMBEN, 2007, p. 68).

Compreender a construção de determinados discursos sobre si, perceber-se enquanto sujeito, e por vezes ser capaz de destruir a proteção sagrada que engloba as normas, as regras morais é se apropriar dos espaços a que os processos de subjetivação impedem o acesso. Se o humor que fala sobre as relações de gênero, por exemplo, criando a imagem de uma mulher que, aparentemente casta, submissa, fala de desejos carnavais, para ela proibidos, por meio da linguagem mais chula e baixa possível, ele provoca uma reflexão a respeito do lugar da mulher em nossa sociedade. Quando rimos da maneira como a questão é exposta, não apenas de seu conteúdo, esse discurso provoca uma centelha de questionamento, mínimo que seja, pois distorce o discurso normal, certo, que aprendemos desde cedo. Provocar o questionamento de um discurso que, subjetivado desde a infância, nos torna homens e mulheres, é profanar, pois o questionamento desativa o sagrado, a dúvida quebra a autoridade. O humor, como profanação, não faz o que seria o uso correto do dispositivo que chamamos linguagem. Como poderia se até a linguagem é distorcida, tem suas regras quebradas, suas normas desprezadas, reinventadas, talvez para além das instituições que a controlam? Há evidentemente, com a vontade de formalizar a linguagem, uma separação do discurso – no caso, o científico – de sua história. O humor, pelo menos o crítico, questionador, que inspira a dúvida, deseja jogar com os dispositivos e com essa e outras separações que ele provoca, pois “profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas” (AGAMBEN, 2007, p. 75).

A relação entre profanação e humor não é nova. Bakhtin, ao falar do carnaval como lugar de abolição das hierarquias, discute essa aproximação. Já na idade média “o mundo infinito das formas e

manifestações do riso opunha-se à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época” (BAKHTIN, 2010, p. 3). Essa cultura popular particular tem como princípio o cômico, e é no carnaval que ele liberta o meio social, através de seus ritos exclusivos, “[...] de qualquer dogmatismo religioso ou eclesiástico, do misticismo, da piedade [...]. Todas essas formas são decididamente exteriores à Igreja e à religião. Elas pertencem à esfera particular da vida cotidiana” (BAKHTIN, 2010, p. 6). Justamente pelo caráter popular do evento, e de sua não oficialidade no contexto da Idade Média, o carnaval, para Bakhtin (2010, p. 8), “[...] era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus”. Essa quebra de restrições socialmente estabelecidas que, ao mesmo tempo, proporciona a aproximação entre indivíduos de diferentes classes – ou seja, uma interrupção que gera junção – se dava mais especificamente por meio da linguagem, pois era somente no carnaval que “elaboravam-se formas especiais do vocabulário e do gesto da praça pública, francas e sem restrições, que aboliam toda a distância entre os indivíduos em comunicação, liberados das normas correntes da etiqueta e da decência” (BAKHTIN, 2010, p. 9).

Bakhtin vê o riso do carnaval apenas nesse lugar global, o riso do grupo, nas relações socioculturais e históricas que tomam as praças. Ora, as pessoas riem de uma piada porque a entendem e porque fazem parte do contexto onde ela se produziu e se manifestou: o riso “[...] é sempre o riso de um grupo”, pois este “[...] esconde uma segunda intenção de entendimento, [...] quase de cumplicidade, com outros ridentes, reais ou imaginários” (BERGSON, 2004, p. 5). É por isso que “[...] muitos efeitos cômicos são intraduzíveis de uma língua para outra” (BERGSON, 2004, p. 5). Só rimos quando entendemos a piada, certo?

Considerações finais: o riso da dúvida

Em terra de obsessão pelo controle e pela certeza, da *vontade de verdade* de que fala Foucault (2013a), quem se permite duvidar é rei. E o riso é um instrumento eficaz para quem desejar imperar. Nesse sentido, invocamos Nietzsche: “[...] vós deveríeis aprender a rir, meus jovens amigos, se todavia quereis continuar sendo completamente pessimistas; talvez, em consequência disso, como ridentes mandeis um dia ao diabo toda a ‘consoladora’ metafísica – e a metafísica, em primeiro lugar!” (NIETZSCHE, 1992, p. 23). O riso pessimista nos permite enfrentar *o real*, ao nos prevenir de criar expectativas sobre sua existência absoluta. Falando em expectativas, entretanto, Nietzsche (2010, p. 35) tem uma bastante grande sobre o futuro:

para rirmos de nós mesmo, como seria necessário, como o faria a verdade total, os melhores não tiveram até agora suficiente senso pelo verdadeiro, os mais dotados, gênio bastante. Talvez haja ainda futuro para riso! Que acontecerá quando a máxima: ‘a espécie é tudo, o indivíduo é nada’ tiver se incorporado à humanidade e quando todos tiverem livre acesso a esta suprema libertação, a esta suprema irresponsabilidade? Talvez então o riso se tenha aliado à sabedoria, talvez haja aí então uma ‘gaia ciência’. Enquanto se espera, tudo caminha de maneira muito diferente e a comédia da existência ainda não ganhou ‘consciência de si’, enquanto se espera nós continuamos na idade da tragédia, no tempo das morais e das religiões.

Seria esse o caso ainda? Ou estaríamos mais próximos da derrisão total? Talvez. É evidente, contudo, que o filósofo alemão aposta fichas bastante valiosas no riso, diante do contexto de desespero a que está preso, pois considera como um elemento fundamental e condição necessária para educar o “espírito livre”. Assim, garante que quando “[...] a longo prazo, o riso, a natureza e o bom senso [...] tenham vencido

estes grandes professores de objetivo: a curta tragédia da existência, e – como diz Êsquilo – ‘o mar de inumeráveis risos’ acabará fatalmente por cobrir também o maior de todos estes trágicos” (NIETZSCHE, 2010, p. 36).

O controle sobre os discursos, a objetividade determinista que a ciência nos impõe, a necessidade de interdições, exclusões, de autoridade, encontrariam um oponente a altura: o riso. Nietzsche (2005, p. 177) deseja o momento em que, contrário a “aquele filósofo que, como autêntico inglês, tentou difamar o riso entre as cabeças pensantes – ‘o riso é uma grave enfermidade da natureza humana, que toda cabeça pensante se empenharia em superar’ (Hobbes) – [...]” será legítimo “[...] fazer uma hierarquia dos filósofos conforme a qualidade do seu riso – colocando no topo aqueles capazes da *risada de ouro*”. É, talvez, contra a figura do mestre de moral, que Nietzsche mais se exalta: “[...] de maneira nenhuma quer que nós ríamos da existência, nem de nós! Tampouco dele! Para ele o ser é sempre um ser, alguma coisa primeira, última, formidável; para ele não há espécie, não há soma, não há zeros” (NIETZSCHE, 2010, p. 36). Ora, é preciso seguir o conselho de Zaratustra: “o riso eu declarei santo: vós, homens superiores, *aprendei* – a rir” (NIETZSCHE, 1992, p. 23). Enquanto ele santifica o riso – pura ironia – neste trabalho, o riso é profanador, justamente porque instaura a dúvida.

Assim, a tese fundamental é de que um humor crítico, corrosivo, que negligencia a polidez ritualística, que desrespeita normas morais e mesmo éticas, que é palavra proibida, tem a potência de transformar relações de poder, estas nunca sendo permanentes ou fixas. O humor, quando distorce o discurso sagrado, quando desmoraliza o indivíduo que tem autorização de falar, quando quebra o silêncio cerimonial, ele provoca dúvida, estranhamento. Ele cria um lugar e um momento de reflexão. A ideia, contudo, não é acabar com os dispositivos, é jogar com eles, resistir a eles, constantemente. E, a partir desse jogo, criar

outras relações de poder entre os sujeitos. Bakhtin já havia feito essa relação, quando ele fala do riso no carnaval, sendo esse evento o lugar próprio à profanação. Porém, a ideia que se desenha aqui é transgredir um espaço e um momento apropriado, institucionalmente, à profanação.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. O amigo & O que é um dispositivo? Chapecó, SC: Argos, 2014.

ARISTÓTELES. Partes dos Animais. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

BATAILLE, Georges. La experiencia interior. Madrid: Taurus, 1973.

_____. O Erotismo. São Paulo: L&PM, 1987.

BERGSON, Henri. O riso. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ECO, Umberto O Nome da Rosa. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2013a.

_____. As Palavras e as Coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Estética: literatura e pintura, música e cinema. (Ditos & Escritos; III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b.

_____. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LORENZINI, Stefania. Corra! Há uma porta nos fundos: o humor como profanação. 2015, 107 f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. A Gaia Ciência. São Paulo: Martin Claret, 2010.

_____. Além do bem e do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. O Nascimento da Tragédia ou Helenismo e Pessimismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VISITAS DOMICILIARES PELA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA?

STEFANIE GRIEBELER OLIVEIRA²⁵⁰

JOSÉ RICARDO GUIMARÃES DOS SANTOS-JUNIOR²⁵¹

SILVIA FRANCINE SARTOR²

KIMBERLY LARROQUE VELLEDA²

CRICIÉLEN GARCIA FERNANDES²

FERNANDA SANT'ANNA TRISTÃO²⁵²

Resumo: A visita domiciliar, como instrumento de cuidado, vem sendo utilizada há certo tempo no campo da saúde, tomando contornos e configurações diferentes conforme as demandas do processo saúde-doença de cada tempo histórico/cultural. O termo mais recente, atenção domiciliar (AD), é utilizado para reorganizar o processo de trabalho das equipes e à redução da demanda hospitalar. Atualmente, se organiza em três modalidades: AD1, AD2 e AD3. A AD1, compõe parte das ações da Estratégia Saúde da Família (ESF) e a tomaremos como objeto de análise nesse trabalho. Desse modo, buscamos problematizar a AD1 como estratégia biopolítica. Trata-se de estudo foucaultiano, parte da tese intitulada “Melhor em casa? Uma história genealógica”. O material empírico foi constituído por seis documentos legais, que consistem em portarias e políticas de saúde pós-Sistema Único de Saúde, publicados no Diário Oficial da União. Foram utilizadas as ferramentas foucaultianas: poder, disciplina e a biopolítica. A atenção domiciliar, por meio da ESF consistiu uma ferramenta para o alcance de um novo modelo, centrado na qualidade de vida das pessoas. Não se trata de rastrear somente as doenças,

²⁵⁰ Doutora em Enfermagem UFPel. E-mail: stefaniegriebeleroliveira@gmail.com

²⁵¹ Acadêmicos de Enfermagem UFPel. E-mails: josericardog_jr@hotmail.com, sii.sartor@hotmail.com, kimberlylaroque@yahoo.com.br, cricielen@hotmail.com

²⁵² Doutoranda em Enfermagem UFPel. E-mail: enfermeirafernanda1@gmail.com

mas também os riscos e perigos que possam produzir doenças. Para identificação dos riscos, é preciso analisar relatórios produzidos por esses serviços de saúde. Não se trata mais de focar em populações específicas, apesar de existirem as prioridades. Trata-se de um imperativo “saúde para todos”, que é produtivo, pois tende a produzir um modo de vida único: um sujeito que cuida de sua saúde e cuida também da saúde dos outros. Diante disso, podemos estabelecer alguns traços que configuraram a atenção domiciliar como uma estratégia da biopolítica, como a manutenção de cuidados a populações específicas no que se refere a processos biológicos e ao mesmo tempo a inclusão de todos nesse processo, legitimando um governo dos vivos e saudáveis.

Palavras-Chave: Estratégia Saúde da Família; Visita Domiciliar; Serviços de Atenção Domiciliar; Biopolítica.

INTRODUÇÃO

A regulamentação da saúde como direito social é relativamente recente na história brasileira. A promulgação da Constituição da República Federativa de 1988 representou um marco na democracia nacional, ao mesmo tempo em que suscitou novas formas para garantir tais direitos (SILVA et al., 2013). Dentre as estratégias de cuidado implementados que compreendem o Sistema Único de Saúde (SUS), há a Atenção Domiciliar (AD), que objetiva reorganizar o processo de trabalho das equipes que prestam cuidado domiciliar na atenção básica, ambulatorial, nos serviços de urgência e emergência e hospitalar, com vistas à redução da demanda hospitalar, a humanização da atenção, a desinstitucionalização e a promoção da autonomia dos usuários em casa (BRASIL, 2013).

A atenção domiciliar é atividade inerente ao processo de trabalho das equipes de atenção básica, sendo necessário que estejam preparadas para identificar e cuidar dos usuários que se beneficiarão dessa modalidade de atenção, o que implica adequar certos aspectos na organização do seu processo de trabalho, bem como agregar certas

tecnologias necessárias para realizar o cuidado em saúde no ambiente domiciliar (BRASIL, 2012). Tal estratégia se organiza em três modalidades: AD1, AD2 e AD3. A primeira é de responsabilidade de atenção básica, em especial da Estratégia Saúde da Família (ESF), e as outras são de incumbência do Programa Melhor em Casa (BRASIL, 2013). Neste trabalho, tomaremos a AD1 como objeto de análise. Desse modo, buscamos problematizar a AD1 como estratégia biopolítica.

MÉTODO

Estudo foucaultiano, parte da tese intitulada “Melhor em casa? Uma história genealógica”. O material empírico foi constituído por seis documentos legais que consistem em portarias e políticas de saúde pós-Sistema Único de Saúde, publicados no Diário Oficial da União. Esse material foi encontrado no sítio Jus Brasil (<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>), mediante busca realizada em maio de 2013. Os excertos selecionados foram transcritos para uma planilha Excel, na qual eram informadas a referência, o excerto, a autoria e identificação da ferramenta foucaultiana a ser utilizada para análise. Esses foram selecionados pelo detalhamento dos conteúdos. Os documentos analisados estão identificados e codificados com a letra D e um número que sequencia a ordem dos documentos (ex: D1, D2...) conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Relação e codificação dos documentos analisados

Código	Documento
D1	Portaria nº 1.742 de 30 de agosto de 1996
D2	Portaria n. 9, de 12 de janeiro de 1996
D3	Portaria n.44 de 11 de fevereiro de 1999
D4	Portaria n. 779, de 14 de julho de 2000
D5	Portaria n. 352, de 30 de agosto de 2001
D6	Portaria n. 648, de 28 de março de 2006

Para orientar a análise documental e compor o estudo foram utilizadas as ferramentas foucaultianas, como forma de problematizar os discursos circulantes a respeito da atenção domiciliária: poder, disciplinar e a biopolítica. O poder rege os enunciados e a forma como se organizam para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente. Não se trata de saber qual é o poder que age do exterior, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados e como e porquê em certos momentos eles se modificam e em outros não. O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito não é uma força que diz não, mas a que induz ao prazer, forma o saber e produz o discurso, constituindo uma rede produtiva (FOUCAULT, 2009). O poder disciplinar inclui um conjunto de técnicas que permitem um controle minucioso do corpo, realizando a sujeição constante de suas forças e impondo-lhe uma relação de docilidade-utilidade, isto é, uma relação que não estabelece somente a maximização das forças do corpo, nem tampouco o aprofundamento da sujeição, mas sim uma relação que o torna mais obediente e útil (FOUCAULT, 2013).

A biopolítica lida com a população como um problema político e consiste em uma estratégia para racionalizar os problemas da prática governamental. Vale-se da estatística, não para mudar algo no indivíduo, mas para intervir naquilo que é determinante na população, especialmente no conjunto de processos como nascimento, morbidade, mortalidade, isto é, naquilo em que é possível regular, de modo a levar ao equilíbrio, assegurar compensações e proporcionar segurança (FOUCAULT, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a Norma Operacional Básica (NOB) de 1996, a gestão plena da saúde foi direcionada ao município, sendo a esfera estadual e nacional apenas corresponsável. Essa norma previu financiamentos para

os programas de saúde do Ministério da Saúde, cabendo aos gestores municipais solicitar a implantação de tais programas, de forma a efetivar e consolidar o SUS. A Estratégia Saúde da Família foi prevista nessa norma, uma vez que ela consistiu em uma ferramenta para o alcance de um novo modelo, centrado na qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente, que buscava articular a clínica com a epidemiologia, e se amparar em um trabalho de equipe não mais centrado no médico. Constituiu-se em uma forma de redução dos gastos exagerados pela incorporação tecnológica desregulada e possibilidade de efetivar o acesso universal de todos aos serviços de saúde (BRASIL, 1996). Na parte que abordou sobre os lugares possíveis de atenção à saúde, o domicílio foi mencionado como espaço de atuação:

A atenção à saúde, que encerra todo o conjunto de ações levadas a efeito pelo SUS, em todos os níveis de governo, para o atendimento das demandas pessoais e das exigências ambientais, compreende três grandes campos, a saber: a) o da assistência, em que as atividades são dirigidas às pessoas, individual ou coletivamente, e que é prestada no âmbito ambulatorial e hospitalar, bem como em outros espaços, especialmente no domiciliar (D1).

Percebemos nesse excerto que não foi mencionado uma população específica, mas pessoas em geral que precisavam ter suas demandas atendidas. Destacamos que esta atenção à saúde, definida por um conjunto de ações, que pode ser prestada em diversos espaços, “especialmente no domiciliar”, funciona como uma estratégia biopolítica, pois tornou-se possível adentrar no domicílio, para conduzir as condutas dos indivíduos e famílias.

Um dos programas que utilizaram e utilizam a visita domiciliar como atividade de atenção à saúde, foi o Programa Saúde da Família (PSF), o qual integrou uma das possibilidades de financiamento pela esfera nacional na NOB/96. Tal proposta teve como diretrizes

operacionais: caráter substitutivo ou caráter inovador - substituição das práticas convencionais de assistência por um novo processo de trabalho, centrado na vigilância à saúde; a integralidade e hierarquização - a ESF inserida no primeiro nível de ações e serviços do sistema local de saúde, denominado atenção básica, e, deveria estar vinculada à rede de serviços, de forma a garantir a atenção integral aos indivíduos e às famílias, assegurando dessa forma, a referência e a contra-referência para clínicas e serviços de maior complexidade; territorialização e adscrição (cadastramento) da clientela - a Unidade de Saúde da Família inserida em um território de abrangência definido se responsabilizaria pelo cadastramento e o acompanhamento da população vinculada (adscrita) a esta área; equipe multiprofissional - a Equipe de Saúde da Família deveria ser composta minimamente por um médico generalista ou médico de família, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde (ACS) (BRASIL, 1997). O PSF foi se reconfigurando com novas regulamentações (BRASIL; 2001a; 2001b; 2006; 2011). Para Weber (2011), o PSF, como um dispositivo biopolítico, como um elemento discursivo, permite propagar em toda a capilaridade do tecido social ao seu alcance, a racionalidade que coloca em jogo, a bem-estar social configurada na Constituição Brasileira de 1988.

A visita domiciliar como instrumento de intervenção biopolítica permitiu, conforme Fonseca (2012), que o espaço da casa fosse invadido por agentes estatais com a proposta de higienizar a cidade inteira, evitando dessa forma, as doenças em massa. A correta disposição dos sujeitos em suas casas, escolas e locais de trabalho, a forma como eles se relacionaram com suas necessidades biológicas, e o efeito de conjunto representado pela vida desses sujeitos em sociedade entra, portanto, na pauta do saber médico que, em suas práticas de intervenção, procede ao mesmo tempo enquanto poder sobre todos e cada um.

Primeiro tivemos uma tecnologia disciplinar no início do Século XX no Brasil, que era centrada no corpo, no corpo do tuberculoso, que produzia efeitos individualizantes, manipulava o corpo como foco de forças que era preciso tornarem-se úteis e dóceis ao mesmo tempo (OLIVEIRA; KRUSE, 2016). E agora, uma tecnologia que, por sua vez, não se centra no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar as crises que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade destes eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. Algo como um equilíbrio, uma homeostase, o estabelecimento de regularidades (FOUCAULT, 2005).

Foucault (2011) salienta que o surgimento progressivo da grande medicina do século XIX não pode ser dissociado da organização, na mesma época, de uma política da saúde e de uma consideração das doenças como problema político e econômico, que se coloca às coletividades e que elas devem tentar resolver ao nível de suas decisões de conjunto. A saúde de todos como urgência para todos; o estado de saúde de uma população como objetivo geral. Para tanto, diversos aparelhos de poder devem se encarregar dos "corpos", não simplesmente para exigir deles o serviço do sangue ou para protegê-los contra os inimigos, não simplesmente para assegurar-lhes os castigos ou extorquir as rendas, mas para ajudá-los a garantir sua saúde. O imperativo da saúde: dever de cada um e objetivo geral (FOUCAULT, 2011).

No Brasil, esse imperativo tem seu ápice na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em um momento pós-ditadura e retorno a “democracia”. Pensamos ser interessante destacar que não havia um saber discursivo em torno das definições discutidas nessa conferência para o novo sistema de saúde. À medida que o sistema foi sendo implementado pelo Estado, tanto pelas regulações que orientaram as

ações dos profissionais de saúde como por meio da alimentação de dados nos sistemas de informação, as novas regulações foram surgindo mediante as análises que foram sendo realizadas em cima de relatórios. Uma constante construção, redefinição, “democrática”, com participação dos envolvidos, conforme os princípios apregoados. Os saberes foram formados em torno das ações. O que é a visita domiciliar? Por quem ela deve ser desenvolvida? Para quem e para quê? Profissionais e usuários foram ouvidos por pesquisas e emitiram suas opiniões. Isso foi produzindo definições, demarcações, limitando o que se pode dizer sobre a visita domiciliar.

Um estudo realizado com usuários dos serviços de saúde mostrou que a visita domiciliar facilitaria o acesso aos direitos, técnicas, diagnóstico. Todavia a comunicação ineficaz foi apontada como um desafio na relação usuário e equipes de saúde, pois dificulta a identificação das demandas de saúde. Os usuários também apontaram que as visitas ainda são esporádicas e insuficientes (ALBUQUERQUE; BOSI, 2009). Outro estudo, com profissionais de saúde, acerca da visita domiciliar, que a definiu como uma ferramenta do cuidado domiciliar, potencializadora para a ESF, visto que faz despertar interesse nas questões de saúde, estreita a relação entre equipe e comunidade, permitindo que se possa ver o indivíduo na sua singularidade (DRULLA et al., 2009).

A ampliação e oferta de diversas modalidades de cuidado foram necessárias, como a visita domiciliar, visto que essa iria propiciar que o profissional conhecesse o contexto do indivíduo, para melhor conduzir suas condutas. A normalização da visita domiciliar fez com que os profissionais conduzissem os pacientes, por meio de técnicas disciplinares para que o tratamento, o controle e o acompanhamento fossem mais efetivos. As ações de saúde como promoção, proteção e recuperação, previstas em diversos espaços de atenção à saúde, como

domiciliar, ambulatorial e hospitalar, permitem que o paciente possua uma continuidade no seu atendimento.

Em 1999, o Ministério da Saúde lançou outro Manual para a Organização da Atenção Básica, incluindo o cadastramento e implantação do cartão SUS, enfatizando que, se realizado no domicílio, torna-se possível a captação de informações de forma mais fidedigna.

1. Cadastramento e Implantação do Cartão SUS - o cadastro permite a identificação de indivíduos ou famílias, o conhecimento das condições de moradia, de saneamento e condições ambientais das áreas onde as pessoas residem, assim como outras informações de interesse do município. Para possibilitar essa amplitude de informações, recomenda-se a realização do cadastramento domiciliar de forma ativa, ou seja, através de visitas a cada domicílio (D3).

Ao adentrar no domicílio para captação de informações para o Sistema Único de Saúde, as possibilidades de conhecer as condições socioeconômicas dos residentes tornam-se maiores. Com essas informações e acúmulo de saber, não somente os indivíduos seriam acessados, mas também a coletividade. As regularidades podem ser traçadas a partir desse acúmulo de saber para a previsão de riscos para essa população. E tais informações são mais próximas do “real”, se coletadas no local em que essas pessoas residem. Nesse sentido, a formação discursiva em torno da visita domiciliar, como forma de operacionalizar a atenção domiciliar, foi acontecendo à medida que as regulações foram sendo elaboradas. Inicialmente pensada pelos princípios do SUS, ela foi tomando forma e mostrando suas possibilidades de aproximar a equipe dos usuários, de propiciar que a equipe identifique as demandas dos usuários em seus contextos.

Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil (FOUCAULT, 2013). O domicílio como um espaço de intervenção tornou-se útil pelas informações “estruturais” das condições socioeconômicas que “revela”. Mas não somente a definição de lugar está em jogo nesse excerto, mas a inclusão do usuário nesse sistema de saúde, nessa biopolítica. E se ela constitui uma política da vida, conforme Gadelha (2013), uma política que se aplica à vida dos homens, ao homem como ser vivo, ela toma como objeto um corpo-espécie da população, um corpo numerável, um corpo que se constitui então como problema econômico, político, social, científico e médico-biológico. Ao invés de proceder somente pelas individualidades, como o poder disciplinar, a biopolítica procede por massificação.

Com a estratégia saúde da família, uma equipe mínima de profissionais atua para conduzir a saúde da população, são eles: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, e os agentes comunitários de saúde. Mais tarde, os profissionais da área odontológica, como dentistas e auxiliares de consultório dentário são incluídos nessa estratégia. Há atribuições gerais, comuns, para os profissionais dessa equipe de saúde da família, para os profissionais de saúde bucal e para os agentes, que podem ser complementadas pela gestão local, conforme a necessidade.

As atribuições globais abaixo descritas podem ser complementadas com diretrizes e normas da gestão local acompanhadas no planejamento local [...] II - realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; VI - desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à

saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco; VII - acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe (D6).

A visita domiciliar apareceu como um operador das ações de promoção de saúde, prevenção de doenças e agravos, e também de vigilância de saúde. Os profissionais de saúde possuem atribuições comuns. Quem as realiza e identifica situação de risco, deve informar toda a equipe, para que essa possa estabelecer um plano de atenção conforme as necessidades apresentadas.

Trata-se não mais de somente vigiar e punir, mas de rastrear e intervir, como disse Rose em entrevista com Spink (2010). Não se trata de rastrear somente as doenças, mas também os riscos e perigos que possam produzir doenças. Para identificação dos riscos, é preciso fazer a análise dos relatórios produzidos por esses serviços de saúde, por meio dos dados informados nos sistemas de informação. Essa análise requer relações entre doenças, agravos, condições de moradia, de educação, de trabalho, para definição dos riscos. Depois de definidos os riscos, torna-se possível governar os ditos saudáveis, uma vez que buscando educá-los, são produzidos os modos de vida saudável homogêneos, o que permite o estabelecimento das regularidades. Tal educação, ou pedagogia, ocorre por meio dos discursos da saúde que circulam, enunciando sobre qualidade de vida, prevenção de doenças, que prometem a segurança da população.

Além disso, a extensão dessas intervenções biopolíticas ao domicílio das pessoas, saudáveis ou portadoras de alguma doença, permite a produção de modos de vida, preferencialmente homogêneos, em torno do que se pensa ser necessário para obtenção de saúde. Não há

dúvida, para Rose (2007), que as práticas orientadas para a saúde modificaram e continuam modificando a vida do ser humano contemporâneo. O controle dos sistemas de abastecimento de água, de esgoto, a administração de cemitérios, a vigilância de alimentos, e a higienização geral de diversos espaços, como os domiciliares, os públicos, e também do ambiente de trabalho, produziram e modificaram a capacidade de longevidade, de morbidade. Essas práticas também mudaram as relações que os seres humanos possuem com suas espécies companheiras de bactérias, vírus, parasitas. A vacinação possibilitou milhões de vidas salvas, e contribuíram para o crescimento da população, bem como para a possibilidade de viver em cidades. Relacionamo-nos consigo mesmo e com os outros por meio de uma ética e de uma forma de vida que é intrinsecamente associada ao campo de saber da saúde. Nesse sentido, esse campo mudou sua lógica há algum tempo, ou seja, não trata mais somente de diagnosticar e curar a doença.

O código de procedimento da assistência domiciliar para profissional de nível superior traz maiores detalhes para sua definição. Além disso, inclui o odontólogo nessa atividade:

04.012.04-6 - Assistência domiciliar em Atenção Básica por profissional de nível superior do programa saúde da família- atendimento domiciliar, contínuo e regular de pessoa acamada ou com dificuldade de locomoção, realizado por equipe multidisciplinar do PSF, com adscrição de clientela, a território determinado. Inclui todas as ações de odontologia (visita domiciliar, consulta domiciliar por profissional de nível superior, atividades educativas com paciente, família, o cuidador e a comunidade. administração de medicamentos, curativos, coleta de material e exames laboratoriais) (D5).

Esse código permite a quantificação do procedimento, conforme já destaquei anteriormente, e também define quem vai receber a

assistência e quem poderá realizá-la. Esse atendimento pode ser contínuo ou regular, dependendo da necessidade do paciente, e esse, para recebê-la deverá ser enquadrado em situação de incapacidade de locomoção até a unidade. Nessa assistência, tornam-se possíveis ações de ordem de promoção de saúde, proteção e recuperação, visto que se podem realizar educação em saúde, curativos, administração de medicamentos, etc. Uma medida também econômica já que evita o deslocamento do paciente até a unidade de saúde.

Temos visto uma intensificação e generalização de estratégias de promoção de saúde desenvolvidas – direcionando os indivíduos a monitorarem sua própria saúde (ROSE, 2001). Para que o Estado governe menos, mas pareça governar mais, é preciso disponibilizar os agentes estatais. Primeiramente foram médicos a serem utilizados como agentes estatais, conforme Foucault no texto sobre a Política da Saúde a partir do Século XVIII, e Costa (2004), que estudou essa questão no Brasil, afirma que se iniciou no século XIX. Rose (2013) salienta que os médicos continuam como especialistas (importantes nos séculos XVIII, XIX e XX), e que os médicos foram centrais para o desenvolvimento das artes de governo, não somente o governo dos outros, mas também, em relação às artes de governo de si mesmo. Mas os médicos, atualmente, não são os únicos especialistas, pois há um conjunto de profissionais que se dedicam a aconselhar e intervir (enfermeiras/os, terapeutas de toda a ordem, fisioterapeutas, nutricionistas, especialistas em promoção da saúde, conselheiros em educação, conselheiros em planejamento familiar, aconselhamento genético, entre outros).

Em 1996, uma portaria mencionou que os enfermeiros devem coordenar o trabalho dos agentes comunitários de saúde:

027-2 - Atividades executadas por agentes comunitários de saúde (sob responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde) - Componentes - Visita domiciliar

(atividade externa solicitada e supervisionada por profissional enfermeiro segundo objetivos pré estabelecidos), já incluídas ações executadas tais como cadastramento familiar, identificação, encaminhamento e acompanhamento da população alvo para atendimento nas unidades de saúde (D2).

Mas que atribuições são estas? Estas desenvolvidas, ou que devem ser desenvolvidas por esse novo agente estatal que possui autorização e status para adentrar nos domicílios coletando informações sobre as condições de saúde de indivíduos, famílias e comunidades. São atribuições específicas do agente comunitário, que envolvem ações no domicílio:

II - trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea; III - estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe; IV - cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados; V - orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; VI - desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco; VII - acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe [...] (D6).

A estratégia de saúde da família preconiza que as famílias devem receber em média, uma visita domiciliar mensal dos agentes comunitários de saúde. Na visita domiciliar são difundidos hábitos saudáveis de promoção

de saúde e são reforçados os vínculos entre as famílias e a equipe de saúde (D4).

É o agente comunitário que vai fazer o acompanhamento mensal das famílias de sua microárea, cadastrando e atualizando cadastros, realizando orientações de saúde, de acesso a serviços de saúde, e identificando riscos na população acompanhada. O domicílio torna-se um espaço possível para as intervenções estatais de saúde, não somente para tratamento e isolamento do doente, como no Programa de Profilaxia da Tuberculose, mas um espaço para promover a saúde dos indivíduos, fazendo com que se produzam sujeitos que cuidem de sua própria saúde. Os agentes comunitários, por sua vez, são supervisionados pela equipe de saúde, em especial, por enfermeiros. Eles são o elemento chave que vai levar as informações de saúde, doença, risco, para a equipe, pois precisam manter contato permanente com as famílias de sua responsabilidade.

Cada Estratégia Saúde da Família possui uma área de abrangência, um território, e essa área subdivide-se em microáreas. Cada agente comunitário atua em uma. O agente comunitário possui como função realizar visitas domiciliares às pessoas e famílias, adscritas em um território. Inicialmente, no primeiro contato com essa família, o agente irá realizar o cadastro da família, conforme a Ficha A, proposta pelo Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) (BRASIL, 2003). Nessa ficha, dados sócio-demográficos e ocupacionais (se adultos em relação ao trabalho, se crianças ou adolescentes acerca da escola) são coletados, e também dados sobre o estado de saúde e doença das pessoas que residem no mesmo domicílio. No verso da ficha, informam-se dados em relação à estrutura da casa, saneamento básico, luz elétrica, utilização de meios de comunicação e informação, bem como, acesso a outros convênios de saúde. Esses domicílios cadastrados pertencem a um território, demarcado, conforme o número de famílias ou pessoas. Mensalmente, os agentes comunitários precisam atualizar esses

cadastros junto às famílias, para informar no sistema de informações alguma alteração. Essas informações detalhadas sobre cada família permitem que a equipe de saúde possa traçar um plano de atenção/intervenção para cada pessoa ou família, mas também possibilitam, com os dados coletivos, a identificação de necessidades e demandas daquele local. Além de cadastrar, identificar, atualizar esses dados cadastrais, os agentes comunitários também devem encaminhar os usuários aos serviços, e ajudar na aproximação da equipe de saúde com as pessoas residentes na área de abrangência. Por ser obrigatório que o agente resida na área de abrangência que ele vai atuar, eles agregam ao dispositivo médico, os aspectos sociais e culturais da comunidade em que atuam.

Todas essas informações sobre os agentes comunitários são importantes, pois eles são considerados como o “elo” entre a ciência e o saber popular. Mas de que modo ocorreu o aparecimento desses ACS e como foram definidas suas funções? Em 1987, o Estado do Ceará organizou um programa de saúde no nível da atenção primária, e recrutou agentes comunitários para realizarem visitas domiciliares, os quais eram supervisionados por enfermeiras. Esse programa teve alguns pontos chaves: ter um território geográfico definido para cada agente atuar, e este, residir pelo menos cinco anos nesse local; a ênfase nas ações era na promoção de saúde, com algumas ações curativas em relação a verminoses, em que os medicamentos foram incluídos; o pagamentos desses novos trabalhadores era exclusivamente de impostos; e o programa era de baixo custo por não haver médicos. Nas primeiras doze semanas, os agentes recebiam uma capacitação das enfermeiras, com orientações para a saúde. Em 1994, ainda no Ceará, os agentes integram o programa saúde da família (SVITONE et al., 2000). Esses papéis assemelham-se com o das visitadoras no Programa de Profilaxia da Tuberculose da década de XX.

O agente comunitário, este novo agente estatal de biopolítica, é forjado, é fabricado, e o interessante é que ele é um sujeito que sai da própria comunidade, pois é um sujeito que deve morar nesse lugar, nesse território de atuação, que não é o território do soberano, porque ele é um território que tem vida, que tem elementos que modificam essa coletividade, essa população. Esse território é delimitado pelo poder disciplinar, porque ele vai permitir estabelecer a ordem das coisas nesse lugar. Esses quarteirões da cidade são cercados, para que se possa colocar os indivíduos, cada um no seu lugar. Uma institucionalização do território, para que se possa intervir, vigiar, analisar, esquadrinhar, classificar e estabelecer regularidades. O agente comunitário, como agente estatal, residindo no local de atuação, será reconhecido como tal pelas pessoas que ali residem, deixando-o adentrar na sua residência. Assim, ele vai recebendo o status de profissão. Ele como elo, entre a comunidade e a equipe, produz uma população que se sente beneficiada, atendida no seu direito a saúde, mas também que agrega determinados deveres, como cuidar da sua própria saúde, uma vez que, os agentes levam informações de prevenção de doenças, ou fazem encaminhamentos, até a unidade de saúde, para os outros profissionais poderem fazer as suas intervenções. Interessante trazer essa parte da disciplina, que é essa fabricação do agente comunitário, os outros profissionais já fabricados há certo tempo, o médico, o enfermeiro, e agora esse agente que recebe detalhadamente as suas atribuições, conforme o que é preconizado no SUS.

As disciplinas organizam lugares, no caso, o território da abrangência. Conforme Foucault (2013), isso se constitui na produção de quadros vivos, os quais transformam multidões confusas, inúteis em multiplicidades organizadas, úteis. Ou seja, cercando, delimitando esse território, essa área de abrangência da ESF, e depois, quadriculando-o em microáreas para a atuação dos agentes comunitários de saúde, instrumentos de intervenção biopolítica – assim como o enfermeiro, o

médico, o técnico de enfermagem, o odontólogo, entre outros profissionais – tende-se a estabelecer a ordem nesse lugar, onde é possível analisar os riscos, doenças e agravos que atingem indivíduos, família e a população. Além de ser econômico para o Estado, o imperativo saúde para todos, é produtivo, pois tende a produzir um modo de vida único: um sujeito que cuida de sua saúde e cuida também da saúde dos outros. Em outras palavras, um sujeito que governa a si e governa aos outros. Uma institucionalização do território e também uma institucionalização do domicílio das pessoas.

O papel do enfermeiro também é detalhado, tanto para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, quanto para a Estratégia Saúde da Família, mas selecionei apenas o que se refere à atuação dele no ambiente domiciliar.

I - realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade [...] IV - realizar consultas e procedimentos de enfermagem na Unidade Básica de Saúde e, quando necessário, no domicílio e na comunidade (D6).

Ao médico, além das visitas domiciliares, atribui-se:

V - indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário (D6).

Esse detalhamento das atribuições foi necessário para definir o lugar de cada indivíduo e também fabricar os agentes estatais necessários para realizar as intervenções biopolíticas. Essa fabricação mediante as

normas, permite que esses profissionais sejam reconhecidos pela comunidade como interventores de saúde, como aqueles que se fazem presentes para assegurarem sua saúde, sua vida. Para Foucault (2013), o quadriculamento ou a localização imediata torna-se necessária para anular “os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa” (p.138). O autor ainda acrescenta que é preciso saber onde e como encontrar os indivíduos, estabelecer as comunicações úteis, cessar as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa problematização da atenção domiciliar, podemos estabelecer alguns traços que a configuraram como uma estratégia da biopolítica. Entre eles, a função de inclusão de populações específicas no que se refere a processos biológicos, mas também a populações gerais, no imperativo de saúde para todos, fazendo valer que o conceito de saúde como direito de todos e dever do Estado; tal inclusão nesse jogo da saúde se ampara nos objetivos de rastrear para intervir, ou seja, conhecer para melhor governar, identificar para prevenir problemas que venham afetar a população; utilização de estatísticas, não apenas para quantificar a população, mas para estabelecer a quantidade de procedimentos necessários para legitimar uma assistência em saúde com qualidade; articulação de táticas e estratégias disciplinares para o bom funcionamento das políticas de saúde, ou seja, a distribuição de cada um em seus espaços, e a estratégias de captação de mais sujeitos nesses discursos. Um governo dos vivos, saudáveis e doentes, um governo de todos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A.B.B.; BOSI, M.L.M. Visita domiciliar no âmbito da Estratégia Saúde da Família: percepções de usuários no município de

Fortaleza, Ceará, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p.1103-1112, maio 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1742, de 30 de agosto de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 set.1996. Seção I, p.17064-17071.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº1886, de 18 de dezembro de 1997. Aprova as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dez.1997. Seção I, p. 11-13.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático do Programa Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001a. Parte 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático do Programa Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001b. Parte 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. SIAB: manual do Sistema de Informação de Atenção Básica. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 648, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 mar. 2006. Seção I, p. 71-76.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 out. 2011. Seção I, p.48-55.

BRASIL. Ministério da Saúde. Melhor em casa: A segurança do hospital no conforto do seu lar. Caderno de atenção domiciliar Brasília: Ministério da Saúde, 2012. .

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 963 de 27 de Maio de 2013. Redefine a atenção domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 27 mai. 2013. Seção I, p.48-55.

COSTA, J.F. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

DRULLA, A.G.; ALEXANDRE, A.M.C.; RUBEL, F.I.; MAZZA, V.A. A visita domiciliar como ferramenta ao cuidado familiar. Cogitare Enfermagem, Curitiba, v. 14, n. 4, p.667-674, out./dez. 2009.

FONSECA, J.P.A. Normalização e bio-poder na obra de Michel Foucault. Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia, Pouso Alegre, v. 4, n. 11, p. 75-90, 2012.

FOUCAULT, M. Em defesa da Sociedade: Curso dado no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes; 2005.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal; 2009.

FOUCAULT, M. A Política da saúde no século XVIII. In: _____. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 357-373.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Vozes; 2013.

GADELHA, S. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

OLIVEIRA, S.G.; KRUSE, M.H.L. Gênese da atenção domiciliária no Brasil no início do século XX. Revista Gaúcha de Enfermagem. v. 37, n.2, p.1-92016.

ROSE, N. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

ROSE, N. Beyond medicalisation. *Lancet*, London, v. 369, no. 24, p. 700-701, 2007.

ROSE, N. The politics of life itself. *Theory, Culture e Society*, London, v. 18, no. 1, p. 1-31, Dec. 2001.

SILVA, K.; SENA R.R.; FEUERWERKER, L.C.M.; SOUZA, C.G.; SILVA, P.M.; RODRIGUES, A.R. O direito à saúde: desafios revelados na atenção domiciliar na saúde suplementar. *Revista saúde e sociedade*. São Paulo, v.22, n.3, p.773-784, 2013.

SPINK, M.J.P. Cérebro, self e sociedade: uma conversa com Nikolas Rose. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-324, jan./mar. 2010.

SVITONE, E. C. et al. Primary health care lessons for the Northeast of Brazil: the Agentes de Saúde Program. *Pan American Journal of Public Health*, Washington, v. 7, no. 5, p. 293-301, Dec. 2000.

WEBER, C.A.T. Programa Saúde da Família e o governo das populações. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 867-882, set./dez. 2011.

MÚSICA E CULTURA: MODOS DE FABRICAR A NATUREZA

VIRGÍNIA TAVARES VIEIRA²⁵³

PAULA CORRÊA HENNING²⁵⁴

Resumo: O presente artigo trata de uma pesquisa que tem como escopo compor uma conversa entre Música, Cultura e Sociedade. A intenção é investigar algumas das condições de possibilidade para a emergência de um enaltecimento da natureza na música pampeana gaúcha, bem como a forma como vem se constituindo um discurso de natureza nesta região. Para isso, tomaremos como *corpus* discursivo algumas letras de música atreladas à cultura do Rio Grande do Sul, colocando em suspenso enunciações de paisagem natural, homem, bem como a relação dos sujeitos com a paisagem natural do pampa gaúcho. Apoiada em autores como Michel Foucault, Leandro Guimarães e Isabel Carvalho a pesquisa demonstra a importância da cultura na produção de saberes e verdades que nos constituem, entendendo que por meio desta somos ensinados a perceber um mundo e se expressar nele.

Palavras-chaves: Música Pampeana, Cultura, Natureza

Introdução

Investigar algumas das condições de possibilidade para a emergência de um enaltecimento da natureza na música pampeana gaúcha é o propósito desta pesquisa. Neste artigo temos como objetivo

²⁵³ Graduada em Música. Mestre e Doutoranda em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. vi_violao@yahoo.com.br

²⁵⁴ Pedagoga. Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Paula.c.henning@gmail.com

ir cercando o nosso problema de pesquisa. Para isso, neste texto, nos interessa mostrar ao leitor o quanto a natureza se faz presente em muitas letras de música pampeana. Pontuaremos alguns conceitos importantes que nos fazem ver e ler a natureza do pampa gaúcho de uma forma naturalizada na história e na cultura.

Para dar conta desta investigação procuramos fazer “um tipo especial de história” e, assim, apreender quais as condições de possibilidade para a emergência da natureza no material colocado em suspenso. Nas palavras de Veiga-Neto,

[...] trata-se de uma história que tenta descrever uma gênese no tempo. Mas, na busca da gênese, a história genealógica não se interessa em buscar um momento de origem, se entendermos *origem* no seu sentido “duro”, isso é, como uma solenidade de fundação em que “as coisas se encontravam em estado de perfeição”, ou se entendermos como “o lugar da verdade” (VEIGA-NETO, 2007, P. 56) [grifos do autor].

Este é o sentido que Michel Foucault dá para a história. Para o filósofo, esta só tem razão de ser, com fim de entender o presente. Neste sentido, buscaremos apreender o que é dito sobre o homem, sobre o sujeito gaúcho, sobre a natureza que, atrelados, vão constituindo um discurso de natureza romântico nas/das terras do Pampa Gaúcho. Como referenciado acima, nossa busca não está em encontrar um ponto de origem, uma essência – a verdade na história, pois “Procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, ‘o aquilo mesmo’, de uma imagem exatamente adequada a si” (FOUCAULT, 1979, p. 17). Para Foucault, a importância da história esta em nos possibilitar apreender que discursos, que práticas foram se constituindo a partir de determinadas condições sociais, políticas, econômicas e culturais e que, na contemporaneidade nos aparecem como uma verdade universal.

Tomamos a música como *corpus* discursivo, por entendermos sua potência na fabricação de verdades e sentidos no mundo em que vivemos. Nas últimas décadas tal artefato cultural vem despertando cada vez mais o interesse de pesquisadores como um instrumento de grande relevância para compreendermos a história e a realidade que nos cerca. Tratamos a música como um contíguo de questões sociais, políticas, econômicas, culturais e de subjetividade humanas. Abordamos esta arte como artefato cultural potente na (re) produção de saberes e verdades que nos interpelam e nos constituem enquanto sujeitos de um determinado tempo social e cultural.

Nossa proposta é compor uma conversa entre Música Pampeana Gaúcha, Cultura e Sociedade com o objetivo de evidenciar o quanto e como a natureza está presente nessas músicas, problematizando também como se constitui um discurso de natureza nas terras sul-rio-grandense. Panitz (2010) entende a música como um fenômeno artístico capaz de criar representações sociais e espaciais agindo no e sobre o espaço e, desta forma a reproduzindo de um modo particular. De acordo com o autor, podemos entender esta arte como um instrumento potente a nos fazer apreender como constituímos o espaço geográfico e cultural do pampa. Ou seja, como fabricamos por meio da música a natureza pampeana, a relação do homem com a paisagem natural destas terras que representam, muitas vezes, o Rio Grande do Sul. Trazemos a questão geográfica pontuada por Panitz (2010) por entender que esta contribui significativamente para a constituição dos sujeitos que habitam as terras sul-rio-grandenses e, que estas representações atravessam e são também atravessadas pela música desta região. De acordo com esta colocação, Dos-Santos (2012, p. 56) nos diz que “A canção é uma das formas, aliás não-forma, que tem expressado ao longo dos anos as paisagens, lugares e cenas do cotidiano. Neste sentido, a letra da canção pode ser encarada como fonte de representação das pessoas e lugares”. Salientamos que as

paisagens naturais do Pampa são enunciações recorrentes na música gaúcha e, desta forma, vêm fortemente fabricando sujeitos, bem como modos de ser e viver nestas terras. Aqui investigaremos como essas enunciações contribuem para a constituição de um discurso de natureza, e de que forma, o homem se relaciona com este ambiente natural. Para isso, tomaremos como corpus discursivo algumas obras artísticas que estavam e estão intimamente atrelados a cultura de nosso Estado. Podemos dizer que por meio da música vamos sendo ensinados a olhar a natureza do Pampa gaúcho, bem como os hábitos e costumes do homem com esse cenário natural. Por entender que esta arte expressa a vida e a cultura desses sujeitos e suas relações com as paisagens naturais é que propomos essa conversa entre música, cultura e sociedade.

Um pouco do Pampa

A Pampa é um país com três bandeiras e um homem que mateia concentrado, seus olhos correm por sobre as fronteiras que o fazem tão unido e separado! A Pampa é um lugar que se transcende, fronteiras são impostas pelas guerras; "y el gaúcho", com certeza, não entende três nomes, três brasões pra mesma terra! O campo a se estender, imenso e plano, alarga o horizonte "mas allá"... Talvez seja por isso que o pampeano enxerga além... De onde está! Assim é o povo fronteiro, tropa, cavalo e tropeiro vão na mesma vez... Pátria e querência na estampa, somos um só nessa pampa, mas se contam três... Por que se contam três? Meu verso vem de Jaime e Aureliano, de Rillo e Retamozo - um céu azul! Sou Bento e Tiaraju, heróis pampeanos da forja desse Rio Grande do Sul! A voz vem de Cafrune e canta assim, a rima de Lugones, minha sina, e a fibra de Jose de San Martín; a História é quem me inscreve na Argentina! Meu canto vem de Osiris, voz antiga da Pampa que em meu sangue

não se esvai... Comigo vem Rivera, vem Artigas...
Legenda eu sou... No Uruguai! Rumos dessa Pampa
Grande, viemos dos versos de Hernandez, somos céu e
chão... Todo o pampeano, sem erro, tem muito de Martin
Fierro pelo coração... Dentro do coração!(Pampa, Joca
Martins, 2008).

Um campo a se estender imenso e plano – onde céu e campo se encontram no horizonte – é desta paisagem que gostaríamos de falar. A região do Pampa, cenário de múltiplos processos históricos e culturais, herança dos diversos povos que habitaram estas regiões, até nossos contemporâneos, contribuíram significativamente para a construção da cultura pampeana. Para entendermos sua geografia, bem como tais procedimentos culturais, trazemos sucintamente algumas considerações deste campo imenso que foi cenário/palco de grandes artistas que, por meio da música, ao longo dos tempos vêm narrando o Pampa.

Em uma pesquisa prévia, pudemos observar o quanto se faz presente na música pampeana peculiaridades que descrevem os hábitos e costumes dos sujeitos habitantes destas terras, principalmente em sua relação com a natureza. Músicas estas que tem por características cantar as coisas de uma natureza naturalizada. Com isso, ressaltamos a importância de olharmos para música como um instrumento que é capaz de produzir discursos e verdades diante desse entrelaçamento entre cultura e sociedade.

De acordo com Dos-Santos (2012, p.51), “o pampa é horizonte do viver e das relações socioculturais de diversos povos que ali se encontraram ao longo dos anos, desde os indígenas até os nossos contemporâneos”. Para o autor ela é “peculiar e característica”, pois carregamos a herança de nossas colonizações luso-espanhola, indígena, africana, alemã e italiana.

É com esse intuito que o estudo se apresenta. Estabelecer um entrelaçamento entre música e cultura para problematizarmos: que ideal de natureza está posto nas letras colocadas em suspenso? Qual relação existente entre o homem e o ambiente natural da região sulina que compõem e delineiam o Pampa? Esses são alguns dos questionamentos que nos movem à escrita do texto. Entender que discurso de natureza está presente na música pampeana torna-se importante, pois através deste vamos sendo ensinados, educados e, assim, dando sentido e significado as coisas e ao mundo, como nos diz Veiga-Neto (2007). As verdades fabricadas neste mundo vão nos subjetivando e nos fazendo estabelecer relações com o tempo em que vivemos. Apreendemos que os conceitos nada mais são que uma fabricação de nosso tempo histórico e cultural. Assim sendo, nas palavras de Nietzsche questionamos:

O que é, pois, a verdade? Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e ordenadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que ela assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas. Ainda não sabemos de onde provém o impulso à verdade: pois, até agora, ouvimos falar apenas da obrigação de ser veraz, que a sociedade, para existir, instituiu, isto é, as metáforas habituais; portanto, dito moralmente: da obrigação de mentir conforme uma convenção consolidada, mentir em rebanho num estilo a todos obrigatório (NIETZSCHE, 2008, P. 36).

Dessa forma, entendemos que a verdade é produzida, fabricada a partir de discursos que fazemos circular como verdadeiro, ou seja, quando elegemos aquilo que deve ou não funcionar como verdade.

Corroborando com estas colocações, Foucault ao discorrer sobre a verdade nos diz que,

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (2011, p. 12) [grifo do autor].

Na correnteza dos autores, é que colocamos em suspenso dito sobre a natureza do Pampa gaúcho, que através da cultura vêm constituindo verdades sobre essas terras.

O Pampa, região de terras planas, conhecida também como região Platina, compreende os territórios do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Os campos do sul, outra forma de referir-se ao Pampa, abarca uma área de aproximadamente 700 mil km². Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, só o estado do Rio Grande do Sul, ocupa uma área equivalente a 176 mil km². A região do Pampa é caracterizada por uma vegetação composta por plantas rasteiras, árvores, serras, morros e coxilhas. Outra característica dessa região são os banhados, como o Banhado do Taim localizado no sul do Rio Grande do Sul, bem como o Banhado de São Donato, este situado entre os municípios de Itaqui e Maçambará na fronteira com a Argentina, ambos reconhecidos como reservas ecológicas. A região pampeana é considerada rica por sua biodiversidade, com diversas espécies de plantas, gramíneas, leguminosas, além de aves e mamíferos. Outro aspecto importante que deve ser ressaltado é que no ano de 2004 o Pampa foi reconhecido como

um bioma brasileiro. Segundo dados do Núcleo Amigos da Terra (2007, p.12), o bioma Pampa possui apenas “17 áreas protegidas distribuídas por 6.494 hectares, e representativas de somente 3,6% da área total deste bioma”. A ampliação de lavouras e plantações de árvores como o eucalipto, pinos e acácia-negra, que foram substituindo as pastagens nativas, tornou-se uma forte preocupação e também uma ameaça aos campos do sul, devido a grande devastação de áreas nativas.

No que tange a questões culturais sobre o Pampa, Braun nos diz que,

Pampa é a planície sem fim que vai do Rio Grande do Sul aos contrafortes dos Andes na taiga da Cordilheira. É o campo imenso – a pradeira, dos centauros campesinos, rio-grandenses e platinos, titãs da raça campeira. Vem do Quíchua – e quer dizer, o campo aberto – a planura, o descampado – a lonjura, a várzea que se destampa. Nele a liberdade acampa e o civismo não estanca. Animal cabeça branca também é chamado de Pampa (1998, p. 254).

De origem indígena o termo Pampa representa mais do que terras divididas geograficamente entre esses países. Esse amplo espaço de terras compartilha culturas, hábitos de vida e costumes que fazem parte da nossa história, bem como da cultura do gaúcho e desse povo *pampeano* que atravessam as fronteiras. Para Golin,

pampa é também palavra simbólica, reproduzida até nossos dias pelos artistas e escritores. Utilizado na linguagem estética, a qual necessariamente não precisa restringir-se às regras científicas da geografia, o vocábulo *pampa*, em uma distorção do seu sentido original, geográfico e sociocultural, disseminou-se como a designação do “meio rural”, mais propriamente como o espaço real e imaginário da pecuária (2004, p. 14) [grifos do autor].

A região do Pampa foi alvo de muitas disputas, principalmente entre portugueses e espanhóis, nações essas que lutavam pelo

predomínio dessas terras, e que foram definindo suas fronteiras principalmente após os Tratados de Madri (1750), Santo Ildefonso (1777) e Badajós (1811).

Inicialmente essas terras eram habitadas por índios como os Charruas e Minuanos. Com a chegada dos Jesuítas espanhóis que atravessaram o rio Uruguai com o desígnio de catequizar os índios, muitas lutas se travaram. Até a chegada dos Jesuítas, os povos que habitavam estes campos viviam da caça, da pesca e também da agricultura utilizando a técnica da coivara²⁵⁵. Produtos como a mandioca, o milho, a batata doce, o fumo, o feijão e a erva-mate foram herdados dos índios Guaraní. Segundo Baioto e Quevedo (1997), foram os Jesuítas de São Miguel juntamente com os índios guaranis, que introduziram nos vastos campos das Missões as primeiras cabeças de gado, dando início as estâncias rio-grandenses, característica econômica do Pampa e que permanecem até os dias atuais.

Nos excertos abaixo, apresentamos enunciações recorrentes em muitas canções pampeanas aos descreverem a natureza do Pampa.

Sou grito do quero-quero / No alto de uma coxilha / Sou herança das batalhas / Da epopeia farroupilha / Sou rangido de carreta / Atravessando picadas / Sou o próprio carreteiro / Êra boi, êra boiada [...] Sou a cor verde do pampa / Nas manhãs de primavera / Sou cacimba de água pura / Nos fundos de uma tapera / Sou lua, sou céu, sou terra / Sou planta que alguém plantou / Sou a própria natureza / Que o patrão velho criou / Êra era boi Brasino / Êra era boi Pitanga / Boi Fumaça, Jaguaré / Olha a canga [...] (Me comparando ao Rio Grande – Iedo Silva) [grifos nossos].

²⁵⁵ Segundo Baioto e Quevedo esta técnica consistia na limpeza do terreno para o plantio, através da derrubada da mata e queima dos galhos (1997, p. 7).

Guardiãs de pátria, memorial dos ancestrais / Onde trevais nascem junto ao pasto verde / Sangas correndo, açudes e mananciais / Pra o ano inteiro o gaderio matar a sede / Grotas canhadas e o poncho do macegal / Para o rebanho se abrigar nas invernias / Varzedo²⁵⁶ grande pra o retoço²⁵⁷ da potrada / Mostrar o viço e o valor das sesmarias / Sombras fechadas de imponentes paraísos / Onde resojam pingos de lombo lavado / Que após a lida até parecem esculturas / Moldando a frente do galpão, templo sagrado / Pras madrugadas, mate gordo bem cevado / Canto de galo que acordou pedindo vasa / Cheiro de flores, açucena, maçanilha / E um costilhar de novilha pingando graxa nas brasas / Pra os queixos crus, os bocais dos domadores / Freios de mola pra escramuçar bem domados / E pra os turunos ressabiados de porteira / O doze braças, mangueirão dos descampados / Pra os chuisqueiros galopeados de minuano / Um campomar castelhano e o aba larga desabado / Pra o sol a pino dos mormaços de janeiro / Um palita avestruzeiro e o bilontra bem tapeado / Pras nazarenas, garrão forte e égua aporreada / Pras paleteadas o sepilhado de coxilha / Pra o progresso do Rio Grande estas estâncias / Mescla palácio com mangrullo farroupilha (Estância da Fronteira) [grifos nossos].

As letras apresentadas nos salientam elementos bastante comuns ao homem do campo e que contribui para a constituição da paisagem natural destas terras. A primeira canção “Me comparando ao Rio Grande” nos fala do quero-quero, da boiada, das coxilhas, do “rangido das carretas e a cor verde do pampa”. Ditos como esses vão descrevendo a natureza pampeana – o verde dos campos, a primavera, a terra, o céu azul vão constituindo a natureza, esta muitas vezes apenas associada ao que é “verde”, “natural”.

²⁵⁶ Segundo o dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul, varzedo é o mesmo que vargado, ou seja, várzea longa, planície campestre.

²⁵⁷ Segundo o dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul, retoço é o mesmo que retouçar, ou seja, faceirar, namorar, brincar, retocar.

Muitas canções pampeanas tem a peculiaridade de retratar temas como estes em suas letras. O amor a terra, a imensidão dos campos, o verde a se estender imenso e plano em contraste com o azul do céu, os rios, os animais como o cavalo, o gado e o cachorro vão constituindo o cenário cultural da região da campanha no sul do Brasil. Já no segundo excerto, na música “Estância da Fronteira” pontuamos enunciações de uma natureza bela e de amor a terra. Como podemos observar a letra faz referência a elementos ditos “naturais” da natureza como os rios, as sangas, os açudes, o vento, o campo, as flores, o verde, as coxilhas, o calor, o frio e a geada. São ditos como esses que nos constituem e ao mesmo tempo nos fazem ler a natureza de uma forma naturalizada na e pela cultura. As enunciações salientadas por nós neste estudo nos dão subsídios para pensarmos na fabricação de um discurso de natureza através da música. Pois como nos diz a letra: pasto verde, sangas e açudes, um “*campomar*” para garantir o bem estar do gado; “grotas canhadas e o macegal” abrigam os animais no inverno gelado do Pampa; “varzedo grande, sombras fechadas”; enfim – um imponente paraíso, o templo sagrado do gaúcho, onde “os chuveiros galopeados de minuano” fazem parte da vida campeira nas estâncias que tanto orgulham este homem farroupilha.

Enunciações como essas vão descrevendo a paisagem natural do Pampa como uma aquarela que representa uma natureza bela e romântica que se instaurou em nossa história através da cultura. Ou seja, esta naturalização da natureza tão enaltecida na música colocada em suspenso nos faz reconhecer na pampa uma natureza romântica como aquela retratada na literatura do final do século XVIII e XIX. Já o homem aparece como um sujeito valente, heroico, bravo, viril como aquele também representado na literatura e na historiografia regional. Um homem do campo, acostumado na lida com os animais, domador de cavalo, amigo e muitas vezes resistente às forças da natureza. Segundo Oliven (1992) são enunciações como essas que fabricaram e ainda vêm

fabricando a figura do gaúcho marcado pela vida nos descampados do Pampa. Ainda para o autor, a natureza ganha um fator de destaque na composição da “[...] figura do gaúcho, homem livre e errante que vagueia soberano sobre seu cavalo tendo como interlocutor privilegiado a natureza como ela se descortina nas vastas planícies dessa área pastoril do estado” (OLIVEN, Idem, p. 69).

A música pampeana tem uma importância significativa na e para a cultura tradicionalista gaúcha. Por meio desta, muitas disputas se travam em torno da construção e fabricação dos sujeitos que habitam estas terras. Os modos de ser e viver, tantas vezes pautado no homem da campanha tendo como cenário o campo vão constituindo um discurso de natureza. Assim, nas palavras de Luís Agostinho Agostini,

[...] A música tradicionalista atualiza o mito, a medida que os festivais e outras manifestações musicais se sucedem, ano após ano. Através da apropriação de imagens simbólicas já cristalizadas no imaginário social, percebe-se que a música tradicionalista ajuda a ordenar a sociedade sul-rio-grandense, imprimindo regras e valores essenciais à identidade que o gaúcho ostenta e da qual parece não querer se desfazer (2005, p. 67).

A proposta de colocar em suspenso às enunciações de natureza descritas em tantas letras de músicas pampeana se dá no intuito de problematizarmos a forma como vem sendo narrado o ambiente natural e cultural do pampa. Apreendemos a música como um instrumento potente na produção de modos de ler e ver a natureza. Além disso, tal artefato cultural em seu significado próprio comunica sentidos que, de alguma maneira, constroem subjetividades humanas.

Evidenciando a natureza

É um manancial de alegria / A inspiração que extravasa / Quando a gente dá “ô de casa” / Pra escutar um “Buenos dias” / Cincerros de melodias / Depois tudo se entrevera / Num soluço de beleza / Pra saudar a natureza / Vestida de Primavera / É o quadro vivo mais lindo / Que enternecido contemplo [...] O lindo capim mimoso / Prossegue o rodízio eterno / De se queimar no inverno / Pra renascer mais viçoso no ciclo maravilhoso / Da tábua das estações / [...] Na melodia campeira / Que se faz cancha no espaço / Como marcando o compasso / Junto ao sabiá-laranjeira / Há tanta autenticidade / Nas vozes da natureza / Que resumem a beleza / Da própria simplicidade / [...] O bordoneio da sanga / Mas não só nos descampados / A Primavera incendeia / Ela se enfeita e passeia / Nas vilas e nos povoados / Nos ambientes asfaltados / Cidades e capitais / Pombas, bem-te-vi's, pardais em melodiosos arrulhos / Repetem doces barulhos / De tempos imemoriais / O domínio absoluto / Que tem da gente e do mundo / E o homem defronte a isso / Até parece impossível / Vai se tornando insensível / Por força de algum feitiço / É um criminoso, um omissor / Da forma mais inconsciente / Gente que já não é gente buscando outra trajetória / Depois da triste vitória / De matar o meio ambiente [...] (Payada Das Primavera - Jayme Caetano Braun, 1994).

O trecho da música referenciado acima – e outros tantos já trazidos neste texto – nos apresenta uma visão naturalista e romântica de natureza, mas que já não mais pertence a este tempo. Ao referir-se ao homem, o autor nos mostra uma visão antropocêntrica, onde o mesmo aparece como o principal destruidor da natureza e do meio ambiente.

Somos constituídos por um discurso naturalista e romântico de natureza que se instalou em nossa sociedade, principalmente a partir do século XVIII, com o movimento da virada cultural e reforçado pelo movimento romântico do século XIX. Mas não foi sempre assim!

Segundo Guimarães, “há uma multiplicidade de formas de ver, narrar e se relacionar com a natureza” (2008, p. 88). Para o autor, essas diferentes visões são dadas a partir da história e da cultura na qual estamos inseridos. Se adentrarmos a história do mundo ocidental, veremos as diferentes formas pela qual a natureza vem sendo contada e significada na cultura, desde as grandes navegações dos séculos XV e XVI: ora uma natureza paradisíaca, exuberante; ora uma natureza selvagem, temida. Foi com o projeto civilizatório, em contraposição ao protótipo medieval, que a natureza passou a ser vista como o período das trevas, do inculto. Os ambientes considerados como “naturais”, ou seja, matas, florestas e montanhas, não condiziam com a ideia de progresso que inaugurava a virada cultural da modernidade. Porém, no século XVIII, com o fenômeno denominado de *novas sensibilidades*, é que a natureza passou a ser vista como boa e bela, quando as paisagens naturais passaram a ser valorizadas e apreciadas pelo homem. Esse apreço à natureza marcado pela valorização da paisagem natural nos faz perceber tal espaço como algo “sagrado”, ou seja, que deve estar fora do domínio do homem. Nas palavras de Soares,

O final do século XVIII marca, de um modo mais acentuado, uma mudança de sensibilidade no que concerne à natureza. O domínio absoluto e violento do homem sobre o mundo natural lentamente cede espaço para outras compreensões e atitudes e uma nova devoção semi-religiosa perante a natureza selvagem instala-se, sobretudo, entre aqueles que não dependem ou não necessitam da terra para prover suas necessidades mais imediatas. Firma-se uma compreensão na qual a natureza é bela, mas, sobretudo, benéfica, e exerce um saudável poder espiritual sobre o homem (SOARES, 2003, p. 21).

Podemos dizer também, que esse culto à natureza foi ainda mais realçado com o aparecimento do movimento romântico no século XVIII e XIX, que buscava ilustrar o lirismo e o sonho de um cenário devastado

pela Revolução Industrial. Diante disso, podemos evidenciar o quanto o ideal que temos de natureza é construído culturalmente. Na mesma correnteza, Carvalho (2008) ressalta que a forma de existir e conviver no mundo contemporâneo, bem como a relação que tecemos com a natureza, perpassa pelo entendimento de uma história de longa duração das relações com a natureza. No século XVIII, por exemplo, em outro momento histórico, político, social e cultural, a sociedade da época presenciou a chegada da primeira Revolução Industrial e, diante disso, uma grande mudança em seu ambiente natural trazida pelo desenvolvimento. Como lembra Carvalho,

No final do século XVIII, a Grã-Bratânia liderava a produção de carvão, alcançando cerca de 10 milhões de toneladas, o equivalente a 90% da produção mundial. O uso crescente do carvão – principal combustível da Revolução Industrial – para fins comerciais e domésticos gerava enorme quantidade de resíduos. O *smog* inglês (mistura de nevoeiro e fumaça) tornou-se a marca registrada das grandes transformações sociais e ambientais desencadeadas pelo modo de produção industrial (2008, p. 98) [grifo da autora].

A experiência vivida naquele período contribuiu significativamente, à época, para uma mudança na forma de olhar para natureza. Esta era vista como o “domínio do selvagem”, como “esteticamente desagradável”. De acordo com essa concepção, o homem deveria dominá-la. No entanto, com a mudança de sensibilidade a natureza, então, passou a ser percebida como uma paisagem natural que necessitaria ser intocada. Podemos dizer que o momento social, político, cultural e ambiental vivido no século XVIII, na Inglaterra, pode ter sido uma das condições de possibilidade para a emergência de uma visão naturalista e romântica de natureza, a qual, para Carvalho (2008, p. 97), “permanece presente até nossos dias”. Ainda para a autora essa representação que temos de natureza se apresenta como uma imagem

singular ao mundo natural, não havendo neste sentido, uma interação entre homem e cultura. Nas palavras de Carvalho a visão naturalista,

[...] baseia-se principalmente na percepção da natureza como fenômeno estritamente biológico, autônomo, alimentando a ideia de que há um mundo natural constituído em oposição ao mundo humano. A “natureza do naturalismo” é a aquilo que deveria permanecer fora do alcance do ser humano. Tal visão tem expressão, por exemplo, nas orientações conservacionistas, que se dedicam a proteger a natureza das interferências humanas, entendidas sempre como ameaçadoras à integridade daquela (2011, p.37) [grifos da autora].

Assim sendo, isto nos faz pensar que uma das grandes tensões dos problemas ambientais vivenciados pela humanidade neste século XXI, estaria articulada a essas visões reducionistas que temos de meio ambiente e natureza. Problematicar a importância de uma interação entre cultura e natureza perpassa pelo entendimento de que questões como essas estão atreladas ao contexto histórico e cultural de nossa sociedade. Ou seja, “trata-se de reconhecer que, para apreender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais”, como nos orienta Carvalho (2011, p. 38). Ainda assim, salientamos a importância de voltarmos nosso olhar para a natureza, pois esta é “cada vez é mais filmada, fotografada, descrita e falada em todos os lugares” e, desta forma, vamos sendo ensinados a olhar, ver e falar sobre a natureza (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2012, p.126).

A música pampeana se apresenta como um espaço importante para discorrermos sobre a constituição de um discurso de natureza, pois como vimos mostrando, muitas canções colocam em evidência elementos que nos remetem a uma natureza bela e romântica que

“embelezam” o pampa gaúcho. Seguindo nesta correnteza, evidenciamos a importância da cultura na fabricação de discursos e verdades que nos constituem e nos fazem ver e falar do mundo de determinadas formas. Somos ensinados por meio da cultura a perceber um mundo e se expressar nele. Nas palavras de Oliveira e Araújo (2012, p. 127) ressaltamos que é importante, “[...] mapear essas novas linguagens disponibilizadas para falar da natureza, dos e para os seus sujeitos”. O ideal que temos de natureza e que são reverberados pela mídia, por meio de diferentes artefatos culturais, vão nos subjetivando e nos orientado a determinadas formas de ser e estar no mundo. Ainda para o autor,

Modos de perceber, ver, ouvir, ler e aprender, modos de expressão, de textualidade e de escritura, que recortam as possibilidades do espaço e do tempo, determinando formas de vida em dissonância ou em reunião com outras formas de cultura. A escrita da natureza, em nossos tempos atuais, só pode ser compreendida como registro de luminosidade daquilo que é mais dito sobre ela, e tem tornado visível (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2012, P. 127).

Pensando a atualidade, gostaríamos de problematizar a visão que hoje temos de natureza, principalmente no que se refere a região pampeana, alocada especificamente no Rio Grande do Sul. Quais as questões sociais, econômicas, ambientais e culturais se entrelaçam na construção de tais enunciações? Podemos dizer que na música pampeana encontraremos enunciações que nos remeterão a uma separação entre mundo natural e mundo humano?

Na região do Pampa, Fante (2012) ressalta que as grandes extensões de monocultura na região pampeana vêm trazendo grandes prejuízos aos trabalhadores rurais no que tange as questões de desemprego e danos à saúde provocados pelo uso de agrotóxicos. Além disso, a substituição de campos nativos por extensas plantações de árvores como o eucalipto

vem acarretando também nas mudanças relativas a questões culturais em decorrência das modificações das paisagens naturais.

Diante das problemáticas sociais, políticas, culturais e ambientais pela qual estamos sendo atravessados tornam-se importante problematizamos questões como estas tão vigentes na atualidade e que, muitas vezes, são dadas como conhecidas, desbravadas e dominadas por nós. Que verdades nos atravessam e nos fazem olhar para mundo de determinadas formas?

Entendemos que a música é um importante artefato cultural que vem fabricando saberes e verdades de uma cultura no qual esses sujeitos do Pampa estão inseridos. Como nos diz Teixeira (1978) na música Céu, Sol, Sul, Terra e Cor “[...] Fazer versos cantando as belezas desta natureza sem par / E mostrar para quem quiser ver, um lugar pra viver sem chorar [...] este é o Pampa, este é o meu Rio Grande do Sul”. São narrativas como essas e tantas outras que descrevem o Pampa. “Coxilhas, pés roseteados de campos, terra e cor, enfim, uma natureza sem par”! É colocando em suspenso essas verdades, descrita em letras de música que ao longo da história vêm nos ensinando o que é o Pampa e como se dá a relação desses sujeitos com as paisagens naturais que esta pesquisa vem sendo tramada. O exemplo referenciado acima, nos reporta a ideia que há um mundo “natural” constituído em oposição ao mundo humano. Há também uma visão de natureza “verde”, onde tudo que se planta cresce e na qual o homem aparece como um ser não pertencente a esse espaço natural. Diante disso, questionamos: há uma única forma de olharmos para o mundo, para o meio que vivemos e para a natureza?

Ao discorrer sobre a importância da cultura e as multiplicidades de verbos, narrarmos e relacionarmos-nos com a natureza, Guimarães ressalta que,

[...] é na cultura, nesse espaço de circulação e de compartilhamento de significados, que vamos aprendendo a lidar com a natureza e, também, vamos estabelecendo nosso lugar no mundo, ou seja, sabendo quem nos tornamos dia a dia. Essa nossa inserção na cultura, no momento histórico em que vivemos, nos faz ver e estabelecer relações com a natureza de determinadas formas. Nesta direção, podemos nos perguntar: há uma única maneira de narrar, ler e ver a natureza? (2008, p. 88).

Ao colocar em circulação enunciações referentes à natureza, a forma como nos relacionamos com o mundo natural e a ação do homem no planeta, entendemos que artefatos culturais como a música vão nos constituindo e determinando nossas ações cotidianas. Assim sendo, apresentamos abaixo a forma como muitas vezes tal estilo musical vem narrando o Pampa e assim fabricando verdades referentes a esta região.

Um medo de andar solito, ouvindo vozes e gritos / E até do barco um apito na sua imaginação / Olhos esbugalhados do moleque assustado, olhando aquele mar bravo / Ora **doce** ora salgado, num temporal de verão / Sem camisa na beirada bombachita arremangada / Botou petição na estrada quando a areia lhe guasqueou / Sentiu um arrepio com aquele ar frio que o açude e rio / E as águas que ele viu não lhe provocou / Coqueiro e figueira dos matos e a bela Lagoa dos Patos ó verdadeiro tesouro / Lago verde e azul que na América do Sul / Deus botou pra bebedouro / Tempos que ainda tinham o bailado da tainha / Quando o boto vinha com gaivota em revoada / E entre outros animais no meio dos juncais / Surgiam patos baguais e hoje não se vê mais este símbolo da aguada / Nas noites de lua cheia, a gente sentava na areia / Para ver se ouvia a sereia entre as ondas cantando / E hoje eu volto ali, no lugar em que eu vivi / Onde nasci quando guri me olho lagoa em ti e me enxergo chorando (Lago Verde Azul – Helmo de Freitas) [Grifos nossos].

Mas que pampa é essa que eu recebo agora / Com a missão de cultivar raízes / Se dessa pampa que me fala a história / Não me deixaram nem se quer matizes? Passam às mãos da minha geração / Heranças feitas de fortunas rotas / Campos desertos que não geram pão / Onde a ganância anda de rédeas soltas / [...] Herdei um campo onde o patrão é rei / Tendo poderes sobre o pão e as águas / Onde esquecido vive o peão sem leis / De pés descalços cabrestando mágoas / O que hoje eu herdo da minha grei xirua / É um desafio que a minha idade afronta / Pois me deixaram com a guaiaca nua / Pra pagar um porção de contas / Se for preciso, eu volto a ser caudilho / Por essa pampa que ficou pra trás / Porque eu não quero deixar pro meu filho / A pampa pobre que herdei de meu pai [...] (Herdeiro da Pampa Pobre, Gaúcho da Fronteira).

A primeira canção nos traz enunciações de uma natureza bela, destacando principalmente a Lagoa dos Patos, o “lago verde e azul”, como um dos grandes tesouros da América do Sul que ainda embeleza nossas terras, mas que não mais é cenário do “bailado das tainhas” e de outros tantos animais. Já a segunda música expõe um Pampa que vem sofrendo modificações, um Pampa considerado “rico”, onde os campos “feitos de fortunas rotas”, hoje deserto já não geram mais pão. Dessa forma, vale provocar, suscitar, problematizar enunciações como essas que nos atravessam e nos constituem enquanto sujeitos deste tempo.

São ditos como esses que circulam em artefatos culturais como a música, por meio da mídia e, dessa forma, fabricam verdades relacionadas ao campo da EA. E assim, diante de tais enunciações tidas como verdadeiras em nossa sociedade, constituindo e fabricando modos de ser neste mundo, entendemos que esses artefatos culturais colocam em funcionamento uma operação de poder. Para Foucault,

[...] numa sociedade como a nossa [...] múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se,

nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade (2010, p. 22).

Diante disso, se torna importante questionar: de que forma somos interpelados por esses discursos ditos como verdadeiros que nos capturam e nos constituem enquanto sujeitos?

Considerações finais

Nossas perspectivas com este estudo é que por meio da música pudéssemos suscitar o pensamento, provocando novas discussões acerca de questões pouco problematizadas por nós. Qual a importância de artefatos culturais, como a música, na fabricação desses saberes referentes à natureza do pampa gaúcho? Que entendimento se tem de homem, natureza e cultura? Como salienta Guimarães, “que possamos nos instaurar nas fissuras da Educação Ambiental, pensando políticas que possam nos remeter a construção de coletivos de natureza e culturas não permeados” (2008, p. 99). Talvez Foucault nos ajude a entender essas fabricações de verdades que vão constituindo modos de ser, viver e se relacionar no mundo. Que pudéssemos voltar nosso olhar para arte, entendendo-a como um artefato cultural de função política e social capaz de criar novos modos de relação entre sujeito, sociedade, cultura e natureza.

Referências

AGOSTINHO, Luís Agostini. O Pampa na cidade: o imaginário social na música popular gaúcha. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul. Programa de Mestrado em Letras e cultura Regional, Caxias do Sul, RS, 2005.

BAIOTO, Rafael; QUEVEDO, Julio. São Miguel das Missões. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

BRAUN, Jayme Caetano. Pátrias – fogões – legendas – Vocabulário Pampeano. Porto Alegre: Edigal, 1998.

CARVALHO, Isabel. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DOS-SANTOS, José Daniel Telles. Lúcio Yanel e o Violão Pampeano: memória(s), história(s) e identidade(s) de um fazer musical no sul do Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, 2012.

FANTE, Eliege Maria. As representações sociais sobre o bioma pampa no Jornalismo de referência sul-rio-grandense. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

_____. Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). 4ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOLIN, Tau. O povo do pampa. Passo Fundo, RS: Ed: UPF, 2004.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. A importância da história e da cultura. Inter-Ação, Goiania, v.33, n. 1, p. 87-101, jan./jun. 2008.

NIETZSCHE, Friedrichi. Sobre verdade e mentira. Tradução e organização de Fenando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira; ARAUJO, Rodrigo Michell dos Santos. Império da Natureza, nomadismo ambiental: pedagogias culturais nas fotografias da revista National Geographic Brasil. *Pesquisa Em Educação Ambiental*, v.7, n.1, p. 123-137, 2012.

OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

PANITZ, Lucas Manassi. Por uma geografia da música: o espaço geográfico da música popular platina. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, 2010.

SOARES, Carmen Lúcia. Georges Hébert e o método natural: nova sensibilidade, nova educação do corpo. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 1, p. 21-39, set. 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e a Educação. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

A EDUCAÇÃO MUSICAL NO MUNDO LÍQUIDO MODERNO: UM CONVITE AO PENSAMENTO

VIRGÍNIA TAVARES VIEIRA²⁵⁸

REGIANA WILLE BLANK²⁵⁹

PAULA CORRÊA HENNING²⁶⁰

Resumo: O presente estudo tem como objetivo investigar de que forma as concepções de Educação presentes no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Pelotas vem contribuindo para a formação do educador musical em consonância com o mundo líquido moderno. Para dar conta de responder a esta investigação, colocamos sob análise o referido documento e, selecionamos como caminho metodológico algumas ferramentas da Análise do Discurso, a partir de Michel Foucault, operando especificamente com os conceitos de discurso e enunciação. Assim sendo, podemos dizer que a pesquisa aponta um rompimento que as teorias tradicionais do campo da Educação, assentando-se assim, uma teorização crítica da Educação para pensar o campo do saber da Educação Musical e a formação de futuros educadores musicais.

Palavras-chaves: Educação Musical; Projeto Político Pedagógico; Michel Foucault

Introdução

²⁵⁸ Graduada em Música. Mestre e Doutoranda em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Vi_violao@yahoo.com.br

²⁵⁹ Graduada em Música. Doutora em Educação. Universidade Federal de Pelotas. regianawille@gmail.com

²⁶⁰ Pedagoga. Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Paula.c.henning@gmail.com

Apreender as concepções de Educação em que se assenta o Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) nos parecem pertinentes de serem problematizadas em tempos contemporâneos. Nossa proposta procura estabelecer uma relação entre a área do saber da Educação Musical com o campo da filosofia e da cultura, a partir de uma perspectiva dos estudos pós-estruturalista. Entendemos que ao colocar sob análise as concepções de Educação que embasam o referido curso é possível apreender que saberes, que conceitos e que verdades vem constituindo os futuros educadores musicais desta instituição. Assim sendo, este trabalho tem como problema de pesquisa investigar: de que forma as concepções de Educação presentes no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Pelotas vem contribuindo para a formação do educador musical em consonância com o mundo líquido moderno?

Para dar conta de responder a esta investigação, colocamos sob análise o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música da UFPel problematizando que discurso de Educação se assenta o referido PPP. Questionamos ainda: Como a Educação contribui para formação de educadores musicais no curso sob análise? Que autores, demarcações e campos teóricos são evidenciados no documento ora investigado? Que problematizações educacionais vem auxiliando na formação de educadores musicais da UFPel?

Assim, dando continuidade ao estudo, apresentamos na próxima seção o cenário contemporâneo para pensarmos a Educação Musical.

O cenário contemporâneo e a Educação Musical

Vivemos um tempo de intensas e fluídas modificações cada vez mais aceleradas. Na contemporaneidade, os modos de vidas, as relações encontram-se instáveis e provisórias. Esta era pela qual estamos sendo

acometidos, Bauman (2001) cunhou de Modernidade Líquida em oposição a Modernidade Sólida. Para o sociólogo, essa contraposição se dá no que diz respeito ao tempo. Se para os sólidos o que importa é o espaço, para os líquidos, o que está em questão é o tempo. Um tempo que não pode ser contido, pois ele “escapa”, “borrifa”, “respinga”, “transborda”, “inunda”, “flui”.

O autor se utiliza da metáfora dos líquidos para assinalar o tempo em que vivemos e, este tempo ou esta fase, tem como característica a liquidez das coisas, das relações, das idéias, dos conceitos, dos valores, das verdades. Ou seja, ela é “nova de muitas maneiras na história da modernidade” (BAUMAM, 2001, p. 9). Estas modificações que se apresentam no cenário contemporâneo, irrompem especialmente com as mudanças do capitalismo industrial que passou a assumir novos desenhos de organização social. As transformações pelas quais vimos sendo atravessados, sejam elas sociais, educacionais, políticas, econômicas e culturais, acabaram por instaurar uma nova ordem, onde a flexibilidade tornou-se a característica basilar desse novo tempo. Um tempo onde as formas de ser e estar no mundo não são capazes assumir um estado duradouro, sólido.

Nessa sociedade fluída e móvel em que vivemos, onde os sujeitos são afetados de inúmeras maneiras, onde as subjetividades são transitórias, as mudanças são aceleradas, onde a todo o momento estamos nos constituindo e assumindo determinadas posições de sujeito, questionamos: Como a Educação Musical vem sendo pensada neste momento de aceleradas mudanças?

De acordo com Margarete Arroyo (2002) a contemporaneidade é um tema instigante e que vem sendo pensado por diferentes pesquisadores da área da Educação Musical. Para a autora, o cenário contemporâneo apresenta-se como um grande desafio, na medida em que cotidianamente somos levados a rever nossas práticas ante está

sociedade fluída em que vivemos. Ressalta ainda que apreender este tempo implica estar amparado no entendimento de que há um conjunto de conceitos históricos, sociais, políticos, educacionais e culturais que vem certamente atravessando o campo de saber da Educação Musical. Ao abordar a Educação Musical na contemporaneidade, a autora aproxima-se da vertente sociocultural deste campo do saber que vem compondo parte significativa das pesquisas na área da Educação Musical, além de ser uma das vertentes que se encontra na contramão de uma aprendizagem musical assentada numa lógica cartesiana e positivista.

Vivemos um momento muito significativo no que tange a área da Educação Musical. Com a aprovação da Lei 11.769/2008, que dispõe sobre a música como conteúdo obrigatório nos currículos da educação básica, porém não exclusivo do ensino de arte, acarreta num grande desafio para a consolidação desta área do saber no espaço escolar. Neste sentido, é de suma importância que pensemos no profissional que queremos e necessitamos para alcançar este espaço tão buscado, tão esperado. Entendemos que o educador musical tem que ter uma formação consistente para que possa fabricar um cenário musical coerente com o contexto social e cultural no qual estamos inseridos.

Pensando a Educação Musical e seus atravessamentos com as questões sociais, políticas, econômicas e culturais é de suma importância que coloquemos em suspenso as narrativas que constituem este campo de saber, bem como a forma como vimos nos constituindo enquanto educadores musicais. Precisamos pensar qual a Educação Musical que queremos! De que forma é possível levar a música para o espaço escolar de maneira consistente e ao mesmo em consonância com o tempo em que vivemos. Ou seja, ressaltamos a importância de se pensar as formas de construção desta área do saber na sociedade contemporânea, diante da chamada crise da modernidade.

Apreender o que pensamos por Educação Musical, deve ser problematizado também com os acadêmicos dos cursos de licenciatura em música. Neste sentido, citamos as palavras de Fonterrada onde ela nos diz

[...] educação musical não é apenas uma atividade destinada a divertir e entreter as pessoas, tampouco um conjunto de técnicas, métodos e atividades com o propósito de desenvolver habilidades e criar competências, embora essa seja uma parte importante de sua tarefa. O mais significativo na educação musical é que ela pode ser o espaço de inserção da arte na vida do ser humano, dando-lhe possibilidade de atingir outras dimensões de si mesmo e de ampliar e aprofundar seus modos de relação consigo próprio, com o outro e com o mundo. Essa é a real função da arte e deveria estar na base de toda proposta de educação musical (FONTEERRADA, 2008, p. 117).

Diante da fala da autora precisamos ver e entender a Educação Musical de forma contextualizada, levando em consideração a importância de uma formação musical consistente. Para Queiroz e Marinho (2009) os saberes específicos da música é que compõem a matéria prima para o trabalho docente em Educação Musical. No entanto, trata-se de compreender que pensar a Educação Musical de forma contextualizada implica em um emaranhado de questões e saberes para além da prática musical. Vale ressaltar que com isso não estamos querendo dizer que o fazer musical é menos importante, apenas que ele é tão importante quanto o conjunto de saberes que se faz necessário para a constituição de um educador musical. Assim sendo, entendemos que esta pesquisa se faz relevante para responder as demandas do tempo em que vivemos.

Na continuidade, apresentamos as ferramentas metodológicas utilizadas no estudo, os conceitos de pós- estruturalismo e pós-modernidade, e a análise do material que dá sustentação a esta pesquisa.

Caminhos Metodológicos

Para dar conta de responder a essa investigação, selecionamos como caminho metodológico algumas ferramentas da Análise do Discurso, a partir de Michel Foucault, operando especificamente com os conceitos de discurso e enunciação.

Conforme Rosa Fischer (2012, p. 198), para analisar os discursos segundo uma perspectiva foucaultiana, primeiramente é preciso desprender-se das “fáceis interpretações”, procedimentos bastante comum utilizado por pesquisadores que se propõem a analisar os discursos. Isso nada mais é do que recusar a busca por questões escondidas, ocultas nos discurso. É entender que para Foucault não existe as entrelinhas do discurso. Interessa para o autor o que é dito, o que é visível, ficando assim no nível do próprio discurso. Quando nos propomos a ficar no nível de existência do próprio discurso, significa que não há nada por de trás do discurso. Ou seja, é compreender que o discurso colocado em suspenso não está carregado de reais intenções, nem tão pouco de significados e representações que nos possibilite encontrar, através dele, uma verdade que estivesse em seu estado de perfeição. O que existe nos discursos é “enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento” (FISCHER, 2012, p. 198). A autora ressalta ainda, que estas práticas de tentar encontrar algo que esteja oculto nos discursos, se dão na medida em que se sugere a interpretação dos documentos. Assim, de outro modo, reafirmamos: não há nada por de trás dos documentos! Pois, tentar encontrar algo que não está visível no material de análise, buscando uma essência das coisas como se elas estivessem *desde sempre aí*, é desconsiderar que a

fabricação dos discursos se dá em um emaranhado de relações históricas, sociais e políticas. É ainda, desconsiderar que “as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constitutiva das práticas” (idem, p. 199).

Desta maneira, ao analisarmos as concepções de Educação que sustentam o referido documento é preciso que coloquemos em dúvida as muitas verdades que embasam o nosso campo de saber. Manter o exercício da dúvida significa compreender que os saberes e conceitos que nos atravessam e nos constituem enquanto educadores musicais são fabricados a partir de relações que travamos com o mundo, com a história, com a política – com a cultura. Ressaltamos ainda, que em tempos de modernidade líquida estes saberes são instáveis, mutantes. Seguindo nesta linha argumentativa, poder-se-ia dizer ainda que a Educação e aqui, se faz necessário atentar para a Educação Musical, são conceitos fabricados e atrelados com as questões sociais, políticas, econômicas e culturais que constituem o corpo social e, dessa forma, vamos assumindo determinadas posições de sujeito.

Pensando a partir de Michel Foucault, para que uma prática discursiva possa ser amparada, esta precisa estar entrelaçada e apoiada em uma rede mais complexa de saberes, e assim entrarem na ordem do discurso. Para que um discurso entre na ordem do dito e do discurso verdadeiro, este precisa estar sustentado por “um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2012, p. 135). Não se busca descobrir o que está escondido no discurso, nem mesmo o que está nas entrelinhas. Por essa razão, nos interessa o dito, tomando o discurso em sua exterioridade. Na proposta de análise feita pelo autor, é preciso entender o discurso tal qual se pode ouvi-lo, tal qual podemos lê-lo. Ou seja, é no dito, aqui especificamente a partir do PPP do Curso de Licenciatura em Música da UFPel, que pretendemos investigar as concepções de Educação que

assentam as práticas docentes dos professores de música desta instituição.

Entendemos que tais concepções ao serem proferidas acabam produzindo saberes e verdades que nos atravessam, nos constituem e nos remetem a assumirmos formas ideais de ser, de pensar e agir enquanto futuros educadores musicais. Ressaltamos que no referencial teórico na qual assentamos a escrita deste estudo, a verdade é deste mundo. Ou seja, ela é fabricada a partir de um jogo de forças que coloca alguns ditos no verdadeiro e outros fora de uma ordem discursiva instaurada em determinados tempos sociais, políticos, educacionais e culturais. As verdades fabricadas neste mundo vão nos subjetivando e nos fazendo estabelecer relações com o tempo em que vivemos. Entendemos que os conceitos nada mais são que uma fabricação de nosso tempo histórico e cultural.

Corroborando com estas colocações, Foucault, ao discorrer sobre a verdade, nos diz que:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (2011, p. 12, grifo do autor).

Nesse contexto, entendemos que é importante problematizarmos as muitas verdades que vem constituindo o campo de saber da Educação Musical a partir de discursos legitimados como verdadeiros e, que ao serem colocados em funcionamento, produzem saberes e verdades em nossas vidas. Ao discorrer sobre o discurso, Foucault diz que

Eu parto do discurso tal qual ele é! Em uma descrição fenomenológica, se busca deduzir do discurso alguma coisa que concerne ao sujeito falante; tenta-se encontrar, a

partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante – um pensamento em via de se fazer. O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. (2006, p. 253).

Pensar em discurso, a partir de Michel Foucault implica entender o que é discurso, como se constitui e, principalmente, como se sustenta e é aceito como verdadeiro, em um determinado tempo, em uma sociedade.

Sabemos que para uma prática discursiva entrar em operação, esta obedece a certas regras que a tornam evidente, que a tornam visível. As regras de formação de um discurso devem estar associadas e sustentadas por enunciações, enunciados e outros discursos, bem como por outros conceitos.

Pensando o Projeto Político pedagógico do curso analisado, percebem-se diante de recorrentes enunciações, uma preocupação em formar educadores musicais com subsídios teóricos e práticos articulados as mudanças políticas, educacionais e culturais pelas quais vimos sendo atravessados. Isso pode ser visualizado diante da proposta do PPP, das disciplinas e suas ementas tão bem demarcadas na grade curricular do curso. Assim, ressaltam “*o Projeto Pedagógico enseja a construção de intencionalidades para o desempenho do profissional docente de Música, concentrando-se no ensino, mas estreitamente vinculado aos processos de pesquisa e extensão*” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 14). Salientam ainda, que diante do atual momento histórico, social e educacional que vivemos é preciso estar atento a uma “[...] *nova conjuntura que privilegia os avanços tecnológicos, criando condições que permitam ao aluno uma inserção profissional inventiva no mercado de trabalho e a utilização de novas tecnologias educacionais*” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 14). Além disso,

demarcam a importância dos processos de pesquisa e extensão, sendo estes fundamentais para a construção de um sujeito professor em consonância com seu tempo. Já no que se refere as disciplinas que compõem a grade curricular do curso, apreende-se uma interlocução entre os saberes específicos da área da música como o estudo de instrumentos, harmonia, contraponto, arranjo, coral e regência, entre outros, com aqueles saberes da área da pedagogia musical e dos fundamentos sociológicos, psicológicos e filosóficos da educação, etc.

Diante destas colocações é que se evidencia uma inquietação com a formação de futuros educadores musicais articulados com o mundo em que vivemos, com um modo de ser professor, com engajamento político, social e cultural. Entendemos que questões como essas são de suma importância não só para o campo da Educação, como principalmente nesta pesquisa, para o campo de saber da Educação Musical.

Importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico do curso demarca um rompimento com as Teorias Tradicionais da Educação, por outro lado, apresentam-se de forma tímida as teorias Pós-Críticas da Educação. Seguindo na mesma linha de argumentação, é possível apreender então, a partir de recorrentes enunciações, as marcas de uma teorização crítica da Educação, como pode ser observado nos excertos abaixo:

Incentivar teorias e práticas pedagógicas que visem a *formação de um ser humano completo, harmônico e equilibrado em suas dimensões racional, sensível e criativa* (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 19, grifos nossos).

Estimular a autonomia no aluno para que possa empreender, criar e inovar em sua área de atuação (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 154, grifos nossos).

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas (Nóvoa, 1992, p. 27). (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 24, grifos nossos).

Capacitar este profissional a interagir com a sua comunidade local com vistas à transformação e à qualidade de vida, tendo como panorama os princípios que regem a Universidade, ou seja, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, conforme projeto pedagógico da UFPel (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 17, grifos nossos).

Ter consciência e ser capaz de argumentar sobre a importância da arte e da música como área de conhecimento nas escolas, através da sua atuação competente e transformadora (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 18, grifos nossos).

Analisando a abordagem expressa no conjunto de enunciações acima, percebe-se ditos que busca formar um profissional *competente, transformador, completo, harmônico, racional e sensível*. Ou seja, um profissional com capacidade de afrontar os desafios que estão colocados na sociedade contemporânea. No entanto, gostaríamos de levantar alguns questionamentos: que discurso de Educação está presente nas enunciações acima evidenciadas? Que efeitos esses discursos produzem na fabricação de futuros educadores musicais?

Na ordem de uma teorização crítica, podemos dizer que há um discurso potente que visa à constituição de um sujeito crítico, emancipado, autônomo, livre e, principalmente, desprovido de poder.

Um sujeito capaz de transformar a sociedade através da educação. Sendo assim, questionamos: que sujeito é esse?

A formação desse tipo específico de sujeito nos remete a temáticas um tanto quanto cara ao campo da Educação. De acordo com Silva (2011), dificilmente este campo de saber pode e é compreendido fora de determinados binarismos como: libertação/opressão, racional/irracional, teoria/prática, etc. Esses binarismos constituem de forma hegemônica não só o campo da Educação Musical como o da Educação de forma geral. Quando discorremos sobre a constituição de um sujeito autônomo, racional, a escola, não se pode estabelecer uma cisão com as questões sociais, políticas, econômicas e culturais que constituem o corpo social. Se pensarmos a escola, por exemplo, em sentindo amplo como educação infantil, ensino fundamental e médio até a universidade é preciso apreender que não existe a sociedade *versus* a escola, pois “[...] a escola foi e continua sendo a principal instituição encarregada de construir um tipo de mundo que chamamos de mundo moderno” (VEIGA-NETO, 2015, p. 104). Em outras palavras, ao problematizarmos a constituição desse sujeito que vimos evidenciando, capaz de transformar a sociedade, estamos falando de um sujeito que, através da educação, alcança a emancipação pela via do esclarecimento, da autoconsciência. Os ideais modernos nos fabricaram e ainda nos fabricam enquanto sujeitos da atualidade. Nossas bases ainda são modernas, alicerçadas pelo saber científico e pelo desejo de conscientização e liberdade tão caro ao campo educacional. Seguindo nesta linha de argumentação, estamos também falando de um discurso específico. Ou seja: aquele assentado numa teorização crítica da Educação.

Esses discursos que nos remetem a uma teorização crítica da Educação, que busca a constituição desse sujeito capaz de transformar a sociedade, numa sociedade livre de poder, pela qual muitos são

oprimidos, é um sujeito inalcançável. É um sujeito idealizado na e pela Modernidade!

De forma geral, a teoria educacional, a pedagogia e até mesmo a Teoria Educacional Crítica, nas últimas décadas, vem sendo problematizadas e desestabilizadas pelo pensamento pós-moderno e pós-estruturalista (SILVA, 2011). Para o autor, as constantes problematizações giram em torno das grandes narrativas modernas ainda tão evidentes hoje no pensamento educacional, bem como no campo de saber Educação Musical. Sendo assim, gostaríamos de tecer algumas considerações a partir de uma perspectiva pós-crítica da Educação, alicerçada no pensamento pós-moderno e pós-estruturalista.

O pós-modernismo e pós-estruturalismo são conceitos um tanto quanto largos e, dificilmente podem ser descritos de forma precisa. Embora ambos questionem os fundamentos do pensamento educacional, da filosofia, das artes e das ciências sociais, não podemos tratá-los como sinônimos. Desta forma, algumas distinções podem ser percorridas nos que diz respeito aos desenvolvimentos teóricos ante tais conceitos.

No que se refere ao pós-modernismo, pode-se dizer que este se caracteriza como um movimento intelectual que emerge em meados do século XX, evidenciando uma nova era histórica, social e cultural pela qual estamos sendo atravessados. Este novo tempo cunhou-se o termo de Pós-Modernidade, em oposição a Modernidade. Pensando o campo da Educação, a pós-modernidade coloca sob suspeita os pressupostos em que se assentam as grandes narrativas do campo educacional crítico com sua ênfase em sujeito emancipado, autônomo, centrado, racional, isento de poder, e, finalmente, livre. Sendo assim, em contraposição a teorização crítica, a pós-modernidade desconfia, problematiza, coloca sob análise este “tipo” específico de sujeito, rejeitando toda e qualquer forma de afirmações categóricas fabricadas no seio da Modernidade.

O pós-estruturalismo e o pós-modernismo, embora pertençam a campos epistemológicos diferentes, estes se coadunam a crítica que fazem a este sujeito autônomo, centrado e racional tão bem delineado pela modernidade e pelo humanismo. Vale ressaltar, que o pós-estruturalismo, em oposição ao pós-modernismo, não se configura como uma mudança de época e, sim como “[...] uma continuidade e, ao mesmo tempo, como uma transformação relativamente ao estruturalismo” (SILVA, 2015, p. 118). Ou seja, o pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um movimento teórico que irrompe nos anos 50 e 60 do século XX, questionando, entre outras coisas, a linguagem e seu processo de significação, tendo com base conceitual, o estruturalismo linguístico de Ferdinand Saussure.

Pensando o campo da Educação, a partir de uma teorização crítica, tanto o pós-estruturalismo como o pós-modernismo, entende o sujeito como algo inventado, fabricado a partir da história e da cultura, refutando toda e qualquer ideia de essência desse sujeito. Ou seja, diante destas perspectivas, o sujeito não passa de um simples resultado que se dá por meio de um processo de produção cultural e social, atravessado que está por relação de saber e poder.

Pensando o Projeto Político Pedagógico colocado sob análise, ficam evidentes as marcas de uma teorização crítica da Educação. O corpo do texto ressalta a importância de formar um profissional capaz de dar conta das demandas da sociedade contemporânea. Por outro lado, não há nenhuma problematização que coloque sob suspeita a própria constituição dessa sociedade, tão pouco o discurso de uma teorização crítica que visa a formação de um sujeito autônomo e emancipado. Ou seja, com isso queremos chamar a atenção para toda essa discussão em torno das formas de produção desse sujeito, que tem suas marcas na modernidade e, que são tão bem delineados pela teoria crítica da Educação. Reconhecemos a importância da teorização crítica, porém

ressaltamos outras formas de olhar e pensar a Educação e a formação de futuros educadores musicais, para além de uma única perspectiva teórica, como pode ser observado no material investigado.

Outro ponto que gostaríamos de colocar em evidência é a separação entre teoria e prática, como mostra as enunciações abaixo:

O domínio da dimensão teórica do conhecimento para a atuação profissional é essencial, mas não é suficiente. É preciso saber mobilizar o conhecimento em situações concretas, qualquer que seja a sua natureza [...] (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 23, grifos nossos).

Esse foco que é dado à dimensão prática, porém, não implica em descartar o domínio da dimensão teórica. Implica, sim, redimensionar a organização curricular do curso, subordinando os conhecimentos gerais e específicos a serem construídos nas diversas etapas de aprendizagem à finalidade última da mesma [...] (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 23, grifos nossos).

Nessa perspectiva, a construção de competências para se efetivar, deve se refletir nos objetivos da formação, na eleição de seus conteúdos, na organização curricular, na abordagem metodológica, na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para o professor em formação. *As competências tratam sempre de alguma forma de atuação, só existem em situação e, portanto, não podem ser apreendidas pela comunicação de idéias. Para construí-las, as ações mentais não são suficientes – ainda que sejam essenciais. Não basta a um profissional ter conhecimento sobre o seu trabalho; é fundamental que saiba fazê-lo* (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 23, grifos nossos).

Possibilitar a formação de um *profissional prático-reflexivo* na área músico-pedagógica, capacitado para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea nas *atividades de ensino-aprendizagem*, artísticas e culturais (Projeto Político Pedagógico, 2006, p. 17, grifos nossos).

As enunciações acima destacam que “*O domínio da dimensão teórica do conhecimento para a atuação profissional é essencial, mas não é suficiente*”, dizem ainda que “*Esse foco que é dado à dimensão prática, porém, não implica em descartar o domínio da dimensão teórica*”. Além disso, salientam que as ‘competências’ que versam sobre alguma forma de desempenho “*só existem em situação e, portanto, não podem ser apreendidas pela comunicação de idéias. Para construí-las, as ações mentais não são suficientes – ainda que sejam essenciais*” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2006, p. 23).

Diante destas colocações é possível observar que há uma preocupação com a relação teoria e prática. De um lado a teoria é deveras importante, mas não é suficiente. De outro, a prática apresenta-se como fundamental, porém não é possível desconsiderar a importância da teoria na constituição desse profissional. O que está dito nessas enunciações é que ambas são importantes para a formação de educadores musicais. No entanto, fica evidente que há uma separação da teoria *versus* a prática na medida em que se busca através do currículo, da eleição de conteúdos uma organização que possibilite aos licenciandos do curso intercalar na sua formação a teoria e a prática. É possível ressaltar ainda que esta preocupação entre teoria e prática é um tema presente também na fala de muitos acadêmicos do curso de Música Licenciatura da UFPel, quando questionam: *como pode um curso de música com tanta discussão teórica? Precisamos fazer música, produzir som!* Em se tratando de um curso de formação de professores

de música e não de instrumentistas é preciso apreender que “[...] a ideia de que, para ensinar, basta tocar é correntemente tomada como verdade dentro do modelo tradicional de ensino de música [...] que, por sua vez, tem como meta o “virtuosismo” (PENNA, 2007, p. 51). Vale ressaltar que essas indagações acontecem geralmente quando há práticas voltadas às leituras, as discussões de textos, etc.

Assim sendo, ante estas colocações, gostaríamos em consonância com Veiga-Neto (2015) apreender que muito mais do que tentar solucionar esta dicotomia entre teoria e prática, talvez fosse interessante olhar este “calunioso” problema pelo lado de fora. De outra maneira, isto seria compreender como se constitui e ainda vem se constituindo essas relações, ou esse “enorme” desafio que vem sendo apresentado entre teoria e prática. Quando o autor se refere a teoria e prática como um “falso” problema, ele não está querendo dizer que este problema não existe e, sim que este problema, foi inventado. Assim, talvez fosse interessante desviar a discussão e entender que estes conceitos não estiveram *desde sempre aí*. Seguindo nesta linha de pensamento não precisaríamos “[...] assumi-lo como dado e tentar solucioná-lo (VEIGA-NETO, 2015, p. 117).

No entanto, ao problematizarmos ditos como esses, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, principalmente assentada nos estudos do filósofo francês Michel Foucault, a referência a palavra prática, não significa a atuação de um sujeito, mas sim as posições que este assume na medida em que pratica o discurso (VEIGA-NETO, 2007). Ou seja, não existe uma separação entre teoria e prática, pois “[...] junto com qualquer prática [...] ou imanente a qualquer prática — existe sempre uma teorização, por mais obscura e indefinida que ela se apresente para os olhares menos acostumados com essas questões epistemológicas” (VEIGA-NETO, 2015, p.118).

Nossa proposta com esta pesquisa é possibilitar aos leitores da área outros olhares para o campo da Educação Musical. É perceber a importância de dialogarmos com outras vertentes teóricas, para além da teorização crítica. No corpo do texto analisado não foram encontrados, por exemplo, autores de uma perspectiva teórica pós-crítica. No entanto, se faz necessário destacar que não se trata aqui de rejeitar os autores que assentam o PPP do curso ora investigado e, sim pontuar a relevância de outros teóricos para o campo de saber da Educação Musical.

Considerações finais

O presente estudo buscou investigar as concepções de Educação presentes no PPP do curso de Licenciatura em Música da UFPel. Assim, diante do material investigado é possível ressaltar as marcas de uma teorização crítica da Educação, quando recorrentes enunciações enaltecem a busca por um sujeito autônomo, emancipado, bem como uma evidente separação entre teoria e prática. Por outro lado, no que se refere as teorias pós-críticas, estas aparecem minimamente como bibliografia de algumas disciplinas teóricas. Neste sentido, parece existir um descompasso no que tange a falta de diálogo entre a área da Educação Musical com as perspectivas pós-críticas da Educação apresentadas no documento ora analisado. É preciso levar em consideração que as teorias pós-críticas acabaram por tornar problemáticas algumas balizas que fundamentam as teorias críticas. No entanto, não há um rompimento entre a teorização crítica e pós-crítica. De acordo com Silva (2015, p. 147), “As teorias pós-críticas podem nos ter ensinado que o poder está em toda parte e que é multiforme”, por outro lado “As teorias críticas não nos deixam esquecer [...] que algumas formas de poder são visivelmente mais perigosas e ameaçadoras do que outras”. O autor ressalta ainda, que quando se trata de pensar o currículo, deveria haver um acordo entre ambas as teorias para melhor compreendermos como nos tornamos o que somos. Ou

seja, discorrer sobre currículo é pensar em relações de saber, de poder, de identidade, de controle, etc.

Diante destas colocações, entendemos a importância de dialogarmos com outros autores do campo da Educação em uma perspectiva pós-estruturalista, na tentativa de apreender essas relações de saber, de poder e de verdade que constituem a Educação Musical e, dessa forma, vem nos constituindo enquanto futuros educadores musicais. A proposta aqui é colocar sob suspeita as muitas verdades que constituem nosso campo de saber e, a partir disso, pensar outras possibilidades e o diálogo com outros autores e perspectivas teóricas para a Educação Musical. Sendo assim, com as palavras de Sandra Corazza, finalizamos este estudo:

[...] é preciso desaprender-perder-esquecer o dado e o feito que nos legaram de herança, fazer deles uma coisa-nenhuma ou nenhum-dado, nenhum-feito. É preciso desaprender o aprendido para poder ser partícipe das forças de transformação, transfiguração, procriação e criação da educação. Ser educador não é só acumular, guardar, conservar, usar, mas abandonar, largar, gastar e, nesse gasto, readquirir, retomar, para poder se revitalizar (CORAZZA, 2005, p. 8).

Referências

ARROYO, Margarete. Educação Musical na contemporaneidade. In: *II Seminário Nacional de Pesquisa em Música da UFG*, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

CORAZZA, Sandra Mara. Nos tempos da educação: cenas de uma vida de professora. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO MUSICAL. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 12, 7-1 março, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FONTEIRADA, Marisa Trench de Oliveira. *De tramas e fios: um ensaio sobre a música*. 2ed. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber* organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

_____. *Em defesa da sociedade*. 2ªed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *A arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2012.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; MARINHO, Vanildo Mousinho. *Práticas para o ensino da música nas escolas de educação básica. Música na educação básica*. Porto Alegre, v. 1, n. 1, outubro de 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3.ed.;6.reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Anotações sobre a relação entre teoria e prática. *Educ. Foco*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 113-140, mar. 2015/jun. 2015.





APOIO



UFPEL

REALIZAÇÃO